



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA

ADILSON SILVA DE JESUS

**O SERTÃO POR ESCRITO NO LIVRO DE RAZÃO:
UM MICROCOSMO SÓCIO-HISTÓRICO E LINGUÍSTICO DA BAHIA RURAL
OITOCENTISTA**

VOLUMES I e II



Salvador
2021

ADILSON SILVA DE JESUS

**O SERTÃO POR ESCRITO NO LIVRO DE RAZÃO:
UM MICROCOSMO SÓCIO-HISTÓRICO E LINGUÍSTICO DA BAHIA RURAL
OITOCENTISTA**

VOLUMES I e II

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia –
UFBA, como requisito parcial para a obtenção do título
de Doutor em Língua e Cultura.

Orientadora: Dra. Emília Helena Portella Monteiro de Souza
Coorientadora: Dra. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

Salvador
2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo autor.

Silva de Jesus, Adilson

O sertão por escrito no Livro de Razão: um microcosmo sócio-histórico e linguístico da Bahia rural oitocentista / Adilson Silva de Jesus. -- Salvador, 2021.
697 f.

Orientadora: Emília Helena Portella Monteiro de Souza.
Coorientadora: Zenaide de Oliveira Novais Carneiro.
Tese (Doutorado - Língua e Cultura) -- Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Instituto de Letras, 2021.

1. Livro de Razão. 2. Bahia rural oitocentista. 3. Edição semidiplomática. 4. Práticas de escrita. 5. História social linguística. I. Portella Monteiro de Souza, Emília Helena. II. de Oliveira Novais Carneiro, Zenaide. III. Título.

ADILSON SILVA DE JESUS

**O SERTÃO POR ESCRITO NO LIVRO DE RAZÃO:
UM MICROCOSMO SÓCIO-HISTÓRICO E LINGUÍSTICO DA BAHIA RURAL
OITOCENTISTA**



PPGLinC
Programa de Pós-Graduação
em Língua e Cultura



ATA Nº 05

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE TESE DE DOUTORADO

Autor: ADILSON SILVA DE JESUS

Título: O SERTÃO POR ESCRITO NO LIVRO DE RAZÃO: UM MICROCOSMO SÓCIO-HISTÓRICO E LINGUÍSTICO DA BAHIA RURAL OITOCENTISTA

Data: 06 de agosto de 2021 Hora: 14:00

Local: Virtual

Concluídos os trabalhos, o candidato foi arguido oralmente pela Banca, tendo como resultado a:

APROVAÇÃO DA TESE;

REPROVAÇÃO DA TESE;

REFORMULAÇÃO DA TESE, indicando prazo de 60 dias p/ apresentar nova versão.

Parecer

A tese tem inegável qualidade científica e representa uma grande contribuição para os estudos da história social e linguística do português brasileiro. Destacam-se a edição primorosa do valioso Livro de Razão dos finais do período colonial, o diálogo interdisciplinar muito produtivo com a Filologia, a Paleografia e a História, a cobertura bibliográfica e a capacidade de argumentação, além da organização geral do texto, com coerência interna, e da clareza de escrita. Pelos resultados alcançados e pela importância da tese, sugere-se sua publicação, sendo digna de distinção e de recomendação a prêmios. A banca ressalta ainda o excelente trabalho das orientadoras, professoras Emilia Helena Portella Monteiro de Souza e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro.

Dra. EMILIA HELENA PORTELLA MONTEIRO DE SOUZA, UFBA
Presidente – Orientadora

DRA. ZENAIDE DE OLIVEIRA NAVAIS CARNEIRO
Co-orientadora

Dra. IONE CELESTE JESUS DE SOUSA, UEFS
Examinadora Externa à Instituição

Dra. ALICIA DUHA LOSE, UFBA
Examinador Interno

ADILSON SILVA DE JESUS
Doutorando

“[...] ao fazer a história das línguas, como ao fazer qualquer história, estamos abordando processos aos quais já não temos acesso direto. Essa impossibilidade dos métodos de “observação imediata” deixa duas alternativas principais aos estudos históricos: o recurso à documentação, e o recurso à reconstrução.”
(PAIXÃO DE SOUSA, 2006, p. 13)

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Emília Helena Portella Monteiro de Souza, orientadora desta pesquisa, pelo exemplo. Para além de sua competência, profissionalismo e seriedade no fazer científico, neste período de convivência, eu tive a oportunidade de rever minha prática enquanto professor e pesquisador, aprimorando a minha formação profissional. Suas ações e o seu olhar atento ficarão marcados em minhas melhores memórias. Nunca esquecerei os momentos de orientação quando, antes de qualquer questão referente à tese, o seu interesse era saber a meu respeito. Também vou me lembrar dos puxões de orelha, sempre necessários, e dos elogios. Receber cada seção lida e comentada era sempre momento de grande expectativa, e a senhora tinha a palavra certa para cada detalhe: “o que aconteceu nesta seção, não entendi, você sabe tanto desse assunto, pode melhorar...” ou “gostei muito do seu texto”. Poderia elencar aqui outras qualidades que a tornam esse ser humano maravilhoso, mas vou encerrar agradecendo por me mostrar que é possível agregar o prazer ao fazer científico e, sobretudo, por me ensinar a ser uma pessoa melhor. Muito obrigado.

À Profa. Dra. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, coorientadora desta tese, por sempre me atender, fornecendo, além de textos, dicas valiosíssimas para a efetivação da pesquisa. Além disso, não posso esquecer que foi no CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão, que dei meus primeiros passos na pesquisa acadêmica. É preciso destacar ainda que esta tese, em grande parte, é mérito de seu pioneirismo e olhar perspicaz na prospecção de arquivos. O *Livro de Razão*, que edito neste trabalho, é fruto de suas pesquisas e contatos ao longo dos anos. Chegar ao doutorado, na área em que pesquiso, tendo pulado a etapa da localização do *corpus*, é ter “a faca e o queijo nas mãos”, como ela costuma dizer. Por isso e por tudo, eu agradeço.

À minha mãe, meu primeiro amor verdadeiro, que não teve acesso ao conhecimento formal, mas nunca hesitou em buscar caminhos para a minha educação e de meus irmãos.

Ao meu Pedrinho, meu filho, presente de Deus, por materializar o amor em minha vida.

À minha esposa, Adriana, meu bem querer, por ser essa companheira excepcional, pela paciência e ajuda, principalmente, no processo de edição. Agradecer a você nunca será o suficiente.

Às Professoras Alícia Duhá Lose e Ione Celeste Jesus de Sousa, que foram essenciais na qualificação desta pesquisa e agora aceitaram, novamente, o convite para compor a banca. Sou grato pelas dicas e conselhos já sugeridos, sou grato ainda por me atenderem sempre que precisei, com o envio de materiais e informações, e por estarem presentes neste momento de minha vida.

À Professora Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, primeira orientadora e responsável por me apresentar “os caminhos da Linguística Histórica”, muito grato por aceitar o convite e pela contribuição contínua em minha formação.

Ao Professor Ricardo Nascimento Abreu por aceitar fazer parte da banca, pela leitura atenta e respeitosa do texto e, com certeza, pelas contribuições valiosas que fará.

Ao Professor Jorge Viana Santos, responsável por fotografar os manuscritos do Campo Seco, em Campinas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura com os quais eu tive a oportunidade de aprender: Tânia Lobo, Célia Telles, Silvana Soares, Marcela Paim, Américo Venâncio Machado Filho, Alícia Lose, Emília Helena de Souza.

A Ricardo e Thiago e aos atuais funcionários da secretaria do PPGLinC, pela disponibilidade de colaborar sempre.

À Coordenadora e Vice-Coordenadora do PPGLinC, professoras Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva e Aurelina Ariadne Domingues Almeida, pela gestão eficiente do curso em meio a tanto obscurantismo.

Aos amigos queridos, Huda e Pedro, pela oportunidade de conviver e aprender com vocês. Nossas viagens sempre foram momentos de aprendizagem e de muita diversão. Obrigado pelas fotos de livros (Pedro tem uma biblioteca muito cobiçada por nós, sempre que precisava, pedia a foto de páginas, referências), pela leitura das seções (explorei Huda, mesmo sabendo de sua carga de trabalho), enfim, meus caros, o trajeto foi bem mais leve com vocês, e eu cresci muito vendo os seus exemplos. Obrigado.

À Elaine Brandão Santos, parceira nesta empreitada de edição dos Livros do Campo Seco, pelo compartilhamento de saberes e pela sua generosidade.

À Gardênia Maria da S. Chaves, funcionária do Arquivo da cidade de Rio de Contas, pelo auxílio constante, sempre que precisava de material ou informações.

À Sandra Prudêncio, colega querida, pelo diálogo constante, pelas dúvidas e soluções compartilhadas.

Aos amigos e colegas, não citarei nomes para não ser injusto, mas quero que saibam que sou grato por tê-los em meu convívio, seja no trabalho ou em outras esferas da vida.

Aos colegas dos CE-DOHS e do GPelPE, pela oportunidade de aprender com vocês, pelo compartilhamento de saberes.

A Edivan Almeida e Manuela Gusmão, pela elaboração e ajustes da capa desta tese.

À CAPES pelo apoio financeiro a esta pesquisa.

A Deus, “pois Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas”.

RESUMO

Esta tese, que se insere na área de Linguística Histórica do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, tem como objetivos (i) realizar a edição semidiplomática do *Livro de Razão*, manuscrito de foro privado, que pertenceu à família Pinheiro/Canguçu, na Bahia rural oitocentista, com base na edição fac-similar - reprodução fotográfica realizada por Jorge Viana Santos, para o projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão, da UEFS - e (ii) analisar as práticas de escrita realizadas no espaço rural da Fazenda do Campo Seco, em Bom Jesus dos Meiras, atual cidade de Brumado. O estudo empreendido concentrou-se na análise sócio-histórica do contexto de produção do escrito nesse ambiente, na elaboração do perfil social dos *scriptores* e no estudo descritivo dos índices grafemático-fonéticos identificados na escrita desses *scriptores*, visando contribuir para a história social linguística do Brasil. Considerando que “Toda língua é feita de camadas diversas [...]. Explicar uma língua é, ao menos em parte, compreender sua história.” (MARTIN, 2003, p.141), a tese apresenta uma abordagem interdisciplinar, valendo-se do aparato teórico-metodológico da Linguística Histórica (MARTIN, 2003; MATTOS E SILVA, 2008; FARACO, 2005), da Filologia (SPINA, 1977; CAMBRAIA, 2012; PAIXÃO DE SOUZA, 2013; TELLES, 2016; LOSE, 2017) e das vertentes oriundas da ruptura do paradigma historiográfico tradicional, a saber: a História Social da Cultura Escrita (PETRUCCI, 1993, 1999, 2003; CASTILLO GÓMES, 2003) e a Micro-História (GINZBURG, 1987; BURKE, 1992, VAINFAS, 2002; MATTOS E SILVA, 2004; BARROS, 2005) para descortinar o sertão baiano dos oitocentos. A Linguística Histórica tem por função primordial buscar explicações, no passado, para fatos linguísticos do presente, por meio dos documentos remanescentes, que registram dados de língua. É nesse contexto que o labor filológico entra em cena, uma vez que, até mesmo “os documentos escritos que nos parecem, tantas vezes transparentes e de fácil compreensão, nos ameaçam com armadilhas diversas embutidas em cada palavra.” (LOPES et al 2017, p. 96). Desse modo, a Filologia se revela como um instrumento muito importante para o estudo linguístico, pois é a responsável pelo estabelecimento do texto, que nos leva aos dados de língua (TELLES, 2016, p. 195). Por sua vez, a História Social da Cultura Escrita e a Micro-História apresentam-se como mecanismos capazes de garantir a reconstituição de práticas de leitura e escrita em espaços oficiais e extraoficiais, com ênfase na materialidade do escrito e na reconstituição das histórias parciais narradas pelos manuscritos do passado, no caso específico – o *Livro de Razão* – objeto de estudo. Os resultados encontrados revelam, no campo linguístico, a variação grafofonética no sertão oitocentista, evidenciando usos do português brasileiro falado por diferentes classes sociais, na sincronia atual, nas diversas regiões do Brasil, independente do nível de escolarização. No que se refere ao contexto sócio-histórico, a instrumentalização da edição, lastreada por um diálogo profícuo entre a História Social da Cultura Escrita e a Micro-História, possibilitou a aproximação da “lupa” para as experiências individuais e localizadas, como é o caso dos senhores do Campo Seco, e ofereceram-nos um microcosmo sócio-histórico e linguístico do sertão oitocentista.

Palavras-chave: Livro de Razão. Bahia rural oitocentista. Edição semidiplomática. Práticas de escrita. História social linguística

ABSTRACT

This thesis, which is part of the Historical Linguistics branch of the Post-Graduate Program in Language and Culture, aims to (i) carry out the semi-diplomatic edition of the *Livro da Razão*, a private manuscript, which belonged to the Pinheiro/Canguçu family, in the 19th-century-rural Bahia, based on facsimile edition - photographic reproduction made by Jorge Viana Santos, for UEFS's project Electronic Corpus of Historical Documents of *Sertão* - and (ii) to analyze the writing practices carried out in the rural environment of the *Fazenda do Campo Seco*, in *Bom Jesus dos Meiras*, currently the city of *Brumado*. The study undertaken focused on the socio-historical analysis of the context of writing production in this environment, on the conception of the social profile of *scriptors* and on the descriptive study of the graphemic-phonetic indices identified in the writing of these *scriptors*, aiming to contribute to the linguistic social history of Brazil. Considering that "Every language is made up of different layers [...]. To explain a language is, at least in part, to understand its history." (MARTIN, 2003, p.141), the thesis presents an interdisciplinary approach, using the theoretical-methodological apparatus of Historical Linguistics (MARTIN, 2003; FARACO, 2005; MATTOS E SILVA, 2008), of Philology (SPINA, 1977). ; CAMBRAIA, 2012; PAIXÃO DE SOUZA, 2013; TELLES, 2016; LOSE, 2017) and the strands arising from the rupture of the traditional historiographical paradigm, namely: the Social History of Written Culture (PETRUCCI, 1993, 1999, 2003; CASTILLO GÓMEZ, 2003) and Micro-History (GINZBURG, 1987; BURKE, 1992, VAINFAS, 2002; MATTOS E SILVA, 2004; BARROS, 2005) to unveil the backlands of Bahia in the 1800s. Historical Linguistics has the primary function of seeking explanations, in the past, for linguistic facts of the present, through the remaining documents, which record language data. It is in this context that the philological work comes into play, since even "written documents that seem to us, so often transparent and easy to understand, threaten us with various traps embedded in each word." (LOPES et al 2017, p. 96). Thus, Philology reveals itself as a very important instrument for linguistic studies, as it is responsible for establishing the text, which leads us to language data (TELLES, 2016, p. 195). In turn, the Social History of Written Culture and Micro-History are mechanisms capable of guaranteeing the reconstitution of reading and writing practices in official and unofficial spaces, with an emphasis on the materiality of writing and the reconstitution of narrated partial histories by manuscripts from the past, in the specific case – *O Livro de Razão* – object of study. The results found revealed, in the linguistic field, the graphophonetic variation in the nineteenth-century *Sertão*, evidenced uses of Brazilian Portuguese spoken by different social classes, in the current synchrony, in different regions of Brazil, regardless of the level of education. Regarding the socio-historical background, the instrumentalization of editing, backed by a fruitful dialogue between the Social History of Written Culture and Micro-History, made it possible to bring the "magnifying glass" closer to individual and tracked experiences, such as the case of the gentlemen from Campo Seco, and they offered us a socio-historical and linguistic microcosm of the nineteenth-century in *Sertão*.

Key-words: *Livro de Razão*. 18th-century-rural *Bahia*. semi-diplomatic edition. Writing practices. Social-linguistic history.

RESUMEN

Esta tesis, que se inserta en el área de Lingüística Histórica del Programa de Posgrado en Lengua y Cultura, tiene como objetivos (i) realizar la edición semidiplomática del Livro de Razão, manuscrito de fuero privado, que perteneció a la familia Pinheiro/Canguçu, en Bahía rural ochocentista, con base en la edición facsimilar - reproducción fotográfica realizada por Jorge Viana Santos, para el proyecto Corpus Electrónico de Documentos Históricos del Agreste, de UEFS - y (ii) analizar las prácticas de escritura realizadas en el espacio rural de la Hacienda do Campo Seco, en Bom Jesus de Meiras, actual ciudad de Brumado. El estudio emprendido se concentró en el análisis socio-histórico del contexto de producción del escrito en ese ambiente, en la elaboración del perfil social de los escritores y en el estudio descriptivo de los índices grafemático fonéticos identificados en la escritura de esos escritores, visando contribuir para la historia social lingüística de Brasil. Considerando que “Toda lengua es hecha de capas diversas [...]. Explicar una lengua es, al menos en parte, comprender su historia.” (MARTIN, 2003, p.141), la tesis presenta un abordaje interdisciplinario, valiéndose del aparato teórico metodológico de la Lingüística Histórica (MARTIN, 2003; MATTOS E SILVA, 2008; FARACO, 2005), de la Filología (SPINA, 1977; CAMBRAIA, 2012; PAIXÃO DE SOUZA, 2013; TELLES, 2016; LOSE, 2017) y de las vertientes oriundas de la ruptura del paradigma historiográfico tradicional, a saber: la Historia Social de la Cultura Escrita (PETRUCCI, 1993, 1999, 2003; CASTILLO GÓMEZ, 2003) y la Micro-Historia (GINZBURG, 1987; BURKE, 1992, VAINFAS, 2002; MATTOS E SILVA, 2004; BARROS, 2005) para descortinar el agreste bahiano de los ochocientos. La Lingüística Histórica tiene por función primordial buscar explicaciones, en el pasado, para hechos lingüísticos del presente, a través de los documentos remanentes, que registran datos de la lengua. Es en ese contexto que la labor filológica entra en escena, una vez que, hasta mismo “los documentos escritos que nos parecen, tantas veces transparentes y de fácil comprensión, nos amenazan con armadijos diversos embutidos en cada palabra.” (LOPES et al 2017, p. 96). De ese modo, la Filología se revela como un instrumento muy importante para el estudio lingüístico, pues es la responsable por el establecimiento del texto, que nos lleva a los datos de la lengua (TELLES, 2016, p. 195). Por su vez, a Historia Social de la Cultura Escrita y la Micro-Historia se presentan como mecanismos capaces de garantizar la reconstitución de prácticas de lectura y escrita en espacios oficiales y extraoficiales, con énfasis en la materialidad del escrito y en la reconstitución de las historias parciales narradas por los manuscritos del pasado, en el caso específico – el Livro de Razão – objeto de estudio. Los resultados encontrados revelan, en el campo lingüístico, la variación grafo fonética en el agreste ochocentista, evidenciando usos del portugués brasileño hablado por distintas clases sociales, en la sincronía actual, en las diversas regiones de Brasil, independiente del nivel de escolarización. En que se refiere al contexto socio histórico, la instrumentalización de la edición, lastrada por un diálogo provechoso entre la Historia Social de la Cultura Escrita y la Micro Historia, posibilitó la aproximación de la “lupa” para las experiencias individuales y ubicadas, como es el caso de los señores del Campo Seco, y nos ofrecieron un microcosmo socio histórico y lingüístico del agreste ochocentista.

Palabras-clave: Livro de Razão. Bahía rural ochocentista. Edición semidiplomática. Prácticas de escrita. Historia social lingüística

LISTA DE CONVENÇÕES, ABREVIATURAS E SIGLAS

//	Representação de fonemas
[]	Representação fonética
<>	Representação de grafemas
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
APC	Antônio Pinheiro Canguçu
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
APP	Antônio Pinheiro Pinto
CE-DOHS	Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão
f.	fólio
HISCULTE	História da Cultura Escrita
HSCE	História Social da Cultura Escrita
IJPP	Inocência José Pinheiro Pinto
JLS	José da Silva Lisboa
JMW	João Maurício Wanderley
LAPELINC	Laboratório de Pesquisa em Linguística de <i>Corpus</i>
LPAB	Luiz Paulo Araújo Basto
MJC	Miguel Joaquim de Castro
NELP	Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa
p.	página
PB	Português Brasileiro
PHPB	Programa para História do Português Brasileiro
PROHPOR	Programa para a História da Língua Portuguesa
r.	recto
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
v.	verso
XML	Extensible Markup Language

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fólio 130v: Edição fac-similar do Livro de Razão	59
Figura 2 – Página de acesso ao CE-DOHS.	63
Figura 3 – Embalagem (frente) dos Livros da Fazenda do Campo Seco	82
Figura 4 – Mesa Cartesiana (layout)	84
Figura 5 – Ficha técnica do Livro de Razão do Brejo do Campo Seco.	86
Figura 6 – Capa do Livro de Razão do Brejo do Campo Seco.	87
Figura 7 – Folha 001 do Livro de Razão do Brejo do Campo Seco.	87
Figura 8 – Capa do Livro de Razão (Frente)	88
Figura 9 – Capa do Livro de Razão (Fundo).	88
Figura 10 – Lombada do Livro de Razão	89
Figura 11 – Fragmento da página 87 do Livro de Razão: numeração	89
Figura 12 – Fragmento da página 88 do Livro de Razão: numeração	90
Figura 13 – Fragmento do recto do fólio 123 do Livro de Razão: numeração	90
Figura 14 – Fragmento do verso do recto 123 do Livro de Razão: ausência de numeração	90
Figura 15 – Termo de abertura do Livro de Razão do Campo Seco feito por APP	91
Figura 16 – Fragmento do fólio 123r do Livro de Razão: escrita de IJP	92
Figura 17 – Fólio 195: Espécie de termo de encerramento	92
Figura 18 – Fólio 137 - Tipo de papel usado no Campo Seco	94
Figura 19 – Fragmento da página 11 do Livro de Razão: tinta	95
Figura 20 – Fólio 193r: mancha por umidade	95
Figura 21 – Folha de guarda e danos no suporte	96
Figura 22 – Página 24: clareamento da tinta	97
Figura 23 – Página 55: Mancha por excesso de tinta	97
Figura 24 – Página 55: Anotações feitas em lista por APP	99
Figura 25 – Página 55: Anotações feitas em colunas por Antônio Pinheiro Pinto.	100
Figura 26 – Página 55: Anotações de forma mista por APP.	101
Figura 27 – Página 80: Escrita de APP-Variedade de produtos por página	102
Figura 28 – Página 102: Formas usadas para registrar as dívidas por APP	103
Figura 29 – Fragmento da página 99: Crédito do escravo de APP.	104
Figura 30 – Página 11: Registro de dívidas de tio e compadres feito por APP.	104
Figura 31 – Página 117: Registro de dívidas de filho, mãe, tia, irmão e irmã de APP.	105
Figura 32 – Localização de Brumado na Mesorregião Centro-Sul Baiano – IBGE	106
Figura 33 – Localização da Região da Serra Geral- Governo do Estado da Bahia	107
Figura 34 – Mapa do Alto Sertão da Bahia	108
Figura 35 – Mapa com a localização de Bom Jesus dos Meiras, Bahia.	111
Figura 36 – Igreja Matriz Senhor Bom Jesus, Brumado-BA.	112
Figura 37 – Mapa da localização de Brumado, Bahia.	114
Figura 38 – Árvore genealógica da Família Pinheiro Pinto/Canguçu.	115
Figura 39 – Folha 12 (verso) do Inventário de MJDCM	121
Figura 40 – Folha 5 (recto) do Livro de Notas de Caetitê (1877-1878)	121
Figura 41 – Trecho do Fólio 34v do Livro do Gado	122
Figura 42 – Página inicial do site	123
Figura 43 – Aba Escreventes	124

Figura 44 – Aba Livro do Gado: edições e índice analítico	124
Figura 45 – Aba Livro de Razão: edições e índice analítico.	124
Figura 46 – Aba Árvore Genealógica	125
Figura 47 – Aba Fichas biográficas	125
Figura 48 – Trecho da página 48	137
Figura 49 – Trecho da página 93	137
Figura 50 – Fragmento da página 83 escrito por APP.	138
Figura 51 – Compra de escravo: fragmento da página 83 escrito por APP.	142
Figura 52 – Aluguel de escravo: fragmento da página 61 escrito por APP	142
Figura 53 – Compra de escravos para terceiros realizada por APP.	143
Figura 54 – Compra de animais feita por IJPP na mão do pai, APP.	143
Figura 55 – Escrita de APP, p. 58: Pataca.	147
Figura 56 – Escrita de APP, p. 115: Selo.	147
Figura 57 – Escrita de APP, p. 4: Tostão.	147
Figura 58 – Escrita de APP, p. 76: Doblas.	148
Figura 59 – Escrita de APP, p. 91: Vintém	148
Figura 60 – Página 121: Carta Patente de APP.	149
Figura 61 – Página 122: Registro da nomeação de APP.	150
Figura 62 – Fólio 123r: posse e juramento de APP.	151
Figura 63 – Fólio 124v: receita para curar gonorreia e outras doenças	152
Figura 64 – Fólio 125r: receita para curar gonorreia e outros males	152
Figura 65 – Seca e morte de escravos por câimbra de sangue	154
Figura 66 – Fólio 182v: Dote dado a Inocêncio	154
Figura 67 – Fólio 186v: Dote dado a Zeferina	155
Figura 68 – Fragmento do fólio 124v: casamento da filha da escrava	156
Figura 69 – Fragmento da página 6: casamento, batizado, licenças e banhos.	156
Figura 70 – Fragmento da página 101: Esmola para a capela de Bom Jesus	156
Figura 71 – Fólio 118v: utensílios usados na liturgia.	157
Figura 72 – Fragmento da página 61: anotações de contas do escravo Jacinto	163
Figura 73 – Fragmento da página 99: dinheiro e outras dívidas do escravo Jacinto	163
Figura 74 – Fragmento da página 90: Jornal do escravo no mato	164
Figura 75 – Fragmento da página 19: aluguel do negro	165
Figura 76 – Fragmento da página 117: aluguel do mulato Vitorino	165
Figura 77 – Fragmento da página 119: compra de um negro	166
Figura 78 – Fragmento da página 123v: devolução do escravo	166
Figura 79 – Fragmento p.117: escrita de Antônio APP	167
Figura 80 – Fragmento p.126r: escrita de APP	167
Figura 81 – Fragmento da página 92: compra de alforria dinheiro/obrigação	168
Figura 82 – Página 85: Dinheiro para a liberdade da cabra Inês	169
Figura 83 – Página 85: Feitos que deram à escrava Inês	170
Figuras 84 – Página 103 - Profissionais que aturam no Campo Seco: o canteiro.	173
Figuras 85 – Página 99 - Profissionais que atuaram no Campo Seco: o Ciência.	174
Figura 86 – Fólio 192r - Profissionais que atuaram no Campo Seco: o letrado.	174
Figura 87 – Fólio 118v: Escravos e ofícios	176
Figura 88 – Último registro de Inocêncio Canguçu no Livro de Razão	177
Figura 89 – Fragmento do fólio 189v: educação no Campo Seco	183
Figura 90 – Fragmento da página 1: educação no Campo Seco.	183

Figura 91 – Trecho do testamento do Padre/professor Ignácio Ferreira da Silva.	186
Figura 92 – Trecho do Registro de óbito do Padre Ignácio Ferreira da Silva.	187
Figura 93 – Escrita de APP – Módulo e <i>ductus</i> .	201
Figura 94 – Página 6 - Escrita de APP: Peso	201
Figura 95 – Página 6- Escrita de APP– Peso: especificação do devedor.	202
Figura 96 – Página 62- Escrita de APP – Peso: correção	202
Figura 97 – Trecho da página 4: Grafemas com hastes descendentes de APP.	202
Figura 98 – Trecho da página 6: Grafemas com hastes descendentes de APP.	203
Figura 99 – Fólio 129v: Particularidades das letras de IJPP.	209
Figura 100 – Fólio 132v: Peso dos grafemas de IJPP.	210
Figura 101 – Fólio 130v: variação no peso do grafema de IJPP.	210
Figura 102 – Fólio 186v: particularidades das hastes dos grafemas de IJPP.	210
Figura 103 – Jornal Gazeta do Rio de Janeiro.	233
Figura 104 – Jornal Idade D’Ouro do Brasil.	234
Figura 105 – Jornal O Patriota.	234
Figura 106 – Vocabulário Português de D. Raphael Bluteau – Século XVIII.	235
Figura 107 – Dicionário de Antonio Moraes Silva	236
Figura 108 – Dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto.	236

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição dos documentos por década.	39
Quadro 2 – Modelo Simples de organização do Livro de Razão.	50
Quadro 3 – A Bahia no cenário da História Social Linguística do Brasil.	53
Quadro 4 – Procedimentos para a constituição de uma escrita digital.	63
Quadro 5 – Ficha do Scriptor Antônio Pinheiro Pinto.	119
Quadro 6 – Ficha do Scriptor Inocêncio José Pinheiro Canguçu.	120
Quadro 7 – Ficha do Scriptor Miguel Joaquim de Castro Mirante.	122
Quadro 8 – Produtos negociados: compra e venda de produtos de subsistência.	136
Quadro 9 – Relação de animais presentes no Campo Seco.	138
Quadro 10 – Vestuários e sapatos encontrados no Livro de Razão.	139
Quadro 11 – Tecidos encontrados no Livro de Razão.	140
Quadro 12 – Caracterização dos tecidos encontrados no Livro de Razão.	140
Quadro 13 – Ferramentas e utensílios metalúrgicos.	141
Quadro 14 – Produtos diversos negociados no Campo Seco.	144
Quadro 15 – Pesos e medidas utilizados no Campo Seco.	144
Quadro 16 – Definição e correspondência entre produtos e medidas no Campo Seco.	145
Quadro 17 – Moedas que circularam no Campo Seco.	146
Quadro 18 – Escravizados na fazenda do Campo Seco.	158
Quadro 19 – Formas de pagamento de alforria em Rio de Contas.	168
Quadro 20 – Perfis profissionais atuantes no Campo Seco.	172
Quadro 21 – Papéis desempenhados pelos proprietários de terras em uma Freguesia.	175
Quadro 22 – Aplicação da Reforma Pombalina em algumas Capitânicas do Brasil.	179

Quadro 23 – Quadro scriptográfico de Antônio Pinheiro Pinto.	197
Quadro 24 – Particularidades da execução caligráfica de APP.	203
Quadro 25 – Exemplos de hipossegmentação de APP.	205
Quadro 26 – Exemplos de hipersegmentação de APP	206
Quadro 27 – Quadro scriptográfico de Inocêncio José Pinheiro Pinto.	206
Quadro 28 – Particularidades da execução caligráfica de IJPP.	211
Quadro 29 – Exemplos de hipossegmentação de IJPP.	212
Quadro 30 – Conceito do ato de abreviarem diferentes perspectivas.	214
Quadro 31 – Organização das abreviaturas identificadas no Livro de Razão.	216
Quadro 32 – Critérios usados para a classificação das abreviaturas do Livro de Razão.	217
Quadro 33 – Exemplos de abreviaturas que economizaram espaço no Livro de Razão.	221
Quadro 34 – Polissemia nas abreviaturas de APP.	222
Quadro 35 – Exemplos contextualizados da polissemia na escrita de APP.	223
Quadro 36 – Sinonímia nas abreviaturas de APP.	225
Quadro 37 – Sinonímia nas abreviaturas de IJPP.	227
Quadro 38 – Períodos da história da ortografia portuguesa	229
Quadro 39 – Síntese do sistema ortográfico brasileiro do século XIX.	231
Quadro 40 – Perfil dos redatores ilustres	237
Quadro 41 – Representação grafemática do punho de APP para o fonema /z/.	239
Quadro 42 – Representação grafemática do punho de IJPP para o fonema /z/.	240
Quadro 43 – Representação para grafias do fonema /z/ em periódicos do século XIX.	240
Quadro 44 – Comparando os dados: a grafia do fonema /z/ em cartas de letrados brasileiros- Século XIX	241
Quadro 45 – Representação grafemática do punho de APP para o fonema /s/	241
Quadro 46 – Representação grafemática do punho de IJPP para o fonema /s/.	242
Quadro 47 – Representação para grafias do fonema /s/ em periódicos do século XIX.	242
Quadro 48 – Comparando os dados: a grafia do fonema /s/ em cartas de letrados brasileiros- Século XIX	243
Quadro 49 – Representação grafemática do punho de APP para os ditongos	244
Quadro 50 – Representação grafemática do punho de IJPP para os ditongos	244
Quadro 51 – Representação para grafias dos ditongos em periódicos do século XIX.	245
Quadro 52 – Representação grafemática do punho de APP para o fonema /u/.	246
Quadro 53 – Representação grafemática do punho de IJPP para o fonema /u/.	246
Quadro 54 – Representação para grafias do fonema /u/ em periódicos do século XIX.	247
Quadro 55 – Representação grafemática do punho de APP para o fonema /ʃ/	248
Quadro 56 – Representação grafemática do punho de IJPP para o fonema /ʃ/	248
Quadro 57 – Representação para grafias do fonema /ʃ/ em periódicos do século XIX.	248
Quadro 58 – Representação grafemática do punho de APP para o fonema /ʒ/	249
Quadro 59 – Representação grafemática do punho de IJPP para o fonema /ʒ/	249
Quadro 60 – Representação para grafias do fonema /ʒ/ em periódicos do século XIX.	250
Quadro 61 – Representação grafemática da nasalidade do punho de APP.	250
Quadro 62 – Representação grafemática da nasalidade do punho de IJPP.	251
Quadro 63 – Representação para grafias da nasalidade em periódicos do século XIX.	251
Quadro 64 – Comparando os dados: a representação da nasalidade em cartas de letrados brasileiro do século XIX	251
Quadro 65 – Representação para a etimologização gráfica em periódicos do século XIX.	252
Quadro 66 – Representação grafemática da nasalidade do punho de APP.	253

Quadro 67 – Representação grafemática da nasalidade do punho de IJPP	254
Quadro 68 – Comparando os dados: a representação a etimologização gráfica em cartas de letrados brasileiro do século XIX	254
Quadro 69 – Variação grafemática do Livro de Razão dicionarizada	255
Quadro 70 – Traços fonetizantes identificados na escrita dos senhores do Campo Seco	259
Quadro 71 – Metaplasmo por transposição na escrita de APP.	260
Quadro 72 – Metaplasmo por acréscimo de fonema na escrita de APP: ditongação.	261
Quadro 73 – Metaplasmos por acréscimo de fonema na escrita de APP: epêntese e prótese.	261
Quadro 74 – Metaplasmo por subtração de fonema na escrita de APP: redução de ditongos	262
Quadro 75 – Metaplasmos por subtração de fonema na escrita de APP: síncope e aférese.	264
Quadro 76 – Metaplasmos por subtração de fonema na escrita de IJPP: síncope e aférese.	265
Quadro 77 – Metaplasmos por substituição de fonema na escrita de APP: anteriorização	266
Quadro 78 – Metaplasmos por substituição de fonema na escrita de APP: elevação das vogais médias postônicas	267
Quadro 79 – Registros de Índícios de Alçamento em Vogais Médias Pretônicas em Estudos sobre o Português Brasileiro Oitocentista	268
Quadro 80 – Metaplasmos por substituição de fonema na escrita de APP: elevação das vogais médias pretônicas [e]> [i]	268
Quadro 81 – Metaplasmos por substituição de fonema na escrita de APP: elevação das vogais médias pretônicas [o]> [u].	270
Quadro 82 – Metaplasmos por substituição de fonema na escrita de IJPP: elevação das vogais médias pretônicas [e]> [i]	270
Quadro 83 – Comparando dados de escrita fonetizantes – Séculos XVIII ao XX.	274

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Situação populacional brasileira nos séculos XVI ao XIX	29
Tabela 2 – Repartição homens <i>versus</i> mulheres	47
Tabela 3 – População por freguesias, condição jurídica e classificação étnica, ano 1872.	113
Tabela 4 – Configuração populacional de Campo Largo segundo o Censo de 1872.	113
Tabela 5 – Origem, cor e gênero dos escravos 1768-1883.	159
Tabela 6 – Origem, nação, cor e sexo da população cativa em Rio de Contas, 1800-1850.	160
Tabela 7 – Abreviaturas de APP: distribuição por classificação	219
Tabela 8 – Abreviaturas de IJPP: distribuição por classificação	219
Tabela 9 – Elevação das vogas médias pretônicas no Campo Seco – possíveis fatores condicionantes	271
Tabela 10 – Amostra da elevação das vogas médias pretônicas – Século XVIII ao XX	271
Tabela 11 – Amostra de evidências metalinguísticas de escrita fonetizante em periódicos do século XIX	273

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Assinantes <i>versus</i> não assinantes	47
Gráfico 2 – Designações usadas para identificar os negros no Campo Seco.	162
Gráfico 3 – Estratificação social no Alto Sertão da Bahia – Séculos XVIII e XIX.	172
Gráfico 4 – Total de palavras abreviadas no Livro de Razão	218
Gráfico 5 – Distribuição geral de abreviaturas por scriptor.	218
Gráfico 6 – Classificação das abreviaturas oriundas do punho de APP.	219
Gráfico 7 – Classificação das abreviaturas oriundas do punho de IJPP	220

SUMÁRIO

VOLUME I

INTRODUÇÃO	21
Escolha do tema	21
O percurso trilhado	22
A organização da tese	24
1 DE MUITAS HISTÓRIAS PARA UMA HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA DO BRASIL	27
1.1 DO MULTILINGUISMO À POLARIZAÇÃO LINGUÍSTICA: FORMAÇÃO E DIFUSÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	28
1.2 CAMINHOS PARA A RECONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA DO BRASIL	32
1.3 PARA UMA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: “O QUE É QUE A BAHIA TEM?”	36
1.3.1 Os ilustres – <i>corpus</i> de Carneiro (2005)	37
1.3.2 Os africanos – <i>corpus</i> de Oliveira (2006)	38
1.3.3 Os sertanejos não ilustres – <i>corpus</i> de Santiago (2019)	41
1.3.4 Os indígenas – <i>corpus</i> de Souza (2019)	43
1.4 PARA ALÉM DAS CARTAS, ATAS, LEIS E ALVARÁS: OUTROS CORPORA DO SERTÃO BAIANO.	45
1.4.1 Das declarações de Terra em Santana do Campo Largo aos Livros da Fazenda do Campo Seco em Bom Jesus dos Meiras	45
1.4.2 Os Livros da Fazenda do Campo Seco	48
1.4.2.1 O Livro do Gado	48
1.5 O LIVRO DE RAZÃO E A PROPOSTA DA TESE	49
1.5.1 Sobre o conceito de Livro de Razão	49
1.5.2 Para além da escrituração contábil	51
1.5.3 A proposta de tese	52
1.6 SÍNTESE DA SEÇÃO	53
2 PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS TRILHADOS	54
2.1 A LINGUÍSTICA HISTÓRICA, SUAS VERTENTES E O USO DE FONTES COMO <i>CORPORA</i>	54
2.2 A FILOLOGIA E A PREPARAÇÃO DAS FONTES PARA O ESTUDO DA LÍNGUA	56
2.2.1 Tipos de edição	58
2.2.2 A edição de textos e as humanidades digitais	61
2.3 OS ESTUDOS HISTÓRICOS DA LÍNGUA E A ABERTURA DA HISTÓRIA	65
2.3.1 A ruptura com o paradigma da historiografia tradicional	66

2.3.1.1	História da Cultura Escrita – breve reflexão sobre o que é e a que se propõe esse campo do saber	69
2.3.1.2	A Micro-História como recurso metodológico	77
2.4	SÍNTESE DA SEÇÃO	80
3	DO FAC-SÍMILE À EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DO LIVRO DE RAZÃO: O <i>CORPUS</i>, O CONTEXTO DE PRODUÇÃO E OS <i>SCRIPTORES</i>	81
3.1	O LIVRO DE RAZÃO DO CAMPO SECO	81
3.1.1	Sobre a transcrição já realizada e as motivações para uma nova edição	82
3.1.2	Descrição extrínseca	83
3.1.2.1	A digitalização do Livro de Razão pelo método fotográfico Lapelinc	83
3.1.2.2	Um passeio pelo Livro de Razão: do suporte à encadernação	88
3.2	DO REPOVOAMENTO DO ALTO SERTÃO À CONSTITUIÇÃO DE BOM JESUS DOS MEIRAS: CONHECENDO A REGIÃO DO CORPUS	105
3.3	OS <i>SCRIPTORES</i>	115
3.3.1	Antônio Pinheiro Pinto	118
3.3.2	Inocência José Pinheiro Pinto/ Canguçu	119
3.3.3	Miguel Joaquim de Castro Mirante.	120
3.4	DISPONIBILIZAÇÃO DAS EDIÇÕES	123
3.5	SÍNTESE DA SEÇÃO	126
4	O SERTÃO POR ESCRITO: DO CONTROLE DE FINANÇAS AOS FRAGMENTOS DA VIDA COTIDIANA NA BAHIA RURAL OITOCENTISTA	127
4.1	PELAS PÁGINAS ESCRITAS, DIFERENTES CAMINHOS...	127
4.2	DOS INDÍCIOS À RECONSTITUIÇÃO DAS VIVÊNCIAS: UM MICROCOSMO DA BAHIA RURAL OITOCENTISTA A PARTIR DO LIVRO DE RAZÃO	132
4.2.1	Pinheiro Pinto, sua parentela e as vivências de uma época.	133
4.2.1.1	A vida comercial no Campo Seco	135
4.2.1.2	Da militarização à vida religiosa no sertão da Bahia	149
4.2.1.3	A escravidão na fazenda do Campo Seco	158
4.2.1.4	Indicadores sociais no Alto Sertão	170
4.2.2	Inocência Pinheiro Pinto/ Canguçu: o que revelam suas anotações	176
4.3	A REFORMA POMBALINA NA COLÔNIA: BREVES NOTAS SOBRE A APLICAÇÃO E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS	178
4.4	DA PRODUÇÃO À CIRCULAÇÃO DO ESCRITO NO CAMPO SECO	183
4.4.1	A penetração da língua escrita na fazenda	183
4.4.2	A difusão da escrita nos domínios do Campo Seco	190
4.5	SÍNTESE DA SEÇÃO	191

5	“PELAS MÃOS SE FAZ A ESCRITA”: DA DESCRIÇÃO GRAFEMÁTICA AOS INDÍCIOS DA ORALIDADE NO SERTÃO OITOCENTISTA	194
5.1	A MORFOLOGIA DAS “MÃOS” DOS <i>SCRIPTORES</i> : DESCRIÇÃO INTRÍNSECA	196
5.1.1	Configuração da “mão” de Antônio Pinheiro Pinto	197
5.1.2	Configuração da “mão” de Inocêncio José Pinheiro Pinto/Canguçu	206
5.2	AS ABREVIATURAS	213
5.3	ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE GRÁFICA DE TEMPOS PRETÉRITOS	228
5.3.1	Um breve olhar para a história da ortografia portuguesa	229
5.4	REFERÊNCIAS METALINGÜÍSTICAS PARA O ESTUDO DESCRITIVO DA VARIAÇÃO GRAFEMÁTICO-FONÉTICA DO LIVRO DE RAZÃO	233
5.5	DOS SENHORES DO CAMPO SECO: A DESCRIÇÃO GRAFEMÁTICA	238
5.5.1	Grafias para o fonema /z/	239
5.5.2	Grafias para o fonema /s/	241
5.5.3	Grafias para os ditongos	243
5.5.4	Grafias para o fonema /u/	246
5.5.5	Grafias para o fonema /j/	247
5.5.6	Grafias para o fonema /ʒ/	249
5.5.7	Grafias para representar a nasalidade	250
5.5.8	Etimologização gráfica	252
5.6	“ESCREVEMOS O QUE FALAMOS OU O QUE SABEMOS FALAR”: BREVE DESCRIÇÃO DE INDÍCIOS DA REPRESENTAÇÃO DA ORALIDADE NO SERTÃO OITOCENTISTA	256
5.6.1	Estudo do som em textos escritos	258
5.6.2	A escrita fonetizante dos senhores do campo seco	259
5.6.2.1	Metaplasmo por transposição de fonema: metátese	260
5.6.2.2	Metaplasmo por acréscimo de fonema: ditongação	260
5.6.2.3	Metaplasmo por acréscimo de fonema epêntese e prótese	261
5.6.2.4	Metaplasmo por subtração de fonema: redução de ditongos	262
5.6.2.5	Metaplasmo por subtração de fonema: síncope e aférese	264
5.6.2.6	Metaplasmo por substituição de fonema: anteriorização	266
5.6.2.7	Metaplasmo por substituição: elevação das vogais médias postônicas	266
5.6.2.8	Metaplasmo por substituição: elevação das vogais médias pretônicas	267
5.6.3	Um olhar reflexivo sobre os dados de escrita fonetizante	274
5.7	SÍNTESE DA SEÇÃO	278
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	279
	REFERÊNCIAS	283
	ANEXO	295

VOLUME II

1	APRESENTAÇÃO	322
2	CRITÉRIOS DA EDIÇÃO	324
3	EDIÇÕES FAC-SIMILAR E SEMIDIPLOMÁTICA DO LIVRO DE RAZÃO	326
4	ÍNDICE ANALÍTICO	639
5	OS SCRIPTORES	658
5.1	ANTÔNIO PINHEIRO PINTO	658
5.1.1	Ficha biográfica	658
5.1.2	Quadro scriptográfico	659
5.1.3	As abreviaturas	662
5.2	INOCÊNCIO JOSÉ PINHEIRO PINTO/ CANGUÇU	687
5.2.1	Ficha biográfica	687
5.2.2	Quadro scriptográfico	687
5.2.3	As abreviaturas	690
5.3	MIGUEL JOAQUIM DE CASTRO MIRANTE	696
5.3.1	Ficha biográfica	696
5.4	SÍNTESE DO VOLUME II	697

INTRODUÇÃO

Escolha do tema

É comum pensar em um tema para um projeto de tese durante o período que antecede um processo de seleção. Entretanto, o tema aqui discutido tem sido maturado desde a graduação. Ainda em 2011, atuando como bolsista no Projeto CE-DOHS – *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão*, projeto que faz parte do NELP – *Núcleo de Estudo de Língua Portuguesa* – UEFS, sob orientação da professora Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, desenvolvi a pesquisa com um conjunto de cartas, do segundo quartel do século XX, da cidade de Valente, no semiárido baiano. O trabalho consistia na edição semidiplomática das cartas. Tendo concluído esta etapa, fui informado que a professora Zenaide Carneiro, orientadora de meu mestrado e coorientadora desta tese, tinha um assunto muito importante para conversar comigo. No Departamento de Letras, na sala de orientação, recebi a notícia da existência dos manuscritos do Campo Seco – *Livro do Gado* e *Livro de Razão* – e o convite para editar, inicialmente, o *Livro do Gado*.

Qualquer pesquisador ficaria lisonjeado com um convite para tal tarefa, principalmente por se tratar de documentos tão importantes para a história social linguística do Brasil e pelo fato da etapa da prospecção de arquivos já ter sido executada. Mas minha reação imediata foi não aceitar a tarefa por medo de não conseguir fazer o que estava sendo proposto. Logo depois, a professora Mariana Lacerda me alertou da grande oportunidade que estava deixando passar. Não hesitei, e, então, aceitei o trabalho.

Enquanto a equipe do projeto se organizava para fotografar os manuscritos, começamos um processo de pesquisa sobre os *scriptores*, os contextos diatópico e diacrônico de produção do escrito, elaborando uma caracterização formal. De posse do arquivo digital, no final de 2012, começamos os preparativos da edição e elaboramos um projeto de mestrado, que foi muito bem avaliado na seleção do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, na UFBA.

Após uma análise mais detalhada do documento, durante a disciplina de Metodologia da Pesquisa do Mestrado, chegamos a um consenso e optamos por adiar a edição para o doutoramento, pois disporíamos de mais tempo de preparação. Assim o tema

desta tese – *Edição semidiplomática do Livro de Razão e o estudo das práticas de escrita no sertão da Bahia oitocentista* –, que se insere na área de concentração *Linguística Histórica*, do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, da Universidade Federal da Bahia, na linha *História da Cultura Escrita no Brasil*, entra em cena, tendo como eixo norteador a reconstituição da história social linguística do Brasil, a partir do “levantamento de fontes que possam revelar os processos linguageiros havidos no Brasil e a reconstituição da história da escolarização nos mais distantes lugares do Brasil” (MATTOS E SILVA, 2004, p.58-59), como é o caso de Bom Jesus dos Meiras, atual cidade de Brumado, foco diatópico desta pesquisa. O estudo proposto, essencial para a compreensão da polarização entre as normas linguísticas do português brasileiro, privilegia os três campos da agenda do PHPB.

O percurso trilhado

A tese, tendo em vista seu eixo norteador – a reconstituição da história social linguística do Brasil – situa-se numa perspectiva interdisciplinar, já que, como bem nos ensina Martin (2003, p. 136) “[...] a história de uma sociedade, de sua cultura, de suas mentalidades, é indissociável da história de sua língua: a vida social supõe uma língua compartilhada, e esta conserva em si os vestígios da história comum.”.

A língua compartilhada pela vida social carrega consigo os vestígios da história comum dos homens, e os documentos escritos constituem-se como o único recurso para acessar essa língua do passado e a memória social de uma sociedade. Nesse contexto, a Linguística Histórica, que “[...] durante décadas voltou-se quase que exclusivamente para a história interna das línguas” (ABREU, 2011, p. 43), tem dialogado com diferentes áreas do saber, a fim de estabelecer uma metodologia capaz de integrar a história interna e externa da língua (FARACO, 2005, p. 63).

Sob essa perspectiva, o diálogo entre a História Social da Cultura Escrita e os estudos linguístico-filológicos apresenta-se como um viés capaz de garantir a reconstituição de sócio-histórias, de práticas de leitura e escrita em espaços oficiais e extraoficiais, por meio da análise dos usos e funções sociais da escrita. O aporte teórico-metodológico das referidas áreas dá base ao estudo aqui proposto: a Linguística Histórica e a Filologia garantem o tratamento e o estabelecimento do texto através da edição, enquanto a História Social da Cultura Escrita, em associação com aspectos metodológicos da Micro-

História, além de colaborar para a história do texto, fornece bases para a história da escolarização.

Esses elementos são fatores essenciais para a compreensão da mudança linguística, pois trazem para a pesquisa o caráter sócio-histórico da língua, ratificando o fato de que há “uma história social que precede as mudanças linguísticas, isto é, mudanças na organização social que geram novas relações interacionais nas quais, então, se geram processos de mudança linguística.” (FARACO, 2005, p. 66).

O linguista russo Valentin N. Voloshinov (1895-1936), crítico ferrenho das perspectivas imanentes da língua, segundo Faraco (2005, p. 66), explica que:

É nessa mesma ordem (isto é, do social para o linguístico) que se dá o processo real da mudança linguística: as relações sociais mudam; a comunicação e a interação verbais mudam no quadro dessas relações sociais; as formas dos atos de fala mudam em consequência das mudanças na interação; e, finalmente, esse processo de mudanças se reflete na alteração das formas da língua. (VALOSHINOV, 1979, p. 110 apud FARACO, 2005, p. 66)

Os fundamentos da Linguística atual de base empírica, descritos anteriormente, já encontravam base de sustentação no século XVI. Basta lembrarmos que, mesmo antes de a Linguística *stricto sensu* existir, Fernão de Oliveira, em sua Grammatica da Lingoagem Portuguesa, de 1536, afirma que “os homens fazem a língua, não a língua os homens” (cap. IV, l. 2-7) e que “Mui poucas são as cousas que duram por todas ou muitas idades em hum estado, quanto mais as falas que sempre se conformam com os conceitos ou entenderes, juizos e tratos dos homens” (cap. XXXVI, l. 2-7), conforme Torres (2000).

Tendo em vista a discussão apresentada, esta tese tem como objetivo geral colaborar com a reconstituição da história social linguística do Brasil, investigando as histórias parciais, especificamente, no sertão baiano, através da edição semidiplomática do *Livro de Razão*, feita com base na edição fac-similar realizada por Jorge Viana Santos, e do estudo das práticas de escrita do manuscrito do Brejo do Campo Seco, documento de foro privado, representativo do multifacetado quadro linguístico brasileiro, no contexto sócio-histórico da Bahia rural oitocentista, que faz parte do banco de dados do NELP, o DOHS/CE-DOHS, que recebeu a anuência para trabalhar com os materiais do Brejo, sob a guarda de Dr. Lycurgo de Castro Santos Neto, em 2012.

Para alcançar o objetivo geral, pretendemos elaborar a caracterização sócio-histórica da fazenda do Brejo do Campo Seco e da região onde ela se localiza; fazer a descrição extrínseca e intrínseca do *Livro de Razão*; realizar a edição semidiplomática do

manuscrito; caracterizar socioculturalmente os *scriptores* e estudar os fenômenos grafonéticos presentes na escrita deles, a fim de elucidar as questões norteadoras da tese, discriminadas a seguir:

1. A edição semidiplomática do *Livro de Razão* e a sua caracterização sócio-histórica podem fornecer um microcosmo da realidade sociocultural da Bahia rural oitocentista?
2. A caracterização dos “tempos do escrito” (CASTILLO GÓMEZ, 2003), na Fazenda do Campo Seco, revela indícios de diferentes formas da escolarização no interior da província da Bahia?
3. Santos Filho (2012), no livro *Uma comunidade rural no Brasil antigo*, ao analisar a produção gráfica dos senhores do Campo Seco, afirma que tanto Antônio Pinheiro Pinto como Inocêncio Pinheiro Canguçu seriam pouco instruídos, porque a grafia nos seus registros demonstra ausência de conhecimentos linguísticos elementares. A insegurança da letra e a ausência de conhecimentos linguísticos elementares presentes no *Livro de Razão* representam, de fato, “erros ortográficos”, como defende Santos Filho (2012)? Seriam os senhores do Campo Seco pouco instruídos?
4. A análise grafonética da escrita de Antônio Pinheiro Pinto e de Inocêncio Pinheiro Canguçu apresenta elementos para uma aproximação do português falado no Brasil, especialmente no interior da Bahia, no passado?
5. De que maneira o estudo de histórias parciais e localizadas podem ser úteis para a reconstituição de uma história social e linguística do Brasil?

A organização da tese.

A tese está organizada em dois volumes. O volume I compõe-se de cinco seções. Na primeira seção, intitulada *De muitas histórias para uma história social linguística do Brasil*, oferecemos ao leitor um breve retrospecto dos caminhos já trilhados em busca da reconstituição histórica do português brasileiro, uma das faces da história da língua portuguesa, destacando o conjunto de cinco *corpora* oriundos da Bahia. Ainda nesta seção, apresentamos o *corpus*, objeto de estudo, – *O Livro de Razão* – e a proposta da tese.

Na segunda seção, como bem denuncia seu título – *Percursos teórico-metodológicos trilhados*–, situamos o leitor em relação aos caminhos metodológicos adotados, numa perspectiva interdisciplinar, a fim de alcançar os objetivos pretendidos.

Na terceira seção, *Do fac-símile à edição semidiplomática do Livro de Razão: o corpus, o contexto de produção e os scriptores*, valendo-nos do arcabouço teórico da Filologia e da História Social da Cultura Escrita, descrevemos e contextualizamos o *corpus*, explicamos a formação da Fazenda do Campo Seco, em Bom Jesus dos Meiras, e elaboramos o perfil social dos *scriptores*. Além disso, enfatizamos a importância das humanidades digitais no processo de edição de textos, destacando a criação de um site para a disponibilização das edições do *Livro de Razão*.

Em *O sertão por escrito: do controle de finanças aos fragmentos da vida cotidiana na Bahia rural oitocentista*, quarta seção, por meio da análise da escrita dos senhores do Campo Seco, considerando a instrumentalização do texto (SPINA, 1977), o aparato metodológico da História Social da Cultura Escrita (PETRUCCI, 1999), (CASTILLO GÓMEZ, 2003) e aspectos da Micro-História (GINZBURG, 1987), procuramos apresentar indícios da vivência no sertão da Bahia oitocentista, descrevendo aspectos desde a vida comercial até o processo da penetração e difusão social da escrita no Campo Seco.

Na quinta e última seção, intitulada “*Pelas mãos se faz a escrita*”: *da descrição grafemática aos indícios da oralidade no sertão oitocentista*, temos um estudo descritivo dos índices grafofonéticos identificados na produção gráfica dos senhores do Campo Seco. A seção está dividida em duas partes: na primeira, além da descrição intrínseca do *Livro de Razão*, realizamos um estudo das abreviaturas e da variação grafemática dos “punhos” dos *scriptores* e, na segunda parte, o foco é a análise das possíveis marcas de oralidade obtidas a partir da escrita fonetizante de cada *scriptor*.

Encerramos o Volume I com as considerações finais, nas quais são sintetizadas, em tópicos, as conclusões alcançadas com o estudo.

No Volume II, o leitor encontrará as edições fac-similar e semidiplomática do *Livro de Razão*. Acompanham, também, as edições uma breve apresentação, os critérios utilizados, a ficha biográfica dos *scriptores*, o conjunto de dados extraídos para a análise e um índice analítico das edições.

1

DE MUITAS HISTÓRIAS PARA UMA HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA DO BRASIL

[...] está ainda por ser reconstruído, com o detalhamento possível, o processo do encontro politicamente assimétrico entre a língua portuguesa, língua de dominação com muitas línguas autóctones e as diversas línguas aqui chegadas, primeiro as africanas, depois as línguas de imigrantes, que tornaram esta área americana, multilíngue de origem, ainda mais complexa linguisticamente. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 11)

Iniciamos esta seção com o trecho colhido de Mattos e Silva (2004), pois sua vasta obra, na segunda metade do século XX, como bem lembra Lobo (2015, p. 69), “representa um pensamento vivo e instigante” sobre a história social linguística do Brasil, objetivo de nossa sintética reflexão. No entanto, ciente de que não é tarefa simples executá-la, abordaremos apenas uma vertente dessa história que, por si só, já é demasiadamente densa: o português brasileiro.

Ao afirmar que a composição de nosso quadro linguístico deu-se de forma assimétrica, a autora revela o caráter heterogêneo que impactou a constituição histórica do português brasileiro. Faraco (2018), discorrendo sobre os aspectos da história socioeconômica e linguística do Brasil apresenta, sinteticamente, fatores que caracterizam a heterogeneidade que perpassa a história de nossa língua. A citação, embora longa, merece ser lida, pois amplia os horizontes para a pesquisa sobre o tema. Diz o autor:

A progressiva unificação territorial que a descoberta do ouro proporcionou; o deslocamento de grandes contingentes populacionais para a região aurífera; a vinda maciça de portugueses metropolitanos; as redes comerciais que se criaram para o abastecimento das Minas Gerais (unindo o Centro, o Nordeste, o Sul, São Paulo e o Rio de Janeiro e, assim, favorecendo o trânsito inter-regional da língua portuguesa); o estabelecimento de uma sociedade urbana em grau até então nunca visto nos espaços coloniais (o que fez surgir e crescer um segmento socioeconômico médio e letrado praticamente inexistente nos séculos anteriores) – todo esse novo quadro econômico e social teve um impacto duradouro na

história da língua portuguesa no Brasil, seja em sua dimensão dita culta, seja em sua dimensão dita popular. (FARACO, 2018, p. 29)

Sabemos da importância dos fatores elencados pelo autor para a compreensão da história do português brasileiro, por isso faz-se necessário entender, ainda que resumidamente, como eles contribuíram para a passagem de um país de multilinguismo para um país de perfil sociolinguístico polarizado e plural. Para tanto, organizamos esta seção assim: em 1.1 discutimos, brevemente, os perfis sociolinguísticos do Brasil, enfatizando o contexto de passagem do multilinguismo à polarização linguística; as possibilidades de pesquisa para a reconstituição da história do português brasileiro são apresentadas em 1.2; a partir de 1.3, expomos uma pequena amostra de *corpora*, oriundos da Bahia, que ajudam a caracterizar o quadro linguístico brasileiro. No item 1.4, o foco são dois novos documentos – as Declarações de Terras e os Livros da Fazenda, com ênfase no Livro de Razão, *corpus* desta tese, e na proposta de estudo realizado.

1.1 DO MULTILINGUISMO À POLARIZAÇÃO LINGUÍSTICA: FORMAÇÃO E DIFUSÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Afirma Houaiss (1985, p. 91) que o “português brasileiro nasce com diversidade.” Refletindo sobre essa questão, Mattos e Silva (2004, p. 21) destaca que o português brasileiro não apenas nasce com diversidade, mas vive e convive com ela, tanto regional como social. A discussão apresentada pelos referidos autores abre caminho para se discutir sobre a formação e difusão do português do Brasil ao longo do tempo.

Para entender esses dois aspectos, é importante pensar na ocupação territorial do país e nos “atores” que fizeram parte de nossa cena sociolinguística. Faraco (2018) destaca a importância dos centros propulsores na formação da sociedade brasileira, que resultou de “processos muito heterogêneos e conectados não a um, mas a vários centros propulsores” (FARACO, 2018, p. 24). Conforme o referido autor, a dinâmica colonial estabeleceu ilhas socioeconômicas entre os séculos XVI e XVII, que só estabeleceram conexões regulares no século XVIII. Destaca como os principais centros econômicos responsáveis pela ocupação territorial do Brasil São Vicente, São Paulo, Olinda, Recife, Salvador, São Luís e Belém. (FARACO, 2018, p.25-27).

Nesse contexto mobilizado pelas diferentes atividades econômicas que atraíram o colonizador, houve um constante fluxo migratório interno que fomentou a exploração da mineração, da agricultura e da criação de gado, fato que favoreceu a criação de vilas e,

posteriormente, de cidades, principalmente nos lugares mais distantes, promovendo a chegada de escravizados em diferentes espaços do território brasileiro, principalmente no século XVIII, com a descoberta do ouro.

O desenvolvimento de atividades, que por muito tempo ditaram o ritmo da economia colonial, motivou, para além da ocupação do território, a constituição do multilinguismo generalizado, que predominou no Brasil até a primeira metade do século XVIII, conforme Mattos e Silva (2004).

A partir da segunda metade do século XVIII, de acordo com Mattos e Silva (2004, p. 20-21), a emergência de uma língua nacional é condicionada pela política linguística do Marquês de Pombal, que definiu o português como língua da colônia, além dos aspectos relativos à miscigenação e à presença maciça de “falantes de variedades diatópicas distintas do PB em gestação em contato” (LOBO, 2018, p. 54), em decorrência do auge do ciclo da mineração.

Temos então, nesse período, a passagem de um multilinguismo generalizado para o multilinguismo localizado que se constituiu “a depender da conjuntura histórica local dos séculos anteriores” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 20). Esse quadro linguístico contribuiu para a “vitória” da língua do dominador, que se sobrepôs às línguas gerais – paulista ou amazônica – já difundidas em grandes áreas e também a uma possível língua africana veicular, ampliando o seu alcance no território brasileiro (LOBO, 2018).

Um olhar sobre os dados populacionais do Brasil, do século XVI ao XIX, expostos na tabela a seguir, e uma reflexão atenta sobre eles nos ajudam a entender o contexto descrito anteriormente.

Tabela 1- Situação populacional brasileira nos séculos XVI ao XIX

Etnias	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-----	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-----	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-----	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	0%	4%	2%

Fonte: Mussa (1991, p. 163)

Os dados indicados acima revelam o predomínio de etnias não brancas durante mais de trezentos anos. Embora a população de índios integrados tenha sido brutalmente reduzida ao longo dos séculos, a população composta por africanos, negros brasileiros e

mulatos, ainda representa a maioria da população no século XIX. Diante desse contexto, por quais razões, no processo de transposição do multilinguismo generalizado para o multilinguismo localizado, nenhuma língua africana permaneceu sendo falada.

A não constituição de núcleos linguísticos africanos duradouros foi motivada por vários fatores. Lobo (2018) menciona a separação de escravos pertencentes à mesma etnia e língua durante o processo do tráfico, além da “não constituição plena de famílias de escravos” (LOBO, 2018, p. 57). Para Faraco (2018, p. 27), a convivência no interior do navio com feitores, durante o período de espera para o embarque na costa africana, fazia com que os escravizados, no processo de interação, tivessem acesso à língua portuguesa, ainda que de forma simplificada.

Outros elementos explicam a adoção do português como língua franca por alguns escravizados, mesmo que de forma precária. Segundo Faraco (2018, p. 28), a existência de escravizados-intérpretes nos navios negreiros era um contexto favorável para o uso da língua portuguesa como elo entre os capitães e os escravizados a fim de garantir a comunicação e prevenir possíveis revoltas. Além disso, o comércio interno de escravizados, motivado pelos “deslocamentos dos centros econômicos do Nordeste para Minas e, depois, para o vale do Paraíba do Sul” (FARACO, 2018, p. 28) colaborou para o contato com pessoas diferentes, o que viabilizou a alteração dos usos linguísticos.

Se os escravizados não conseguiram estabelecer o uso de uma língua africana, não significa que foram totalmente silenciados. Para entender, então, como esse grupo populacional conseguiu se fazer “ouvir” nesse processo linguístico, Mattos e Silva (2004), retomando a metáfora “*Uma multidão obscura que jamais teve voz própria*”, extraída do livro “*Ser escravo no Brasil*”, da historiadora Kátia Mattoso, explica que os negros escravizados, do século XVI, mais precisamente a partir da terceira década, até 1888, não tinham “voz”, isto é, não possuíam direitos, nem eram respeitados, pois só existiam socialmente como coisa, mercadoria. Entretanto, como “mercadoria humana”, essa multidão, nas palavras de Mattos e Silva (2004) tinha voz – ouvia, falava –, portanto:

“voz” não mais no sentido metafórico utilizado pela historiadora, e será essa voz a marcar, reformular dar o tom à gramática do vernáculo brasileiro, vernáculo entendido como língua materna de falantes com história de vida familiar e pessoal, sem interferência de escolarização, ou, se quisermos, ao chamado português popular brasileiro ou normas vernáculas que interpenetram o chamado português culto ou normas cultas.” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 92)

Ao se referir à voz dessa “multidão obscura”, Mattos e Silva (2004) desmistifica a ideia de “influência africana” na história da língua portuguesa e traz do papel de coadjuvante, na cena linguística brasileira, para ocupar o centro do palco, o protagonismo, os africanos e os afrodescendentes como os formadores e difusores da vertente popular do português brasileiro. Formadores porque, em situação de transmissão linguística irregular, adquiriram a língua portuguesa como L2. Faraco (2018, p. 33) detalha o processo dessa aquisição:

O português, na experiência interacional de milhões de aloglotas (falado, portanto, basicamente como língua segunda) – que viviam em posição socioeconômica subalterna, sem direito à escolarização e, por consequência, sem acesso continuado e frequente a modelos consistentes de prestígio – foi passando por transformações, caracterizadas em especial por simplificação ou eliminação de certas estruturas, em especial da morfologia flexional, que desembocaram no português popular brasileiro. (FARACO, 2018, p. 33)

Some-se a esse contexto de aquisição, no qual não há a formação de uma nova língua, mas o surgimento de variedades da mesma língua (FARACO, 2018, p.33), fatores relacionados à demografia histórica e à mobilidade social dos escravizados no território brasileiro (MATTOS E SILVA, 2004, p. 130) e temos uma explicação para entender porque foram os africanos e os afrodescendentes os principais difusores dessa vertente da língua portuguesa.

Do contato entre línguas e da aquisição irregular do português emerge o português popular brasileiro (LUCKESI, 1994; MATTOS E SILVA, 2004; FARACO, 2018), compondo, conforme Luckesi (1994), a polarização sociolinguística brasileira (português popular e português culto), motivada, sobretudo, pelas questões socioeconômicas predominantes no período colonial.

Enquanto a vertente popular identificava os escravizados e a população pobre, principalmente, no interior, local de maior concentração da maior parte dessa população, no período colonial (LUCKESI, 2004), a vertente culta esteve sob os cuidados de uma elite colonial assim descrita por Faraco (2018):

O grupo social dominante – a boa sociedade, a elite socioeconômica e letrada, à qual se foram agregando os segmentos médios em crescimento desde a sedimentação dos núcleos urbanos da região mineira no século XVIII – constituiu, como falante de variedades prestigiadas da língua, o polo responsável pela lusofonização por cima da sociedade brasileira, garantindo, por seu turno, a relativa uniformidade do português brasileiro culto. (FARACO, 2018, p. 34)

A relativa uniformidade do português brasileiro culto preconizado pela pequena elite tradicional, a partir do século XIX, começa a ser desenhada com a chegada da corte

portuguesa no Rio de Janeiro e seus desdobramentos para a colônia, a partir de 1808, e posteriormente com “a boa intenção de tornar o ensino universal e obrigatório” a partir da Constituição de 1823 (FARACO, 2018).

Partindo da ideia de que “[...] a vida social supõe uma língua compartilhada, e esta conserva em si os vestígios da história comum.” (MARTIN, 2003, p. 136), buscar reconstituir a história da língua portuguesa é, sobretudo, entender a diversidade sociocultural que garantiu essa identidade múltipla a nosso país. Como bem lembra Faraco (2018), portanto, “não se pode falar de uma história sociopolítica única da língua portuguesa no Brasil. Numa sociedade polarizada socioeconomicamente desde o início da colonização, a língua caminhou, de fato, por duas grandes trilhas paralelas, cada qual com sua própria dinâmica.” (FARACO, 2018, p. 35).

Como, então, seguir as trilhas da história social linguística do Brasil diante desse quadro multifacetado que é a língua portuguesa? Os caminhos já trilhados serão discutidos brevemente a seguir.

1.2 CAMINHOS PARA A RECONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA DO BRASIL

Pelo quadro sócio-histórico que foi apresentado, percebemos que reconstituir a detalhada história social linguística do Brasil é uma tarefa que deve considerar a diversidade populacional, as questões de mobilidade territorial, além das diferentes línguas que aqui se estabeleceram. Entretanto, como já afirmava Mattos e Silva (2004), não é trabalho para poucos nem por pouco tempo. Ciente disso, concentramos nossos esforços em entender uma das faces de nossa língua – o português brasileiro – que, por si só, já garante muitos desafios ao pesquisador, em virtude de sua formação heterogênea.

A respeito da pesquisa sobre a história da língua portuguesa no Brasil, Antônio Houaiss, em 1985, já enfatizava que, àquela época, não tínhamos os requisitos necessários para pesquisar, conhecer e elaborar uma história de nossa língua. Para preencher essa lacuna, propôs o referido autor quatro vias de investigação que tratam da temática, assim descritas: 1ª - *o levantamento de depoimentos diretos e indiretos*, 2ª - *o mapeamento da dialetologia brasileira*, 3ª - *o incremento da dialetologia vertical* e 4ª - *a penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias, numa leitura exclusivamente linguística* (HOUAISS, 1985, p. 127-128).

As vias propostas pelo autor serviram de inspiração para diversos grupos e pesquisadores que se organizaram e buscaram criar as condições de pesquisas necessárias para a reconstituição de nossa história linguística. Destacamos aqui o PROHPOR, gestado e liderado por Rosa Virgínia Mattos e Silva, na Universidade Federal da Bahia, em 1990, cadastrado no CNPQ em 1991, pioneiro nos estudos da constituição histórica da língua e, seis anos depois, em 1997, nasce o PHPB, um projeto nacional, liderado por Ataliba de Castilho, com equipes regionais atuando, inicialmente, nos campos:

- i) constituição de *corpora* diacrônicos de documentos de natureza vária, escritos no Brasil, a partir do século XVI;
- ii) estudos de mudanças linguísticas depreendidas na análise dos *corpora* constituídos;
- iii) reconstrução da história social linguística do Brasil.

Da constatação feita por Houaiss até os nossos dias, muito já foi feito. As vias 2 e 3 têm alcançado maiores êxitos. Em relação à via 2, *o mapeamento da dialetologia brasileira*, vale destacar a atuação do projeto *Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)*, cuja sede regional situa-se da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que investiga e analisa as questões referentes à dialetologia. A via 3, *o incremento da dialetologia vertical*, desenvolveu-se através de projetos como o da *Gramática do Português Falado (1988-2011)*, na Universidade de Campinas (UNICAMP), o *Programa de Estudo sobre o Uso da Língua (PEUL)*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Projeto Vestígios de Dialetos Crioulos em Comunidades Rurais Afro-Brasileiras Isoladas – Projeto Vertente, além do impacto causado pela Sociolinguística Paramétrica.

A primeira e a quarta vias, segundo Mattos e Silva (2004), diferente do que ocorre com as outras duas, ainda precisam de muitas investigações, pois envolvem dois aspectos: “*fatos das sucessivas distribuições demográfico-linguísticas*” e a “*penetração da língua escrita no Brasil*”. A dificuldade em atender ao que se propõe na primeira via recai sobre outros dois fatores complexos: o primeiro refere-se ao levantamento de fontes escritas representativas de séculos passados e o segundo relaciona-se às questões da demografia histórica.

Quando pensamos em fontes escritas capazes de espelhar a língua pretérita, devemos considerar a representatividade dos grupos populacionais que tiveram acesso à escrita. Nesse contingente populacional, como explica Lobo (2009), “a pena esteve nas

mãos de portugueses, ‘brancos’ brasileiros, africanos, índios e imigrantes – todos, com maior ou menor perícia, escrevendo em português (LOBO, 2009, p. 312)”. Recuar no tempo e recuperar essas fontes é um trabalho árduo, principalmente se considerarmos as condições dos arquivos e, muitas vezes, a falta de preparação do pesquisador, que não tem a formação específica na prospecção desses arquivos.

Entender a complexidade da demografia histórica é outro fator essencial para a execução da primeira via. Mattos e Silva (2004, p. 34) explica que “a história demográfica fornece pistas interessantes e significativas para a história das línguas”. Sabendo que a dinâmica da população brasileira, especialmente no período colonial, foi muito intensa, entende-se por qual razão a autora defende a observação desse aspecto aos se estudar a trajetória do português brasileiro, considerando “[...] o percurso histórico das populações e suas línguas que aqui conviveram e convivem com a língua portuguesa” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 34).

A quarta via proposta por Houaiss, *a penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias, numa leitura exclusivamente linguística*, é outra vertente muito importante para a compreensão do caráter polarizado e plural do português brasileiro. Nesse campo de pesquisa, temos as políticas linguísticas que perpassaram a história do Brasil – a política dos jesuítas e, mais tarde, a política pombalina, no século XVIII (MATTOS E SILVA, 2004, p. 34). Há um porém! Considerar apenas os espaços institucionais para realizar a história da escolarização no país é sustentar uma política de caráter excludente e concentrador, pois, não é segredo que “o processo de literatização do Brasil foi lento e de má qualidade” (MATTOS E SILVA, 2004, p.59), isto é, a instrução pública foi destinada a um grupo seletivo da população. Logo, analisar apenas os dados oriundos desse grupo é elaborar uma história incompleta da escolarização no Brasil. Por essa razão, é necessário considerar as histórias de acesso à escrita pelo viés não institucional. Nesse sentido, alguns estudos no campo da História da Educação e, principalmente, as pesquisas na área da História Social da Cultura Escrita têm sido fundamentais para dar conta dessa outra vertente esquecida pelos estudos que se centram nos dados oficiais.

Do encontro entre a primeira e quarta vias propostas por Houaiss, Mattos e Silva (2004) apresenta quatro grandes campos de pesquisas para recuperar uma história do português brasileiro. São os seguintes:

(a) O campo que se moverá na reconstrução de uma história social linguística do Brasil; (b) O campo que se moverá na reconstrução de uma sócio-história linguística ou de uma sociolinguística histórica; (c) O campo que se moverá na reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro; (d) O campo que se moverá no âmbito comparativo entre o português europeu e o português brasileiro (MATTOS E SILVA, 2004, p. 58).

Focalizamos o campo a, que abarca o levantamento de fontes, a demografia histórica e a escolarização. Para Mattos e Silva (2004), esses fatores são essenciais para a compreensão da coexistência das vertentes polarizadas do PB: a vertente culta e a vertente popular. No entanto, como já foi discutido, não é um trabalho simples contar essa história tão rica e ampla de forma detalhada, embora ela seja importante. Para superar os desafios da pesquisa, propõe a autora que o campo a, “será aquele fundado na história do Brasil. [...] em que o historiador da língua estará mais próximo do historiador *tout court*” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 58), ou seja, um diálogo interdisciplinar com pesquisadores da história e de outros campos do saber, como detalha a seguir:

[...] pelos que fazem história social – ou numa perspectiva antropológica ou numa perspectiva da chamada nova história, que não se reporta apenas aos grandes acontecimentos, mas a evidências de vários aspectos do cotidiano dos diversificados agentes da história – pode-se levantar indícios que permitam fundamentar uma aproximação à história social da linguagem. Pelo que tenho podido observar, os avanços sobre o passado da sociedade brasileira realizados por esses cientistas são essenciais para uma aproximação menos generalizante da história social linguística do Brasil [...].(MATTOS E SILVA, 2004, p. 70)

Aproximação é o termo que melhor define o diálogo sugerido por Mattos e Silva (2004). A autora expõe caminhos que se inter cruzam com as mudanças ocorridas no paradigma historiográfico do século XIX, destacando a importância dos estudos sobre os aspectos da vida cotidiana, antes rejeitados pelo viés científico, como elementos capazes de revelar indícios “para uma aproximação menos generalizante da história social linguística do Brasil” [...]. (MATTOS E SILVA, 2004, p.70). Reforçando a defesa do método indiciário como um recurso para auxiliar a reconstituição histórica do nosso multifacetado quadro linguístico, a autora comenta que

Uso a designação “indícios”, não como um termo da nossa linguagem corrente, mas no sentido metalinguístico tal como proposto pelo antropólogo-historiador Carlo Ginzburg, no seu sugestivo estudo, *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* (1989:143-180), em que argumenta e demonstra que a história, e acrescento eu, a história social das línguas, assim como outras áreas do saber organizado, se inserem num paradigma indiciário [...] (MATTOS E SILVA, 2004, p. 70)

O caminho para se estudar a história do PB está bem nítido. Some-se isso à relação mútua entre a Linguística Histórica e a Filologia, fundamental para o estabelecimento de um texto que se aproxime ao máximo do original, as propostas sugeridas por Houaiss (1985) e Mattos e Silva (2004) e temos a possibilidade de contribuir com uma história social linguística do Brasil, investindo nas micro-histórias linguísticas “a fim de abarcar aspectos diversos e particulares do multifacetado quadro linguístico brasileiro, até para que as sínteses generalizantes pudessem, no futuro, ser mais solidamente construídas.” (LOBO, 2009, p. 306-307).

1.3 PARA UMA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: “O QUE É QUE A BAHIA TEM?”

A discussão realizada até o momento esclarece que, para a reconstituição da história social linguística do Brasil, é preciso desenvolver estratégias que compreendam os fatores que tornam o país múltiplo e heterogêneo do ponto de vista linguístico e sociocultural. É fato que muito já foi feito nesse sentido ao longo do tempo, basta lembrar que já existe um conjunto de *corpora* editados e uma série de estudos, que contemplam vários fenômenos de língua, em diferentes perspectivas.

Não seria proveitoso indicar aqui todos ou quem sabe uma boa parte dos referidos trabalhos, uma vez que eles são amplamente divulgados, seja por meio de artigos, das próprias teses e dissertações, ou através dos projetos coletivos de pesquisa. No entanto, elencamos a seguir quatro *corpora* que, juntos, atendem à ideia de uma abordagem social e linguística que aborda fatos variados e particulares do português brasileiro (MATTOS E SILVA, 2004; LOBO, 2009; FARACO, 2018), na Bahia, entre os séculos XVIII e XX. São os seguintes:

1. O *corpus* organizador por Carneiro (2005), constituído por cartas pessoais de ilustres nos séculos XIX e XX;
2. O *corpus* editado por Oliveira (2006), constituído por atas escritas por africanos, na Bahia, no século XIX;
3. O *corpus* de Santiago (2019), constituído por cartas pessoais, escritas por sertanejos cujo processo de escolarização ocorreu de forma extraoficial no interior da Bahia, no século XX;

4. O *corpus* de Souza (2019), constituído por documentos referentes à questão da escolarização indígena, nos séculos XVIII e XIX;

Os *corpora* listados apresentam particularidades que, unidas, colaboram para uma visão mais detalhada de nossa história linguística. De forma geral, são gêneros textuais diversificados (cartas pessoais, atas, documentos oficiais), alcançam diferentes grupos que tornam nossa população tão plural (negros, índios, sertanejos pobres e pessoas ilustres do interior e da capital da província), a identificação diatópica com o limite definido (Bahia), a definição temporal (Séculos XIX e XX), o contexto político e social demarcado, a descrição do perfil social da comunidade e dos sujeitos analisados, captando aspectos importantes de nossa língua a partir de uma abordagem que também atende totalmente ou parcialmente a agenda do PHPB, que acrescentou, em sua atual proposta de trabalho, dois novos tópicos, a saber: Tradições discursivas – abordagem diacrônica dos processos constitutivos do texto –, e História do léxico (CASTILHO, 2018) e as vertentes de pesquisa elaboradas por Mattos e Silva (2004).

1.3.1 Os ilustres – *corpus* de Carneiro (2005)

A tese de Carneiro (2005), intitulada *Cartas Brasileiras (1809 - 1904) Um estudo linguístico-filológico*, apresenta a edição fac-similada do *corpus* formado por 500 cartas manuscritas, produzidas por indivíduos brasileiros, entre 1809-1904. O *corpus*, de acordo com a autora, permite opor duas variantes: textos escritos por brasileiros cultos nascidos e/ou educados em regiões urbanas e textos escritos por brasileiros semicultos e não cultos nascidos/radicados no interior.

Atendendo aos critérios do PHPB, Carneiro (2005) organizou a tese em três frentes. Primeiro constituiu o *corpus* e o preparou por meio de uma edição diplomático-interpretativa, já que o objetivo primordial era a extração de dados linguísticos. Além da edição, a autora elaborou uma ficha com o maior número possível de informações sobre os remetentes, a fim de localizá-los no tempo e no espaço, revelando uma identidade que não se restringiu aos dados pessoais, já que se nota a presença de dados complementares sobre a vida dos missivistas. Antes de realizar o estudo linguístico sobre a colocação dos clíticos, há uma caracterização da situação educacional no Brasil, com destaque para a Bahia, nos séculos XVIII e XIX, período em que os autores das cartas tiveram acesso à escolarização.

Sobre o *corpus*, especificamente, Carneiro (2005, p. 79-80) conclui que:

são documentos relativamente homogêneos. Definem-se, sobretudo, como mensagens particulares escritas por um número relativamente grande de pessoas, ao todo 217, que escrevem sem preocupações estéticas excessivas [...]. Trata-se de cartas fechadas, por oposição às circulares. Prevaecem as correspondências particulares trocadas entre amigos e familiares. São cartas autógrafas, sendo raras as apógrafas, escritas por indivíduos quase todos identificados (CARNEIRO, 2005, p. 79-80).

A respeito da autoria das cartas, Carneiro (2005, p. 90) identifica a existência de uma elite brasileira inserida nas práticas de escrita. Ao organizar a documentação em três partes, assim caracteriza os escreventes que aparecem na 1ª e 2ª partes:

compõem-se dos nascidos em regiões costeiras, ou descendentes daqueles brasileiros e portugueses que enriqueceram no interior e de lá se deslocaram para estudar em faculdades nacionais ou universidades no exterior, sobretudo, em Coimbra, e por descendentes de portugueses costeiros. Uma gente, sobretudo, branca. São homens que ocuparam os mais altos postos administrativos brasileiros [...].

Em relação às missivistas organizados na 3ª parte do *corpus*, relata Carneiro (2005) que eram homens do interior que não tinham curso universitário, mas que exerciam o domínio regional, por serem grandes proprietários de terras e possuírem patentes da Guarda Nacional, controlando a política local e garantindo a ordem interna. Essa situação também foi confirmada em Campo Largo, na dissertação de Silva (2015), que identificou uma porcentagem de quase metade dos fazendeiros analisados declarando não saber ler e escrever nas Declarações para o registro das terras em 1859.

Embora Carneiro (2005) trabalhe com um *corpus* constituído por pessoas de diversas partes do Brasil, é possível, considerando a quantidade e a qualidade dos documentos analisados, a construção de um subcorpus a partir da reunião das cartas escritas, por exemplo, por pessoas nascidas ou radicadas no interior da Bahia, já que, entre os 217 remetentes, foram identificados 89 baianos da capital e do interior inseridos numa prática social de escrita nos séculos XIX e XX.

1.3.2 Os africanos – *corpus* de Oliveira (2006)

Mattos e Silva (2004, p. 59) afirma que recuperar os processos linguageiros tendo como foco o contato das línguas africanas com o português seria difícil, pois esse contato está “diluído e entremeado no todo da história social do Brasil.”. Não há dúvidas em

relação à dificuldade citada pela autora, entretanto, mesmo em meio essa dificuldade, Klebson Oliveira, saudoso professor da Universidade Federal da Bahia, localizou uma vasta documentação escrita, no século XIX, por africanos e afrodescendentes libertos e livres, preservada na Sociedade Protetora dos Desvalidos, uma irmandade negra de Salvador, fundada em 1832.

Esses documentos são muito importantes para a história da língua portuguesa, pois faz ecoar, de certa forma, a “voz” daqueles que não nasceram escravos, porém foram submetidos a tal condição. Sobre este corpus, Oliveira e Lobo (2009) escreveram:

São fontes que, se supõe, devam permitir uma reconstrução significativamente mais aproximada das chamadas normas vernáculas do português brasileiro. Desvelam, nas investigações sobre a história da cultura escrita no Brasil, um campo de estudos ainda quase por explorar: o dos caminhos trilhados por negros livres e libertos, integrantes de grupos sociais subalternos, para aprender a ler e escrever. (OLIVEIRA ;LOBO, 2009, p. 36)

As fontes encontradas por Klebson Oliveira são consideradas um achado e constituem-se por documentos, sobretudo as atas de reuniões da Sociedade Protetora dos Desvalidos. O referido autor fez uma edição conservadora, no mestrado, de 111 desses documentos e, no doutorado, ainda estudando a escrita de negros na Bahia do século XIX, editou um total de 290 documentos, com ênfase para as atas, que foram selecionadas da seguinte maneira:

Elegeram-se, num primeiro momento, os mais antigos escritos na Sociedade, constantes em um livro em cujo rótulo se lê ‘Relíquia da Fundação da Sociedade Protetora dos Desvalidos. Livro de termos do ano de 1832’ e que contém documentos escritos ao longo das décadas de 30 e 40 de oitocentos. Mas se quis um corpus que contemplasse textos escritos na SPD desde a sua fundação até a última década do século XIX, por conta disso a seleção foi para outros tempos, além das décadas referidas, mas se fez questão de que, com mais ou menos exemplares, todas fossem contempladas. Teve-se como outros critérios: que todas as décadas se representassem com textos escritos por mais de uma mão – duas, pelo menos – e a legibilidade dos documentos. Isso posto, selecionaram-se 290. (OLIVEIRA, 2006, p. 197)

Verificamos o zelo do autor no que diz respeito à representatividade do *corpus* ao buscar apresentar textos que contemplassem um período de tempo maior e fossem escritos por mais de uma mão. De forma sintética, o *corpus* foi assim organizado:

Quadro-1: Distribuição dos documentos por década

DÉCADA	NÚMERO DE DOCUMENTOS
1830	81
1840	57

1850	00
1860	52
1870	06
1880	61
1890	33
TOTAL	290

Fonte: Oliveira (2006, p. 198)

A tese de Klebson Oliveira é considerada um trabalho monumental não só pelo seu tamanho, mas, principalmente, pela qualidade dos dados apresentados. O autor constrói uma história das práticas de escrita por africanos no século XIX, além de enquadrá-la nos três campos da agenda do PHPB e nas propostas de trabalho sugeridas por Mattos e Silva (2004) da seguinte maneira:

1. Constitui um corpus ao apresentar a edição dos 290 documentos da SDP.
2. Realiza um estudo linguístico sobre os documentos, abordando fenômenos como a segmentação gráfica, grafias para sílabas complexas e as marcas de oralidade na escrita.
3. Apresenta dados sobre a escolarização que são essenciais para a reconstituição da história social linguística do Brasil. Neste item, o autor faz um levantamento da situação educacional na Bahia no período em questão e propõe três vias para explicar o fato de esses negros não serem analfabetos. Segundo Oliveira (2006), o acesso à escrita, para esse grupo que foi excluído do processo oficial da escolarização, aconteceu graças às relações afetuosas entre os escravos e a família senhorial, a especialização de certos ofícios, que exigiam conhecimento básico de leitura, escrita e contar; e a representação positiva da alfabetização entre os negros, além do papel das irmandades negras.

Do ponto de vista da representatividade desses documentos no que se refere à língua portuguesa, Charlotte Galves (2009, p. 353-354) assim afirma, no Posfácio do livro *África à vista*, que contém dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil, organizado por Tânia Lobo:

Os documentos estudados nesse livro fogem às expectativas comuns sobre a produção escrita. Encontra-se, com efeito, neles o que nos aparece como uma contradição. Por um lado, [...] a sintaxe das Atas é perfeitamente condizente com a sintaxe portuguesa padrão da época [...]. Por outro lado, observamos, em alguns aspectos, um desempenho profundamente desviante em relação a esse padrão. [...]. Convivem, assim, nas Atas, um domínio da norma quase sem

falhas, quando consideramos certos aspectos de sintaxe, e um desvio reiterado dessa mesma norma, quando se trata de concordância nominal e verbal. (GALVES, 2019, p. 353-354)

A observação feita por Galves (2009) revela a dupla competência linguística presente nas Atas, o que, nas palavras da autora, contraria a ideia de que os referidos documentos fossem fontes exclusivas do latim vulgar, ou seja, representante de um português popular.

1.3.3 Os sertanejos não ilustres – corpus de Santiago (2019)

O corpus constituído por Huda Santiago insere-se, justamente, no que Oliveira e Lobo (2012) denominaram de “exploração de arquivos”, fase dos estudos históricos e diacrônicos marcados pelas seguintes possibilidades: uma reconstrução aproximada do chamado português brasileiro e análise das práticas de leitura e de escrita de indivíduos pertencentes a grupos subalternos, o que os historiadores defensores da nova história nomeiam de história vista de baixo (SHARPE, 1992).

Partindo desse pressuposto, Santiago (2019) localizou o conjunto de cartas, de foro privado, escritas por sertanejos oriundos de três municípios do semiárido baiano, a saber: Riachão de Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu. A autora explica como se deu o processo que garantiu o acesso à documentação:

Inicialmente, foi localizado, em 2011, um conjunto de 91 cartas, escritas por 43 remetentes, que foi utilizado como corpus da dissertação *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano* (SANTIAGO, 2012). Posteriormente, em 2016, durante as visitas realizadas a alguns desses sertanejos para produção de entrevistas narrativas, localizou-se um acervo com 40 cartas pessoais, datadas, primordialmente, da década de 1970, muitas escritas pelos mesmos redatores do primeiro conjunto de cartas. (SANTIAGO, 2019, p. 60)

Trata-se, portanto, de 131 cartas, redigidas ao longo do século XX, entre os anos de 1906 e 2000. Segundo conta a referida autora, a produção das missivas concentra-se nas décadas de 1950, 1960 e 1970, perfazendo um total de 88 cartas datadas e 43 sem datas (SANTIAGO, 2019, p. 70).

Atendendo a critérios rigorosos, foram realizadas as edições fac-similar e semidiplomática, além da edição digital, com a finalidade de servir, principalmente aos estudos linguísticos. Entretanto, para além das edições, é importante caracterizar os missivistas a fim de garantir a confiabilidade dos dados históricos, sociais e linguísticos. Nesse sentido, os redatores das cartas são lavradores, baianos (53 remetentes – 43 da

primeira parte do corpus e 10 da segunda –, 31 mulheres e 22 homens) com baixas condições financeiras, trabalhadores na agricultura de subsistência e criação de animais, que tiveram contato com as primeiras letras em espaços extraescolares, devido à ausência e/ou precariedade de escolas na zona rural (SANTIAGO, 2019, p. 73).

Após a identificação e caracterização dos missivistas, Santiago (2019) procede na descrição do contexto de produção das cartas, buscando respostas para o que Castillo Gómez (2003, p. 116-122) chama de “os tempos do escrito”, ou seja, determinar o período, as condições, contextos e circunstâncias em que os documentos foram produzidos.

Baseando-se em Santos (2000), explica que a região, conhecida outrora como Sertões dos Tocós, foi povoada, inicialmente, por Antônio Guedes de Brito e, em seguida, por João Peixoto Viegas, que adquiriu terras da região, estabeleceu fazendas de gado, depois de combater várias comunidades indígenas, como informa Freire (2011), alertando que não há consenso, entre os estudiosos, sobre os primeiros proprietários das terras do Sertão dos Tocós. (SANTIAGO, 2019, p. 78)

A breve síntese do trabalho de Santiago na composição desse corpus, escrito por pessoas pouco escolarizadas, de uma região semiárida, apresentada aqui, indica a relevância social da pesquisa desenvolvida pela autora que, como se observa, buscou cumprir as agendas do PHBP, formando um corpus por meio de edições baseadas em critérios confiáveis e da identificação sociocultural dos produtores gráficos.

Além desses elementos, na busca por uma reconstrução da penetração da língua escrita na Bahia, isto é, saber como ocorreu o processo de inserção da população estudada nos processos de leitura e escrita, a autora procurou identificar os contextos que possibilitaram a aprendizagem dessas tecnologias. Sobre esse aspecto, relata:

Não há muitas informações sobre o processo de escolarização formal, nesse espaço, durante o século XIX. Nos Atos do Governo da Província, disponíveis no Arquivo Público do Estado da Bahia, há algumas nomeações de professores de primeiras letras para a região; porém, não foram identificados estudos que comprovem a atuação efetiva de todos esses professores em Riachão do Jacuípe e em Conceição do Coité. As poucas aulas, provavelmente, eram ministradas nas residências, por professores leigos, assim como ocorreu em boa parte do século XX [...] (SANTIAGO, 2019, p. 79)

O quadro educacional descrito não é exclusividade da região estudada pela autora, pelo contrário, representa uma situação muito comum nos demais municípios longínquos de nosso país que, ainda hoje, em menor escala, enfrentam uma série de problemas relativos à educação e em outras áreas. De acordo com Santiago (2019, p. 81), as vias para

recuperar os indícios do processo de aquisição da leitura e da escrita na região não podem ser apenas pelas fontes oficiais, mas devem-se buscar outros meios, já que, na primeira metade do século XX, havia poucas escolas, principalmente na zona rural.

No campo linguístico, tendo com uma de suas principais inspiração Oliveira (2006) e outros autores, como Rita Maquilhas, Santiago (2019) elaborou uma proposta de caracterização da morfologia da escrita dos sertanejos, estabelecendo critérios para determinar o grau de habilidade com a escrita a partir da análise da produção gráfica de escreventes de tempos pretéritos.

1.3.4 Os indígenas – *corpus* de Souza (2019)

A tese de Pedro Daniel dos Santos Souza, defendida em 2019, intitulada *Sobre o uso da língua do príncipe: História Social da Cultura Escrita, Reconfigurações linguísticas e populações indígenas na Bahia setecentista*, não tem como objetivo escrever a história do português no Brasil, nem a história do português brasileiro, como bem enfatiza o autor no início de sua discussão. Entretanto, esclarece que as questões que norteiam sua investigação originaram-se justamente nos contextos de estudos da história da língua portuguesa, nos quais muitos aspectos foram silenciados ou esquecidos pela historiografia linguística de nosso país. Desse modo, destaca a emergência da escrita de uma história social linguística do Brasil que considere as muitas histórias a ser construídas, a saber: as línguas autóctones, as línguas africanas de diversos grupos etnolinguísticos e as chamadas línguas de imigração para que, assim, o português brasileiro seja amplamente construído, garantindo uma sócio-história linguística que contemple os agentes formadores e difusores de nosso idioma (SOUZA, 2019, p. 40).

A abordagem de Souza (2019) não contempla, como vimos nos outros *corpora* aqui apresentados, todas as agendas do PHPB. O autor concentra-se em reconstituir “as apropriações da escrita pelos povos indígenas do Brasil e suas formas de participação na cultura escrita, capítulo de nossa história pregressa ainda a ser escrita” (SOUZA, 2019, p. 16). Para tanto explica que, a partir dos silenciamentos da historiografia:

[...] descortinamos um percurso de pesquisa com vistas a investigar os novos agentes do ensino de língua portuguesa como segunda língua e do letramento das populações indígenas, nas vilas de índios criadas na Bahia setecentista a partir do Diretório e das instruções consequentes. Nesse sentido, buscamos respostas a questões centrais relativamente à história social da cultura escrita no âmbito de uma história social linguística do Brasil e, em específico, da Capitania da Bahia,

considerando seus limites territoriais na segunda metade dos setecentos, a saber: **em quais aldeamentos indígenas, alçados, na segunda metade do século XVIII, à condição de vilas foram abertas escolas para meninos e meninas indígenas? Qual o perfil social dos agentes de ensino de português como segunda língua e de letramento dessas populações? Como atuaram? Quais foram as formas de apropriação da leitura e da escrita pelas populações indígenas nesse período da história colonial, mais especificamente na Capitania da Bahia da segunda metade do século XVIII, e as consequências de sua imersão no mundo da escrita?** (SOUZA, 2019, p. 21)¹

Evidencia-se, nas palavras do autor, o caminho trilhado em seu percurso de pesquisa a fim de buscar respostas referentes ao processo de aquisição da tecnologia da escrita, na segunda metade do século XVIII e limiar do século XIX, por parte de indígenas cujos aldeamentos foram elevados à condição de vila na Capitania da Bahia. Além disso, é foco do estudo a identificação dos agentes responsáveis pelo “letramento” e as formas como ocorreu a apropriação da leitura e da escrita por esse grupo social. A respeito da escolha do termo letramento, após uma incursão teórica, Souza (2019, p. 23) comenta que o termo pareceu “ser o mais adequado, na medida em que não se tratava apenas de ensinar a ler e escrever, mas criar as condições para que os indígenas assumissem cargos que demandavam práticas sociais da leitura e da escrita”.

Para responder aos questionamentos estabelecidos, Souza (2019) recorreu a uma pesquisa documental, tendo como principal base o acervo do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), consultado através do CD-ROM do Projeto Resgate, criado em 1995 por meio de protocolo assinado entre as autoridades de Brasil e Portugal. Desse CD, o autor utilizou “uma documentação composta por cartas, leis, ordens régias, alvarás, consultas, provisões, requerimentos, instruções, ofícios, avisos, decretos entre outros gêneros próprios da administração e práticas de governar do Império português”, organizada por Eduardo Castro Almeida e pela Equipe do Resgate. (SOUZA, 2019, p. 34). Outras fontes consultadas e exploradas foram oriundas do acervo da Seção Provincial e Colonial do Arquivo Público da Bahia assim descritas pelo autor:

[...] processo de mapeamento das provisões que nomearam os escrivães-diretores para as vilas de índios, bem como das atas de reunião das Câmaras das vilas de índios, com vistas a verificar o cotidiano, os conflitos, entre outros assuntos que pudessem apresentar indícios quanto a questões relativas à escolarização de meninos e meninas nas respectivas vilas criadas na segunda metade do século XVIII. [...] alguns documentos do APEB editados e publicados em *Cartas baianas setecentistas*, sob a organização de Tânia Lobo, em 2001, [...] também localizamos documentos no Arquivo Nacional (ANRJ) e na Biblioteca Nacional (BNRJ), ambos no Rio de Janeiro. (SOUZA, 2019, p. 34-35)

¹ Grifos nossos.

A partir da análise da documentação apresentada, Souza (2019, p. 37-38) faz uma discussão sobre o processo de escolarização de meninos e meninas indígenas nas aldeias elevadas à condição de vilas, tendo como elemento norteador a nomeação e atuação dos escrivães-diretores como agente de letramento indígena.

Como conclusão, além do levantamento e da caracterização das fontes, o autor conseguiu mapear 118 escrivães-diretores nomeados para as 14 vilas de índios, cuja função, conforme todas as provisões analisadas, era “a expressa obrigação a ensinar aos meninos a doutrina cristã, ler, escrever e contar”, o que, para Souza (2019, p. 341) fica claro que eram “responsáveis pelo ensino de língua portuguesa como segunda língua e pelo letramento indígena”. Outra informação valiosa destacada na pesquisa é a identificação de apenas dois índios exercendo a função de escrivão-diretor, apesar de a legislação indigenista determinar que, nas vilas novas, os cargos referentes às Câmaras deviam ser ocupados por indígenas (SOUZA, 2019, p. 343).

Importante destacar também que, pela análise do *corpus*, o autor percebeu que a política indigenista de D. José I não foi recebida da mesma maneira nas 14 vilas da Bahia setecentista analisadas, uma vez que, pelos conflitos e denúncias entrevistados na documentação, há indícios de que os escrivães-diretores não cumpriam a obrigação de ensinar a leitura e a escrita como previa a legislação. Além disso, enfatiza o autor que o estudo feito revela o glotocídio histórico promovido nas 14 vilas de índios da Capitania da Bahia e o avanço da língua portuguesa em início do século XIX. Por outro lado, vale destacar que esse contexto de “vitória” da língua do dominador, para Souza (2019), não significa o resultado da passividade dos índios vilados, mas um jogo de negociações e resistências marcado pela assimetria de uma língua de cultura escrita, o português, e as diversas línguas indígenas que constituíram o quadro multilíngue da América Portuguesa (SOUZA, 2019, p. 349).

1.4 PARA ALÉM DAS CARTAS, ATAS, LEIS E ALVARÁS: OUTROS *CORPORA* DO SERTÃO BAIANO

1.4.1 Das declarações de Terra em Santana do Campo Largo aos Livros da Fazenda do Campo Seco em Bom Jesus dos Meiras

A tese de Carneiro (2005) identificou a presença de uma elite baiana inserida no mundo da cultura escrita no século XIX. Nesse sentido, motivado pela referida tese e por

outros trabalhos da autora, em 2015, na dissertação intitulada *Nos caminhos da Terra: mensuração dos níveis de alfabetismo no interior da Bahia oitocentista*, localizamos, sob a orientação de Zenaide Carneiro, um conjunto de 328 documentos – as declarações de terras – produzidos por 204 homens e 59 mulheres, no período entre 1858 e 1859, para os chamados Registros Eclesiásticos ou Paroquiais de Terras, na Freguesia de Santana de Campo Largo, escritas no âmbito da regulamentação da “Lei de 1850” ou a “Lei de Terras”. A referida lei foi criada com o fim de propiciar ao Estado Imperial Brasileiro o controle sobre as terras devolutas, em um contexto histórico no qual se inserem questões relacionadas à política de terras (SILVA, 1996).

As declarações de terras são documentos escritos e assinados pelo proprietário ou por outra pessoa a pedido do proprietário, caso ele não soubesse ler e escrever, para ser apresentado aos vigários de cada freguesia, durante a realização dos registros das terras. Considerando tal particularidade da documentação, assegurada pelo artigo 93 do Regulamento de 1854, a pesquisa teve como foco o mapeamento dos indivíduos que eram capazes de escrever a própria declaração, aqueles que delegavam a produção do documento por não saber ler e escrever e os que simplesmente assinavam o nome no texto produzido por terceiros.

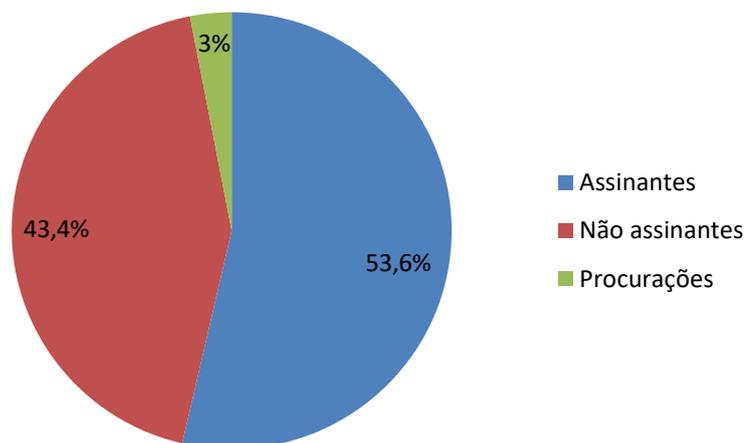
Para embasar o estudo, partimos da aplicação do método “cômputo binário de assinaturas” (MARQUILHAS, 2000). Isto é, a partir da oposição da assinatura alfabética *versus* a assinatura com caracteres não alfabéticos, que podem vir com sinais de identificação pessoal ou de outras maneiras, tal como a delegação para outrem do ato de assinar, como é o caso do tipo de documentação analisada.

Esclarecemos que o uso desse método para o estudo dos níveis de alfabetismo é limitante, conforme orienta Chartier (2004, p. 14), mas defendemos a aplicação, pois de acordo com Brito (2007, p. 20), no século XIX, “as enquetes sobre alfabetização consideravam como alfabetizadas pessoas capazes de escrever o próprio nome.”.

Ainda no bojo dessa discussão, Silva (2015, p. 45-46), tomando como referência Rojo (2010, p.24), mostra que, no século XX, segundo pesquisas da referida autora, no Brasil, para ser considerado alfabetizado bastava saber assinar o próprio nome. Comenta que, excetuando as elites que tinham acesso a variados bens culturais e à escolaridade mais longa, até 1950, a maior parte da população brasileira, 52,7%, vivia em situação de analfabetismo e boa parte dos 42,8% sabia apenas assinar o nome e escrever poucas palavras.

Partindo dessas considerações e do controle de variantes como sexo, espaço, fator escolarização na região e mapeamento de outros trabalhos com o mesmo método, foi possível chegar aos seguintes dados, organizados no gráfico 1, que permitiu visualizar a oposição entre *assinantes* e *não assinantes*.

Gráfico 1 - Assinantes *versus* não assinantes



Fonte: Silva (2015, p. 95)

Ao comparar os dados, levando em consideração a variante sexo, os resultados não causaram estranhamento, já que, no período em questão, o acesso de mulheres à escolarização era exceção, como se pode observar na tabela 2 abaixo.

Tabela 2 - Repartição homens *versus* mulheres

	Homens livres	Mulheres livres
Assinantes	127 – 48,3%	14 – 5,3%
Assinantes por procuração	05 – 1,9%	03 – 1,1%
Não assinantes	72 – 27,4%	42 – 16%
Total	204 – 77,6%	59 – 22,4%

Fonte: Silva (2015, p. 96)

Os dados da Tabela 2, atrelados ao conjunto de estudos sobre a questão para a Bahia, como o trabalho de Carneiro (2012), intitulado *Lei de terras e ocupação privada: Elementos para avaliação dos níveis de alfabetização no interior da Bahia oitocentista*, trazem informações muito importantes sobre a produção e difusão da escrita no interior da

província, tornando tais estudos essenciais para a identificação de localidades com potencial população produtora de *corpora*. Além disso, o conhecimento dos níveis de alfabetismo colabora para a configuração do texto com o qual o pesquisador pretende estudar os aspectos linguísticos, identificando a autoria e resolvendo outro problema fundamental, nas palavras de Lobo (1998, p. 180) “[...] saber que textos devem ser analisados quando se pretende estudar a constituição histórica do português brasileiro.”

1.4.2 Os Livros da Fazenda do Campo Seco

A localização dos Livros do Campo Seco – *Livro de Gado* e *Livro de Razão* – confirma o que os estudos sobre a difusão social da escrita no interior da província nos tempos idos já indicavam: a existência de *corpora* espalhados pelo interior da província. As primeiras notícias chegaram através do livro *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo* de autoria de Lycurgo Santos Filho (2012) e da tese de Zenaide Carneiro (2005).

Os Livros do Campo Seco estão, atualmente, em Campinas, São Paulo, sob a guarda de Lycurgo dos Santos Neto, filho de Lycurgo dos Santos Filho, que recebeu os livros de Marieta Betim Pais Leme Canguçu, em Campinas, e Hermengarda Fraga Canguçu, em Bauru, as viúvas, respectivamente, de Artur Gutierrez Canguçu e Inocêncio Canguçu, os netos de Exupério Pinheiro Canguçu, falecido em 1900, o último senhor do Brejo do Campo Seco (SANTOS FILHO, 2012, p. x).

A versão digital desses manuscritos chegou a nossas mãos através das professoras Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, coorientadora desta tese, e da professora Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, professoras da Universidade Estadual de Feira de Santana, respectivamente, coordenadora e vice-coordenadora do CE-DOHS – *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão*, projeto que, em 2012, obteve a anuência de Lycurgo dos Santos Neto para fotografar e estudar essa documentação.

1.4.2.1 O Livro do Gado

No âmbito do CE-DOHS – *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão*, Elaine Brandão Santos defendeu, em 2019, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, a dissertação intitulada *O Livro do Gado do Brejo do Campo Seco (Bahia): edição semidiplomática e descrição de*

índices grafofonéticos. Lê-se, na dissertação de Santos (2019, p. 38), a seguinte definição para o manuscrito:

O *Livro do Gado* é um documento de foro privado [...] representativo dos períodos setecentista e oitocentista, conservado no arquivo do Sobrado do Brejo, na fazenda do Brejo do Campo Seco, no povoado de Bom Jesus dos Meiras, hoje denominado Brumado, Bahia. Tal livro foi escrito por três gerações: o lusitano Miguel Lourenço de Almeida, primeiro senhor do Brejo do Campo Seco, em 1755, com registros até 1785; Antônio Pinheiro Pinto, segundo senhor do Brejo, genro de Miguel Lourenço de Almeida, que lançou apontamentos de 1794 a 1822; e Inocêncio Pinheiro Canguçu, terceiro senhor do Brejo, filho de Antônio Pinheiro Pinto e neto de Miguel Lourenço, que escreveu de 1822 a 1832. (SANTOS, 2019, p. 38)

A leitura atenta de Santos Filho (2012) e de Santos (2019) revela que o documento possui 57 páginas, das quais 22 estão escritas com apontamentos pastoris e assentamentos de recibos de inventários. A autora, além de caracterizar a morfologia das mãos dos *scriptores*, realizou a edição semidiplomática do manuscrito, seguida de um estudo dos aspectos paleográficos e da configuração sociohistórica da região, atendendo as agendas do PHPB.

1.5 O LIVRO DE RAZÃO E A PROPOSTA DA TESE

1.5.1 Sobre o conceito de Livro de Razão

A literatura disponível na área contábil apresenta o conceito e a função dos chamados livros de escrituração contábeis. Pinho e Rocha (2017, p.53) explicam que são livros usados pela empresa para escrituração e podem possuir diversas finalidades. Os autores esclarecem que, a depender da natureza do negócio ou porte da empresa, alguns livros podem ser facultativos e outros são obrigatórios.

Quanto à função, Pinho e Rocha (2017, p.54) especificam que esses documentos são classificados como fiscais, sociais e contábeis. Os Livros Fiscais são aqueles exigidos pelo fisco (Registro de Inventário, Registro de Saídas etc.), são chamados Livros Sociais aqueles exigidos pela Lei das Sociedades por Ações - Lei nº6. 404/76 (Livro de Atas das Assembleias Gerais, Livro de Transferências das Ações Nominativas etc.) e, por fim, os Livros Contábeis, aqueles destinados à escrituração contábil dos atos e fatos administrativos (Livro Diário, Livro Razão, Livro Caixa etc.).

A partir da discussão dos autores, é possível afirmar que um Livro de Razão está inserido no rol dos Livros Contábeis, cuja finalidade é armazenar, de forma padronizada,

informações financeiras necessárias. Consiste em registrar separadamente o movimento de todas as contas analíticas de forma individualizada, indicando os seus saldos atualizados, possibilitando o conhecimento da movimentação de débito e crédito de cada elemento que compõe o patrimônio de uma empresa (PINHO; ROCHA, 2017, p. 55-56). Esse conceito dialoga com Belloto (2002, p. 83) que assim define o Livro de Razão: “documento não-diplomático informativo. Livro contábil padronizado de contas correntes. Também chamado Livro-razão. As operações são aí lançadas por rubricas separadas, ordenadas em débito e crédito.”.

Algumas formalidades são exigidas para a confecção desses livros. A Resolução do (CFC) Conselho Federal de Contabilidade n.º 1.330/11, de acordo com Pinho e Rocha (2017, p. 55), estabelece que, para os livros impressos, devem ser obedecidas as seguintes orientações:

- ser encadernados;
- ter suas folhas numeradas sequencialmente;
- conter termo de abertura e de encerramento assinados pelo titular ou representante legal da entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade.

As particularidades elencadas anteriormente apresentam o que seria um modelo básico de um Livro de Razão impresso, que pode ser sintetizado, seguindo o modelo produzido por Pinho e Rocha (2017, p.58).

Quadro 2 - Modelo Simples de organização do Livro de Razão

Título da conta:				Código	
Data	Histórico	Débito	Crédito	Saldo	D/C

Fonte: (PINHO; ROCHA, 2017, p. 58)

Os itens presentes no modelo acima, de forma resumida, podem ser assim descritos: o título da conta, ou seja, em qual conta vai ser registrada a operação, seguido do plano de contas identificado pelo código. A etapa seguinte é a indicação cronológica da data da operação realizada; no histórico, registra-se a compra; nos campos reservados para débito e crédito, anota-se o valor lançado, enquanto, no saldo, deve-se registrar o valor atualizado da conta.

1.5.2 Para além da escrituração contábil

Foisil (1991) apresenta a seguinte definição para os chamados Livros de Razão que são, para a autora, mais comuns na Europa dos séculos XVII e XVIII do que na América portuguesa:

[...] em seu aspecto primeiro e mais elementar, são, em geral, um livro de contas; e mesmo quando são mais desenvolvidos, mais elaborados e mais ricos de informações, ainda assim articulam-se e elaboram-se em torno da contabilidade. Escritos do dia-a-dia, na imediata transcrição cotidiana, baseiam-se num esquema simples: o da vida de cada dia em seu ritmo, seus mais prosaicos aspectos materiais, suas atividades mais comuns, registradas numa escritura elementar, em fórmulas que se repetem. (FOISIL, 1991, p. 334)

No bojo dessa discussão, Algranti (1997, p. 133) amplia a definição proposta por Foisil (1991), caracterizando Livro de Razão como resultado de breves exemplares de escritura doméstica, mas envolto no aspecto contábil.

[...] os Livros de Razão ou de Assentos, uma espécie de memorial que recebia os lançamentos referentes às transações diárias de compra e venda ou troca de produtos, registro de alguns eventos familiares, como nascimento, batizado ou morte dos filhos, de dívidas e prejuízos ocorridos. Enfim, uma espécie de protocolo de escritura, no qual o chefe da casa dirige a ele próprio as informações que considera importantes, principalmente para o controle de suas finanças. (ALGRANTI, 1997, p. 133)

As definições apresentadas revelam que, mesmo predominando o fator contábil, é possível observar aspectos do funcionamento da vida cotidiana em um Livro de Razão por meio dos registros encontrados nele. Porém, tal tarefa não é nada simples, é a própria Foisil (1991, p. 321) que explica como extrair fragmentos das realidades vividas a partir desse tipo de testemunho. Para a referida autora:

Não é fácil penetrar na vida privada nem na vida íntima situada no interior da vida cotidiana, ou porque se confundem com a vida pública, ou porque, ao contrário, escondem-se atrás do próprio pudor em revelá-las. Pesquisá-las em memórias, diários e *livres de raison* visa não a construir, a partir de incidentes e fatos curiosos, uma vida privada contida no relato — muitas vezes brilhante — de numerosas vidas cotidianas, e sim a entender como as mentalidades a perceberam: portanto, menos a vida privada que a atitude ante a vida privada, e não só a narrativa, mas também os silêncios; não só o discurso, mas igualmente sua aridez ou até sua ausência (FOISIL 1991, p. 321).

A leitura que se pode fazer é que os Livros de Razão, pertencentes a famílias de tempos idos, possuam, como função primordial, o registro contábil, entretanto, esses manuscritos, por sua raridade, em um país pobre de documentos, no qual poucos souberam

ou tiveram a oportunidade de conservá-los (SANTOS FILHO, 2012), tornaram-se fontes para além dos estudos da vida econômica, como é o caso do *Livro de Razão* do Campo Seco, objeto desta tese, revelando aspectos da memória sociocultural e linguística e de um povo.

1.5.3 A proposta de tese

Esta tese tem como ponto de partida reconstituir as práticas de escrita de uma família (Pinheiro Pinto/Canguçu), no Alto Sertão da Bahia rural oitocentista, a partir da edição e análise do *Livro de Razão* do Campo Seco, manuscrito produzido entre 1794 e 1838, por Antônio Pinheiro Pinto, Inocêncio Pinheiro Pinto e Miguel Joaquim de Castro Mirante, em Bom Jesus dos Meiras, atual cidade de Brumado.

Pautamos a proposta de estudo na perspectiva de fornecer, a partir de dados do sertão baiano, elementos social e linguístico que, somados a outros contextos já mapeados, colaborem com informações essenciais para a reconstituição da história social linguística do Brasil. Nesse sentido, assim como os trabalhos precedentes apresentados, a tese busca atender as agendas do PHPB, da seguinte maneira:

1. Constituição de *corpora*: edições fac-similar e semidiplomática do *Livro de Razão*;
2. Estudo linguístico: realização de um estudo descritivo sobre os fenômenos grafemático-fonéticos;
3. Reconstituição da história social linguística: apresentação de dados sobre a realidade social da região (ocupação do território, população, atividades econômicas, fator escolarização) por meio do estudo das práticas de escrita e a caracterização do perfil dos *scriptores*.

O desenvolvimento da tese nos três campos do PHPB descritos acima atende, também, às vias 1 e 4 (O levantamento de depoimentos diretos e indiretos; 4ª - a penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias, ainda que não seja numa perspectiva exclusivamente linguística) propostas por Houaiss (1985) e ao campo a (O campo que se moverá na reconstrução de uma história social linguística do Brasil), do programa de pesquisa elaborado por Mattos e Silva (2004), pois realizamos o levantamento de fontes que mostram, ainda que de forma indiciária, aspectos do português brasileiro no

sertão da Bahia oitocentista , e apresentamos dados sobre a penetração da língua escrita na região estudada, especificamente, na fazenda do Campo Seco, através da análise do processo de instrução facultado aos senhores da fazenda e negado às mulheres da casa.

1.6 SÍNTESE DA SEÇÃO

A discussão realizada nesta seção pautou-se na apresentação de fontes e caminhos capazes de reconstituir uma história do multifacetado quadro linguístico brasileiro. Nesse sentido, refletimos sobre a necessidade de uma agenda dialógica, envolvendo outros campos do conhecimento, além da formação de um banco de textos diversificado, tanto na perspectiva do contingente populacional como na variedade de gêneros, com a intenção de mapear histórias parciais que, juntas, poderão nos aproximar de uma história social linguística brasileira mais inclusiva, conforme o quadro 3 a seguir, que sintetiza os *corpora* identificados e discutidos aqui.

Quadro 3 - A Bahia no cenário da História Social Linguística do Brasil

<i>Corpora</i>	Público alcançado	Marco diatópico	Marco temporal
Cartas (SANTIAGO, 2019)	Sertanejos	Bahia/Interior	Século XX
Atas (OLIVEIRA, 2006)	Africanos	Bahia/Salvador	Século XIX
Cartas (CARNEIRO, 2005)	Fazendeiros	Bahia/ Salvador e interior.	Século XIX
(SOUZA, 2019)	Índios	Bahia	Séculos XVIII e XIX
Declarações de terras (SILVA, 2015)	Fazendeiros	Bahia / Interior – Campo Largo	Século XIX
Livro do Gado (SANTOS, 2019)	Fazendeiros	Bahia/ Interior – Bom Jesus dos Meiras	Séculos XVIII e XIX
Livro de Razão (SILVA, 2020)	Fazendeiros	Bahia/ Interior – Bom Jesus dos Meiras	Séculos XVIII e XIX

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos *corpora* consultados

2

PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS TRILHADOS

A relação entre língua, história e cultura mobiliza saberes a fim de compreender, sobretudo, o homem em seus aspectos mais variados. Considerando esse contexto, a presente seção tem por objetivo discutir os percursos teórico-metodológicos que nortearam este trabalho em uma perspectiva interdisciplinar, enfatizando as vertentes da Linguística Histórica e o uso das fontes históricas, em 2.1, e a importância da Filologia para a preparação da fonte linguística, em 2.2. A partir de 2.3, o foco é justamente a relação entre os estudos históricos da língua e a abertura da História, durante a crise dos paradigmas. A seção será finalizada em 2.4 com uma síntese dos aspectos discutidos

2.1 A LINGUÍSTICA HISTÓRICA, SUAS VERTENTES E O USO DE FONTES COMO *CORPORA*

Martin (2003, p. 135) defende que a Linguística “tem obrigatoriamente uma dimensão histórica”. Quanto a esse aspecto, não se tem dúvida. A pauta que se discute é, justamente, o conjunto das vertentes assumidas pela Linguística Histórica nos diferentes contextos de reflexão sobre a língua. O ponto de partida é o que propõe Paixão de Sousa (2006):

Nosso fio condutor será a abordagem da linguística histórica como um campo de reflexão onde têm se articulado diferentes concepções de língua, e diferentes concepções de história. Um ponto específico dessa articulação precisa ser salientado: a contingência fundante do fazer histórico, que é a separação entre o tempo da análise e o tempo do objeto analisado. De fato: ao fazer a história das línguas, como ao fazer qualquer história, estamos abordando processos aos quais já não temos acesso direto. Essa impossibilidade dos métodos de “observação imediata” deixa duas alternativas principais aos estudos históricos: o recurso à documentação, e o recurso à reconstrução. (PAIXÃO DE SOUSA, 2006, p. 13)

A discussão acerca da Linguística Histórica mobiliza conceitos diferentes, já que há variadas concepções de língua e diversas concepções de história, que conduzem o pesquisador a pensar na necessidade do refinamento de métodos capazes de suprirem a ausência da “observação imediata”. Embora, de início, isso pareça um problema que impossibilita a pesquisa sobre a história da língua, há, na verdade, duas alternativas aos estudos históricos, segundo Paixão de Sousa (2006), como visto: a primeira refere-se ao recurso à documentação; a segunda está relacionada ao recurso da reconstrução.

A necessidade da confluência entre língua e história para os estudos históricos da língua é evidente. Sobre essa questão vale a leitura do que nos ensina Martin (2003, p. 141): “Toda língua é feita de camadas diversas: é necessário um mínimo de cultura histórica para discerni-las. Explicar uma língua é, ao menos em parte, compreender sua história.” As palavras de Martin (2003) dialogam com Paixão de Sousa (2006), no que se refere ao fato de que os estudos históricos da língua articulam-se com diferentes perspectivas conceituais de língua e de história, fato que retoma as esferas de análise: documentação e reconstituição. Martin (2003) assume essas diferentes perspectivas, ao entender que toda língua é feita de diversas camadas e que a compreensão de sua história é uma das possibilidades de se explicar essa língua. Desse modo, entende-se que a Linguística Histórica possibilita estudos em dimensões distintas, ou seja, interessa-se pelos estados da língua em diferentes épocas e, por isso, tem como objeto as sincronias antigas; e visa à evolução de um estado sincrônico da língua a outro (MARTIN, 2003, p.142).

Da mesma forma que Martin (2003) e Paixão de Sousa (2006), Mattos e Silva (2008), no livro *Caminhos da linguística histórica – ouvir o inaudível*, ao discutir sobre a mudança linguística, responde a um conjunto de cinco questões básicas, deixando claro que a Linguística Histórica não trata apenas das mudanças das línguas ao longo de seu tempo de uso. A autora explica, então, que os estudos históricos da língua podem ser feitos seguindo duas grandes vertentes: *lato sensu* e *stricto sensu*. (MATTOS E SILVA 2008, p. 8-9).

Entende-se por Linguística Histórica *lato sensu* aquela que trabalha com fontes datadas e localizadas, enquanto a *stricto sensu* se debruça sobre o que muda e como muda nas línguas ao longo do tempo em que são usadas. Essa vertente divide-se em duas orientações: a Linguística Histórica sócio-histórica (vertente assumida nesta tese) e a diacrônica associal. A diferença entre essas duas orientações reside no seguinte contexto: a associal considera apenas fatores intralinguísticos; a sócio-histórica considera fatores

extralinguísticos ou sociais e também fatores intralinguísticos (MATTOS E SILVA 2008, p.9).

O olhar atento e perspicaz de Mattos e Silva e dos demais autores que atuaram e atuam no campo da Linguística Histórica diversificou o modo de se fazer pesquisa nesta área, fato que garantiu uma agenda de trabalho ampla na tarefa de reconstituição da história social linguística do Brasil, através de fontes históricas diversificadas e de diálogos profícuos com outras áreas do saber. Dentre esses diálogos, destacamos a necessidade absoluta de um saber filológico por parte do pesquisador, além da aproximação entre o linguista histórico e o historiador, fato que já tem acontecido de forma muito interessante. Esses aspectos serão discutidos a seguir.

2.2 A FILOLOGIA E A PREPARAÇÃO DAS FONTES PARA O ESTUDO DA LÍNGUA

A Linguística Histórica tem por função primordial buscar explicações, no passado, para fatos linguísticos do presente. Contudo, o único recurso para cumprir tal função é o acesso aos documentos remanescentes, que registram dados de língua, mas nem sempre é tarefa simples e automática. Quando vencida essa etapa, o pesquisador depara-se com a necessidade de preparar o manuscrito, através de edições, para que o acesso aos dados da língua seja viável. Nesse contexto, evidencia-se a estreita relação entre a Linguística Histórica e a Filologia, uma vez que, segundo Cambraia (2012, p. 299), “editar um texto significa estabelecer ou fixar uma forma específica de divulgá-lo”, isto é, escolher a melhor forma de tornar um texto acessível a um determinado público.

No âmbito dessa discussão, Mattos e Silva (2008) trouxe para o debate a seguinte questão: “É possível fazer Linguística Histórica ou Diacrônica sem considerar a Filologia?” Responde a referida autora, enfatizando que a “Filologia - A ciência do texto, base dos dados da Linguística Histórica”, (MATTOS E SILVA, 2008, p. 10). Em outras palavras, não se pode fazer nenhum estudo de sincronias pretéritas sem o recurso da documentação escrita, que exige uma infraestrutura filológica e uma sólida preparação do investigador para a interpretação dos fenômenos linguísticos presentes no texto escrito.

No que se refere ao recurso da infraestrutura filológica, sabemos que não é nada fácil o trabalho de quem se debruça sobre textos antigos. Quanto mais se recua no tempo, maior é a complexidade para se acessar as informações contidas nos documentos. Nessas

condições, cabe, como lembra Labov (1982, p. 20) “[...] fazer o melhor uso dos maus dados”, já que, até mesmo, “os documentos escritos que nos parecem, tantas vezes transparentes e de fácil compreensão, nos ameaçam com armadilhas diversas embutidas em cada palavra.” (LOPES et al 2017, p. 96). É nesse contexto que a Filologia se revela como um instrumento muito importante, conforme ensina Telles (2016):

A Filologia Textual é, cada vez mais, comprovadamente, um instrumento de grande importância para o estudo linguístico. Assim, é o texto que nos leva aos dados da língua. Desde os primórdios dos estudos da linguagem até finais do século XIX, tem sido o texto o documento para o estudo dos fatos de língua. Para grande parte desses dados, é necessário fazer o estabelecimento do texto [...] (TELLES, 2016, p. 195)

O estabelecimento do texto, enfatizado por Telles (2016), consiste em prepará-lo para divulgá-lo, atendendo aos critérios pré-estabelecidos. Ou ainda, como nos ensina Cambraia (2012, p. 294), “ocupar-se de um texto de forma mais ampla possível, articulando diferentes aspectos em prol de uma compreensão mais ampla e profunda de seu significado”.

Quanto ao recurso da sólida preparação do investigador para a interpretação dos fatos de língua presentes no texto escrito, comenta Maia (2012):

Por outro lado, o filólogo que pretenda estabelecer uma edição deve possuir boa formação linguística e sólidos conhecimentos da língua e da sua história, a fim de saber tratar as variantes linguísticas oferecidas pelo texto. Se a língua é variável em qualquer momento da sua trajetória no tempo, o editor não pode, na sua transcrição, desprezar a variação manifestada no texto, devendo, também na questão do desdobramento de abreviaturas, ter presente a variação que a língua da época podia apresentar em qualquer nível linguístico. Para que esse texto possa vir a servir de fonte para o estudo e conhecimento da história da língua, a edição deve refletir fielmente a variação linguística presente no manuscrito, uma vez que atualmente no estudo histórico da língua não é possível deixar de considerar os seus efeitos. (MAIA, 2012, p. 540).

A busca por reconstituir o texto em sua forma genuína é o objetivo de quem se propõe a editá-lo, por isso tal atividade exige uma relação de complementaridade entre a Linguística e a Filologia. Entretanto, vale lembrar que “os editores, na prática de seu trabalho, não alcançam o ‘verdadeiro texto’, mas sim aquele que dele mais se aproxima” (SANTOS, 2006, p.38). O caminho para se aproximar do texto em sua forma fidedigna é garantir critérios claros para as edições, através do labor filológico, que, de acordo com Spina (1977) constitui-se das funções substantiva, adjetiva e transcendente. Acerca dessas funções, explica Spina (1977):

1ª Função substantiva, em que ela se concentra no texto para explicá-lo e restituí-lo à sua forma genuína e prepará-lo tecnicamente para publicação; 2ª Função adjetiva, em que ela deduz do texto aquilo que não está nele: a determinação de autoria, a biografia do autor, a datação do texto, a sua posição na produção literária do autor e da época, bem como a sua avaliação estética (valorização); 3ª Função transcendente, em que o texto deixa de ser um fim em si mesmo da tarefa filológica, para se transformar num instrumento que permite ao filólogo reconstruir a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em uma determinada época. (SPINA, 1977, p.77).

Um caminho metodológico para a prática de edições é evidenciado pelo referido autor. Não podemos olhar o texto como um objeto monolítico, já que este está inserido em contextos diversos, portanto é preciso se ater a um conjunto de informações acerca do texto que se pretende estabelecer. A função substantiva consiste na contextualização da história do texto, no estabelecimento de critérios e no ato da própria edição, a fim de torná-lo acessível para o objetivo estabelecido. A função adjetiva proposta por Spina (1977) dialoga com a orientação de Lobo (2009, p. 312), ao afirmar que “A edição de textos para integrar uma amostra linguística de qualquer sincronia do passado não pode estar circunscrita aos limites da crítica textual *stricto sensu*” (LOBO, 2009, p. 312). Para a referida autora, o linguista-filólogo deve reconstruir a estrutura social da comunidade “de fala” e a identificação da posição social dos que escreveram no passado. Na seção 3 desta tese, mostraremos, na prática, essas duas funções ao tratarmos do *corpus*.

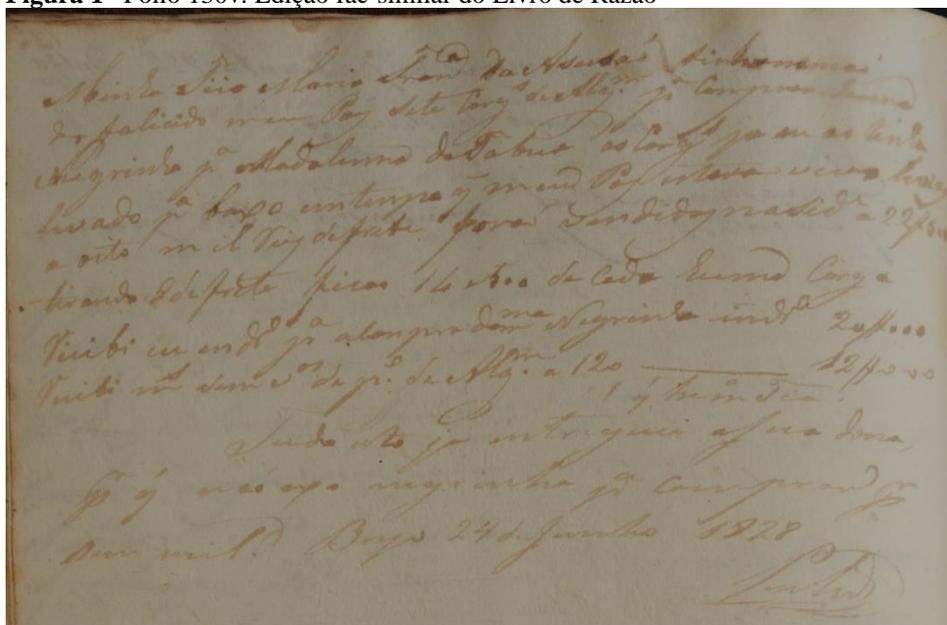
Em relação à função transcendente, estágio em que o texto já estabelecido e caracterizado em seus aspectos formal, social e autoral, é o momento em que o linguista-filólogo instrumentaliza as informações colhidas, associadas ao contexto sócio-histórico, para se aproximar da sociedade, do grupo social ou da comunidade em estudo, a fim de traçar um perfil da época através dos aspectos revelados e silenciados no escrito, como veremos na seção 4 desta tese.

2.2.1 Tipos de edição

Há dois grandes tipos de edição: as edições monotestemunhais (baseadas apenas em um testemunho de um texto) e as politestemunhais (baseadas no confronto de dois ou mais testemunhos do mesmo texto), de acordo com Cambraia (2012, p. 299). As edições monotestemunhais podem ser de quatro tipos: fac-similar, diplomática, paleográfica (também conhecida como semidiplomática) e interpretativa (CAMBRAIA, 2012). Cada modelo de edição atende a objetivos específicos pré-estabelecidos.

A edição fac-similar, uma das opções adotadas para a divulgação do *Livro de Razão*, cujo nível de intervenção do editor é baixo (LOSE, 2017, p. 74), é a que se faz através da fotografia, da escanerização do texto, como podemos observar no exemplo coletado a seguir.

Figura 1– Fólio 130v: Edição fac-similar do Livro de Razão



Fonte: CEDOHS/UEFS / Foto: Jorge Santos/UESB

O fac-símile é o resultado desses processos mecânicos que reproduzem com maior nível de fidelidade o documento, se bem feito, já que há fatores externos que podem interferir na qualidade das imagens, nas características do documento original: o formato, o papel, as ilustrações, as margens, e até a cor e o tamanho do original (SPINA, 1977, p. 78).

Quando o editor reproduz cada elemento gráfico do testemunho sem fazer alteração de nenhuma natureza no texto, temos a edição diplomática. Nas palavras de Massini-Cagliari (2012, p. 274), “é a que mais se aproxima, em fidelidade, da materialidade do documento, sem, no entanto, reproduzi-lo.” Mantêm-se, nesse tipo de edição, “as particularidades gráficas das formas originais” (MARQUILHAS, 2000, p. 379), como se pode observar na edição do fólio 130v do Livro de Razão.

[f.130 v]

Minha Tiia Maria Fran^{ca} Da Asunsaõ tinhanamaõ
do falecido meu Pay sete Carg^s de Alg.^m p^a Comprar huma
Negrinha p^a Madalenna daTabua as Carg^s ja eu as tinha
5 levado p^a baixo em tempo q[~] meu Pay estava vivo leveias
a oito m il reys defrete foraõ vendidas nasid^e a 22\$500
tirando 8 de frete ficao 14e500 de cada huma Carg a
ricibi eu em dr^o p^a acon pra dam^{ma} Negrinha imd^{ro} 20\$000
ricibi m^s sem v^{as} de p^o de Alg^m a 120 _____ 12\$000
10 Tudo isto ja entreguei asua dona <↑ q[~] he m^a Tia>
p^r q[~] não axo negrinha para comprar p^r
sem mil. Brejo 24 de Junho 1828
Pinh

A edição semidiplomática, o outro tipo escolhido para a edição do Livro de Razão, – também conhecida como paleográfica, paradiplomática ou diplomático-interpretativa – apresenta o texto com alterações moderadas do editor (LOSE, 2017, p.75), que tem a obrigação de especificar tais intervenções nos critérios adotados (ver volume 2), no que se refere, por exemplo, ao desenvolvimento das abreviaturas em itálico, como é possível observar logo abaixo.

[f.130 v]

Minha Tiia Maria Francisca Da Asunsaõ tinhanamaõ
do falecido meu Pay sete Cargas de *Algodam* *para* Comprar huma
Negrinha *para* Madalenna daTabua as Cargas ja eu as tinha
5 levado *para* baixo em tempo *que* meu Pay estava vivo leveias
a oito m il reys defrete foraõ vendidas nasidade a 22\$500
tirando 8 de frete ficao 14e500 de cada huma Carg a
ricibi eu em *dinheiro* *para* acon pra damesma Negrinha im*dinheiro* 20\$000
ricibi *mais* sem *varas* de *pano* de *Algodam* a 120 _____ 12\$000
10 Tudo isto ja entreguei asua dona <↑*que* he *minha* Tia>
por que não axo negrinha para comprar *por*
sem mil. Brejo 24 de Junho 1828
Pinheiro

Embora seja possível a intervenção, tem sido esse tipo de edição muito utilizado nos estudos da história da língua, pois, de acordo com Lose (2017, p. 76), a edição semidiplomática “[...] é aquela que traz uma leitura conservadora do texto, nos aspectos linguísticos”.

2.2.2 A edição de textos e as humanidades digitais

A questão da divulgação e preservação de um texto não é uma preocupação exclusiva de nossos dias. Se observarmos atentamente cada fase do desenvolvimento humano, é possível notar que, desde épocas pretéritas, a forma de transmissão dos textos sofre transformações significativas. Por outro lado, é importante frisar que isso não significa que o funcionamento desse texto ocorrerá da mesma maneira, em suportes diferentes. Sobre esse aspecto, Barreiros (2014, p. 34) alerta que “Independentemente da técnica utilizada em sua produção, cada texto é, mais do que um construto linguístico, um evento cultural e histórico com identidade própria.” Nesse sentido, percebe-se que a diversidade de espaços de circulação textual provoca exige formas de adaptação e criação de metodologias capazes de garantir as particularidades de cada gênero e dos suportes por onde transitam.

Sendo assim, a necessidade de alcançar um maior público, agregada ao fato de preservação dos aspectos contextuais, bibliográficos e linguísticos das edições (BARREIROS, 2014, p. 34), mobilizou a utilização de suportes digitais com grande capacidade de armazenamento de dados e outras características, como durabilidade e flexibilidade de uso. Ainda assim, Barreiros (2014, p. 38) discute a vulnerabilidade dos primeiros suportes digitais, enfatizando fatores como oxidação e umidade nos casos dos CDs e DVDs que, em menor quantidade e com certas limitações, ainda são utilizados.

Um recurso que tem ganhado maior visibilidade, atualmente, nesse contexto digital é a possibilidade de publicação na internet. Sobre esse aspecto, Almeida (2016) afirma que:

As aproximações entre as tecnologias digitais e as Ciências Humanas, Letras e Artes têm provocado deslocamentos e ampliações nas concepções teóricas e metodológicas de diversas disciplinas. Se por um lado, a difusão dos computadores, tablets e smartphones tem feito emergir novos produtos que atestam a cultura e a escrita de uma sociedade atravessada pela existência no plano virtual; por outro, o desenvolvimento de novas tecnologias digitais fornece aos pesquisadores ferramentas para tratar e estudar os dados levantados. (ALMEIDA, 2016, p. 100).

A discussão feita até o momento enfatiza, na verdade, o debate sobre o conceito de Humanidades Digitais, doravante HD, que, de acordo com Almeida (2016), comporta uma série de definições. Entretanto, o conceito mais difundido é o diálogo interdisciplinar “a partir da combinação de metodologias consolidadas nas Ciências Humanas, Letras e Artes às inovações tecnológicas e renovações teóricas, explorando seus limites e possibilidades (ALMEIDA, 2016, p. 100)”.

Na prática, conforme Gonçalves e Banza (2013, p. 4) consiste no surgimento de

[...] um novo universo de possibilidades para a preservação, disponibilização e análise de textos antigos, universo em que é possível oferecer ao leitor mais de uma edição do mesmo texto, permitindo que tenha ao seu dispor o texto editado, em diferentes versões, e o seu original. Por outro lado, os acervos ou bibliotecas digitais apresentam-se ao investigador, e bem assim ao público em geral, como verdadeiras bibliotecas globais, possibilitando-lhe o acesso a fontes em qualquer parte do mundo, sem sair do escritório, fontes que podem ser colecionadas numa pen-drive ou partilhar livremente, com a simples mediação do notebook ou de um tablet. (GONÇALVES E BANZA, 2013, p. 4)

Esse novo contexto tem ganhado notoriedade nos espaços acadêmicos para além da divulgação e da preservação das pesquisas. Fatores econômicos e de acessibilidade, além do desafio epistemológico, têm mobilizado as disciplinas de raiz humanística em universidades de diversas partes do mundo. Porém, esse caráter dialógico não é tão recente. Paixão de Sousa (2013, p. 113) comenta que “É possível dizer que o trabalho filológico no meio digital é contemporâneo à própria invenção do computador”. Para comprovar tal afirmação, a autora destaca o trabalho de Jesuíta Roberto Busa, a partir de 1942, ao construir um *corpus* da obra de São Tomás de Aquino, no qual reuniu, indexou e fez anotações linguísticas, utilizando inúmeras fichas de papel perfurado, além das recentes tecnologias de difusão virtual de textos. Mas, conforme a autora, “é na virada entre o século XX e o século XXI que veremos multiplicarem-se iniciativas de construção de repositórios e ferramentas para a edição filológica (PAIXÃO DE SOUSA, 2013, p. 113)”, que trouxe consigo um conjunto de procedimentos metodológicos para a constituição de bancos digitais.

A partir da leitura de Barreiros (2014, p. 44), resumimos, no quadro abaixo, os procedimentos necessários para a construção de uma escrita digital, tomando como base qualquer tipo de edição.

Quadro 4 – Procedimentos para a constituição de uma escrita digital

Procedimentos	Descrição
1º Textos digitados em processadores de textos	a) Digitação ou transcrição de um texto impresso ou manuscrito para o sistema digital b) Criação de um novo texto diretamente na “página” do processador.
2º Textos capturados como imagens através de diferentes dispositivos	Os textos impressos e manuscritos são capturados como imagem digital, através de dispositivos como escâneres e câmeras, e depois transferidos para o computador.
3º Textos editados em aplicativos específicos de editoração de texto, por meio da codificação em linguagem de marcação.	Os textos digitais correspondem ao resultado da manipulação de editores de texto, que elaboraram textos dinâmicos, hipertextos e websites, nos quais o código é estruturado por meio de uma linguagem de marcação.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Barreiros (2014, p. 44-45)

No Brasil, há alguns grupos que têm desenvolvido pesquisas neste viés interdisciplinar. O projeto que serviu de inspiração para muitos outros, na área de linguística, é o *Corpus Tycho Brahe*, com sede na Universidade Estadual de Campinas². Na Bahia, destaca-se a Plataforma *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão* (CE-DOHS)³, corpus eletrônico composto por 1553 textos, do qual faz parte o *Livro de Razão* do Campo Seco, sediado na Universidade Estadual de Feira de Santana – (UEFS).

Figura 2 – Página de acesso ao CE-DOHS

O Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão, composto por documentos que já ultrapassaram as fronteiras dos sertões, representando a maior parte do Brasil, definindo-se como uma plataforma de corpora para a história do português brasileiro, disponibiliza, na rede mundial de computadores, com acesso livre e gratuito, extensa base documental para estudo do português do Brasil, organizada em dois conjuntos: conjunto 1 – composto por textos escritos entre 1823 e 2000, por indivíduos nascidos no Brasil, a partir de 1724, e por amostras de fala de brasileiros, gravadas na década de 90 do século XX, na Bahia, num total de 1.553 textos editados em linguagem *>xml* (aproximadamente 1 milhão de palavras); conjunto 2 – composto por manuscritos produzidos entre 1640 e 1822 por diferentes populações nascidas no Brasil, a partir de 1590 e em processo de edição no mesmo formato do conjunto 1, sendo paulatinamente liberado para acesso. Adicionalmente, há um conjunto de textos escritos no Brasil por portugueses, nos primeiros 150 anos da colonização. A anotação sintática de parte dos acervos está em curso, via convênio com o Corpus Histórico do Português Tycho Brahe. A meta do CE-DOHS é atingir, aproximadamente, somados os dois conjuntos de textos, algo em torno de 2,5 milhões de palavras.

Acesso ao Corpus
Edição fac-similar em diferentes formatos
Versão anotada

Buscas
Consulta ao corpus através de buscas simples (e-Corp)
Consulta ao corpus anotado (CorpusSearch)
Seleção do corpus de acordo com o interesse do pesquisador (e-Corp)

Catálogos
Informações complementares sobre os acervos
Tour virtual pelos locais dos acervos (3D VR 360 vídeos)
Localização geográfica dos autores
Sites dos acervos

Fonte: <http://www5.uefs.br/cedohs/view/home.html>

² <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/index.html>

³ <http://www5.uefs.br/cedohs/view/home.html>

O CE-DOHS é um projeto de pesquisa desenvolvido no (NELP) - Núcleo de Estudo em Língua Portuguesa – UEFS, desde 2012, coordenado pela professora Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, que mantém um convênio de mútua cooperação com o projeto *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*. A parceria com a Unicamp é importante para que a construção de *corpora* eletrônicos de textos históricos de gêneros variados alcancem períodos e espaços diversificados, além da transferência de novas tecnologias e o aperfeiçoamento das existentes.

Um passeio atento pelo site revela que há, no projeto, quase 50 acervos de escreventes de diferentes etnias, nascidos no Brasil e em Portugal, oferecendo um banco eletrônico de mais de um milhão de palavras para o estudo da história da língua portuguesa, numa parceria com o Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB).

Ainda tomando como fonte as informações que constam no site, destacamos, entre os diversos subprojetos do CE-DHOS, o subprojeto *Recuando ao Século XVIII: documentos privados do Sobrado do Brejo Seco (1755-1910)*, no qual está inserido o *corpus* desta pesquisa, além do *Livro do Gado*, editado por Elaine Brandão Santos (2019), e os demais documentos que compõem a dissertação de Wellington de Jesus (2019) e a tese de Rui Marcos Moura, que se encontra em andamento.

É nesse contexto do CE-DOHS e tendo como inspiração os trabalhos de Huda da Silva Santiago⁴, Patrício Nunes Barreiros⁵ e Lívia Borges Magalhães⁶, que criaram um banco digital, para divulgar o *corpus* de suas pesquisas, com informações detalhadas sobre os escreventes, o local, o marco temporal e, sobretudo, os próprios documentos, fornecendo para os demais pesquisadores dados valiosos, que pretendemos divulgar a edição semidiplomática juntamente com a edição fac-similar dos Livros do Campo Seco – *Livro de Gado* e *Livro de Razão*, em parceria com Elaine Brandão Santos.

O processo de preparação do material editado para a escrita digital seguiu o modelo exposto por Barreiros (2014), mas não na ordem sugerida pelo autor. O primeiro passo, após a prospecção e localização dos documentos, foi a edição fac-similar dos manuscritos através do método fotográfico Lapelinc (descrito na Seção 3), em seguida realizamos a edição semidiplomática em processador de texto do Word. Essas versões serão

⁴ <http://www5.uefs.br/cedohs/maosinabeis/index.html>

⁵ <https://eulaliomotta.wordpress.com/>

⁶ <http://www.papeisquenarram.com.br/index.htm>

disponibilizadas nas formas impressa e em um site, como demonstraremos na seção 3. A edição em linguagem xml encontra-se em andamento, sendo desenvolvida, inicialmente, pelo bolsista de IC Bruno Lopes de Almeida, sob a orientação de professora Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, na UEFS.

2.3 OS ESTUDOS HISTÓRICOS DA LÍNGUA E A ABERTURA DA HISTÓRIA

Uma das justificativas da linguística histórica é compreender a língua pela sua história. Martin (2003) explica por que o conhecimento histórico é tão importante para a abordagem dessa questão. Diz o autor:

É difícil imaginar uma sociedade que fizesse pouco caso de sua história: como compreender aonde se vai ignorando de onde se vem? A memória social, a experiência do passado, o enraizamento na história são indispensáveis à consciência que uma sociedade pode ter de si mesma; a história contribui amplamente para fundar a coerência da sociedade; só ela pode criar o sentimento de uma identidade. A cultura mesma é inseparável da história – inclusive a cultura científica que não prossegue sem as etapas que a construíram. Ora, a história de uma sociedade, de sua cultura, de suas mentalidades, é indissociável da história de sua língua: a vida social supõe uma língua compartilhada, e esta conserva em si os vestígios da história comum. (MARTIN, 2003, p. 136).

O autor é categórico ao destacar que língua e sociedade são indissociáveis porque a vida social exige uma língua compartilhada. É através da língua, por meio desse compartilhamento, que se materializam a cultura e os vestígios da história, elementos essenciais para a compreensão dos fenômenos linguísticos.

A percepção da necessidade de se reconstruir uma história externa para subsidiar os estudos da língua não é recente. Basta lembrar que autores como Mattos e Silva (2004, 2008); Lobo (2009); Fávero e Molina (2006); Orlandi (2006) há muito já discutem essa questão. Um problema que se coloca é como conciliar o fazer histórico, que tem métodos diferentes, e os estudos linguísticos. Oliveira (2001), ao refletir sobre uma epígrafe de Bourdieu - *A História que eu precisaria para o meu trabalho muitas vezes não existe* – aponta o caminho que deve seguir o linguista.

O fato de “essa história não existir” tem sido responsável pelo pouco sucesso de um dos mais célebres empreendimentos das disciplinas da linguagem: a explicação da mudança linguística concomitantemente por fatores internos e externos ao sistema linguístico. O insucesso desse empreendimento decorre, entre outras coisas, da tentativa de ligar dois quadros já dados: o quadro da História e o quadro da Linguística, cada um deles gerado autonomamente, com interesses específicos e metodologias próprias de trabalho. É nesse sentido que a epígrafe de Bourdieu se refere à História: em nenhum lugar, de fato, estará a História pronta, esperando a mão do linguista para colhê-la. Essa história terá

que ser escrita pelo próprio linguista concomitantemente aos seus estudos linguísticos. Escrever essa história implica aprender a historicizar os conceitos que utilizamos, implica desenvolver modos de historicizar o nosso fazer disciplinar. (OLIVEIRA, 2001, p. 401).

O caminho apontado por Oliveira (2001) convida o linguista a escrever a história da qual ele precisa, isto é, não ficar preso ao paradigma tradicional, e sim aprender a discutir e historicizar os conceitos, desenvolvendo modos próprios de historicizar o fazer disciplinar. O autor indica a necessidade de inovar e trazer à existência a história que cada pesquisa exige através da reconstituição do tempo histórico, já que não se pode reconstituir o tempo da vivência. Essa discussão dialoga com o que propõe o movimento conhecido como “nova história”, ao romper com o modelo historiográfico centrado na história tradicional dos grandes eventos políticos e econômicos, no qual “o fato linguístico raramente é tratado com o rigor científico que necessita de ser tratado, por conta do seu perfil cultural” (ABREU, 2011, p. 28).

2.3.1 A ruptura com o paradigma da historiografia tradicional

Tomamos, como ponto de partida dessa reflexão, a busca por entender o modelo historiográfico vigente no século XIX, já que os historiadores desse período estiveram ligados a uma perspectiva de estudo centrada nos grandes eventos, e o conceito de cultura estava restrito à grande arte e obras literárias, conforme Barros (2005). O paradigma historiográfico seguia o curso da historiografia tradicional, desconsiderando as histórias parciais, localizadas nos eventos cotidianos.

No entanto, inquietações historiográficas fizeram com que esse contexto sofresse alterações significativas, possibilitando uma revisão no paradigma tradicional, gerando novos estudos, propondo novos modelos e métodos de pesquisa, fatores que condicionaram o estabelecimento de novos campos e objetos de estudo, segundo Veiga (2008, p.14). A essa nova perspectiva de análise deu-se o nome de “nova história”.

A expressão “nova história”, título de uma coleção de ensaios editada por Le Goff, está associada à chamada *École des Annales*, agrupada em torno da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations*, e tem como base filosófica a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída (BURKE, 1992, p. 9-11). Mesmo a nova história estando associada a Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel, é importante destacar que eles não estavam sozinhos na luta contra o paradigma da história tradicional.

Peter Burke (1992, p. 17) comenta que houve resistência a esse modelo de narrativa dos acontecimentos na Grã-Bretanha dos anos 30 com Lewis Namier e R.H. Tawney; na Alemanha, por volta de 1900, com Karl Lamprecht que se tornou impopular ao expressar-se contra o paradigma tradicional. Destaca ainda o autor que a expressão *histoire événementielle*, “história centralizada nos acontecimentos”, foi inventada nessa ocasião, uma geração antes da época de Braudel, Bloch e Febvre.

A novidade neste movimento é o fato de os profissionais, agora, bastante numerosos, não aceitar serem marginalizados, conforme Burke (1992, p.18). Entretanto, essa história alternativa encontra pioneiros de longa data, como se observa nas citações a seguir.

1. No século dezoito houve um movimento internacional para a escrita de um tipo de história que não estaria confinada aos acontecimentos militares e políticos, mas relacionada às leis, ao comércio, à *manière de penser* de uma determinada sociedade, com seus hábitos e costumes, com o “espírito da época”.
2. Também remontam a um longo percurso as tentativas de escrever uma história mais abrangente que aquela dos acontecimentos políticos. Foi na segunda metade do século dezanove que a história econômica se estabeleceu na Alemanha. Em 1860, o estudioso suíço Jacob Burckhardt publicou um estudo de *The Civilization of the Renaissance in Italy*, concentrado na história cultural e descrevendo mais as tendências do que narrando os acontecimentos.
3. Os sociólogos do século dezanove, como Auguste Comte, Herbert Spencer - sem mencionar Karl Marx - eram extremamente interessados pela história, mas desprezavam os historiadores profissionais. Estavam interessados nas estruturas, não nos acontecimentos, e a nova história tem um débito para com eles, que frequentemente não é reconhecido. Eles, por sua vez, têm um débito para com seus antecessores, que frequentemente não reconhecem; os historiadores do Iluminismo, entre eles Voltaire, Gibbon (apesar da observação que citei antes), Robertson, Vico, Möser e outros. (BURKE, 1992, p. 18-19).

Percebemos que, com os fundadores da Escola dos Annales, a nova história ganha projeção como um campo de pesquisa de resistência às práticas históricas tradicionais. Cracco (2009, p. 20) explica, em linhas gerais, o programa dos fundadores dos Annales. Diz o autor:

o programa dos fundadores dos Annales buscava: praticar uma interdisciplinaridade, alianças com disciplinas vizinhas para desta forma diminuir o isolamento disciplinar das ciências humanas; afirmar novas áreas de interesse para seus estudos, com ênfase principalmente nos aspectos econômicos e sociais; diminuir a importância atribuída à história política, narrativa e acontecimental, para buscar um fundo estrutural da história recusando a história tradicional num esforço para a construção de uma nova história; produzir uma história total, sem determinismos explicativos e reducionismos. Todas estas orientações da pesquisa histórica afirmadas pelos Annales partem da nova concepção de tempo histórico. (CRACCO, 2009, p. 20).

Nesse contexto, o fazer histórico perde o caráter de mera observação, com o intuito de retardar o esquecimento, como era no nascimento da narrativa histórica, e passa a funcionar com outra necessidade: a da compreensão, segundo Batista (2013, p.38). Passa-se do conceito de história como evento/acontecimento para a noção de longa duração, isto é, a possibilidade de analisar a repetição e a permanência, quadros estáveis e de mudança em longo prazo. Nesta nova abordagem, Cracco (2009, p. 35) destaca que a pesquisa histórica “passa a ser guiada pelos problemas postos pelo historiador e é a partir deles que se busca definir a documentação, os fatos que se relacionam com a problemática.”, não mais seguindo a narração objetiva.

Essas mudanças propostas pela nova história trazem, também, um novo olhar para o conceito de cultura, pois, segundo Batista (2013, p. 13-14),

[...] a História é feita pelos membros das sociedades, que elaboram e divulgam saberes, cabe lembrar, que o arranjo social só se dá porque existe um elemento fundamental que permite não só a troca social, mas também a expressão da individualidade. Esse elemento essencial é a linguagem verbal. Dessa forma, a constituição do homem se dá porque temos a linguagem, que recorta espaços sociais, permite a formação e o reconhecimento de identidades em meio aos agrupamentos ideológicos e nos insere no espaço de comunicação, em diferentes situações de interação verbal. (BATISTA, 2013, p. 13-14)

Sob a ótica dessa nova perspectiva, rompe-se com a noção de sociedade “com” e “sem” cultura, dando igual importância aos estudos da cultura “cotidiana” e da chamada “alta” cultura. Trata-se de uma noção de cultura que, segundo Cucho (1996), pode designar um panteão de grandes obras “legítimas”, como tomar um sentido mais antropológico, por englobar as maneiras de viver, sentir e pensar próprias de um grupo social, isto é:

[...] o termo cultura passa a ter uma abrangência que não possuía antes, sendo agora entendido como produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho, dos modos da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da dança, dos sistemas de relações sociais, das relações de poder, da guerra e da paz, da noção de vida e morte. A cultura passa a ser compreendida como o campo em que os sujeitos humanos elaboram signos e símbolos, instituem as práticas e os valores [...] (CHAUÍ, 2009, p. 24)

No âmbito desse frescor teórico-metodológico e polifônico das formas de pensar e fazer a história, houve uma ampliação nos objetos, nas instâncias dos mais variados tipos, que geram e produzem cultura, nos suportes, nos meios de circulação, nos sujeitos produtores e receptores e nos testemunhos escritos de qualquer índole, nas práticas comunicativas e discursivas que, investidos do legítimo caráter de investigação,

possibilitaram novas abordagens historiográficas, ampliando os campos da História. Das diferentes formas de abordagens do conhecimento oriundas da crise do paradigma historiográfico, esta tese utiliza-se de algumas especificidades da *História Social da Cultura Escrita*, subespecialidade da História Cultural, e da *Micro-História*, ao buscar caracterizar os “tempos do escrito” (CASTILLO GÓMEZ, 2003) e os aspectos da vida social no interior da Bahia oitocentista a partir da observação das práticas de escrita dos senhores do Campo Seco.

2.3.1.1 História Social da Cultura Escrita – breve reflexão sobre o que é e a que se propõe esse campo do saber

O objetivo deste tópico, como denuncia o seu título, é entender o que é e a que se propõe o campo da *História Social da Cultura Escrita* – (HSCE). Buscar respostas para tais questionamentos nos direciona, primeiramente, a uma discussão mais ampla: entender o termo “cultura escrita”, que tem sentido amplo e, por isso, requer uma definição que se adeque aos fins teórico-metodológicos da pesquisa. Nesse sentido, é de fundamental importância verificar o que diz Galvão (2010, p. 218), que trata a temática do ponto de vista antropológico. Assim diz a autora:

Mas, afinal, o que é cultura escrita? Certamente, essa não é uma definição simples nem isenta de polêmicas. Neste trabalho, assumimos que, se tomarmos o conceito de cultura em uma acepção antropológica, ou seja, como toda e qualquer produção material e simbólica produzida a partir do contato dos seres humanos com a natureza, com os outros seres humanos e com os próprios artefatos criados a partir dessas relações, podemos considerar que a cultura escrita é o lugar – simbólico e material – que o escrito ocupa em/para determinado grupo social, comunidade ou sociedade. (GALVÃO, 2010, p. 218).

A referida autora, na direção das transformações ocorridas no paradigma da historiografia tradicional, evidencia que a cultura escrita é o lugar “simbólico - e material que o escrito ocupa em/para determinado grupo social, comunidade ou sociedade”. Não se trata de uma análise desprovida de implicações sociais, meramente descritiva, sem a devida observação de seus usos e funções, a perspectiva é a abordagem da escrita como prática cultural. Nesse contexto, Viñao Frago (1996) entende que:

La historia social de la cultura escrita no es ni puede ser, además, un campo acotado por unos investigadores determinados. Nace con vocación interdisciplinar. Todos los que la abordan saben, vengan de donde vengan, sea cual sea su formación que precisan incorporar conocimientos y estudios generados desde varios campos académicos e institucionales. Que su aportación es necesariamente parcial e incompleta. Que, en definitiva, la historia de la

cultura escrita requiere el concurso de filólogos, lingüistas, epigrafistas, paleógrafos, sociólogos, pedagogos, psicólogos, antropólogos e historiadores socio-culturales, de la literatura o de la educación, entre otros.' (VIÑAO FRAGO, 1996, p. 42-43)⁷

Ensina Viñao Frago (1996) que a HSCE nasce com o caráter interdisciplinar e, por essa razão, exige a contribuição de pesquisadores das diversas áreas, como, por exemplo, linguistas, filólogos etc. para que se possa “[...] reunir, em uma história de longa duração, os diferentes suportes de escrita e as diversas práticas que a produzem ou que dela se apropriam.” (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 115).

Para tanto, é preciso compreender a HSCE como uma forma da história cultural focalizada, sobretudo, nos objetos escritos e nos testemunhos, independentemente de sua índole, considerando seus diferentes usos e funções. Além disso, salienta Castillo Gómez (2003, p. 108) que a HSCE representa a conjunção de três histórias paralelas: a história das normas, da capacidade e dos usos da escrita; a história dos livros ou mais amplamente, dos textos manuscritos e impressos, e a história da leitura. A conjunção dessas três histórias ocorre, segundo Petrucci (1993, p. 382), em virtude das mudanças historiográficas ocorridas nos últimos anos. Logo, na visão do referido autor,

no existe ya la historia de la escritura, sino una historia del escribir, mejor aún de los actos de escritura; no existe ya una historia de la imprenta -o del libro impreso-, sino una historia de la producción y difusión de los testimonios impresos de cualquier naturaleza; no existe ya una historia de la lectura, sino una historia de los modos y prácticas de leer; no existe ya...una historia de la literatura, sino una historia de las prácticas literarias"⁸ (PETRUCCI 1993, p. 382)

Nesse sentido, a HSCE busca interpretar as práticas sociais que envolvem o ato de ler e escrever, destacando-se dois pontos essenciais para qualquer tempo histórico, conforme Petrucci (1999 p. 25-26). O primeiro deles é a difusão social da escrita, entendida como pura e simples capacidade de escrever, inclusive em seu nível mais baixo, ou seja, a porcentagem numérica dos indivíduos que são capazes de empregar ativamente

⁷A história social da cultura escrita não é nem pode ser um campo limitado por certos pesquisadores. Nasce com uma vocação interdisciplinar. Todos os que a abordam sabem, venham de onde vier, seja qual for sua formação que precisam incorporar conhecimentos e estudos gerados por vários campos acadêmicos e institucionais. Que sua contribuição é necessariamente parcial e incompleta. Que, em suma, a história da cultura escrita requer a colaboração de filólogos, linguistas, epigrafistas, paleógrafos, sociólogos, pedagogos, psicólogos, antropólogos e historiadores socioculturais, da literatura ou da educação, entre outros. (VIÑAO FRAGO, 1996, p. 42-43) (Tradução nossa)

⁸ já não existe a história da escrita, mas sim uma história do escrever, melhor ainda dos atos de escrita, já não existe uma história da impressão - ou do livro impresso -, mas sim uma história da produção e divulgação dos testemunhos impressos de qualquer natureza, já não existe uma história da leitura, mas sim uma história dos modos e práticas de ler, já não existe... uma história da literatura, mas sim uma história de práticas literárias " (PETRUCCI, 1993, p. 382) (Tradução nossa)

os signos do alfabeto e a difusão social passiva dos produtos gráficos. O segundo ponto faz referência à função que a escrita assume no âmbito de cada sociedade, destacando o ambiente cultural de produção e aplicação, o local de origem e o grau do prestígio social dos escreventes na hierarquia social. Viñao Frago (1996, p. 57) alerta que “Un programa mínimo de dicho análisis, en relación con una sociedad determinada, abarcaría el quién y el cómo se escribe y se lee, en qué contextos, con qué medios y con qué fines, así como los significados y representaciones sociales de tales actos y contextos.”⁹(VIÑAO FRAGO, 1996, p. 57)

A discussão realizada deixou claro que escrita e sociedade estão numa relação de influência mútua. Portanto, os textos escritos configuram tal relação, diversificando as fontes através de gêneros variados, fato que exige métodos capazes de captar os usos e funções do ato de ler e escrever, considerando os fatores diatópicos e diacrônicos, além do contexto de produção. Sobre as variedades de fontes, Castillo Gómez (2003, p.115) afirma que estão situadas em três domínios:

1. *Fuentes del discurso*. Comprenden todos aquellos textos socialmente autorizados a través de los cuales se establece y se propaga una determinada concepción de la escritura y de la lectura. Incluyen, por lo tanto, los textos emanados de las diferentes instancias de poder productoras de discursos: la política, el derecho, la iglesia, la academia, las gentes de letras o los profesionales de la escritura y del libro.
2. *Testimonios de las prácticas*. Sin duda el *corpus* más extenso y impreciso puesto que comprende la totalidad de los objetos escritos, ya sean de carácter oficial o privado, impresos, manuscritos o electrónicos, pintados, garabateados o incisos. La elección de unos o de otros dependerá siempre de los objetivos planteados en cada investigación.
3. *Representaciones*. Se trata de los distintos tipos de imágenes que cada sociedad construye a propósito de los temas y objetos de la cultura escrita. Naturalmente la parte más suculenta del pastel se la llevan tanto las manifestaciones de la escritura y de la lectura, de los escritores y de los lectores, en el arte; pero tampoco faltan las que tienen su espacio en los textos literarios.¹⁰

⁹ Um programa mínimo dessa análise, em relação a uma sociedade determinada, abrangeria o quem e o como se escreve e se lê, em que contextos, com que meios e com que fins, bem como os significados e representações sociais de tais atos e contextos (VIÑAO FRAGO, 1996, p. 57)
(Tradução nossa)

¹⁰1. Fontes do discurso. Compreendem todos aqueles textos socialmente autorizados através dos quais se estabelece e se propaga uma determinada concepção da escrita e da leitura. Incluem, portanto, os textos emanados das diferentes instâncias de poder produtoras de discursos: a política, o direito, a igreja, a academia, as pessoas de letras ou os profissionais da escrita e do livro [...]

2. Testemunhos das práticas. Sem dúvida o corpus mais extenso e impreciso posto que compreende a totalidade dos objetos escritos, sejam de caráter oficial ou privado, impressos, manuscritos ou eletrônicos, pintados, desenhados ou incisos. A escolha de uns ou de outros dependerá sempre dos objetivos planejados em cada investigação [...]

3. Representações. Trata-se dos distintos tipos de imagens que cada sociedade constrói a propósito dos temas e objetos da cultura escrita. Naturalmente a parte mais suculenta da torta leva tanto as manifestações da

Ganham destaque, segundo o autor, fontes que emanam das esferas públicas, as chamadas fontes autorizadas. São destacadas também as fontes das representações, isto é, como cada sociedade vê as distintas formas de imagens construídas a partir dos temas e objetos da cultura escrita. Entretanto, são os testemunhos escritos que constituem o *corpus* mais numeroso, segundo o autor, pois podem ser encontrados tanto no ambiente privado como no público.

As diversidades das fontes, no âmbito da HSCE, possibilitam investigações que podem ocorrer através de análises e estudos comparativos dos manuscritos de caráter usual e privado, dos processos de produção, circulação e função social de manuscritos e impressos (livros, panfletos etc.) (PETRUCCI, 1999), seguindo as orientações das práticas, dos discursos e das representações de forma individual ou concomitante. O caminho apontado por Petrucci (2003, p.7-8), é ocupar-se da história da produção, das características formais e dos usos sociais da produção da escrita e dos testemunhos escritos em uma determinada sociedade, devendo, para tal, responder, para qualquer tempo histórico, ao seguinte conjunto mínimo de questões:

Qué? En qué consiste el texto escrito, qué hace falta transferir al código gráfico habitual para nosotros, mediante la doble operación de lectura y transcripción.

Cuándo? Época en que el texto en sí fue escrito en el testimonio que estamos estudiando.

Dónde? Zona o lugar en que se llevó a cabo la obra de transcripción.

Cómo? Con qué técnicas, con qué instrumentos, sobre qué materiales, según qué modelos fue escrito ese texto.

Quién lo realizó? A qué ambiente sociocultural pertenecía el ejecutor y cuál era en su tiempo y ambiente la difusión social de la escritura.

Para qué fue escrito ese texto? Cuál era la finalidad específica de ese testimonio en particular y, además, cuál podía ser en su época y en su lugar de producción la finalidad ideológica y social de escribir (PETRUCCI, 2003, p. 7-8).¹¹

escrita e da leitura, dos escritores e dos leitores, na arte; mas tampouco faltam as que têm seu espaço nos textos literários. (Tradução nossa)

¹¹ O quê? Em que consiste o texto escrito, o que precisamos transferir para o código gráfico usual para nós, através da dupla operação de leitura e transcrição.

Quando? Época em que o texto em si foi escrito no testemunho que estamos estudando.

Onde? Zona ou lugar em que se levou ao fim a obra de transcrição.

Como? Com que técnicas, com que instrumentos, sobre quais materiais, segundo que modelos foi escrito esse texto.

Quem o realizou? A que ambiente sociocultural pertencia o executor e qual era em seu tempo e ambiente a difusão social da escrita.

Para que foi escrito esse texto? Qual era a finalidade específica desse testemunho em particular e, além disso, qual podia ser em sua época e em seu lugar de produção a finalidade ideológica e social de escrever (PETRUCCI, 2003, p. 7-8). (Tradução nossa)

Responder a essas questões constitui um processo que procura localizar o texto dentro de seu contexto histórico, material e cultural, a fim de recriar a sócio-história das práticas de escritas em sociedades pretéritas, já que, como explica Barreiros (2017, p. 391):

A escrita é responsável pelo desenvolvimento de práticas sociais que se constituem como a essência das sociedades complexas, possibilitando o registro do cotidiano e, com isso, inventou a noção de homem histórico, capaz de compor um discurso sobre si mesmo. (BARREIROS, 2017, p.391)

A noção de homem histórico preconizada pelo autor retine-se às sociedades complexas, o que nos leva a crer que se refere exclusivamente àqueles que têm o domínio da escrita. Entretanto, é importante frisar que os homens e mulheres oriundos das sociedades ágrafas não deixam de ser históricos ou fazer história pelo fato de não terem acesso à escrita. Logo, sendo a escrita elemento importante para o desenvolvimento social de comunidades que detêm o domínio de tal tecnologia, é necessário que a interpretação das fontes textuais, para qualquer tempo histórico, parta da perspectiva do texto como documento cultural. Lewis (2006, p. 35) assim caracteriza o que se entende por documentos culturais. Diz o autor:

documentos que não podem estar separados das condições e circunstâncias de sua produção e consumo e estão entrançados nas práticas sociais, processos institucionais, na política, na economia, portanto, os significados dos textos não podem ser tratados de maneira independente da corrente e das operações mais amplas da cultura no qual o texto existe (LEWIS, 2006, p. 35).

A análise do texto como um documento cultural permite ao pesquisador ir além da simples descrição, valendo-se da fonte textual não mais como uma realidade concreta de caráter monolítico. Para Barreiros (2017, p. 391):

o texto escrito exige uma interpretação histórica desde o primeiro momento de sua existência porque ele é testemunho da experiência humana, forjado no cotidiano e se relaciona com práticas sociais peculiares de sujeitos historicamente constituídos. Esses sujeitos, por sua vez, também se inventam a partir das relações estabelecidas com os textos, entendidos como práticas escriturísticas. (BARREIROS, 2007, p. 391)

A escrita, agora vista como objeto sociocultural, não pode mais ser estudada sem considerar as condições de aquisição, produção, circulação e conservação (CASTILLO GÓMEZ, 2003). Esse novo viés apresenta o estudo das práticas de escrita em diferentes dimensões, como propõe Galvão (2010):

- i. estudar as instâncias ou instituições que ensinam ou possibilitam a circulação do escrito em certas épocas e em certos locais;

- ii. fazer uma história dos objetos que lhe dão suporte;
- iii. estudar os suportes por meio dos quais ela é difundida e ensinada;
- iv. focalizar os sujeitos que, em suas vivências cotidianas, constroem historicamente os lugares simbólicos e materiais que o escrito ocupa nos grupos e nas sociedades que os constituem (e que, ao mesmo tempo, ajudam a constituir);
- v. investigar os meios de produção e transmissão das múltiplas formas que o fenômeno assume. (GALVÃO, 2010)

A respeito da primeira dimensão, explica a autora que:

De modo geral, pode-se afirmar que a família e a escola são as duas instituições que historicamente têm se responsabilizado pelo ensino da leitura e da escrita. Outras instâncias, no entanto, podem assumir um papel também importante no ensino, sobretudo, na difusão e na circulação do escrito, tais como o trabalho; a burocracia do Estado; as Igrejas de diferentes denominações; o comércio; a feira; o cemitério; os movimentos por ocupação da terra; as bibliotecas; as associações e os movimentos sociais e políticos; as sociedades literárias; as manifestações culturais populares; a tipografia; a editora; a farmácia; o teatro; o cinema; o rádio e, mais recentemente, a televisão e o computador/a internet. (GALVÃO, 2010, p. 221-222)

Fica claro que o estudo da cultura escrita deve buscar respostas para uma caracterização formal dos diversos locais que promovem a produção, a circulação e os usos sociais da escrita. A escolarização formal é apenas um viés para se estudar as instâncias responsáveis pelo ensino e difusão da escrita. Não se podem esquecer os diversos espaços extraoficiais que assumiram, por muito tempo, papel importante no ensino. Além disso, é preciso saber quais objetos dão suporte à escrita, desse modo, a segunda possibilidade para apreender o lugar ocupado pelo escrito em outros tempos e lugares é, conforme a autora, fazer uma história dos objetos que lhes dão suporte, logo,

Nessa perspectiva, a história da cultura escrita é também a história do livro, dos manuais didáticos, das cartilhas, das revistas, dos jornais, dos panfletos, dos folhetins, das folhas volantes, dos bilhetes, das cadernetas, dos telegramas, dos catecismos, dos cartazes, dos documentos civis, dos recibos, dos almanaques, dos cordéis, dos calendários, das histórias em quadrinhos, dos documentos geridos na burocracia estatal, dos diários, das correspondências, dos túmulos, das teses, dos tratados acadêmicos. (GALVÃO, 2010, p. 222)

A segunda dimensão busca elencar os objetos que funcionam como suportes para a escrita. Fazer a história da cultura escrita, nessa perspectiva, é buscar compreender a história dos materiais escritos produzidos na vida cotidiana pelos diversos atores em diferentes contextos sociais.

Quanto à terceira dimensão para se estudar a cultura escrita, Ana Maria Galvão informa que o caminho é o lugar ocupado pelos impressos, pelos manuscritos, pela

oralidade, pelas tecnologias digitais e por formas de estruturação de oralidade secundária, ou seja, fazer a história dos suportes por meio dos quais ocorrem o ensino e a difusão da escrita. Nas palavras de Brandt e Clinton (2002), segundo a autora, busca-se dimensionar a força que ocupa o escrito em determinado grupo social, por meio da análise do suporte que o materializa. Em outras palavras, essa via se preocupa em saber quais as maneiras de apresentação do escrito, como o escrito se materializa nas diversas circunstâncias de comunicação.

Conhecer as instâncias, os objetos e os suportes do escrito, em diferentes lugares, contextos e épocas, é de fundamental importância, mas não se pode esquecer de um elemento chave no processo de produção e recepção do escrito. Trata-se dos sujeitos que constroem historicamente os lugares simbólicos e materiais que o escrito ocupa nos grupos e nas sociedades que os constituem. Dessa forma, a quarta dimensão, para se investigar a história da cultura escrita, deve ser (re)construída

Por meio da análise de histórias individuais, familiares e sociais de sujeitos que viveram na época investigada. Por um lado, julgamos ser importante investigar indivíduos e grupos já estabelecidos na cultura escrita, ou seja, aqueles que pertencem a uma linhagem familiar e/ou social que já tem, há mais de uma geração, intimidade com o ler e o escrever [...]. Na mesma direção, é também relevante focalizar a trajetória de intelectuais, que mesmo quando não são originários de famílias com as características referidas, constroem uma relação de participação intensa na cultura escrita legítima de uma época. Por outro lado tornam-se essenciais também os estudos que enfocam trajetórias de sujeitos analfabetos, semialfabetizados e “novos letrados” – aqueles que representam a primeira geração, na linhagem familiar, a construir relações de intimidade com a leitura e a escrita. Nesse sentido, são importantes os estudos que acompanham os processos de transmissão intergeracional do ler e do escrever em uma mesma família. Destacam-se, ainda, os trabalhos que estudam trajetórias de grupos específicos, como mulheres e negros, ou aqueles que se detêm sobre as trajetórias de autodidatas. (GALVÃO, 2010, p. 223)

O interesse no sujeito e na relação dele com a leitura e com a escrita, analisando-o nas perspectivas individual, familiar e social abre um diálogo intenso com outras áreas do saber, já que a constituição histórica e social do homem é também objeto de estudo da História, da Antropologia e da Sociologia, por exemplo. Registre-se que esse diálogo é muito útil para se compreender as práticas de escrita, ao longo do tempo.

A quinta possibilidade, para se investigar as práticas de escrita de outros tempos, centra-se na observação dos meios de produção e transmissão das múltiplas formas que o fenômeno assume. Diz a autora que, além de investigar o próprio escrito, seus objetos e suportes, é necessário considerar a oralidade. Por isso, as taxas de alfabetização não podem ser consideradas como o único indicador da participação da sociedade nas culturas do

escrito. Agregados a essas taxas, é preciso compreender os modos de ler que predominavam nos grupos e nas sociedades estudadas (GALVÃO, 2010).

É importante salientar que, sob outro ponto de vista, a História Social da Cultura Escrita é aquela responsável por explicar “os tempos do escrito”, em cada uma das etapas de sua trajetória. A trajetória do escrito perpassa, conforme Castillo Gómez (2003), por quatro etapas assim definidas: aquisição, produção, recepção e conservação.

O *tempo da aquisição* corresponde ao período em que se tem acesso à competência gráfica, observando as condições sociais nas quais ocorreu a apropriação da capacidade de escrever. Trata-se, conforme o referido autor, do processo de historicizar as práticas de alfabetização. O *tempo de produção* representa as circunstâncias e contextos que intervêm no processo da produção escrita, considerando os aspectos materiais, gráficos e históricos envolvidos em cada contexto. No *tempo da recepção*, há uma mudança de protagonismo: o autor, que antes era sujeito central, cede lugar ao leitor, isto é, a forma material pode orientar as expectativas de significados do texto, mas o sentido dado a estes estará diretamente ligado às circunstâncias que atuam no ato da recepção. E, por fim, no *tempo da conservação*, deve-se investigar a política da memória através dos discursos, dos indivíduos e das instituições que historicamente exercem jurisdição sobre o patrimônio escrito, ou seja, os espaços públicos e privados onde se conservou a memória escrita (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 116-122).

É este arcabouço teórico que utilizaremos para a caracterização da produção escrita dos senhores do Campo Seco. Através da análise do *Livro de Razão*, responderemos ao conjunto de perguntas propostas por Petrucci (2003) e investigaremos os *scriptores* em suas vivências, através das instâncias de acesso, circulação e difusão da leitura e da escrita.

Ainda que o foco da HSCE esteja na materialidade do escrito, o diálogo com a Linguística e com a Filologia torna-se essencial, pois há uma estreita relação entre escrita e oralidade. Sobre a relação com a Filologia, Barreiros (2014, p. 35) afirma que:

[...] a história da cultura escrita também oferece importante suporte aos estudos filológicos já que o seu foco de interesse, num primeiro momento, concentra-se na história das distintas maneiras encontradas pelas culturas humanas para transmitir mensagens e as consequências sociais, culturais e históricas decorrentes das mudanças no modo de transmissão da escrita. Essas reflexões são necessárias, porque é preciso perceber as continuidades e inovações trazidas pelos novos suportes, principalmente quando se vive no limiar de mudanças e adaptações, como está acontecendo no mundo ocidental nesse início do século XXI, em que convivem a cultura dos impressos e a cultura digital (BARREIROS, 2014, p. 35).

Em relação à Linguística, Telles (2016, p. 195) afirma que o texto é “resultado do uso do código de sinais que transpõe para o suporte material o ato comunicativo, é, sobretudo, um documento de fatos linguísticos capaz de revelar, também, o modo de vida de um povo.” Logo, compreendemos que a cultura escrita codifica tudo aquilo que é comunicado, ou seja, é a materialização dos sons e dos discursos usados na fala, portanto, a HSCE, ao tematizar as práticas e a materialidade do escrito, materializa também “vestígios da oralidade”. Essa questão fica bem nítida na leitura do relato feito por Telles (2016):

Jeffrey Kittay (1995), em *Pensando em termos de cultura escrita*, adverte que um dos maiores problemas da compreensão da cultura escrita é a incapacidade de especificar quais de suas propriedades são independentes da escrita. Adverte, entretanto, que qualquer tipo de cultura escrita é inicialmente dependente de um determinado código ou conjunto de códigos gráficos. Pergunta, então, o que a cultura escrita codifica sob a forma de escrita, respondendo simplesmente que “é a oralidade”, compreendida como tudo aquilo que é revisto pela cultura escrita, tudo que é comunicado, de viva voz ou não [...] (TELLES, 2016, p. 198).

No bojo dessa discussão, Magalhães (2003) também esclarece que a oralidade é parte constitutiva do escrito, logo:

É a contribuição atual da linguística ao problema das diferenças entre os modos de comunicação, que busca abordar as complexas relações entre a oralidade e escrita como instâncias que são heterogêneas por si, porque há diversas formas de oralidade e de cultura escrita, que sempre se interpenetram; neste sentido, pode-se definir a oralidade como constitutiva do escrito, que se traduz como produto cultural essencialmente híbrido: o escrito se impõe como instância fundamentalmente dialógica e textual, a um só tempo, que reflete a fusão de gêneros orais e escritos, de temas e práticas de apropriação oriundos da tradição oral e escrita. (MAGALHÃES, 2003 p.15-16)

Sendo o texto um documento de dados de língua e, portanto, também um registro da oralidade, a HSCE contribui com a história social linguística porque procura “localizar o texto dentro de seu contexto histórico, material e cultural”, estudando as práticas de escrita como um produto social híbrido e recriando sócio-história de culturas e experiências socialmente localizadas (HANNA; BASTOS, 2014, p. 16).

2.3.1.2 – A Micro-História como recurso metodológico

Neste tópico, não pretendemos fazer uma discussão longa sobre a *Micro-História* italiana. O objetivo é apenas apresentar e discutir alguns aspectos desta abordagem historiográfica que utilizaremos como recurso metodológico para captar, por meio da observação da prática de escrita de dois indivíduos, no sertão da Bahia oitocentista,

aspectos particulares do funcionamento da fazenda, que possam colaborar para a compreensão de um quadro geral da dinâmica social local e, conseqüentemente, auxiliar na compreensão dos dados de língua da região.

Inicialmente, precisamos compreender como esse movimento ganhou destaque e qual a sua relação com as abordagens historiográficas que atuavam neste mesmo cenário. A leitura atenta de Vainfas (2002) e Burke (2005) esclarece que a Micro-História foi um movimento de reação, com o objetivo de reintroduzir, na História, as experiências concretas, individuais ou locais.

Essa reação historiográfica desenvolveu-se com certo diálogo com os movimentos de renovação historiográfica ocorridos na França, nas décadas de 1970 e 1980, mas não pode ser confundida com a nova história cultural, justamente por apresentar trajetórias e propostas próprias, além de possuir o ponto de origem nas inquietações dos historiadores italianos diante da “crise dos paradigmas” e da “dependência de modelos historiográficos importados, sobretudo franceses e anglo-saxões” (VAINFAS, 2002, p.105). Quanto à fundação precisa do movimento, há discordâncias. Algumas correntes defendem que a proposta do movimento ganhou notoriedade, na década de 1970, de maneira informal, em uma série de artigos publicados nos *Quaderni Storici* como, por exemplo, “Microanalisi e storia sociale”, de Edoardo Grendi, 1972; “O nome e o como”, 1979, de Ginzburg e Poni ou ainda o artigo considerado por alguns historiadores como o texto-base de todos os debates, de 1979, intitulado “Spie. Radiei di un paradigma indiciário” (*Sinais. Raízes de um paradigma indiciário*) também de autoria de Ginzburg (VAINFAS, 2002, p.105-108).

O movimento guarda algumas semelhanças com a História Regional e a História das Mentalidades, mas tais abordagens não podem e não devem ser confundidas. Barros (2005, p.37) afirma que os historiadores das mentalidades foram os primeiros a investigar temas, como paraíso, medo, purgatório etc., que ficavam à margem da História. Os temas relegados pela História convencional ou pela História Social são também o foco da Micro-História. Entretanto, diferente dos historiadores das mentalidades que realizam a análise em conexão com a história geral das sociedades através de recortes amplos, a análise micro-histórica privilegia o recorte minúsculo, o indivíduo, grupos e comunidades, tramas e enredos aparentemente banais (VAINFAS, 2002, p. 105-106).

Já a diferença entre a História Regional e a Micro-História reside no seguinte fato: o historiador, no âmbito da História Regional tem como interesse um espaço físico, cultural, antropológico a fim de pesquisar as relações que se estabelecem dentro deste

espaço. Para o micro-historiador, embora seja possível estudar o espaço físico reduzido, ao reduzir a escala, o objetivo é analisar, através da comunidade, aspectos da realidade micro para atingir as especificidades de uma realidade ampla (BARROS, 2017, p. 152-153).

Sobre os temas que podem ser objeto de análise da Micro-História, Vainfas (2002, p.136) informa que:

a micro história pode se interessar por temas ou personagens desconhecidos — como era o Mennochio, antes de Ginzburg — ou por temas bastante célebres, a exemplo da possessão de Salem, na Massachussets do século XVII ou da vida de Galileu, na Itália da Época Moderna.[...] Mas é certo que a micro história tem seus temas preferenciais ou tipos de temas mais passíveis de serem estudados em escala reduzida. Grandes episódios e personagens célebres são, assim, menos usuais e menos bem-vindos à microanálise que, por sinal, desde o início se animou com a possibilidade de inverter a história e reconstruí-la "a partir de baixo". (VAINFAS, 2002, p. 136)

Diferente do que se pode imaginar, a Micro-História, mesmo se interessando preferencialmente por certos temas, como personagens desconhecidos ou pequenos grupos e comunidades, por exemplo, também pode, em escala reduzida, voltar-se para grandes personagens ou acontecimentos grandiosos. Dessa maneira, é possível realizar pesquisas, pelo viés micro-histórico, com ênfase nas vivências de grupos subalternos, verticalizando as fontes e, portanto, fazer uma história “vista de baixo” como também realizar uma micro-história de grandes episódios ou de grupo social da elite, como é o caso dos Senhores do Campo Seco, família abastarda do sertão baiano, cuja produção escrita é analisada nesta tese.

Quanto à metodologia, a Micro-História centra a análise nos estudos na referência à espacialidade, referência histórico-sociológica e, preferencialmente, nas situações-limites perfazendo o seguinte caminho: a redução da escala (o deslocamento do olhar), a observação dos indícios, das pistas e sinais (parte-se do específico para o geral) e posteriormente o estudo do universo micro-histórico (analisa não só o fato ocorrido, mas principalmente os indícios, as imprevisibilidades recolhidos pelo historiador) (VAINFAS, 2002, p. 118-120).

É apoiando-se em algumas especificidades desse aporte metodológico que se pretende examinar a trajetória e as práticas de escrita dos Senhores do Campo Seco, a fim de perceber aspectos específicos relativos ao modo de vida e, assim, propor uma configuração da memória sociocultural de Bom Jesus dos Meiras, Alto Sertão da Bahia, entre 1794 e 1834. (colocar aqui alguma referência ao queijo e vermes).

2.4 SÍNTESE DA SEÇÃO

Ao longo desta seção, expomos a abordagem interdisciplinar que sustenta a elaboração desta tese, destacando o aparato teórico-metodológico e a funcionalidade de cada área no processo de preparação, caracterização e análise do *corpus*. Sob essa perspectiva, entendemos que a Linguística Histórica e o suporte filológico garantem o estabelecimento do texto através da edição e do tratamento dos aspectos extrínsecos do manuscrito, enquanto a História Social da Cultura Escrita fornece bases para a reconstituição dos usos e funções da escrita na sociedade em foco. Sobre os recursos da Micro-História, acreditamos que são de fundamental importância para a realização de estudos sobre as memórias e as vivências de determinado grupo social por meio da análise de elementos específicos observados por meio das práticas de escrita e das trajetórias individuais dos senhores do Campo Seco.

Todo esse processo justifica-se, porque cremos no fato de que há “uma história social que precede as mudanças linguísticas, isto é, mudanças na organização social que geram novas relações interacionais nas quais, então, se geram processos de mudança linguística.” (FARACO, 2005, p. 66).

Dessa forma, esperamos captar as nuances da vivência dos senhores do Campo Seco, em Bom Jesus dos Meiras, após a edição semidiplomática do *Livro de Razão* e do tratamento de seus aspectos materiais, seguidos da compreensão dos usos e funções das práticas de escrita na fazenda, que servirão de fontes para a observação de indícios da realidade linguística e social da região.

3

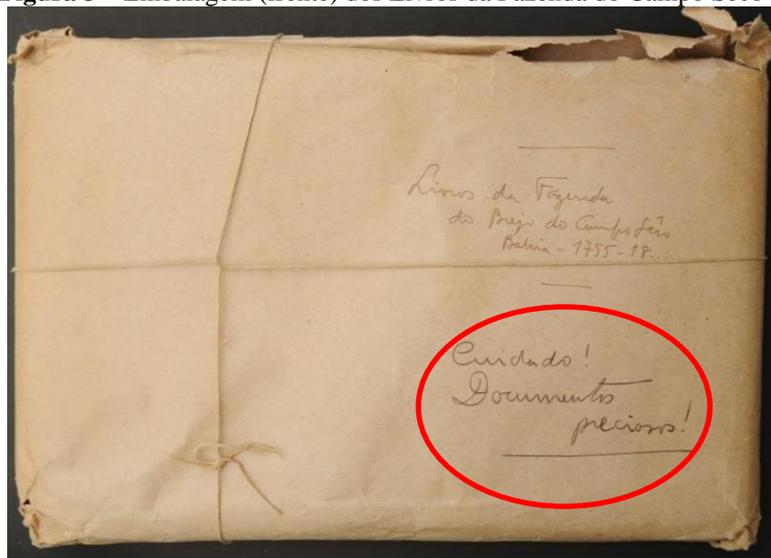
DO FAC-SÍMILE À EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DO LIVRO DE RAZÃO: O CORPUS, O CONTEXTO DE PRODUÇÃO E OS *SCRIPTORES*

A edição de um texto precisa estar muito bem amparada em um conjunto de informações capazes de fornecer ao leitor o suporte necessário sobre a história da produção e das características formais do documento. Por essa razão, esta seção, a partir do aparato metodológico da História Social da Cultura Escrita e da Filologia, tem como objetivo apresentar a caracterização do *Livro de Razão* do Campo Seco, destacando os aspectos materiais do manuscrito – aspectos extrínsecos – e o contexto sócio-histórico de sua produção, respondendo, para tanto, a questões referentes à autoria, localização e datação do texto. Com esse propósito, a seção está organizada da seguinte maneira: em 3.1, apresentamos o *corpus*, as motivações para a proposta de edição e a descrição dos aspectos físicos e materiais. A partir de 3.2, o objetivo é a configuração dos limites temporal e espacial, com ênfase no processo de conquista, repovoamento da região do Alto Sertão da Bahia e formação de Bom Jesus dos Meiras. Os *scriptores* são caracterizados através de fichas de identificação no item 3.3, seguidas da explicação sobre a criação do site para a disponibilização das edições em 3.4. No item 3.5, há uma retomada da discussão através de uma síntese da seção.

3.1 O LIVRO DE RAZÃO DO CAMPO SECO

O *Livro de Razão* do Campo Seco é constituído de um total de 195 folhas, mede 30,5 centímetros de altura por 21 centímetros de largura, conforme Santos Filho (2012, p. 110). Encontra-se guardado em Campinas, sob os cuidados de Licurgo dos Santos Neto, envolvido em um papel pardo e amarrado com barbante, como mostra a figura 3.

Figura 3 – Embalagem (frente) dos Livros da Fazenda do Campo Seco



Fonte: CEDOHS/UEFS / Foto: Jorge Santos/UESB

Vale destacar a consciência que Lycurgo Santos Neto¹² tem ao deixar registrado, no pacote, a necessidade do cuidado que se deve ter, por considerá-los preciosos, devido ao caráter histórico que têm as informações contidas nele. Quantos documentos, geralmente, são descartados pela falta de informação dos proprietários acerca do valor histórico e linguístico que possuem?

3.1.1 Sobre a transcrição já realizada e as motivações para uma nova edição

Nesta tese, além da fac-similar, optamos por fazer a edição semidiplomática, cujo objetivo é oferecer um texto transcrito com critérios claros, caracterizando as condições e circunstâncias de produção, mantendo intactos os fenômenos da língua, garantindo, assim, a possibilidade de realização de pesquisas em Linguística Histórica, visto que a transcrição existente do referido texto, de Lycurgo dos Santos Filho, publicada no livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo*, de acordo com a temática de cada capítulo e sem o fac-símile, volta-se, principalmente, para historiadores e profissionais de outras áreas.

Além de ampliar o público-alvo, esperamos que, após a edição do Livro de Razão, algumas afirmações feitas por Santos Filho (2012), no livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo*, sobre os senhores do Brejo Seco, possam ser revistas ou confirmadas. O

¹² Responsável pela guarda dos Livros do Campo Seco em Campinas- SP.

autor, para embasar sua análise sobre os diversos assuntos que aborda em seu livro, afirma, por exemplo, que Miguel Lourenço, o primeiro senhor do Campo Seco:

[...] possuía melhor caligrafia e, talvez, maior cópia de instrução do que o genro. Ele foi tabelião, como se viu. Pinheiro, entretanto, pela atividade desenvolvida no decorrer da existência, pouco ficou a dever ao sogro em matéria de ilustração. E mesmo a impressão que se tem, nesse sentido, é a de que o filho Inocêncio não se igualou ao pai. Ficou bem aquém. Denotam-no a insegurança da letra, a má caligrafia e grande quantidade de erros ortográficos encontrados na sua escrita, erros que o pai e o avô não cometeram. (SANTOS FILHO, 2012, p. 38-39).

Mais adiante, informa o autor que a horrível letra e a péssima ortografia de Inocêncio Pinheiro Canguçu revelam que seus estudos foram mais deficientes do que os recebidos pelo pai, Antônio Pinheiro Pinto.

Sabemos que o simples fato de possuir caligrafia “feia” não pode ser decisivo para definir o grau de instrução de um indivíduo. Outro fator importante é saber se o que Santos Filho (2012) chama de “erros ortográficos” baseia-se nas normas e convenções atuais ou se o autor se preocupou em verificar as convenções ortográficas dos diferentes momentos em que o manuscrito foi produzido. Tais questões serão dirimidas após análise da edição e do estudo que será realizado na seção 5 desta tese.

3.1.2 Descrição extrínseca

Lose et al (2009), ao tratar da edição do *Dietário do Mosteiro de São Bento*, explana o que se entende por descrição extrínseca da seguinte maneira:

Entende-se como *descrição extrínseca* a apresentação minuciosa das características físicas da obra: tamanho do suporte e da mancha escrita, quantidade de fólios, tipo de letra, indicação de presença de letras ornadas e descrição das suas características, tinta utilizada, quantidade de linhas escritas por fólio, estado de conservação do documento, indicação da presença de ornamentos e descrição das suas características, em suma, uma descrição detalhada das características externas da obra, deixando-se de fora, neste momento, o seu conteúdo e a sua língua. (LOSE, 2009 et al, p. 34)

É esta a descrição do *Livro de Razão* que pretendemos apresentar. Todavia, é preciso deixar claro que tivemos acesso apenas a sua versão digital, o que limita uma caracterização mais precisa de algumas propriedades físicas.

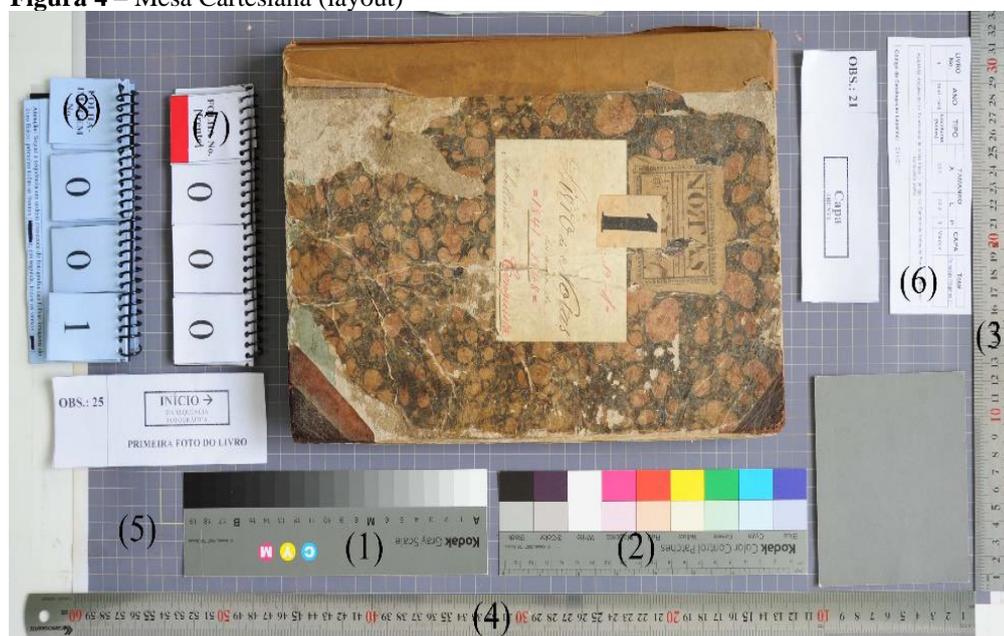
3.1.2.1 A digitalização do Livro de Razão pelo método fotográfico Lapelinc

O manuscrito do Campo Seco foi fotografado de acordo com o método fotográfico do *Laboratório de Pesquisa em Linguística de Corpus (Lapelinc)*, desenvolvido pelo

professor Jorge Viana Santos com colaboração da professora Cristiane Namiuti Temponi, na Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (UESB). O método, segundo Brito e Santos (2014, p. 422), tem por objetivo fazer a transposição de documentos manuscritos originais em papel para o formato digital através de fotografia, cientificamente controlada, perfazendo as seguintes etapas: “1) Controle: etapa da captura de informações da fonte; 2) Captura fotográfica da imagem do original; 3) Catalogação das folhas-imagens componentes do documento; 4) Edição; 5) Criação de imagens de uso co-indexadas à imagem-original.”(SANTOS; BRITO, 2014, p. 424).

Para a execução da etapa 2, os autores explicam o desenvolvimento, no Lapelinc, da Mesa Cartesiana, um equipamento com a finalidade de viabilizar de modo controlado e cientificamente padronizado a fotografia. No que se refere ao layout, a Mesa Cartesiana apresenta-se da seguinte forma (cf. figura 4), conforme Santos e Brito (2014, p. 425)

Figura 4 – Mesa Cartesiana (layout)



Fonte: Santos e Brito (2014, p. 425)

Cada item numerado tem uma função específica na captura da fotografia. Para um melhor entendimento de como ocorre todo o processo, vale a leitura da explicação de Santos e Brito (2014):

a) Escala de tom (1) e escala de cores (2): sendo escalas científicas elaboradas para o controle fotográfico, possui amostras de tons e cores com parâmetros que podem ser interpretados por programas e *softwares* de edição e leitura de imagem, capazes por isso de, por exemplo, recuperar numa tela de computador

as tom/cores originais de um documento, independente da leitura que o olho humano faça.

b) Instrumentos de medição (3, 4, 5): sendo escalas científicas elaboradas para controle milimétrico, do modo como estão dispostas, formam um perfeito plano cartesiano, capaz de matematicamente permitir o cálculo preciso das medidas de quaisquer documentos (livros, folhas...), independente da sua posição.

c) Informações catalográficas (6), paginação (7), sequenciação (8): garantem um vínculo permanente entre o DF e o DD. (SANTOS; BRITO 2014, p. 425-426)

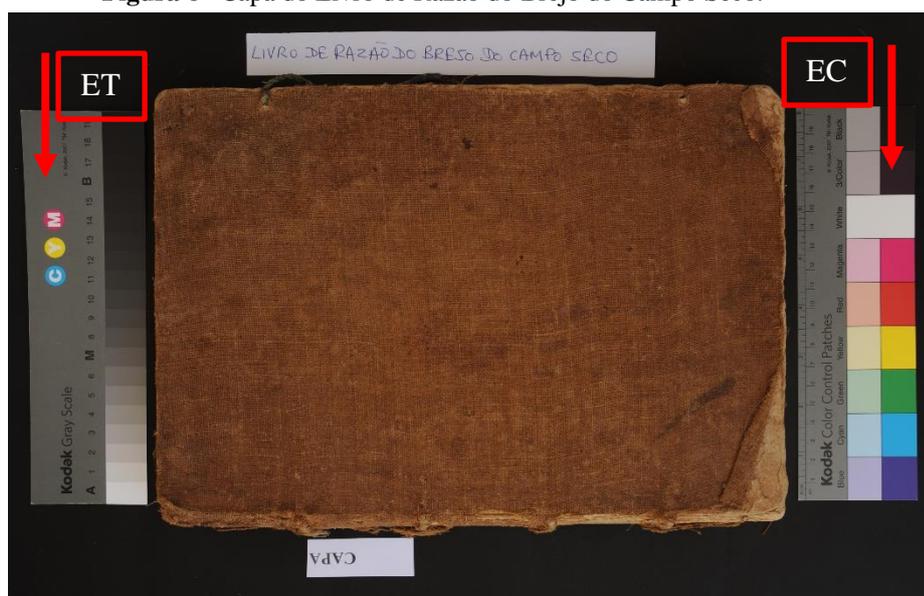
Entretanto, para capturar o fac-símile do *Livro do Razão*, foi utilizado o recurso da placa preta, pois o aperfeiçoamento da Mesa Cartesiana só ocorreu em 2014, como produto da dissertação de Mestrado de Giovane Santos Brito¹³, colaborador do Lapelinc, e a digitalização dos manuscritos do Campo Seco (Livro do Gado e Livro de Razão) foi realizada entre os dias 10 e 11 de novembro de 2012, em Campinas-SP, na residência de Sr. Lycurgo Santos Neto, detentor dos livros e papéis da Fazenda do Sobrado do Brejo do Campo Seco, por Jorge Viana, juntamente com as professoras Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, coordenadoras dos projetos de pesquisas *Vozes do Sertão em dados: história, povos e formação do português brasileiro e CE-DOHS*.

Vejamos como esses critérios foram aplicados ao *Livro de Razão*, observando as figuras seguintes.

Na figura 5 – Ficha técnica do Livro –, constam informações sobre o processo fotográfico do livro. Inicialmente, têm-se os dados sobre o local, a data e início do trabalho. Verificam-se, em seguida, a especificação da tipologia documental, os parâmetros técnicos utilizados no ato e a equipe responsável. Embora constem na ficha a indicação de término do processo e o total de páginas fotografadas, esses dados não foram preenchidos.

¹³ Para maiores informações, consultar a dissertação do autor intitulada *Do Texto ao Documento Digital: transposição fotográfica de documentos manuscrito histórico para formação de corpora linguísticos eletrônicos*, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, 2015.

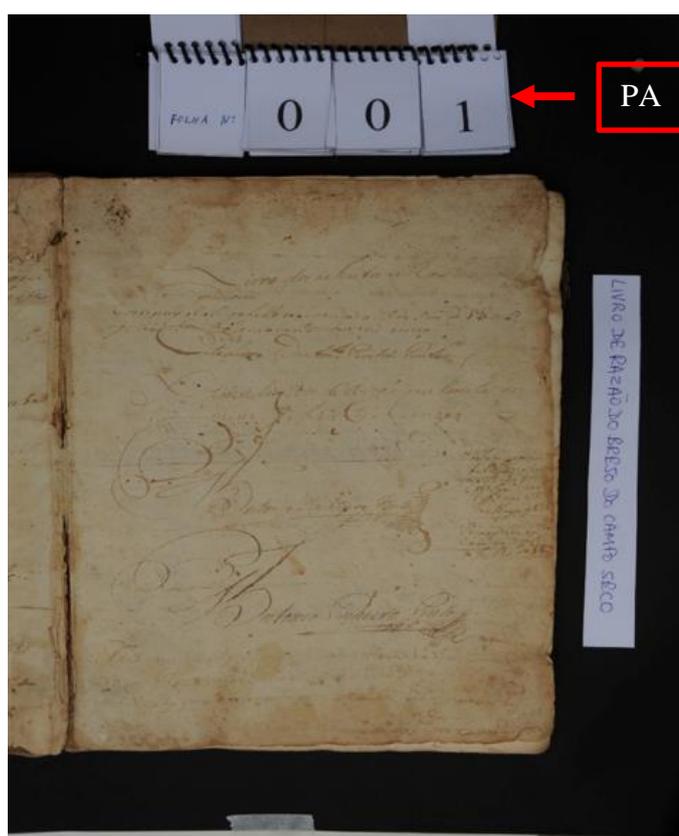
Figura 6– Capa do Livro de Razão do Brejo do Campo Seco.



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Outra etapa do método é denominada de paginação (PA), isto é, uma forma de indicar a ordem da numeração das folhas seguindo a indicação do manuscrito. Na figura 7, a seguir, há um exemplo de como funciona o referido processo.

Figura 7 – Folha 001 do Livro de Razão do Brejo do Campo Seco.



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Para as páginas não numeradas (PNN), no original, a numeração deve ser indicada com “000”, caso, por exemplo, de uma capa (SANTOS; BRITO 2014). No entanto, no *Livro de Razão*, optamos por nomear a folha não numerada como folha de guarda, conforme se verá mais adiante.

3.1.2.2 Um passeio pelo Livro de Razão: do suporte à encadernação

Descrevemos, neste item, o suporte físico do *Livro de Razão* do Campo Seco. A encadernação, uma das formalidades exigidas para a confecção de Livros de Razão, está presente no manuscrito do Campo Seco. Para caracterizar a encadernação de um livro, é necessário observar atentamente a obra. Em texto intitulado *Um Panorama sobre a Evolução Histórica da Encadernação* (2015), localizado no site da Biblioteca Nacional, Maria Aparecida de Vries Mársico apresenta um roteiro muito útil para preparar a descrição de uma encadernação, que deve considerar os seguintes elementos: capa, cobertura, lombada, folha de guarda, cortes, cabeceado, tipo e douração.

Verificamos, no manuscrito analisado, a presença de linhas indicando que as páginas foram costuradas e, em seguida, envoltas por capas de papelão cobertas com um tecido pardo grosso (cf. figuras 8 e 9).

Figura 8– Capa do Livro de Razão (Frente)

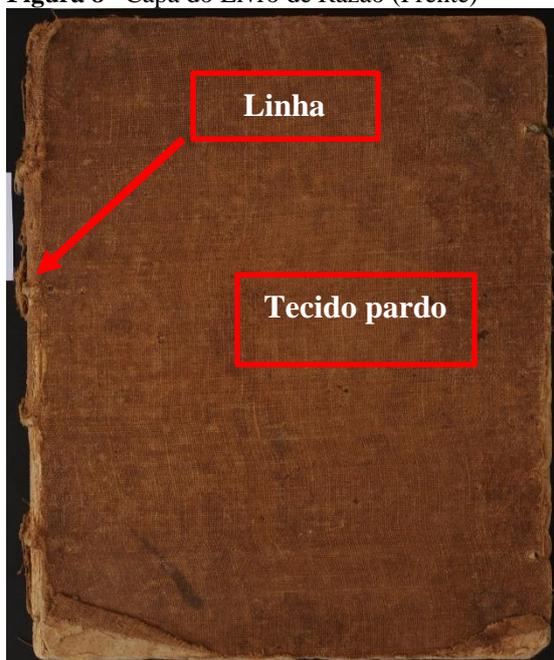


Figura 9– Capa do Livro de Razão (Fundo)

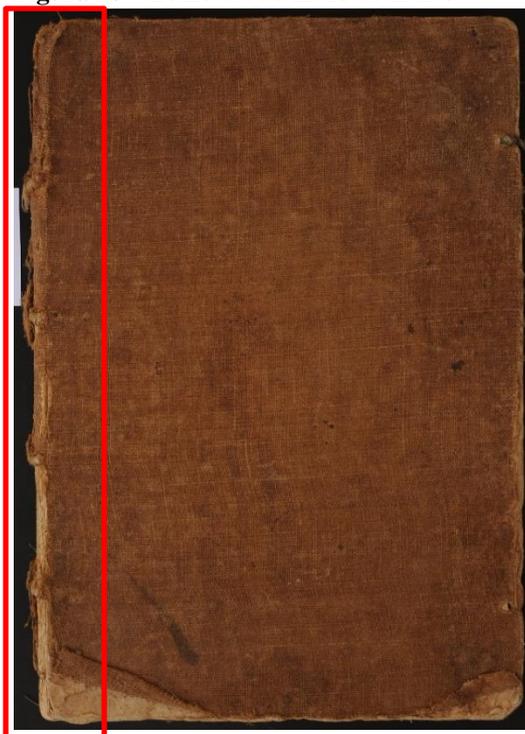


Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Notamos, na parte frontal inferior esquerda e direita, que o fixador do tecido perdeu a aderência. O mesmo processo acontece na parte superior e nas extremidades, enquanto, na lombada, há o desaparecimento quase total do tecido pardo.

Nas palavras de Faria e Pericão (2008, p. 473), a lombada é a “[...] parte do livro oposta ao corte dianteiro ou aparo das folhas onde são costurados os cadernos e em que se aplicam o título, o nome do autor ou outros elementos”. O melhor fac-símile para representar a lombada do Livro de Razão é o que se apresenta a seguir, na figura 10.

Figura 10 – Lombada do Livro de Razão



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

No *Livro de Razão*, as páginas estão numeradas e rubricadas, frente e verso, até a página 122, por Antônio Pinheiro Pinto, assim: páginas ímpares têm a rubrica e a numeração no ângulo superior direito, enquanto páginas pares apresentam apenas a numeração no ângulo superior esquerdo (cf. figuras 11 e 12).

Figura 11– Fragmento da página 87 do Livro de Razão: numeração



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

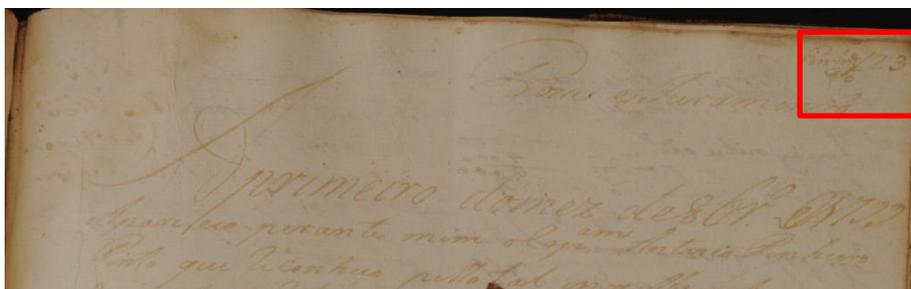
Figura 12– Fragmento da página 88 do Livro de Razão: numeração



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

A partir da página 123, a numeração e a rubrica são indicadas apenas no recto, alterando a numeração para fólhos, como se observa nos exemplos abaixo (cf. figuras 13 e 14). Registre-se que a numeração no verso desses fólhos, na edição, é nossa.

Figura 13– Fragmento do recto do fólho 123 do Livro de Razão: numeração



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Figura 14– Fragmento do verso do recto 123 do Livro de Razão: ausência de numeração

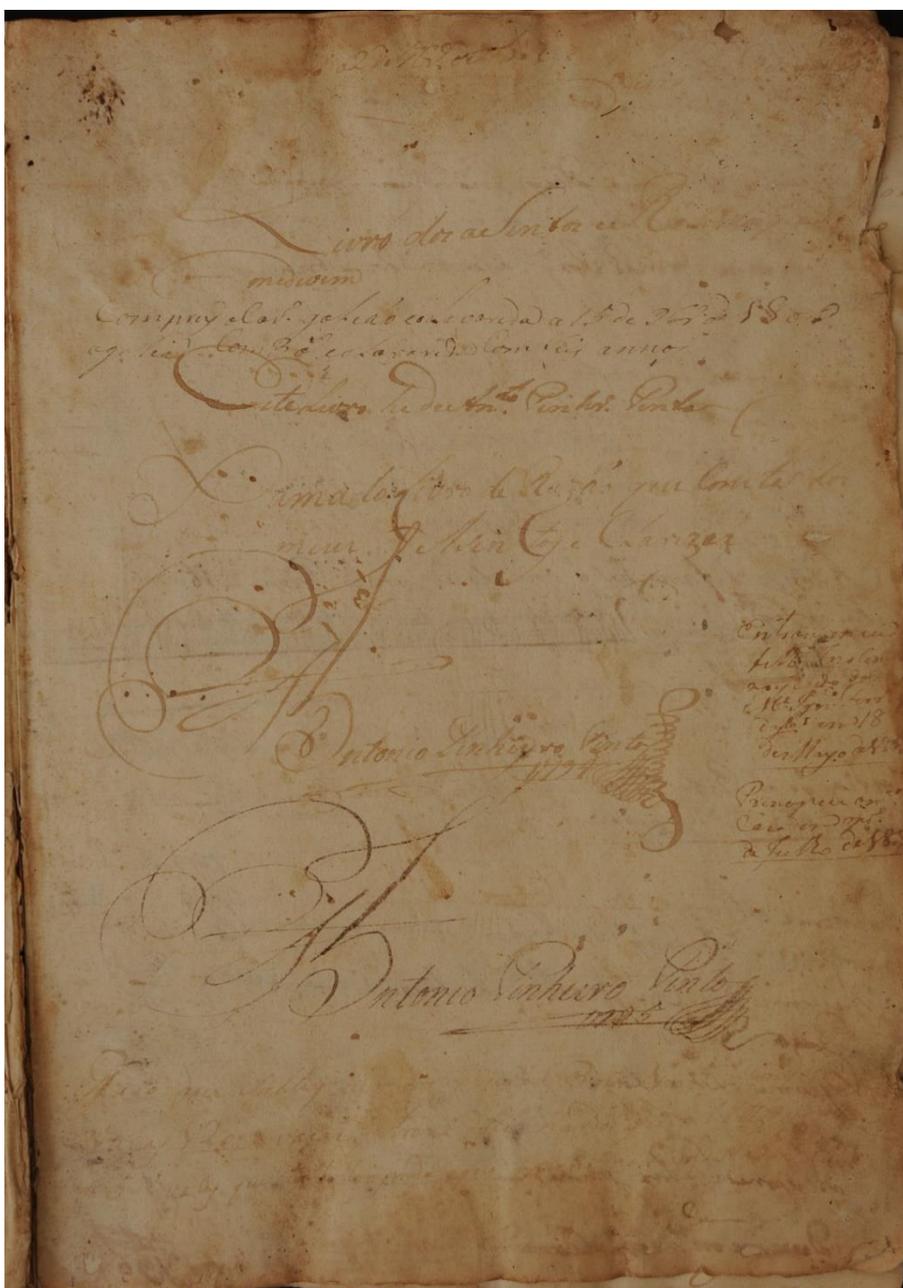


Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Faltam, no Livro, determinadas páginas. A numeração salta de 68 para 70, de 70 para 72, de 76 para 78, de 132 para 135, depois de 153 para 155, em seguida de 165 para 182, que salta para o 186. Os fólhos 135r até 165v, 182 recto estão em branco. A numeração da página 58 e do fólho 193 está repetida. Além disso, existe um bilhete em anexo na página 54 (cf. edição, volume 2, p. 440).

A página indicada pelo número 0 é, na verdade, uma folha de guarda, embora contenha outras anotações (cf. edição, volume 2, p. 332). Quanto aos termos de abertura e de encerramento, encontramos no *Livro de Razão do Campo Seco* da seguinte forma (cf. figuras 15)

Figura 15– Termo de abertura do Livro de Razão do Campo Seco feito por APP



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Observamos, no exemplo da figura 15, informes referentes à função do Livro: “Livro dos aSentos eRol dos que/ Medevem” (linhas 3 e 4). Do mesmo modo, há a identificação do titular responsável: “Este Livro he de Antonio Pinheiro Pinto” (linha 7); a

nomeação do Livro: “Xamado Livro de Razão que consta dos/ meus Asen tos e Clarezas” (linhas 8 e 9), seguidos da assinatura e ano “Antonio Pinheyro Pinto/ 1795” (linhas 19 e 20).

Inocêncio José Pinheiro, mesmo já tendo escrito em outra folha do Livro, especifica sua autoria – intelectual e material – a partir do fólio 130r (cf. figura 16), que funciona como uma espécie de inauguração de um novo período, com a morte de Antônio Pinheiro Pinto. Isso, porém, não lhe garante exclusividade, uma vez que o 2º senhor tem anotações dispersas em diversas páginas do livro.

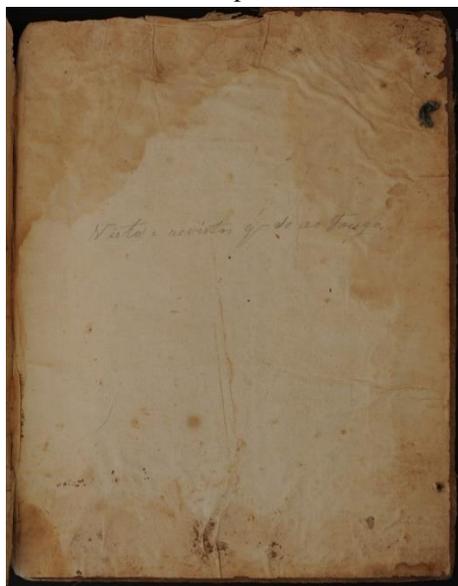
Figura 16– Fragmento do fólio 123r do Livro de Razão: escrita de IJPP



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Quanto ao que funciona como termo de encerramento, o *Livro de Razão*, que passou por três gerações, apresenta, na última página, a frase escrita a lápis por Miguel Joaquim de Castro Mirante (cf. figura 17).

Figura 17– Fólio 195: Espécie de termo de encerramento



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

É fato que não há a assinatura do responsável como orienta o protocolo contábil, mas a mensagem escrita cumpre o papel de encerrar a utilização do documento, mesmo que se verifique a intenção de lançá-lo ao fogo, medida totalmente diferente do que se convencionou para esse tipo de documentação – arquivar – para consultas posteriores.

Quanto ao papel utilizado pelos senhores do Campo Seco, descreve Santos Filho (2012):

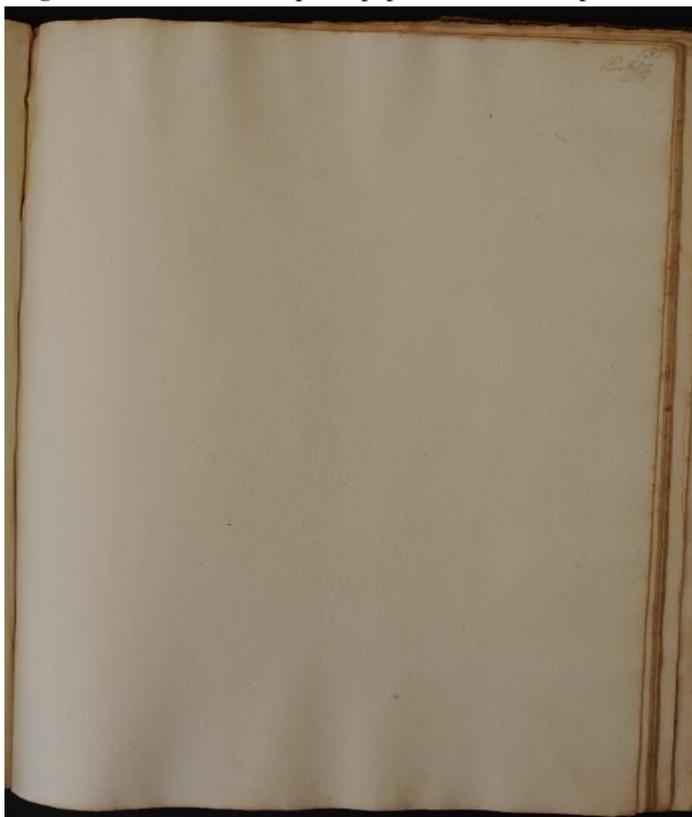
O papel empregado é, naturalmente, de procedência europeia, sendo que o de um dos livros parece provir de fábrica portuguesa [...]. Dos dois livros do Brejo do Campo Seco, o mais delgado mostra um papel sem marca d'água. O "ordinário", talvez. No outro de papel filigranado, a marca representa, em artístico desenho, as armas de Portugal. Seria do tipo "imperial", da fábrica de Penedo. (SANTOS FILHO, 2012, p. 110-111)

Fica claro, pelo relato acima, que o papel usado no *Livro de Razão* é do tipo filigranado contendo o desenho das armas de Portugal como marca. A esse respeito, Santos (2014) nos ensina que:

Na linha da tradição portuguesa, quer a nível historiográfico, quer a nível da linguagem corrente usada na indústria do papel, a palavra "filigrana" corresponde à figura formada por finos fios metálicos, bordada ou aplicada sobre a superfície da teia da forma manual ou do rolo filigranador. No processo de produção, aquando da formação da folha de papel, nos espaços ocupados por essa filigrana, verifica-se, necessariamente, uma menor acumulação de fibras, o que ocasiona áreas de uma maior transparência, visíveis à contraluz. Ou seja, a filigrana dá origem a uma marca na folha de papel no momento da sua produção, chamada marca de água. (SANTOS, 2014, p. 2)

Ainda sobre o tipo de papel usado pelos Senhores do Campo Seco, declara Santos Filho (2012, p. 112) que é um artigo resistente e grosso, de superfície pouco polida, com linhas translúcidas deixadas pelo arame das formas. Evidencia-se, para além das descrições de Santos Filho, que se trata de um papel de cor pardecinta, cujas linhas e a marca d'água não podem mais ser vistas sem o auxílio de recursos de ampliação da imagem (cf. Figura 18).

Figura 18– Fólio 137 - Tipo de papel usado no Campo Seco



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

A tinta utilizada para escrever é muito importante. O tipo usado pode dificultar o processo de leitura, pois a sua composição pode causar manchas ou desbotar as folhas. Andrade (2010) comenta que:

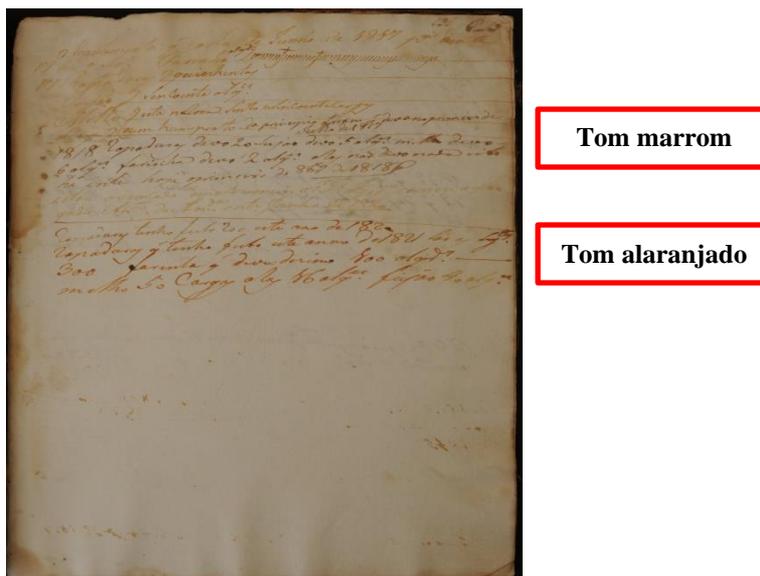
Na produção de livros manuscritos, a tinta mais usada era negra, ou marrom, mais ou menos carbonada ou ácida. Se é muito ácida, corrosiva, a tinta pode manchar o outro lado do fólio ou até cortar a base da escrita. A tinta sem fixador pode desbotar ou descorar ao longo dos anos sob a ação da luz (ANDRADE 2010, p. 34)

Sobre a tinta usada no Campo Seco, Santos Filho (2012) conclui que:

Preparada com extratos de vegetais ou de substâncias minerais, ou animais, e também cola para evitar que escorresse no papel, a antiga tinta de escrever continha ainda fixadores minerais. Alguns desses fixadores eram corrosivos e acabaram destruindo as páginas, nos pontos correspondentes à parte escrita, como, aliás, se nota em alguns manuscritos do Sobrado. Os livros de apontamento, no entanto, estão isentos da corrosão. O que se vê em certas páginas é o quase completo desaparecimento da escrita, sinal de tinta destituída de bom fixador. (SANTOS FILHO, 2012, p.111)

No caso do Livro de Razão, a tinta utilizada foi de coloração preta ou vermelha. A ação do tempo provocou, em certas folhas, a alteração da cor original para tons marrons e alaranjados (cf. figura 19).

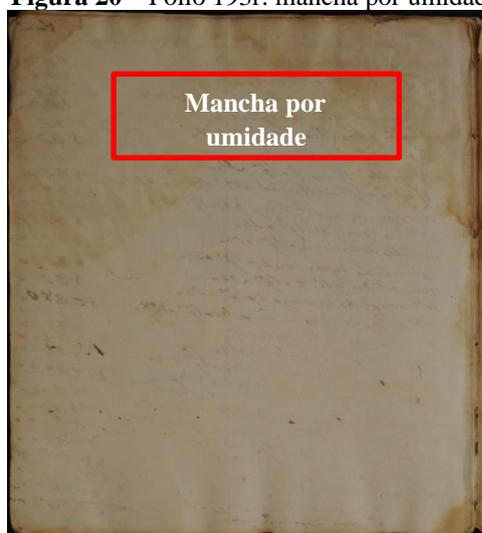
Figura 19– Fragmento da página 11 do Livro de Razão: tinta



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

A descrição minuciosa de Santos Filho é consequência do acesso ao suporte material dos manuscritos, quando ele preparava o livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo*, que foi lançado em 1956. Entretanto, muitos anos se passaram, e o estado de conservação do *Livro de Razão*, no que se refere à tinta utilizada, já não é exatamente como antes. Há um agravamento significativo em alguns fólios em virtude de manchas causadas pela umidade, provocando o desaparecimento da escrita ou dificultando a leitura (cf. figura 20).

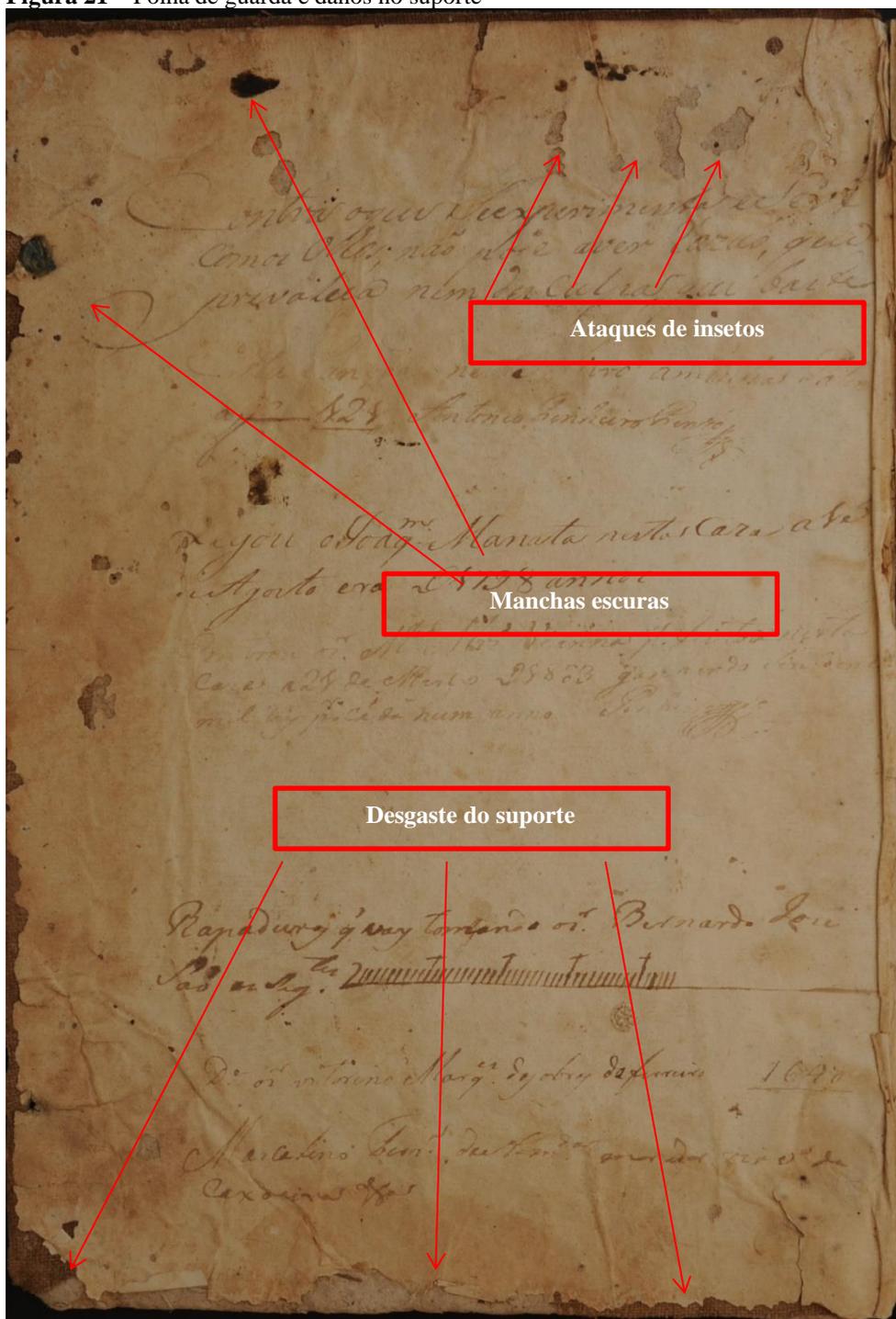
Figura 20 – Fólio 193r: mancha por umidade



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

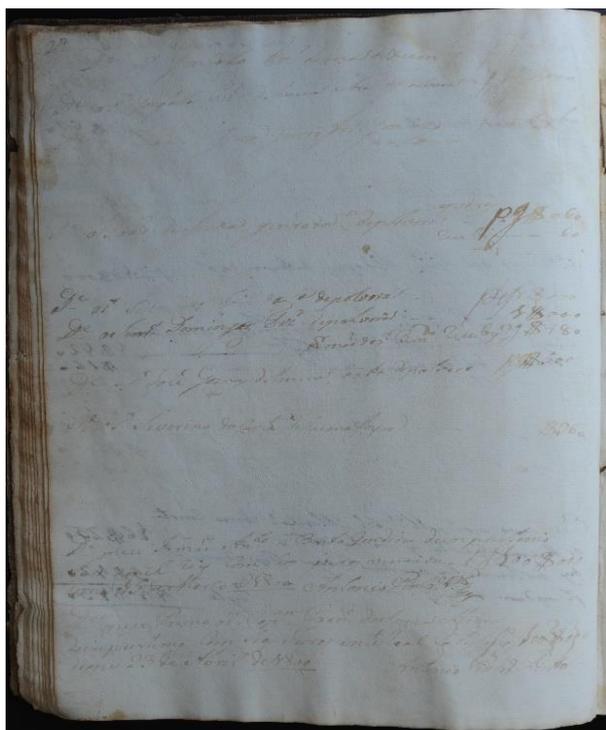
É possível notar ainda ataques de insetos, manchas escuras, clareamento da tinta, manchas oriundas do excesso de tinta da página anterior e desgaste do suporte (cf. figuras 21, 22 e 23).

Figura 21 – Folha de guarda e danos no suporte



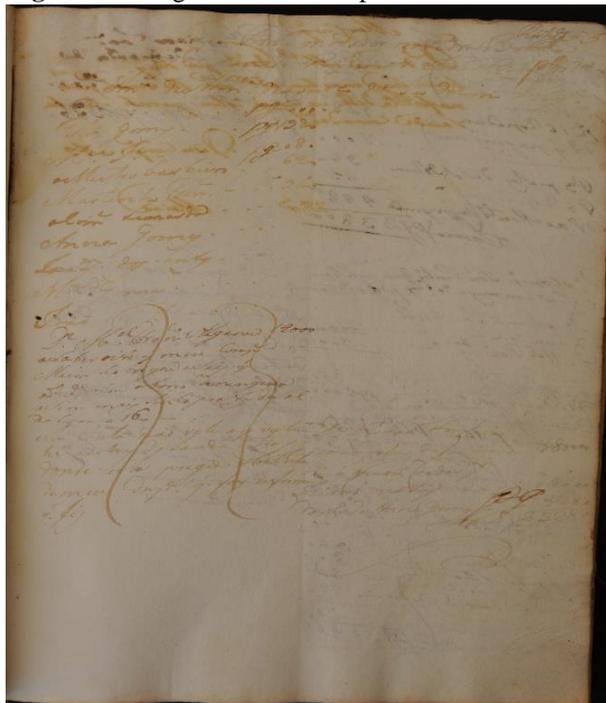
Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Figura 22 – Página 24: clareamento da tinta



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Figura 23 – Página 55: Mancha por excesso de tinta



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Para escrever, os senhores do Campo Seco usaram a pena. De acordo com Brito (2010):

A pena foi durante mais de dois milênios praticamente o único instrumento de escrita das sociedades civilizadas. [...] a sua utilização é já citada por S. Isidoro de Sevilha no seu tratado enciclopédico “Etimologias”, cerca de 600 a.C. As penas preferidas eram as de ganso, de cisne ou de pato, devido à sua cânula larga e oca que se tornava um bom depósito para a tinta. Depois de convenientemente limpas e secas, a ponta era afiada em bisel e levemente fendida para que a tinta escoasse com regularidade. Naturalmente com o uso essa ponta desgastava-se pelo que voltava-se a afiá-la. No sec. XVII inventaram-se uns afiadores próprios. (BRITO 2010, p. 102)

O tipo de pena utilizada pelos *scriptores* do Brejo do Campo Seco foi, segundo Santos Filho (2012, p. 111), a pena de aves, principalmente a de ganso, justamente porque eram mais flexíveis e deslizavam mais facilmente sobre a superfície do papel grosso sem borrá-lo. Só a partir de meados do século XIX que as penas metálicas entraram em uso, acrescenta Santos Filho (2012). Pode parecer pouco comum, no sertão, a presença de um utensílio com este tipo de pena, mas ao verificar os escritos dos senhores, localizamos, por exemplo, a informação sobre a compra de seda inglesa e francesa, fato que justifica prontamente a aquisição da pena de ganso como suporte para a escrita.

No que se refere ao conteúdo do *Livro de Razão*, Foisil (1991) destaca que [...] são informações repetitivas através de uma escrita elementar. Nesse contexto, Algranti (1997, p.134) complementa a caracterização, enfatizando a brevidade e a economia de palavras, sem qualquer preocupação narrativa ou de estilo. O Livro do Campo Seco, apesar de espelhar o conteúdo indicado por Foisil (1991) e Algranti (1997), apresenta outros elementos que vão além das transações comerciais, como os valiosos reflexos do cotidiano da fazenda e de seus ocupantes, que são úteis para a compreensão da vida privada nos períodos colonial e pós-colonial (cf. índice analítico no volume 2).

Em relação à estrutura, não há apenas um modelo para registrar os assentamentos. As anotações são feitas em uma única lista ou em duas colunas e de forma mista ao longo da página (cf. figuras 24, 25 e 26).

Figura 25 – Página 80: Anotações feitas em colunas por APP.

The image shows a handwritten ledger page with two columns of entries. The entries are written in a cursive script and include various items and their corresponding numerical values. The page is titled "De Loure Martinho" and contains several sub-sections of entries. The left column lists items such as "De Loure Martinho", "De Loure Martinho", "De Loure Martinho", etc., with values ranging from 8 to 476. The right column lists items such as "De Loure Martinho", "De Loure Martinho", "De Loure Martinho", etc., with values ranging from 2 to 476. The page is divided into two columns by a vertical line, and the entries are organized into several groups. The total value for the left column is 476, and the total value for the right column is 476. The page is numbered 80 in the top right corner.

Item	Value	Item	Value
De Loure Martinho	34270	De Loure Martinho	2000
De Loure Martinho	2000	De Loure Martinho	128
De Loure Martinho	128	De Loure Martinho	48
De Loure Martinho	48	De Loure Martinho	8
De Loure Martinho	8	De Loure Martinho	1200
De Loure Martinho	1200	De Loure Martinho	24
De Loure Martinho	24	De Loure Martinho	12
De Loure Martinho	12	De Loure Martinho	8
De Loure Martinho	8	De Loure Martinho	32
De Loure Martinho	32	De Loure Martinho	246
De Loure Martinho	246	De Loure Martinho	24
De Loure Martinho	24	De Loure Martinho	16
De Loure Martinho	16	De Loure Martinho	32
De Loure Martinho	32	De Loure Martinho	64
De Loure Martinho	64	De Loure Martinho	64
De Loure Martinho	64	De Loure Martinho	16
De Loure Martinho	16	De Loure Martinho	48
De Loure Martinho	48	De Loure Martinho	5997
De Loure Martinho	5997	De Loure Martinho	4016
De Loure Martinho	4016	De Loure Martinho	4741
De Loure Martinho	4741	De Loure Martinho	704
De Loure Martinho	704	De Loure Martinho	800
De Loure Martinho	800	De Loure Martinho	16
De Loure Martinho	16	De Loure Martinho	16
De Loure Martinho	16	De Loure Martinho	380
De Loure Martinho	380	De Loure Martinho	80
De Loure Martinho	80	De Loure Martinho	24
De Loure Martinho	24	De Loure Martinho	476
De Loure Martinho	476	De Loure Martinho	64
De Loure Martinho	64	De Loure Martinho	46
De Loure Martinho	46	De Loure Martinho	16
De Loure Martinho	16	De Loure Martinho	34
De Loure Martinho	34	De Loure Martinho	16
De Loure Martinho	16	De Loure Martinho	28
De Loure Martinho	28	De Loure Martinho	36
De Loure Martinho	36	De Loure Martinho	64
De Loure Martinho	64	De Loure Martinho	4
De Loure Martinho	4	De Loure Martinho	64
De Loure Martinho	64	De Loure Martinho	4000
De Loure Martinho	4000	De Loure Martinho	36
De Loure Martinho	36	De Loure Martinho	12
De Loure Martinho	12	De Loure Martinho	282

Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Figura 26 – Página 55: Anotações de forma mista por APP.

Handwritten ledger page with two columns of entries and numerical values. The entries are written in cursive and include descriptions of goods and their prices. The numerical values are written in a simple, clear hand. A red arrow points to the top of the page, and two red arrows point to the left and right margins of the text columns.

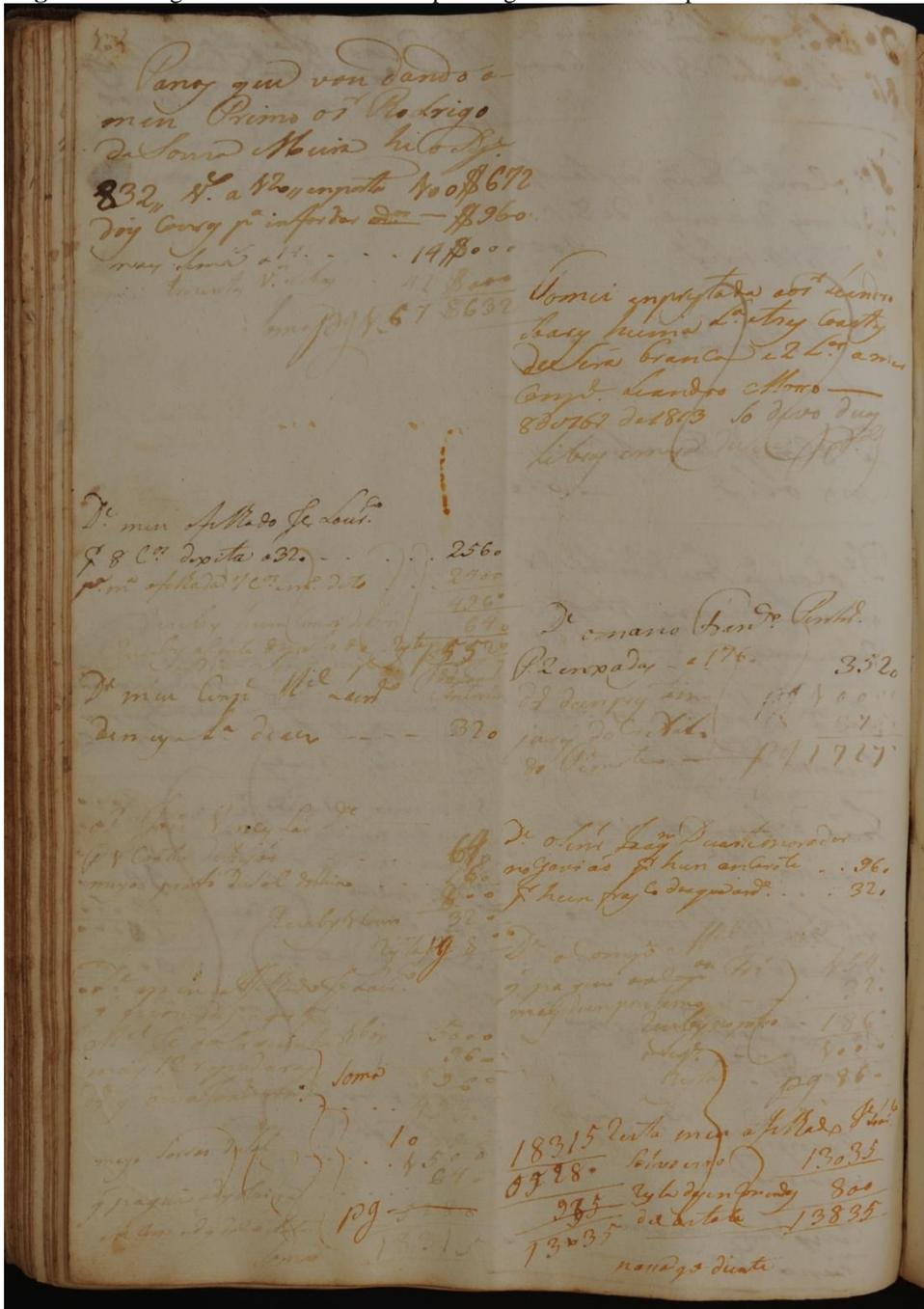
Item Description	Value	Item Description	Value
Am. de lã m. da Comprova humm' Cargal avista 1/2		Novo ad. J. Andrade	
Doz. de lã m. da Comprova humm' Cargal avista 1/2		in lugar no Candie	
doz. de lã m. da Comprova humm' Cargal avista 1/2		a Joan. B. B. B.	
de 05 Andrade humm'	2560	de 05 de lã m. da Comprova	
de 05 de lã m. da Comprova	4920	Novo may humm' lous.	
de 05 de lã m. da Comprova	180	de 05 de lã m. da Comprova	
de 05 de lã m. da Comprova	640	vinte patales	
de 05 de lã m. da Comprova	4920		
de 05 de lã m. da Comprova	1600		
de 05 de lã m. da Comprova	2560		
de 05 de lã m. da Comprova	260		
de 05 de lã m. da Comprova	320		
de 05 de lã m. da Comprova	440		
de 05 de lã m. da Comprova	320		
de 05 de lã m. da Comprova	12720		
de 05 de lã m. da Comprova	6000		
de 05 de lã m. da Comprova	12720		

Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Devemos nos atentar para o fato de que nem todos os lançamentos apresentam a data. Em alguns casos, há a informação de saldo devedor ou de crédito. Os senhores do Campo Seco eram minuciosos no detalhamento das compras e vendas realizadas, nos pagamentos feitos e nos empréstimos aos diferentes credores.

Percebemos que não havia um padrão para registrar os produtos. Na mesma página em que se anotava a dívida por compras de produtos como rapadura, farinha e carne, há

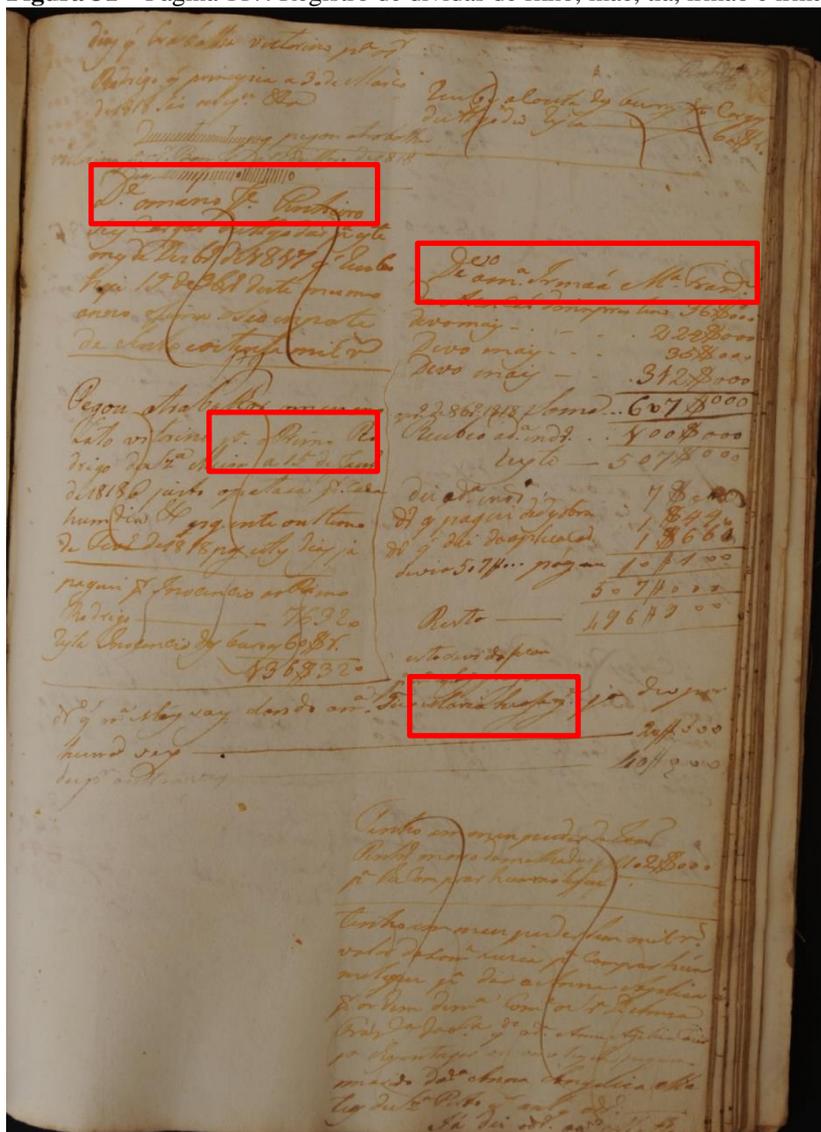
Figura 28 – Página 102: Formas usadas para registrar as dívidas por APP.



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Não havia exceções nem para os familiares. Tudo era devidamente assentado para a prestação de contas posteriormente. Há listas de contas de tios, tias, primos, compadres, comadres, irmãos e até escravos, conforme se observa a seguir.

Figura 31 – Página 117: Registro de dívidas de filho, mãe, tia, irmão e irmã de APP.



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

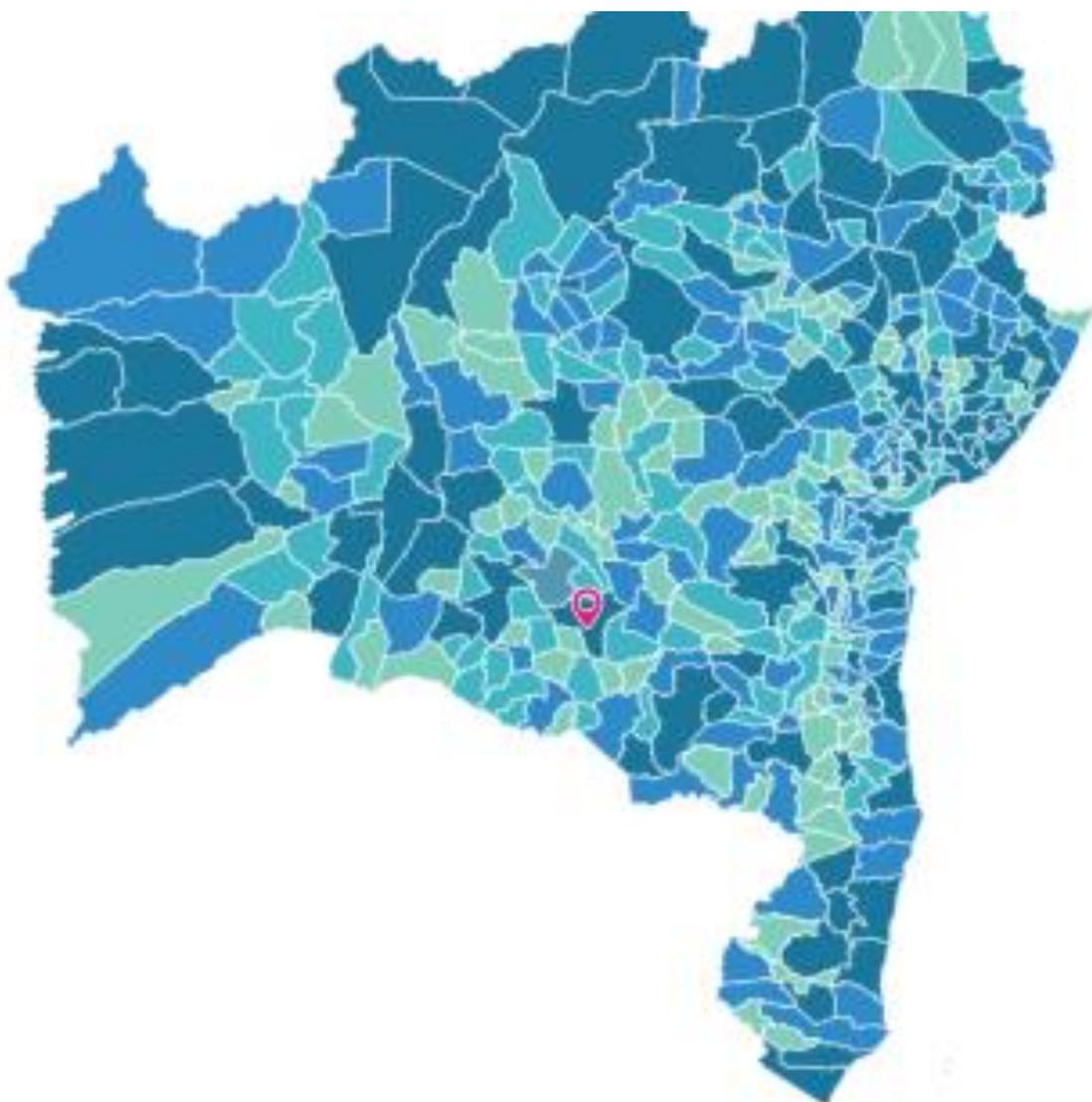
3.2 DO REPOVOAMENTO DO ALTO SERTÃO À CONSTITUIÇÃO DE BOM JESUS DOS MEIRAS: CONHECENDO A REGIÃO DO *CORPUS*

A documentação da fazenda do Campo Seco analisada nesta tese é oriunda de Bom Jesus dos Meiras, atual município de Brumado, produzida entre o final do século XVIII (1794) até a metade do segundo quartel do século XIX (1838). Conhecer a configuração sociohistórica do universo de vivência dos agentes dessas práticas de escrita, no sertão da Bahia, é uma exigência para que se compreenda o funcionamento da comunidade estudada.

Inicialmente, faz-se necessário recuar no tempo e entender como ocorreram a “conquista” e repovoamento da região da qual faz parte o recorte diatópico aqui enfatizado.

Optamos pela utilização do termo repovoamento, pois tal região já era habitada antes da chegada dos “conquistadores”. Entretanto, é preciso refletir, ainda que de forma simplificada, sobre a forma dinâmica como o termo “região” pode ser utilizado. Neves (2008, p. 26-28) relata que o referido termo varia conforme fatores físicos, sociais ou econômicos. Demonstra o autor que, no caso específico, essa parte da Bahia – alvo de nosso estudo – apresenta-se com nomeações diferentes, por exemplo, como Mesorregião Centro-Sul Baiano, para o IBGE, ou região de Planejamento da Serra Geral, para o Governo do Estado da Bahia (cf. figuras 32 e 33).

Figura 32 – Localização de Brumado na Mesorregião Centro-Sul Baiano – IBGE



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/brumado/panorama>

estabelecimento das Capitâneas Hereditárias, que permitiu a formação de latifúndios, como os Guedes de Brito (margem direita do Rio São Francisco) e os Garcia d'Ávila (margem esquerda do Rio São Francisco) que, juntos, possuíram quase todo o sertão da Bahia.

Quando se refere ao povoamento colonizador da região, Neves (2008, p. 96) explica que resultou,

por um lado do alongamento das fazendas de gados de Antônio Guedes de Brito e seus rendeiros no São Francisco, que se estenderam para os planaltos, subindo seus afluentes e tributários; e por outro, da expansão do contingente populacional atraído pela grande exploração aurífera das Minas Gerais e da extração do valioso metal, nas cabeceiras do Rio Itapicuru, em Jacobina e nas serras da Tromba e das Almas, nas nascentes dos rios de Contas e Paramirim. (NEVES, 2008, p. 96).

Temos, pelo que se observa, dois vetores de (re)povoamento da região: um baiano e outro paulista, que tiveram origem “no período de transição do século XVII ao XVIII, quando se estabeleceram fazendas de gados nos vales do São Francisco.” (NEVES, 2008, p. 97), colocando na cena do repovoamento do Alto Sertão “gente de várias regiões, que se instalou nas adjacências dos garimpos, e formou os primeiros núcleos populacionais (NEVES, 2008, p. 105). Como a extração do ouro não se manteve produtiva, a partir de 1730, houve a dispersão dos garimpeiros que, em busca de existir economicamente na região, procuraram outras atividades econômicas – as lavouras e as criações –, principalmente nas terras da Casa da Ponte (dos Guedes de Brito), onde compraram ou alugaram sítios, ou exerceram atividades remuneradas como vaqueiros, diaristas ou meeiros, legalizando posses ilícitas por meio da venda ou arrendamento de terrenos ocupados (NEVES, 2008, p. 105).

Com o intuito de administrar a ordem socioeconômica e as instituições da região, Neves (2008, p.108) comenta que o governo português determinou a edificação e a instalação de vilas. Em 1720, executa tal tarefa o coronel Pedro Barbosa Leal, ao instalar a Vila de Santo Antônio da Jacobina, seguida, em 1724, pela instalação da Vila de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio das Contas, local onde se situavam as terras do Campo Seco, que pertenceram à antiga sesmaria atribuída aos Guedes de Brito.

A respeito da aquisição das terras por Miguel Lourenço de Almeida, em 1755, há os seguintes relatos. Santos Filho (2012, p. 5) informa que as terras foram compradas de foreiros dos descendentes dos Guedes de Brito. Entretanto, em nota, o referido autor, a partir da leitura do texto de Antônio Rizério Leite, diz que a fazenda foi herdada pelo Padre André Antunes Maia, que a vendeu para José de Souza Meira, em 1749.

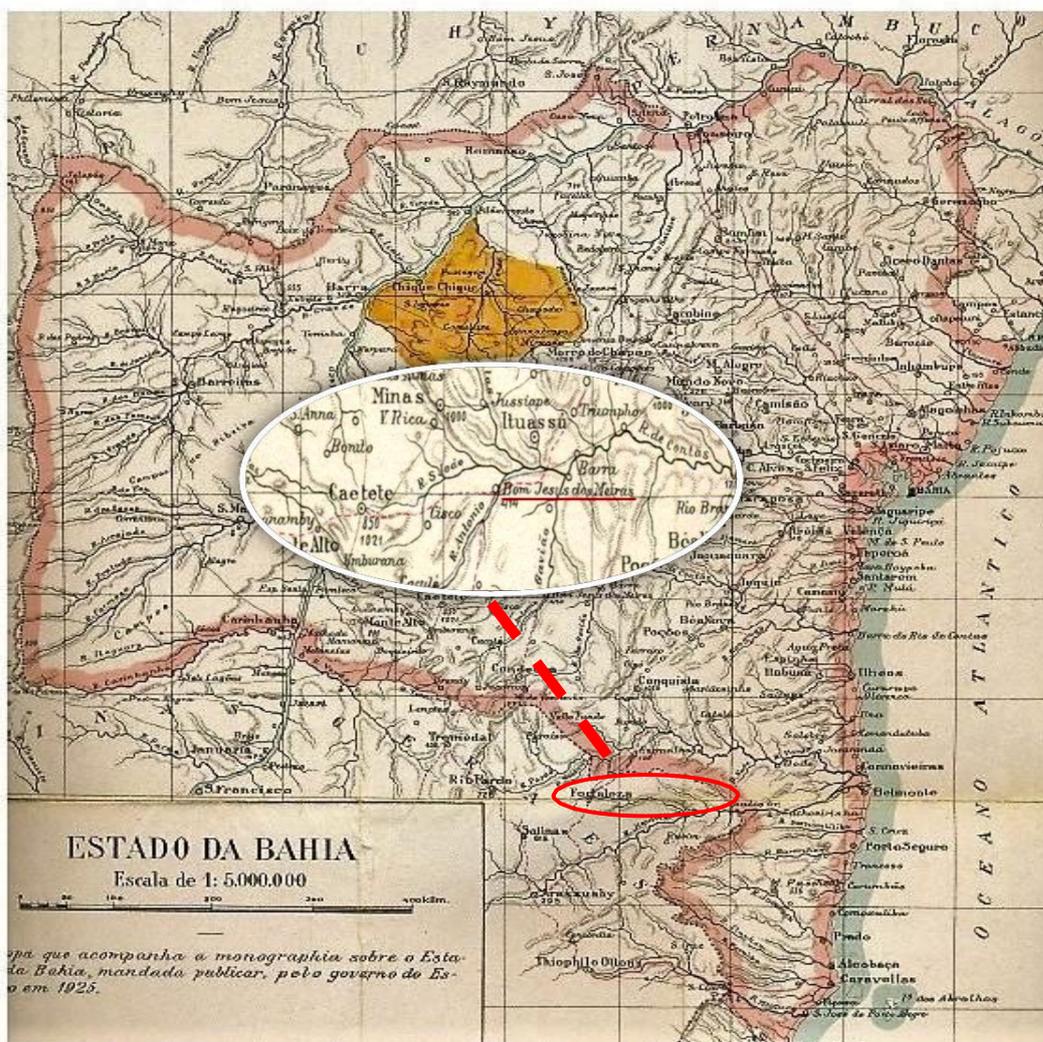
José de Souza Meira era casado com Micaela Maria de Jesus, viúva de José da Silva Ferreira, com quem teve uma filha – Ana Francisca. Após o falecimento de José de Souza Meira e de Micaela Maria de Jesus, Ana Francisca, ainda muito jovem, casa-se com o português Miguel Lourenço de Almeida, que assumiu a compra das terras do Campo Seco (SANTOS FILHO, 2012). Segundo Ribeiro (2019), Ana Francisca tinha 15 anos e Miguel Lourenço, 47, na época em que se casaram.

Entretanto, Marcos Profeta Ribeiro, em estudo que analisa “o trabalho feminino no processo de expansão da colonização e na formação das primeiras fazendas de gado nos sertões baianos, no século XVIII” (RIBEIRO, 2019, p.10), especificamente no recorte temporal de 1704 a 1838, apresenta-nos outra versão para aquisição das terras do Campo Seco, determinando, portanto, um marco temporal anterior a 1755, para a compra e formação da fazenda. Diz o autor, com base em informações do Livro de notas (1747-1752), que a fazenda do Campo Seco foi comprada, em 1749, por Micaela Maria de Jesus, mãe de Ana Francisca, mulher do português Miguel Lourenço, o primeiro senhor do Campo Seco, meses antes de morrer no parto de seu segundo filho, com o dinheiro de suas economias e do que herdou de seu primeiro casamento. Quanto à participação de José de Souza Meira na transação, afirma que foi protocolar, como o “cabeça do casal” (RIBEIRO, 2019, p.153). Para o autor, Micaela Maria de Jesus e Ana Francisca, mãe e filha, foram “as primeiras proprietárias da fazenda do Campo Seco, isto é, a povoaram antes do estabelecimento de Miguel Lourenço de Almeida” (RIBEIRO, 2019, p. 154).

Independente da situação em que se deu a aquisição da fazenda do Campo Seco, o fato é que, a partir de 1810, com o segundo desmembramento de Minas de Rio de Contas e a criação da Vila Nova do Príncipe e Santa Ana do Caetité, que se segmentou várias vezes, o povoado Bom Jesus dos Meiras¹⁴ (cf. figura 35) passou a pertencer ao Município de Caetité.

¹⁴ Povoado originado a partir da junção das terras da fazenda Bom Jesus, de Francisco de Souza Meira e da fazenda do Campo Seco. (SANTOS, 2019, p.100)

Figura 35 – Mapa com a localização de Bom Jesus dos Meiras, Bahia.



Fonte: Extraído de Ferreira (2008, p.20)

Em 19 de junho de 1869, Antônio Ledeslau de Figueiredo Rocha, Vice-Presidente da Província da Bahia, decretou e assinou a lei que elevou Bom Jesus dos Meiras à condição de distrito. Há, no *Livro de Razão*, anotação de Antônio Pinheiro Pinto, segundo Senhor do Brejo, que contribuiu para a construção da Capela Bom Jesus, hoje Igreja Matriz de Brumado (cf. imagem 36), que foi chamada de Igreja Senhor do Bonfim em homenagem ao Padroeiro Bom Jesus, e teve como primeiro vigário o Padre José Mariana Meira Rocha.

Figura 36 – Igreja Matriz Senhor Bom Jesus, Brumado-BA



Fonte: Google. Disponível em: <<https://www.google.com.br>>.

Em 11 de junho de 1877, Bom Jesus dos Meiras desmembrou-se politicamente de Caetité¹⁵, com a Lei Provincial nº1756, ocorrendo a elevação para Vila e com a criação do seu próprio município.

O contingente populacional da região, como já era de se esperar, dadas às circunstâncias de formação e reocupação territorial, era bem diversificado. Além da forte presença indígena combatida durante todo o processo de repovoamento, os negros escravizados foram a principal mão-de-obra no sertão. Neves (2003, p.77) destaca que, na segunda metade do século XVIII e na primeira do seguinte, muitos escravos crioulos e africanos passaram a trabalhar em atividades pastoris e na agricultura, juntamente com seus donos, quando os rendimentos com a atividade aurífera começaram a declinar.

No terceiro quartel do século XIX, a população da região, segundo os dados do censo de 1872, era composta majoritariamente por etnias não brancas. Neves (2003, p. 24) sintetizou os dados na tabela 3.

¹⁵ Caetité compunha-se, em 1858, de três freguesias: Santana de Caetité, Nossa Senhora do Rosário do Gentio (distrito de Ceraíma) e Santo Antônio da Barra (Condeúba). A primeira subdividia-se em três distritos: Vila de Caitité, Canabrava e Bonito e Bom Jesus dos Meiras. (NEVES, 2008, p. 41).

Tabela 3 – População por freguesias, condição jurídica e classificação étnica, ano 1872.

FREGUESIAS	TOTAL	POPULAÇÃO					
		COND. JURÍDICA		CLASSIFICAÇÃO ÉTNICA			
		Livres	Escravos	Branco	Pardos	Pretos	Caboclo
Caitité	17.836	16.778	1.058	6.090	7.254	3.955	537
B. J. dos Meiras	9.080	7.935	1.145	2.432	4.313	1.888	447
R. do Gentio	7.722	4.042	3.680	2.233	3.165	1.681	643
S. A. da Barra	21.023	18.903	2.120	5.362	13.405	2.131	125
B. V. e Almas	19.984	18870	1.114	6.783	2.559	10.251	391
TOTAL	75.645	66.528	9.117	22.900	30.696	19.906	2.143

Fonte: Extraído de Neves (2003, p. 20).

Os dados apresentados por Neves (2003) para Bom Jesus dos Meiras, no século XIX, dialogam com a situação de outras partes da província no mesmo período. Silva (2015, p. 99) compilou os resultados do censo de 1872 para Santana do Campo Largo, oeste da província. Os números estão na tabela 4.

Tabela 4 – Configuração populacional de Campo Largo segundo o Censo de 1872.

	População livre – 21.887		Escravos – 1.062	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Branco	2.282	1.753	-----	-----
Pardo	4.280	4.968	326	187
Preto	2.998	1.943	284	265
Caboclo	1.683	1.980	-----	-----
Total	11.243	10.644	610	452

Fonte: Silva (2015, p. 99)

Se observarmos atentamente o perfil populacional de Bom Jesus dos Meiras e de Santana do Campo Largo, no século XIX, descritos nas tabelas 3 e 4, constaremos que temos uma província constituída majoritariamente por uma população de etnias não branca, sendo 66% em Bom Jesus dos Meiras e 83% para Santana do Campo Largo. Acreditamos que esse quadro populacional não seja exclusividade do século XIX. Se analisarmos o perfil populacional do Brasil do século XVI ao XIX apresentado por Mussa (1996), e recuarmos, por exemplo, para os séculos XVII e XVIII, verificaremos que a população formada por etnias não brancas continua predominando. Unindo esses elementos ao conhecimento da formação sócio-histórica de Bom Jesus dos Meiras, cremos que a sua diversidade populacional, anterior ao século XIX, sofreu poucas alterações,

Outros aspectos da região, especificamente da fazenda, serão apresentados na seção 4 como resultado do estudo que será realizado através da análise de práticas de escrita dos senhores do Campo Seco. No próximo item, apresentaremos o perfil dos *scriptores*.

3.3 OS *SCRIPTORES*¹⁶

O levantamento do máximo de informações sobre quem escreveu, o pertencimento a determinado grupo social, o grau de escolaridade e o envolvimento na vida social da época focalizada é um procedimento fundamental para quem trabalha com documentos do passado, até porque, cada autor, como bem ensina Lopes et al (2017, p. 106):

[...] é porta-voz, caixa de ressonância de um coletivo no qual se insere e que lhe transcende, e que sua individualidade se multiplica e é condicionada por fatores como posição de classe, geração, gênero, etc., de forma que se impõe considerar tais inserções e determinações para que possamos dimensionar de forma crítica o próprio teor das mensagens divulgadas pelo texto, a sua ideologia manifesta.

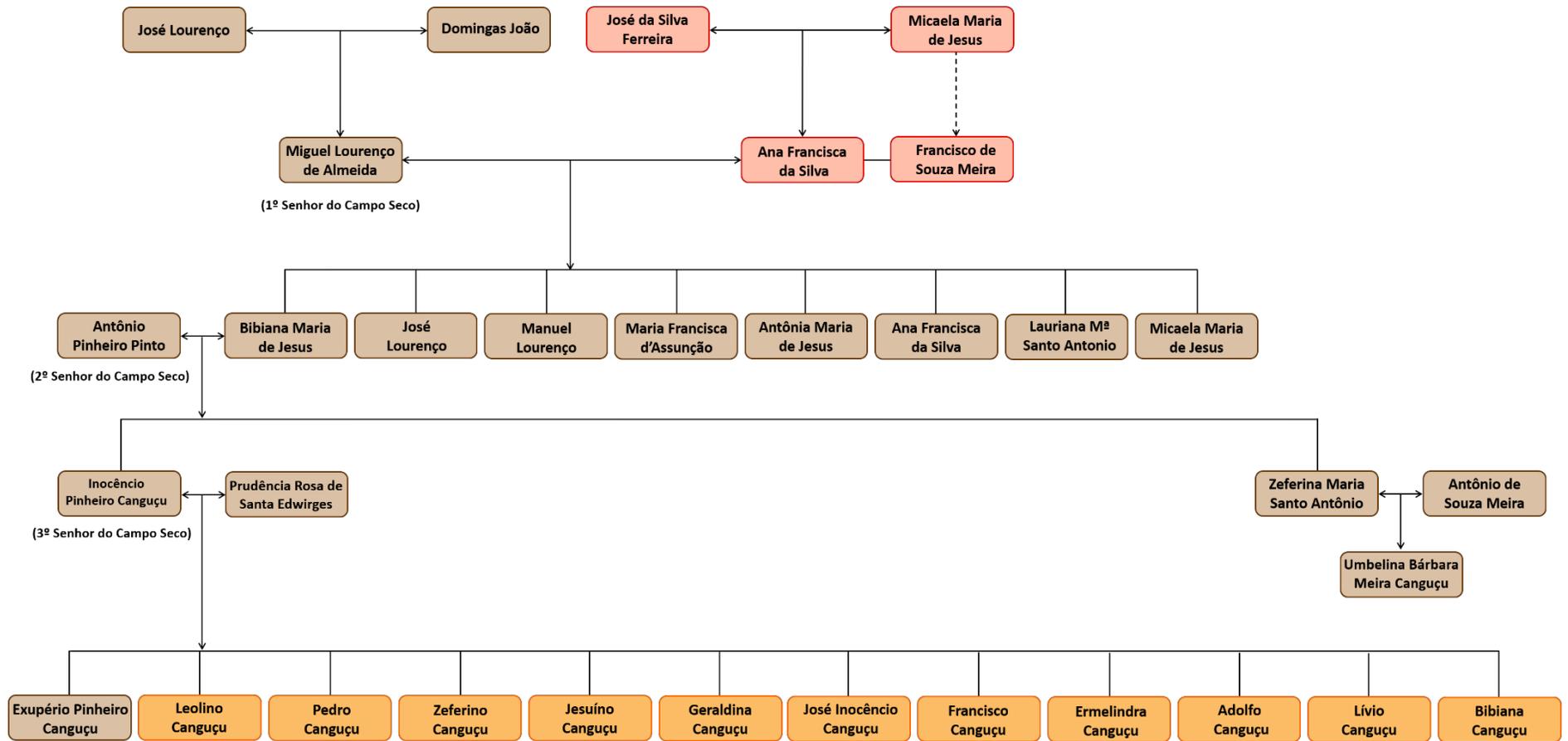
Ciente dessa questão, procuramos levantar o maior número de informações sobre os agentes das práticas de escrita na fazenda do Campo Seco, considerando dados sobre nascimento, casamento, filhos, escolarização, poder aquisitivo, religião, funções desempenhadas na região etc. Para tanto, pautamos nossa pesquisa na leitura de Santos Filho (2012), uma vez que o autor teve acesso a outros manuscritos do espólio da família e, por isso, beneficiou-se de informações que não constam no *Livro de Razão*. Além disso, buscamos materiais em documentos da cidade de Caetité e do Arquivo Público do Estado da Bahia, principalmente para Miguel Joaquim de Castro Mirante, já que não foram encontradas muitas informações sobre ele em Santos Filho (2012).

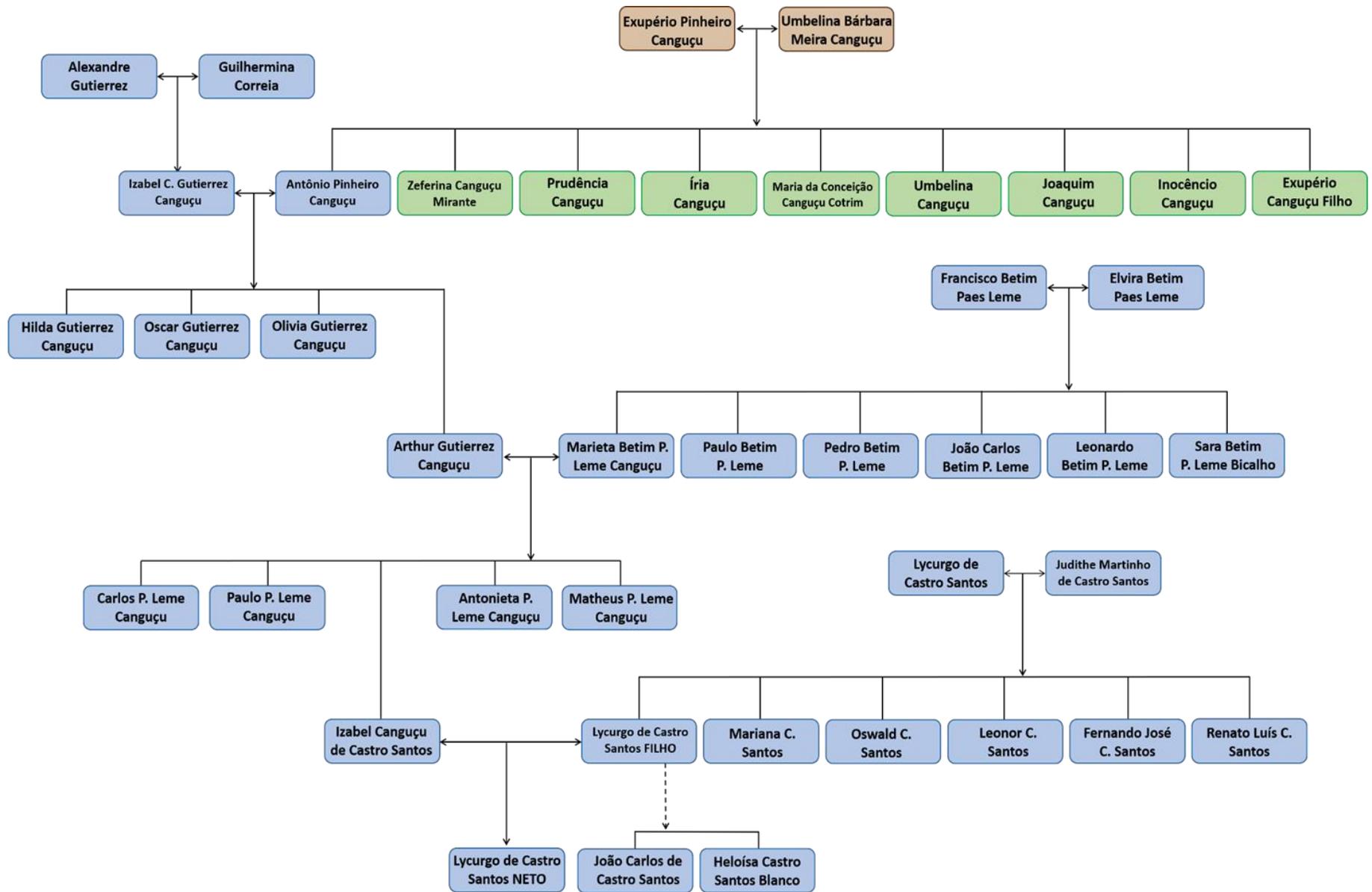
É certo que algumas lacunas não foram preenchidas, porém estamos cientes de que isso não afetará a compreensão sobre a identidade de nossos sertanejos, que apresentaremos a seguir através da árvore genealógica da família, para demonstrar todo o seu processo de descendência no sertão da Bahia de tempos pretéritos (cf. figura 38).

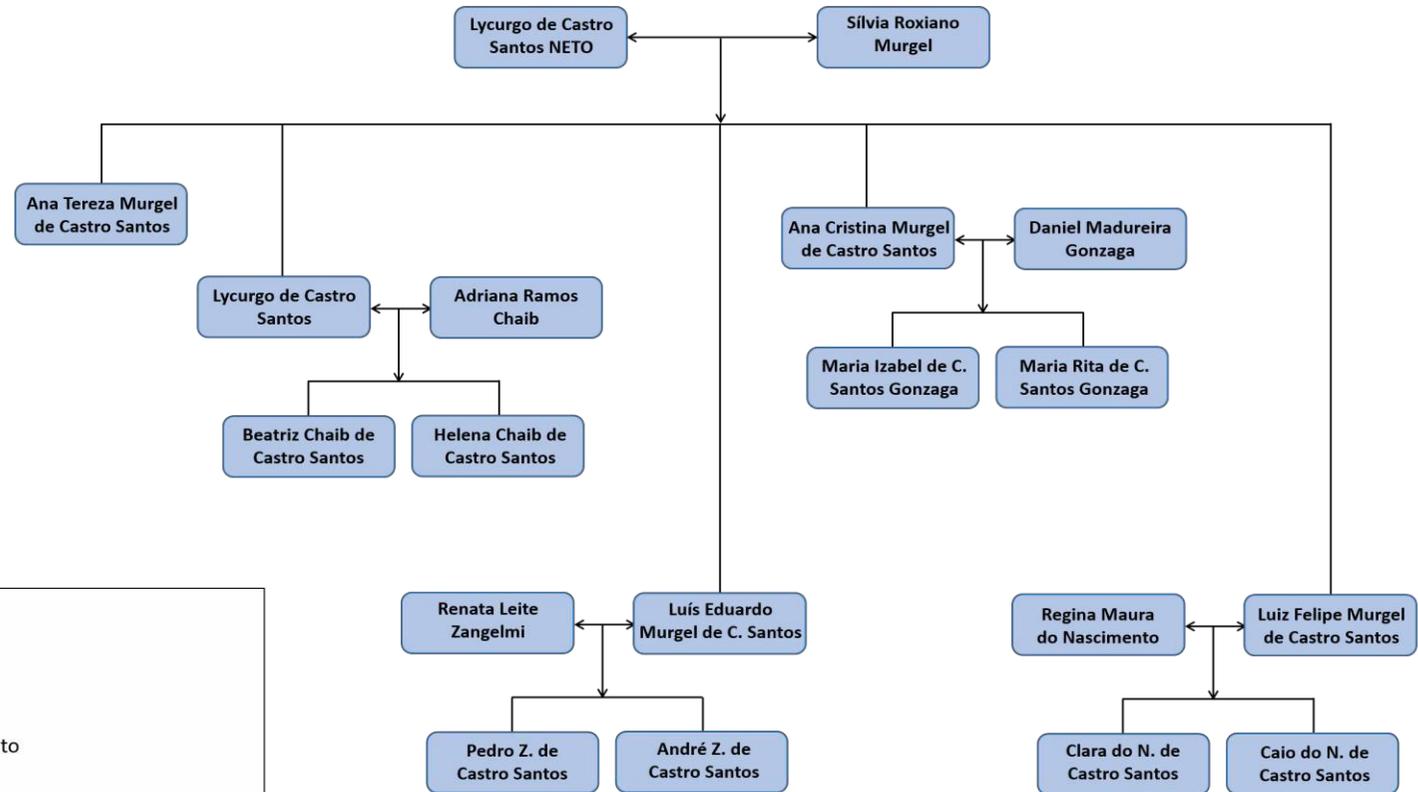
¹⁶ Optamos pelo uso do termo *scriptor* /*scriptores* (bastante utilizado em trabalhos na área da Filologia) para evitar a confusão com o sentido literário dos vocábulos *autor*, *escritor*, *escrevente*.

Figura 38 – Árvore genealógica da Família Pinheiro Pinto/Canguçu.

Árvore Genealógica da Família Pinheiro Canguçu (1708-2018)







Legenda

- ↔ Casamento
- ↓ Descendência do primeiro casamento
- ⋮ Descendência do segundo casamento
- Informações extraídas de Santos Filho (2012)
- Informações extraídas de Santos Neto (Cartaz CEDOHS, s.d.)
- Informações extraídas de Souza (2014)
- Informações extraídas de Neves (2012)
- Informações extraídas do site da Academia de Letras e Artes de Brumado/BA (2017)

Fonte: Santos (2019)

A árvore nos dá uma ampla visão da família com Miguel Lourenço, que inicia a prática de escrita com as anotações apenas no Livro do Gado. No Livro de Razão, escreveram Antônio Pinheiro Pinto, cujos registros vão de 1794 até 1821 e ocupam a maior parte do manuscrito. Após o falecimento de Pinheiro Pinto, mais especificamente a partir de 1822, Inocêncio José Pinheiro, de forma bem restrita, inaugura, a partir da página 130, de maneira assistemática, oficialmente a sua prática de escrita, agora como chefe da família. Miguel Joaquim de Castro Mirante, genro de Inocêncio, é o último a escrever no Livro de Razão. Registrou, logo após revisar as anotações, apenas um comentário, em 1838. As informações sobre cada *scriptor* foram sistematizadas em fichas, dispostas a seguir.

3.3.1 Antônio Pinheiro Pinto¹⁷

Poderíamos discorrer aqui sobre as inúmeras características do 2º senhor do Campo Seco, entretanto, utilizamo-nos de uma definição de Santos Filho (2012, p. 36) para sintetizar o perfil de Antônio Pinheiro Pinto, que será complementado com as informações da ficha a seguir.

Retrato de um exímio comerciante, de um perfeito homem de negócios. Perfil de um indivíduo que, para acumular fortuna, não hesitou em exercer, em pessoa, ocupações tais como fornecedor e caixeiro de armazém, funções de certo modo incompatíveis com a posição de fazendeiro, de senhor rural, proprietário de grande domínio territorial, uma espécie de fidalgo colonial. (SANTOS FILHO, 2012, p. 36)

¹⁷ As informações sobre Antônio Pinheiro Pinto e Inocêncio Pinheiro Canguçu foram recolhidas majoritariamente de Santos Filho (2012), por essa razão optamos por sintetizá-las nas fichas e não em texto.

Quadro 5 – Ficha biográfica do *scriptor* Antônio Pinheiro Pinto

<p>DADOS PESSOAIS</p> <p>Nome completo: Antônio Pinheiro Pinto</p> <p>Filiação: Não localizamos informações.</p> <p>Avós paternos/maternos: Não localizamos informações.</p> <p>Naturalidade: Radicado em Caetitê/BA Nacionalidade: Brasileira</p> <p>Data de nascimento: Não localizamos informações. Data de falecimento: Novembro de 1822</p> <p>Idade (quando da escrita do documento): Não se pode definir, pois não localizamos a data de nascimento.</p> <p>Estado civil: Casado com Bibiana Maria de Jesus</p> <p>Instituição de ensino: Não localizamos informações.</p> <p>Grau de instrução: Não há informações específicas, mas sabe-se que recebeu a instrução elementar da época: ler, escrever, contar e rudimentos de Religião e latim. Sobre a esposa também não se sabe o grau de instrução.</p> <p>Profissão por formação: Não localizamos informações.</p> <p>Principais atividades: Tenente de Milícia da Cavalaria de Minas de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas/BA; Fazendeiro (criador e agricultor) e Comerciante.</p> <p>Observações: Há referências a quatro irmãos: Joaquim Pinheiro Pinto (casado com Antonia Maria de Jesus); José Pinheiro Pinto (casado com Ana Francisca da Silva), genros de Miguel Lourenço de Almeida; Francisco e Silvério.</p> <p>Fonte: SANTOS FILHO, Lycurgo. <i>Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVII e XIX</i>. Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012.</p>

Fonte: Elaborado por Santos (2019) e pelo autor a partir do modelo de ficha extraído de Carneiro (2005).

3.3.2 Inocêncio José Pinheiro Pinto/ Canguçu

Sobre Inocêncio José Pinheiro Pinto/Canguçu, Santos Filho (2012, p. 49) informa que, a partir de 1830, movido pelo sentimento nativista, excluiu o nome do pai e adotou o nome da feroz onça “canguçu”, transmitindo-o para as gerações seguintes. Santos Filho (2012) descreve Inocêncio José Pinheiro Pinto/ Canguçu assim:

Tipo singular esse filho de Pinheiro Pinto. Revelou-se, em tudo e por tudo, diferente do pai e do avô. De temperamento aventureiro, sua vida pontilhou-se de episódios romanescos e trágicos. Impetuoso, brigador, turbulento, insofrido, gastador, namorador. Tal o seu retrato. As andanças donjuanescas renderam-lhe dez filhos ilegítimos, entre os conhecidos, de mães brancas, pretas e mulatas. (SANTOS FILHO, 2012, p.47)

A ficha a seguir revela outras particularidades sobre “esse tipo singular” que foi o 3º senhor do Campo Seco.

Quadro 6 – Ficha biográfica do *scriptor* Inocêncio José Pinheiro Canguçu

DADOS PESSOAIS
<p>Nome completo: Inocêncio José Pinheiro Canguçu Filiação: Antônio Pinheiro e Bibiana Maria de Jesus Avós paternos: Não localizamos informações Avós maternos: Miguel Lourenço de Almeida e Ana Francisca da Silva Naturalidade: Bom Jesus dos Meiras/BA Nacionalidade: Brasileira Data de nascimento: Ano de 1795 Data de falecimento: Setembro de 1861 Idade (quando da escrita do documento): entre 26 aos 34 anos Estado civil: Casado com Prudência Rosa de Santa Edewirges, falecida em 1848. Grau de instrução: Teve acesso ao aprendizado da leitura, escrita, fazer conta e rudimentos de Religião e latim. Instituição de ensino: Alfabetização na Escola do Mestre Tomás José da Costa/ Aulas com o Padre Ignácio Ferreira da Silva. Profissão por formação: Não localizamos informações. Principais atividades: Fazendeiro; Tenente Comandante da Guarda Policial de Rios de Contas/BA e Vereador de Caetité/BA.</p> <p>Observações: O nome de batismo do <i>scriptor</i> era Inocêncio José Pinheiro Pinto, porém este mudou o sobrenome de “Pinto” para “Canguçu”, em 1830, no período Imperial do Brasil. Prudência Rosa de Santa Edewirges nasceu em Bom Jesus dos Meiras, era filha de Francisco de Souza Meira e Rita de Souza Meira.</p> <p>Fonte: SANTOS FILHO, Lycurgo. <i>Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVII e XIX</i>. Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012.</p>

Fonte: Elaborado por Santos (2019) e pelo autor a partir do modelo de ficha extraído de Carneiro (2005).

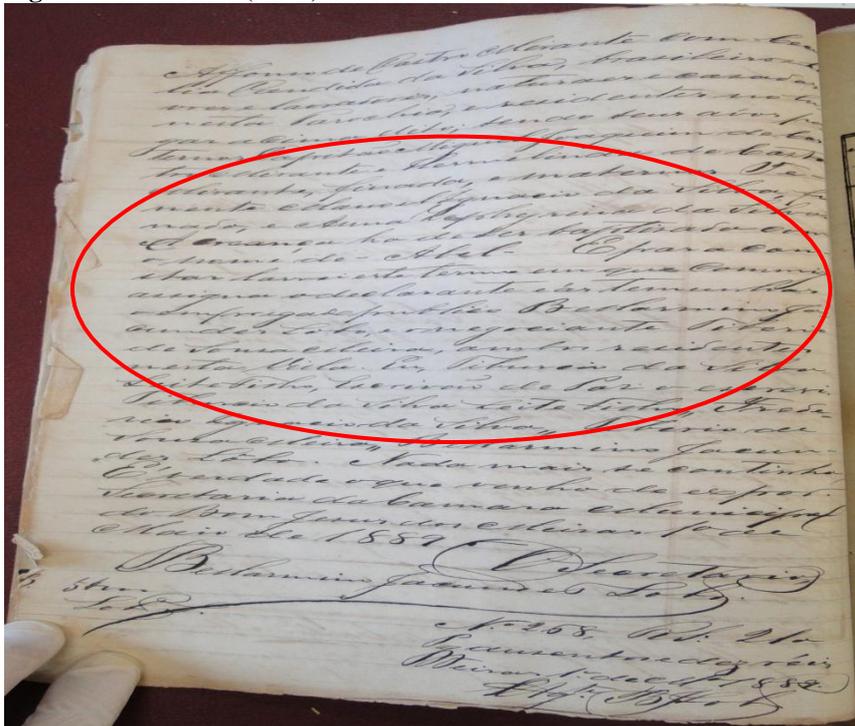
3.3.3 Miguel Joaquim de Castro Mirante.

Diferente de Antônio Pinheiro Pinto e de Inocêncio Pinheiro Canguçu, que, além de possuírem uma maior quantidade de registros no *Livro de Razão* e um conjunto de informações fornecidas por Santos Filho (2012), Miguel Joaquim de Castro Mirante escreveu pouquíssimo nos dois manuscritos do Campo Seco, o que nos levou a consultar fontes complementares para auxiliar na composição de sua ficha.

Assim, seus dados foram constituídos por meio das poucas informações colhidas em Santos Filho (2012), juntamente com a consulta ao seu inventário (cf. figura 39), que nos permitiu identificar o nome de sua esposa, e ao Livro de Notas de Caetité de sua lavra (cf. figura 40), local de onde se retirou a informação sobre sua atividade como tabelião.

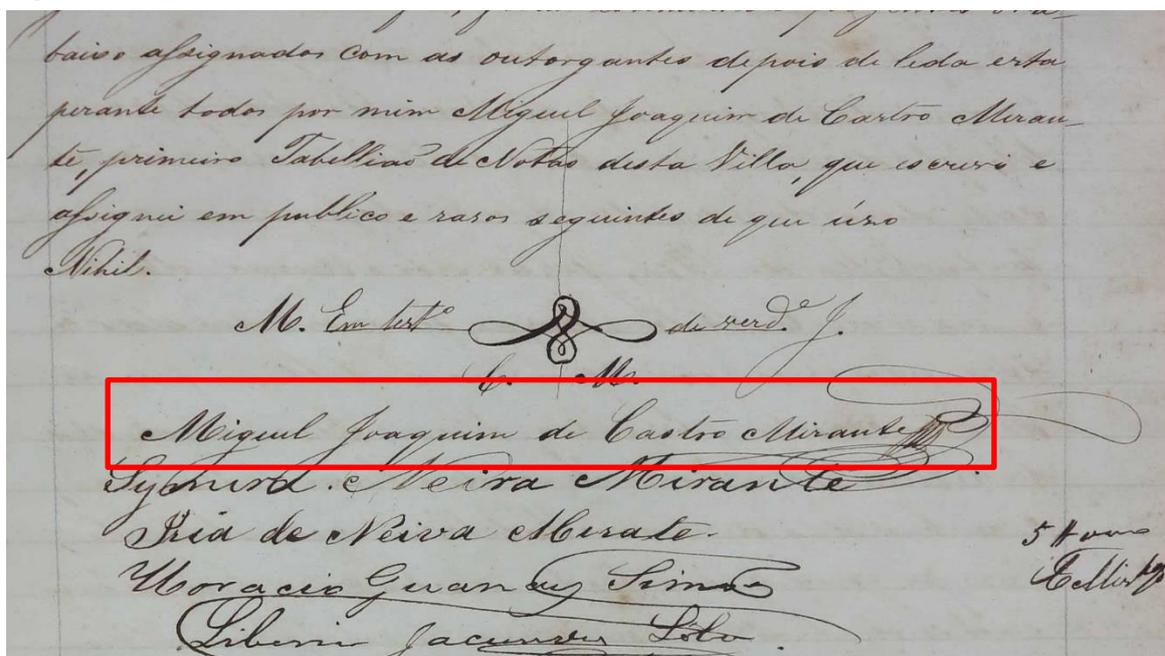
Vale ressaltar que os dois documentos mencionados foram, respectivamente, fotografados pelos pesquisadores Rui Moura e Urano Andrade, no Arquivo Público do Estado da Bahia.

Figura 39 – Folha 12 (verso) do Inventário de MJDCM



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB/ Foto: Rui Moura.

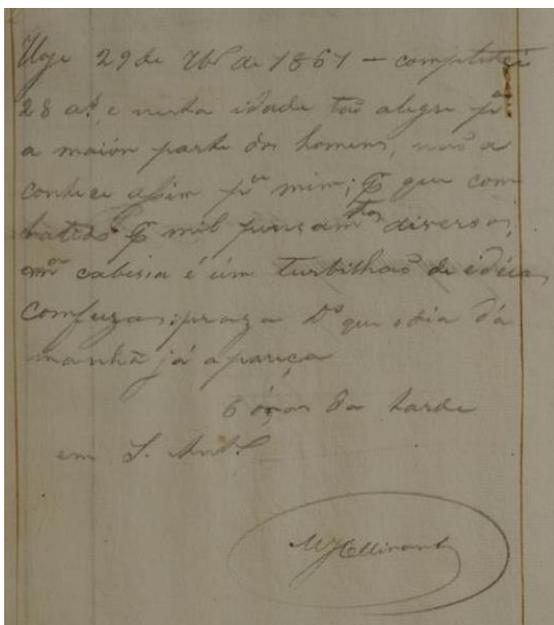
Figura 40 – Folha 5 (recto) do Livro de Notas de Caetitê (1877-1878)



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB/ Foto: Urano Andrade.

Além disso, a edição do fólio 34v do *Livro do Gado* realizada por Santos (2019, p. 221), conforme trecho transcrito a seguir, possibilitou a identificação da data de seu nascimento.

Figura 41 – Trecho do Fólio 34v do Livro do Gado



Hoje 29 de setembro de 1867 – completei 28 anos, e nesta idade tão alegre para a maior parte dos homens, não a conheci [asim] para mim; por que com batido por mil pensamentos diversos; minha cabeça é um turbilhão de idéias confusas: praza Deus que o dia dá manhã já a pareça 6 oras d a tarde em Santo Antonio Miguel Joaquim de Castro Mirante¹⁴⁸

Fonte: Santos (2019, p.).

A partir dessas consultas, formulamos a seguinte ficha.

Quadro 7 – Ficha biográfica do *scriptor* Miguel Joaquim de Castro Mirante

DADOS PESSOAIS

Nome completo: Miguel Joaquim de Castro Mirante

Filiação: Adolfo de Castro Mirante e Firma de Castro Mirante

Avós paternos/maternos: Não localizamos informações.

Naturalidade: Bom Jesus dos Meiras/BA **Nacionalidade:** Brasileira

Data de nascimento: 29/09/1833 **Data de falecimento:** Não localizamos informações.

Idade (quando da escrita do documento): 28 anos

Estado civil: Casado com Hermelinda de Castro Mirante **Instituição de ensino:** Alfabetizado por professor leigo do local. **Profissão por formação:** Não localizamos informações.

Principais atividades: Fazendeiro; Capitão; 1º tabelião da Vila de Caetité

Fontes: SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVII e XIX*. Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012.

Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Consulta dos documentos (inventário e embargos, livro de notas), pertencentes a Miguel Joaquim de Castro Mirante. Acesso em: 17/01/2020.

TORRES, Antônio Novais. Disponível em: <www.recantodasletras.com.br/biografias>. Acesso em: jan/2018.

Livro do Gado (página 34 verso).

Fonte: Elaborado por Santos (2019) e pelo autor a partir do modelo de ficha extraído de Carneiro (2005).

3.4 DISPONIBILIZAÇÃO DAS EDIÇÕES

Para alcançar um público maior e facilitar o acesso às edições, idealizamos um site para a publicação dos Livros do Campo Seco – *Livro do Gado* e *Livro de Razão*. O *Livro do Gado* foi editado por Elaine Brandão Santos e, por essa razão, sua participação no processo de concepção e desenvolvimento do site foi fundamental. Igor Leal, responsável técnico, após algumas reuniões, tornou real a nossa ideia.

O produto, em sua primeira versão, pode ser acompanhado no endereço <http://www5.uefs.br/cedohs/camposeco/>. Decidimos manter as cores que já representam a identidade do CE-DOHS e adaptamos a estrutura seguindo o modelo de Santiago (2019).

Na página inicial, localizam-se o texto de abertura e a imagem do sobrado do Campo Seco. Além disso, na parte superior horizontal, é possível identificar as abas que guiarão o pesquisador em sua consulta (cf. imagem 42).

Figura 42 – Página inicial do site

The image shows a screenshot of a website. At the top, there is a navigation bar with several tabs: 'Livros do Campo Seco', 'Escritores', 'Livro do Gado', 'Livro de Razão', 'Árvore genealógica por fontes consultadas', and 'Fichas biográficas'. Below the navigation bar, there is a search bar on the left with the text 'Palavra a ser pesquisada:' and a search button. The main content area has a title 'Os Livros do Brejo do Campo Seco – Livro do Gado e Livro de Razão'. Below the title, there is a paragraph of text describing the historical documents. At the bottom right, there is a photograph of a large, multi-story brick building, identified as the 'sobrado do Brejo do Campo Seco'.

Fonte: <http://www5.uefs.br/cedohs/camposeco/index.html>

Ao clicar nas abas, o pesquisador será direcionado para as informações referentes aos dois Livros. Na aba Escreventes, são apresentados, sinteticamente, os senhores do Campo Seco (cf. imagem 43).

Figura 43 – Aba Escreventes

Os Senhores do Brejo do Campo Seco

Miguel Lourenço de Almeida, primeiro Senhor do Campo Seco, nasceu em Camarões, freguesia de São Pedro do Almagem do Bispo, conselho de Sintra, distrito de Lisboa, Portugal, no ano de 1708, sendo ele filho de José Lourenço e Domingas João. Apesar de não ser de uma linhagem nobre, seu padrinho de batismo, Dom Lopo de Almeida, pertencia à nobreza. Nesse sentido, o sobrenome "Almeida", acrescentado pelo lusitano, veio do referido apadrinhamento. No Brasil, exerceu a profissão de contador do Tribunal dos Ausentes, capitão-general de Pernambuco; atuou, ainda, como Familiar do Santo Ofício e fazendeiro. Casou-se com a brasileira Ana Francisca da Silva, sertaneja, natural de freguesia do Urubu, umas das mais antigas Vilas da região, com quem teve oito filhos. Supõe-se que faleceu em 1785, aos 77 anos, deixando um bom patrimônio para os seus rebentos e descendentes.

Antônio Pinheiro Pinto, segundo Senhor do Campo Seco, era natural de Caetitê – Bahia. Não há informações sobre os nomes de seus pais; sabe-se, apenas, que eram descendentes de portugueses e da pequena burguesia. Atuou como Tenente de Milícias; foi fazendeiro, agricultor e comerciante. Casou-se com Bibiana Maria de Jesus, filha de Miguel Lourenço de Almeida. Dessa união nasceram dois filhos: Inocêncio José Pinheiro Pinto e Zeferina Maria de Santo Antônio. Faleceu em 1822, segundo relatos, por consequência de ferimento provocado por arma branca, desferida por um escravo. Após o seu falecimento, o seu posto foi ocupado pelo filho, Inocêncio José Pinheiro Pinto, com 27 anos de idade, na época.

Inocêncio José Pinheiro Canguçu, terceiro Senhor das terras do Campo Seco, nasceu em Bom Jesus dos Meiras, em 1795. Tornou-se o líder dos Canguçus, assumindo a direção dos negócios da família, após ausência paterna. Segundo Santos Filho (2012), Inocêncio mudou o sobrenome de Pinto para Canguçu, em 1830, no período imperial do Brasil. Nesse período, havia um forte sentimento nativista em todo o país; pairava um ódio ao português e imperador Pedro I. Por essa razão, muitos trocaram seus sobrenomes portugueses por outros de origem, por exemplo, brasileira, indígena, americana, dentre outros. Sendo assim, o terceiro Senhor optou por um nome nativo: "Canguçu", que se refere a uma onça típica da região. Dessa forma, adotou-o e transmitiu-o aos seus. Ocupou o cargo de Tenente Comandante da Guarda Policial de Rios de Contas, foi, também, vereador e fazendeiro. Casou-se com Prudência Rosa de Santa Edwiges, filha de Francisco de Souza Meira, nascida e criada na Fazenda Bom Jesus. Faleceu em setembro de 1861, aos 66 anos, na fazenda da Ilha do Pão, em Minas Gerais.

Miguel Joaquim de Castro Mirante, conforme afirma Santos Filho (2012), teria sido um dos genros de Inocêncio Pinheiro Canguçu. Vale dizer que Miguel Joaquim Mirante realizou raras escritas nos Livros da Fazenda do Brejo do Campo Seco: um registro no fólio de número 34 verso, no Livro do Gado; e um no fólio de número 195, no Livro de Razão. Sobre ele, tudo leva a crer que nasceu em Bom Jesus dos Meiras – BA, em 29/09/1833. Supostamente morou na fazenda da Lapa, na Vila de Bom Jesus dos Meiras, e atuou como capitão, juiz de paz e fazendeiro.

Fonte: <http://www5.uefs.br/cedohs/camposeco/index.html>

Para acessar as edições e os índices analíticos dos dois livros, o pesquisador deve acessar as abas indicadas nas figuras 44 e 45.

Figura 44 – Aba Livro do Gado: edições e índice analítico

Downloads

- Edições fac-similar e semidiplomática
(última atualização: 07/08/2019)
- Índice analítico
(última atualização: 12/04/2021)

Página desenvolvida por Igor Leal (lealsigor@gmail.com)

Fonte: <http://www5.uefs.br/cedohs/camposeco/index.html>

Figura 45 – Aba Livro de Razão: edições e índice analítico

Downloads

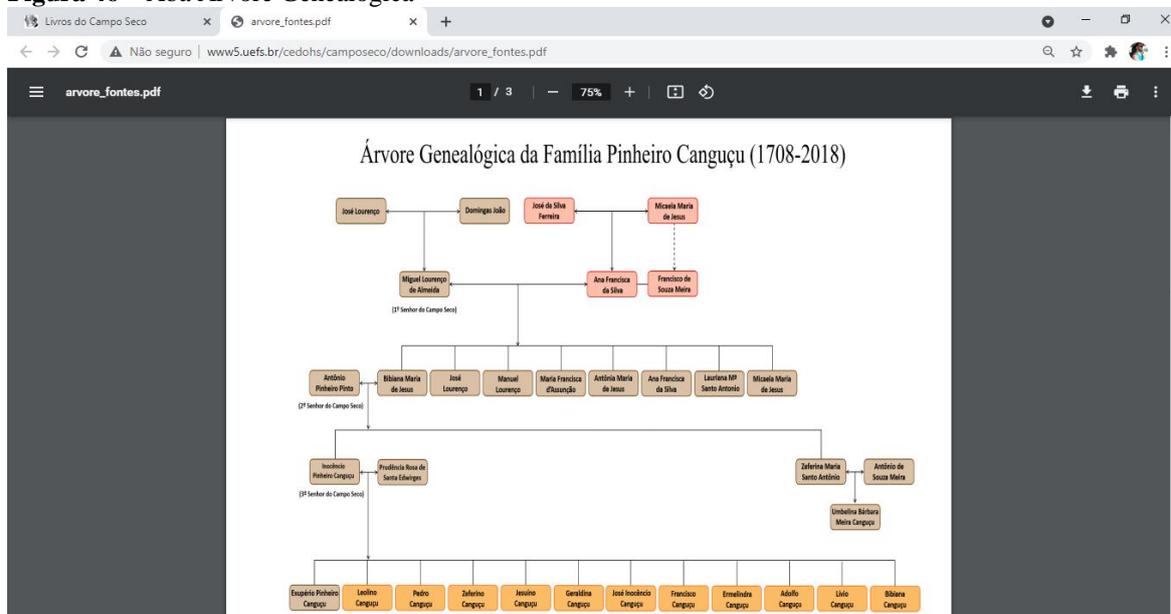
- Edições fac-similar e semidiplomática
(última atualização: 12/04/2021)
- Índice analítico
(última atualização: 12/04/2021)

Página desenvolvida por Igor Leal (lealsigor@gmail.com)

Fonte: <http://www5.uefs.br/cedohs/camposeco/index.html>

Dados sobre a constituição da família podem ser localizados na aba árvore genealógica, que redirecionará o pesquisador para outra aba (cf. figura 46).

Figura 46 – Aba **Árvore Genealógica**



Fonte: <http://www5.uefs.br/cedohs/camposeco/index.html>

Na aba Fichas biográficas, o pesquisador será direcionado para outra aba, onde acessará mais detalhes sobre a vida dos homens do Campo Seco, (cf. imagem 47).

Figura 47 – Aba **Fichas biográficas**

Fonte: <http://www5.uefs.br/cedohs/camposeco/index.html>

3.5 SÍNTESE DA SEÇÃO

Apresentamos nesta seção a caracterização física do *Livro de Razão* do Campo Seco através de critérios respaldados no campo dos estudos filológicos e da História Social da Cultura Escrita, identificando os aspectos extrínsecos do manuscrito, bem como os *scriptores* em seus contextos diatópico e temporal. Todo esse processo é necessário, pois o máximo controle dessas informações garante ao texto, que será objeto de estudo de fatos linguísticos do passado, uma maior aproximação de sua forma genuína, fato que dará mais credibilidade aos dados de língua que refletirão as prováveis características da época analisada. Além disso, essas informações garantem, inclusive, dados importantes para a segurança do documento.

4

O SERTÃO POR ESCRITO: DO CONTROLE DE FINANÇAS AOS FRAGMENTOS DA VIDA COTIDIANA NA BAHIA RURAL OITOCENTISTA

Apresentamos, na seção 3 desta tese, os aspectos referentes ao processo de preparação e restituição do texto, com vistas à sua divulgação e realização de possíveis estudos linguísticos. Além disso, caracterizamos a autoria intelectual e material do testemunho e identificamos o espaço e o marco temporal de sua produção. Isso posto, o objetivo agora é a instrumentalização desse texto a fim de reconstituir os vestígios das vivências, no sertão da Bahia oitocentista, captados pela escrita dos atores dessa cena social e linguística – os senhores do Campo Seco –, valendo-nos de aspectos metodológicos da História Social da Cultura Escrita e da Micro-História. Para tanto, organizamos esta seção da seguinte forma: em 4.1 expomos, de forma resumida, diferentes perspectivas para a abordagem de um documento escrito. A partir de 4.2, buscamos entender o funcionamento da Bahia rural oitocentista, nas áreas social e econômica, a partir dos indícios captados no *Livro de Razão*. A situação da educação e a penetração da língua escrita no Campo Seco encontram-se em 4.3. No último tópico, 4.4, uma síntese encerra a seção.

4.1 PELAS PÁGINAS ESCRITAS, DIFERENTES CAMINHOS...

O escrever não é outra coisa, mais que suprir com um instrumento por meio da arte e das mãos, o que com a voz se não pode exprimir e alcançar com os ouvidos, ou por distância de lugar, como quem escreve aos ausentes, ou por discurso de tempo, como quem escreve aos vindouros. (ALMADA, 2012, p. 33)

A epígrafe que inaugura esta seção, embora apresente a escrita como técnica artística, leva-nos a crer que tal prática materializa, ao longo do tempo, tudo aquilo que não somos capazes de expressar por meio da oralidade ou captar pelos ouvidos em virtude da distância espacial. Desse modo, o testemunho escrito manifesta-se como elemento constituinte da linguagem que, segundo Burke (1992, p.10), deve ser estudada, pois faz parte da vida cotidiana, portanto “uma instituição social, parte da cultura”. Convergindo como Burke (1992), Azevedo Santos (2004, p. 13) vê a escrita (manuscrita, impressa ou digital) como um ato comunicativo, resultante das condições “das sociedades e dos homens que a dominam”.

Por esse viés, a escrita, como prática social, conforme Coulmas (2014, p. 25), “ocupa uma posição diferente nos recursos simbólicos das diferentes sociedades e é encarregada de funções diferentes relativas, de diversas maneiras, ao poder”. Para Coulmas, a escrita constitui-se como parte do processo comunicativo de uma sociedade que não pode ser ignorada. O autor ainda explica que:

Quando a língua é estudada do ponto de vista de sua natureza social, incluindo os usos que a sociedade faz de seus recursos linguísticos, todas as razões justificam que se leve em consideração tanto a forma falada quanto a escrita, que variam ao longo de escalas estilísticas de formalidade e dependência contextual bem como em termos de atitudes e potencial de regulação social. (COULMAS, 2014, p. 24).

Diante desse contexto, olhar para o texto como fonte documental não pode ser mais uma prática monolítica, alheia aos aspectos contextuais e sociais. Pelo contrário, tal exercício passou a exigir do pesquisador métodos e abordagens diversificados, valorizando a ampliação dos objetos históricos e de novos campos de pesquisa. Para Karnal e Tatsch (2004, p. 15), essa mudança de perspectiva cumpriu o desejo de Bloch, que almejava “dar o estatuto de ‘documento histórico’ a tudo que contivesse a possibilidade de vislumbrar a ação humana”. Como caixa de ressonância das ações humanas, a escrita funciona como meio para estudos diversificados que visam identificar suas práticas, usos e funções ao longo do tempo, além de estudar as representações de grupos e comunidades por meio de seus registros.

No campo da História Social da Cultura Escrita, há uma série de trabalhos que, retomando as discussões de Petrucci (1999), Castillo Gómez (2003), Vinão Frago (1996) e Galvão (2010), além de outros teóricos, tem a escrita como fio condutor de suas análises. Lobo e Oliveira (2012), a partir da investigação das práticas de leitura e escrita de indivíduos integrantes de grupos subalternos, apresentaram, com base em informações

fornecidas pelo antropólogo Luiz Mott, “a excepcionalidade e a singularidade da trajetória da africana Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz na sua relação com a escrita, dando uma brevíssima notícia da sua produção epistolar” (LOBO; OLIVEIRA, 2012, p. 644). Para tanto, os referidos autores, além de analisarem a produção epistolar do sujeito da pesquisa, perpassaram por questões referentes à alfabetização e letramento de escravos, além do papel dos recolhimentos e conventos no letramento de mulheres.

Também de 2012 é o trabalho de André Luís Alves Moreno sobre as escritas litúrgicas das “gentes de santo”. Nesta pesquisa, Moreno (2012), tendo como suporte produções gráficas de uma iaô do terreiro kêtú Ilê Axé Opô Afonjá, revelou os usos e funções das práticas de escritas no âmbito do candomblé, potencializando documentos como cadernos, anotações avulsas e blocos de anotações, além de trazer informações culturais importantes referentes a tal prática religiosa.

Vartuli (2014, p. 20), ao investigar os usos sociais da escrita na sociedade colonial mineira dos séculos XVIII e XIX, debruçou-se sobre o conjunto de 557 testamentos escritos por mulheres, além de inventários de pessoas que possuíam algum grau de parentesco com elas. A proposta da autora situa-se no campo da história da educação e da história da cultura escrita com vistas a “explicitar como em certa modalidade de uso social da escrita, pessoas, grosso modo denominadas analfabetas, apresentaram uma performance autoral, quando auxiliadas por quem detinha a técnica de escrever” (VARTULI, 2014, p. 13-14).

O já referido trabalho de Santiago (2019), ainda que não tenha sido o foco da autora, é um exemplo de abordagem que contempla a escrita como recurso para se estudar determinada comunidade a partir de seus testemunhos escritos. Vale ressaltar também a pesquisa de Ana Sartori Gandra, que teve como eixo norteador o estudo do alfabetismo nas Capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba no século XVI. Gandra (2016) utilizou, para sua análise, três livros produzidos durante a primeira visita do Tribunal do Santo Ofício ao Brasil, nos quais os depoentes tinham seus depoimentos registrados e assinados, quando esses eram capazes de assinar. A partir das assinaturas recolhidas e de um controle de informações sobre sexo, idade, naturalidade e condição religiosa do depoente, a autora, considerando as estruturas sociais do Brasil, no período focalizado, realizou um estudo quantitativo e qualitativo das assinaturas e outros sinais alfabéticos deixados nos livros, trazendo dados importantes sobre a difusão social da escrita no Brasil seiscentista.

Os trabalhos mencionados, para alcançar os objetivos pretendidos, realizaram a caracterização formal do texto, contextualizando-o, observando os tipos gráficos produzidos, os usos e as funções que a escrita assume em diferentes grupos, o grau de prestígio de quem escreveu, além do possível nível de escolarização, focalizando as práticas, os discursos e as representações de cada testemunho escrito.

No campo da Micro-História, nossa referência é o livro *O Queijo e os Vermes*, de Carlo Ginzburg. Nesta obra, Ginzburg (1987) propõe um estudo sobre um indivíduo chamado Menocchio, um moleiro de 52 anos, nascido em Montereale, uma aldeia nas colinas de Friuli, que exerceu a função de magistrado da aldeia e administrador da paróquia. Era casado, tinha 7 filhos vivos, sabia ler, escrever, somar e, sobretudo, tinha ideias que confrontavam a ordem social da época. Foi denunciado a primeira vez, em 1583, acusado de ofender Jesus Cristo com heresias. Recebeu o perdão, mas em 1599 foi preso e condenado pelo Tribunal da Inquisição por sua forma de entender Deus e não acreditar na pureza da Virgem Maria (GINZBURG, 1987).

No prefácio à edição inglesa, Ginzburg (1987, p.9-10) explica a origem de seu interesse pela história de Menocchio. Conta-nos o autor que, ao analisar uma documentação inquisitorial no Arquivo da Cúria episcopal em Udine, no verão de 1962, deparou-se com uma sentença muito longa que lhe chamou a atenção. Tratava-se do processo inquisitorial contra Domenico Scandella, dito Menocchio. Como seu interesse, na época, era outro tema, limitou-se a anotar o número do processo para uma consulta posterior.

Anos depois, o autor debruçou-se sobre uma vasta documentação, dois processos abertos contra Menocchio pela Inquisição e outros documentos que forneceram informações sobre as atividades econômicas, sobre a vida de seus filhos, além de algumas páginas escritas pelo próprio Menocchio (GINZBURG, 1987, p.11).

De posse dessas informações, Ginzburg reconstituiu, por meio de indícios e comparações, a vida de Menocchio, destacando as leituras que fazia, as discussões que realizava, os seus temores e, principalmente, aspectos do contexto social que o cercava. Dessa análise, o autor concluiu que Menocchio não podia ser considerado um camponês típico da época, configurando-o como um caso limite, mas representativo, pois sua vivência estava marcada por eventos históricos importantes – difusão da imprensa e a Reforma protestante (GINZBURG, 1987, p. 10).

Explicam Tinem e Borges (sd, p. 7):

A análise de um caso como o de Menocchio é, para Ginzburg, o meio de compreender que forças determinavam o rumo dos acontecimentos e quais elementos contribuíam para a conformação da maneira de pensar dos personagens de uma época. Ele retira, de um processo de um anônimo moleiro da Idade Média, material para uma investigação sobre as fontes que alimentam a formação da 'cultura popular' e sobre a circularidade da cultura. Transforma esse caso obscuro e aparentemente negligenciável em uma história fascinante e em um complexo estudo sobre as origens da forma de pensar dos excluídos na Idade Média. (TINEM E BORGES sd, p. 7)

O estudo empreendido por Ginzburg vai muito além da história de um moleiro italiano da Idade Média capaz de revelar as origens da forma de pensar dos excluídos do período em foco. Na verdade, o autor, ao desenvolver a pesquisa, forneceu ao historiador uma nova possibilidade de se olhar para a fonte escrita em busca de vestígios, fragmentos de realidades vividas a partir de histórias individuais. O autor explica que tal abordagem, em uma época na qual pesquisas seriais e quantitativas estavam no auge, parecia absurda ou paradoxal. Entretanto, esclarece seu posicionamento enfatizando que essas pesquisas, apesar de reconhecerem as classes inferiores, não lhes davam “voz” (GINZBURG, 1987, p. 20).

Ainda a respeito das fontes para se estudar as classes inferiores do passado, Ginzburg (1987) evidencia a dificuldade dos historiadores pelo fato de essa cultura ser predominantemente oral, fato que exige a consulta das fontes escritas, denominada de fontes indiretas, que podem estar maculadas pelas influências dos grupos dominantes. Nesse contexto, o autor enfatiza os problemas dos filtros deformadores, mas é enfático ao defender que “substituir uma estratégia de pesquisa indireta por outra direta, neste tipo de trabalho, é por demais difícil.” (GINZBURG, 1987, p. 15). Alerta também que todas as oportunidades que uma documentação oferece para reconstruir “não só as massas indistintas como também as personalidades individuais” devem ser exploradas (GINZBURG, 1987, p. 20).

Em 1979, no artigo *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, Ginzburg reflete sobre o método aplicado à pesquisa sobre o moleiro Menocchio, relacionando a história com outras áreas do saber que já estavam atentas à capacidade de se obter o conhecimento por via indireta. De acordo com Nelci Tinem e Lucia Borges, com o paradigma indiciário, Ginzburg revolucionou a maneira de se fazer História, transgredindo as limitações entre as disciplinas, privilegiando fenômenos que estavam à margem das pesquisas. As referidas autoras caracterizam o método como uma “abordagem capaz de remontar uma realidade

complexa, não experimentável diretamente, que parte da análise de casos bem delimitados, cujo estudo intensivo revela problemas de ordem mais geral e contesta ideias solidificadas sobre determinados fatos e épocas” (TINEM; BORGES, sd, p.1).

Embora nosso *corpus* seja oriundo de uma família rica da Bahia oitocentista, é com esse olhar indiciário, somado à caracterização formal do texto como prática social, numa abordagem na perspectiva da História Social da Cultura Escrita, que pretendemos apresentar aspectos do funcionamento da vida no sertão, a partir da análise do testemunho escrito deixado pelos senhores do Campo Seco, no *Livro de Razão*, aproveitando todas as possibilidades oferecidas pelo documento, conforme orienta Ginzburg (1987).

4.2 DOS INDÍCIOS À RECONSTITUIÇÃO DAS VIVÊNCIAS: O MICROCOSMO DA BAHIA RURAL OITOCENTISTA A PARTIR DO *LIVRO DE RAZÃO*

A orientação apresentada por Petrucci (2003, p. 7-8) a respeito do trabalho com os testemunhos escritos de qualquer índole é procurar responder a um conjunto de questões capaz de oferecer ao pesquisador uma caracterização formal do documento analisado, o que, conseqüentemente, constitui um quadro contextual sobre os envolvidos, direta e indiretamente, nas práticas de escrita. Ao longo deste trabalho, algumas dessas perguntas já foram respondidas. Sabemos, por exemplo, quem escreveu, onde e quando o manuscrito foi produzido, além de outras particularidades de sua constituição. Entretanto, entendemos que há uma relação entre escrita e sociedade que excede o simples ato de conhecer como o ato de escrever está difundido em determinadas sociedades. Portanto, é preciso ir além e, como orienta Petrucci (1999 p. 25-26), compreender os usos e funções dessa tecnologia – a escrita – é tarefa essencial para uma abordagem que busca vislumbrar tal relação.

O ponto de partida para a compreensão dos usos e da função social de escrita, na Fazenda do Campo Seco, em Bom Jesus dos Meiras, centra-se na observação das anotações produzidas por Antônio Pinheiro Pinto e Inocência Pinheiro Pinto Canguçu, no *Livro de Razão*, apesar de ser o português Miguel Loureço de Almeida¹⁸, genro de Antônio e avô de Inocência, o agente que inaugura tal prática, ainda no século XVIII, ao fazer seus registros no Livro do Gado.

Sobre o lugar que a escrita assumiu nos domínios da América portuguesa, Vartuli (2014), ao tratar da questão nas Minas Gerais, particularmente, comenta que:

¹⁸ Para maiores informações, consultar Santos (2019) e Santos Filho (2012).

[...] a escrita assumiu lugar de destaque nas relações socioeconômicas, tanto no âmbito da Colônia, e nas Minas particularmente, quanto entre a Colônia e o Reino. Como partícipes dessas práticas, encontravam-se letrados e iletrados na complexa teia de relações comerciais abarcadora de diferentes atividades. (VARTULI 2014, p. 22-23)

As relações socioeconômicas, segundo a autora, ocupavam lugar de destaque na produção e circulação da escrita na América portuguesa, tanto no contexto da Colônia, quanto em Minas, no período de 1780 a 1822 (VARTULI 2014, p. 23). Para a referida autora, “Numa sociedade na qual grande parte das práticas creditícias ocorria a prazo, o registro no papel era indispensável.”.

No caso específico dos senhores do Campo Seco, na Bahia, em finais do século XVIII e início do XIX, o contexto das transações comerciais, da mesma forma que se manifestou em outras colônias de Portugal, influenciou uma prática de escrita de caráter comercial que perdurou por anos, passando por três gerações de uma mesma família.

Constatamos que a necessidade de organização da vida comercial da família impulsionou uma prática de escrita no sertão da Bahia oitocentista que foi além do simples registro de dívidas e créditos. Em virtude disso, a história contada pelas anotações dos Livros do Campo Seco (Livro do Gado e Livro de Razão) não se restringe à história de uma comunidade local que fincou raízes em Bom Jesus dos Meiras. Os escritos desses três homens – Miguel Lourenço de Almeida (Livro do Gado), Antônio Pinheiro Pinto (Livro do Gado e Livro de Razão) e Inocêncio Pinheiro Canguçu (Livro do Gado e Livro de Razão) – representam a oportunidade de conhecermos aspectos da vida sertaneja de tempos idos pela ótica de quem viveu neste período e teve a oportunidade de registrar os fatos nele ocorridos.

4.2.1 Pinheiro Pinto, sua parentela e as vivências de uma época

Apesar de já mencionar os Senhores do Campo Seco em outras seções desta tese, é importante frisar aqui algumas informações específicas sobre eles. Inicialmente, destacamos que esses senhores declaravam-se como homens brancos e praticantes da fé católica. Basta lembrarmos que o primeiro senhor, Miguel Lourenço, era membro do Santo Ofício. Além disso, sua mulher, Ana Francisca da Silva, em seu testamento, que se encontra transcrito por Santos Filho (2012, p. 14), deixa bem claro o seu credo ao declarar: “Em nome de Deus, amém. Eu, Ana Francisca da Silva, estando a pé com saúde e em

perfeito juízo, temendo a morte ordeno este meu testamento na maneira seguinte: **Sou católica romana**, natural da Freguesia do Urubu, Arcebispado da Bahia...”.

Pelo que sabemos, a prática da fé católica seguiu na família, pois Santos Filho (2012, p. 104), ao reproduzir, como apêndice de seu livro, a ficha do primeiro recenseamento do Brasil, ocorrido em 1872, traz à baila as respostas fornecidas por Exupério Canguçu, filho de Inocêncio e bisneto do familiar do Santo Ofício. O então senhor do Campo Seco da época declarou-se sendo branco e praticante da religião católica, embora haja indícios de que ele também era maçom.

Foi Miguel Lourenço de Almeida que deu início aos escritos no Campo Seco ao registrar, no *Livro do Gado*, informações pastoris e alguns dados referentes à pecuária. No entanto, não escreveu no *Livro de Razão*, foco desta análise. Após falecer, Antônio Pinheiro assume a administração da fazenda e, de certa forma, os rumos da família. Antônio Pinheiro Pinto e Inocêncio José Pinheiro Pinto/ Canguçu são os atores que estão na cena do sertão da Bahia oitocentista escrita no *Livro de Razão*. Mas o protagonista é Antônio Pinheiro, já que a maior parte das anotações que constam no referido livro é de sua autoria. Por essa razão, são os registros dele que conduzirão, em grande parte, este passeio pelos aspectos da vida sertaneja de outrora.

O primeiro aspecto a se observar é a ascensão do próprio Pinheiro Pinto como chefe da família e dos negócios. Uma análise cautelosa da árvore genealógica de Miguel Lourenço de Almeida, primeiro senhor do Campo Seco, a gênese dessa história de práticas de escrita, na fazenda do Campo Seco, ainda no século XVIII, indica que, dentre os oito filhos que teve, havia dois homens, José Lourenço e Manuel Lourenço, o que naturalmente nos levaria a supor que um deles assumiria a administração da fazenda, quando o pai já não mais estivesse vivo.

Não conhecemos ao certo a razão, mas não foi assim que aconteceu. Antônio Pinheiro Pinto, descendente de português, adentrou no Campo Seco através do casamento com Bibiana Maria de Jesus, uma das filhas de Miguel Lourenço. Conta-nos Santos Filhos (2012, p.53) que os dois irmãos de Antônio, Joaquim e José, também se estabeleceram nos “quinhões herdados de Miguel Lourenço”, pois se casaram com outras duas filhas do familiar do Santo Ofício.

Quanto aos dois filhos de Miguel Lourenço, não localizamos informações detalhadas capazes de elucidar os motivos de não assumirem a fazenda. Há, porém, nos registros de Antônio Pinheiro, no *Livro de Razão*, várias menções a José Lourenço como

afilhado. Pinheiro Pinto também menciona Manuel Lourenço em algumas anotações, mas não o identifica como cunhado. Esse contexto sugere, com as devidas ressalvas, as seguintes hipóteses para explicar o controle de Antônio Pinheiro na administração da fazenda e da família: a primeira, a impossibilidade de os herdeiros homens sucederem o pai; a segunda, o fato de ter se casado com a filha mais velha do português.

O que descobrimos concretamente, mesmo sem informações mais robustas sobre os motivos que tornaram Pinheiro Pinto chefe dessa família, é que seus assentamentos, no *Livro de Razão*, apresentam aspectos importantes da organização social e econômica na Bahia rural do século XIX, que serão mencionados a partir dos tópicos a seguir.

4.2.1.1 A vida comercial no Campo Seco

Kátia Lorena Novais Almeida, ao discutir sobre a questão de alforrias em Rio de Contas, no século XIX, traz um panorama da realidade social da região, destacando aspectos relativos à agricultura, pecuária e economia, por exemplo. No que se refere à situação econômica, Almeida (2012, p. 38) assim caracteriza a Vila de Rio de Contas:

A Vila de Rio de Contas era estreitamente integrada à zona rural do seu entorno, e constituía-se em um centro de comércio e administração, derivando sua renda da agricultura e pecuária. Os produtos cultivados na região eram mandioca, milho, feijão e arroz [...]. Produzia-se ainda o algodão, que era levado pelos tropeiros até o porto de São Félix, e daí para Salvador. A cana-de-açúcar foi outro produto cultivado na região, em pequena escala, mas o suficiente para o consumo local dos seus derivados, como a rapadura e a aguardente. (ALMEIDA, 2012, p. 38)

A análise das anotações de Antônio Pinheiro Pinto, que se transformou em um homem de sucesso nos inúmeros negócios que se propôs a fazer, indica que o 2º senhor era um agente econômico importante, pois, em sua fazenda, foram plantados e comercializados vários produtos agrícolas que movimentaram a economia da região. Para além disso, no empório erguido na fazenda, houve um comércio de outros produtos (animais, tecidos, roupas etc.) e atividades que incluíam desde o aluguel de escravos ao conserto de ferramentas (foice, enxada, machado etc.).

O quadro a seguir sintetiza a relação dos produtos de subsistência que, segundo Santos Filho (2012, p. 329) representa “a lista do essencial na cozinha do homem comum do Nordeste pastoril.”. Essa lista indica que, no Campo Seco, houve a plantação de produtos variados, como feijão, arroz, milho etc.

Quadro 8 – Produtos negociados: compra e venda de produtos de subsistência

Produto	Forma (s) registrada(s) e localização (página ou fôlio)
Arroz	aros/aRos - 60, 72,74, 82, 189v, 190v,191r, 194v
	arros – 96, 190v
	aroz- p. 194v
Farinha	Farinha/ farinha - 2, 6, 8,11, 14, 15, 18, 22, 27, 30, 32, 36, 37, 38, 41, 42, 48, 49, 51, 53, 58, 60, 61, 62, 63, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 79, 80, 85, 90, 91, 96, 97, 104, 105, 108, 113, 124r, 124v, 189r, 189v, 190v, 191r, 193r, 194v.
	F aria – 56
Milho (forma desdobrada da abreviatura)	milho - 2, 18, 28, 30, 46, 48, 49, 53, 55, 57, 60, 61, 96, 100, 104, 105, 118, 189r, 190v, 191r, 194v.
Feijão	feijão – 18, 33, 36, 37, 38, 42, 51, 58, 60, 61, 68, 70, 72, 75, 94, 97, 102, 105, 124r, 189v, 190v, 191r, 194v
	feijão – 56, 58
	feijam – 36, 37, 38, 68, 80, 190v, 194v.
Açúcar	aSucar – 65
	Asucar – 97
	Açúcar – 67, 124v
Mandioca	mandioca – 48
Rapadura	Rapadura(s)/ rapadura(s) – 2, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 17, 22, 23, 25, 27, 42, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 61, 62, 65, 68, 70, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 102, 105, 113, 114, 116, 128r, 129v, 130r, 189r, 189v, 190v, 191r, 192r, 194v.
	derrapaduras – 99
Tabaco	tabaco – 3, 60, 57, 74, 78, 79, 84, 90, 92, 95, 104, 108, 125v
Sal	Sal/sal – 8, 14, 16, 25, 33, 37, 38, 54, 55, 56, 58, 61, 67, 58, 74, 76, 83, 87, 94, 96, 105, 106, 109, 110, 113 a 115, 118, 124r, 124v, 125r, 126v, 127r, 127v.

Fonte: Produzido pelo autor com base nas anotações do Livro de Razão e Santos Filho (2012)

Além de servir como alimento para a família, esses produtos foram negociados no Campo Seco em retalhos, em quartas e em menores porções para uma clientela formada pelos próprios parentes de Pinheiro Pinto e também por homens em viagem que, durante a passagem pelo Campo Seco, abasteciam-se com mantimentos (SANTOS FILHO, 2012, p. 311).

A farinha e a rapadura são os produtos que aparecem em maior incidência no *Livro de Razão*. Santos Filho (2012, p. 323) explica que um dos grandes negócios de Pinheiro Pinto foi a produção, a compra e revenda de farinha, que só perdia em valor para o

comércio do gado e de algodão, por ser um mantimento básico na alimentação do nordestino.

O algodão é outro produto que se encontra nas anotações de Pinheiro Pinto. Era negociado em arrobas, carga e costal. Há mais de 100 registros de venda ao longo do *Livro de Razão*. Santos Filho (2012, p. 267) comenta que a região de Rio de Contas possuía terras favoráveis ao cultivo do algodoeiro e que, no Campo Seco, da mesma forma que aconteceu nas fazendas da região, o algodão era plantado, fiado e tecido, fornecendo pano para a vestimenta de escravos e para a gente da casa-grande. No entanto, Santos Filho (2012, p. 270) alerta que Pinheiro Pinto era pequeno plantador e que, na verdade se destacou, como grande comerciante, já que comprava e revendia grandes quantidades em Salvador.

A rapadura está presente em mais de 150 registros no Livro, fato que nos leva a pensar na plantação de cana-de-açúcar, todavia não há menção ao cultivo dessa planta nas anotações de Pinheiro Pinto. Acredita Santos Filho (2012, p. 293) que a falta de anotações não significa que não houve o cultivo. O autor esclarece que, como o imposto só incidia sobre os derivados da cana, Pinheiro Pinto limitou-se apenas a registrar a rapadura, o açúcar e a aguardente.

Existem, entretanto, informações sobre um engenho na Fazenda do Campo Seco, conforme as figuras 48 e 49 abaixo.

Figura 48 – Trecho da página 48

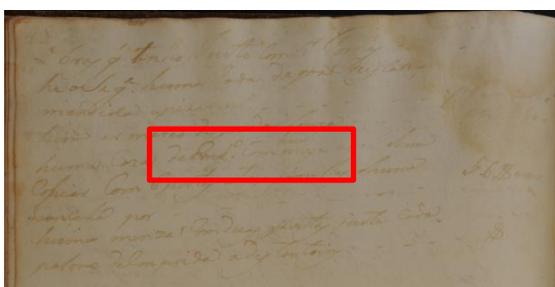
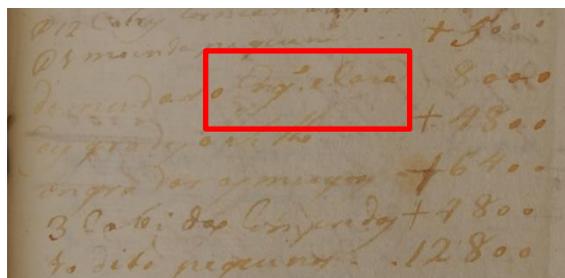


Figura 49 – Trecho da página 93



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Na primeira imagem, figura 48, ao tratar das obras que tem com o senhor de nome Tomás, Pinheiro Pinto faz referência à Casa de Engenho. Na figura 49, menciona, nas obras ajustadas com os compadres José Antônio e Antônio de Souza, valores referentes a uma pequena moenda e a um engenho. Nos escritos de Santos Filho (2012, p. 292), encontramos a informação de que havia um engenho, mas se tratava de uma “engenhoca de rapadura”.

Criaram-se, no Campo Seco, diversos animais, como podemos observar no quadro a seguir.

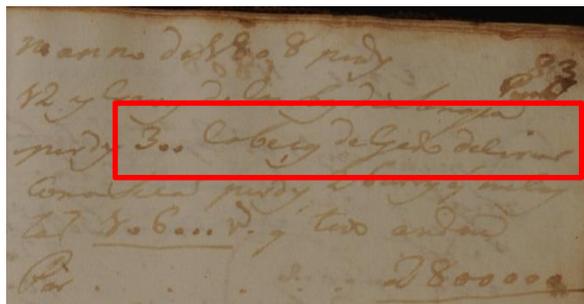
Quadro 9 – Relação de animais presentes no Campo Seco

Animais	Forma (s) registrada(s) e localização (página ou fólio)
Boi	boi (s) - 8, 27, 29, 34, 46, 66, 79, 85, 97, 100, 101, 106, 107, 112, 113, 116, 126r, 128r, 193r, 193v, 194r.
	boy (s) – 9, 10, 16, 21, 27, 29, 30, 44, 45, 54, 58, 61, 73, 74, 80, 81, 83, 84, 93, 94, 102, 105, 108, 111, 112, 114, 125r, 125v, 126r, 128v
	boyada (s) – 2, 8, 11, 13, 27, 75, 76.
Vaca	vaca - 1, 4, 8, 13, 18,, 34, 42, 49, 51, 57, 66, 73, 76, 86, 90, 92, 93, 100, 101, 105, 107, 112, 113, 114, 115, 119, 123v, 124r, 124v, 125v, 126r, 127v, 128v, 131r, 193r,
Garrote	garrote - 4, 13, 40, 47, 48, 49, 83, 85, 91, 95, 108, 119, 120, 126v, 131r.
	garrotinho – 120.
Potro	potro(s) - 32, 40, 51, 57, 94, 102, 111, 114, 116.
Besta	besta - 32, 76, 89, 105, 125v, 182v, 186r.
Cavalo	cavalo (s) - 1, 4, 8, 10, 16, 18, 22, 23, 29, 33, 46, 49, 56, 57, 62, 66, 68, 73, 79, 81, 83, 85, 87, 105, 115, 126v, 127r, 129r, 186r, 191v, 193r.
	cavallo – 49.
Égua	Egoas – 132r.
Galinha	galinha (s) - 49, 91, 189v.
Peixe	peixe – 5 / peixe – 5

Fonte: Produzido pelo autor com base nas anotações do Livro de Razão e Santos Filho (2012)

O quadro 9 revela uma variedade de animais no Campo Seco, que pode indicar um modelo para as demais fazendas da região. Esses animais foram utilizados para o consumo interno, para o trabalho na lavoura e também nas relações comerciais. A respeito do gado, sabemos que Pinheiro Pinto era dono de um rebanho significativo, se considerarmos que, com a seca de 1808, ele anotou que perdeu 300 cabeças de gado, conforme observamos no registro da figura 50 .

Figura 50 – Fragmento da página 83 escrito por APP.



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Além disso, ele presenteou os filhos, Inocência e Zeferina, em 1817 e 1818, cada um com 100 cabeças. Há ainda menção a 183 cabeças de gado, na página 79 do *Livro de Razão*, levadas pelo escravo Luís para ser vendida em Salvador em 1809.

A respeito da pecuária na Vila de Rio de Contas, Almeida (2012, p. 39) destaca que foi uma prática importante, sendo “o gado vacum vendido para outros consumidores, fornecendo a carne seca para o consumo local e o couro que servia a diversos fins”. A leitura das informações do *Livro de Razão* confirma que a carne de vaca era vendida, no Campo Seco, em pequenas proporções. Encontramos registros da venda de carne seca, por exemplo, nas páginas 37, 74, 96, 100 e 105. Uma observação importante levantada por Santos Filho (2012, p. 207) é a utilização de outros produtos oriundos do gado, como o leite e o couro. Não foi localizado nenhum registro sobre a comercialização do leite no *Livro de Razão*, porém, na página 96, há anotações sobre a venda de requeijão, o que nos faz supor a existência da produção desse derivado no Campo Seco. Quanto ao couro, é importante ressaltar que, além do gado, existem anotações acerca da venda de couro de veado mateiro, nas páginas 30, 43 e 49, por exemplo.

Pelo que observamos, no Campo Seco, Pinheiro Pinto fez o assentamento de dívidas pelo “feitio” de jaleco, calção, vestido etc., e pela compra de sapatos e outras peças do vestuário (cf. quadro 10), indicando uma constante transação comercial de roupas e outras peças como bota, sapato e chinelo.

Quadro 10 – Vestuários e sapatos encontrados no *Livro de Razão*

Vestuário/Sapatos	Forma (s) registrada(s) e localização (página ou fólio)
Jaleco	jaleco – 5, 56, 111.
Calça	calça (s) – 6, 43, 78, 103, 111.
Calção	cal çoens – 63.
Camisa	camisa (s) – 37, 38, 78, 92.
Fraque	fraque – 17
Vestido	vis tido – 35.
Ceroula	Selouras – 103
Bota	bota – 63, 89.
Sapato	sapatos de mulher – 63, 97 sapato – 63
Chinelo	xinellos de mulher – 63

Fonte: Produzido pelo autor com base nas anotações do Livro de Razão e Santos Filho (2012)

Além de agricultor e pecuarista, notamos, pelos registros, que Antônio Pinheiro foi exímio comerciante de tecidos. Localizamos, nas páginas de seu livro de assentamentos, uma variedade que vai da simples chita ao pano de algodão (cf. quadro 11).

Quadro 11 – Tecidos encontrados no Livro de Razão

Tecidos	Forma (s) registrada(s) e localização (página ou fólio)
Pano	pano de algodão – 3, 28, 30, 31, 38, 39, 43, 58, 61, 68, 78, 84, 88, 91. pano azul – 3, 5./ pano de azulão – 119, 124r./ pano largo – 96, 124r./ pano de olanda – 78/ pano delã – 86/ pano riscado – 7 pano de linho – 31, 78, 96, 124r./ pano de linho de freira – 31
Baeta	baeta – 5, 7, 67, 74, 78, 80, 103, 111, 118. baetaõ – 119.
Ganga	ganga – 78.
Morim	morim – 107, 111.
Chita	xita – 4, 34, 90, 94, 100, 102, 107
Durante	durante – 35
Surrate	Surrate – 67
Bretanha	bertanha - 68, 119.

Fonte: Produzido pelo autor com base nas anotações do Livro de Razão e Santos Filho (2012)

Os panos vendidos, no Campo Seco, tinham origem da manufatura portuguesa, inglesa, francesa, flamenga e asiática, todas as variedades dos tecidos de algodão, lã e linho que abasteceram a fazenda e a região (SANTOS FILHO 2012, p. 387). Há, no quadro 12, para uma melhor compreensão tipológica dos tecidos, uma breve caracterização.

Quadro 12 – Caracterização dos tecidos encontrados no Livro de Razão

Tecido	Caracterização
Azulão	Tecido grosso de algodão, de cor azul, ordinário, de qualidade inferior.
Baeta	Tecido felpudo de lã, grosso e resistente.
Baetaõ	Variedade bem mais grossa da baeta e também mais caro.
Bretanha ou bertanha	Denominação dada pelo povo ao tecido de linho fabricado na Bretanha, província Francesa.
Chita	Variedade de tecido de algodão mais inferior.
Durante	Pano lustroso como cetim, variedade de pano de lã.
Ganga	Tecido de algodão, forte, durável, fabricado na China, Índia e Itália.
Morim	Outra variedade de tecido de algodão, geralmente de cor branca, muito utilizado na confecção de roupas íntimas.
Pano azul	Seria tecido de lã, de cor azul, de fabricação inglesa.
Pano de algodão	Deve ser tomado como uma das “fazendas grossas de algodão”, superior ao tecido feito em casa para os negros.

Pano de Holanda	Um bom tecido de linho, muito fechado, manufaturado nos Países Baixos.
Pano de linho	Tecido de linho branco ou de cor
Pano de linho de freira	Variedade do pano de linho, de qualidade mais fina, utilizado por freiras e monjas.
Pano largo	Variedade de pano de tecido, lã ou linho mais largo que os demais.
Pano riscado	Outra variedade do tecido de algodão.
Surrate	Pano possivelmente de algodão, proveniente da antiga feitoria portuguesa de Surrate, localizado na Índia.

Fonte: Produzido pelo autor, baseado em Santos Filho (2012, p. 388-396)

As ferramentas e outros utensílios metalúrgicos, que aparecem em quantidade significativa nos assentamentos do *Livro de Razão*, estão relacionados no quadro a seguir.

Quadro 13 – Ferramentas e utensílios metalúrgicos

Produto	Forma (s) registrada(s) e localização (página ou fólio)
Foice	foice (s) – 56, 60, 66, 79, 80, 83, 120, 126r.
	foisse (s) – 10, 35.
	foiçe (s) – 84
Aço	aço – 35, 56, 60, 62, 66, 68, 72, 73, 76, 78, 80, 82, 84, 85, 90, 94, 96, 102, 109, 120, 126v, 127v, 129r.
	asso – 31, 32, 35, 118, 119.
Martelo	martelo – 66, 82, 87.
Machado	machado – 84.
	maxado – 9, 10, 11, 13, 30, 35, 38, 48, 56, 60, 62, 66, 67, 68, 72, 73, 76, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 90, 94, 118, 120.
Enxada	enxada – 60, 66, 78, 85, 90, 102.
Chave	xave – 66, 100.
Dobradiça	dobradiças – 126v.
Fechadura	fechadura – 66.
	fexadura – 66, 126v.
	fexadora – 84
Fuzil	fuzil – p. 62 / fosil – pp. 46, 93/ fozio – p.84/ fusis – p. 60
Ferro	ferro – 31, 49, 56, 72, 76, 78, 80, 84, 86, 87, 91, 92 a 96, 109, 111, 118, 119, 126r.
	ferraie – 99, 109
Arma	arma - 41, 51, 70, 86, 100, 121.
Veio	veyo de roda – 60, 66.
Badame	badame – 80.
Espora	espora(s) – 38, 66.
Formão	formaõ – 84.
Trava	trava – 80
Chapa	xapa – 66.
Argola	argola – 66
Cravo	cravo(s) – 46, 51, 62, 94, 126v, 128r, 128v.

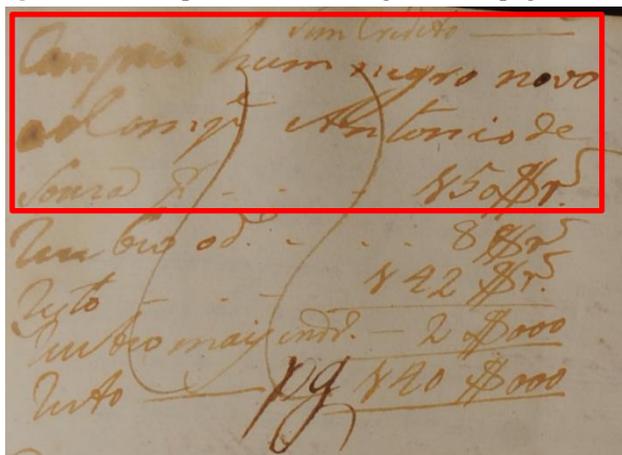
Ferradura	ferradura (s) - 62, 126v
Roseta	rozeta – 60, 66. roseta – 60
Pólvora	Polvora/polvora - 4, 5, 7, 9, 11, 12, 15, 22 a 26, 30, 31, 34, 35, 37 a 40, 43, 51, 66, 76, 86, 87, 90, 94, 97, 105, 108, 109, 111, 119, 127v.

Fonte: Produzido pelo autor com base nas anotações do Livro de Razão e Santos Filho (2012)

Sobre a questão da siderurgia nas vilas, povoados e grandes fazendas, Santos Filho (2012, p. 362) menciona que existia o mestre ferreiro que, em sua tenda, trabalhava transformando o ferro em objetos variados, além de fazer pequenos reparos. Não foi diferente no Campo Seco. Lá, pelo que lemos no *Livro de Razão*, os ferreiros Ignácio Vieira e Jerônimo fabricaram os utensílios necessários ao bom funcionamento da fazenda e atenderam às encomendas feitas pelos fregueses de Pinheiro Pinto, com o auxílio de escravos próprios ou alugados.

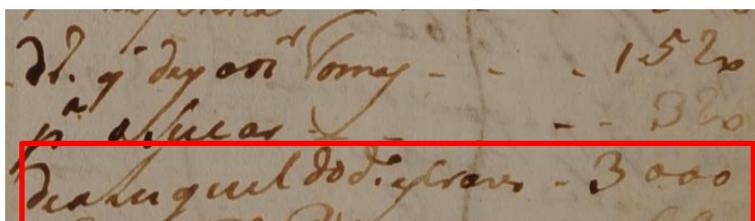
Outra atividade mencionada no *Livro de Razão* é o aluguel, a venda e a compra de escravos e animais (cf. figuras 51,52 e 53).

Figura 51 – Compra de escravo: fragmento da página 83 escrito por APP



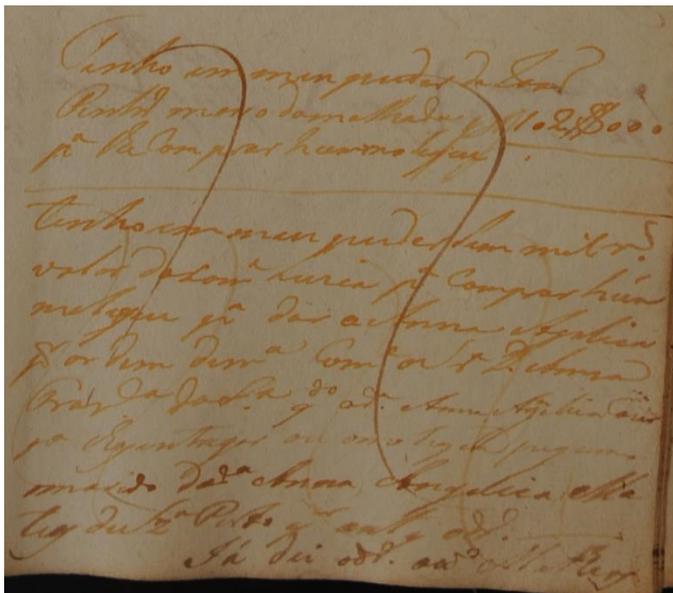
Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Figura 52 – Aluguel de escravo: fragmento da página 61 escrito por APP



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Figura 53 – Compra de escravos para terceiros realizada por APP

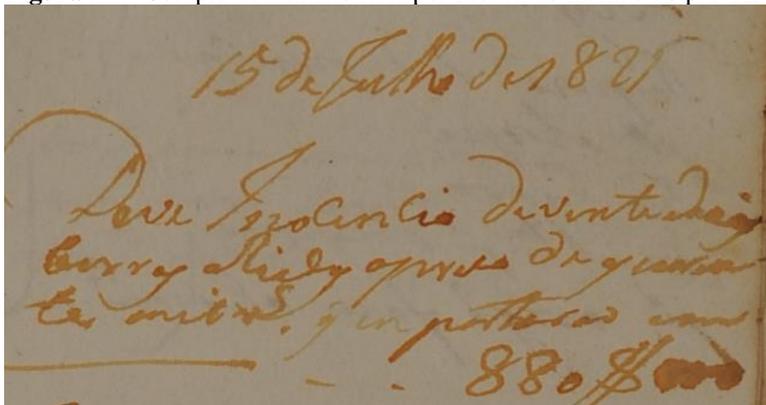


Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Informações da figura 53 revelam que Antônio Pinheiro atuou como intermediário na compra de escravos para outras pessoas. A primeira informação menciona que o fazendeiro tinha o valor de 102,000 contos de reis para comprar um moleque que pertenceria a João Pinheiro da fazenda Malhada. A segunda informação refere-se à comadre do fazendeiro – Luzia – de quem possuía 100,000 contos para comprar um moleque que seria dado à comadre Anna Angélica quando se casasse.

Quanto à compra e aluguel de animais no Campo Seco, percebemos que era uma prática muito comum, principalmente, entre os membros da própria família. Em 1825, Pinheiro Pinto registra a dívida que Inocêncio, seu filho, adquiriu ao comprar 22 burros, conforme se observa na figura 54.

Figura 54 – Compra de animais feita por Inocêncio na mão do pai APP



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Não bastassem as mercadorias e atividades já mencionadas, há notas de compra e venda de sabão, chapéu, couro, espelho, canivete etc. (cf. quadro 14).

Quadro 14 – Produtos diversos negociados no Campo Seco

Outros produtos	Forma (s) registrada(s) e localização (página ou fólio)
Couro	couro – 16, 25, 30, 35, 39, 43, 46, 49, 50, 51, 53, 58, 64, 72, 80, 84, 86, 94, 95, 102.
Telha	telha (s) – 43, 72, 89, 118, 119, 124r.
Chapéu	xapeo – 32, 33, 43, 50, 66, 78 a 80, 84, 86, 90, 92, 103, 115, 119, 123.
Tronco	tronco de prender – 63.
Porta	porta (s) – 43, 46, 48, 63, 93, 103, 126v, 191v.
Espelho	es pelho – 66, 95
Aviamentos	aviamentos – 128v
Linha	linha – 6
Botões	botoens – 31, 80.
Caderno	caderno de papel – 51, 87, 91
Sabão	sabão – 67, 68, 74, 86, 103, 105. sabam – 72, 74, 105.
Bacia	bacia – 80.
Estojo	estojo de navalhas – 95, 103.
Canivete	canivete – 95
Vomitório	vomitório - 91

Fonte: Produzido pelo autor com base nas anotações do Livro de Razão e Santos Filho (2012)

A observação das transações comerciais dos senhores do Campo Seco permitiu a identificação de pesos e medidas, que variavam do alqueire à carga, utilizados na época (cf. quadro 15).

Quadro 15 – Pesos e medidas utilizados no Campo Seco

Pesos e medidas	Forma (s) registrada(s) e localização (página ou fólio)
Alqueire	Alqueire/alqueire – 8, 18, 28, 32, 36, 38, 41, 42, 49, 50, 51, 53, 58, 60, 61, 62, 63, 67, 68, 72, 73, 84, 85, 94, 97, 104, 108, 113, 118, 124r, 189r, 189v, 190v, 191r, 192r, 193r, 194v.
Arroba	aRoba – 2, 11, 20, 25, 27, 30, 42, 45, 64, 72, 79, 80, 91, 98, 104, 113, 114, 115, 119, 190v, 192r, 194v
Carga	carga – 9, 21, 23, 30, 42, 45, 47, 48, 49, 53, 58, 63, 64, 65, 70, 79, 81, 83, 84, 98, 99, 104, 106, 109, 110 a 118, 120, 123r, 124r, 125v, 126r, 127r, 127v, 128r, 129r, 129v, 130v, 190v, 191r, 194v.
Costal	Costal/costal – 58, 63, 64, 79, 81, 98, 104, 112 a 116, 127v.
Côvado	covado - 5, 7, 9, 10, 35, 78, 80, 90, 100, 102, 103, 107, 111, 119, 127r.

Libra	libra (s) – 5, 7, 11, 15, 22 a 25, 30 a 32, 34, 35, 37, 38, 49, 51, 53, 56, 60, 62, 65 a 68, 72, 73, 74, 76, 78 a 80, 82 a 84, 86, 87, 90 a 92, 94 a 97, 100, 102, 105, 107 a 109, 113, 114, 118 a 120, 124v, 126v, 129v, 189. livra (s) – 3, 5, 7, 9, 11, 23, 31.
Prato	Prato/prato – 8, 37, 38, 54 a 56, 67, 68, 74, 76, 83, 87, 94, 96, 102, 105, 191r.
Vara	vara (s) – 5, 7, 19, 27, 28, 30, 31, 35, 38, 39, 43, 45, 51, 57, 58, 60, 61, 68, 74, 76, 78, 80, 84, 86, 103, 107, 111, 115, 124r, 125v, 130r.
Mão	maãos – 23, 194v
Quarta	coarta – 2, 9, 25, 30, 31, 35 a 43, 49, 51, 56, 58, 60, 61, 66 a 68, 70, 72 a 74, 76, 80, 82, 85, 86, 90, 91, 94, 96, 97, 100, 102, 104, 105, 111, 113, 118, 119, 127v, 189r. quarta – 22, 58, 61, 74, 105, 113, 189r, 189v.
Oitava	oitava – 7, 38, 49, 78, 80, 103, 124v.

Fonte: Produzido pelo autor com base nas anotações do Livro de Razão e Santos Filho (2012)

Compreender a funcionalidade dessas medidas é muito importante, por esse motivo, no quadro 16, elencamos as seguintes informações: a medida, seguida da definição e exemplos de produtos comercializados no Campo Seco.

Quadro 16 – Definição e correspondência entre produtos e medidas no Campo Seco.

Pesos e medidas	Definição	Produtos do Campo Seco
Alqueire	Medida de capacidade que, no Alto Sertão da Bahia corresponde a 160 litros.	Farinha, milho, feijão, arroz, sal.
Arroba	Antiga unidade de peso equivalente a 32 libras ou arreteis. No Alto Sertão da Bahia equivalia a 16 quilos	Carne, algodão, açúcar, lã.
Carga	Medida de volume correspondente à porção de mercadoria carregada por um animal. Equivalia, em peso, no Alto Sertão da Bahia, a 6 arrobas ou 96 quilos. No caso da rapadura, a carga correspondia a 64 rapaduras.	Algodão, rapadura, farinha, sal.
Costal	Fardo de três arrobas que as bestas de carga transportavam um de cada lado da carga.	Algodão, sal, rapadura.
Côvado	Medida de extensão correspondente a três palmos ou a 0,66 metros.	Botões, tecidos.
Libra	Medida de massa inglesa. No Alto Sertão da Bahia, por aproximação,	Carne, pólvora, açúcar, ferro, tabaco, sabão, lã,

	equivalia a meio quilo.	lona, salsa.
Prato	Unidade de medida para cereais correspondente a três litros e um décimo.	Sal, milho.
Vara	Medida de comprimento de cinco palmos.	Pano, algodão, estopa, fumo.
Mão		Papel, milho.
Quarta	Medida de volume equivalente a um quarto do alqueire ou nove litros aproximadamente. No Alto Sertão correspondia a 30 litros.	Farinha, milho, pólvora, pano, feijão, carne e arroz.
Oitava		Mercúrio

Fonte: Produzido pelo autor com base nas anotações do Livro de Razão, Neves (2003) e Santos Filho (2012)

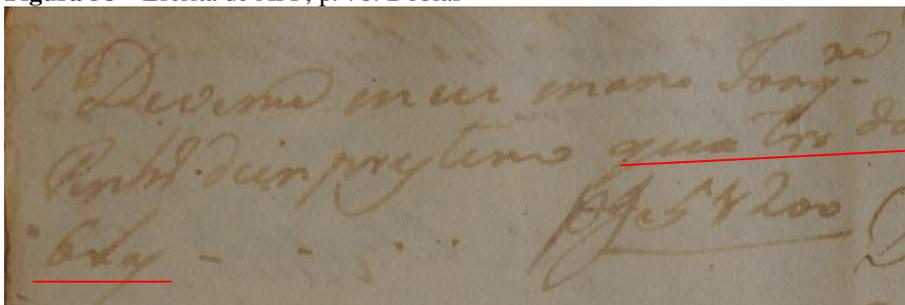
Se havia comércio, era necessário dinheiro. A leitura sobre a historiografia do sistema monetário no Brasil revela que, no início do século XVIII, adotava-se o sistema da América Portuguesa que ainda permanecia com as características do sistema de dois séculos anteriores. Lima e Sousa (2015, p. 4) explicam que “a unidade de conta era o real (réis, no plural) e o meio de pagamento era a moeda de ouro e a de prata e, em menor escala, a moeda de cobre.” Segundo os autores, funcionavam, também, como moedas, os meios de troca de mercadorias como o algodão (no Estado do Maranhão e Grão-Pará), açúcar e, principalmente nas regiões mineiras, ouro em pó.

Santos Filho (2012, p. 349) ensina que, no período colonial, a insuficiência de moedas provocou a utilização do escambo, em que mercadoria funcionava como moeda. No Campo Seco, além da prática do escambo, circularam as seguintes moedas: conto de reis, dobra, vintém, selo, tostão e pataca, que Neves (2003) define da seguinte maneira:

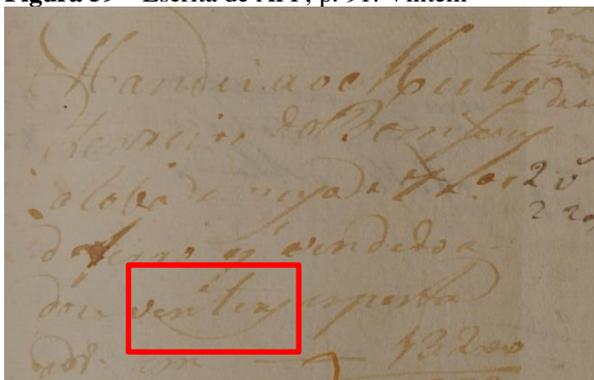
Quadro 17 – Moedas que circularam no Campo Seco

Moeda	Definição
Conto de réis	Moeda portuguesa que permaneceu em uso no Brasil correspondente a um milhar de mil-réis.
Pataca	Moeda espanhola no valor de 420 réis que circulou em Portugal e na América Espanhola durante a União Ibérica (1580-1640). Foi lançada em prata por Portugal, após a restauração, valendo 320 réis. Antiga moeda portuguesa equivalente a 40 réis.
Tostão	Antiga moeda do Reino de Portugal correspondente a 100 réis.
Vintém	Antiga moeda correspondente a 20 réis.

Fonte: Neves (2003, p.15)

Figura 58 – Escrita de APP, p. 76: Doblas¹⁹

Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Figura 59 – Escrita de APP, p. 91: Vintém

Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Menciona-se, também, no *Livro de Razão*, a presença de tropeiros nas terras do Campo Seco. Almeida (2012, p. 46) explica que tal atividade era um serviço muito importante, no Alto Sertão da Bahia, já que eram os tropeiros os responsáveis por estabelecer a ligação entre as vilas e arraiais da própria região e também de outras províncias. A autora ainda enfatiza que “As tropas de muar tornaram possível a regularidade do comércio de exportação de algodão e gado, do comércio interno de produtos de subsistência e de importados, além da circulação de informações do que ocorria na capital da província e alhures” (ALMEIDA, 2012, p. 46).

Tal atividade aconteceu na fazenda de Pinheiro Pinto e movimentou seu comércio local, conforme os assentamentos abaixo.

25	Deve o senhor capitam Joaõ Alvares daSilva da Camgalha que seos oleiros que braraõ com Re tran cas do buro -----	2\$000
		\$480
	deve mais da carne e farinha que aos ditos dey -----	2\$120
	de carne e farinha para atropa do dito por ordem domesmo-----	<u>1\$280</u>
		soma
		6\$120

Fonte: Edição do trecho da página 27 feita pelo autor

¹⁹ Antiga moeda portuguesa cujo valor variou nos diferentes reinados; dobra.

Deve a senhor Antonio Baptista demantimentos para a tropa do senhor Severino dos Santos o seguinte pago - - - - 1\$120

Fonte: Edição do trecho da página 44 feita pelo autor

Deve a Tropa do senhor Joaõ Bras
 Por 2 alqueires [inint]. 2560
 1 coarta defeijaõ 320
 1 coarta de farinha pago 320

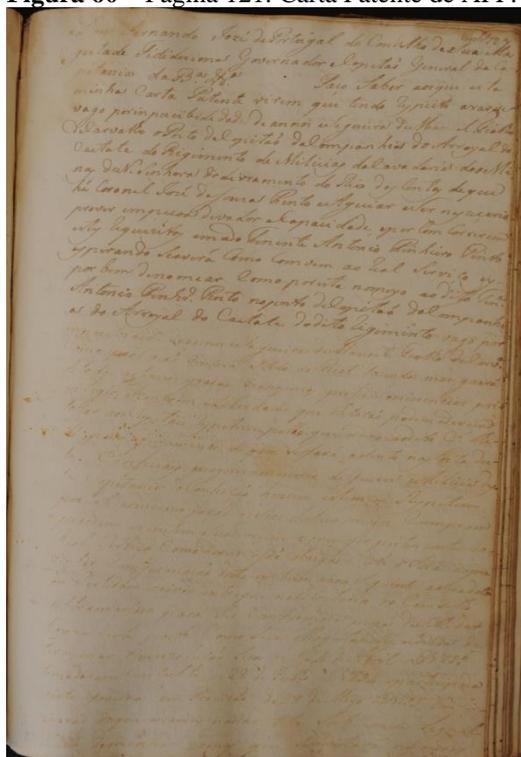
Fonte: Edição do trecho da página 97 feita pelo autor

Tudo nos leva a crer que, na fazenda do Campo Seco, como acontecia no Alto Sertão da Bahia, “escravidão, pecuária e policultura articulavam-se, onde também se empregavam escravos e outras atividades” (NEVES, 2012, p. 87).

4.2.1.2 Da militarização à vida religiosa no sertão da Bahia

Sabemos, pela leitura dos relatos de Pinheiro Pinto, um pouco de sua atuação no que Neves (2008, p. 325) nomeia de milícias coloniais sertanejas. Na segunda metade do século XVIII, Antônio Pinheiro Pinto tornou-se capitão da Companhia de Milícias do Arraial de Caetité. Ele transcreveu, nas páginas do *Livro de Razão*, a carta patente, a posse e o juramento no novo cargo (cf. figuras 60, 61 e 62)

Figura 60 – Página 121: Carta Patente de APP.



Dom Fernando José de Portugal do Conselho de Sua Magestade Fidei Lissima Governador Capitão General da Capitania da Bahia. Faço saber aos que esta minha Carta Patente virem que tendo Respeito axar sse vago por incapacidade de anos e Segueira de Manoel Fialho de Carvalho o Posto de Capitão da Companhia do Arraial do Caetete do Regimento de Milicias de Cava Laria das Minas de Nossa Senhora do Livramento do Rio das Contas de que hé Coronel José de Souza Pinto e Aguiar a Ser nes ceçario prover em peçoa deva Lor e Capacidade e por Com Correrem estes Requisitos em odito Tenente Antonio Pinheiro Pinto es perando Seaverá como com vem ao Real Serviço e por bem denomear como por esta nomeyo ao dito Tenente Antonio Pinheiro Pinto no posto de Capitão da Companhia do Arraial do Caetete do dito Rigiminto vago por incapacidade de annos e Segueira de Manoel Fialho de Carvalho

Fonte: CEDOHS/UEFS / Foto: Jorge Santos/UESB

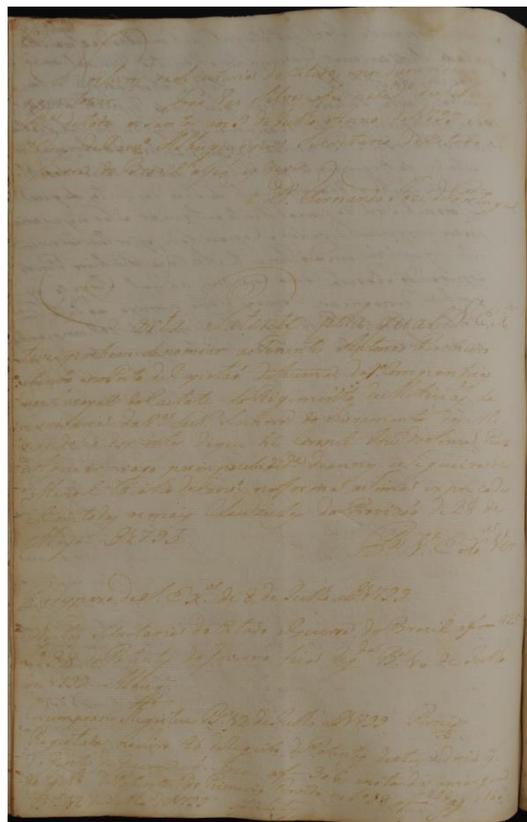
A leitura atenta do trecho da carta patente editado revela que Pinheiro Pinto assume o posto de Capitão em substituição a Manuel Fialho, que estava com a idade avançada e cego. Neves (2003, p. 326) informa que, como era praxe, não havia pagamento ao novo comandante por parte da fazenda real, por outro lado, o nomeado receberia todas as honras e regalias do cargo, conforme lemos no seguinte trecho da carta patente:

“por bem denomear como por esta nomeyo ao dito Tenente
 An tonio Pinheiro Pinto no posto deCapitaõ daCompanhi
 15 a do Arrayal do Caitete do dito Rigimento vago por
 in posi bi lidade deannos eSequeira deManoel Fialho deCarvalho
Com o qual não ven cerá Soldo da Real Fazenda mas gozará
de to das as honras graças Franquesas prehem minencias pri-
viLegios Izen çoens eLiberdades qui lhe to caõ podem edevem
 20 **tocar aos Capitães Res petivo pelo que ordeno aodito Coronel lhe”**

Fonte: Edição do trecho da página 121 feita pelo autor

Mais adiante, Pinheiro continua a transcrição de sua nomeação. Na página 122, anotou:

Figura 61 – Página 122: Registro da nomeação de APP.



[p. 122]

Nos Livros da Secretaria do Estado, enos daouvidoria
 a que tocar. João Vas Silva ofes nacidade deSalvador
 Bahia detodos os Santos aos 9 de Julho Anno de 1799 Jozé
 Pires deCarvalho Albuquerque Secretario deEstado e
 5 Guerra do Brazil ofis es crever
 Dom Fernando Jozé dePortugal

Carta Patente pela qual Vossa Excelência
 teve por bem de nomiar aoTenente Antonio Pinheiro
 Pinto noPosto deCapitaõ dehuma das 1ª Companhias
 10 doArrayal doCaetete doRigimento deMilicias da
 Cavalaria daVila deNossa Senhora do Livramento das Mi-
 nas do Rio das Contas deque hé Coronel Jozé deSouza Pinto
 eAguiar vago por in pocibilidade deannos eSequeira de
 Manoel Fialho de Carvalho naforma aSima ex pre çada
 15 eCom todas as mais Clauzulas deProvizãõ de 28 de
 Mayo 1795

Para Vossa Excelencia Ver

Por despaxo de Sua Excelência de 8 de Julho 1799

Nesta Secretaria do Estado eGuerra doBrasil afolha 425
 20 Livro 38 dePatentes do Governo fica Registrada Bahia 10 de Julho
 de 1799 Albuquerque

[inint.]^{14c}

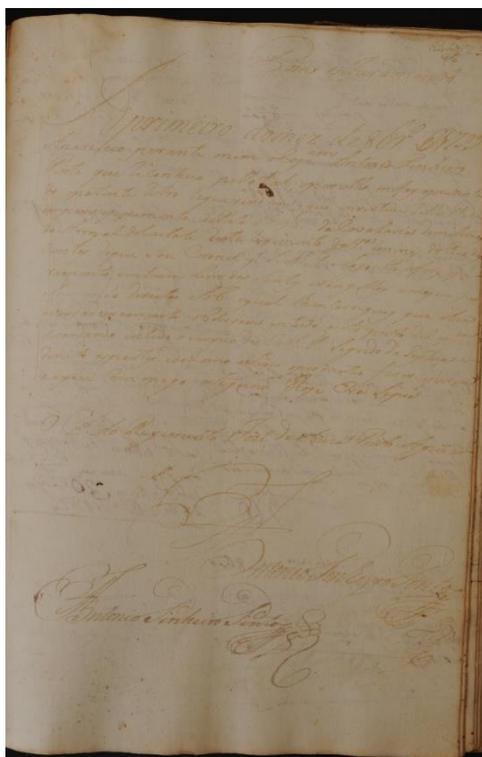
Cumprase eRegistece Bahia 12 de Julho 1799 [inint.]
 25 Registada no Livro 43 de Registo dePatentes desta vidoria geral
 daGente de guerra eque toca afolha 306 enota da amargem
 do Rigisto dePatente do Primeiro Provido no Livro 28 a folha <†256> [inint.] 1[?]60
 Bahia 12 de Julho de1799

[inint.]^{14s}

Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

No recto da folha 123, o comerciante e, agora, Capitão nomeado, registra palavra por palavra do juramento e do termo de posse.

Figura 62 – Fólio 123r: posse e juramento de APP.



[f. 123r]
Posse e Juramento

144A primeiro domez de Outubro 1799
Apare ceo perante mim o Capitam Antonio Pinheiro
Pinto que Reconheço pello tal, epor elle mefoy apresenta
do apatente Retro Requerend ome que investida dela lheda
5 sse posse ejuramento doPosto decapitam daCavalaria demilicias
do Arrayal deCaetete deste Regimento daVila eminas do Rio das
contas deque Sou Coronel por Sua Magestade Fidelissima elogo lhe defery oju-
ramento em hum Livro dos Santos evangelhos em que pos
10 Sua maõ direita Sob oqual lhe en carreguey que bem
everdadeiraamente observasse en tudo odito posto deCapitam
goardando en tudo oServico de Sua Magestade Fidelissima Segredo da Justiça e-
direito as partes edecomo assim oprometeo fazer ejurou
e aqui com migo aSignou Hoje Era Supra

15 O Coronel do Regimento Jozé deSouza Pinto Aguiar

AntonioPinheiroPinto

AntonioPinheiroPinto

Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

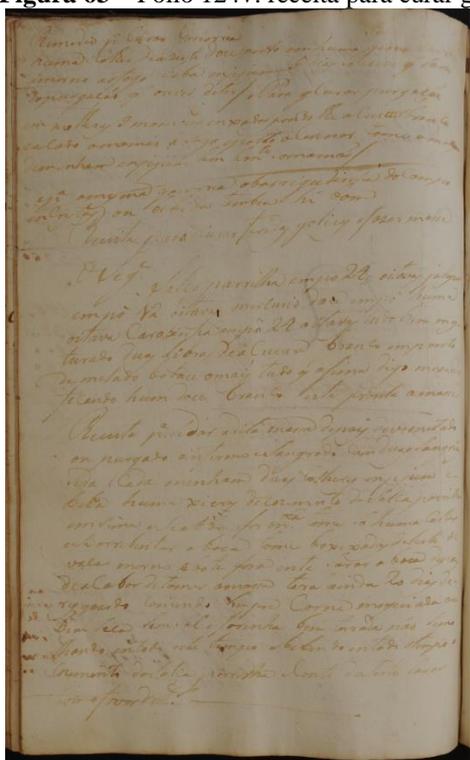
No que se refere às milícias, Neves (2008, p.230) alerta que o objetivo dessas corporações era:

Servir amplamente os interesses metropolitanos, voltados para a manutenção da posse territorial, da ordem e da lei. Não eram, portanto, um simples instrumento de defesa militar, mas, sobretudo, um importante auxiliar da administração central na tarefa de submeter e disciplinar a população local (NEVES, 2008, p.230).

Foi, então, Antônio Pinheiro capitão de uma dessas milícias, desfrutando de vários privilégios, como já mencionado, porém não “pelejou guerra alguma. Limitou-se apenas a usar o título que lhe conferiu a patente” (SANTOS FILHO, 2012, p. 136).

No campo da medicina, Pinheiro Pinto anotou, no *Livro de Razão*, receitas para curar enfermidades, como gonorreia e todo tipo de inchaço, como podemos observar nas imagens a seguir:

Figura 63 – Fólio 124v: receita para curar gonorreia e outras doenças



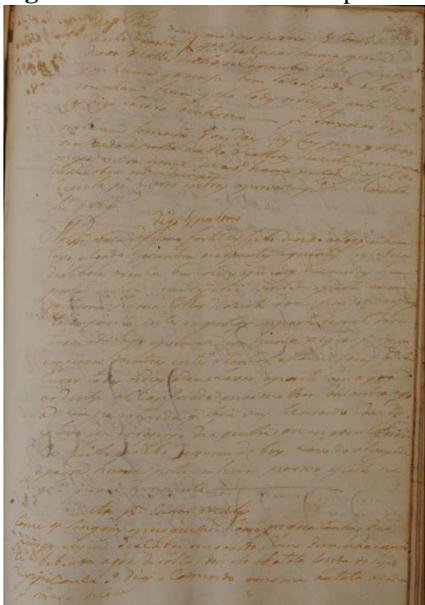
[f. 124v]

- Remedio para curar Gonorreia
 huma colher deazeite doce posto em huma gema de ovo
 imorno aofogo beba imjejum 5 dias o[inint.] que sara
 dapurgaçã que ouver deter/ Para [g] curar purgaçã
 5 em mulheres 9 mamõens enxados pondo lhe açucar branco
 colado omamaõ aofogo eposto acerenar toma amoça
 demanham enjejum com semente omamaõ¹⁴⁷
 epara amesma gonorreia abarrigidinha docampo
 em cristers ou bebida tambem hé bom
- 10 Receita para curar feridas gálicas efazer massa
 Oseguinte
 Salçaparrilha em po 24 oitavas jalapa
 em pó 12 oitavas mercúrio doce em po huma
 oitava carobinha em pó 24 oitavos tudo bem mes-
 15 turado duas Libras deaçucar branco em ponto
 de melado botou o mais tudo que asima digo mexendo
 ficando um doce branco esta pronta amassa
- 20 Receita para sedar adita massa depois devomitado
 ou purgado oinfermo eSangrado com duas Sangrias
 Seda cada menham duas colheres enjejum e
 beba huma xicras decozimento desalca parrilha
 em sima esever fermentação tome so huma colher
 ese arrebenstar a boca tome boxexadas deleite de
 25 vaca morno e bote fora inte sarar a boca depois
 deacabar detomar amassa tera ainda 20 dias de
 resguardo comendo sempre carne moquiada ou
 bem seca sal efarinha bem torrada não semo
 lhando en todo este tempo ebebendo en todo tempo o
 cozimento dasalça parrilha econte deSerto sarar
 30 como favor de Deus¹⁴⁸

Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

No recto da folha 125, deu continuidade ao registro das receitas, apresentando novas possibilidades para curar a gonorreia e outros males.

Figura 64 – Fólio 125r: receita para curar gonorreia e outros males



[f. 125r]

- [inint.] Para amesma gonorreia 1 coarto de
 vinho branco/ L 4^o deaçucar huma gema
 deovo 1 colher deoleo decapaua tudo junto
 5 em huma garrafa bem sacolejado beba de
 menham hum golo todos os dias que antes depo
 cos dias sarará oinfermo — para lnxação dequal
 natureza tomará 1 ou dois cris ters purgativos
 oenxado de palha dealho 3 colheres deazeite demamona
 meya xicra demel de carvalho huma porçaõ desal do
 10 reino obra muito edesinxa
 Receita para curar intras aprovada pelo Doutor Couto
 hé oseguinte
 Meya vara de fumo forte<†digo um 1 pal[?]> desfeito ecozido aofogo emhum
 15 taxo ecoado seajuntara os adjuntos seguintes tres cabeças
 deSebola branca bem cozidas epizadas bem moidas huma
 porçaõ desera crua dejitai derretida eposta comomel
 do fumo huma colher deazeite doce pondo ce aofogo
 tudo junto inte engroçar en ponto de mel [inint.]
 20 tiragi do fogo epoemse em huma xigra para sepor
 em sima do entras ente aRan car os carnigoens quando se
 curar todos os dias edeve lavar aparte com agoa
 ardente alconforada enão molhar com outra ago
 a limpa a ferida que seja vay securando com dij
 25 estivo decarrapixo deagulha ou enguento bran
 co feito desebo derrim deboy lavado olvayado
 epedra hume posto em hum parxo, eposto na
 pele que sara derrepente
- Receita para curar males
 tome 4 sangrias epurgue ce com pequa conha duas
 30 purgas edepois deacabar oresguardo tome demenhãeanoi
 te bebendo agoa de salça domato abatata cozida do [inint.]
 digipicança 9 dias e comendo amesma batata açada
 que sarará detodo.

Fonte: CEDOHS/UEFS

Inicialmente, pode causar estranheza um fazendeiro, comerciante, capitão da milícia, anotar receitas de tal natureza em um livro contábil. Todavia, uma leitura atenta sobre as condições da medicina, no século XIX, justifica a atitude do 2º senhor do Campo Seco. Esclarece Guimarães (2005, p. 6) que até fins do século XIX “Havia uma completa carência de médicos nas vastas regiões rurais, por onde se dispersava o grosso da população brasileira.”. Nesse período, conta a autora que os manuais foram instrumentos essenciais para a divulgação dos saberes oficiais no cotidiano da população. Sobre a importância desses manuais de medicina, a autora ensina que:

Escritos por médicos vinculados às instituições acadêmicas imperiais, tanto Chernoviz como outros autores de manuais de medicina popular adaptaram à linguagem leiga os mais atualizados conhecimentos científicos, e constituíram, assim, um dos elos entre a medicina acadêmica e a população, em geral. (GUIMARÃES, 2008. p. 830).

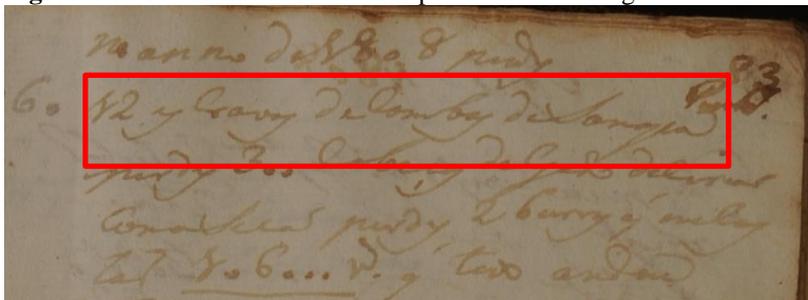
Santos Filho (2012, p.191) destaca que uma das formas encontradas para que as receitas não fossem esquecidas ou alteradas era o costume de escrevê-las e guardá-las para o dia da necessidade. Pelo visto, a medicina chegou ao sobrado do Campo Seco através do segundo senhor, que transcreveu as receitas, prescrições e fórmulas dos livros e almanaques que, conforme Guimarães (2008), se tornaram mais populares com o fim da censura imposta aos livros pela Coroa portuguesa, no final da segunda década do século XIX, favorecendo o aumento do número de livrarias e de impressoras no país.

Alencastro (1997, p. 77) explica que manuais médicos ensinando como tratar as doenças dos escravos foram editados e destinados aos fazendeiros, numa tentativa de unir a “filantropia leiga dos reformistas europeus aos interesses dos escravocratas”. Não se trata apenas da benevolência do senhor com os escravos, para Guimarães (2008, p. 834) “Os latifúndios obrigavam os fazendeiros a cuidar de tudo e de todos os que lhe pertencessem – aí se incluem os escravos.” O cuidar, no caso específico dos escravos, era, sobretudo, uma questão financeira, afinal um escravo doente era sinônimo de prejuízo para a colheita e outros serviços da fazenda.

Ao analisar inventários, escrituras comerciais e cartas de liberdade em Caetité, entre 1801 e 1888, Neves (2012, p. 103) identificou as enfermidades ocupacionais e as obtidas pelas condições de higiene nas quais viviam os escravos na região. Uma das doenças mencionadas pelo autor é a câimbra de sangue, uma espécie de disenteria provocada por bactérias que pode causar vários sintomas, dentre os quais estão febre, vômito e fezes com sangue. No Campo Seco, há de se observar que, em 1808, o segundo senhor perdeu 12 escravos (cf. figura 65), vítimas da referida morbidade, durante a seca

que perdurou até 1810. Ao que tudo indica, se Pinheiro Pinto usou alguma receita para tentar salvar os escravos moribundos, não obteve o resultado esperado.

Figura 65 – Seca e morte de escravos por câimbra de sangue

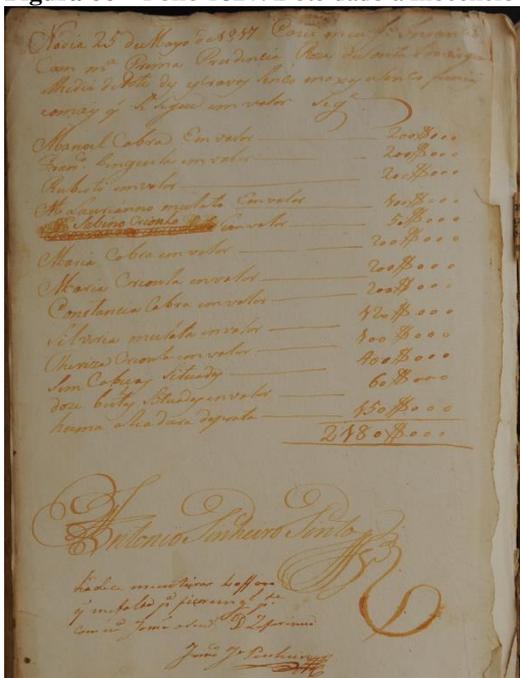


Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

A prática de curar, na fazenda do Campo Seco, não se encerrou com a morte de Pinheiro Pinto. Exupério Canguçu, seu neto, era também excelente “curador” e, para consultas, usava o Chernoviz, que, provavelmente, o ilustrou sobre as diversas técnicas cirúrgicas, receitas e sangrias (GUIMARÃES, 2008, p. 835).

Existem, no *Livro de Razão*, também, assentamentos que revelam práticas comuns sobre casamentos e dotes. Pinheiro Pinto, no verso da folha 182 e no recto da 186, escreve, respectivamente, o dote dado aos filhos, Inocêncio e Zeferina, no período do casamento deles (cf. figuras 66 e 67).

Figura 66 – Fólio 182v: Dote dado a Inocêncio



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

[f. 182v]^{183 184}
 No dia 25 de Mayo de 1817 Cazei meu filho Inocencio
 Com minha Prima Prudencia Roza de Santa Idevirgem
 lhedei dedote des escravos Sinco maxos e Sinco femias
 eomais que se segue em valor Seguinte

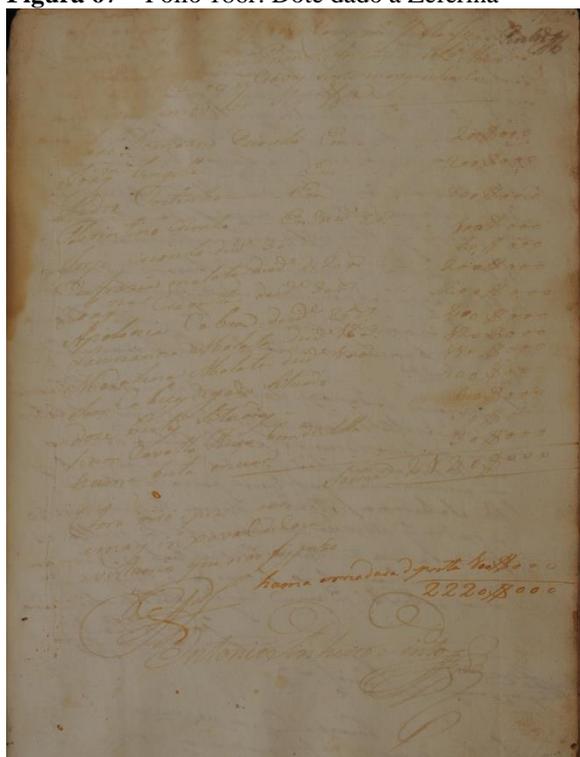
5	Manoel Cabra Em valor	200\$000
	Francisco Lengua em valor	200\$000
	Ruberto em valor	200\$000
	[M] Laureanno mulato Em valor	100\$000
	Sabino crioulo ¹⁸⁵ em valor	50\$000
10	Maria Cabra em valor	200\$000
	Maria Crioula em valor	200\$000
	Constacia Cabra em valor	200\$000
	Silveria mulata envalor	120\$000
	Theriza Crioula em valor	100\$000
15	Sem cabeças Situadas	400\$000
	doze bestas Situadas em valor	60\$000
	huma ariadura deprata	150\$000
		2180\$000

AntonioPinheiroPinto¹⁸⁶

- 20 há dece meenteir 40\$000
 que me falta para ficar em igual parte
 com minha lrmã asenhora Dona Zeferina

Innocencio JozéPinheiro

Figura 67 – Fólio 186r: Dote dado a Zeferina



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

	[ilegível] ¹⁶⁷ 1818 cazez minha filha Zi	
	[ilegível] omeu Primo An tonio deSouza Meira	
	[ilegível] dedote des es cravos Sinco maxos eSinco	
	femias em ovalor seguinte [inint]	
5	Joaõ Damaseno Crioulo ----- Em	200\$000
	Joaquim [?]ingella ----- Em	200\$000
	Pedro Costinho ----- Em	200\$000
	Florentino crioulo ----- Em deidade 8 anos	100\$000
	Jorje crioulo deidade 3 anos Em - - - - -	50\$000
10	Eufrazia molata deidade de 20 anos - - - - -	200\$000
	Joaquina crioula deidade de 30 anos - - - - -	200\$000
	Apolonia Cabra deidade de 25 anos - - - - -	200\$000
	Laurianna Molata deidade de 12 anos - - - - -	120\$000
	Madalena Molata deidade de 10 anos - - - - -	110\$000
15	Sem Cabeças de gado Situado - - - - -	400\$000
	doze bestas Situadas - - - - -	60\$000
	hum cavalo Ruço bom de sella - - - - -	50\$000
	hum besta muar	30\$000
		Soma <u>2120\$000</u>
20	Fora ouro eprata [inint]	
	emais in xoval decaza	
	evestuario que não fis presso	
		hum arreadora de prata <u>100\$000</u>
		<u>2220\$000</u>
25		AntonioPinheiroPinto

Inocência e Zeferina recebem do pai escravos, gado, bestas, além de outros bens. Uma observação, contudo, merece destaque: a forma que Pinheiro Pinto utilizou para a divisão. Como era costume, o filho mais velho assumia a direção dos negócios do pai, talvez, por isso, o segundo Senhor garantiu à filha, na divisão, um pouco a mais que o irmão que, mais tarde, reclamaria o ressarcimento, como mostra o trecho a seguir: “hadece meenteirar 40\$000/que me falta para ficar emigual parte/ com minha Irmã asenhora Dona Zeferina/ Innocencio JozéPinheiro”.

A cobrança de Inocência não se refere ao ouro, enxoval, nem ao vestuário que o pai deu a Zeferina, porque tal prática era comum na época. Ele apenas queria a igualdade no valor referente ao dote, pois a irmã teve o total de 2220\$000, enquanto o futuro terceiro senhor do Campo Seco obteve 2180\$000. Santos Filho (2012, p. 44) comenta que, com a diferença de 40 mil reis entre os dotes, na época, era possível comprar 2 burros ou quatro vacas, por essa razão não era dinheiro para ser desconsiderado.

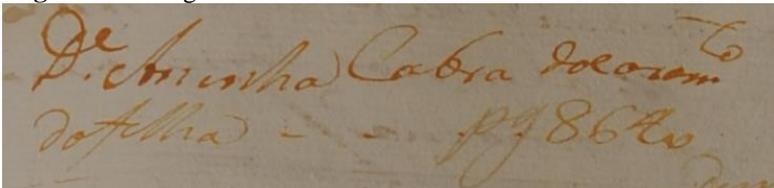
Ao refletir sobre o ato de receber escravos e terras como dote, Oliveira (2000, p. 87) alerta que esse costume constituía como “um suporte fundamental para o desenvolvimento de uma unidade agrícola produtiva, mesmo que fosse voltada para o abastecimento interno e sustento da família”. Outra função do dote, relata a autora, era

antecipar parte da fortuna aos filhos, a fim de que ganhassem autonomia e não dependessem da morte dos pais para garantir certa independência.

Ao observar a partilha feita por Pinheiro Pinto entre os filhos, Ortiz (2014, p. 65) comenta que ele pode ter buscado a igualdade de valores ou pensado no equilíbrio dos sexos para a reprodução dos cativos nas propriedades, ou seja, Antônio Pinheiro agiu como um homem de negócios próspero que era. Alerta ainda que muitos desses casamentos, ao envolver dotes em escravos, podiam separar especialmente parentes cativos.

Sobre a vida religiosa, vislumbramos a prática de batizados, casamentos e outras liturgias do culto católico (cf. figuras 68 e 69).

Figura 68 – Fragmento do fólio 124v: casamento da filha da escrava



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

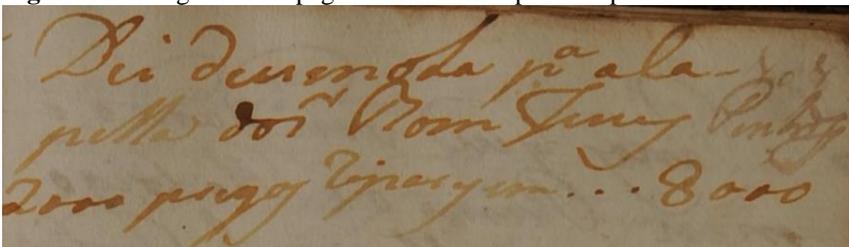
Figura 69 – Fragmento da página 6: casamento, batizado, licenças e banhos

De dinheiro que paguei a... ..	6 \$ 100
De dinheiro que dei para o banho...	2 \$ 560
De dinheiro que paguei de Baptizado...	12 \$ 000
De dinheiro q. dei ad. p. os...	8 \$ 000
De dinheiro q. dei a... ..	1 \$ 200

Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

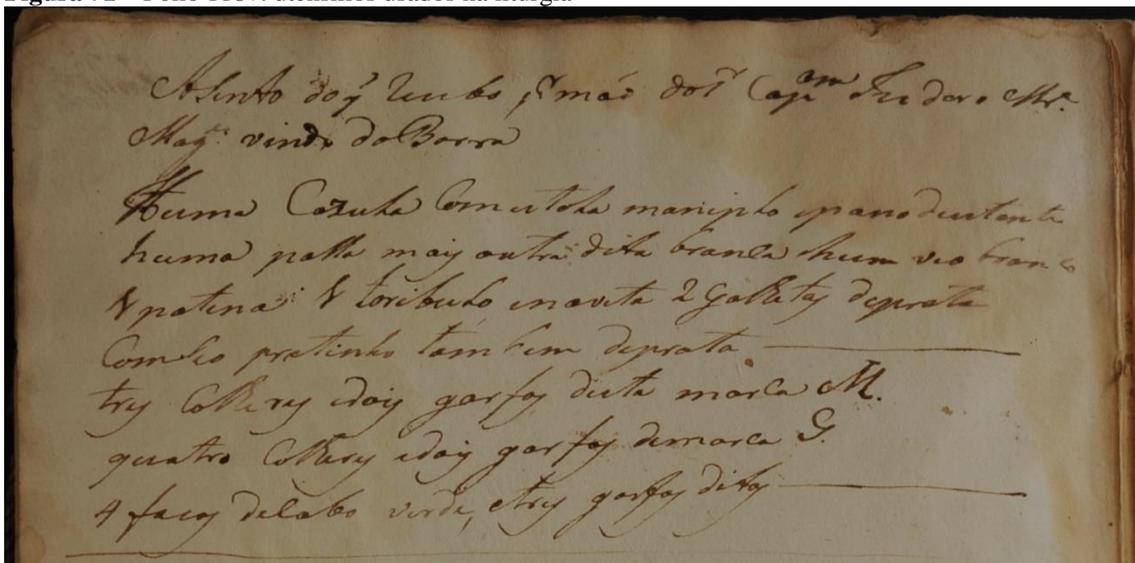
Lemos sobre a construção de um oratório, a doação de esmolas e a encomenda de utensílios utilizados para as celebrações religiosas, respectivamente, (cf. figuras 70 e 71). Santos Filho (2012, p. 186) diz que “Houve senhores de engenho que construíram verdadeiras igrejas em edifícios espaçosos e situados a pouca distância ou então em anexo à casa grande”. No caso de Pinheiro Pinto, construiu o oratório em uma sala dentro do sobrado.

Figura 70 – Fragmento da página 101: Esmola para a capela de Bom Jesus



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Figura 71 – Fólio 118v: utensílios usados na liturgia



[f. 188v]

Asento do que Recebo por maõ do senhor capitam Izi dorõ Moreira
Magalhães vindo da Barra

- Huma Cazula Com estola maniplo epano deestante
 huma palla mais outra dita branca hum veo bran co
 5 1 patena 1 toribulo enaveta 2 galhetas deprata
 Com Seo pratinho tam bem deprata _____
 tres colheres edois garfos desta marca M.
 quatro colheres edois garfos demarca G
 4 facas decabo verde, etres garfos ditos _____

Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Outros fatores chamam a atenção. Na figura 69, menciona-se uma escrava que, para casar a filha, contraiu uma dívida no valor de 8640 contos de reis com Antônio Pinheiro Pinto. Ortiz (2014, p. 72) informa que os escravos da fazenda Campo Seco assumiram gastos com os cerimoniais religiosos. A respeito de como a referida escrava conseguiu o valor para pagar ao seu credor, a autora acredita que “[...] pode ter sido resultado de um longo e difícil período de trabalho ou da colaboração de outros companheiros de cativeiro.”

Acerca dos casamentos na família, é importante destacar que geravam uma despesa muito grande, fora todo o trâmite burocrático. Santos Filho (2012, p. 189) expõe que o fato de ser muito comum, nesse tempo, o matrimônio entre pessoas da mesma família (tios, primos, sobrinhos), licença especial da igreja era necessária, por essa razão identificamos no *Livro de Razão* assentamentos sobre “licenças” e “dispensas”.

4.2.1.3 A escravidão na fazenda do Campo Seco

Muito recorrente entre os assentamentos de Antônio Pinheiro é a relação com os escravizados. Sabemos que o trabalho desse contingente populacional, que teve sua liberdade usurpada, foi essencial para a economia do Brasil e não foi diferente no Alto Sertão da Bahia. O estudo de Almeida (2012, p. 52) revela que em Rio de Contas, tal como em Caetité, “houve grande número de pequenos proprietários”, indicando que a propriedade de escravizados não se concentrou na mão dos senhores mais abastados. Santos Filho (2012, p.117) informa que Antônio Pinheiro Pinto multiplicou a quantidade de escravizados que herdou do português Miguel Lourenço, somando cerca de 80 a 100 negros na fazenda, entre adultos e menores, homens e mulheres.

Pela leitura dos assentamentos no *Livro de Razão*, foi possível localizar o seguinte contingente de indivíduos escravizados no Campo Seco, indicado no quadro a seguir.

Quadro 18 – Escravizados na fazenda do Campo Seco

Nome do escravizado	Referência no Livro de Razão	Página e linha
Jacinto	Escravo	(61, L.1)
Inês	Minha escrava, cabra	(85, L.25)
Ruberto	Moleque	(182v, L.5)
Luís	Meu Luis	(29, L.11)
Vitorino	Meu molato	(117, L.15)
Não mencionado	Crioulo palheta	(123v, L.22)
Aninha	Cabra	(124r, L.4)
Semião	Cabra	(58, L.23)
Anna	Crioula	(26, L.11)
Manoel	Cabra	(182v, L.5)
Francisco Lenguilá	Não há	(182v, L.6)
Laureanno	Mulato	(182v, L.8)
Sabino	Crioulo	(182v, L.9)
Maria	Cabra	(182v, L.10)
Maria	Crioula	(182v, L.11)
Constância	Cabra	(182v, L.12)
Silvéria	Mulata	(182v, L.13)
Theriza	Crioula	(182v, L.14)
João Damaseno	Crioulo	(186r, L.6)
João	Crioulo	(2, L.24)
José	Crioulo	(4, L.25)
Antônio	Crioulo	(11, L.19)
Joaquim	Crioulo	(28, L.5)
Manoel	Crioulo	(67, L.12)
Bino	Crioulo	(116, L.23)
Joaquim	Sem referência	(186r, L.6)

Pedro Costinho	Sem referência	(186r, L.7)
Florentino	Crioulo	(186r, L.8)
Jorje	Crioulo	(186r, L.9)
Eufrazia	Molata	(186r, L.10)
Joaquina	Crioula	(186r, L.11)
Apolonia	Cabra	(186r, L.12)
Laurianna	Molata	(186r, L.13)
Madalena	Molata	(186r, L.14)
Albino	Sem referência	(126v, L.1)

Fonte: Produzido pelo autor com base nas anotações do Livro de Razão

Identificamos no quadro 18 uma pequena amostra dos indivíduos escravizados no Campo Seco, perfazendo um total de 35. Entretanto, assim como defendeu Santos Filho (2012), acreditamos que esse número era bem maior, já que há, ao longo do *Livro de Razão*, outras referências a essa parte da população sem informar o nome.

Não há informações sobre a origem dessa população, porém, a partir da forma como são identificados nos assentamentos de Antônio Pinheiro, e após a análise de dados sobre a distribuição populacional cativa em Caetité (séculos XVIII e XIX) e Rio de Contas (século XIX), apresentada por Neves (2008) e Almeida (2012), respectivamente, podemos sugerir que os escravizados do Campo Seco eram cativos nascidos no Brasil.

No estudo realizado com base em inventários *post mortem* em Caetité, Neves (2008, p. 277) identificou, dos 522 escravos localizados na documentação, 76% como brasileiros e 12% oriundos da África, conforme os dados tabulados na tabela 5 abaixo.

Tabela 5 – Origem, cor e gênero dos escravos 1768-1883.

Origem/cor	Homens	Mulheres	Não identificados	Total
Africanos	53	11	-	64
Angolas	21	3	-	24
Minas	6	1	-	7
Benguelas	4	-	-	4
Hauçáis	2	-	-	2
Nagôs	2	-	-	2
Congos	1	-	-	1
Rebolos	1	-	-	1
Africanos (sem ident.)	16	7	-	23
Brasileiros	206	186	3	395
Crioulos	113	103	1	217
Cabras	52	55	1	108
Mulatos	23	16	1	40
Pardos	16	12	-	28

Mestiços	2	-	-	2
Sem identificação	34	27	2	63
Não declarados	25	23	2	50
Pretos	9	4	-	13
TOTAL	293	224	5	522

Fonte: Neves (2008, p. 77)

Em Rio de Contas, Almeida (2012, p. 104-105), para o período compreendido entre 1800 e 1850, mapeou o padrão demográfico dos cativos, destacando que 70% do total dessa população, nas primeiras décadas do século XIX, nasceram no Brasil, tendo uma pequena oscilação apenas na década de 1820, quando os cativos africanos alcançaram a marca de 46% da população, conforme podemos observar na tabela a seguir.

Tabela 6 – Origem, nação, cor e sexo da população cativa em Rio de Contas, 1800-1850.

Origem	Homem N	%	Mulher N	%	Total N	% do Grupo	% do Total
África Ocidental							
Mina	48	5,6	30	4,8	78	22,6	5,3
Calabar	19	2,2	18	2,9	37	10,7	2,5
Huassá	25	2,9	8	1,3	33	9,6	2,2
Nagô	19	2,2	4	0,6	23	6,6	1,6
Tapa	2	0,2			2	0,6	0,1
Benin	1	0,1	1	0,2	2	0,6	0,1
Jeje			1	0,2	1	0,3	0,1
África Centro-Ocidental							
Angola	64	7,5	22	3,5	86	24,9	5,8
Congo	11	1,3			11	3,2	0,7
Cabinda	6	0,7	1	0,2	7	2,0	0,5
Benguela	5	0,6			5	1,4	0,3
Monjolo	3	0,4			3	0,9	0,2
Cassange	1	0,1			1	0,3	0,1
África Oriental							
Moçambique	2	0,2			2	0,6	0,1
Não identificado	36	4,2	18	2,9	54	15,7	3,7
Total África	242	28,2	103	16,6	345	100	23,3
Brasil							
Crioulos	340	39,7	259	41,8	599	57,8	40,6
Cabras	134	15,6	103	16,6	237	22,9	16,1
Pardos	44	4,7	56	9,0	100	9,7	6,8
Mulatos	36	4,2	52	8,4	88	8,5	6,0

Mestiços	5	0,6	6	1,0	11	1,1	0,7
Total Brasil	559	65,2	476	76,8	1035	100	70,1
Sem informação	56	6,6	41	6,6	97		6,6
Total geral	857	100	620	100	1047		100

Fonte: Almeida (2012, p.105)

Os dados apresentados por Neves (2008) e Almeida (2012) nas tabelas 5 e 6 são diversificados, no entanto, destacaremos aqui algumas nuances que julgamos importante para o nosso estudo. O primeiro aspecto que enfatizaremos é o fato de os senhores da região de Caetité e Rio de Contas não dependerem exclusivamente do comércio de escravos, fator que justifica a proporção de escravos de origem africana na região ser menor que os de origem brasileira. Outro elemento importante aludido por Almeida (2012, p.108), para justificar o predomínio de cativos brasileiros, nesse período, relaciona-se com a mudança do cenário econômico pela qual passou a região. Explica que, com a crise do ouro e a diversificação das atividades com a agricultura e a pecuária, que reduziram o lucro dos senhores, não era possível a renovação das escravarias com cativos oriundos da África.

Apesar de serem muito interessantes os dados sobre os cativos oriundos da África, centraremos a análise nas informações da categoria cor da população nascida em Caetité e Rio de Contas. Almeida (2012, p. 113) inicia a discussão explicando que “No Brasil, além da origem e nação, a cor foi outro critério utilizado para classificar o escravo. Enquanto o termo *preto* indicava o natural da África, a expressão *crioulo* era utilizada para o preto nascido no Brasil.” Ainda sobre designações para cativos descendentes de africanos, Almeida (2012, p. 114) menciona os termos *cabra*, *pardo*, *mulato* e *mestiços*, especificando tais nomenclaturas com base no Dicionário da língua portuguesa, de Antonio de Moraes e Silva, da seguinte maneira:

[...] **cabra** era “o filho ou filha, de pai mulato e mãe preta, ou às avessa”; **pardo** era a pessoa “de cor entre o branco e o preto, como a do pardal”. Já **mulato** era atribuído ao filho, ou filha de preto com branca, ou às avessa, ou de mulato com branca”; e os **mestiços** eram o “filho do europeu com índia, de branco com mulata”. (ALMEIDA, 2012, p.114)²⁰

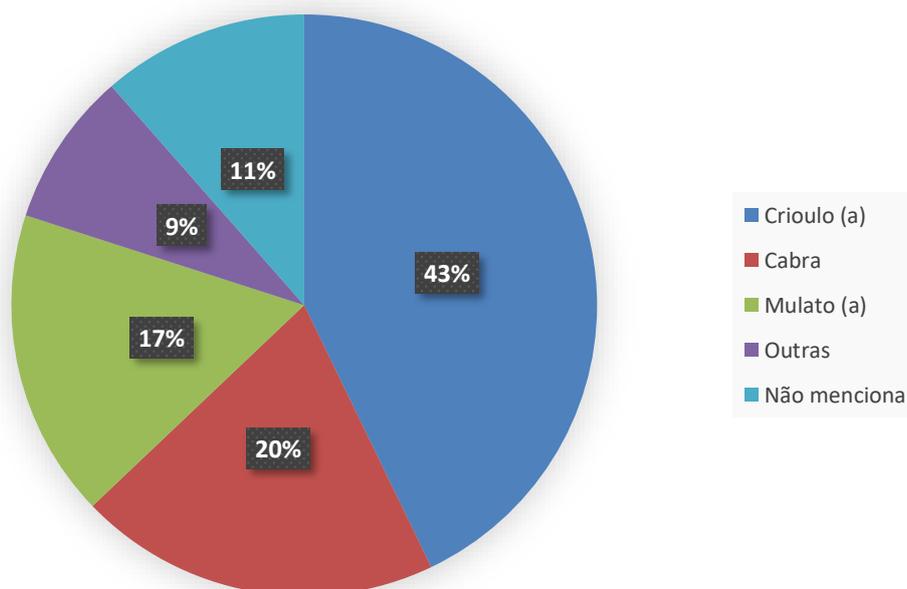
As designações, para os cativos nascidos no Brasil, em Caetité e Rio de Contas, localizadas na documentação explorada por Neves (2008) e Almeida (2012), coincidem com as nomenclaturas usadas por Pinheiro Pinto ao se referir aos escravizados do Campo

²⁰ Grifos nossos.

Seco. Na documentação de Caetité estudada por Neves (2008, p. 277), os *crioulos* aparecem no topo da lista, seguidos pelos *cabras*, *mulatos*, *pardos* e *mestiços*. De igual modo, na documentação estudada por Almeida (2012, p.114), “os crioulos representavam mais da metade, com 57,8%; os cabras formavam o segundo grupo mais representativo, com 22,9%, seguidos de pardos (9,7%), mulatos (8,5%) e mestiços (1,1%)”.

No *Livro de Razão*, na pequena parcela identificada na fazenda de Pinheiro Pinto, os cativos estão representados da seguinte forma:

Gráfico 2 – Designações usadas para identificar os negros no Campo Seco.

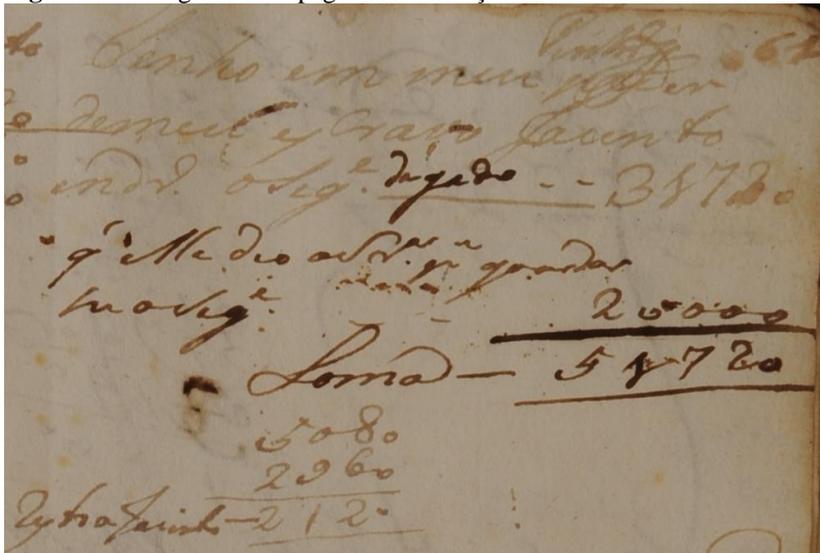


Fonte: Produzido pelo autor com base nas anotações do Livro de Razão

Apesar de ser uma comparação assimétrica, visto que os dados apresentados por Neves (2008) e Almeida (2012) são oriundos de um conjunto de fontes mais numeroso, as designações usadas por Pinheiro Pinto representam um microcosmo da situação da região, na fazenda em Bom Jesus dos Meiras, onde os *crioulos* constituem quase a metade do contingente localizado, com 43%, e o segundo grupo, também como ocorreu em Rio de Contas e Caetité, representado por 20% da designação *cabra*. A diferença reside na ausência do termo *pardo*, no *Livro de Razão*, e o grupo formado pelos *mulatos* na terceira posição, com 17.

Outros aspectos mencionados nos escritos de Antônio Pinheiro fazem referência a transações comerciais com os escravos. É muito comum encontrar registros como os que são apresentados a seguir.

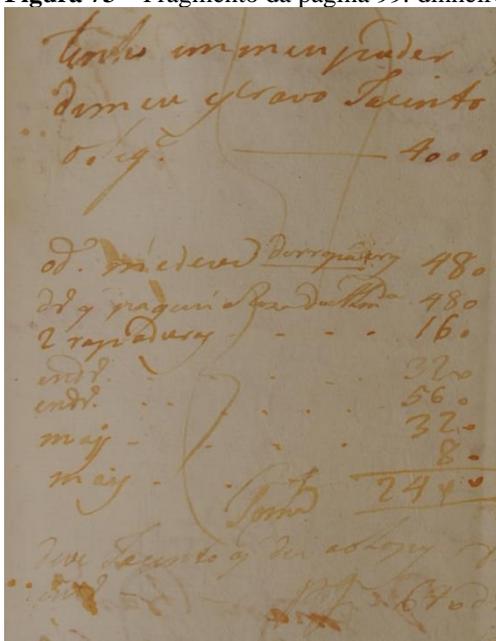
Figura 72 – Fragmento da página 61: anotações de contas do escravo Jacinto



Tenho em meu poder	
demeu es cravo Jacinto	
endinheiro o seguinte do gado --	31720
que elle deo a Senhora para goardar	
he o seguinte:	<u>20000</u>
	Soma <u>51720</u>
	5080
	<u>2960</u>
<u>Resta Jacinto</u>	<u>2120</u>

Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Figura 73 – Fragmento da página 99: dinheiro e outras dívidas do escravo Jacinto



5	tenho em meu poder	
	domeu escravo Jacinto	
	o seguinte	<u>4000</u>
	odito medeve <u>derrapaduras</u>	480
10	dinheiro que paguei o Roxa do Almeida	480
	2 rapaduras	160
	endinheiro	320
	endinheiro	560
	mais	320
15	mais	<u>80</u>
	Soma	<u>2400</u>
	Deve Jacinto que dei ao Lopes	
	endinheiro	pago 640

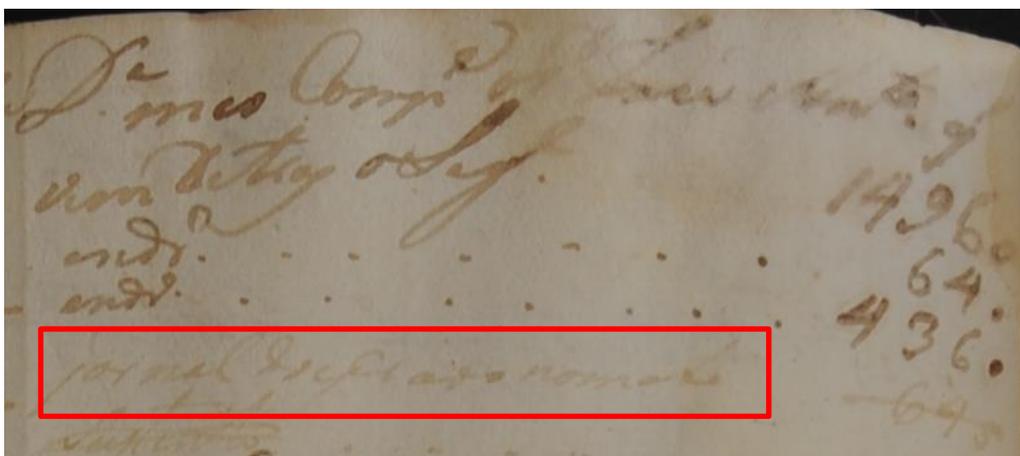
Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Nas figuras 72 e 73, seguidas da edição, percebemos que Pinheiro Pinto estabeleceu negócios com o escravo Jacinto. Verificamos, na imagem 72, que o escravo entrega certa quantia ao seu senhor para que seja guardada. Na imagem 73, notamos que o escravo gasta boa parte do dinheiro guardado, pois fez dívida com o senhor. Santos Filho (2012, p.122) caracteriza o escravo Jacinto como “um negro esperto e diligente” que, mesmo tendo gastado muito do dinheiro, conseguiu a sua liberdade, conforme podemos ler na página 104 (volume 2, p. 534), linha 31 do Livro de Razão “dinheiro daliberdade deJacinto 80\$000”.

Outros negros aparecem mencionados por Pinheiro Pinto, no *Livro de Razão*, como devedores. Por exemplo, na página 22 (volume 2, p. 374), linha 25, o crioulo Antonio tem uma dívida no valor de 500 reis pela compra de pólvora, “Deve o crioulo Antonio depolvora _____ \$500”. De igual modo, encontramos, na página 26 (volume 2, p. 382), linha 11, a dívida de 640 reis que foi paga por Anna crioula “Deve Anna Crioula dos taxas ----- pago 640”. Para Santos Filho (2012, p. 123), essas anotações revelam que o segundo senhor do Campo Seco permitiu que alguns escravos realizassem atividades remuneradas em benefício próprio.

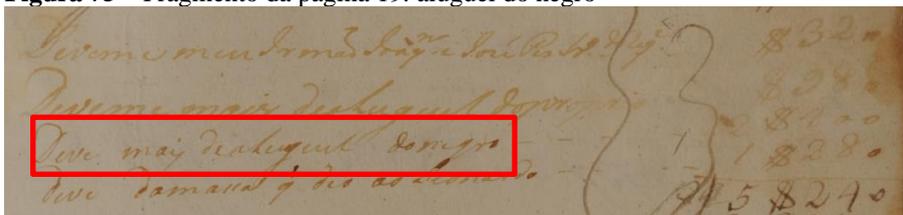
O aluguel de escravos, conforme lemos no *Livro de Razão*, foi uma prática comum no Campo Seco, durante a administração de Pinheiro Pinto. Semelhante ao “negro de ganho” das cidades, na fazenda, em Bom Jesus dos Meiras, os parentes e fazendeiros vizinhos utilizavam a mão de obra remunerada daqueles cativos, como observaremos nos exemplos a seguir.

Figura 74 – Fragmento da página 90: Jornal do escravo no mato



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

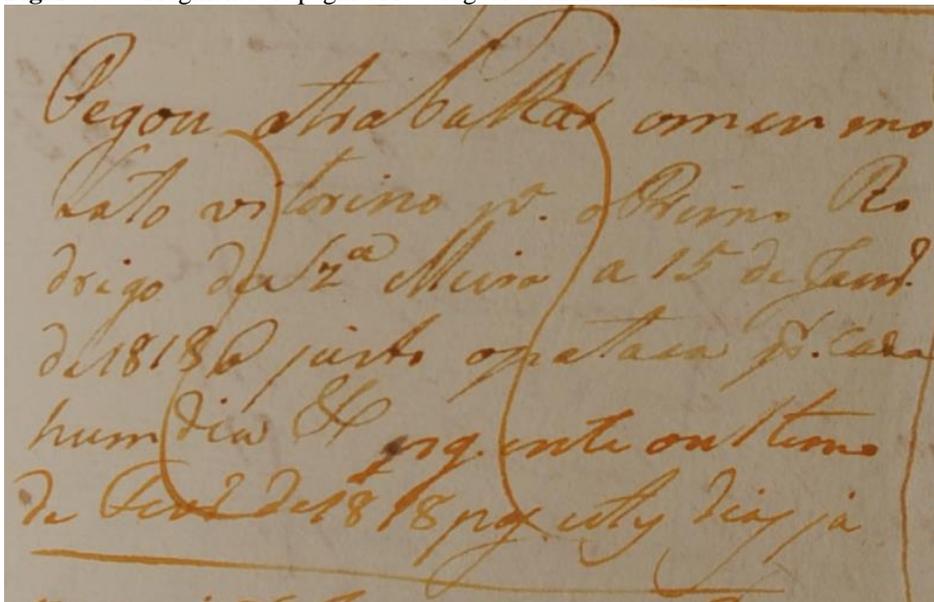
Figura 75 – Fragmento da página 19: aluguel do negro



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Na figura 74, o compadre José Antônio tem registrado, entre as diversas dívidas, o valor da jornada do trabalho realizado pelo escravo que Pinheiro Pinto o alugou. Pinheiro Pinto também anota a dívida que o irmão, Joaquim José Pinheiro, adquiriu ao alugar um negro e dar um moço a Leonardo. Em alguns casos, o negro era alugado por um tempo maior. Localizamos o caso do mulato Vitorino que foi alugado por Rodrigo de Souza Meira, primo de Antônio Pinheiro, por mais de um mês, como se evidencia na imagem a seguir.

Figura 76 – Fragmento da página 117: aluguel do mulato Vitorino



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

A prática de compra e venda de negros também está registrada no *Livro de Razão*. Na página 119, Antônio Pinheiro faz o lançamento da encomenda de um negro na mão de seu compadre Antônio de Souza. Ele faz os registros do valor total do escravo e do que já tinha pagado, informando quanto ainda restava da dívida, conforme a imagem a seguir.

Figura 77 – Fragmento da página 119: compra de um negro

Comprei hum negro novo
adquirido de Antonio de
Souza & Cia - 450 \$000
Um boi ad. - 8 \$000
Zyto - 42 \$000
Um boi maior ind. - 2 \$000
Dito - 420 \$000

Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Mais adiante, no fólho 123v, encontramos novo assentamento de Pinheiro Pinto sobre o resultado da compra de outro escravo. O segundo senhor do Campo Seco informa que recebeu o negro, mas afirma que não ficaria com ele, pois o capitão Antônio Teixeira de Freitas Barbosa teria lhe enviado um crioulo palheta (negro nascido no Brasil e com fama de “fujão”), quando, na verdade, tinha encomendado um moleque da costa novo (Costa da África), segundo Santos Filho (2012, p. 119), (cf. figura 78).

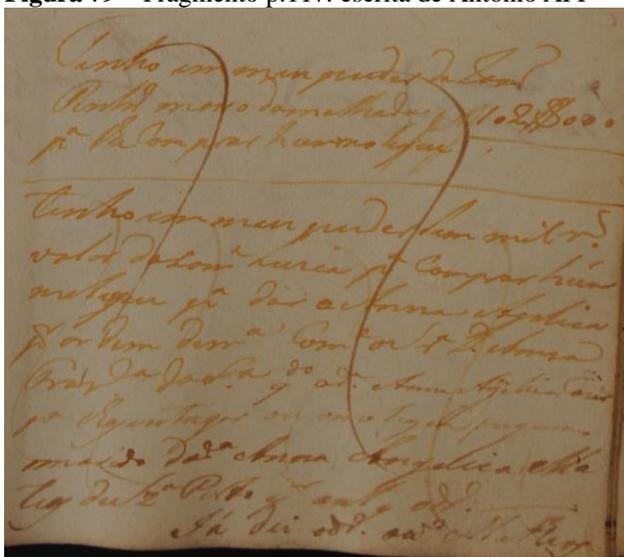
Figura 78 – Fragmento da página 123v: devolução do escravo

Um negro q' adquirei em An. Curo
de Freitas Barbosa mandada
meu filho comella p'q. em Comandij
moleque da costa novo, e lhe mandei
dado crioulo palheta p'q. o fia
p' conta do d. Curo. logo o primeiro
de 76. de 1819
Pinheiro Pinto

Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Ainda sobre a comercialização de escravizados na fazenda de Pinheiro Pinto, Santos Filho (2012, p. 119) menciona outras transações nas quais o segundo senhor aparece como intermediário na compra de negros para terceiros. Vejamos, a seguir, alguns exemplos dessa prática, extraídos do *Livro de Razão*, que mostram João, da fazenda Malhada, a comadre Luzia e Ana Quitéria, irmã de Pinheiro, como a outra parte envolvida no comércio de negros.

Figura 79 – Fragmento p.117: escrita de Antônio APP

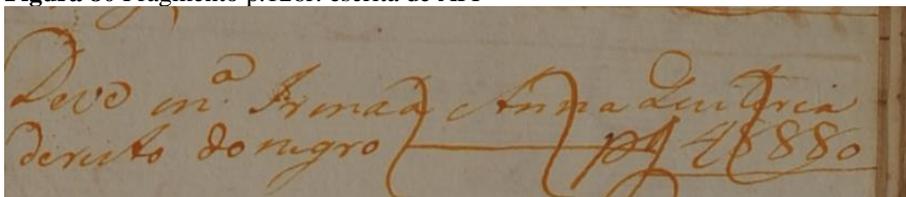


Tenho em meu poder do Joaõ
Pinheiro mosso damalhada pagó 102\$000
para lhe comprar hummo leque

tenho em meu poder Sem milreis
valor dacomadre Luzia para comprar hum
moleque para dar a Anna Angelica
por or dem deminha comadre aSenhora
[Dona Anna
Francisca daSilva quando adita Anna
A<↑n>gelica cazar
para lhes entregar ou omo leque pequeno
marido dadita Anna Angelica Ma
tias deSouza Porto [inint.] odinheiro _____
Já dei odinheiro aodito Mathias

Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Figura 80 Fragmento p.126r: escrita de APP



Devo minha Irmaã Anna Quitéria
deresto fo negro _____ page 48880

Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

No que se refere à alforria e liberdade, Antônio Pinheiro realizou outros lançamentos em seu livro contábil, que nos conduziram a ver como a tal questão acontecia na região. Almeida (2012, p. 62), ao abordar o assunto, no século XIX, afirma que a alforria, em Rio de Contas, era executada de duas maneiras, a saber: onerosa ou gratuita. Esclarece a autora que a alforria sem ônus, geralmente, ocorria com certas condições, como, por exemplo, após a morte do senhor ou prestação de serviço pelo escravo. Já a

alforria onerosa só era possível através do pagamento, sobretudo, em dinheiro ou podia ser realizada com mercadorias, como predominou na primeira metade do século XIX.

Das formas de pagamento de alforria, em Rio de Contas, especificamente no período entre 1800 e 1850, mapeadas por Almeida (2012, p. 64), sintetizamos, abaixo, quatro que dialogam com situações similares no Campo Seco. São as seguintes:

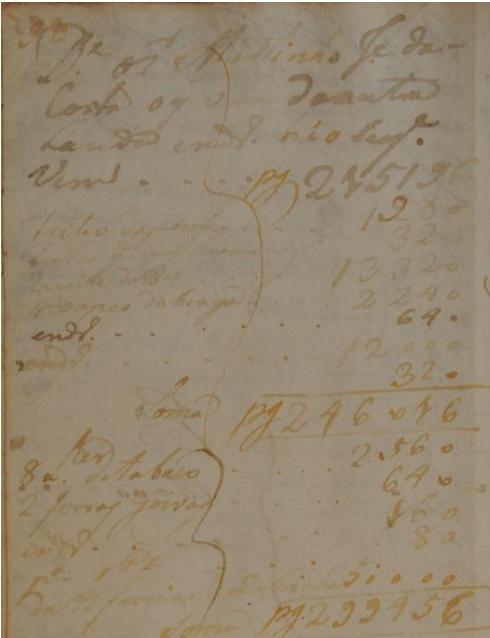
Quadro 19 – Formas de pagamento de alforria em rio de Contas

Formas de pagamento	Especificação
Dinheiro	Pagamento apenas em dinheiro.
Dinheiro/Obrigação	O pagamento era feito em dinheiro, mas de forma parcelada ou o pagamento foi ajustado em dinheiro, em forma de uma obrigação a ser quitada futuramente.
Dinheiro/Espécie	Pagamento feito em dinheiro e espécie como algodão, gado ou outro escravo.
Espécie	Pagamento feito em espécie como ouro, algodão, gado etc.

Fonte: Produzido pelo autor a partir de Almeida (2012, p.64)

A leitura dos escritos de Pinheiro Pinto, na página 92, do *Livro de Razão*, revela, entre as dívidas de Martinho José da Costa, um valor de 50000 contos de reis, pela alforria de “um cabrinha”, conforme observamos abaixo, na figura 81. Percebemos, neste caso, que Martinho José, certamente, parcelou o pagamento, que estava anotado para quitação posterior, fato que pode ser enquadrado na forma de pagamento dinheiro, descrita no quadro 19.

Figura 81 – Fragmento da página 92: compra de alforria dinheiro

	<p>Deve o senhor Martinho Joze da- Costa o que vem daoutra Lauda endinheiro hé o seguinte</p> <p>5 vem pago 215196 feito das camisas 1980 feito [ilegível] 320 Receita da Barra 13320 1 xapeo debraga 2240</p> <p>10 endinheiro 640 endinheiro 12000 320</p> <p>Soma pago 246016</p> <p>8 Libras de tabaco 2560 15 2 ferros goivos 640 endinheiro 160 para o Padre 80 da Alforria docabrinha 50000</p> <p>Soma pago 299456</p>
---	--

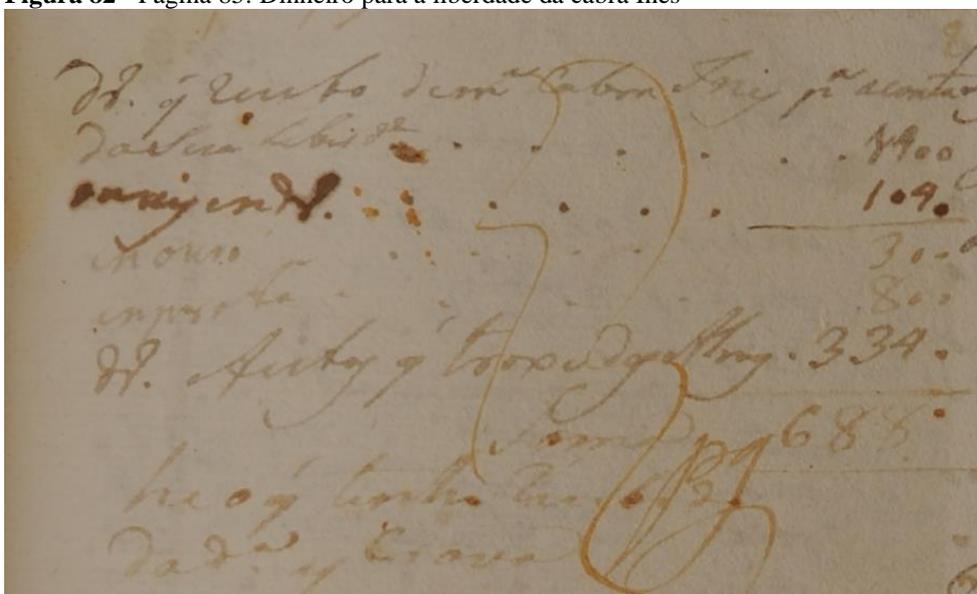
Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Há outro caso, no *Livro de Razão*, dessa prática, quando Antônio Pinheiro anota, na página 97 (cf. volume 2, p. 520), o dinheiro que recebeu de sua comadre Luzia para comprar a liberdade de um moleque, um claro exemplo de compra de alforria para terceiro.

Entretanto, há casos nos quais os escravizados aparecem juntando dinheiro para comprar sua própria alforria, como o exemplo do escravo Jacinto já mencionado. Em Rio de Contas, pelo que se lê em Almeida (2012, p. 65), “Os escravos pagavam por sua liberdade com um pecúlio”, isto é, com economias guardadas para uma eventualidade futura. A discussão em pauta, nesse contexto, é saber como conseguiam dinheiro. Sobre o tema, Almeida (2012, p. 43-49) informa que identificar a ocupação desempenhada pelos escravos é crucial para compreender como eles obtinham os recursos para compor a poupança e pagar pela liberdade. Diz a autora que os escravos de Rio de Contas exerciam atividades em diferentes setores da economia, como artesãos, tropeiros, sapateiros, alfaiates, costureiras, serviços de casa etc.

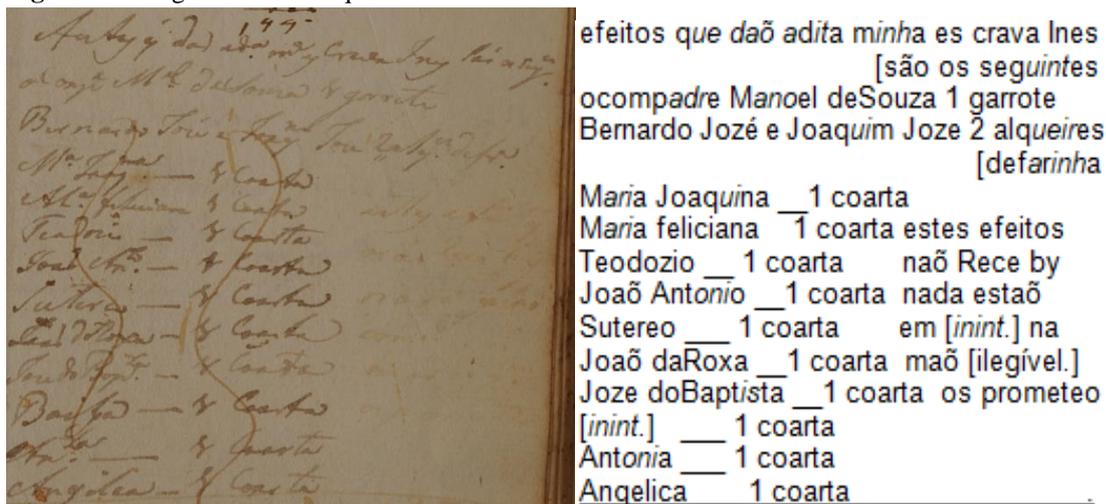
Na fazenda do Campo Seco, pelos assentamentos de Pinheiro Pinto, identificamos, como já mencionamos, alguns escravos desempenhando funções remuneradas, fato que justifica a fonte para a compra da tão sonhada liberdade. Porém, nem sempre o pecúlio obtido era a garantia da alforria. Um caso registrado no *Livro de Razão* merece ênfase. Trata-se da escrava Inês que entregou a Antônio Pinheiro Pinto dinheiro, ouro, prata e feitos (garrote e farinha) que obteve, certamente, por serviços realizados, conforme figuras 82 e 83.

Figura 82 - Página 85: Dinheiro para a liberdade da cabra Inês



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Figura 83 – Página 85: Feitos que deram à escrava Inês



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Notamos que a forma utilizada pela escrava Inês para a compra de sua liberdade enquadra-se no modelo de pagamento dinheiro/espécie mapeado por Almeida (2012) para a região de Rio de Contas. No entanto, a negociação estabelecida entre a escrava e o seu senhor parece que não obteve sucesso. Localizamos, na página 85, figura 83, um registro, cuja leitura foi dificultada pelo desgaste da tinta, com a seguinte informação “estes efeitos não Rece by nada estaõ em [inint] na maõ [ilegível] os prometeo”. Apesar de haver trechos em que não foi possível a leitura, fica evidente que a escrava não recebeu os pagamentos prometidos, fato que a obrigou a continuar juntando dinheiro para a alforria, como lemos no trecho da página 108 do *Livro de Razão* “Receby deminha cabra Ines para goardar 2000”.

4.2.1.4 Indicadores sociais no Alto Sertão

A fazenda do Campo Seco desenvolveu-se como importante área comercial no sertão baiano oitocentista. Basta uma leitura atenta nos escritos do *Livro de Razão* para percebermos que havia uma relação de dependência estabelecida entre os trabalhadores assalariados e o fazendeiro, além das transações com outros fazendeiros da região e da capital da província. Para entendermos como esse processo foi constituído, é necessário lembrar-se do repovoamento da região que, segundo Neves (2008, p. 262), deu origem a um pequeno comércio regional, ainda no século XVIII, para o autoabastecimento, devido à grande distância de Salvador. Nesse contexto, diz ainda o autor que o desenvolvimento da

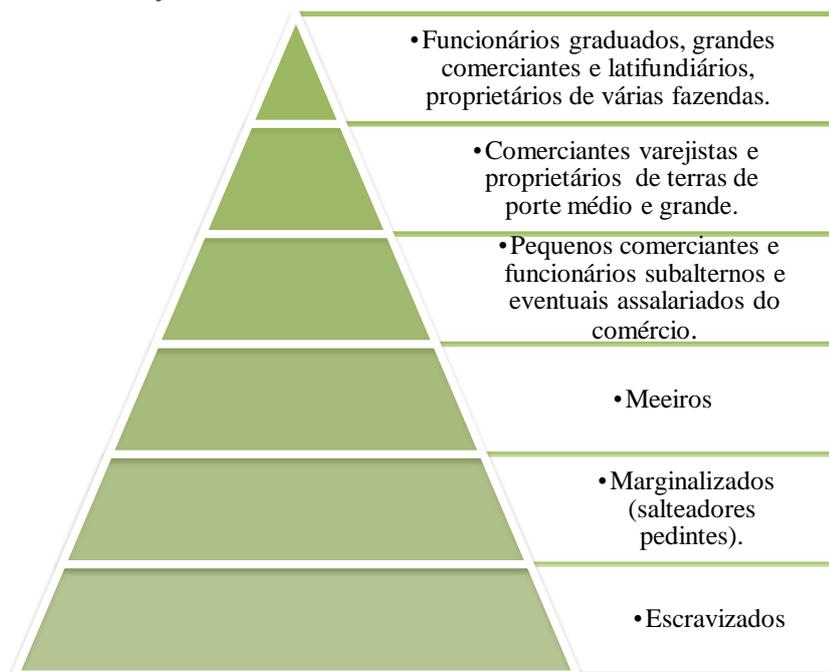
escravidão articulada com a meação e o crescimento da população livre garantiu aos senhores de engenho mão de obra para as mais diversas funções necessárias às atividades relacionadas à agricultura e pecuária.

Quanto ao desenvolvimento social do Alto Sertão da Bahia, vale a leitura da afirmação de Almeida (2012, p. 52) para Caetité e Rio de Contas, eixos diatópicos de nossa pesquisa.

O município de Rio de Contas era, em alguma medida, semelhante ao de Caetité, que se desenvolveu, em grande parte, com ex-mineradores empobrecidos pela decadência das minas, que passaram a arrendar pequenos lotes de terras [...]. Ao longo do tempo as propriedades maiores se dividiam por sucessão hereditária, fracionando-se as propriedades e os titulares, e, por outro lado, por meio da comercialização, outros proprietários também adquiriam e concentravam a propriedade de terra [...]. Entretanto, as pequenas propriedades também eram intercaladas, em menor número, pelas médias e grandes propriedades onde concentrava a maior parte dos escravos do município [...]. Em Rio de Contas, tal como Caetité, houve um grande número dos pequenos proprietários [...]. Contudo esses escravistas possuíam menos escravos que seus pares abastados. (ALMEIDA, 2012, p. 52)

Apresenta-nos Almeida (2012) alguns elementos essenciais para se mensurar os indicadores sociais na região aqui estudada. Primeiro, a existência de pessoas que, em busca do ouro, viram-se obrigadas a trabalhar em pequenos lotes de terras arrendadas para sobreviver e, automaticamente, estabeleciam uma relação de dependência com os grandes proprietários, movimentando, em muitos casos, o comércio local, ao dependerem de alimentos como carne seca, farinha, sal etc. O segundo elemento é o processo de divisão de terras que acontecia em virtude da sucessão hereditária, dando origem a um grande número de pequenos proprietários. Essa fragmentação de terras por sucessão hereditária aconteceu no Campo Seco, mas como era muito comum o casamento entre primos, essas propriedades voltavam a se unir, formando grandes extensões com a maior parte da concentração de escravos.

Nesse contexto, vislumbramos, na região, além dos escravos e dos trabalhadores livres, base da pirâmide social, grandes, médios e pequenos proprietários de terras em uma teia de dependência socioeconômica. Contudo, lembra-nos Neves (2012, p.94) que “a estratificação social do Alto Sertão da Bahia, durante a colonização portuguesa, não se limitava apenas a senhores e escravos”. Para o autor, a distribuição social da população organizava-se, “da base escravista ao vértice oligárquico”, conforme a representação a seguir.

Gráfico 3 – Estratificação social no Alto Sertão da Bahia – Séculos XVIII e XIX.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Neves (2012, p. 94-95)

Antônio Pinheiro Pinto, de acordo com Santos Filho (2012, p. 117), encontrava-se entre os grandes senhores de escravo, com cerca de 80 a 100 indivíduos e as anotações dele, no Livro de Razão, revelam uma teia de relações econômicas existentes no Campo Seco, por meio da circulação, na fazenda, de indivíduos oriundos de diversos grupos sociais, atuando em diferentes setores. Esse quadro indica que o segundo senhor desempenhou um importante papel na economia local, através de seu armazém e demais atividades comerciais desenvolvidas em sua fazenda, que fornecia, por exemplo, alimentação para os tropeiros e comercializava algodão para diversas partes da província. Há de se mencionar ainda a construção do sobrado que demandou a contratação de mão de obra. O quadro a seguir identifica os perfis profissionais remunerados que trabalharam na fazenda do Campo Seco.

Quadro 20 – Perfis profissionais atuantes no Campo Seco

Profissões	Profissionais do Campo Seco	Localização no Livro de Razão
Canteiro	Domingos Pereira	(p.103, l.2 e 3)
Capitão do mato	Não menciona o nome	(p.94,14; 105, 13,7,11)
Carpinteiro	Martinho José da Costa	(p.91, l.32 a 37; p.93, l.31 e 32)
Ciência	Desenhista	(p.99, l.15)
Feitor	Manoel Alves Vianna Manoel Martins Viana Manoel Matias Francisco Antônio - Italiano	(Folha de guarda, l.8 a 10; p.52. l.2,4; p.63, l.15; p.89, l.12)

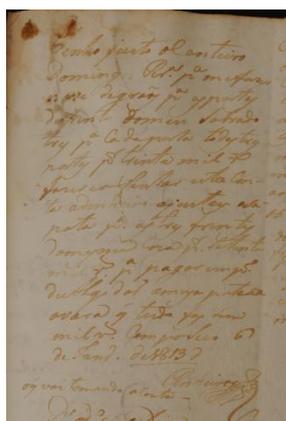
Ferreiro	Vitorino Marques Tomas Rocha Ignacio Vieira Jerônimo	(Folha de guarda, l.13 p.38, l.1; p.46, l.1; p.60, l.1)
Letrado/ advogado	Luis	(193r, l.6)
Marceneiro	Francisco Rocha Manoel Matias	(p.43, l.22 e 23; p.93, l.3)
Oleiro	Mestre Ignacio Lopes	(p.43, l.20; p.70, l.13)
Pedreiro	Mestre Ignacio	(p.70, l.13)
Pintor	José Antônio Pinto	(p.103, l.1)
Professor	Ignacio Ferreira Tomas José da Costa	(p.189v, l.17)
Serrador	Antônio de Souza Manoel Rodrigue João Pereira	(p.70, l.19; p.88, l.13 e 14)
Tabelião	Luis	(193r, l.6)
Tirador	José Antônio	(p.90, l.13)

Fonte: Produzido pelo autor com base nas anotações do Livro de Razão

Das profissões elencadas por Antônio Pinheiro, destacamos três que chamaram a nossa atenção: canteiro, ciência, letrado.

A cantaria consiste, segundo Silva e Porto (2016, p. 190), no trabalho técnico com pedra em diferentes “formas geométricas e figurativas amplamente usadas no século XVIII, com a finalidade de ornamentar e estruturar edificações”. Pela descrição de Pinheiro Pinto, na página 103 do Livro de Razão, conforme imagem e transcrição a seguir, o canteiro que atuou no Campo Seco responsabilizou-se em fazer os degraus para a porta e assentar a sapata. Merece destaque a forma de pagamento acertada, que não foi em dinheiro, mas em pano de algodão, configurando a prática do escambo.

Figura 84 – Trecho da página 103: Profissionais que aturam no Campo Seco- o canteiro.

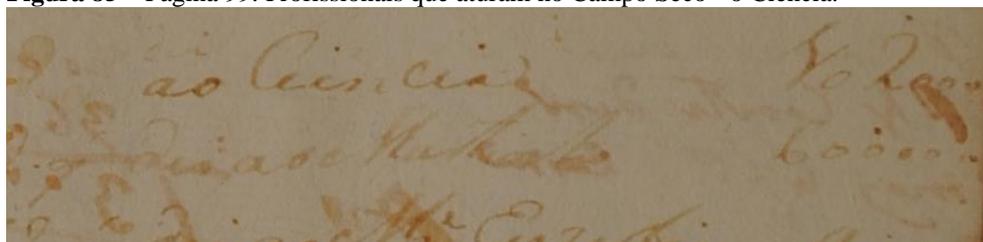


5 Tenho justo ocanteiro
Domingos Pereira para m efazer
nove degrãos para as portas
da frente domeu Sobrado
tres para ca daporta todas tres
portas por trinta mil reis
fazer eaSentar esta conta
adinheiro a justei asa
10 pata para as tres frentes
damesma caza por setenta
mil reis para pagar em pano
deAlgo daõ ameya pataca
15 avara que tudo faz sem
mil reis Cam poSeco 6
de Janeiro de 1813
Pinheiro

Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Outra profissão que merece destaque encontra-se mencionada na página 99 do Livro de Razão, como podemos ver na figura 85. Trata-se do “ciência” que, segundo Santos Filho (2012, p. 79), seria um desenhista de Minas Gerais, responsável por fazer a planta do sobrado do Campo Seco, conhecido como Francisco Antônio dos Santos. Na edição realizada, temos Francisco Antonio Borges, Francisco Antonio, afilhado de Pinheiro e Francisco Antonio, genro de Anna Gomes. O quarto Francisco Antonio localizado na edição pode ser o mestre de obra, o “ciência”, mencionado por Licurgo Santos Filho. Notamos, entre as anotações dele, valores de pagamento alto (cf imagem 85), além de várias compras realizadas no empório, anotadas em diferentes páginas, e, posteriormente, descontadas.

Figura 85 – Página 99: Profissionais que aturam no Campo Seco - o Ciência.

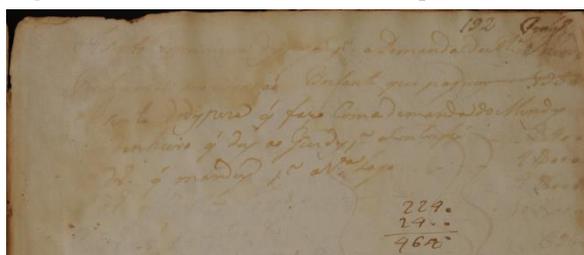


ao Cien cia	102000
que deo ao Martinho	600000
dinheiro que dei ao Mestre Euzebio	40000

Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

A última profissão destacada – letrado – é identificada pelas anotações sobre pagamento por uma procuração e, também, possíveis honorários ocasionados por uma despesa do que Pinheiro denominou de “demanda dos Mendes”. Não se sabe ao certo de que se trata tal questão, mas, certamente, estava na área judicial, pois o capitão das milícias desembolsou dinheiro para pagar um advogado.

Figura 86 - Fólio 192r: Profissionais que aturam no Campo Seco - o letrado.



Asento da primeira dispeza para a Demanda de Manoel [inint.]		
Por huma pro curaçaõ Bastante que paguey		1950
Asento da dispeza que faço com a demanda do Mendes		
Por dinheiro que dey ao Guedes para acon traf[?]	-----	\$400
5 Por dinheiro que mandey para [inint.]	-----	4\$000
Por dinheiro que dey ao Letrado	-----	4\$000
Por dinheiro que ao Letrado	-----	2240
Por dinheiro que ao Letrado	-----	2400
Por 1 a Roba decarne		4640
		10\$000
		\$960

Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Pelo que observamos até aqui, no sertão da Bahia oitocentista, circularam profissionais de diversas áreas, revelando uma prática intensa de comércio e outros serviços que movimentam a economia de um lugar. Esses dados trazem informações que ajudam não apenas a pensar na identificação dos perfis sociais que atuaram nos mais distantes lugares do Brasil rural oitocentista, como na fazenda do Campo Seco, mas também apresentam elementos para a compreensão do que significava ser senhor de terras no interior, no século XIX.

Ao analisar a atuação dos senhores de terra, no exercício da vida pública, no trabalho *Terra e poder nos sertões dos Tocós*, Rios (2014, p. 6), a partir do estudo dos Registros Eclesiásticos de Terras da Freguesia de Conceição do Coité, 1858, afirma que o senhor de terras era o responsável pelo estabelecimento de relações e também pelo desempenho de atividades que direcionavam a trajetória política e econômica da Freguesia. Nessa perspectiva, a autora esclarece o significado de ser senhor e proprietário de terras em uma Freguesia destacando quatro funções básicas que elencamos no quadro a seguir:

Quadro 21 – Papéis desempenhados pelos proprietários de terras em uma Freguesia

Papeis exercidos	Descrição
Senhor de terras e de escravos	Direcionava e controlava a produção agrícola
Negociante	Realizava empreendimentos comerciais e mantinha relações escravistas de produção
Eleitor da Freguesia	Tinha o poder de participar das decisões políticas e um prestígio que afetavam não só a esfera local, mas todo território Imperial.
Possuir patente da Guarda nacional	Significava ser detentor de um poder privado, transposto para a esfera pública, garantindo a manutenção da ordem e a reprodução das estruturas locais de poder,

Fonte: Adaptado de Rios (2014, p. 7)

Embora o quadro tenha sido elaborado com informações referentes à Freguesia de Conceição do Coité, podemos inferir que tal contexto não era diferente na região de atuação dos Pinheiro Pinto – Rio de Contas e Caetité. A análise empreendida até agora mostra que os senhores do Campo Seco, em maior ou menor grau, desempenharam os papéis acima descritos.

Miguel Lourenço de Almeida, primeiro senhor, por opção, manteve-se distante da política, mas seu título de Familiar do Santo Ofício conferiu-lhe poder e prestígio, de acordo com Santos Filho (2012). Antônio Pinheiro Pinto, o segundo senhor do Brejo do

Campo Seco, é quem melhor se enquadra em muitos desses papéis, pois foi grande senhor de terras e de escravos, exímio comerciante e possuía o título de Capitão. Além disso, suas anotações no *Livro de Razão* indicam que teve muito prestígio, pois, ao administrar a fazenda, demonstrou domínio sobre seus parentes, profissionais livres e escravizados.

Quanto a Inocêncio, o terceiro senhor, sabemos que, diferente do pai e do avô, era mais aventureiro e mais esbanjador. Ao assumir a função outrora exercida pelo pai, não manteve o armazém, além de se enveredar pela política e desavenças trágicas.

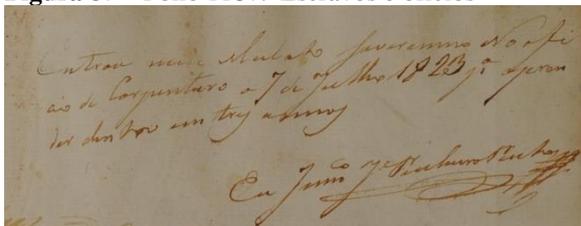
4.2.2 Inocêncio Pinheiro Pinto/Canguçu: o que revelam suas anotações

As anotações de Inocêncio Pinheiro Canguçu ocupam uma pequena parte *do Livro de Razão*. O terceiro Senhor do Campo Seco inicia, oficialmente, seus registros, no fólio 130r, em 27 de dezembro de 1822, porém é possível identificar sua produção gráfica, antes, no fólio 129v. Santos Filho (2012, p. 47) relata que, após a morte de Antônio Pinheiro, Inocêncio assumiu a direção da família e dos negócios da fazenda, dando continuidade aos negócios empreendidos pelo pai, exceto o comércio do armazém, o que pode ser o motivo de tão poucos assentamentos no Livro de assentos.

Destacam-se, entre os escritos de Inocêncio, informações referentes a alguns empréstimos, devolução de uma quantia em dinheiro à sua tia, Maria Francisca, que havia negociado a compra de uma escrava com o falecido pai de terceiro senhor, compra de animais e demarcações de terras. É também da lavra do terceiro senhor, no fólio 182v, logo abaixo do registro do dote cedido por seu pai à sua irmã Zeferina, o registro de uma dívida para posterior ajuste de contas. Inocêncio relata que, para ficar em igual parte com sua irmã, seria necessário ser ressarcido em 40\$000.

Um registro que merece destaque é o fato de o senhor colocar um cativo para aprender o ofício de carpinteiro, como se observa na figura 87.

Figura 87 – Fólio 118v: Escravos e ofícios



Entrou meu Mulato Juveranno No ofício de Carpinteiro a 7 de Julho 1823 para aprender dentro em tres annos

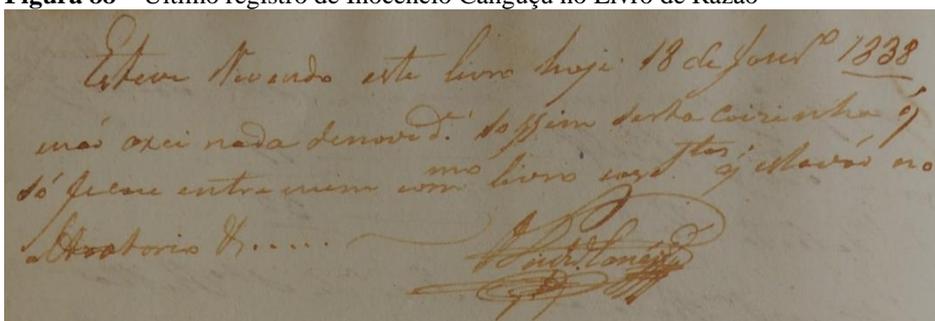
Eu Innocencio JozéPinheiro

Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Permitir que o escravizado aprendesse a profissão não significa afirmar que Inocêncio fosse generoso. Ao tratar de escravidão e trabalho manual na cultura brasileira, Cunha (2000, p. 16) afirma que “[...] sempre que podiam, os mestres faziam os escravos aprenderem ofícios para pô-los a trabalhar em suas tendas, dispensando-se a pagar salários a obreiros (livres)”. No caso do Campo Seco, como era comum o aluguel de escravos para diversos serviços, acreditamos que tal prática e o desenvolvimento da atividade na própria fazenda justificam a atitude de Inocêncio com o seu negro.

Em 18 de janeiro de 1838, o terceiro senhor escreveu, no verso do fólio 132:

Figura 88 – Último registro de Inocêncio Canguçu no Livro de Razão



[f. 132v]^{160 161}

Estive revendo este livro hoji 18 de Janeiro 1838
enaõ axei nada denovidade so ssim desta coizinha que
só ficou entre mim eomesmo livro eos Santos que eslavaõ no
oratorio [...] PinheiroCanguçu

5

e eu ainda nada vi¹⁶²

Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

O que estaria pensando o sertanejo impulsivo que foi Inocêncio é impossível saber. O que se pode fazer é conjecturar, especular sobre a “coisinha” que apenas ele e os santos do oratório souberam. Nesse ano, encerrou-se a produção gráfica de Inocêncio no *Livro de Razão*. Depois dele, apenas Miguel Joaquim de Castro Mirante, seu genro, fez uma pequena anotação sentenciando o manuscrito ao fogo. Ainda bem que não o fez.

4.3 A REFORMA POMBALINA NA COLÔNIA: BREVES NOTAS SOBRE A APLICAÇÃO E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS

Nosso objetivo aqui não é fazer um percurso detalhado da história da escolarização no Brasil, o que pretendemos é elaborar uma contextualização do tema, para que possamos entender melhor a situação da Bahia, especificamente, Bom Jesus dos Meiras, local de origem do *corpus* e dos senhores apresentados nesta tese.

Inicialmente, sabemos que a educação, no Brasil, esteve, quase que exclusivamente, aos cuidados da Companhia de Jesus, e voltava-se aos indígenas e aos filhos dos colonos, sobretudo com o ideal civilizador. Esse sistema de ensino, já no século XVII, segundo Oliveira (2006, p.36), sofreu “mudanças no que toca à população a ser por ele contemplada”, pois as escolas jesuíticas passaram a privilegiar os filhos das elites agrárias. O sistema educacional dos jesuítas vigorou no Brasil até 1759, quando o Marquês de Pombal promoveu diversas mudanças na administração, sendo a educação uma área que sofreu sérias transformações. A principal alteração foi justamente a expulsão dos jesuítas, o que ocasionou graves problemas para o Brasil, já que, nesta época, os padres tinham organizado um sistema de ensino que possuía:

36 missões, escolas de ler e escrever, em quase todas as povoações e aldeias onde se espalharam 25 residências, além de dezoito estabelecimentos de ensino secundário, entre colégios e seminários localizados na Bahia, São Vicente, Rio de Janeiro, Olinda, Espírito Santo, São Luís, Ilhéus, Recife, Paraíba, Santos, Pará, Colônia do Sacramento, Florianópolis (Desterro), Paranaguá, Porto Seguro, Fortaleza, Alcântara, Vigia. (PILETTI; PILETTI, 2002, p. 135).

Substituir esse sistema organizacional não era tarefa simples, entretanto, como medida imediata o Marquês, por meio do Alvará Régio de 28 de junho de 1759, instituiu as chamadas aulas régias, que eram praticadas por professores leigos e mal preparados, de forma fragmentada, como mostra Chagas (1982):

Cada aula régia constituía uma unidade de ensino, com professor único, instalada para determinada disciplina. Era autônoma e isolada, pois não se articulava com outra e nem pertencia a qualquer escola. Não havia currículo, no sentido de um conjunto de estudos ordenados e hierarquizados, nem a duração prefixada se condicionava ao desenvolvimento de qualquer matéria. (CHAGAS, 1982, p. 9)

Vale destacar, porém, que a nova legislação não foi implantada de forma homogênea no país, além de apresentar lacunas quanto à sua imediata aplicação. Destaque-se ainda o fato de muitas ordens religiosas, em algumas partes do Brasil, como São Paulo,

Rio de Janeiro e Pernambuco, manterem as aulas em suas instituições (FONSECA, 2009, p. 49-62). O governo, diante desse contexto, teve muita dificuldade em substituir as aulas ministradas pelos jesuítas, o que o levou a conviver, em boa parte do tempo, com outros religiosos exercendo o ensino na colônia. Sobre essa questão, Fonseca (2009, p. 62) comenta:

Mesmo havendo orientações restritivas à atuação educacional dos religiosos, em diversas situações a administração dos estudos teve que aceitar a manutenção dos mestres dessas ordens, como única opção para garantir o funcionamento das aulas, tanto de primeiras letras como, e sobretudo, de gramática latina. Embora contrariado e pressionado pela falta de professores – desestimulados pelas indefinições quanto ao estatuto da carreira, aos ordenados que seriam pagos, e quanto às dificuldades para abertura e manutenção das aulas – D. Tomás de Almeida, o Diretor Geral dos Estudos, nomeado por D. José I, reconhecia que os interessados em estudar procuravam os padres regulares, e alertava os governadores das capitanias para que fizessem o possível para atrair os mestres leigos. Caso aquela situação se apresentasse inevitável, fossem rigorosos no controle das atividades dos padres mestres, submetendo-os, assim como os leigos, aos exames de ingresso na carreira, e que os bispos também cuidassem da obediência a esse princípio legal. (FONSECA, 2009, p. 62)

O trecho anterior revela as fragilidades da legislação pombalina, uma vez que a falta de perspectiva de estabilidade para o professor, a incerteza do pagamento, além da dificuldade para abertura e manutenção das aulas, dificultaram ainda mais a instalação desse novo sistema educacional na colônia. Por essas razões, só a partir da lei de 6 de novembro de 1772 que “efetivamente se estabeleceram no Rio de Janeiro e nas principais cidades do Brasil, as Aulas Régias” (CARDOSO, 1999, p. 107). Para solucionar a questão, a referida lei também criou o subsídio literário por meio da Carta Régia. Esse recurso serviria para o pagamento dos professores e tinha sua origem em impostos cobrados sobre produtos como aguardente, vinho e carne.

Para termos uma breve noção de como a reforma educacional de Pombal foi executada no Brasil, apresentamos, no quadro a seguir, uma síntese de sua aplicação nas capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco, a partir dos dados coletados por Fonseca (2009, p. 53-61)

Quadro 22 – Aplicação da Reforma Pombalina em algumas Capitanias do Brasil

Capitanias	Fontes	Situação
São Paulo (1759-1801)	Fragoso (1972)	Ocorreu um processo profundamente marcado pela presença de ordens religiosas.
Rio de Janeiro	Cardoso (2002)	Observou-se uma movimentação mais evidente das autoridades civis e religiosas sobre as reformas e o processo de implantação e funcionamento do sistema de aulas régias, por ser o Rio de Janeiro sede do Vice-Reinado (1808-1821).

Mato Grosso (1714-1864)	Alves (1984)	Constatou a implantação tardia das aulas régias na capitania, uma vez que só foi considerada a instrução inscrita no âmbito da reforma pombalina, além de algumas características de arrecadação do subsídio literário e esparsas indicações sobre as atividades dos professores régios.
Bahia	Silva (2006)	A implantação inicial foi limitada a poucas localidades, Salvador e Cachoeira, estendendo-se, acanhadamente, por outros anos seguintes. Teve forte influência das ordens religiosas com a importante participação de sacerdotes na concorrência e ocupação das cadeiras que foram criadas a partir de 1759.
Minas Gerais	Carrato (1968) Silva (2004)	Os autores apresentaram as falhas no sistema de financiamento da educação na Capitania de Minas Gerais, decorrentes tanto da situação econômica local como dos problemas e deformações verificados na arrecadação e distribuição dos recursos do subsídio literário.
Pernambuco	Silva (2008)	Houve uma difícil relação entre os professores régios e o grau de interferência que as relações políticas entre os poderes secular e eclesiástico tinha na configuração desse quadro profissional.

Fonte: Produzido a partir da leitura de Fonseca (2009, p. 53-61)

Além dos problemas já mencionados, explica Cardoso (1999, p. 107) que a oferta educacional preconizada pelo Estado português não era destinada a todos. Para a autora, o acesso ao conhecimento da leitura, escrita e contas mantinha o caráter discriminatório e excludente existente na legislação de 1759. Essa e outras razões apontam a Reforma pombalina, para alguns autores, como o início da decadência do ensino público no país. Barbosa (1999, p. 64-73), ao tratar do ensino no Brasil, no século XVIII, salienta que a baixa remuneração dada aos professores, as tensões entre o ensino eclesiástico e laico, a não obrigatoriedade da presença nas aulas de alguns segmentos sociais, como os militares, além de querelas pessoais, foram motivos apresentados, em uma carta enviada à metrópole, em 1793, por dois professores, João Marques Pinto e Manoel Ignácio da Silva Alvarenga, para justificar a decadência do ensino público na cidade do Rio de Janeiro.

No caso específico da Bahia, é o português Luís dos Santos Vilhena, que veio para o Brasil, em 1787, atuar como professor de grego, que nos relata alguns detalhes através das 24 cartas escritas para amigos. Essas cartas foram editadas em 1969 com o título *A Bahia no século XVIII*. Interessa-nos aqui a Carta Oitava, dirigida ao amigo Filipono, que

trata exclusivamente da educação. O conteúdo da carta é apresentado da seguinte maneira por Vilhena (1969, p. 272):

[..] uma breve noção dos estudos na cidade da Bahia, tanto antes, e no tempo da extinção dos jesuítas, como no tempo presente; mostra-se a causa da decadência, o número das Aulas que há na cidade e Capitania, com o ordenado dos respectivos professores, fazendo ver o como é quase impossível a subsistência, principalmente dos que nada mais têm que os seus ordenados, e o mais que no breve contexto dela se verá. (VILHENA, 1969, p. 272)

A leitura atenta da introdução da carta de Vilhena mostra que os problemas na educação colonial não foram resolvidos com as medidas adotadas pelo governo português. Pelo contrário, o autor deixa clara a decadência do ensino, expondo, dentre suas causas, as dificuldades que também estavam presentes em outras partes do país: o número de aulas e a questão do pagamento dos professores. É importante destacar que os aspectos apresentados por Vilhena são posteriores à lei de 1772 que determinava o subsídio literário, o que nos faz crer que tal recurso não era recolhido adequadamente, já que Lages (2013, p. 117) comenta que os donos de alambiques e proprietários de açougues fraudavam a declaração devida, o que reduzia o imposto cobrado.

Outros problemas também são mencionados por Oliveira (2006, p. 43) ao consultar o acervo intitulado *Coleção Instrução Pública da Bahia*, pertencente ao Setor de Filologia Românica da Universidade Federal da Bahia, que possui documentos escritos ao longo do século XIX, e verificar muitos pedidos de aposentadorias, convocação de novos professores substitutos, além de aumento salarial. Para Oliveira (2006), “Seriam esses pedidos sinais de insatisfação, indignação por parte dos lentes baianos”.

O contexto apresentado mostra que o esforço da metrópole para melhorar o sistema formal de ensino do Brasil esteve restrito a uma pequena parcela da população, fator que estimulou o surgimento de outros meios de se aprender e ensinar as primeiras letras. A respeito do processo de escolarização informal, que foi responsável pela penetração da leitura e da escrita nas localidades onde o Estado não alcançou ou atuou de forma tímida, Monti (2018, p. 86) descreve que:

No que se refere à localidade, com base na Lei 6 de novembro de 1772 [...], os professores deveriam atuar, preferencialmente, nas povoações maiores, locais que atraíam um maior quantitativo de jovens, que muitas vezes abandonavam suas vilas e lugarejos para capitânicas mais urbanizadas e desenvolvidas. Sendo assim, havia outros mestres, nos interiores, que atuavam informalmente por falta de representação da coroa. E, nos grandes centros, além dos professores régios, atuavam professores particulares de ofícios. (MONTI, 2018, p. 86)

O trabalho de professores em situação de informalidade foi uma prática muito comum, principalmente, nas longínquas regiões interioranas do país, sem representação da coroa ou com atuação restrita dela. Monti (2018, p. 86) ainda comenta que parte da elite colonial, inconformada com a expulsão dos jesuítas, resistiu às determinações do Alvará de 1759, e optou por educar seus filhos através de aulas particulares ministradas por professores autônomos. O autor ensina que “Estes professores, geralmente, ministravam suas aulas nas casas dos próprios alunos ou então em lugares pelos quais eram responsáveis. Utilizam suas casas para ensinar e compravam e produziam materiais específicos para o ensino.” (MONTI, 2018, p. 86).

Esse contexto educacional, no início dos oitocentos, ainda era muito presente na sociedade, por essa razão houve, segundo Farias Filho (2010, p.144-145), indícios de uma rede de escolarização cujas “escolas”, chamadas, às vezes, de particulares, outras vezes de domésticas, atendiam um número de pessoas bem superior ao da rede pública estatal (escolas régias ou escolas públicas de primeiras letras herdadas do período colonial) e eram custeadas pelo chefe da família que contratava esses mestres.

Ao estudar a educação doméstica como uma prática da elite brasileira oitocentista, Vasconcelos (2004, p. 38-39) explica que tal prática não era uniforme e destaca que podia ser executada através de professores particulares, preceptoras e aulas domésticas. A autora explica que os professores particulares eram mestres itinerantes de primeiras letras e outros conhecimentos, que visitavam as casas ou fazendas ministrando aulas aos membros das famílias ou agregados em horários pré-definidos. O pagamento era feito pelo chefe da família ou o fazendeiro. A preceptora morava na residência da família, cuidava da educação das crianças e jovens e, em alguns casos, atuava como governanta. Quando as aulas eram ministradas no espaço da casa por um membro da família ou um padre capelão, sem custos, eram denominadas de aulas domésticas (VASCONCELOS, 2004, p. 38-39).

Além desses três modelos elencados, Vasconcelos (2004) mapeou outras formas de difusão social da leitura e da escrita que se aproximam da educação doméstica, em seus métodos e práticas, mas aconteciam em espaços diferentes, como na casa do professor (Mestre-escola) ou nos colégios particulares. O Mestre-escola era um professor que ensinava, em sua casa, em horário determinado, português, latim e outros conhecimentos a alunos de diferentes idades. O pagamento era feito pelos pais dos alunos, que podiam contratar aulas específicas. Por outro lado, os colégios particulares eram adaptados em espaços improvisados, podendo ser, muitas vezes, na casa do diretor ou do mestre, em

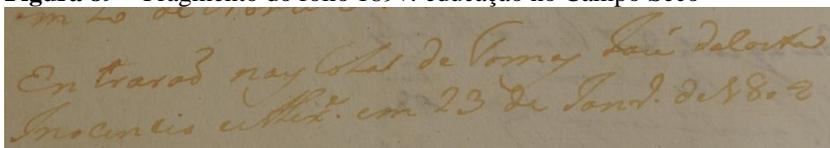
sobrados, conventos etc. Esse modelo é o que mais se aproxima da escola estatal na qual os professores são contratados pelo diretor (VASCONCELOS, 2004, p. 39-40).

4.4. DA PRODUÇÃO À CIRCULAÇÃO DO ESCRITO NO CAMPO SECO

4.4.1 A penetração da língua escrita na fazenda

O nosso ponto de partida para entender a forma como a leitura e a escrita penetraram no Campo Seco e o que tal prática pode nos revelar sobre a alfabetização na região interiorana da Bahia nos oitocentos são as informações fornecidas por Pinheiro Pinto. O segundo senhor faz sua primeira anotação sobre o tema em 1802, conforme podemos ler na figura abaixo.

Figura 89 – Fragmento do fólio 189v: educação no Campo Seco

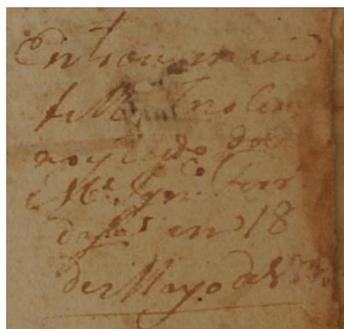


En traaõ naes cola de Tomas Jozé daCosta
Inocencio e Alexandre em 23 de Janeiro de 1802

Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Inocência e seu primo, Alexandre, entraram na escola do Mestre Tomas José da Costa. Nesse período, tinha o filho de Pinheiro Pinto 7 anos de idade, e o registro feito era justamente para depois efetuar o pagamento ao mestre. Anotação envolvendo a questão educacional só volta a aparecer, no livro, 8 anos depois, em 1810, quando Inocência já tinha 15 anos, e passou a frequentar o estudo do Mestre Ignácio Ferreira da Silva (cf. figura 90).

Figura 90 – Fragmento da página 1: educação no Campo Seco



Entrou meu
filho Inocencio
no es todo do
Mestre Ignacio Ferreira
da Silva em 18
de Mayo de 1810

Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Sobre a questão educacional no Campo Seco, Santos Filho (2012) ressalta que, quando Inocêncio começou a estudar, no ano de 1802, já havia professores régios, na região da fazenda, porém não foi com esses professores que o filho do segundo senhor aprendeu as primeiras letras. Entretanto, o referido autor não apresenta outros dados a respeito do assunto abordado, o que nos levou a investigar o perfil dos dois mestres citados por Antônio Pinheiro e os possíveis processos de escolarização coexistentes na região.

Os assentamentos de Pinheiro Pinto indicam uma prática muito comum entre a elite no século XIX, mas também revelam a ineficiência da Coroa em atender as localidades mais distantes do interior com aulas régias. Sobre esse aspecto, Silva (2006, p.131), ao descortinar a constituição do magistério régio baiano, explica que, após a realização do primeiro exame para a ocupação das cadeiras régias criadas a partir do Alvará de 1759, foi comum a solicitação individual ou coletiva de abertura de escolas nas localidades onde só existiam os professores particulares, pois a concentração de tais aulas era nas vilas do Recôncavo.

Ao verificar uma lista elaborada por Vilhena contendo informações sobre professores, cadeiras e salários, na Bahia, em finais do século XVIII, identificamos o professor de Gramática Latina, Francisco Moniz Barreto de Aragão, residente na Vila do Rio de Contas, que foi preso em dezembro de 1798 por sua ativa participação na conjuração baiana, segundo Silva (2006, p. 102). No entanto, em 1801, um ano antes de o filho de Antônio Pinheiro iniciar seus estudos, Rio de Contas não contava com um professor de primeiras letras, pois Jozé Caetano Simplicio Gomes, morador da referida vila, que exercia a função de pedreiro, enviou à Câmara o pedido para se empregar no cargo de professor dos meninos da vila, avisando às autoridades a existência da vaga, explicando, em sua solicitação, não existir “naquele mesmo lugar hum homem, que se queira sujeitar a ensinar ao numero de meninos, que ali há, a ler, escrever e contar e ainda a Sta. Doutrina...” (SILVA, 2006, p. 133).

Acerca do pleito de Jozé Simplicio, Silva (2006, p. 134) esclarece:

Deve-se assinalar que a própria Câmara para quem ele pedia o provimento atestou as suas qualidades para o exercício do ensino das primeiras letras e da doutrina cristã, demonstrando que a deficiência do atendimento escolar, já no primeiro ano do século XIX, era a tônica, principalmente naqueles locais mais distantes da capital e do recôncavo. Além disso, cabe ressaltar que essa era a mesma vila de Rio de Contas na qual o professor régio Francisco Moniz Barreto de Aragão ensinara Gramática Latina, poucos anos antes. (SILVA, 2006, p. 134)

Pelo que nos apresenta Silva (2006) sobre a situação educacional, na Bahia, no primeiro ano do século XIX, principalmente, nos locais mais longínquos, entende-se por que profissionais de diversas áreas – pedreiros, militares, religiosos (SILVA, 2006, p. 134) – buscavam ocupar as vagas existentes na área: o primeiro motivo era a deficiência no atendimento escolar, já o segundo, a garantia de uma sobrevivência com um salário fixo.

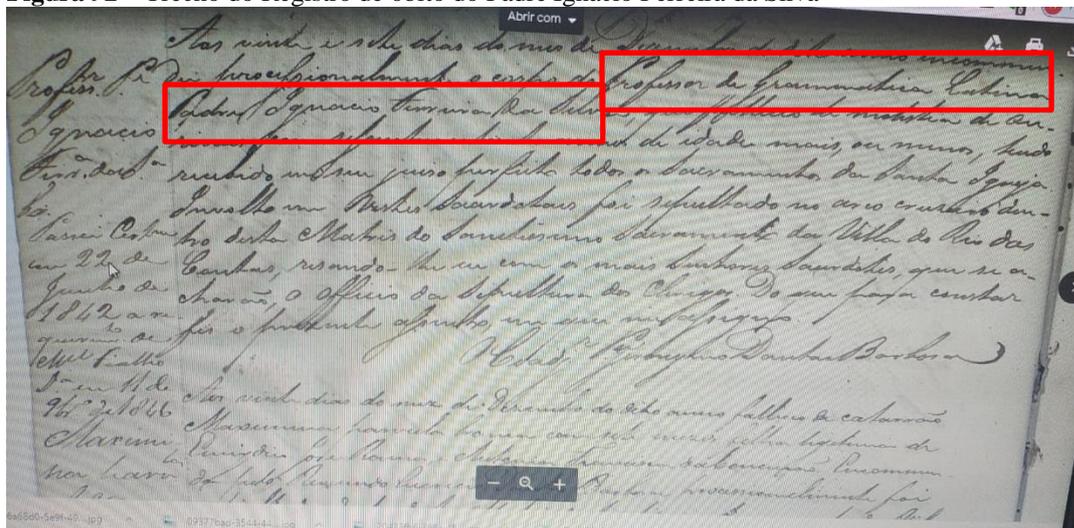
O fato é que coexistiram, na Bahia, da mesma forma que no resto do Brasil, conforme Vasconcellos (2004) e Farias Filho (2011, p. 58), a rede de escolarização estatal e as aulas particulares, que aconteceram de diferentes maneiras. Sabendo que Inocêncio Pinheiro teve sua inserção no mundo das letras por meio de aulas particulares, é importante reconstituir a vida dos professores, como e onde essas aulas eram ministradas e o que se aprendia.

Rastrear pistas que nos conduzissem à elaboração do perfil dos mestres de Inocêncio não foi tarefa simples. Sobre o primeiro professor – Tomás José da Costa –, sabemos, por Santos Filho (2012, p. 38), que era um professor particular e que devia morar em Caetité. A partir dessa informação, partimos para o Arquivo Público da referida cidade, e tentamos, pelo nome, localizar novos dados, mas não obtivemos sucesso. Procedemos de igual forma no Arquivo Público do Estado da Bahia, consultando inventários e processos, porém sem êxito. Como última tentativa, sabendo que, na época, muitos padres foram agentes da alfabetização na colônia, realizamos uma consulta no livro *Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*, de Cândido da Costa e Silva, com o intuito de verificar se Tomás José da Costa não era um sacerdote que ministrava aulas particulares e mais uma vez não obtivemos resposta. O que descobrimos, portanto, é que Inocêncio e Alexandre frequentaram sua escola, e o assentamento de Pinheiro Pinto, no *Livro de Razão*, era, certamente, para posterior acerto de contas.

Em relação ao segundo professor – Ignácio Ferreira da Silva – mencionado no Livro de Razão, Santos Filho (2012, p. 38) diz que, provavelmente, residia no povoado de Bom Jesus do Campo Seco, mais tarde renomeado para Bom Jesus dos Meiras. Como o povoado pertenceu, inicialmente, a Rio de Contas e, a partir de 1810, a Caetité, começamos a busca, pelo nome, no Arquivo Público de Caetité. As primeiras informações obtidas coincidiam com os dados fornecidos por Santos Filho (2012), por essa razão continuamos o processo de investigação com o foco em teses e dissertações sobre a região do Alto Sertão.

Não foi possível precisar a data de nascimento do padre Ignácio, porém a consulta feita no registro de óbito da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, em Rio de Contas, por Gardênia Maria da S. Chaves, funcionária do Arquivo da cidade que, gentilmente, fotografou e nos enviou o fac-símile do documento, indica que o referido padre morreu com “sessenta e tantos anos de idade, mais ou menos” (cf. figura 92).

Figura 92 – Trecho do Registro de óbito do Padre Ignácio Ferreira da Silva



Fonte: Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento Foto: Gardênia Chaves

De posse dessa informação e sabendo que o sacerdote faleceu em 1836, vitimado por uma moléstia, foi possível inferir que o seu nascimento se deu entre 1770 e 1775.

Caracterizado o perfil dos professores do terceiro senhor do Campo Seco, ainda que algumas lacunas tenham ficado em aberto, o passo seguinte é apresentar os indícios sobre onde e como as aulas aconteciam. Inocêncio teve aulas com professor particular itinerante, com o chamado mestre-escola ou com preceptor?

As informações do *Livro de Razão* não são específicas em relação a esse aspecto. Nas duas ocorrências, Antônio Pinheiro escreve “En traraõ naes cola de Tomas Jozé daCosta” e “Entrou meu filho no estodo do Mestre Ignácio Ferreira da Silva”. Observe que o segundo senhor emprega o verbo “entrar” na escola e no estudo, não dá mais detalhes se os meninos iam à casa dos mestres ou se os metres iam até a fazenda.

Se interpretadas, literalmente, as palavras de Pinheiro, poderíamos afirmar que o modelo adotado no Campo Seco era o do Mestre-escola, contexto no qual o aluno ia a casa ou ao local onde o professor ministrava as aulas. Entretanto, diante do poder econômico de Pinheiro, parece mais aceitável que o professor particular foi contratado para dar aulas, na fazenda do Campo Seco, reproduzindo uma prática muito comum da elite, no período em

análise, que continuou com Exupério Pinheiro, filho de Inocêncio, anos mais tarde. Relata Santos Filho (2012, p. 59) que o neto de Antônio Pinheiro, para garantir a educação de seus 9 filhos, contratou um professor e um sacerdote, que iam à fazenda, pela manhã, ministrar as aulas aos meninos e meninas, indistintamente, em um quarto do sobrado que foi transformado em sala de aula.

Outro aspecto importante é refletir sobre os conteúdos que eram ensinados na época. Ao discutir sobre o letramento em sua família, Anna Ribeiro Goes Bittencourt (1992) nos oferece informações sobre o assunto, quando escreve sobre seu avô, Pedro Caetano. Diz a autora:

Aos dez anos foi que Pedro Caetano determinou dar aos sobrinhos um mestre de primeiras letras, a quem foi recomendado não tocasse no menino. Imagino quanto isso não custou àquele mestre, costumado, como era então usual, a fazer entrar o alfabeto à força de palmatoadas na cabeça das pobres crianças! Dotado de entendimento claro e memória fácil, **o menino em pouco tempo aprendeu a ler, escrever e contar – as quatro espécies de conta –, o quanto era necessário a um moço rico que não precisava viver do que aprendera. Tal era a teoria em voga entre os proprietários rurais** (v. 1, p. 24-25)²¹

O relato evidencia não só as práticas metodológicas de ensino empregadas na época, mas também o conteúdo ensinado aos primos de Anna Ribeiro pelo mestre de primeiras letras contratado por Pedro Caetano. Fica claro, pelos registros da autora, que aprender a ler, escrever e contar eram os conhecimentos necessários a uma pessoa rica que não precisaria viver do que aprendeu, na perspectiva dos grandes proprietários rurais, no século XIX.

No Campo Seco, pelo que descobrimos sobre os professores que por lá atuaram, inferimos que Inocêncio teve acesso aos estudos de primeiras letras aos 7 anos com o professor Tomas Jozé da Costa, aprendendo, nesta primeira etapa, leitura, escrita e contas. Posteriormente, aos 15 anos, ingressou nas chamadas Aulas de humanidades com o Padre e professor de Gramática Latina Ignácio Ferreira da Silva, momento em que teve acesso aos conhecimentos de Latim, concluindo, então, o período dos Estudos Menores, conforme Stephanou e Bastos (2005, p. 182).

Acreditamos que Antônio Pinheiro, apesar de não identificar informações específicas sobre seu processo de escolarização, estudou tanto quanto o seu filho, já que, conforme Santos Filho (2012), o segundo senhor do Campo Seco permitiu que Inocêncio aprendesse os mesmos conhecimentos a que ele teve acesso, na infância, “conhecimentos

²¹ Grifos nossos.

então em voga e ministrados à maioria dos jovens estudantes: ler, escrever, contar, rudimentos de religião e latim” (SANTOS FILHO, 2012, p. 38). Porém, cabe aqui uma inferência: pelo que se conhece de Antônio Pinheiro e as particularidades que o tornam um homem singular, no sertão da Bahia oitocentista, é mais viável acreditar que tais conhecimentos eram o que ele considerava necessários para que o filho conseguisse administrar os negócios da família, e não o fato de serem descartáveis à sobrevivência de um menino rico, como pensava a maioria dos proprietários rurais da época.

Não há, entre as anotações de Pinheiro Pinto, referências ao ensino de primeiras letras à sua filha, Zeferina. Santos Filho (2012, p. 38) comenta que, “como antigamente a mulher não recebia instrução, nem mesmo a mais elementar, permanecendo sem saber ler e escrever, dedicada somente aos deveres e às obrigações domésticas”, somente ao menino foi concedido o direito de estudar. A pesquisa sobre as mulheres da família ainda revelou que, anos antes, Ana Francisca da Silva, avó de Inocêncio e Zeferina, não teve acesso à escolarização. A condição de analfabeta da mulher do primeiro senhor do Campo Seco está registrada em seu testamento, do qual reproduzimos o seguinte trecho:

“[...] Por esta forma tenho feito o presente testamento que quero que valha e tenha força de Lei; vai escrito por Manuel Germano da Mota, que depois de lido aliás depois de escrito foi lido pelo Reverendo Vigário Sabino Gomes de Azevedo e pelo achar na forma que ditei **pedi ao mesmo Reverendo Vigário por mim assinasse por eu não saber escrever**. Bom Jesus do Campo Seco, 17 de Agosto de 1834. **Assina a rogo de Ana Francisca da Silva, o vigário Sabino Gomes de Azevedo.**” (SANTOS FILHO, 2012, p.15)²²

A delegação da assinatura materializa a condição de Ana Francisca enquanto mulher analfabeta no sertão. A respeito desse assunto, Coulmas (2014, p. 94) destaca que, historicamente e em todos os lugares, as mulheres sempre estiveram em grande desvantagem em relação aos homens, e esse contexto também se repete quando o assunto é o letramento. O autor explica que essa desigualdade se acentua mais ainda em regiões menos desenvolvidas, com maior predominância nas áreas rurais. A constatação de Coulmas (2014) é ratificada pelo contexto não só do Campo Seco, mas também por dados de outras regiões da Bahia, no século XIX.

Ao estudar os níveis de alfabetismo em Santana do Campo Largo, oeste da Bahia, entre os anos de 1858 e 1859, Silva (2015) mapeou o conjunto de 324 declarações de terras, produzidas no âmbito da Lei de 1850, por 263 pessoas. Desse total, 56 mulheres

²² Grifos nossos.

aparecem declarando suas posses, sendo que apenas 14 assinam o próprio nome, indicando um total de 75% de analfabetas pela análise dos dados da documentação.

A discussão acerca da educação na região do Campo Seco revelou que, na Bahia, aconteceram os mesmos problemas que ocorriam nas demais províncias: a falta de professores e aulas, a coexistência de aulas régias e particulares, falta de investimento no ensino elementar de meninas, os problemas com o subsídio literário e o atraso nos ordenados de professores, além da demora em nomear substitutos para as cadeiras vagas. Esses fatores contribuíram para não se estabelecer uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de promover mudanças significativas na vida de uma população que pouco tinha para sobreviver e, portanto, não poderia investir, como os grandes proprietários rurais, no acesso ao conhecimento. Tal contexto garantiu, então, que a população pobre permanecesse presa a um sistema que se acostumou a perpetuar permanências, para garantir a continuidade de ciclos injustos, marcados pela dependência nas diversas esferas do poder, seja na área rural ou na área urbana.

4.4.2 A difusão da escrita nos domínios do Campo Seco

Além dos registros de dívidas que motivaram a escrita no Campo Seco, a observação dos assentamentos de Pinheiro Pinto, que registra o contexto das diversas áreas em que atuava, fornece outras pistas sobre a circulação do escrito na fazenda, indicando, também, o que se lia neste espaço.

Nas páginas 121, 122 e 123, Pinheiro Pinto copiou integralmente os textos de sua nomeação no posto de Capitão do Regimento de Milícias de Rio de Contas, além dos termos de posse e juramento. Esses registros revelam a presença de textos oficiais na fazenda, destacando, ainda, a importância do 2º senhor, na região. Outros textos que fizeram parte do contexto rural do Campo Seco foram os manuais médicos.

Pinheiro Pinto anota no Livro de Razão algumas receitas para curar doenças como gonorreia “Remedio para curar Gonorrea ”e feridas gálicas “Receita para curar feridas gálicas” (fólio 124v). Tais assentamentos indicam que podem ter circulado na fazenda manuais médicos, que serviram de base para as anotações de Pinheiro Pinto.

O comércio realizado pelo 2º senhor, as transações financeiras e a construção do sobrado, que durou 4 anos, também revelam que outros gêneros textuais circularam no espaço da fazenda. Em relação ao comércio, Pinheiro Pinto vendia fiado para os

funcionários que moravam na fazenda, a exemplo dos feitores, e para os tropeiros, que pernoitavam no Campo Seco, e tinham as contas ajustadas pelos patrões posteriormente. Além disso, Pinheiro Pinto atuava como fiador e emprestava dinheiro. Anotações desse tipo são encontradas frequentemente no Livro de Razão, o que pode sugerir a produção de recibos, listas de compras e bilhetes.

Outros contextos captados nos assentamentos de Pinheiro Pinto sugerem a existência de textos jurídicos e textos técnicos no Campo Seco. A construção do sobrado requisitou a contratação de profissionais de áreas diversificadas. Destaca-se, entre eles, o “Ciência”, mencionado na página (99, l.15) do *Livro de Razão*. Certamente, da lavra desse profissional, surgiram textos técnicos. Encontramos duas anotações sobre o pagamento de um advogado (193r, l.6) e um tabelião (90, l.13), responsáveis por uma demanda judicial, o que pode ter provocado a circulação de textos como procurações, intimação etc.

Os professores que atuaram no Campo Seco, certamente, foram responsáveis pela difusão de textos de cunho didático na fazenda. Embora não tenham sido encontrados registros nesse sentido, acreditamos que, através desses agentes da escolarização, um conjunto de textos variados tenha circulado na fazenda, ainda que o acesso fosse restrito às dependências do sobrado ou ao local específico onde aconteciam as aulas. Para além dos exemplos mencionados, é possível falar dos textos litúrgicos, já que, no *Livro de Razão*, são encontrados registros de realização de batizados, casamentos e missas, contextos que mobilizam o uso desses textos e da Bíblia.

Santos Filho (2012), nos apêndices do livro *Uma comunidade Rural do Brasil antigo*, apresenta exemplos de outros documentos encontrados no arquivo dos senhores do Campo Seco. Há o testamento de Ana Francisca da Silva, avó de Inocêncio, o traslado dos privilégios concedidos aos Familiares do Santo Ofício, cargo ocupado por Miguel Lourenço de Almeida, 1º senhor do Campo Seco, cartas de políticos eminentes, certidão de batismos, receitas de doces e vinhos, a lista de família do recenseamento do censo de 1872 etc.

4.5 SINTESE DA SEÇÃO

Apresentamos, nesta seção, um conjunto de informações com a intenção de revelar os aspectos da vivência, no sertão da Bahia oitocentista. O percurso adotado, para isso, foi a instrumentalização do texto editado, que nos ofereceu indícios do microcosmo do sertão

pela escrita dos senhores do Campo Seco, pois acreditamos, assim como nos ensina Barreiros (2017, p. 391), que o texto “[...] é testemunho da experiência humana, forjado no cotidiano e se relaciona com práticas sociais peculiares de sujeitos historicamente constituídos.”

O texto escrito pelos senhores do Campo Seco representa um testemunho de vários aspectos do sertão baiano. Por ele e pelas relações comerciais realizadas na fazenda, foi possível vislumbrar alguns perfis sociais que, certamente, compunham a estratificação social da região, onde fazendeiros, como Antônio Pinheiro Pinto, desempenhavam funções de grande relevância.

Foi possível verificar que o segundo senhor do Campo Seco assumiu papel de destaque em diversas áreas, pois administrava a fazenda e os bens de outros membros da família, realizando empréstimos e pagamentos, controlando o comércio de seu armazém, além de se envolver com questões de caridade, dando esmolas para a construção da igreja da matriz, por exemplo. Além disso, preocupou-se com questões familiares, ao realizar o casamento dos filhos e garantir-lhes o dote para a continuidade de sua parentela.

A vida comercial da fazenda também revela dados valiosos para se conjecturar tal prática no Alto Sertão da Bahia. O segundo senhor foi um exímio comerciante, vendeu produtos variados – de mercearia a tecidos e botões –, abastecendo os empregados assalariados, tropeiros e moradores próximos.

A relação com a escravidão é outro aspecto da fazenda do Campo Seco que serve para uma visão microcós mica da região. Pinheiro Pinto tinha uma quantidade de escravos que o colocava entre os grandes senhores, conforme Santos Filho (2012). Ele comprou e alugou escravos, permitindo-nos, pelos seus escritos, compreender as possíveis origens dos cativos de sua fazenda e fornecendo pistas para a compreensão do comércio que vigorou na região, com base em estudos sobre o assunto já existentes. Notamos também como a questão da liberdade foi tratada na fazenda, com destaque para a compra de alforria pelo próprio escravo, que se utilizava do pecúlio, obtido por meio de trabalho remunerado, do qual tinha direito a uma parte ou, ainda, pela compra da liberdade por terceiros.

Na área educacional, Pinheiro Pinto não fugiu à regra do que era comum à época. Preocupou-se em garantir ao seu filho – Inocêncio – o acesso aos conhecimentos básicos da época, contratando professores para executar tal função. Seus escritos abriram caminhos para uma abordagem sobre a situação das aulas régias na Bahia, ao se buscar construir o perfil dos mestres contratados para atuar na fazenda, indicando a coexistência de diferentes

formas de penetração e difusão da língua escrita no interior da província, da mesma forma que ocorria em outros locais do país.

Isso posto, concluímos que as fontes escritas oriundas de classes dominantes, quando lastreadas por uma base teórica capaz de dialogar com outras áreas do conhecimento, podem representar uma oportunidade de se aproximar a “lupa” para experiências individuais e localizadas, como é o caso dos senhores do Campo Seco, com o objetivo de se vislumbrar as vivências de uma época.

5

“PELAS MÃOS SE FAZ A ESCRITA”: DA DESCRIÇÃO GRAFEMÁTICA AOS INDÍCIOS DA ORALIDADE NO SERTÃO OITOCENTISTA

Iniciamos a discussão desta seção retomando a explicação de Gladis Massini-Cagliari que, no primeiro volume do livro *Ciência da linguagem: o fazer científico?*, organizado por Adair Vieira Gonçalves e Marcos Lúcio de Sousa Góis, é convidada a responder a seguinte pergunta: o que é fazer pesquisa em Linguística Histórica? Ao longo da resposta, a autora especifica que o objetivo principal do especialista em Linguística Histórica é:

[...] a busca, no passado, de evidências que possam explicar os fatos presentes da língua. Não se trata apenas de hedonismo, de ficar em êxtase, descobrindo e contemplando como soavam as consoantes, as vogais, qual era a cadência de nosso ritmo, imaginando “ecos sonoros do passado”. (MASSINI-CAGLIARI, 2012, p. 272).

A resposta da autora, no início de sua fala, revela, ainda que de forma implícita, meios para quem deseja explicar os fatos presentes da língua espelhando-se no passado. A partir de sua afirmação, dois aspectos importantes são postos em destaque: o primeiro leva-nos a refletir sobre o fato de que somente através de textos escritos de tempos pretéritos é possível vislumbrar a materialização da língua de nossos antepassados. Desse modo, o pesquisador precisará de um texto, cuja edição seja a mais conservadora possível. Digo vislumbrar, porque é importante ter a consciência de que, como bem lembra Silva Neto (1979, p. 77), “a língua falada não se deixa fotografar, móvel e flutuante que é.” Logo, o que se faz com a análise dos testemunhos escritos de épocas passadas é entrever os vestígios de uma possível realização linguística. Pode parecer, a partir dessa ótica, que tal abordagem, portanto, não teria muita utilidade. Ledo engano, quando não se tem outro

recurso para se recuar e capturar “flashes” sincrônicos de nossa língua, no tempo e no espaço.

O segundo aspecto recai sobre a necessidade de se conhecer a história da língua com a qual se está trabalhando, a fim de não se cometer leituras equivocadas no processo de preparação do texto, de onde se extrairão os dados linguísticos. Quando mencionamos a ideia de conhecer a história da língua, significa entender o funcionamento de sua estrutura interna e as suas possíveis mudanças ao longo do tempo, mas também compreender os fatores socioculturais e os vestígios da história que essa língua compartilhada pela vida social carrega consigo. Essa interface justifica-se, pois, conforme ensina Martin (2003, p. 136) “[...] a história de uma sociedade, de sua cultura, de suas mentalidades, é indissociável da história de sua língua: a vida social supõe uma língua compartilhada, e esta conserva em si os vestígios da história comum.”

Se a vida social supõe o compartilhamento de uma língua, e se essa língua é vista como a representação da história de seus utentes, o texto escrito oferecerá importantes e variadas informações sobre as realidades vividas em diferentes momentos do tempo e do espaço. Nesse contexto, explica Lass (1997, p. 45) que a escrita de um texto pode revelar:

[...] the nature of writing systems in general and their representational possibilities, direct phonetic and other kinds of evidence for the meaning of hraphs in early texts, the historical implications of the general conservatism of writing systems in the face of change, the use of metrical and rhyme evidence, the testimony of premodern grammarians and photeticians, the problems raised by word-division and other conventions, and the use of certain source-types like glossaries and interlinear translations. (LASS, 1997, p. 45)²³

Dos itens elencados por Lass (1997), esta seção apresentará uma descrição indiciária das representações grafemáticas e dos aspectos fonéticos do século XIX, presentes na produção gráfica dos senhores do Campo Seco. Para referendar a descrição proposta, utilizaremos gramáticas, dicionários, periódicos e um conjunto de cartas produzido por quatro ilustres letrados, três baianos e um carioca. Acreditamos que o confronto dos dados, oriundos dos punhos dos senhores do Campo Seco, no sertão da Bahia oitocentista, com os modelos de escrita que circulavam nas esferas de prestígios da

²³ [...] a natureza do sistema de escrita e as suas possibilidades de representação; o aspecto fonético e outras espécies de evidência do sentido dos grafos nos textos antigos; a implicação histórica do conservantismo dos sistemas de escrita face às mudanças, o uso das evidências métrica e rítmica, o testemunho dos foneticistas e gramáticos pré-modernos, os problemas suscitados pela divisão de palavras e outras convenções, o uso de algumas fontes como glossários e transcrições interlineares (LASS, 1997, p. 45). Tradução nossa.

época, pode nos indicar o alcance dessas normas nos locais mais afastados dos centros urbanos.

Considerando esses fatores, dividimos esta seção em duas subseções: na primeira, apresentamos a descrição grafemática dos punhos dos senhores do Campo Seco, seguida de uma comparação com textos modelares da época, bem como um breve estudo das abreviaturas. Na segunda subseção, descrevemos os índices grafofonéticos encontrados no *corpus* e os comparamos com os modelos metalinguísticos da época, além de estabelecer um paralelo com resultados obtidos por outros autores, que também se dedicaram ao estudo de fatos de língua por meio da análise de textos escritos de sincronias passadas.

5. 1 A MORFOLOGIA DAS “MÃOS” DOS *SCRIPTORES*: DESCRIÇÃO INTRÍNSECA

Antes de partir para a coleta de dados sobre quaisquer aspectos referentes aos produtos dos punhos de quem escreveu no passado, é necessário confirmar se o texto que se está analisando é, de fato, de autoria material dos indivíduos selecionados. O percurso, para isso, é a realização da descrição intrínseca de cada *scriptor*. Sobre esse procedimento, ensina Lose et al (2009, p. 47):

Características intrínsecas são definidas aqui como aquelas características ainda não ligadas à “língua”, mas sim às peculiaridades “ortográficas” de cada *scriptor*. É importante fazer uma ressalva para o fato de que “ortografia”, neste contexto, não deve ser pensada como a escrita correta, mas sim como a forma de escrever e de dispor e combinar os grafemas, criando, desta forma, fatos linguísticos a serem analisados. (LOSE et al, 2009, p. 47)

Nesta etapa, fica evidente que o foco é a descrição dos grafemas utilizados pelos *scriptores*, as diferentes maneiras de organizá-los, as flutuações gráficas e os pormenores da execução caligráfica, pois são esses fatores que constituirão os fatos linguísticos (LOSE et al, 2009, p. 47). Devem-se, portanto, ser observados os seguintes elementos constituintes da escrita que nos interessam para este estudo: morfologia, ângulo, *ductos*, módulo, peso e ligaduras.

A morfologia representa a forma, o aspecto exterior das letras. O ângulo está relacionado à posição do instrumento de escrita em relação à linha. Chamamos de *ductus* a ordem de sucessão e o sentido de execução dos traços que formam a letra. Quando a análise busca informar a altura e a largura das letras, temos o módulo, ou seja, a dimensão da forma. O peso, dependendo do suporte e do instrumento utilizado para escrever, indica se o traçado da escrita tem a natureza grossa ou fina. Por fim, temos as ligaduras, que são

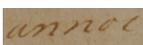
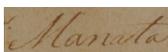
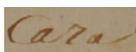
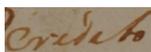
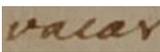
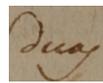
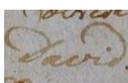
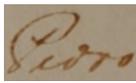
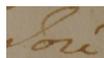
os traços que ligam as letras (CONTRERAS, 1994, p. 47-53).

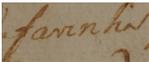
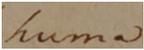
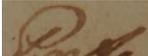
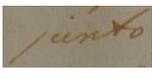
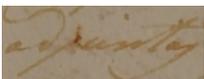
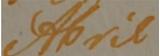
5.1.1 Configuração da “mão” de Antônio Pinheiro Pinto

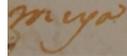
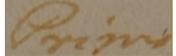
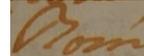
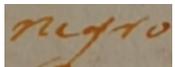
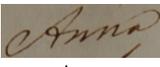
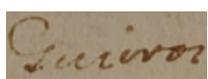
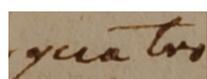
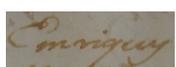
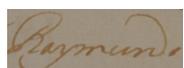
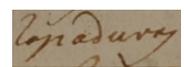
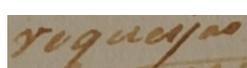
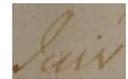
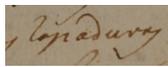
O *Livro de Razão* do Campo Seco foi iniciado por Antônio Pinheiro Pinto em 1795. Trata-se de um manuscrito, cuja mancha gráfica apresenta uma estrutura variada, tendo fólios/páginas com até 47 linhas organizadas linearmente, em colunas ou em forma mista, como já demonstramos na seção 3.

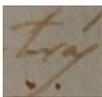
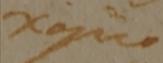
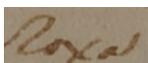
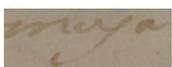
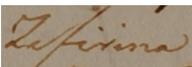
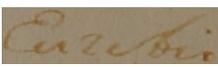
Da lavra de Antônio Pinheiro Pinto, foi possível elaborar o quadro scriptográfico a seguir.

Quadro 23 – Quadro scriptográfico de Antônio Pinheiro Pinto

Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
A	 Agosto [p.0, L. 7]	 annos [p.0, L. 7]	 Manata [p.0, L. 6]	 caza [p.0, L. 6]
B	 Bernardo [p.0, L. 11]	 boyada [p.8, L. 12]	 obras [p.0, L. 13]	Sem ocorrências
C	 Coartas [p.2, L.10]	 credito [p.13, L.7]	 vacas [p.4, L.15]	Sem ocorrências
D	 Deve [p.11, L.9]	 duas [p.4, L.15]	 ALgodaõ [p.21, L.3]	 David [p.7, L.18]
E	 Euzebio [p.16, L.12]	 estao [p.50, L.10]	 Pedro [p.21, L.9]	 Jozé [p.21, L.1]

F	 FeLix [p.5, L.6]  Faus tino [p. 79, L.19]  Farinha [f.193r, L.1]	 farinha [p.2, L.12]	 ALferes [p.29, L.10]	Sem ocorrências
G	 Gomes [p.33, L.5]	 garrotes [p.40, L.4]	 obrigou [p.29, L.11]	Sem ocorrências
H	 Honofre [p.111, L.25]	 huma [p.7, L.13]	 Pinheiro [p.13, L.1]  afilhado [p.102, L.14]	Sem ocorrências
I	 Irmaõ p.13, L.1	 im pres tino [p.7, L.22]	 Pinto [p. 13. L.1]	 hoji [p. 79, L.8]
J	 Jozé [p. 79, L.1]	 junto [p. 32, L.2]	 adjuntos [f.125r, L14]	Sem ocorrências
K	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências
L	 Lourenco [p. 79, L.2]	 linho [p. 31, L.24]	 calças [p. 11, L. 27]	 Abril [f.125v, L.18]

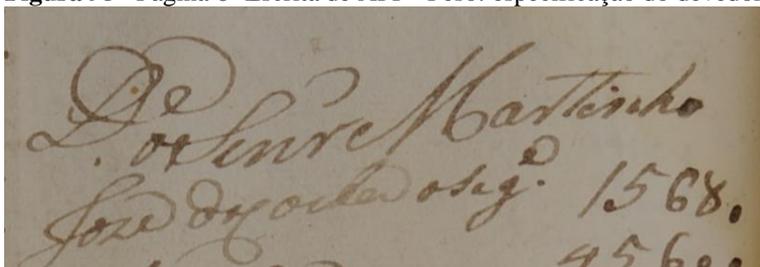
M	 Meira [p.31, L.23]	 meya [p. 31, L.9]	 Primo [p.31, L.23]	 Bom [p. 101, L.3]
N	 Nascimento [p.118, L.20]	 negro [f.123v, L.18]	 Anna [p.110, L.2]	 hun [p. 67, L.26]
O	 OLiveira [p.52, L.21]	 obrigado [p.7, L.2]	 Comprei f.123v, L.1]	 oprimeiro [f.123v, L.1]
P	 Pintor [p. 103, L.1]	 pintar [p. 103, L.2]	 Campo [p.107, L.4]	Sem ocorrências
Q	 Queiros [p.6, L.10]	 qua tro [p.7, L.14]	 Emriques [p. 68, L.1]	Sem ocorrências
R	 Raymundo [p. 15, L.17]  Rapaduras [p.6, L.10]	 requeijao [p.96, L.15]	 Rodrigo [p.102, L.2]	 pintar [p. 103, L.2]
S	 Sobrado [p. 103, L.5]  Saber [p.103, L.7]	senhor	 escravos [f.182v, L.3]  b estas [p.182v, L.16]	 Juis [p.6, L.3]  Rapaduras [p.6, L.10]

T	 Theriza [f.182v, L.14] p.116	 trás [p.56, L.2]	 mulata [f.182v, L.13]	Sem ocorrências identificadas
U	Sem ocorrências identificadas	Sem ocorrências identificadas	 Junho [f.191r, L.1]	 meu [p.50, L.1]
V	 Vianna [fg, L.8]	 vermelha [p.51, L.7]	 prevaleça [fg, L.3]	Sem ocorrências
W	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências
X	 Xaves [p.18, L.1]	 xapeo [p.33, L.7]	 Roxa [p. 27,L.23]	 Felix [p.5, L.6]
Y	Sem ocorrências	Sem ocorrências	 meya [p.49, L.21]	 vay [p.60, L.2]
Z	 Zefirina [p.61, L.17]	Sem ocorrências	 Euzebio [p.99, L.17]	 Fernandez [p.30, L.1]

Fonte: Produzido pelo autor

Em relação à morfologia das letras e aos *ductus*, percebemos que as letras de Antônio Pinheiro Pinto são, em geral, pequenas e bem executadas (cf.figura 93). Os traçados (*ductus* [↑]) são levemente inclinados para a direita, com algumas particularidades nas hastes de grafemas específicos como <d>, <j>, <s> longo, que serão mencionadas adiante.

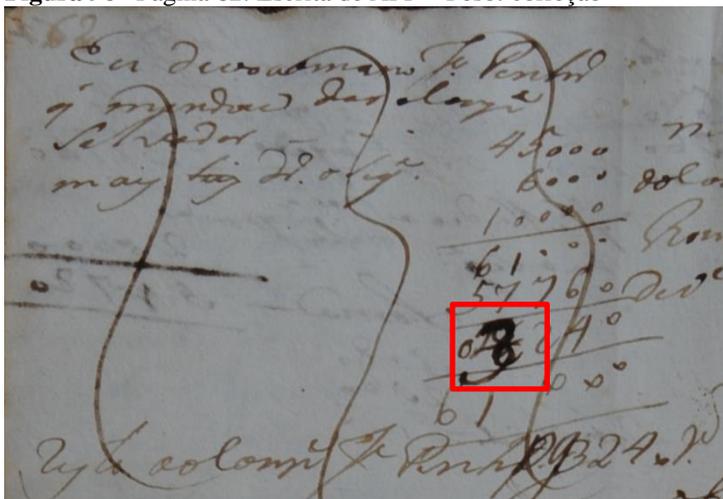
Figura 95– Página 6- Escrita de APP– Peso: especificação do devedor



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Alguns módulos se mostram mais grossos, também, quando há a tentativa de fazer a correção de informações ao longo do texto.

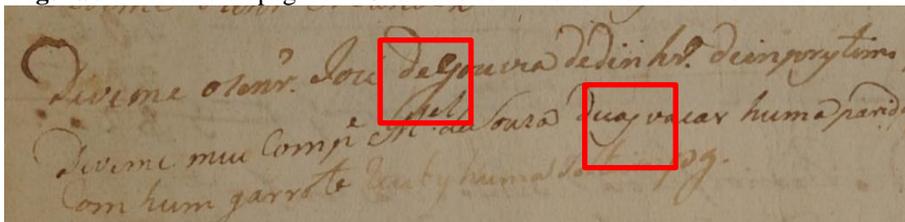
Figura 96– Página 62: Escrita de APP – Peso: correção



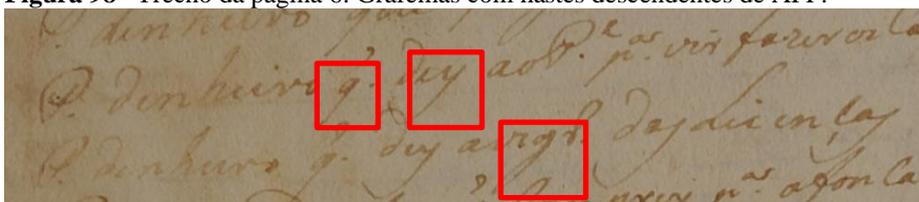
Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Quanto ao ângulo, é preciso atenção em relação aos grafemas minúsculos com hastes descendentes (<j>, <y>, <g>, <f>, <q>, <p>) e ao <s> longo para que se evite a leitura equivocada dos trechos que estão na parte inferior (cf. figuras 97 e 98).

Figura 97– Trecho da página 4: Grafemas com hastes descendentes de APP.



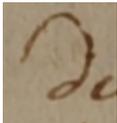
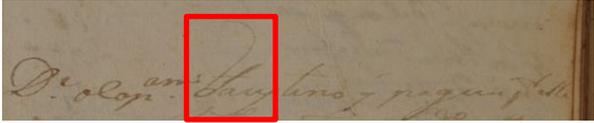
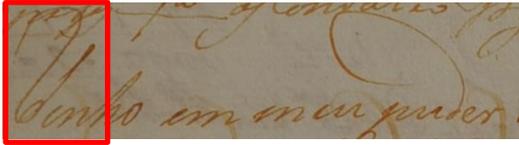
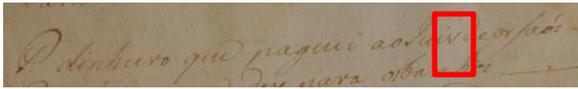
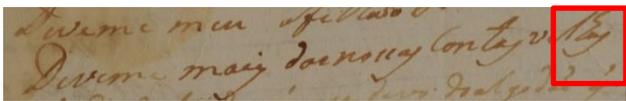
Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

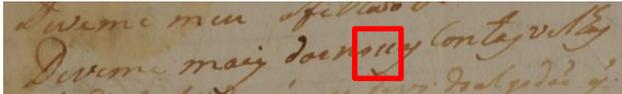
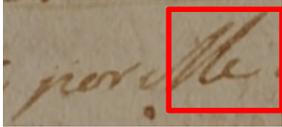
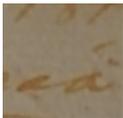
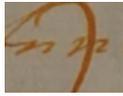
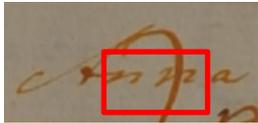
Figura 98– Trecho da página 6: Grafemas com hastes descendentes de APP.

Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Outras particularidades na execução grafemática de Antônio Pinheiro merecem destaque. São as seguintes

Quadro 24 – Particularidades da execução caligráfica de APP.

Grafema	Comentário	Exemplos
<d> 	A haste aparece inclinada para a esquerda.	 [p.4, L.9]
<F> 	O traçado do grafema é bem diferente, lembra um <A> maiúsculo de cabeça para baixo.	 [p.79, L.19]
<T> 	O traçado do grafema lembra o grafema <F> exemplificado anteriormente. O contexto é essencial para a leitura adequada.	 [p.116, L.23]
<s> 	Há uma variação no emprego do <s> minúsculo. O <s> longo aparece com frequência em diferentes posições nos vocábulos. Em alguns contextos pode ser confundido com o <y>.	 [f.182v, L.3]  [p.6, L.3]
<h> 	No dígrafo <lh>, o grafema <h> aparece, na maioria das ocorrências, com esse formato que lembra um <E> maiúsculo cursivo.	 [p.10, L.9]

<ss> 	O dígrafo , quando representado por grafemas minúsculos, lembra o grafema <u> minúsculo.	 [p.10, L.9]
<ll> 	O grafema <l>, quando duplicado, lembra o grafema <M> maiúsculo.	 [p.4, L.8]
<aa> 	A duplicação do grafema <a> ocorre 6 vezes na palavra irmã, o que pode indicar uma dificuldade de marcar a nasalidade nesse contexto.	 [f.124r, L.1]
<nn> 	Duplicação do grafema <n> em algumas palavras.	 [f.126r, L.9]

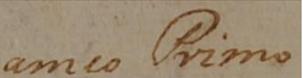
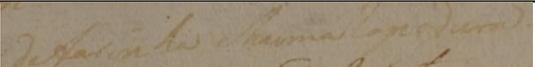
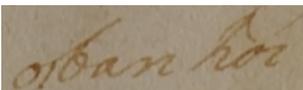
Fonte: Produzido pelo autor

Em relação à segmentação gráfica, há, na escrita de Pinheiro Pinto, trechos grafados separados (hipersegmentação), mas que deveriam estar juntos e trechos unidos (hipossegmentação), que, pela convenção da escrita, deveriam ser separados. Tal contexto indica que, embora o emprego da segmentação gráfica não canônica seja mais recorrente em textos escritos por crianças, em fase inicial de aprendizagem da escrita, é possível verificar tais vestígios em textos de adultos. Marquilhas (2000) e Santiago (2019), por exemplo, comprovaram que as ocorrências da hipersegmentação e da hipossegmentação não convencional em textos de adultos podem ser um indício representativo de que esses sujeitos estão “estacionados em fase incipiente de aquisição da escrita” (MARQUILHAS, 2000, p. 235), ou seja, são “mãos inábeis”.²⁴

A amostra que apresentamos aqui, para os casos do uso da hipersegmentação e da hipossegmentação gráfica não convencional dos senhores do Campo Seco está indicada a seguir.

²⁴ É importante lembrar que as referidas autoras, para chegarem a esta conclusão, realizaram estudos mais amplos e lastreados por uma série de fatores.

Quadro 25 – Exemplos de hipossegmentação de APP.

Hipossegmentação	Fac-símile
oque Seexperimenta	 [verso da capa, L.1]
deAgosto	 [p.103, L.10]
demeu Irmaõ	 [p.2, L.5]
Ameo Primo	 [p.2, L.11]
defarinha ehumaRapadura	 [p.2, L.8]
osbanhos	 [p.6, L.4]

Fonte: Produzido pelo autor

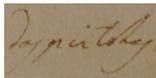
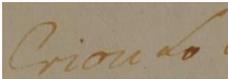
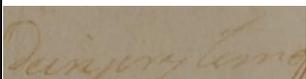
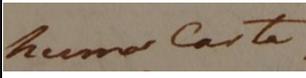
Os dados de hipossegmentação de Antônio Pinheiro ocorrem em contextos de clíticos, ou seja, termos sem força fonética que, em uma estrutura linguística, dependem da palavra vizinha. Bisol (2005, p. 164) explica que, em português, são clíticos os pronomes átonos, os artigos, as preposições e algumas conjunções. Nas ocorrências de Pinheiro Pinto, predominam os casos com preposição e suas contrações. Ao analisar documentos do século XIX, Battisti (2013, p. 19) explica que a hipossegmentação:

pode ser um indício de que o escrevente não percebe a presença do clítico, a sequência sendo usada como um a unidade lexical (porisso, detarde); ou de que percebe o clítico, mas assinale a dependência (prosódica) do clítico em relação ao hospedeiro (oBarão) (BATTISTI, 2013, p.19).

Pelos exemplos colhidos de Pinheiro Pinto e as ocorrências que se repetem ao longo do *corpus*, identificamos dados que se enquadram nas duas possibilidades apontadas por Battisti (2013). Entretanto, pela frequência das ocorrências ao longo da edição, supomos que Pinheiro Pinto guia-se pela oralidade ao realizar o assentamento das estruturas com a presença dos clíticos. Tal característica pode ser um indício de inabilidade com a escrita, porém, não podemos nos esquecer de que a hipossegmentação também está presente na carta dos remetentes cultos do interior da Bahia (CARNEIRO, 2005). Por esse fenômeno, ainda constatamos a existência de ligaduras em locais específicos na composição estrutural das sentenças.

Os dados de hipersegmentação colhidos do segundo senhor do Campo Seco estão expostos no quadro 26. Pelo que identificamos ao longo da edição, eles podem ser consequência de uma escrita com pouca cursividade, isto é, o escriba levanta a pena várias vezes ao redigir o texto (LOSE; SANTOS, 2018).

Quadro 26 – Exemplos de hipersegmentação de APP.

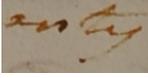
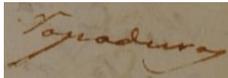
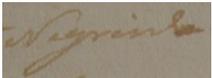
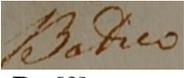
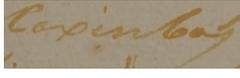
Hipersegmentação	Fac-símile
nem des culpa	 [verso da capa, L.2]
das pis tolas	 [p.7, L.24]
Criou lo	 [p.16, L.9]
deinpres timo	 [p.16, L.12]
huma car ta	 [p.23, L.19]

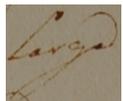
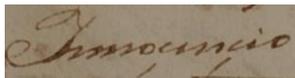
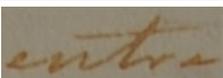
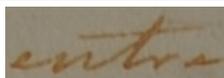
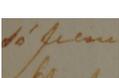
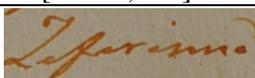
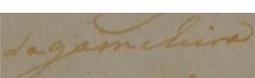
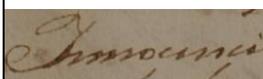
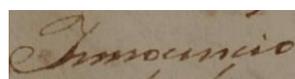
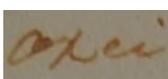
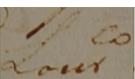
Fonte: Produzido pelo autor

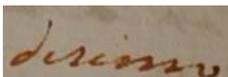
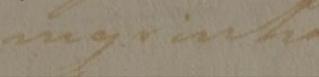
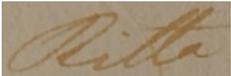
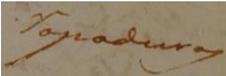
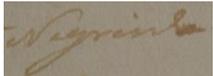
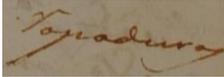
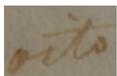
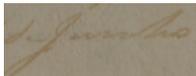
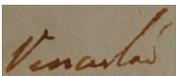
5.1.2 Configuração da “mão” de Inocêncio José Pinheiro Pinto/Canguçu

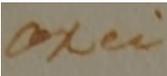
Inocêncio José Pinheiro Pinto, mais tarde conhecido como Inocêncio Canguçu, diferente do pai, Antônio Pinheiro, escreveu bem pouco no *Livro de Razão*. De seu punho, encontramos menos de dez páginas com as anotações que embasam o quadro scriptográfico a seguir.

Quadro 27 – Quadro scriptográfico de Inocêncio José Pinheiro Pinto.

Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
A	 Asusaõ [f.130v, L.1]	 an tes [f.130r, L.4]	 rapaduras [f.130r, L.3]	 Negrinha [f.130v, L.3]
B	 Bot[?]co [f.129v, L.4]	 baixo [f.130v, L.4]	 Caxinbas [f.186v, L.23]	Sem ocorrências

C	 Carga [f.129 v, L.5]	 cozinha [f.132v, L.2]	 Innoçencio [f.130r, L.2]	Sem ocorrências
D	 Demarcação [f.182v, L.3]	 dona [f.130v, L.9]	 levado [f.130v, L.4]	Sem ocorrências
E	 Esteve [f.132v, L.1]	 entre [f.132v, L.3]	 Negrinha [f.130v, L.3]	 entre [f.132v, L.3]
F	 Fazenda [f.132r, L.4]	 ficou [f.132v, L.3]	 Zeferinna [f.182v, L.22]	Sem ocorrências
G	 Gomes [f.130r, L.3]	 gameleira [f.186v, L.3]	 negrinha [f.130v, L.10]	Sem ocorrências
H	Sem ocorrências	 hoji [f.132v, L.1]	 Junho [f.130v, L.11]	Sem ocorrências
I	 Innoçencio [f.130r, L.2]	Sem ocorrências	 Innoçencio [f.130r, L.2]	 axei [f.132v, L.2]
J	 Joze [f.13 Or, L.2]	 ja [f.130v, L.3]	 Brejo [f.132r, L.15]	Sem ocorrências
K	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências
L	 Lourenco [f.129v, L.4]	 livro [f.132v, L.1]	 Mulato [f.186v, L.30]	 mil [f.130v, L.11]

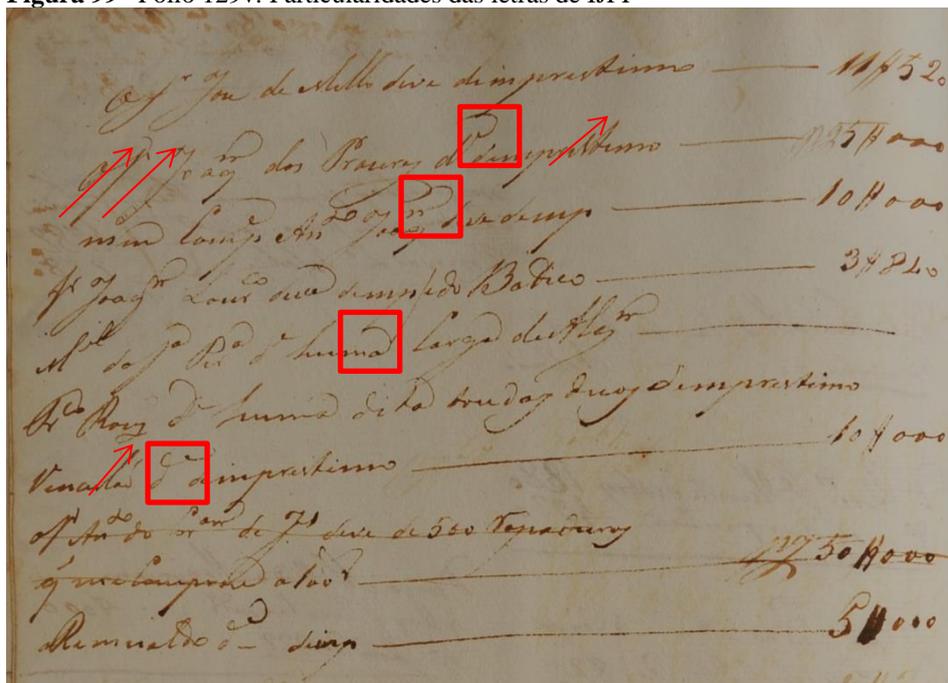
M	 Mello [f.129v, L.1]	 meu [f.130v, L.2]	 dizimo [f.130r, L.3]	 sem [f.130v, L.11]
N	 Negrinha [f.130v, L.3]	 negrinha [f.130v, L.10]	 coizinha [f.132v, L.2]	Sem ocorrências
O	Sem ocorrências	 oito [f.130v, L.5]	 pastor [f.132r, L.9]	 oito [f.130v, L.5]
P	 Prazeres [f.129v, L.2]	 pripiri [f.132r, L.9]	 comprar [f.130v, L.2]	Sem ocorrências
Q	Sem ocorrências		 Joaquim [f.129v, L.2]	Sem ocorrências
R	 Ritta [f.132r, L.4]	 rapaduras [f.130r, L.3]	 Negrinha [f.130v, L.3]	 comprar [p.130v, L.2]
S	 Soltei [f.132r, L.5]	 sem [f.130v, L.11]	 rapaduras [f.132v, L.1]	 rapaduras [f.130r, L.3]
T	 Tiio [f.129v, L.14]	 tempo [f.130v, L.4]	 oito [f.130v, L.5]	Sem ocorrências
U	Sem ocorrências	Sem ocorrências	 Junho [f.130v, L.11]	 meu [f.130v, L.2]
V	 Venceslaõ [f.129v, L.7]	 vendidas [f.130v, L.5]	 levado [f.130v, L.4]	Sem ocorrências

W	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências
X	Sem ocorrências	Sem ocorrências	 axe [f.132v, L.2]	Sem ocorrências
Y	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências	 Pay [f.130v, L.2]
Z	 Zeferinna [f.182v, L.22]	Sem ocorrências	 cozinha [f.132v, L.2]	Sem ocorrências

Fonte: Produzido pelo autor

As letras de Inocêncio Pinheiro Pinto são, em geral, menores que a de seu pai e bem executadas (cf.figura 99). Os traçados (ductus ↗) são inclinados para a direita, com algumas particularidades nas hastes de grafemas específicos como <d>, <m>,<a>, <e>, que possuem o traçado inclinado para a esquerda.

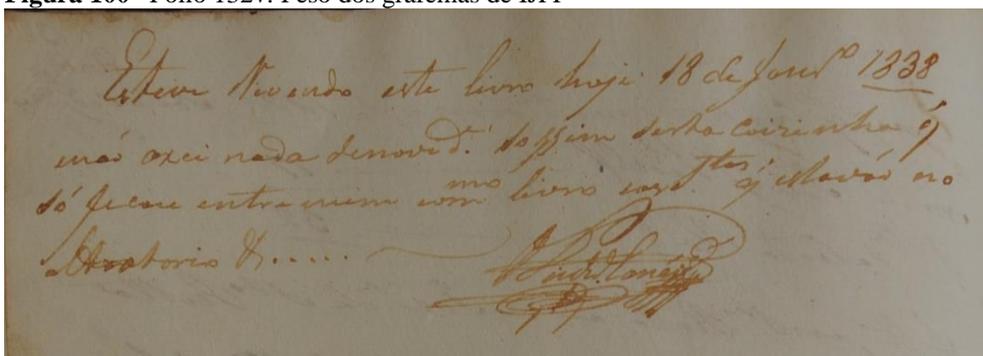
Figura 99– Fólio 129v: Particularidades das letras de IJPP



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Os traços das letras de Inocêncio Canguçu são mais finos que o de seu pai, Antônio Pinheiro (cf.figura 100).

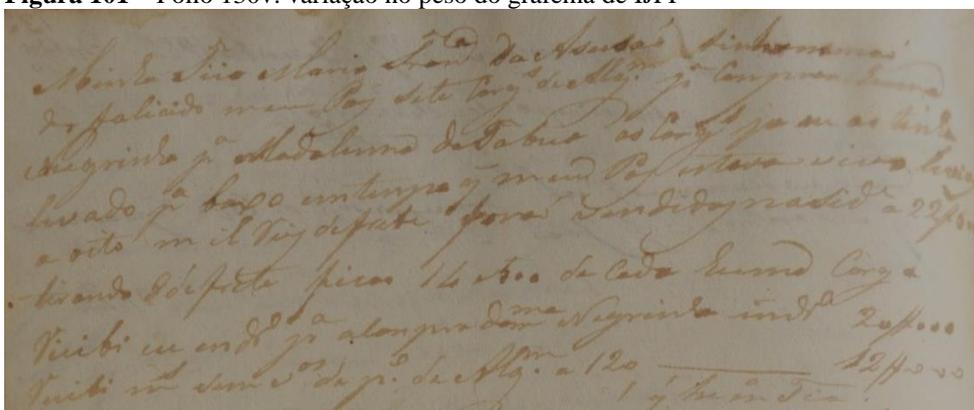
Figura 100– Fólio 132v: Peso dos grafemas de IJPP



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Encontramos uma variação no traçado apenas quando há excesso de tinta ou em virtude do estado de conservação do documento, como se pode observar a seguir (cf.figura 101).

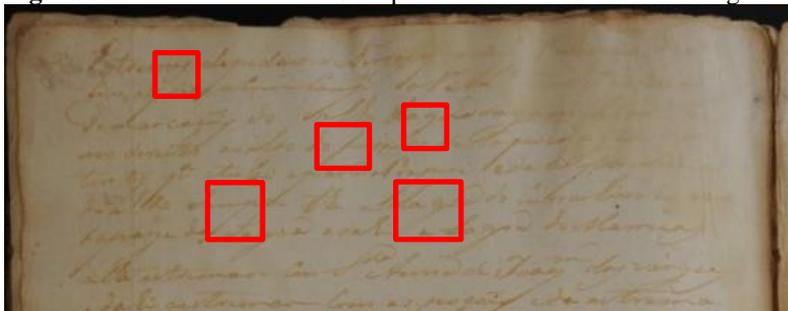
Figura 101– Fólio 130v: variação no peso do grafema de IJPP



Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

No tocante ao ângulo, é preciso ficar atento à execução dos grafemas minúsculos descendentes (<j>, <y>, <g>, <f>, <q>, <p>, ao <s>), pois apresentam hastes bem mais alongadas que o normal. Comparando esse aspecto com o punho do pai, Antônio Pinheiro, é perceptível a diferença entre os punhos (cf.figura 102).

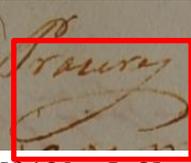
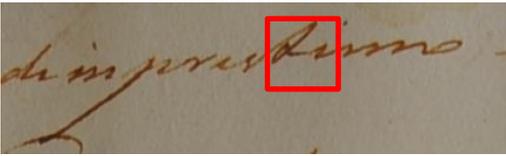
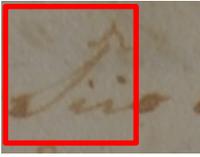
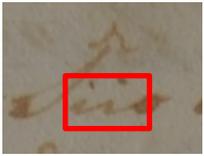
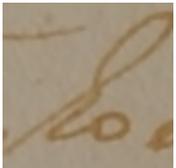
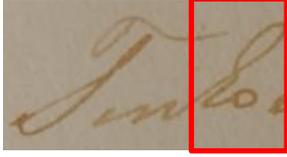
Figura 102– Trecho do fólio 186v: particularidades das hastes dos grafemas de IJPP

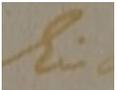
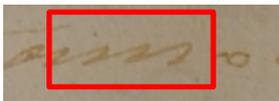


Fonte: CEDOHS/UEFS /Foto: Jorge Santos/UESB

Do punho de Inocêncio Pinheiro Canguçu, foi possível observar algumas particularidades na execução grafemática. São as seguintes.

Quadro 28 – Particularidades da execução caligráfica de IJPP.

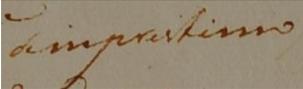
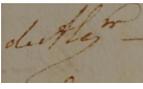
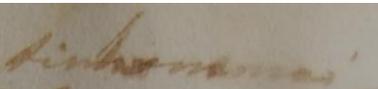
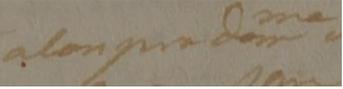
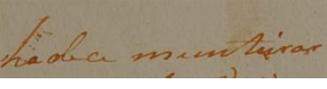
Grafema	Comentário	Exemplo
 <s> longo	O <s> longo, além de possuir o traçado descendente longo, pode ser confundido, numa leitura desatenta, a um <j> ou <y>.	 [f.129v, L.2]
<t>	 O <t> tem um formato que pode ser confundido com o grafema <d> minúsculo.	 [f.129v, L.1]
<T>	 A execução do grafema <T> lembra o formato do grafema <F> maiúsculo.	 [f.130v, L.1]
<ii>	 A duplicação do grafema <i> ocorre na palavra tio.	 [f.130v, L.1]
<h>	 O grafema <h> lembra o grafema <E>.	 [f.132r, L.17]
<tt>	 Duplicação do grafema <t>.	 [f.132r, L.17]

<ll> 	A duplicação do grafema <l> pode ser confundida com a execução do <M> maiúsculo.	 [f.186, L.10]
<h> 	A presença do <h> em vocábulos como dahi, the.	 [f.186, L.6,7]
<nn> 	Duplicação do grafema <n>.	

Fonte: Produzido pelo autor

Quanto à segmentação gráfica, predominam, na escrita de Inocêncio José Pinheiro Pinto, os casos de hipossegmentação não convencional, como podemos observar no quadro a seguir.

Quadro 29 – Exemplos de hipossegmentação de IJPP.

Hipossegmentação	Fac-símile
deinprestimo	 [f.129v, L.7]
deAlgodam	 [f.129v, L.5]
tinhanamaõ	 [f.130v, L.1]
acompra damesma	 [f.130v, L.7]
há dece meenteirar	 [f.182v, L.20]

Fonte: Produzido pelo autor

Assim como acontece na escrita do segundo senhor, os dados de hipossegmentação de Inocêncio Pinheiro também ocorrem em clíticos, com predomínio da preposição *de*, e revelam a presença de ligaduras nos contextos específicos. Em relação à hipersegmentação, não foi possível constituir uma amostra mínima capaz de indicar a possibilidade da falta de cursividade na escrita de Inocêncio. Pelo que se lê em seus

registros, aparentemente, ele levantava a pena, durante o processo de escrita, apenas nos momentos específicos de fronteira entre as palavras.

Após a edição e a análise dos quadros scriptográficos elaborados para cada scriptor, além da observação dos aspectos relacionados à segmentação gráfica, foi possível constatar que há, no texto, o emprego da escrita cursiva, já que predomina uma escrita corrente, embora exista a segmentação gráfica não convencional em determinadas partes do texto. Segundo Acioli (1994), a letra cursiva originou-se da escrita humanística, que teve destaque no período renascentista, no século XV, como reação ao estilo gótico. Porém, ainda de acordo a autora, entre os séculos XVIII e XIX, a escrita humanística perde espaço, e passa-se a usar a cursiva, de leitura fácil e corrida (ACIOLI, 1994, p. 62).

5.2 AS ABREVIATURAS

O nosso objetivo, neste tópico, é fazer uma contextualização das abreviaturas, já que os senhores do Campo Seco, Antônio Pinheiro Pinto e Inocêncio Pinheiro Canguçu, utilizam muito este recurso nas anotações do Livro de Razão.

Poderia iniciar a discussão apresentando, de imediato, uma série de conceitos importantes, mas, antes, quero compartilhar a leitura de um texto de Maria Cecília Jurado de Andrade, que atraiu minha atenção para o trecho reproduzido a seguir, pois, além de ser uma imagem muito bela do processo árduo que é o trabalho com textos antigos, oferece, também, uma reflexão para o pesquisador que se aventura nesta jornada. Diz a autora sobre os manuscritos históricos:

Gosto de lembrar de manuscrito como *sal terrae* que é derramado no fólio pelo escrivão através de traços há muito refletidos como se fosse pela primeira vez. O pesquisador criterioso há de entrar no texto e decifrá-lo, como se navegasse sem nenhuma cartografia, como se reescrevesse o que já foi escrito, já que vai conhecendo uma história como se fosse pela primeira vez numa reinterpretação do há muito já vivido e interpretado. (ANDRADE, 2010, p. 21-22)

Há, neste trecho, para além da imagem que ele representa, princípios basilares para quem se dedica ao ofício da edição de textos. Andrade (2010) menciona termos e expressões como, por exemplo, “pesquisador criterioso”, “entrar no texto”, “decifrá-lo” e “cartografia”, para indicar que o processo de interpretação do passado, derramado como “sal terrae”, no fólio pelo escrivão, exigirá do “pesquisador-navegante” a busca por

mecanismos capazes de ajudá-lo a desvendar as histórias ali registradas. Nesse contexto, o pesquisador precisará estar preparado para superar as condições de conservação do papel e a qualidade da tinta, mas também compreender as convenções de escrita vigentes na época, além da caligrafia dos scriptores (FLEXOR, 2008, s/p). Entretanto, as dificuldades que se apresentam neste turbulento processo de reconstituição do que já foi escrito não se esgotam nestas mencionadas. Aqui apresentamos mais um elemento que, sem a cautela do pesquisador, pode se tornar um empecilho no processo de leitura de um texto antigo: as abreviaturas.

Não é uma prática atual o ato de abreviar. Uma análise cautelosa da literatura que aborda o tema mostra, por exemplo, que as abreviaturas estavam presentes em textos gregos e latinos e que seu uso foi proibido no Império Romano (SPINA, 1977). Mas, afinal, o que é uma abreviatura e quais fatores condicionam o seu uso? Esses e outros questionamentos são motivações que habitam trabalhos que se propõem a discutir o tema.

O ato de abreviar pode ser definido em diversas perspectivas. Seixas (2020, p. 52-54), ao abordar as abreviaturas como pistas gráficas subsidiárias para a caracterização sociolinguística dos escreventes em textos setecentistas, conceitua abreviatura nas perspectivas lexicográfica, linguística e etimológica. Seguindo a abordagem da autora, apresentamos a seguir um quadro que caracteriza tais perspectivas.

Quadro 30 – Conceito do ato de abreviarem diferentes perspectivas.

Lexicográfica	Linguística	Etimológica
<p>“ABREVIATÚRA, s. f. Modo de escrever, em que faltão algumas letras, que o autor suppre. § Cifras, signaes que representam as letras, ou as palavras mais curtamente”.</p> <p>Moraes Silva (1789, p. 13)</p> <p>“forma encurtada ou contraída de uma palavra resultante da omissão de algumas sílabas no interior da mesma ou da omissão de parte dela”</p> <p>Faria e Pericão (1988)</p>	<p>As abreviaturas são língua, significam linguisticamente.</p> <p>Cohen (2016, p.19)</p> <p>“Em essência, as abreviaturas são compostas por um significante linguístico que carrega conteúdo semântico e um significante destinado a indicar a condição de uma palavra abreviada, semanticamente mutável. Juntos, os dois dão à palavra abreviada seu significado linguístico.”</p> <p>Núñez Contreras (1994, p.109)</p>	<p>No que diz respeito à etimologia do termo abreviatura, conforme Cunha (2010), a sua entrada no léxico do português deu-se no século XVI e tem como origem o termo breve, oriundo do lat. brevis, o qual significava “de pouca duração, ou de pouca extensão ou tamanho” (op. cit., p. 101).[...] Posteriormente, no latim tardio, tem-se a formação do termo abbreviationem, advindo da junção do lat. ad ‘para’ + breviare ‘encurtar’, sendo este originado de brevis, de acordo com o Online Etymology Dictionary (HARPER, 2001).[...] a braquigrafia. A</p>

		<p>entrada desse vocábulo no léxico do português ocorreu no século XIX, devido à introdução de várias palavras na linguagem científica nacional, as quais eram formadas pela união de elementos gregos, e tem como origem a junção do gr. brachýs ‘curto, breve’ + gr. gráphein ‘escrever, descrever, desenhar’ (CUNHA, 2010, p. 100). Seixas (2020, p.54)</p>
--	--	--

Fonte: Produzido pelo autor com base em Seixas (2020, p. 52-54)

A análise das definições do quadro acima revela que o ato de abreviar está relacionado a processos que se relacionam e envolvem a transformação na estrutura do vocábulo que, segundo Núñez Contreras (1994, p. 109), é constituído por um componente semântico e o outro simbólico, que, juntos, garantem o significado linguístico da palavra. Para Sobral (2007, p.22), “A classificação das abreviaturas é realizada normalmente baseando-se nos elementos usados para abreviar a palavra, os princípios e os sinais abreviativos”. Em outras palavras, as abreviaturas não são elaboradas de modo aleatório, ou seja, são realizadas atendendo aos princípios que indicam em qual parte da palavra a letra ou as letras serão suprimidas. São esses princípios, aplicados aos componentes semântico e simbólico de uma palavra, que nos permitem entender as abreviaturas enquanto componente linguístico do texto, desdobrá-las e classificá-las.

A literatura sobre a classificação de abreviaturas é bem vasta, como bem lembra Gonçalves (2018, p. 137) “São encontradas diversas propostas para a classificação das abreviaturas, que coexistem até hoje, sem termos, por vezes, uma unanimidade entre os autores”. A não existência de unanimidade mencionada por Gonçalves (2018) não é um problema para o pesquisador, até porque, geralmente, as propostas existentes utilizam os princípios e sinais abreviativos mencionados por Sobral (2007, p. 22). Sobre esses dois elementos, explica a autora:

Os princípios abreviativos correspondem aos procedimentos usados para omitir as letras. Estes podem ocorrer pela suspensão das letras finais, podendo a palavra ficar reduzida apenas à sua letra inicial, pela supressão de letras mediais, pela supressão de letras finais e mediais, colocação de uma letra de tamanho menor, geralmente no final da palavra ou pela substituição de parte da palavra por um número. Os sinais usados podem ser simplesmente um indicativo de uma palavra abreviada, sendo chamado, nesses casos, de sinais gerais, ou podem ter um valor

convencional, próprio ou relativo, indicando dessa forma qual a letra, ou grupo de letras, que foi omitida. (SOBRAL. 2007, p. 22).

Nesta tese, as abreviaturas foram organizadas e classificadas no volume 2. Para cada palavra abreviada pelos dois scriptores, foi coletado o recorte do fac-símile que ocupa a primeira coluna. Na segunda coluna, desdobramos a abreviatura seguindo o modelo indicado nas normas de edição, porém, no quadro, optamos por colocar também em negrito. A classificação foi indicada na terceira coluna. Acrescentamos ao quadro duas linhas. Na primeira, informamos a quantidade de ocorrências da abreviatura e, na segunda, identificamos a localização na página, fólho e linha do manuscrito, conforme o modelo indicado a seguir.

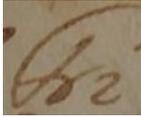
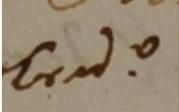
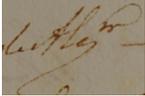
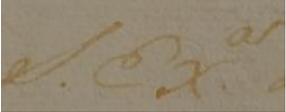
Quadro 31 – Organização das abreviaturas identificadas no Livro de Razão.

Abreviatura - Imagem	Abreviatura desdobrada	Classificação
	Abatimento	Letra sobrescrita
1 ocorrência		
(92,L.23)		

Fonte: Produzido pelo autor

A classificação de cada abreviatura foi realizada observando os princípios e sinais abreviativos, de acordo com os autores elencados no quadro 32 a seguir.

Quadro 32 – Critérios usados para a classificação das abreviaturas do Livro de Razão.

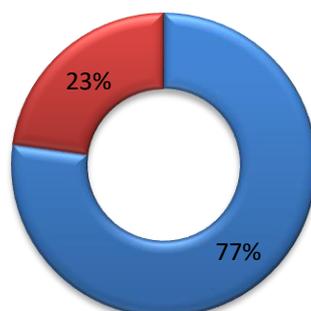
Classificação	Definição	Definição	Exemplo do Livro de Razão (APP)	Exemplo do Livro de Razão (IPC)
Contração ou síncope	“[...] quando faltam letras no meio do vocábulo” (FLEXOR, 2008, p. 12).	“consiste na supressão, no interior da palavra, de uma ou várias letras, podendo, às vezes, aparecer somente no final da palavra”. (PROU, 1910)	 Fernandez [p.24,L.1]	 Gonçalvez [f.129v,L.5]
Letra sobreposta ou sobrescrita.	“em geral, é colocada a letra inicial ou prefixo da palavra, e, em suspensão, a última ou as últimas letras da palavra” (FLEXOR, 2008, p. 12).	“[...] classificam-se as abreviações por letra sobrepostas, exclusivamente vogais, que têm valores fixos em relação às letras que servem de expoentes.” (ACIOLY, 1994, p.47)	 Crédito [p.4, L.10]	 Algodam [f.129v,L.5]
Mista	“[...] aquela em que a palavra sofre a supressão de algumas sílabas e de outras não.” (FARIA, PERICÃO, 2008, p. 26) Nesse tipo de abreviatura ocorre a junção de outros tipos de abreviatura, por exemplo, contração e letra sobreposta.	Apresenta concomitantemente letra e número, sendo os números arábicos; abreviaturas e siglas quando se referem às designações dos religiosos, e contração e letra sobrescrita. Há também formas abreviadas apenas com siglas, contrações ou sobreposições. (LOSE ET AL, 2009)	 Sua Excelência [p.122,L.18]	Não identificamos ocorrências.
Suspensão ou apócope	“[...] quando falta o final da palavra.” (FLEXOR, 2008, p. 14)	Quando desaparece quase toda a palavra permanecendo somente a letra inicial ou a sílaba inicial. Esse sistema deriva-se das siglas [...]. (ACIOLY, 1994, p.46)	 Dona [p.6, L.14]	 Que [f.129v,L.9]

Fonte: Produzido pelo autor

No *Livro de Razão* do Campo Seco, identificamos 171 palavras que aparecem em um total de 6201 abreviaturas. Vale destacar que, desse total, as ocorrências são majoritariamente de Antônio Pinheiro Pinto, já que ele escreve bem mais que o filho, Inocêncio Pinheiro Canguçu, como podemos observar no gráfico a seguir.

Gráfico 4 – Total de palavras abreviadas no Livro de Razão

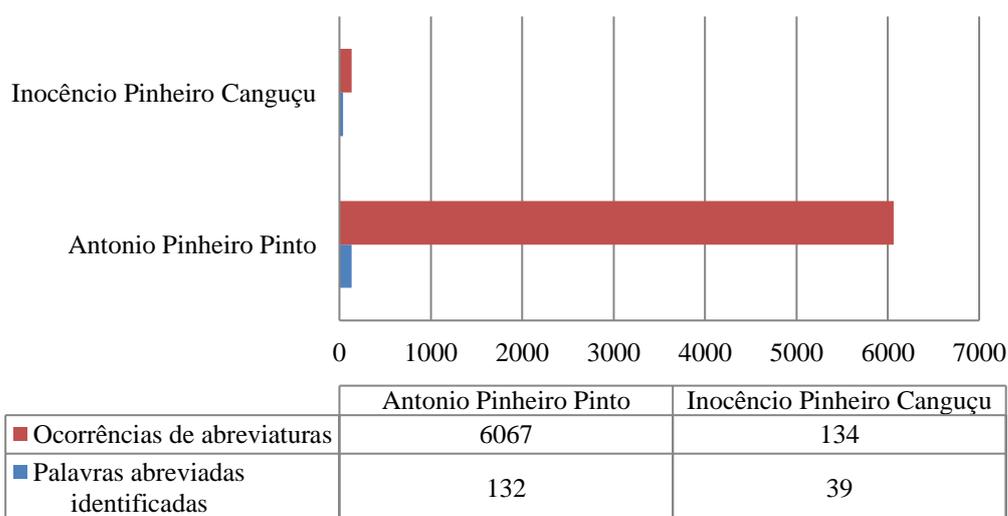
■ Antonio Pinheiro Pinto ■ Inocêncio Pinheiro Canguçu



Fonte: Produzido pelo autor

Os 77% de abreviaturas de Antônio Pinheiro Pinto equivalem a um total de 132 palavras. Inocêncio Pinheiro Canguçu abreviou apenas 39 palavras, perfazendo um total de 23%. O gráfico a seguir mostra a quantidade de vezes que essas palavras identificadas foram abreviadas ao longo do texto.

Gráfico 5 – Distribuição geral de abreviaturas por *scriptor*.



Fonte: Produzido pelo autor

As 6067 abreviaturas da lavra de Antônio Pinheiro Pinto foram classificadas e organizadas na tabela a seguir para uma melhor compreensão.

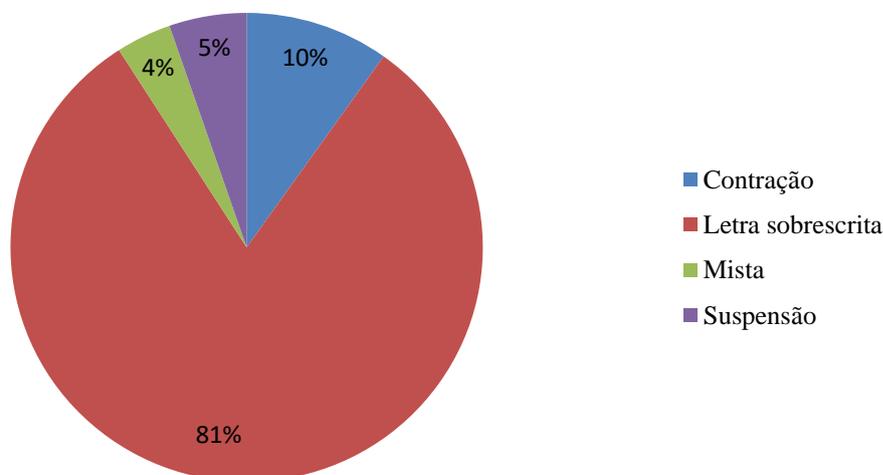
Tabela 7– Abreviaturas de APP: distribuição por classificação

Classificação da abreviatura	Quantidade de palavras abreviadas	Total geral de ocorrências
Contração	13	822
Letra sobrescrita	107	3994
Mista	05	47
Suspensão	07	1204
Total geral	132	6067

Fonte: Produzida pelo autor

Considerando o total de palavras abreviadas e classificadas, temos a seguinte distribuição:

Gráfico 6 – Classificação das abreviaturas oriundas do punho de APP.



Fonte: Produzido pelo autor

As 134 abreviaturas produzidas por Inocêncio Pinheiro Canguçu também foram classificadas e organizadas na tabela a seguir.

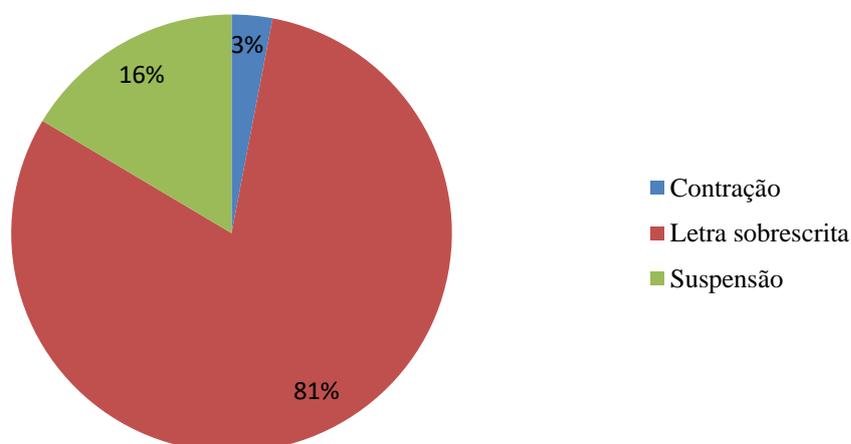
Tabela 8 – Abreviaturas de IJPP: distribuição por classificação

Classificação da abreviatura	Quantidade de palavras abreviadas	Total geral de ocorrências
Contração	02	04
Letra sobrescrita	33	108
Suspensão	04	22
Total geral	39	134

Fonte: Produzida pelo autor

A distribuição do total de palavras abreviadas e classificadas está sintetizada no gráfico 7.

Gráfico 7 – Classificação das abreviaturas oriundas do punho de IJPP.



Fonte: Produzido pelo autor

Uma análise inicial dos gráficos nos mostra alguns dados importantes. Constatamos que não foram identificadas abreviaturas mistas na produção gráfica de Inocêncio Pinheiro Canguçu. Predominam, na produção gráfica dos dois *scriptores*, as abreviaturas por letra sobrescrita, sendo 81% o total das ocorrências. Embora o percentual seja igual para os dois, é preciso ficar atento, pois não há uma comparação simétrica em relação ao uso dessas abreviaturas (ocorrências), já que o volume de dados de Pinheiro Pinto é bem superior ao de Pinheiro Canguçu. Um olhar pormenorizado na íntegra dos dados ratifica essa constatação: Antônio Pinheiro Pinto, das 132 palavras que abrevia, faz, em 107 delas, o uso de letra sobrescrita, perfazendo um total de 3994 ocorrências. Em contrapartida, Inocêncio Pinheiro Canguçu emprega a letra sobrescrita em 33 das 39 palavras que abrevia, totalizando 108 ocorrências.

Independente da classificação das abreviaturas identificadas em determinado manuscrito, é importante refletir sobre as motivações que justificam o emprego delas. Entre a maioria dos pesquisadores há o entendimento de que o uso das abreviaturas está relacionado a razões de economia de tempo e de material utilizado para a escrita, além do emprego de menor esforço para tal prática (FLEXOR, 2008; GONÇALVES, 2018). Entretanto, Núñez Contreras (1994, p.107) acredita que tais explicações não são plenamente satisfatórias, porque, para ele, “[...] em muitos casos, a realidade mostra que

escrever uma palavra abreviadamente pode levar mais tempo e exigir mais atenção do que se a escrevesse com todas as suas letras [...]”.

A crítica apresentada por Núñez Contreras (1994) é, de fato, pertinente, mas não se aplica em todas as palavras. Há palavras com três ou mais sílabas, como exemplificamos no quadro 33, que, quando abreviadas, economizam tempo e espaço.

Quadro 33 – Exemplos de abreviaturas que economizaram espaço no Livro de Razão.

Abreviatura - Imagem	Abreviatura desdobrada	Ocorrências
	Alexandre	16
	Alqueire	49
	Comadre	32

Fonte: Produzido pelo autor

As três palavras elencadas no quadro são produtos do punho de Antônio Pinheiro Pinto, que se repetem, ao longo de suas anotações no *Livro de Razão*, respectivamente, 16, 49 e 32 vezes. Na primeira ocorrência, há a omissão de 4 letras; na segunda e terceira ocorrências, 3 letras são suprimidas. Façamos, agora, o exercício de imaginar que as letras suprimidas estivessem presentes em todas as ocorrências dos vocábulos mencionados. Certamente, haveria a ocupação de um espaço maior do suporte e gastaria mais tinta e tempo no processo de execução gráfica. Há de se considerar também que a forma de abreviar escolhida pelo scriptor, para representar cada palavra, obedece ao princípio da manutenção do elemento semântico, fazendo a omissão no interior da palavra e colocando em forma sobrescrita a última letra, o que, para os casos específicos, não se constitui como um modelo que exija mais tempo e atenção por parte do autor material. Outro fator importante é o fato da reincidência das abreviaturas ao longo do manuscrito, pois uma vez abreviada, a repetição garante a agilidade na execução do processo.

Especificamente, no Campo Seco, não acreditamos que o uso de tantas abreviaturas seja motivado exclusivamente pela economia de material para a escrita. Se considerarmos que o *Livro de Razão* começou a ser utilizado em 1794 e a última anotação é de 1838,

temos um período de 44 anos de uso, claro que não de forma ininterrupta. Ainda assim, são muitos anos de uma prática de escrita, e o Livro apresenta uma quantidade significativa de folhas em branco. Por essa razão, para além da economia de papel e tinta, o fator tempo pode ser considerado o elemento motivador principal das abreviaturas no contexto da fazenda da família Pinheiro Pinto/Canguçu, uma vez que estamos falando de um local onde houve diversas operações financeiras que exigiam agilidade no registro de compras, vendas e dívidas variadas para posteriores acertos e pagamentos. Além disso, grande parte dos produtos, bem como o nome dos credores e devedores registrados, fazia parte do contexto e do convívio rural, o que facilitava a compreensão posterior desses assentamentos abreviados.

Se tais abreviaturas não ofereciam problemas de compreensão para seus autores, quando foram elaboradas, para quem se debruça sobre elas, muito tempo depois, a situação é bem diferente. Sobral (2013, p. 88) comenta sobre as dificuldades de compreensão do sistema abreviativo que estão atrelados aos seguintes fatores:

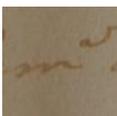
a) o ducto da escrita contribui para que o amanuense não levante a mão do suporte, o que favorece a ligação entre as palavras, a formação de nexos entre as letras e o uso de traços que envolvem toda a palavra abreviada. Esses traços podem partir da última letra da palavra ou da letra sobreposta, prejudicando a identificação das letras que compõem a abreviatura, já que torna difícil distinguir os traços pertencentes a cada letra; b) polissemia (várias equivalências para uma mesma forma abreviada; c) para-sinonímia (diferentes formas usadas para abreviar uma mesma palavra; d) formas especiais de abreviação (SOBRAL, 2013, p. 88).

Na edição do *Livro de Razão*, a dificuldade de leitura das abreviaturas esteve atrelada, principalmente, à polissemia e à sinonímia, o que nos obrigou a observar atentamente o contexto de uso.

O quadro 34 a seguir exemplifica os casos de polissemia identificados nos assentamentos de Antônio Pinheiro Pinto.

Quadro 34 – Polissemia nas abreviaturas de APP.

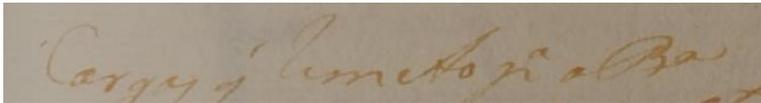
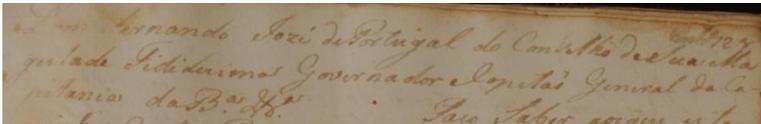
Fac-símile	Transcrição	Ocorrências	Fac-símile	Transcrição	Ocorrências
	<i>Barra</i>	16		<i>Bahia</i>	05

	<i>Dona</i>	07		<i>Dom</i>	01
	<i>Livro</i>	02		<i>Linho</i>	04
	<i>meia</i>	05		<i>minha</i>	40
	<i>Santa</i>	24		<i>Santana</i>	01

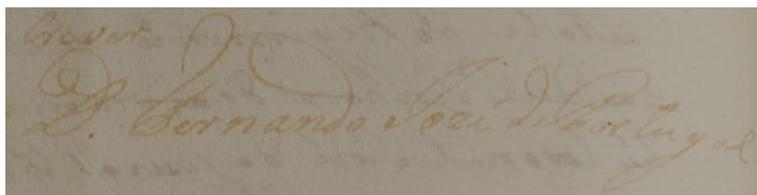
Fonte: Produzido pelo autor

A polissemia, como bem explica Sobral (2013), consiste na utilização de uma mesma abreviatura para diferentes palavras. As ocorrências desse tipo de abreviatura no *Livro de Razão*, oriundas da produção gráfica de Pinheiro Pinto, só foram desenvolvidas após a observação do contexto de uso de cada uma, conforme os exemplos presentes no quadro 35.

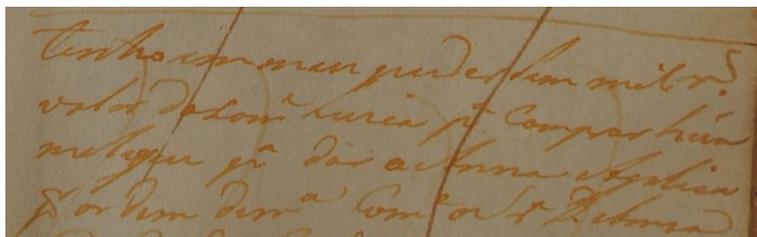
Quadro 35 – Exemplos contextualizados da polissemia na escrita de APP.

 <p>Cargas que Remeto para aBarra [f.127r, L.19]</p> <p>Antonio Pinheiro Pinto tem outras anotações fazendo referência a transações comerciais realizadas na Barra. Essa informação facilitou a compreensão da abreviatura.</p>
 <p>Dom Fernando Jozé de Portugal do Conselho de Sua Magestade Fide Lissima Governador Capitão General da Ca</p>

pitania **daBahia**. [p.121, L.1-3]

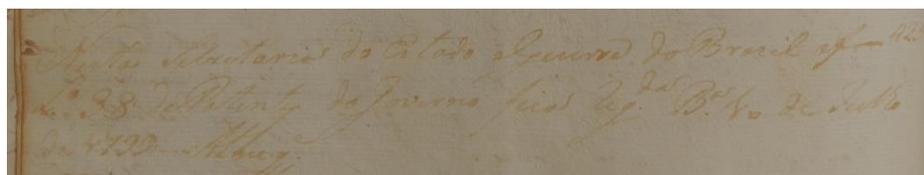


Dom Fernando Jozé dePortugal [p.122, L.6]



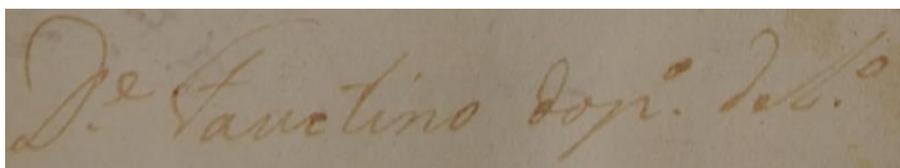
tenho em meu puder Sem milreis
valor da madre Luzia para comprar hum
moleque para dar a Anna Angelica
por or dem deminha comadre a Senhora

Dona Anna [p.117, L.33-37]

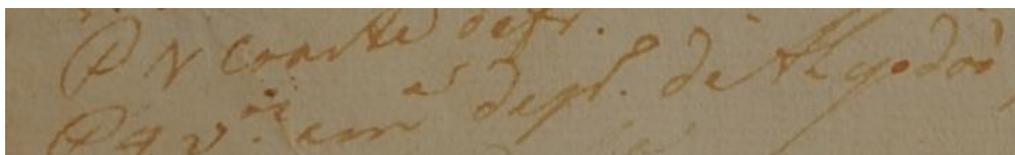


Nesta Secretaria do Estado e Guerra do Brasil a folha 425

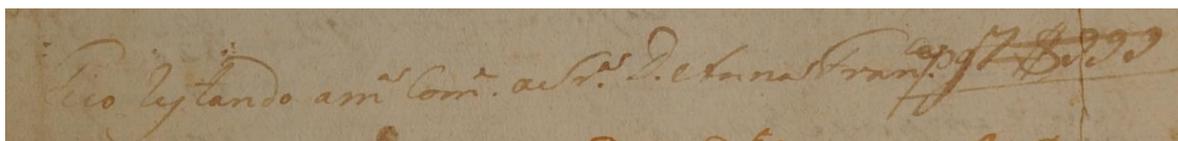
Livro 38 de Patentes do Governo fica Registrada Bahia 10 de Julho
de 1799 Albuquerque



Deve Faustino do panano **deLinho** [p.15, L.24]

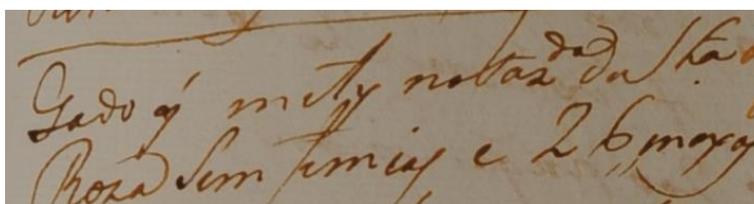


Por 4 varas **emeya** de panano de Algodão [p.38, L.31]



Fico Restando **aminha** comadre a Senhora Dona Anna Francisca

pago 7\$999



Gado que mety na Fazenda **de Santa**

Roza Sem femias e 26 maxos [f.126r, L.13-14]



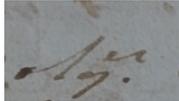
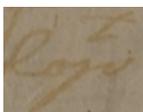
Deve me meu Irmão Joaquim **de Santana** de Resto do Credito [p.3, L.1]

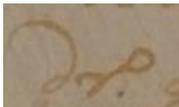
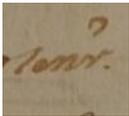
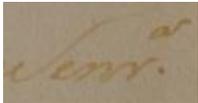
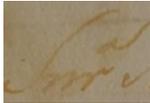
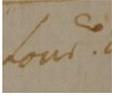
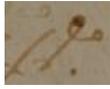
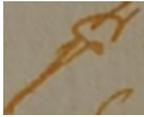
Fonte: Produzido pelo autor

Apesar de os casos de polissemia ocorrerem em menor quantidade na escrita de Pinheiro Pinto, apresentaram maior dificuldade durante o processo de edição, já que, para cada ocorrência, era necessária a comparação dos exemplos nas situações nas quais foram empregados e todo esse processo demandava maior tempo e cautela.

Diferente da polissemia, a sinonímia acontece quando uma palavra é abreviada de formas diferentes. No quadro 36 exemplificamos os casos identificados, também, nos assentamentos de Antônio Pinheiro Pinto.

Quadro 36 – Sinonímia nas abreviaturas de APP.

Transcrição	Fac-símile	Ocorrências	Transcrição	Fac-símile	Ocorrências
Alqueires		11	Alqueires		48
Capitam		29	Capitam		01

<i>dinheiro</i>		431	<i>dinheiro</i>		29
<i>farinha</i>		140	<i>farinha</i>		04
<i>senhor</i>		317	<i>senhor</i>		21
<i>Senhor</i>		01	<i>Senhora</i>		15
<i>Senhora</i>		03	<i>Senhora</i>		01
<i>Francisco</i>		68	<i>Francisco</i>		04
<i>Lourenco</i>		14	<i>Lourenco</i>		01
<i>Tenente</i>		01	<i>Tenente</i>		02
<i>Por</i>		467	<i>por</i>		116

Fonte: Produzido pelo autor

Na produção gráfica de Pinheiro Pinto, há uma maior produtividade de abreviaturas por sinonímia. Diferente da polissemia, o grau de dificuldade para identificar e desenvolver tais abreviaturas foi menor, o contexto também é considerado essencial, mas o processo é distinto. Enquanto na polissemia, a abreviatura é igual para duas ou mais palavras, o que nos obriga a uma nova interpretação em cada caso, na sinonímia estamos diante de abreviaturas diferentes para uma mesma palavra. Uma vez identificadas a palavra e a primeira forma de abreviá-la, a percepção de outras formas fica mais fácil, pois já temos um modelo de observação que nos indica a quantidade de elementos suprimidos e facilita a comparação.

Diante do número reduzido de abreviaturas produzido por Inocêncio Pinheiro Canguçu, não identificamos casos de polissemia. Há um caso de sinonímia para a palavra Pinheiro, como observamos a seguir.

Quadro 37 – Sinonímia nas abreviaturas de IJPP.

Pinheiro		Pinheiro	
----------	--	----------	--

Fonte: Produzido pelo autor

Pelo que expomos e exemplificamos, não é possível olhar para um manuscrito e desconsiderar as abreviaturas, porque existe uma relação antagônica entre eles. Se, no passado, as abreviaturas agilizaram a escrita, no presente retarda a leitura (SOBRAL, 2007, p. 13). Diante desse contexto, é necessário perceber que entender as “abreviaturas é uma das chaves para desvendar o segredo dos manuscritos antigos” (LOSE et al. 2009, p. x). Como é do conhecimento geral, desvendar segredos não é tarefa simples, requer estratégias variadas, persistência e paciência. Em se tratando de manuscritos antigos, não desvendar esse segredo é menos prejudicial que o desvendar equivocadamente e acabar prejudicando a preservação da cultura escrita, já que o texto é, como bem lembra Sobral (2007, p.13), “[...] registro de civilizações em um dado momento da história, capaz de fazer compreender sua evolução e suas diferentes formas de expressão [...] no que tange ao estudo de uma língua, elemento importante para compreensão da formação cultural.”

5.3 ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE GRÁFICA DE TEMPOS PRETÉRITOS

Durante o processo de edição, além das abreviaturas, notamos, também, a existência recorrente de diferentes maneiras para se representar determinados fonemas na escrita. Tais manifestações gráficas são muito importantes para a compreensão do texto como fonte de informações e para o entendimento dos usos sociais da escrita em uma determinada época. Ao destacar os usos sociais da escrita, acreditamos que, através dos produtos gráficos em um determinado manuscrito, é possível vislumbrar as diferentes convenções de escrita vigentes em cada período, para que sejam evitadas constatações equivocadas.

Nesse sentido, explica Marquilhas (2000, p. 230) que “antes de submeter qualquer texto a uma análise gráfica é importante definir bem o que se entende por escrita e ortografia”. Em outras palavras, o que a referida autora ensina é que não se deve olhar para textos do passado a partir de normas ortográficas da atualidade, pois a análise fica enviesada e, como uma das consequências, por exemplo, neutralizar a variação da língua de tempos idos, que só pode ser observada através do estudo desses textos.

A língua escrita, de acordo com Marquilhas (2000), é constituída por duas vertentes: a abstrata, que se relaciona à aquisição; e a ortográfica, que tem o caráter institucional e, portanto, determina a uniformidade. Porém, é a própria Rita Marquilhas que informa que “A ortografia uniforme da língua portuguesa é republicana” (MARQUILHAS, 2000, p. 233).

Sendo assim, a pluriortografia identificada nos documentos oficiais e manuscritos de séculos passados não deve ser vista como falta de rigor ortográfico dos scriptores. Para Barbosa (2008, p.196), “Haver mais de uma grafia nos manuscritos coloniais em função da pluriortografia – e não uma única como hoje – não é falta de rigor, é uma diferença na história social da cultura escrita.” É justamente nessa diferença que percebemos o reflexo social do emprego da língua no que se refere aos grafismos não pronunciados, ou seja, variações gráficas que não indicam possíveis reflexos da oralidade (BARBOSA, 2008, p. 195) e às variações grafonéticas, isto é, os indícios de marca de oralidade presentes na escrita.

No sertão baiano oitocentista, contexto do manuscrito aqui analisado, os dois scriptores – Antônio Pinheiro Pinto e Inocência Pinheiro Canguçu – apresentam variações gráficas nos assentamentos realizados no Livro de Razão, por isso entender o contexto

norteador das convenções ortográficas, entre o final do século XVIII e durante o século XIX, é essencial para a análise da produção escrita desses senhores do Campo Seco.

5.3.1 Um breve olhar para a história da ortografia portuguesa

A história da ortografia da língua portuguesa geralmente é dividida em três momentos, conforme o quadro 38.

Quadro 38 - Períodos da história da ortografia portuguesa

Períodos	Duração	Características
Fonético	Século XII até o século XVI.	<ul style="list-style-type: none"> • Caracteriza-se pela preocupação de escrever as palavras em harmonia com sua pronúncia, não havia sistematização.
Etimológico	Século XVI até o início do XX.	<ul style="list-style-type: none"> • Caracteriza-se pela preocupação com a etimologia, com a origem das palavras; • Acentuavam-se a falta de uniformidade na grafia e o desacordo entre a língua falada e a escrita – cada escritor tinha suas ideias e sua maneira de ortografar. Assim, a grafia das palavras complicava-se e multiplicava-se.
Histórico-científico	1911 com a reforma ortográfica em Portugal.	<ul style="list-style-type: none"> • Marcado pelo desejo de normatizar e simplificar a grafia das palavras, e de aproximar as normas ortográficas de Brasil e Portugal e, mais recentemente, de todos os países de língua portuguesa; • Período das reformas e dos acordos ortográficos; • Busca orientar-se pela pronúncia, assim como o sistema fonético, mas leva em conta também a etimologia;

Fonte: Produzido pelo autor a partir de Silva (2009 p. 58-59)

A análise das informações presentes no quadro revela, aparentemente, que a abordagem sobre a ortografia da língua portuguesa aconteceu de forma organizada e definida. Pelo contrário, essa divisão é uma tentativa de sistematizar as diferentes perspectivas que permearam a temática ao longo do tempo, considerando, para cada período, a característica mais determinante. No caso do período fonético, buscava-se uma

escrita que representasse a oralidade; já no etimológico, o foco estava na origem das palavras, que, em muitos casos, acabou gerando grafias em desacordo com a etimologia, por isso ficou conhecido como pseudoetimológico. No período histórico-científico, conhecido por período simplificado, começam a surgir os acordos ortográficos com o objetivo de normatizar e simplificar a grafia, considerando, para tanto, aspectos dos dois períodos anteriores.

É importante considerar que, nesta divisão da história da ortografia portuguesa, o início de uma nova fase não encerrava a grafia oriunda da anterior. Na verdade, as características gráficas de um momento coexistiam nos outros, basta observarmos o marco temporal de cada um para constatar isso, por exemplo, o período fonético vai até o século XVI, quando também temos o início do período etimológico.

O *Livro de Razão* do Campo Seco contém registros do final do século XVIII até meados do terceiro quartel do século XIX, logo a produção gráfica de Pinheiro Pinto e Pinheiro Canguçu estaria localizada no período etimológico. Seria ingenuidade considerar esta conclusão, sem levarmos em conta uma análise um pouco mais apurada dos materiais que funcionavam como modelos normatizadores em um século cujos autores tinham preferências ortográficas tão divergentes.

As gramáticas, que estão presentes como material de ensino da língua portuguesa desde o século XVI com Fernão de Oliveira, possuem esse caráter normatizador. No século XIX, não foi diferente, Franco (2004, p. 92) afirma que no período entre 1800 a 1807, a gramática de Reis Lobato continuava sendo usada no Brasil, como consequência da imposição do rei de Portugal, D. José I, mais propriamente em função da política pombalina. Sobre a questão da ortografia, o próprio Lobato assim se posiciona na introdução:

Advertindo porém que em matérias de ortografia se me apartar das regras, que alguns seguem, ninguém repute isto por erro por serem nesta matéria tantas opiniões quanto os Escritores. Com justa razão julguei que devia seguir a Ortografia, que vejo usada pela Corte, reservando para o tratado desta, que brevemente darei ao público o dizer o que sinto nesta matéria. (LOBATO, 1770, p. xxii)

A observação de Reis Lobato em uma gramática, representativa da reforma pombalina nos estudos menores, que foi usada no Brasil, por um bom período do século XIX, enfatizando que seguirá a Ortografia usada na Corte revela a existência de diferentes modelos normativos vigorando tanto em Portugal como no Brasil. Assim, havia a norma

prescrita pelas gramáticas, manuais e dicionários e a norma usada pelos escritores e periódicos de prestígio da época. Em sua tese de doutorado, Lima (2014, p. 32-33), ao estudar a inserção do princípio etimológico na prescrição e na prática gráficas oitocentistas, apresenta a descrição da ortografia portuguesa, considerando como recorte temporal a década de 70, tanto no Brasil como em Portugal. Para tanto, o autor analisou os conteúdos gráfico-normativos de cinco gramáticas de autores brasileiros da segunda metade do século XIX e o periódico *Gazeta de Notícias* (1877-1878), para uma caracterização do que ele denominou de norma subjetiva (prescrita pelas gramáticas) e norma objetiva (os conteúdos gráficos que circulavam nos periódicos e nos textos de escritores renomados da época).

O quadro a seguir, elaborado a partir de Lima (2014), sintetiza a visão de autores brasileiros a respeito da norma ortográfica subjetiva, no século XIX.

Quadro 39 – Síntese do sistema ortográfico brasileiro do século XIX.

Francisco Sotero dos Reis (1877)	Silva Jr. e Andrade (1877)	Julio Ribeiro (1881)	João Ribeiro (1888 e 1894)	Alfredo Gomes (1897)
Reconhece a existência de três sistemas ortográficos: fonético, etimológico e misto, mas prefere o sistema misto . Assim é possível utilizar uma representação etimológica que se aproxime da pronúncia praticada.	Para os autores, seguir apenas o sistema fonético impossibilita a existência de uma ortografia, pois a pronúncia está sujeita a variação diafásica, diatópica e de estilo. Por outro lado, o uso simplesmente adotando o sistema etimológico resulta em um número significativo de homônimos e de enganos de origem. Por isso, optam pelo que é	Prefere o uso etimológico, mas combate uso sem que haja fundamento. A variação gráfica é a evidência da coexistência de normas , mas ao mesmo tempo revela a preocupação em resolver os problemas gráficos.	Seu testemunho sobre os sistemas ortográficos explicita a falta de base segura. Em relação à ortografia fonética, a variação da pronúncia torna impraticável uma ortografia. Quanto à ortografia etimológica, a evolução das formas dos vocábulos e a obscuridade e o desconhecimento da origem dos vocábulos criam formas variantes que apesar de serem decisões gráficas etimológicas não possuem fundamento. Já a	Será a consciência da existência de outros modelos gráficos que se constituirá a abordagem do autor. Reconhece a existência de 3 sistemas (phonetica, etymologica e usual). Também por preferir o sistema usual que é a relação dos sistemas fonético e etimológico .

	usual, ou seja, pelo sistema misto , que tenta dosar os dois sistemas anteriores.		ortografia mista , por não dispor de limite preciso da colaboração de cada sistema anterior, também expõe abertura à variação.	
--	--	--	---	--

Fonte: Elaborado a partir de Lima (2014, p.160,179,202,218,236)

A análise do quadro 39 indica que, mesmo com a diferença temporal entre as gramáticas analisadas, há um consenso entre a maioria dos autores pela utilização do sistema usual, isto é, misto. Lima (2014, p. 510), em sua conclusão acerca da norma subjetiva, explica que a utilização do referido sistema é a “consequência da inexistência de regras fixas”.

Tal constatação, obtida a partir de estudos das três últimas décadas dos oitocentos, não é exclusividade do período, mas uma continuidade do que acontecia, na primeira metade do século XIX e em séculos anteriores. Em estudo sobre a variação gráfica em documentos do século XVII, Ximenes e Santiago-Almeida (2017, p. 505) relatam que havia uma suposta liberdade de registro ao gosto do escrevente. Segundo os autores, a maneira de grafar as palavras, considerando os aspectos fonético ou etimológico, era uma prática “comum independentemente do grau de instrução de quem escrevia até, pelo menos, no início do século XX.” A respeito dessa pluriortografia, Barbosa (2008, p. 196), em sua reflexão sobre as fontes escritas e história da língua portuguesa no Brasil do século XVIII, é categórico ao afirmar que:

Grafar coração ou curaçao, semelhante ou semelhante não estava vinculado ao grau de erudição. Tudo isso era normal aos olhos de redatores que não viviam, como nós, sob ortografia única. Assim, portanto, um redator do Setecentos considerado culto, no Brasil e em Portugal, varia conforme variam os textos impressos e manuscritos que serviam de referência de escrita culta em sua época. Barbosa (BARBOSA, 2008, p.196)

Para além das gramáticas como exemplos de textos-modelares, Barbosa (2008), apesar de tratar do século XVIII, oferece ao pesquisador uma metodologia que permite uma comparação entre textos impressos e manuscritos que serviam de referência de escrita em determinada época. Essa perspectiva foi aplicada por Lima (2014, p. 385) ao verificar, no periódico carioca *Gazeta de Notícias*, na segunda metade do século XIX, a partir do princípio etimológico, como essa norma gráfica estava empregada nos textos-modelares do período.

Seguindo, com os devidos ajustes o modelo aplicado por Barbosa (1999) e Lima (2014), faremos uma descrição referente à produção gráfica de Antônio Pinheiro Pinto e Inocência Pinheiro Canguçu, confrontando os exemplos dos grafismos não pronunciados, colhidos de seus textos com dados de textos-modelares que circularam no Brasil na época em estudo. Adotamos, como textos-modelares aqui, três periódicos, três dicionários e o conjunto de cartas escritas por remetentes cultos. Realizado esse processo, verificaremos se os dados do Campo Seco refletem a realidade gráfica das referências metalinguísticas confrontadas e dos resultados de Lima (2014) em relação às gramáticas analisadas.

5.4 REFERÊNCIAS METALINGUÍSTICAS PARA O ESTUDO DESCRITIVO DA VARIAÇÃO GRAFEMÁTICO-FONÉTICA DO LIVRO DE RAZÃO

Neste item, apresentamos as fontes metalinguísticas que serão utilizadas como parâmetro para estabelecer uma comparação com a amostra da variação grafemático-fonética colhida no *Livro de Razão*. Trata-se de três jornais do século XIX, três dicionários e um conjunto de cartas de quatro redatores ilustres, sendo três baianos e um do Rio de Janeiro, também do século XIX.

Os jornais escolhidos estão identificados a seguir:

Figura 102– Jornal Gazeta do Rio de Janeiro



Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749664&pagfis=7500>

Figura 103– Jornal Idade D’Ouro do Brasil



Figura 104– Jornal O Patriota



Fonte: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749940&pagfis=1>

O jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, segundo informações do site da Biblioteca Nacional Digital, foi lançado em 10 de setembro de 1808, sendo o órgão oficial do governo português, enquanto D. João VI permaneceu no Brasil. Circulava duas vezes na semana, dias de quarta e sábado. Inicialmente, foi editado pelo frei Tibúrcio José da Rocha e, posteriormente, pelo jornalista Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Ainda de acordo com o site, o *Gazeta do Rio de Janeiro* é o segundo jornal da história da imprensa brasileira e o primeiro a ser redigido e publicado totalmente no Brasil pela Imprensa Régia.

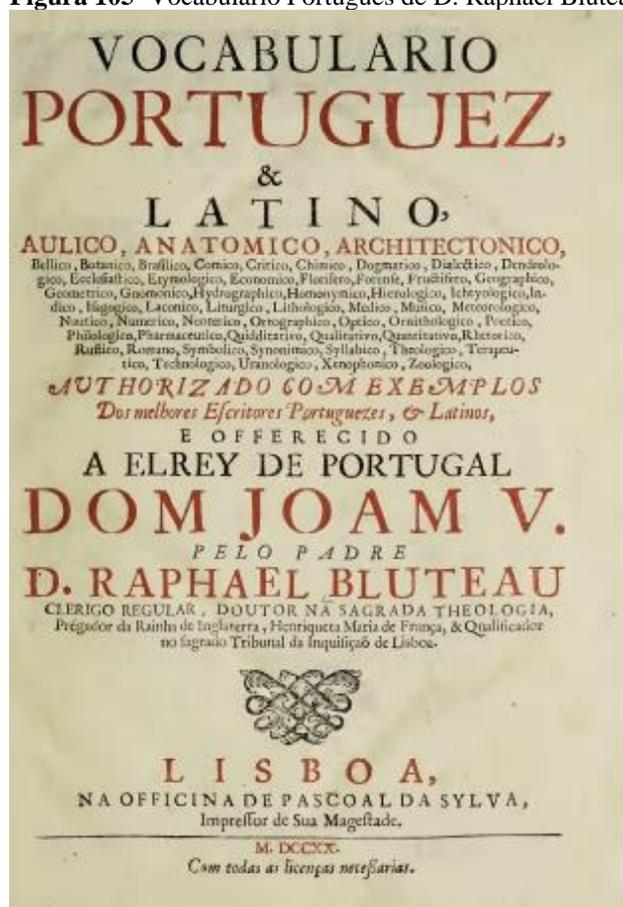
O periódico *Idade D’Ouro do Brasil*, também conhecido como *Gazeta da Bahia*, conforme Oliveira (1999), era um jornal composto por quatro páginas que circulava duas vezes na semana, às terças e sextas. Era impresso na Província da Bahia, entre maio de 1811 e junho de 1823. Tratava-se de um periódico com uma linha editorial conservadora, implantado por Manuel Antônio de Castro, que funcionava como uma espécie de diário oficial da época, divulgando e defendendo os interesses da Coroa portuguesa no Brasil, conforme informações do site da Biblioteca Nacional Digital.

Sobre o jornal *O Patriota*, Freitas (2006, p. 58) relata que era impresso pela Imprensa Régia mensalmente em 1813, e bimensal em 1814, quando foi extinto, com um total de 18 edições, abordando temas variados como, por exemplo, mineralogia, química, literatura etc. Ainda de acordo com o referido autor, *O Patriota* foi fundado e dirigido por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838), na época redator da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Registre-se ainda que, assim como o fundador, os colaboradores do periódico foram importantes estudiosos brasileiros “todos formados fora do país, e a maioria na Universidade de Coimbra” (FREITAS, 2006, p. 58).

Esses três periódicos foram escolhidos, pois possuem uma quantidade razoável de publicações, além de divulgarem informações de cunho oficial e do fazer científico no Brasil. Acreditamos que as representações gráficas identificadas neles são exemplos da norma ortográfica subjetiva que circulou no Brasil durante o século XIX.

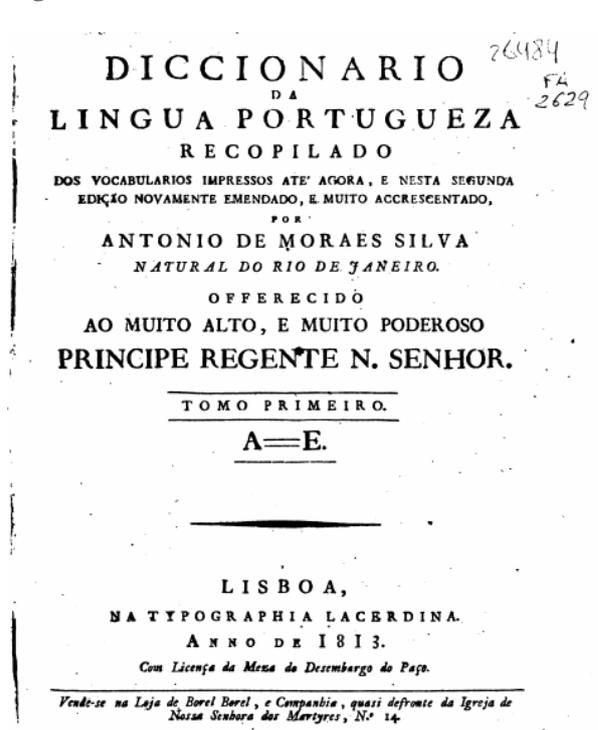
Sobre os dicionários, escolhemos os três indicados a seguir.

Figura 105–Vocabulário Português de D. Raphael Bluteau – Século XVIII



Fonte: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/>

Figura 106– Dicionário de Antonio Moraes Silva



Fonte: www.google.com.br/books/edition

Figura 107– Dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto



Fonte: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414>

A opção por utilizar esses dicionários se justifica pelo fato de apresentarem registros do léxico de períodos distintos, nos séculos XVIII e XIX, sob a perspectiva lexicográfica de brasileiros e europeu. Além disso, a observação dos verbetes poderá fornecer pistas sob o alcance dessa norma objetiva ao confrontá-la com os assentamentos de Antônio Pinheiro e Inocêncio.

Da tese de Zenaide Carneiro de Oliveira Novais, escolhemos as cartas escritas por José da Silva Liboa, o Visconde de Cairu; Luiz Paulo Araujo Basto, Visconde de Fiais; João Mauricio Wanderley, Barão de Cotegipe e Antonio Pinheiro Canguçu, neto de Inocêncio Pinheiro Canguçu, o 3º senhor do Campo Seco. O quadro 40 a seguir caracteriza brevemente o perfil desses indivíduos, a quantidade de cartas analisadas e o período compreendido. Os fac-símiles e a edição das cartas podem ser conferidos no anexo.

Quadro 40 – Perfil dos redatores ilustres

	Data de nascimento	Local de nascimento	Escolarização	Ocupações	Quantidade de cartas	Período das cartas
Jozé da Silva Lisboa	16/07/1756	Salvador	Bacharel em Leis e Direito Canônico e em Matemática. Universidade de Coimbra	Senador do Império pela Bahia, Desembargador. Jornalista, Escritor, Professor etc.	05	1809,1810,1812
Luiz Paulo Araujo Basto	30/01/1797	Rio de Janeiro	Doutor em Direito Canônico - Universidade de Coimbra	Juiz de Órfãos. Auditor de Guerra, Corregedor da Câmara, Presidente da província da Bahia	03	1825, 1828
João Mauricio Wanderley	23/10/1815	Vila de São Francisco das Chagas, BA.	Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais- Academia de Direito de Olinda, PE	Magistrado. Desembargador. Deputado Presidente da província da Bahia, Ministro da Fazenda (1853), da Marinha (1868),	05	1877
Antonio Pinheiro Canguçu	04/06/1854	Bahia	Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas - Escola Politécnica de Salvador.	Trabalhou na empresa de Ferrovia Leste Brasileira (2), no Rio de Janeiro onde foi morar depois de formado.	01	1890

Fonte: Produzido pelo autor a partir da leitura de Carneiro (2005) e Santos Filho (2012)

A escolha de cartas escritas por esses quatro homens, considerados ilustres, justifica-se pelo fato de todos serem brasileiros, terem a escolarização comprovada e ocuparem cargos que, de certa forma, mobilizaram uma prática de escrita constante. Há de se observar ainda que os remetentes escolhidos são naturais da Bahia e o do Rio de Janeiro, mesmos locais dos periódicos escolhidos, e a produção das cartas ocorreram em diferentes momentos, isto é, durante o período de circulação e após extinção dos jornais.

O critério utilizado para colher as palavras nos periódicos e nas cartas dos ilustres foi o seguinte: inicialmente, pesquisamos as palavras retiradas do *Livro de Razão*, quando não identificadas, buscamos vocábulos cujos contextos exigiriam a flutuação gráfica para a representação do fonema. Para os dicionários, consideramos apenas os vocábulos colhidos do *Livro de Razão*.

Analisamos os fonemas /z/, /s/, /u/, /ʃ/, /ʒ/ , pois eles foram representados no corpus por diferentes formas, o que nos possibilitou descrever um número maior de oscilações gráficas. Descrevemos também a representação das vogais, dos ditongos, da nasalidade e a escrita etimologizante, produtos dos punhos dos senhores do Campo Seco.

5.5 DOS SENHORES DO CAMPO SECO: A DESCRIÇÃO GRAFEMÁTICA

A proposta que será desenvolvida neste item consiste em descrever as oscilações na escrita dos Senhores do Campo Seco. Se a escrita é o foco da análise, é importante discutir, ainda que de forma sintética, a escolha do termo grafema para representar as unidades mínimas da língua escrita.

No estudo realizado sobre a representação dos fonemas sibilantes em documentos setecentistas, Monte (2007, p. 2548) relembra que o termo “grafema”, cunhado pelo linguista Jan Baudouin de Courtenay, passou a ser utilizado, ao longo do tempo, com significados diferentes e explica que:

As diferentes significações que lhe são atribuídas variam de acordo com a posição teórica dos estudiosos da língua sobre o sistema escrito e o oral. Se a língua escrita define-se como representação visual da língua oral, a concepção de grafema tende a se restringir ao paralelismo com o fonema (unidade mínima fônica). Se, por outro lado, toma-se a escrita como sistema quase autônomo de uma língua, o conceito de grafema amplia-se, tornando-se uma face abstrata da letra, com funções que alcançam maior significação do que meros caracteres. Quando se toma, todavia, os sistemas oral e escrito como complementares e passíveis de interações importantíssimas, o grafema surge como unidade polivalente, correspondendo ao fonema no nível linguístico de base de uma escrita alfabética, mas passando a abranger as escritas ideográficas, ou analíticas, — nas quais se propõe o termo pictogramas, como espécie de subgrafema —, e as unidades suprasegmentais, como os sinais de pontuação. (MONTE, 2007, p. 2548)

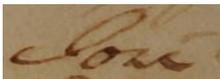
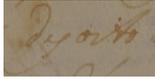
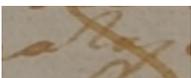
Da reflexão proposta pela autora, adotamos, nesta tese, o uso do termo grafema como unidade polivalente que corresponde a um fonema no nível linguístico, variando conforme as convenções de escrita utilizadas em diferentes sociedades e contextos, sem

considerar, portanto, a ideia de falta de rigor nessas representações, já que estamos analisando exemplos de textos produzidos em período de ortografia pendular.

5.5.1. Grafias para o fonema /z/

A grafia do fonema /z/ no corpus apresenta-se com flutuações, como acontece ainda hoje nos exemplos de escrita de alunos do ensino fundamental. Da lavra de Antônio Pinheiro Pinto, extraímos a seguinte amostra.

Quadro 41 – Representação grafemática do punho de APP para o fonema /z/.

<S>	<Z>
 Jui<s> [p.6, L.3]	 Jo<z>é [p.4,L.4/ p.5, L.2,11]
 de<s>oito [p.29, L.4/ p.30, L.9]	 Bapti<z>ados [p.6, L.5]
 Rapa<s> [p.48, L.13/f.189v, L.10]	 ca<z>a [p.70, L.20/ p.103, L.11,13]
 aRo<s> [p.72, L.28,29,30,35]	 Ro<z>a [p.4, L.1/ p.13, L.18]

Fonte: Produzido pelo autor

A amostra extraída da lavra de Inocência José Pinheiro Pinto, embora seja menor, em virtude da pouca produção gráfica dele, também indica a intercambialidade no uso dos grafemas <s> e <z> para representar o fonema /z/, conforme os exemplos a seguir.

Quadro 42 – Representação grafemática do punho de IJPP para o fonema /z/.

<s>	<z>
 ve<s> [p.131r, L.4]	 ca<z>a [f.131r, L.1]
	 coi<z>inha [f.132v, L.2]

Fonte: Produzido pelo autor

Nos periódicos do século XIX analisados, pesquisamos palavras semelhantes às encontradas no Livro de Razão ou equivalentes ao contexto em que o fonema /z/ possibilitasse a variação gráfica <s> e <z>. Colhemos as seguintes informações presentes no quadro (x) a seguir.

Quadro 43 – Representação para grafias do fonema /z/ em periódicos do século XIX.

EXEMPLOS	JORNAL GAZETA DO RIO – 1808-1822	O PATRIOTA- JORNAL POLÍTICO LIBERAL RJ 1813-1814	IDADE D’OURO DO BRAZIL BAHIA -1811-1823
Ca<s>o	x	x	x
Ca<z>o	x	x	x
Ca<z>a	x	x	
Ca<s>as	x	x	x
Jo<s>é	x	x	x
Jo<z>é	x		x
Ro<z>a	x	x	x
Ro<s>a	x	x	x
De<s>oito	x	x	x
De<z>oito	x	x	x
Cau<s>a	x	x	x
Cau<z>a	x	x	x
Atravé<s>	x	x	x
Atravé<z>	x	x	x

Fonte: Produzido pelo autor

Fica nítido, no quadro, que os periódicos materializam o uso da pluriortografia no século XIX e, com certeza, funcionaram como uma “caixa de ressonância” dessas diferentes normas que circularam no país.

Os exemplos extraídos das cartas dos ilustres baianos, para o caso da variação grafemática <s> e <z> também indicam a presença da pluriortografia entre os letrados da

época. As palavras foram colhidas nas missivas obedecendo ao mesmo princípio utilizado nos periódicos e comparadas com exemplos oriundos dos punhos dos senhores do Campo Seco. Os dados estão apresentados no quadro 44 a seguir.

Quadro 44 – Comparando os dados: a grafia do fonema /z/ em cartas de letrados brasileiros- Século XIX

APP	IJPP	JSL	LPAB	JMW	APC
de<s>oito Bapti<z>ados ca<z>a Ro<z>a Jui<s>	coi<z>inha ca<z>a ve<s> Jo<z>é	po<s>a affectuo<z>o	France<z> u<z>o	Feli<s>mente	fa<s>endo go<s>ado

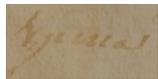
Fonte: Produzido pelos autores

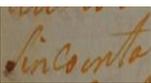
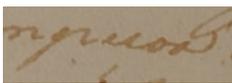
As duas primeiras colunas são alguns exemplos colhidos do *Livro de Razão*, enquanto, nas colunas seguintes, temos dados extraídos das missivas dos letrados, pessoas com nível superior e atuantes em cargos importantes, como José Wanderley, o Barão de Cotegipe. A amostra, ainda que muito restrita, revela que, assim como ocorrem nos periódicos, a variação <s> e <z> fazia parte do universo daqueles que tiveram acesso ao ensino superior. Embora exista a flutuação, tanto na escrita dos senhores do Campo Seco como na escrita dos ilustres letrados, notamos um predomínio do emprego do grafema <z> na maioria das palavras identificadas, fato que comprova uma tendência iniciada ainda no século XVIII em posição intervocálica, conforme Toniolo (2007, p. 106).

5.5.2. Grafias para o fonema /s/

A respeito do fonema /s/, lembra Aguilera (1997, p. 36) que, na escrita, pode ser representado por nove grafemas e/ou dígrafo. No corpus analisado, identificamos, do punho de Antônio Pinheiro, os grafemas <s>, <ss>, <c> e <ç>, como podemos observar na amostra presente no quadro a seguir.

Quadro 45 – Representação grafemática do punho de APP para o fonema /s/.

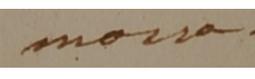
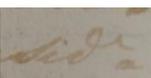
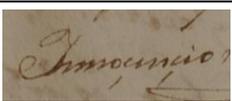
<s>	<ss>	<c>	<ç>
 <S>ima p.18, L.2/ p.103,L.3]	 pe<ss>a [p.7, L.4]	 <C>eca [p.53, L.5]	 gro<ç>os [p.73, L.25]

 <S>incoenta [p.116, L.15]	 a<ss>o [p.31, L.18]	 <C>erenar [f.124v, L.6]	 pe<ç>oa [p.121, L.10]
 <S>erto [f.124v, L.30]	 Mo<ss>a [p.32, L.6]	 a<C>entar [p.108, L.25]	 pa<ç>ou [p.9, L.27]

Fonte: Produzido pelo autor

Localizamos, da lavra de Inocêncio José Pinheiro Pinto, exemplos dos grafemas <s>, <ss> e <ç> para indicar o fonema /s/. No quadro 46 constam os exemplos colhidos.

Quadro 46 – Representação grafemática do punho de IJPP para o fonema /s/.

<s>	<ss>	<ç>
 <S>em [f.130v, L.5,12]	 mo<ss>a [f.131r, L.13]	 atreve<ç>a [f.186v, L.22]
 <s>idade [p.130v, L.5]	 cabe<ss>as [f.132r, L.6]	 Inno<ç>en<ç>io [f.130r, L.2]

Fonte: Produzido pelo autor

A observação da representação grafemática do fonema /s/ nos periódicos possibilitou a identificação dos exemplos especificados no quadro 47 a seguir.

Quadro 47 – Representação para grafias do fonema /s/ em periódicos do século XIX.

EXEMPLOS	JORNAL GAZETA DO RIO – 1808-1822	O PATRIOTA- JORNAL POLÍTICO LIBERAL RJ 1813-1814	IDADE D'OURO DO BRAZIL BAHIA -1811-1823
ro<ss>a	X		X
ro<ç>a	X		X
a<ss>o	X		X
a<ç>o	X		X
a<ss>ucar	X	X	
a<ç>ucar	X		X
<s>incoenta	X	X	
<c>incoenta	X	X	X

gro<ç>os	X		X
gro<ss>os	X		X

Fonte: Produzido pelos autores

A análise empreendida nos periódicos do século XIX mostrou, para a representação do fonema /s/, a mesma variação gráfica encontrada nos punhos dos senhores do Campo Seco. Apesar de as palavras selecionadas aparecerem com menos ocorrências no jornal *O patriota*, não podemos afirmar que a variação <ç> não ocorria neste periódico, apenas não identificamos tal ocorrência nos contextos analisados. A situação de uso desses grafemas foi identificada assim, na escrita dos remetentes ilustres do século XIX:

Quadro 48 – Comparando os dados: a grafia do fonema /s/ em cartas de letrados brasileiros- Século XIX

APP	IPC	JSL	LPAB	JMW	APC
pe<ç>ao <S>erto <C>eca con <c>erto nove<s>entos a<ss>o	<S>em <s>idade atreve<ç>a mo<ss>a	lan<s>ar preten<ç>ão extor<ç>ão	so<c>ego	<c>errar con<c>ertos	Sem ocorrências

Fonte: Produzido pelo autor

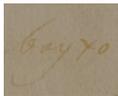
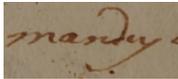
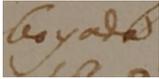
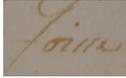
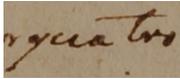
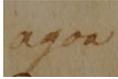
Nas duas primeiras colunas, apresentamos alguns exemplos dos punhos de Antônio Pinheiro e Inocêncio. Nas outras, com exceção de Antonio Pinheiro Canguçu, neto de Inocêncio, há uma amostra das ocorrências identificadas nas cartas dos remetentes ilustres. Embora não represente um conjunto de dados exaustivos, a amostra presente nas cartas revela a circulação de três variações para a representação do fonema /s/ entre os ilustres com nível superior e essas mesmas variações são encontradas no *Livro de Razão*, na escrita dos dois senhores.

5.5.3 Grafias para os ditongos

Antes de mencionar como ocorre a representação dos ditongos, no corpus, é importante destacar os grafemas que representam os sons vocálicos, que são seis: <a>, <e>, <i>, <y>, <o> e <u>. Há uma variação muito pequena no emprego dos grafemas <i> e <y>, com a forte predominância para o grafema <i> nos dois punhos analisados.

Os dados colhidos de Pinheiro Pinto estão explícitos no quadro 49.

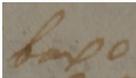
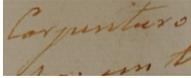
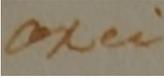
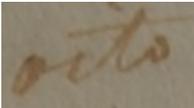
Quadro 49 – Representação grafemática do punho de APP para os ditongos

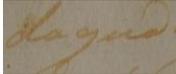
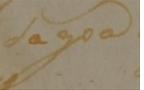
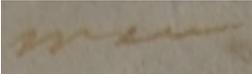
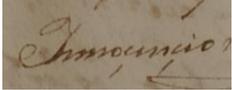
/ay/	 b<ay>xo [p.34, L.22/ p.61]	
/ey/	 mand<ey> [p.17, L.7/ p.18, L.3]	 ax<ei> [p.65, L.17/ p.78]
/oy/	 b<oy>ada [p.2,L.9/ p.8, L.10,12]	 f<oi>sse [p.35, L.30]
/wa/	 q<ua>tro [p.7, L.14]	 ag<oa> [p.6, L.8/ p.9, L.24]
/ew/	 M<eu> [p.35, L.1]	 d<eo> [p.3, L.6/ p.10, L.3]
/iw/		 Fog<io>me [p.2, L.24]

Fonte: Produzido pelo autor

Nos escritos de Inocêncio, encontramos os exemplos a seguir.

Quadro 50 – Representação grafemática do punho de IJPP para os ditongos

/ay/	 b<ai>xo [p.130v. L.2]	 P<ay> [p.130v. L.2]
/ey/	 Carpint<ei>ro [f.186v, L.29]	 ax<ei> [p.132v. L.2]
/oy/	 c<oi>zinha [f.132v, L.2]	 <oi>to [f.130v, L.5]

/wa/	 dag<ua> [f.186v, L.3]	 dag<oa > [f.186v, L.12]
/ew/	 m<eu> [p.130v, L.2]	 d<eo> [f.186v, L.2]
/iw/	 princip<io> [p.130r, L.1]	 Innoçenç<io> [p.130r, L.2]

Fonte: Produzido pelo autor.

Os ditongos identificados nos punhos de Antônio e Inocência apresentam flutuação gráfica para a representação das semivogais. São usados os grafemas <i>, <y> e <e> para a semivogal /i/ e os grafemas <o> e <u> para representar o /u/. As mesmas representações foram localizadas nos periódicos analisados, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 51 – Representação para grafias dos ditongos em periódicos do século XIX.

EXEMPLOS	JORNAL GAZETA DO RIO – 1808-1822	O PATRIOTA- JORNAL POLÍTICO LIBERAL RJ 1813-1814	IDADE D'OURO DO BRAZIL BAHIA -1811-1823
part<io>	X		X
ag<oa>	X	X	X
ag<ua>	X		X
dez<oi>to	X	X	X
ger<ae>s	X	X	X
ger<ai>s	X		X
P<ay>	X		
p<ai>	X		X
morr<eo>	X	X	X
morr<eu>	X	X	X
d<eo>	X	X	X
d<eu>	X		X

Fonte: Produzido pelo autor

Nas cartas dos ilustres, foram localizados poucos exemplos para a representação dos ditongos. Encontramos para o /iw/ as ocorrências ov<io>, receb<eo> e, para /ew/ o exemplo escrev<eo> da lavra de José da Silva Lisboa, João Maurício Wanderley e Antonio Pinheiro Canguçu, respectivamente.

5.5.4 Grafias para o fonema /u/

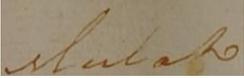
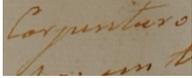
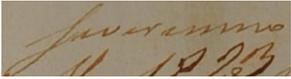
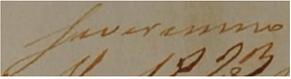
O fonema /u/ está representado no corpus pelos grafemas <o> e <u>. Em alguns contextos, como os exemplos das palavras *fugiu* e *mulato*, há uma variação gráfica <o> ~ <u>, conforme os exemplos presentes nos quadros 52 e 53 a seguir.

Quadro 52 – Representação grafemática do punho de APP para o fonema /u/.

<u>	<o>
 m<u>la [p.18, L.6]	 F<o>giome [p.2, L.24]
 m<u>lheres [f.124v, L.5]	 f<o>zil [p.46, L.9/ p.53, L.14]
 m<u>lato [f.182v, L.8]	 m<o>lat<o> [p.106, L.24]

Fonte: Produzido pelo autor

Quadro 53 – Representação grafemática do punho de IJPP para o fonema /u/.

<u>	<o>
 M<u>lato [f.186v, L.30]	 Carpinteir<o> [f.186v, L.29]
 J<u>veranno [f.186v, L.30]	 Juverann<o> [f.186v, L.30]

Fonte: Produzido pelo autor

A oscilação gráfica localizada na produção escrita dos senhores do Campo Seco para o fonema /u/ também está presente nos três periódicos analisados. No quadro 54, elencamos alguns exemplos.

Quadro 54 – Representação para grafias do fonema /u/ em periódicos do século XIX.

EXEMPLOS	JORNAL GAZETA DO RIO – 1808-1822	O PATRIOTA- JORNAL POLÍTICO LIBERAL RJ 1813-1814	IDADE D'OURO DO BRAZIL BAHIA -1811-1823
groç<o>s	x		x
h<u>ma	x	x	x
ass<o>	x		x
f<o>zil	x		
f<u>zil	x		x
sac<o>dir	x	x	x
sac<u>dir	x		x
m<u>lato	x	x	x
m<o>lato	x		x

Fonte: Produzido pelo autor

É importante destacar que, no caso específico das palavras f<o>zil e m<o>lato, as ocorrências foram localizadas na seção de anúncios dos periódicos *Gazeta do Rio* e *Idade D'ouro*, fato que revela que tais formas escritas circulavam na produção gráfica de parte de um público que escrevia nas distantes regiões rurais da Bahia oitocentista.

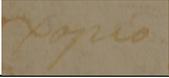
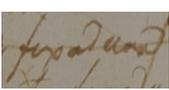
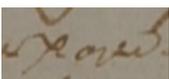
Por outro lado, nas cartas produzidas pelos ilustres letrados, as ocorrências da representação do fonema /u/ são poucas e seguem o padrão das palavras groç<o>s, ass<o> e f<u>zil, não localizamos exemplos como os casos de m<o>lato, f<o>zil e sac<o>dir.

A alternância da representação gráfica para o fonema [u] identificada no *Livro de Razão* e nos periódicos, ainda que se trate de poucas ocorrências, retoma a hipótese de Barbosa (1999, p. 203), que, para o final do século XVIII, tais dados representariam uma prática grafológica e não marcas de oralidade.

5.5.5 Grafias para o fonema /j/

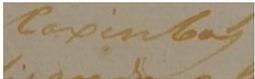
No *Livro de Razão* do Campo Seco, há dois grafemas para representar o fonema /j/. Trata-se do <x> e do dígrafo <ch>. No entanto, há, nas ocorrências exemplificadas no quadro 55, que indicam, na produção de Pinheiro Pinto, um predomínio quase que absoluto do grafema <x>, só localizamos uma flutuação gráfica nas palavras fe<x>adura e fe<ch>adura. Tal contexto, com exceção da representação <ch>, ocorre nos dados oriundos da escrita de Inocência, identificados no Quadro 56.

Quadro 55 – Representação grafemática do punho de APP para o fonema /ʃ/

		Localização
	<x>inellos	[p.63, L.11,15/ p. 86, L.12]
	<x>umbo	[p.111, L.29]
	<x>apéio	[p.32, L.14/ p.33, L.7/ p.43, L.11]
	fe<x>adura	[p.63, L.30/ p.84, L.10/ f.126v., L.12]
	<x>ave	[p.63, L.31/ p.100, L.26]

Fonte: Produzido pelo autor

Quadro 56 – Representação grafemática do punho de IJPP para o fonema /ʃ/

		Localização
	a<x>ei	[f.132v, L.2]
	a<x>o	[f.130v, L.2]
	ca<x>inbas	[f.186v, L.23]

Fonte: Produzido pelo autor

Como ocorreu no *Livro de Razão*, nos jornais analisados, quadro 57, encontramos dois grafemas representando o fonema /ʃ/: o dígrafo <ch> e o <x>, porém, diferente do que aparece no *Livro de Razão*, há o predomínio do emprego do <ch>. Nas cartas dos ilustres, a representação do fonema /ʃ/ não foi minimamente produtiva. Localizamos, do punho do Barão de Cotegipe, apenas o vocábulo *puxando* grafado com o dígrafo <ch>.

Quadro 57 – Representação para grafias do fonema /ʃ/ em periódicos do século XIX.

EXEMPLOS	JORNAL GAZETA DO RIO – 1808-1822	O PATRIOTA- JORNAL POLÍTICO LIBERAL RJ 1813-1814	IDADE D’OURO DO BRAZIL BAHIA -1811-1823
Ro<x>a	x		x
Ro<ch>a	x	x	
fe<ch>adas	x	x	x
<ch>umbo	x	x	x

<ch>ave	x	x	x
<ch>apeo	x	x	x
a<ch>ar	x	x	x
abai<x>o	x	x	x

Fonte: Produzido pelos autores

5.5.6 Grafias para o fonema /ʒ/

A representação do fonema /ʒ/, no corpus, é feita pelos grafemas <g> e <j>, com uma variação gráfica nas ocorrências diante de <e> e <i>, como revelam os vocábulos <j>enro e g<e>nro, da lavra de Pinheiro Pinto (cf. quadro 58).

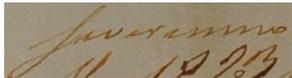
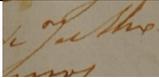
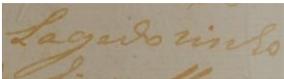
Quadro 58 – Representação grafemática do punho de APP para o fonema /ʒ/

<j>	<g>
 di<j>estivo [f.125r, L.23-24]	 <g>enro [p.18, L.3,5]
 <j>enro [p.111, L.30]	

Fonte: Produzido pelo autor

Na produção de Inocêncio Pinheiro, para o fonema /ʒ/, as ocorrências são prototípicas e, nos casos diante de <e>, não identificamos flutuação gráfica.

Quadro 59 – Representação grafemática do punho de IJPP para o fonema /ʒ/

 <J>uveranno [f.186v, L.30]	 vir<g>es [f.186v, L.8]
 <J>ulho [f.186v, L.29]	 La<g>edozinho [f.186v, L.21]

Fonte: Produzido pelo autor

Nos periódicos analisados, os exemplos colhidos, conforme o Quadro 60 também

seguem um padrão representativo, havendo flutuação gráfica apenas nos vocábulos via<g>em e via<j>em que, nos dois casos, foram empregados como substantivos.

Quadro 60 – Representação para grafias do fonema /z/ em periódicos do século XIX.

EXEMPLOS	JORNAL GAZETA DO RIO – 1808-1822	O PATRIOTA- JORNAL POLÍTICO LIBERAL RJ 1813-1814	IDADE D’OURO DO BRAZIL BAHIA -1811-1823
<G>enro	X	X	X
<g>enio	X	X	X
vir<g>em	X	X	X
<g>eneral	X	X	X
via<j>em	X	X	X
via<g>em	X	X	X

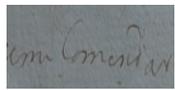
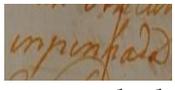
Fonte: Produzido pelo autor

Nas cartas dos ilustres, identificamos três exemplos, <G>iraldo, <J>ornaes e ob<j>ecto, que estão de acordo com os modelos identificados nos periódicos.

5.5.7 Grafias para representar a nasalidade

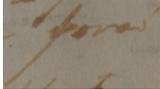
Pinheiro Pinto (Quadro 61) e seu filho, Inocêncio (Quadro 62), para representar a nasalidade, empregaram , assim como ocorrem nos exemplos dos periódicos (Quadro 63) e nas cartas dos ilustres (Quadro 64), os grafemas <m>, <n> e o <ão>.

Quadro 61 - Representação grafemática da nasalidade do punho de APP.

<m>	<n>	<ão>
 e<m>Comendar [p.26, L.16]	 e<n>penhada [f.126r, L.4]	 Requej<ão> [p.76, L.27]
 e<m>tregou [p.45, L.25]	 hu<n> [p.64, L.10,20]	 resoluç<ão> [p.121, L.31]

Fonte: Produzido pelo autor

Quadro 62 – Representação grafemática da nasalidade do punho de IJPP.

<m>	<n>	<aõ>
 Algoda<m> [f.130v, L.2,8]	 ve<n>didas [f.130v, L.5]	 m<aõ> [f.130v, L.1]
		 for<aõ> [f.130v, L.5]

Fonte: Produzido pelo autor

A observação dos dados expostos nos quadros anteriores revela as seguintes constatações: na produção dos senhores do Campo Seco, a nasalidade no <ao> é indicada sempre no <o>; nos casos de verbos, na 3ª pessoa do plural do presente e do pretérito, nos punhos dos senhores do Campo Seco, predomina a representação <aõ>, por exemplo, for<aõ> [p.116, L.9,19 e 21] e fic<aõ> [p.109, L.6; f.130v, L.5].

Exemplos semelhantes foram encontrados nos três periódicos (Quadro 63), especificamente, para o pretérito for<aõ>, e na carta do ilustre senador do Império, Jozé da Silva Liboa, na flexão do verbo recomendar, grafado recomend<ãõ>, (Quadro 64)

Quadro 63 – Representação para grafias da nasalidade em periódicos do século XIX.

EXEMPLOS	JORNAL GAZETA DO RIO – 1808-1822	O PATRIOTA- JORNAL POLÍTICO LIBERAL RJ 1813-1814	IDADE D’OURO DO BRAZIL BAHIA -1811-1823
algod<ãõ>	x	x	x
for<ãõ>	x	x	x
hu<m>	x	x	x
ve<n>der	x	x	x

Fonte: Produzido pelos autores

Quadro 64 – Comparando os dados: a representação da nasalidade em cartas de letrados brasileiro do século XIX

APP	IPC	JSL	LPAB
Cals<aõ> hu<n> capita<m>	Algoda<m> m<aõ> for<aõ>	tãobem pretenção recomendão	Parabês hũ ma

Fonte: Produzido pelos autores

Ainda em relação à representação da nasalidade, em se tratando dos ilustres,

notamos o emprego do (~) sobre a vogal <e>, sem a presença da consoante nasal <m> ou <n> (Parabês), e sobre o <u>, mesmo acompanhado da nasal <m>, como em (hũ ma).

5.5.8 Etimologização gráfica

Entre os séculos XVI e início do XX, predominou, entre as fases da história da ortografia portuguesa, a escrita etimológica, isto é, período em que as palavras eram grafadas buscando manter aspectos da etimologia. No entanto, como já mencionado, a simples definição de uma fase da escrita não anula a outra. Barbosa (1999, p. 178) explica, por exemplo, que no século XVIII vivia-se um contexto de pluriortografia, fato que se estendeu até o século XIX. Nesse contexto, na busca por uma escrita que se aproximasse das formas latinas e até mesmo gregas, houve um aumento na grafia das palavras “que buscavam recuperar o componente etimológico” (TONIOLLO, 2007, p. 64).

Empregar a escrita etimológica era sinônimo de erudição e encontrava respaldo em muitos tratados ortográficos. João de Moraes Madureira Feijó, no livro *Orthographia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a língua portuguesa*, publicado a primeira vez em 1734, conforme Toniolo (2007, p. 65), difundiu, por mais de um século, um modelo etimológico de escrita que influenciou obras de outros diversos autores.

Ainda no século XVIII, Barbosa (1999, p.190) comenta que, mesmo não havendo imprensa, os homens da sociedade colonial do Brasil tinham acesso a um padrão de escrita, importado da metrópole através dos livros e impressos, buscando, por meio das “etimologizações espelhadas nas grafias dos impressos” produzirem um texto manuscrito, seguindo um modelo de prestígio.

No século XIX, com o advento da imprensa, os periódicos, auxiliando os impressos importados, serviram como modelo de escrita padrão para seus leitores. Os exemplos a seguir revelam como a etimologização gráfica estava presente nos jornais selecionados.

Quadro 65 –Representação para a etimologização gráfica em periódicos do século XIX.

EXEMPLOS	JORNAL GAZETA DO RIO – 1808-1822	O PATRIOTA- JORNAL POLÍTICO LIBERAL RJ 1813-1814	IDADE D’OURO DO BRAZIL BAHIA -1811-1823
a<nn>o	X	X	X
<h>um	X	X	X
e<ll>e	X	X	X
a<tt>enção	X	X	X
vi<ct>oria	X	X	X
<h>ontem	X	X	X

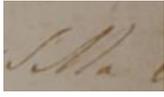
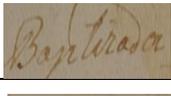
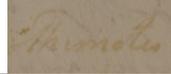
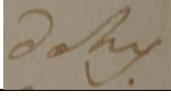
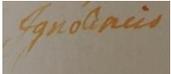
assi<gn>atura	x	x	x
sa<h>ida	x	x	x
ba<pt>izado	x		

Fonte: Produzido pelos autores

O emprego do <h> na representação do hiato, as consoantes geminadas, os grupos consonânticos <ct>, <pt>, <gn> são alguns exemplos identificados. O problema que se discute, entretanto, é que a influência exercida por esse modelo de escrita, em um contexto de ortografia pendular (BARBOSA, 1999), na busca por representar uma escrita com marca de prestígio, gerou a etimologização gráfica de muitas palavras que não tinham a origem no latim, fato que faz alguns autores denominar essas grafias de pseudoetimológicas.

No Campo Seco, listamos os exemplos a seguir (Quadro 66), da lavra de Pinheiro Pinto.

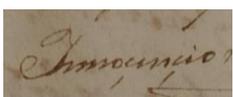
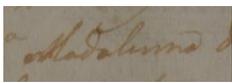
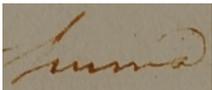
Quadro 66 – Representação grafemática da nasalidade do punho de APP.

Exemplo	Transcrição	Localização
	Se<ll>a	[p.49, L.17/ p.111, L.37/ f.127r, L.6]
	ca<ll>çar	[p.120, L.28]
	Ba<bt>izado	[p.6, L.5]
	<Th>imoteo	[p.17, L.6]
	vi<ct>orino	[p.17, L.9/ p.106, L.24]/ p.117, L.1,5]
	<h>uma	[f.129v, L.5,6/ f.130v, L.2,6/ f.182v, L.17]
	<h>obras	[p.43, L.21, 27]
	da<hy>	[p.86, L.6]
	<lg>nocencio	[f.129r, L.31]

Fonte: Produzido pelos autores

Os dados oriundos de Pinheiro Pinto, que escreveu no *Livro de Razão* de 1794 a 1821, indicam uma aproximação com os exemplos colhidos nos periódicos quanto ao uso das consoantes geminadas, dos grupos consonantais e do emprego do <h> na representação dos hiatos. Os produtos gráficos do punho de Inocêncio são mais escassos, pois ele escreveu bem menos que o pai no Livro de assentos, entretanto também mostram a presença da etimologização, principalmente, pelo uso das consoantes geminadas, conforme o Quadro 67.

Quadro 67 – Representação grafemática da nasalidade do punho de IJPP.

Exemplo	Transcrição	Localização
	I<nn>oçençio	[f.130r, L.2]
	Madale<nn>a	[f.130v, L.3]
	Ri<tt>a	[f.132r, L.4, 13]
	pe<ll>as	[f.186v, L.10]
	<h>uma	f.129 v, L.5,6]

Fonte: Produzido pelos autores

É importante frisar que os dados representativos da escrita etimologizante dos senhores do Campo Seco não exaurem todas as ocorrências do corpus. Há ocorrências, em menor quantidade, de palavras grafadas com <y> , como Receb<y>, vend<y>, compre<y> etc. Porém, tais ocorrências não foram encontradas, de forma significativa, nos periódicos confrontados.

Além da comparação com os jornais da época, verificamos, na produção epistolar dos quatro ilustres letrados, um carioca e três baianos, a ocorrência de fenômenos etimologizantes na escrita. No quadro 68 a seguir, tabulamos as informações.

Quadro 68 – Comparando os dados: a representação a etimologização gráfica em cartas de letrados brasileiro do século XIX

APP	IPC	JSL	LPAB	JMW	APC
ca<ll>çar I<nn>oçençio	<h>uma Madale<nn>a	es<cr>ipto sa<h>ido	assi<gn>ar le<tt>ras	Contra<h>ir di<ct>ado	a<h>i cava<ll>o

Ri<tt>a Ba<bt>izado vi<ct>orino <Ig>nocencio <Th>imoteo	pe<ll>as da<h>i a<th>e Ri<tt>a	<Ig>nacio Inspe<ct>or o<ff>icial	<H>ontem permi<tt>a da<h>i en<th>usiasmo obje<ct>o	ca<nn>as cava<ll>o	vi<ll>a
---	---	--	--	-----------------------	---------

Fonte: Produzido pelos autores

A observação dos produtos gráficos dos punhos dos ilustres letrados, assim como aconteceu com os senhores do Campo Seco, sugere a reprodução de uma escrita que espelha as grafias etimologizantes dos impressos nos textos manuscritos, da mesma forma que aconteceu, no século XVIII, com os homens que escreviam, no Brasil, naquele período.

Analisado o comportamento da oscilação grafemática dos senhores do Campo Seco em relação aos periódicos e aos ilustres letrados, sintetizamos, no quadro 69, os vocábulos que os dicionários consultados registram da mesma maneira que encontramos no *Livro de Razão*.

Quadro 69 – Variação grafemática do *Livro de Razão* dicionarizada

Exemplos do Livro de Razão	Grafia(s) encontrada(s) no Bluteau, Vocabulário,	Grafia(s) encontrada(s) no Dicionário de Antonio Moraes Silva	Grafia(s) encontrada(s) no Dicionário Luiz Maria da Silva Pinto
agoa	Agoa/ agua	Agoa/agua	Agoa/ agua
Algodam/algodão	Algodam	Algodão	Algodão
anno	Anno	Anno	Anno
Baptizado	Baptizado	Baptizado	
hum	Hum	Hum/um	Hum/um
pressa	Pressa	Préssa	Pressa
Sella	Sella	Sélla	Sella

Fonte: Produzido pelos autores

Percorrido esse percurso descritivo-comparativo, foi possível perceber que a variação grafemática dos senhores do Campo Seco apresenta-se de forma pendular, oscilando entre grafias encontradas nos periódicos e dicionários analisados, e na escrita de alguns ilustres. Esse resultado também dialoga com as percepções dos gramáticos da segunda metade do século XIX que foram estudados por Lima (2014). Da análise das gramáticas, Lima (2014) constatou que a maioria dos autores reconhecem três sistemas ortográficos em vigor nos oitocentos, o fonético, o etimológico e o misto, reunião de aspectos dos dois primeiros sistemas. Os dados do *Livro de Razão* espelham justamente essa realidade mista que o autor chama de sistema ortográfico brasileiro.

Em relação ao grau de instrução dos senhores do Campo Seco, não é possível afirmar, com base exclusiva neste estudo grafemático, um nível de letramento, entretanto podemos, sim, desconstruir dois aspectos mencionados por Santos Filho (2012) ao abordar a questão da alfabetização desses indivíduos.

Primeiro: não podemos avaliar as construções gráficas de um período de pluriortografia, como é o caso aqui descrito, utilizando como parâmetros modelos ortográficos consolidados de sincronias atuais, pois a comparação seria assimétrica e, portanto, macularia os resultados, já que tratados ortográficos são resultantes de políticas e jogos de interesses que vão além do aspecto linguístico. Ressalte-se, ainda, que a variação grafemática foi identificada nos periódicos e nas cartas dos ilustres, além de registros dicionarizados, fato que identifica evidências metalinguísticas para muitos dados de escrita dos fazendeiros, caracterizados, equivocadamente, como “erros” por Santos Filho (2012).

O segundo aspecto a desmistificar é a ideia de que caligrafia feia é sinônimo de pouco letramento. Santos Filho (2012) afirma que a péssima caligrafia de Inocêncio indica que ele era menos instruído que seu pai, Pinheiro Pinto. Fosse isso verdade, os autores das missivas usadas para estabelecer a comparação com a produção gráfica dos senhores do Campo Seco, ilustres letrados comprovadamente, seriam enquadrados facilmente nesse conceito, basta conferir os fac-símiles das cartas no anexo.

5.6 “ESCREVEMOS O QUE FALAMOS OU O QUE SABEMOS FALAR”: BREVE DESCRIÇÃO DE INDÍCIOS DA REPRESENTAÇÃO DA ORALIDADE NO SERTÃO OITOCENTISTA

A parte que introduz o título desta subseção, “Escrevemos o que falamos ou o que sabemos falar.”, é de autoria de Cagliari (2019, p. 382). Embora o foco de sua análise seja a maneira como ocorrem as reformas ortográficas ao longo do tempo, que, em sua perspectiva, são resultados de uma prática sem teorias, alertou-nos para uma reflexão sobre o papel dos textos escritos como fontes documentais capazes de espelhar fatos de língua reforçando a ideia de que, com as devidas ressalvas, é possível ouvir a “voz” de tempos pretéritos através dos textos, “ouvir o inaudível” (MATTOS E SILVA, 2008).

A respeito desse assunto, Monaretto (2005, p. 121) explica que:

As letras poderiam representar variações da fala de um típico membro de uma comunidade de fala. Contudo é essencial saber o que é previsível na escrita e o que pode representar um evento de fala. Um variacionista que pretende resgatar a

fala original por meio de registros escritos deve remover este filtro para tentar reconstruir a fala. (MONARETTO, 2005, p.121)

Embora não seja um estudo variacionista, pretendemos descrever aqui determinados exemplos que podem ser indícios de marca de oralidade no sertão da Bahia oitocentista através de registros escritos pelos senhores do Campo Seco. Temos consciência da importância de se retirar os filtros mencionados por Monaretto (2005), para que o estudo empreendido não apresente dados falseados. Para tanto, foi necessário estabelecer a distinção entre o que poderia ser um registro com potencial indício de oralidade e os exemplos de grafismos não pronunciados, conforme Barbosa (1999), oriundos da variação gráfica pendular que perdurou por muito tempo nos séculos que antecederam as reformas ortográficas.

Na subseção 5.5 descrevemos algumas ocorrências dos grafismos não pronunciados e verificamos como eram registradas em textos modelares da época (periódicos, cartas de homens ilustres e dicionários), mas não indicavam possíveis eventos de fala, como, por exemplo, casa/caza, fechadura/fexadura.

Estabelecida essa taxonomia da pluriortografia da época, o próximo passo é a identificação e a descrição dos registros que podem ser significativos do ponto de vista fonológico. Monaretto (2005, p.121) revela que é necessário ficar atento ao fato que algumas marcas escritas podem ser exclusivas de determinado escriba ou de certos dialetos, contexto que nos conduz a outra preocupação: a representatividade da fonte. No *Livro de Razão*, temos assentamentos do punho de três *scriptores*, o que nos leva a pensar até que ponto os resultados encontrados na análise serão capazes de representar uma determinada época ou região.

Fosse esse um estudo quantitativo, a representatividade da fonte, com certeza, seria um entrave para dar prosseguimento à análise. Entretanto, como defendemos ao longo desta tese, não é nosso objetivo mapear a realidade sócio-histórica e linguística do sertão baiano oitocentista por meio da análise do *Livro de Razão*, seria uma pretensão descabida. Pelo contrário, nossa finalidade é apresentar um microcosmo descritivo dessa realidade que, somado a outros já realizados ou que estão por vir, poderá ampliar o conhecimento sobre os aspectos da expressão sonora que caracteriza a fala atual, que já estavam representados no século XIX, no interior da Bahia, o que nos leva a concordar que é possível ouvir os ecos do passado replicados no presente.

5.6.1 Estudo do som em textos escritos

Em sua tese de doutoramento, Klebson Oliveira, ao tratar da questão da análise de marcas de oralidade na escrita, assim introduziu o tema:

Dos assuntos mais discutidos, ao contrário do que se viu para os fenômenos gráficos, é aquele sobre a relação entre fala e escrita, sob múltiplos aspectos, enfocando-se suas condições de uso e produção, dentre outras coisas, e, para o meio dos debates, achegando-se posturas que advogam muito mais similaridades ou vice-versa entre ambas as modalidades, além, é claro, de posições bastante moderadas. (OLIVEIRA, 2006, p. 323)

A discussão empreendida pelo autor revela que a relação fala e escrita mobiliza diferentes abordagens e aspectos. Ao focalizar o tempo em que predominavam na cena linguística os estudos de língua oral, Oliveira (2006, p.323) apresenta-nos os trabalhos de Mattoso Câmara Jr. (1994b) e o de Pinto (1996). Diz o autor sobre os referidos trabalhos:

[...] o trabalho pioneiro de Mattoso Câmara Jr. (1994b, p. 87- 95), em que analisou os ‘erros’ fonéticos cometidos por escolares, transpostos da oralidade para a escrita, e o de Pinto (1996), em que buscou também, mas só, nos letrados, nos panfletos etc, traços fônicos típicos da fala. Ambos os autores flagrando e denominando os aspectos fonéticos tão somente. (OLIVEIRA, 2006, p. 323)

Para além desses estudos, enfatiza Oliveira (2006) um conjunto de autores que se detiveram na análise de sincronias mais remotas da língua portuguesa e buscaram, por meio da representação ortográfica, uma aproximação do sistema fonológico de uma época. Para ilustrar esses trabalhos sincrônicos, cita Maia (1986), Mattos e Silva (1989) e Telles (2002b, 2003a, 2003b e 2005), por exemplo.

Ainda discutindo aspectos do tema que pretendia desenvolver, menciona o contexto da pluriortografia que vigorava no século XIX, deixando claro que, para a análise que realizaria, ao se debruçar sobre os fenômenos localizados nas Atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos “não se procedeu a um estudo dos modelos ortográficos em convívio no século XIX, nem mesmo nos documentos constantes do corpus” (OLIVEIRA, 2006, p. 324).

Tal contexto pode parecer controverso, pois estudos desse tipo, geralmente, buscam evidências metalinguísticas em textos modelares do período, como fizemos ao analisar os fenômenos gráficos não pronunciados localizados no *Livro de Razão*. No entanto, a justificativa do autor para essa escolha elucida seu ponto de vista, como podemos ler a seguir:

Dessa maneira, como se pode flagrar grafias fonetizantes, que, por conseguinte, estariam a dizer sobre fenômenos fônicos, característicos da oralidade, nos oitocentos? Mas não é este o objetivo aqui: arrolar e interpretar traços fonéticos/fonológicos típicos da linguagem oral do século XIX, só em um segundo plano. Primordialmente, quer-se mostrar que muito do que caracteriza a fala atual, na sua expressão sonora, encontrava já representantes no século referido e, muitas vezes, sob os mesmos condicionamentos, daí a referência a uma numerosa bibliografia que trata dos fenômenos nos tempos atuais. (OLIVEIRA, 2006, p. 324-325)

Do mesmo modo que Oliveira (2006), como já mencionado, nossa finalidade principal neste microestudo, para além de estudar os traços fonetizantes identificados no *Livro de Razão*, é mostrar que muitos fenômenos presentes na fala atual são ecos de um passado linguístico. Por outro lado, diferente do que fez Oliveira (2006), buscaremos evidências metalinguísticas dos fenômenos que descreveremos nos periódicos, cartas de ilustres letrados e dicionários já referidos.

5.6.2 A escrita fonetizante dos senhores do campo seco

Da análise dos punhos de Antônio Pinheiro Pinto e Inocêncio José Pinheiro Pinto catalogamos 223 ocorrências de traços fonetizantes na escrita para a análise. O quadro 70 a seguir sintetiza e especifica os dados levantados.

Quadro 70– Traços fonetizantes identificados na escrita dos senhores do Campo Seco

Fenômenos	APP	IJPP
Aférese	01	04
Anteriorização [a]> [e]	01	01
Anteriorização [u]> [i]	02	
Ditongação	02	
Elevação da vogal média postônica [e] >[i]	05	
Elevação da vogal média pretônica [e]> [i]	148	12
Elevação da vogal média pretônica [o]> [u]	18	
Epêntese	01	
Metátese	02	
Prótese	01	
Redução de ditongo	21	
Síncope	03	01
Total	205	18

Fonte: Produzido pelo autor

Tais fenômenos são modificações no som de uma determinada parte da palavra que, segundo Coutinho (1976, p. 142), recebem o nome de metaplasmos. Ainda de acordo com

o referido autor, essas evoluções fonéticas são motivadas obedecendo aos seguintes padrões: metaplasmos por permuta, metaplasmos por acréscimos, metaplasmos por subtração e metaplasmos por transposição.

Os exemplos colhidos no *Livro de Razão* estão descritos e organizados na seguinte ordem: metaplasmos por transposição (metátese); metaplasmos por acréscimos (ditongação, epêntese e prótese); metaplasmos por subtração (redução de ditongo, síncope e aférese); e metaplasmos por permuta ou substituição (anteriorização e alçamento ou elevação das vogais médias). Vale destacar que daremos maior ênfase aos dados sobre elevação das vogais médias pretônicas e reduções de ditongos, devido ao maior número de ocorrências no *corpus*.

5.6.2.1 Metaplasmo por transposição de fonemas: metátese

A metátese é um processo que consiste na transposição do fonema de uma posição para outra na mesma palavra. Só localizamos 2 exemplos no *Livro de Razão*, apresentados no quadro 71, oriundos do punho escrita de Antônio Pinheiro.

Quadro 71– Metaplasmo por transposição na escrita de APP.

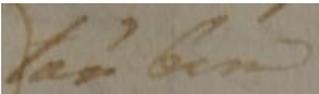
Metátese	Transcrição	Ocorrências
	pe[r]cizar (precisar)	01
	F[r]unigas (Formigas)	01
Total		02

Fonte: Produzido pelo autor.

5.6.2.2 Metaplasmo por acréscimo de fonemas: ditongação

Mattoso Câmara Jr. (2004, p. 100) define ditongação como uma “Mudança fonética que consiste na formação de um ditongo sistemático a partir de uma vogal simples.”, isto é, no acréscimo de uma vogal assilábica em determinados contextos. São poucos os itens lexicais que representam o fenômeno da ditongação no *corpus*. Trata-se de dois dados oriundos da escrita de Antônio Pinheiro Pinto, já que não identificamos exemplos na escrita de Inocêncio Pinheiro Pinto.

Quadro 72– Metaplasmo por acréscimo de fonema na escrita de APP: ditongação.

Ditongação	Transcrição	Ocorrências
	t[ãõ]bem	01
	tr[ei]s	01
Total		02

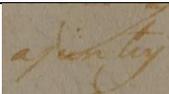
Fonte: Produzido pelo autor.

O primeiro caso, na palavra t[ãõ]bem, temos a inserção da vogal assilábica no contexto de uma consoante bilabial. Já no segundo caso, o fator motivador da criação do ditongo foi a inserção da semivogal [y] na palavra tr[ei]s.

5.6.2.3 Metaplasmos por acréscimo de fonemas: epêntese e prótese

Processos de acréscimos de fonemas localizados apenas na produção gráfica de Antônio Pinheiro Pinto. Como podemos observa no quadro abaixo, temos (1) caso para a epêntese, pois o acréscimo é feito no interior da palavra e (1) ocorrência para a prótese, já que a inserção aconteceu no início do vocábulo.

Quadro 73 – Metaplasmos por acréscimo de fonema na escrita de APP: epêntese e prótese.

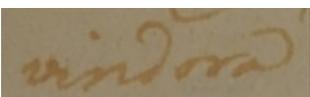
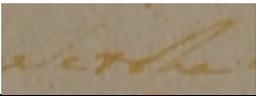
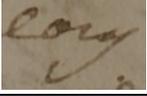
Epêntese		Ocorrências
	o[l]ratorio	01
Total		01
Prótese		Ocorrências
	[a]junty	01
Total		01

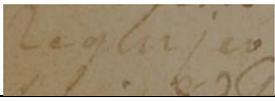
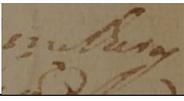
Fonte: Produzido pelo autor.

5.6.2.4 Metaplasmo por subtração de fonemas: redução de ditongos

A tendência de reduzir ditongos na língua é antiga. Oliveira (2006, p. 386) explica que tal fenômeno remonta ao latim e encontra-se presente no âmbito da fonética portuguesa, comprovadamente, por meio de estudos sincrônicos, nas variedades europeias, brasileira e angolana. Explica Barbosa (1999, p. 165), ao analisar o fenômeno nas cartas de comércio e nos documentos oficiais, que Luis F. L. Cintra se referiu à monotongação como elemento presente na linguagem culta da primeira metade do século XVII e, explicitamente, confirmado por gramáticos do século XVIII. Na escrita de Antônio Pinheiro Pinto, no Alto Sertão da Bahia oitocentista, foram identificadas 23 ocorrências do referido fenômeno, que estão organizadas no quadro a seguir.

Quadro 74– Metaplasmo por subtração de fonema na escrita de APP: redução de ditongos

Redução de ditongos		
Fac-símile	Transcrição	Ocorrências
	[o]tras (Outras)	01
	p[e]xe (peixe)	03
	vind[o]ro (vindouro)	02
	vind[o]ra (vindoura)	02
	R[o]pa (Roupa)	03
	Ser[o]la (Seroula)	01
	c[o]ros (couros)	02
	Tr[o]xe (Trouxe)	02

	[e]xos (eixos)	01
	Requ[e]jaõ (Requeijão)	01
	milh[e]ros (milheiros)	01
	Cri[o]la (Crioula)	01
	p[o]cos (poucos)	01
Total		21

Fonte: Produzido pelo autor.

Como é possível observar, a pequena amostra do punho de Pinheiro Pinto exemplifica a redução dos ditongos [ey] e [ow]. Sobre a simplificação de [ey] para [e], explica Oliveira (2006, p. 391) que

já foi fartamente estudada em diversos dialetos brasileiros e que algum consenso há no sentido de atribuir ao contexto fonológico seguinte papel determinante na redução. Desse modo, é generalizada a afirmação de que o simplificar do ditongo em causa está diretamente relacionado com a presença da vibrante [j] e das fricativas palatais [S] e [Z].

Alguns fatores motivadores da simplificação de [ey] para [e] foram comprovados por Oliveira (2006) ao estudar o fenômeno oriundo dos punhos de africanos e afrodescendentes do Brasil oitocentista, conforme no trecho acima. No Campo Seco, os casos de redução de [ey] para [e] são motivados pelo mesmo contexto exposto por Oliveira (2006), como podemos perceber em p[e]xe (peixe), [e]xos (eixos), Requ[e]jaõ (Requeijão), milh[e]ros (milheiro). Apesar de ter localizado apenas exemplos nos contextos mencionados, concordamos com o autor com a ideia de que o fenômeno pode ocorrer em outros segmentos.

A redução de [ow] para [o], conforme Oliveira (2006, p. 397), “apresenta-se, ao que parece, independentemente de qualquer contexto”. O referido autor conclui, a partir de análise de estudos para o português brasileiro atual, que o fenômeno representa os últimos estágios de uma mudança em progresso. Do punho de Pinheiro Pinto, encontramos casos diante de [t], [v], [p], [x], [l] e [r].

Em Barbosa (1999, p. 165), nos documentos oficiais e nos particulares, a simplificação de [ow] para [o] também foi identificada, porém com superioridade no

número de ocorrências nas cartas. Nas cartas dos quatro baianos ilustres, retiradas de Carneiro (2005), localizamos apenas duas ocorrências da redução de ditongos, são os casos das palavras [o]vio (ouvio) e p[o]sa (pousa), da lavra de Jozé da Silva Lisboa, Bacharel em Leis e Direto Canônico e senador do Império.

Para o século XX, nos dados identificados por Santiago (2019) nos punhos dos sertanejos baianos, a simplificação [ey] para [e] e [ow] para [o] acontece em contextos semelhantes aos indicados por Oliveira (2006). Nos casos de redução [ey] para [e], predominam exemplos diante da vibrante e das fricativas como comprovam os vocábulos elencados a seguir: *dexe* (deixe) *feverero* (fevereiro), *dinhero* (dinheiro), *entero* (inteiro), *bejinho* (beijinho). Já a redução [ow] para [o] acontece em segmentos variados, mas há predominância diante de <t> e <c>, a saber: *otubor* (outubro), *utros* (outros), *pôco* (pouco) *pocas* (poucas).

Pelo o exposto, percebemos que o fenômeno está presente na língua, na escrita de camadas da população de esferas sociais e níveis de letramento diferentes, pelo menos, desde o século XVII, como bem mostrou Barbosa (1999). A reflexão feita a partir da análise dos dados leva-nos a entender que não se pode usar apenas a ocorrência desse fenômeno para se estabelecer o nível de letramento de um indivíduo. Podemos, sim, pensar em indícios do funcionamento da língua oral em tempos passado e constatar o espelhamento desse funcionamento ainda hoje.

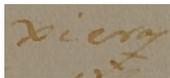
5.6.2.5 Metaplasmos por subtração de fonemas: síncope e aférese

Os casos de metaplasmos motivados por subtração foram identificados na escrita dos dois senhores do Campo Seco. Trata-se de exemplos de aférese, supressão do fonema no início da palavra; e de síncope, quando o fonema é subtraído no meio do vocábulo.

Antônio Pinheiro Pinto tem 4 ocorrências de síncope e 1 de aférese, conforme indica quadro 75.

Quadro 75– Metaplasmos por subtração de fonema na escrita de APP: síncope e aférese.

Síncope	Transcrição	Ocorrências
	Regis[te]ce (Registre-se)	01

	Regis[to] (Registro)	01
	xi[c]ras (xicaras)	01
Total		03
Aférese	Transcrição	Ocorrências
	[] vidoria (Ouvidoria)	01
Total		01

Fonte: Produzido pelo autor.

Inocência Pinheiro Pinto também tem 5 ocorrências, mas, diferente do pai, ele suprimiu em 4 ocorrências da mesma palavra, no início, e 1 no interior do vocábulo, de acordo como o quadro 76.

Quadro 76– Metaplasmos por subtração de fonema na escrita de IJPP: síncope e aférese.

Síncope	Transcrição	Ocorrências
	P[] ripiri (Piripiri)	01
Total		01
Aférese	Transcrição	Ocorrências
	[] the (athe)	04
Total		04

Fonte: Produzido pelo autor.

5.6.2.6 Metaplasmo por substituição de fonemas: anteriorização

A utilização de vogais anteriores no lugar da vogal central ou das vogais posteriores provoca o fenômeno da anteriorização. Os dados colhidos no *Livro de Razão* na escrita de Antônio Pinheiro resumem-se nas três ocorrências listadas no quadro 77.

Quadro 77– Metaplasmos por substituição de fonema na escrita de APP: anteriorização

Anteriorização [a]> [e]		Ocorrências
	m[e]nham	01
Total		01
Anteriorização [u]> [i]		Ocorrências
	to[i] cinho	02
Total		02

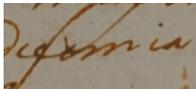
Fonte: Produzido pelo autor.

A busca por exemplos de fenômeno na produção gráfica de Inocêncio Pinheiro Pinto foi ainda bem menos produtiva. Apenas uma ocorrência foi identificada, trata-se da palavra atr[e]veça, localizada no fólio 186v.

5.6.2.7 Metaplasmo por substituição de fonemas: elevação das vogais médias postônicas

Para a elevação das vogais médias postônicas, localizamos, apenas nos assentamentos de Antônio Pinheiro Pinto, 05 ocorrências de alçamento [e] postônico final > [i], conforme os dados no quadro 78. Tal fenômeno indica, segundo Oliveira (2006, p. 362), uma prática grafológica que pode traduzir o encontro da fala com a escrita. Se pensarmos na sincronia atual, essa realização é prototípica na fala, independente do nível de escolaridade e da classe social do falante.

Quadro 78– Metaplasmos por substituição de fonema na escrita de APP: elevação das vogais médias postônicas

Elevação da vogal média postônica [e] >[i]		Ocorrências
	Trox[i]	01
	Gom[i]s	01
	hoj[i]	01
	tiraç[i]	01
	fem[i]a	01
Total		05

Fonte: Produzido pelo autor.

5.6.2.8 Metaplasmo por substituição de fonemas: elevação das vogais médias pretônicas

Dos dados colhidos, no *Livro de Razão*, localizamos um total de 161 ocorrências para os casos de elevação das vogais médias pretônicas, sendo 149 dados produzidos por Antônio Pinheiro e 12 da lavra de seu filho, Inocência. Por ser mais recorrente no *corpus* e pelo fato também de ser muito estudado em trabalhos sociolinguísticos sobre o português brasileiro em sincronias mais recentes, julgamos importante apresentar algumas considerações sobre tal fenômeno.

Nasi e Monaretto (2019, p. 968), ao estudarem o alçamento das médias pretônicas no português brasileiro sul-rio-grandense, no século XIX, revisaram trabalhos sobre o tema em diferentes estados e concluíram que, apesar das particularidades, o alçamento das médias pretônicas é “uma regra que ocorre, em maior ou menor grau, em todas as regiões do Brasil”. Para exemplificar as ocorrências e as possíveis motivações, os autores apresentam o quadro que reproduzimos a seguir.

Quadro 79—Registros de Índícios de Alçamento em Vogais Médias Pretônicas em Estudos sobre o Português Brasileiro Oitocentista

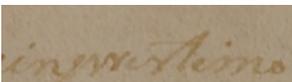
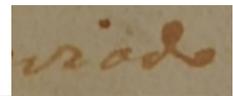
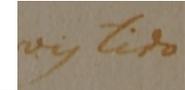
Barbosa (1999)	Monaretto (2005)	Oliveira (2006)	Magalhães (2013)	Keller e Costa (2014)	Bençal e Altino (2015)
milhor, sirtificamos, discuberta, antecipação, piqueno	ligítimu, costume, acostumados, piquena	falicida isclaricido, imenda, nomiada, melhor absoluta, costume governo	discuidarei repetir chigada pruduto imprego	refirido, virificadas mutivo, descobrir	atriviria, cimiterio costume, inchuvia

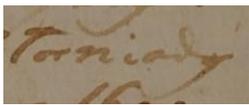
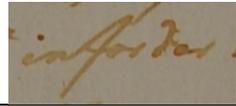
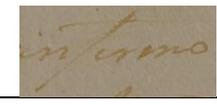
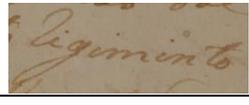
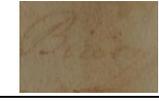
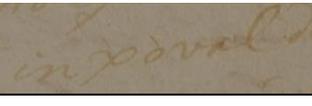
Fonte: Nasi e Monaretto (2019, p. 971)

Os dados presentes no quadro acima demonstram um predomínio da elevação da vogal <e> em relação à vogal <o>. Além disso, segundo os autores, há exemplos de elevação condicionados pela harmonia vocálica (pruduto, costume, falicida, repetir), elevação sem motivação aparente (governo), elevação em hiato (nomiada) e em contextos inicial de sílabas travadas por nasal (imprego) e sibilante (isclaricido) (NASI; MONARETTO, 2019, p. 971).

No Campo Seco, as médias pretônicas [e]> [i] alçadas na escrita de Antônio Pinheiro Pinto estão representadas no quadro 80 a seguir.

Quadro 80 – Metaplasmos por substituição de fonema na escrita de APP: elevação das vogais médias pretônicas [e]> [i]

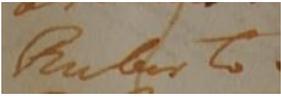
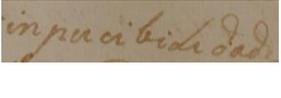
Elevação da vogal média pretônica [e]> [i]	Transcrição	Ocorrências
	[i]nprestimo	105
	[i]spingarda	01
	p[i]dy	01
	v[i]ado	06
	v[i]s tido	01
	D[i]s peza	20

	torn[i]ados	03
	t[i]zoura	01
	[i]nfardar	01
	[i]nfermo	02
	moqu[i]ada	01
	nom[i]ar	01
	R[i]giminto	01
	[i]nfronte	01
	d[i]s contando	01
	B[i]zeros	01
	[i]nxoval	01
Total		148

Fonte: Produzido pelo autor.

Os casos de elevação da pretônica <o>, assim como ocorreram nos dados apresentados por Nasi e Monaretto (2019), são bem menores também na produção de Pinheiro Pinto. O quadro a seguir detalha esses casos.

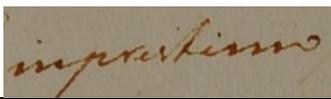
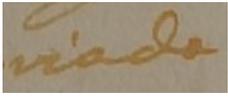
Quadro 81– Metaplasmos por substituição de fonema na escrita de APP: elevação das vogais médias pretônicas [o]> [u]

Elevação da vogal média pretônica [o]> [u]		Ocorrências
	R[u]berto	02
	p[u]der	13
	S[u]alho	01
	Fr[u]nigas	01
	inp[u]cibilidade	01
Total		18

Fonte: Produzido pelo autor.

Os assentamentos de Inocêncio Pinheiro Pinto indicam os seguintes exemplos para a elevação da vogal média pretônica [e]> [i].

Quadro 82– Metaplasmos por substituição de fonema na escrita de IJPP: elevação das vogais médias pretônicas [e]> [i]

Elevação da vogal média pretônica [e]> [i]		Ocorrências
	[i]nprestimo	09
	v[i]ado	01
	r[i]c[i]bi	02
Total		12

Fonte: Produzido pelo autor

Não foram identificados casos de elevação da média pretônica [o] > [u] nos registros de Inocêncio, fato que também indica o predomínio do alçamento da vogal <e>. Os dados expostos anteriormente apresentam exemplos que podem se distribuídos da seguinte maneira, considerando os possíveis fatores condicionantes levantados por Nasi e Monaretto (2019) em estudos sobre o fenômeno no português brasileiro.

Tabela 9 – Elevação das vogas médias pretônicas no Campo Seco – possíveis fatores condicionantes

Fatores condicionantes	Antônio Pinheiro Pinto	Inocêncio Pinheiro Pinto
Harmonia vocálica (contexto de vogal média seguida por alta)	R[i]giminto, v[i]s tido	ric[i]bi
Sem motivação fonética aparente (elevação sem a presença de vogal alta na palavra)	R[u]berto, B[i]zeros	-----
Hiato	v[i]ado, nom[i]ar, S[u]alho	v[i]ado
Sílaba travada (nasal/sibilante)	[i]nprestimo, [i]spingarda, d[i]s contando D[i]s peza	[i]mprestimo

Fonte: Produzido pelo autor

No caso específico de Antônio Pinheiro Pinto, as maiores ocorrências incidem sobre os contextos de sílabas travadas por nasal e sibilante, enquanto os dados de Inocêncio são predominantemente de sílaba travada por nasal, sendo 9 dos 12 dados localizados.

Ao observar os dados dos trabalhos de Barbosa (1999), Carneiro (2005), Oliveira (2006) e Santiago (2019), é possível ter uma breve noção de que o fenômeno espelhado no *Livro de Razão* não é exclusividade de um determinado grupo de informantes. A tabela a seguir apresenta uma amostra com alguns exemplos retirados dos trabalhos mencionados.

Tabela 10 – Amostra da elevação das vogas médias pretônicas – Século XVIII ao XX

Fatores condicionantes	Barbosa (1999)	Barbosa (1999)	Carneiro (2005)	Oliveira (2006)	Santiago (2019)
Harmonia vocálica	S[i]ntirei,	ant[i]cipação int[i]ligência		fal[i]cida c[u]stume	p[i]dir m[i]ninos
Sem motivação fonética aparente	P[i]queno	p[u]der	G[i]raldo am[i]aça	m[i]lhor g[u]verno	r[i]al cand[i]al

Hiato	nom[i]ado	-----		nom[i]ada	
Sílaba travada (nasal/sibilante)	C[u]mforme, d[i]speza	[i]mprego	d[i]spesso	[i]sclarido,	[i]ndereço d[i]smanxa

Fonte: Produzido pelo autor

A amostra indicada na tabela 10 não exaure todos os dados colhidos pelos autores, é apenas uma exemplificação de caráter descritivo cujo objetivo é atestar a presença do fenômeno e dos possíveis fatores condicionantes em outros períodos e em diferentes públicos.

A escolha desses corpora para se retirar exemplos e comparar com os dados dos senhores do Campo Seco se deu por alguns motivos: os textos são de séculos diferentes, alcançam um público diversificado (sertanejos, escravizados, ilustres), com níveis de letramento também variados. Basta lembrar que no estudo sobre os sertanejos (SANTIAGO, 2019) e os escravizados (OLIVEIRA, 2006) os autores discutem o nível de habilidade que os redatores têm com a escrita, estabelecendo um contínuo. No caso dos ilustres letrados, Carneiro (2005) conseguiu levantar um conjunto de informações que nos garante com certeza a escolaridade superior completa, além dos cargos ocupados na vida pública. Todas essas informações, associadas aos exemplos, comprovam que o fenômeno da elevação das vogais médias pretônicas circula no Brasil independente da escolarização, da origem institucional e social de quem o produz em diferentes momentos da evolução da língua, motivado por fatores que perpassam os séculos.

As evidências metalinguísticas do alçamento das vogais médias pretônicas e dos outros fenômenos de escrita fonetizante identificados nos punhos dos senhores do Campo Seco mostraram-se distintas nos dicionários e periódicos da época. Nos dicionários, os registros foram majoritariamente diferentes dos casos de escrita fonetizante localizados no *Livro de Razão*. Apenas a palavra *toicinho* foi identificada com alternância no registro, nos dicionários de Luiz Maria da Silva Pinto (1832) e Antonio Moraes Silva (1813). Também, no dicionário de Moraes e Silva, localizamos a entrada *tizoura*. Já, nos periódicos, a variação de escrita fonetizante foi maior, como explicitada na tabela a seguir.

Tabela 11 - Amostra de evidências metalinguísticas de escrita fonetizante em periódicos do século XIX

	Gazeta do Rio (1808-1822)	Idade D'ouro da Bahia (1811-1823)	O Patriota (1813-1814)
Anteriorização	-----	toicinho	-----
Ditongação	tãobem	tãobem	tãobem
Elevação da vogal média pretônica	impréstimo Rigimento tizoura viado	dispeza impréstimo puder Semilhante viado	priguiça Semilhante tizoura
Redução de ditongo	criolo peixe	criolo ropa	-----

Fonte: Produzida pelo autor

Ainda que restrita aos vocábulos selecionados do *Livro de Razão*, a evidência metalinguística dos fenômenos fônicos nos periódicos levou-nos a uma reflexão sobre o alcance da escrita fonetizante no século XIX. Partindo da ideia de que alguns documentos oficiais, como os casos apresentados por Barbosa (1999), contêm tais marcas, os periódicos da época não fugiriam à regra. É importante lembrar que, independente da origem do documento – público ou privado, das esferas de poder ou não – quem o escreve não está isento de levar para o texto as oscilações gráficas de um tempo, além de possíveis marcas individuais de oralidade, mesmo tendo o máximo de monitoramento. Por essa razão, generalizações devem ser evitadas.

Por outro lado, os dados de escrita fonetizante encontrados nos periódicos alertaram-nos para outra questão. Ao observar o local de origem dos exemplos pesquisados, percebemos que a maioria situava-se em seções de avisos, ou seja, anúncios oferecendo serviços de escravos, aluguel de imóveis, listas de compras marítimas, venda de produtos diversos e, principalmente oferecendo recompensa para quem soubesse informações sobre escravos que tinham fugido.

Esse contexto justifica a presença de tais fenômenos na escrita e amplia o público para além da gente do Campo Seco, já que revela os vestígios de oralidade em textos escritos em espaços diferentes da fazenda e, possivelmente em centros urbanos, já que a *Gazeta do Rio* era um periódico do Rio de Janeiro. Não estamos com isso afirmando que se trata de um contexto geral, mas que é possível pensar em indícios mais robustos através de uma análise quantitativa em jornais de diferentes locais, como fizeram Nasi e Monaretto (2019), ao estudarem o alçamento das vogais médias pretônicas em jornais do Rio Grande

do Sul do século XIX e constataram o fenômeno como fonologicamente significativo, isto é, como possíveis marcas de oralidade ouvidas no passado.

5.6.3 Um olhar reflexivo sobre os dados de escrita fonetizante

De forma geral, os dados de escrita fonetizante encontrados no *Livro de Razão* revelam um continuum, quando comparamos com os resultados de outros estudos que se debruçaram sobre a análise do texto escrito como documento de dados de língua. O quadro geral a seguir mostra a presença de cada fenômeno, entre os séculos XVIII e XX.

Quadro 83– Comparando dados de escrita fonetizantes – Séculos XVIII ao XX.

Livro de Razão (Fazendeiros – Bahia- Sec.XIX)	Cartas de Comércio (Sec.XVIII) Barbosa (1999)	Documentos oficiais - Sec.XVIII Barbosa (1999)	Escravidados Séc. XIX Oliveira (2006)	Jornais do Rio Grande do Sul - Sec XIX – Nasi e Monaretto (2019)	Cartas dos ilustres Letrados Sec.XIX Carneiro (2005)	Santiago (2019) Século XX
Aférese	x		x			x
Anteriorização	x	x	x		x	x
Ditongação	x	x	x		x	x
Elevação das vogais médiãs postônica			x			x
Elevação das vogais médiãs pretônica	x	x	x	x	x	x
Epêntese	x	x	x			x
Metátese	x	x	x			x
Prótese			x			x
Redução de ditongo	x	x	x		x	x
Síncope	x	x	x			x

Fonte: Produzido pelo autor

Lançando um olhar sobre os expostos no quadro 83, notamos que a variação dos fenômenos colhidos no *Livro de Razão*, produtos das mãos dos senhores do Campo Seco, com exceção dos dados de Nasi e MONARETTO (2019), que analisaram especificamente o alçamento das vogais médias pretônicas, estão presentes, com raras exceções, na escrita de sertanejos, escravizados, senhores da elite e em documentos oficiais. Ante o exposto, ficam as seguintes questões: os fenômenos fônicos observados no Livro de Razão podem ser considerados como indícios do português brasileiro? Quanto vale essa variação no “mercado cambial linguístico”? (MACHADO FILHO, 2008). Teriam esses dados os mesmos valores, independente da representação de seus utentes na sociedade?

Temos consciência de que a representação fonética obtida por meio do estudo de dois informantes não é suficiente para se construir uma afirmação generalizante em relação à caracterização de fenômenos do português brasileiro. Por essa razão, defendemos, no decorrer da tese, a ideia de que apresentáramos indícios, devidamente lastreados por outros estudos, com a finalidade de colaborar com informações para a compreensão do nosso multifacetado quadro linguístico.

Como comprovamos, ao comparar os dados com outros estudos, muitos fenômenos presentes no interior da Bahia, no século XIX, oriundos dos punhos dos senhores do Campo Seco, já foram estudados e identificados na constituição histórica do português popular brasileiro, vejam-se, por exemplo, os casos de Oliveira (2006), Santiago (2019) e, recentemente, Silva (2021), que publicou uma proposta de descrição das vogais pretônicas no Brasil a partir da fala de Salvador.

Os estudos empreendidos comprovam o caráter plural e polarizado do português (LUCCHESI, 1994). Plural, pois se constituiu a partir do contingente populacional diversificado que formou a população brasileira e polarizado porque, no esteio dessa segregação populacional, configurou-se em português popular e português culto.

Sobre a dicotomia acerca da formação e difusão do português brasileiro, explica Lucchesi (2004, p. 77) que a vertente culta esteve sob os cuidados de uma elite colonial que buscava preservar os modelos de cultura e de língua vindos da Metrópole. Já a vertente popular, formatada e difundida por africanos e afrodescendentes, “fincou suas raízes no interior, para onde se dirigiu a maior parte da população no período colonial.”

Como então explicar que, no interior da Bahia oitocentista, na escrita de dois senhores, representantes de uma elite local, há vestígios de registros prototípicos da vertente popular do português brasileiro? Lucchesi (2007, p. 76) comenta que “as

longínquas e espanejadas povoações do interior” não sofriam influências dos centros urbanos onde se situavam a administração colonial e a elite que zelava pelos valores europeus. Além disso, a título de comparação, Silva (2015), ao apresentar níveis de alfabetismo em Santana do Campo Largo, oeste da Bahia, estudando Declarações de Terra escritas por grandes proprietários da região, na segunda metade do século XIX, constatou que quase metade dos fazendeiros, 43,4%, declarou não saber ler e escrever. Essa porcentagem indica que, nas longínquas regiões interioranas do Brasil, o analfabetismo, que se alastrava entre as camadas pobres, era também alto entre os representantes da elite local.

Apesar de os fenômenos, como o alçamento das vogais pretônicas e a redução de ditongos, não ocorrerem especificamente pela falta de escolarização, já que foram localizados na escrita de escravos, sertanejos pobres com pouca ou sem escolarização e sertanejos com nível superior comprovadamente (CARNEIRO, 2005), o fator escolarização é também determinante para a compreensão do predomínio do português popular no sertão oitocentista.

Em estudo voltado para o interior da Bahia no século XIX, a partir da análise de relatórios e falas dos presidentes de províncias, coleção de leis e resoluções da Assembleia Legislativa da Bahia, Carneiro e Almeida (2006, p. 649) apresentam um panorama sobre o processo de escolarização no interior da Província e sobre alguns aspectos da “estandardização”, difusão e consolidação da língua portuguesa nessa região.

Sobre as vertentes do português brasileiro, as autoras defendem que predominou, na região do semiárido baiano, o português popular brasileiro, por não acreditarem que o ensino de primeiras letras que, na maioria das vezes, era precário, pudesse influenciar a variedade linguística usada pela geral da população que permanecia excluída do sistema escolar.

Quando o assunto é a difusão do português brasileiro, Carneiro e Almeida (2006, p.666) acreditam que a população de origem africana tenha exercido maior papel na zona de mineração e, a partir do século XIX, na zona de agropecuária, contexto da região onde se localiza Bom Jesus dos Meiras e a fazenda do Campo Seco. Para as autoras, a implantação da variante do português brasileiro culto, no interior da Bahia, é um fato recente, resultado de um maior contato da classe média rural com a escolarização nas décadas iniciais do século XX, quando o Brasil se torna um país urbano, além dos avanços nas vias de comunicação com a chegada de jornais e compêndios ao interior.

A questão que se coloca para refletir ao olhar esses dados na escrita de uma população tão diversificada é saber se teriam o mesmo valor no “mercado cambial linguístico” (MACHADO FILHO, 2008). Marurizio Gnerre, em seu livro *Linguagem, Escrita e Poder*, afirma “Uma variedade linguística “vale” o que “valem” na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” (GNERRE, 1998. p. 5-6). A afirmação de Gnerre (1998) evidencia que o valor de uma determinada variedade da língua está associado ao papel que o falante ocupa na sociedade. Essa situação, embora se constitua uma prática excludente, da mesma maneira que ocorre em outros contextos sociais, se dá porque o compartilhamento da língua pela sociedade é atravessado pelos discursos de poder que não deviam, mas se perpetuam ao longo do tempo.

Pensando nisso e retomando as questões acerca das variedades localizadas nos documentos estudados, parece-nos razoável acreditar que no “mercado cambial linguístico”, tais fenômenos não teriam a mesma valoração, já que a posição socioeconômica dos indivíduos dos quais se extraíram os exemplos analisados não é a mesma. Será que os escravizados (século XIX) e sertanejos pobres (século XX) teriam um tratamento, em uma escala de valoração, semelhante aos ilustres letrados, que têm em suas cartas fenômenos que indicam a mesma variação linguística? Não é necessário fazer uma pesquisa mais detalhada para saber que a resposta é negativa. Basta lembrarmos que, ainda hoje, a noção de legitimidade da variação linguística perpassa, infelizmente, por essas questões e o “local” de fala determina a dosagem do preconceito e do estigma em relação ao falante.

Nesse contexto, cabe aos responsáveis por ensinar a língua, os professores de português, pensar um ensino que supere a ideia restrita ao ensino de uma norma – a norma-padrão– e auxiliem os alunos na busca por se tornarem competentes nas várias normas, em suas modalidades escrita e oral. Por essa razão, defendemos a perspectiva de uma formação mais eficiente do professor de português em relação à constituição histórica da língua. Assim, estarão mais preparados para desmistificar as práticas segregadoras de ensino de língua que, infelizmente, ainda predominam na atualidade.

5.7 SÍNTESE DA SEÇÃO

Nesta seção, realizamos uma descrição grafemático-fonética dos dados oriundos do Livro de Razão. Ao finalizar o estudo proposto, algumas conclusões colaboraram para a compreensão da produção gráfica e dos fenômenos de escrita fonetizante oriundos dos punhos dos senhores do Campo Seco.

Em relação ao processo de configuração dos “punhos” dos scriptores, foi possível constituir um quadro sintético sobre a execução caligráfica de Antônio Pinheiro e de seu filho, Inocêncio. Além disso, mostramos os aspectos da segmentação gráfica não convencional presentes nos assentamentos dos senhores e identificamos o tipo de letra usado por cada um em seus registros. Todo esse processo mostrou-se muito importante para identificar o texto produzido por cada scriptor.

Apresentamos ainda um breve estudo sobre as abreviaturas localizadas nos assentamentos, classificando-as e identificando aquelas que foram constituídas por sinonímia e por polissemia, destacando a importância de conhecê-las para uma leitura adequada do texto.

No estudo grafemático, foi realizado o levantamento das representações dos fonemas mais produtivos no corpus (/z/, /s/, /u/, /ʃ/, /ʒ/) e buscamos evidências metalinguísticas em periódicos, dicionários e cartas escritas por ilustres letrados da época. Da análise feita, concluímos que Antônio Pinheiro e Inocêncio Pinheiro espelhavam em seus textos marcas das convenções de escrita que estavam presentes na ortografia pendular do período.

A análise grafofonética revelou indícios típicos do português popular brasileiro, o que nos levou a uma reflexão sobre a presença dos fenômenos na escrita dos senhores do Campo Seco, bem como nos textos de outros grupos analisados – os escravizados, os sertanejos pobres e os ilustres letrados. Da análise feita, concluímos que fatores sócio-históricos e a questão da escolarização explicam o predomínio do português popular brasileiro no interior da Bahia oitocentista. Por essa razão, defendemos uma formação mais ampla desse professor em relação à história da língua, para que os preceitos segregadores, que ainda dominam a cena do ensino de português no Brasil, sejam definitivamente combatidos e extintos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória seguida nesta tese buscou contribuir com a história social linguística do Brasil a partir da edição do *Livro de Razão* e do estudo das práticas de escrita realizadas no ambiente rural da Bahia oitocentista – a Fazenda do Brejo do Campo Seco, em Bom Jesus dos Meiras, atual cidade de Brumado. O manuscrito, um livro predominantemente contábil, escrito por três pessoas da família Pinheiro/Canguçu, entre 1794 e 1838, revelou-se como uma rica fonte de informações da realidade sócio-histórica e linguística do sertão baiano, fato que o torna essencial para a reconstituição do multifacetado quadro linguístico brasileiro. Feita a edição semidiplomática e o estudo descritivo sócio-histórico e linguístico, apresentamos, a seguir, os principais resultados obtidos.

- Do ponto de vista filológico, o principal resultado desta tese reside no fato de disponibilizar o manuscrito do Campo Seco – *Livro de Razão* – através de uma edição semidiplomática de caráter conservador, já que só se tem notícia da transcrição realizada por Santos Filho ([1956] 2012). A edição apresentada possibilitará a realização de outros estudos, principalmente linguísticos, e alcançará, também, um público maior, contribuindo para o campo 1 do PHPB – *constituição de corpora diacrônicos de documentos de natureza vária, escritos no Brasil, a partir do século XVI, recurso essencial para se vislumbrar os vestígios da língua do passado*.
- Em relação aos aspectos sócio-históricos, a análise das práticas de escrita, guiada pelo diálogo entre a História Social da Cultura Escrita e a Micro-História, descortinou as vivências no sertão da Bahia. Os escritos dos Senhores do Campo Seco retratam o modo de vida do homem do campo – do senhor da terra ao escravizado – fornecendo informações essenciais sobre a região, os perfis sociais que circularam na fazenda, os agentes de letramento e os processos de penetração e difusão social da escrita nos longínquos espaços da colônia. Para o pesquisador da história da língua,

essas informações são importantes, pois são as mudanças na organização de uma sociedade “que geram novas relações interacionais nas quais, então, se geram processos de mudança linguística.” (FARACO, 2005, p. 66). A região estudada nesta tese mostrou-se como um espaço de intenso contato linguístico, basta observarmos o contingente populacional variado que circulou na Fazenda do Campo Seco – tropeiros, professores, padres, dentre outros –, que, certamente, tinham contato com pessoas de diferentes lugares, dando uma amostra do que acontecia na totalidade da região.

- A identificação dos “tempos do escrito” (CASTILLO GÓMEZ, 2003), na Fazenda do Campo Seco, ao caracterizar o período, as condições, contextos e circunstâncias em que o *Livro de Razão* foi produzido, possibilitou a identificação de indícios de diferentes processos da penetração e difusão da escrita no mundo rural da Província da Bahia. No caso específico do Campo Seco, em Bom Jesus dos Meiras, a pesquisa identificou dois professores que atuaram na educação de Inocêncio Pinheiro Canguçu, que teve acesso aos estudos de primeiras letras aos 7 anos com o professor Tomas Jozé da Costa, aprendendo, nesta primeira etapa, leitura, escrita e contas. Posteriormente, aos 15 anos, ingressou nas chamadas Aulas de humanidades com o Padre e professor de Gramática Latina, Ignácio Ferreira da Silva, momento em que teve acesso aos conhecimentos de Latim, concluindo, então, o período dos Estudos Menores, conforme Stephanou e Bastos (2005, p. 182). Ao que tudo indica, Antônio Pinheiro Pinto facultou ao filho os “conhecimentos então em voga e ministrados à maioria dos jovens estudantes: ler, escrever, contar, rudimentos de religião e latim” (SANTOS FILHO, 2012). Em relação à educação das mulheres da família, não localizamos informações sobre Zeferina, irmã de Inocêncio. Identificamos o testamento de Ana Francisca da Silva, sogra de Pinheiro Pinto, no qual se declara analfabeta. Além disso, os escritos dos senhores do Campo Seco, lastreados por fontes bibliográficas, abriram caminhos para uma abordagem sobre a situação das aulas régias na Bahia, ao se buscar construir o perfil dos mestres contratados para atuar na fazenda e confrontar tal situação com documentos que indicam a solicitação de um professor de primeiras letras

para a região de Rio de Contas, em 1801, um ano antes de Inocêncio iniciar seus estudos, indicando, portanto, coexistir na Bahia rural processos de escolarização diferentes.

- No que se refere ao aspecto linguístico, o estudo mapeou a variação grafemático-fonética dos senhores do Campo Seco e o emprego das abreviaturas. Da análise feita, identificamos dos punhos de Antônio Pinheiro Pinto e de Inocêncio José Pinheiro Canguçu um conjunto significativo de variações. Ao realizar uma comparação com textos modelares da época, percebemos que, diferente do que afirma Santos Filho (2012), tais “desvios” não podem ser rotulados como problemas ortográficos, mas como uma oscilação gráfica pendular, que era muito comum no período, como ficou constatado ao buscarmos evidências metalinguísticas em periódicos, em cartas escritas por letrados e dicionários da época. Em relação à escrita fonetizante, os fenômenos analisados indicam que, no século XIX, tanto na escrita de letrados ou daqueles com pouca ou nenhuma escolarização, há indícios, na oralidade, do português popular brasileiro, que ainda predominam na fala da sincronia atual em diversas regiões do Brasil e em diferentes estratos sociais. Essa constatação alertou-nos para a necessidade de uma formação mais aprofundada do professor de português, no tocante à história da língua para que, dessa forma, preceitos segregadores que ainda vigoram no ensino das normas de nosso idioma sejam definitivamente combatidos.
- Reconstituir uma história social linguística do Brasil não é tarefa simples, pois, como bem lembra Martin (2003, p. 136) “[...] a história de uma sociedade, de sua cultura, de suas mentalidades, é indissociável da história de sua língua: a vida social supõe uma língua compartilhada, e esta conserva em si os vestígios da história comum.”. Por essa razão, torna-se necessária a reconstituição das histórias parciais do diversificado contingente populacional que habita esse mosaico linguístico e sociocultural, que é o nosso país. É nesse contexto que o microcosmo sócio-histórico e linguístico da vida social compartilhado no *Livro de Razão* do Campo Seco,

apresentado, nesta tese, busca contribuir para a história da língua portuguesa no Brasil.

Vale ressaltar que os resultados apresentados não exaurem as possibilidades que o manuscrito do Campo Seco pode oferecer. Muito ainda pode ser feito, e a edição semidiplomática do *Livro de Razão* pode servir de base para outros estudos, como, por exemplo:

- i) a investigação de aspectos linguísticos não abordados na tese, como um estudo do léxico, a colocação pronominal, os topônimos e antropônimos;
- ii) a realização de uma edição modernizada e a produção de anotação morfossintática;
- iii) aspectos sócio-históricos e econômicos da região;
- iv) a edição na linguagem xml.

Ciente do que ainda pode ser feito, para encerrar esta pesquisa, recorro, mais uma vez, às sábias palavras de Mattos e Silva: “Termino como terminavam copistas medievais ao findarem seus manuscritos – LAUS DEO, que Deus seja louvado: porque o trabalho, a meu ver, será muito, de muitos e não será por pouco tempo” (MATTOS e SILVA, 2002, p. 462).

REFERÊNCIAS

ABREU, Ricardo Nascimento. **A escolarização linguística como projeto de civilização: o ensino de língua portuguesa na província de Sergipe, na primeira metade do século XIX, através do método lancasteriano.** 2011. 250f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística). – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguísticas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

ACCIOLI, Vera Lúcia. Costa. **A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos.** Recife: FUNDAJ Editora Massangana; UFPE, Editora Universitária, 1994.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Aspectos fonético-fonológicos e sistema ortográfico da língua portuguesa: interferências no binômio ensino-aprendizagem da escrita. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org). **Diversidade fonética no Brasil.** Londrina: Editora UEL, 1997.

ALENCASTRO, L. F. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, F. A. **História da Vida Privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2, p. 67-78.

ALGRANTI, L. M. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, L. de M. e (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 83-154.

ALMADA, Márcia. **Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

ALMEIDA, Isabela Santos de; SANTOS, Rosa Borges dos; DUARTE, Rosinês de Jesus (Org). **Estudos Filológicos – Linguística Românica e Crítica Textual.** Salvador: EDUFBA, 2016.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Alforrias em Rio de Contas - Bahia, Século XIX.** 1. ed. Salvador: Edufba, 2012. 204 p.

ANDRADE, Maria Cecília Jurado de. Paleografia. In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Paleografia, documentação e metodologia histórica.** São Paulo: Humanitas, 2010. p. 9-27.

ANDRADE, Marla Oliveira. **Uma porta para o passado: edição de documentos dos séculos XVI e XVII do Livro I do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia.** 2010. 344f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. *Fontes escritas e história da língua portuguesa no Brasil: as cartas de comércio no século XVIII.* In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (org.).

História social da língua nacional. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, p. 181-211, 2008. Disponível em <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/>

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. **Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas do comércio**. 1999. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

BARREIROS, Patrício Nunes. Novas práticas culturais da escrita, novas perspectivas da Crítica Textual: rumo às hiperedições. **Filologia e Linguística Portuguesa: São Paulo**, v. 16, p. 31, 2014.

BARREIROS, Patrício Nunes. Por uma abordagem da História Cultural das práticas de escrita na edição de textos. **ALEA: Rio de Janeiro**, vol. 19/2 . p. 389-414 | mai-ago. 2017.

BARROS, José d'Assunção. **O Campo da História - Especialidades e Abordagens**. São Paulo: Vozes, 2005.

BATISTA, Ronaldo Oliveira. **Introdução à historiografia da linguística**. São Paulo: Cortez, 2013.

BATTISTI, E. Aspectos prosódicos do português brasileiro: Hipossegmentação de sequências com clíticos em documentos do século XIX. **Revista do GELNE (UFC)**, v. 15, p. 13-30, 2013.

BATTISTI, Elisa. A redução dos ditongos nasais átonos. In: BISOL, Leda; BRESCANCINI, Cláudia (Orgs.). **Fonologia e variação: recortes do português brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS. p. 183-202, 2002.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, v. 8, 2002.

BISOL, L. O clítico e seu hospedeiro. **Letras de Hoje**, v.40, n.3, set.2005. p.163-184.

BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goes. **Longos serões do campo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2 v, 1992.

BLUTEAU, R. **Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v

BRITO, Armando A. de Sousa e. Os materiais na história da escrita: das placas de argila da Suméria às pastilhas de silício dos processadores atuais. **Ciência e Tecnologia dos Materiais: São Paulo**, v. 22, p.102, 2010.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Alfabetismo e educação escolar. In: SILVA, Ezequiel Theodoro (Org.). **Alfabetização no Brasil: questões e provocações da atualidade**. Campinas: Vozes, 2007.

BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (Org.). **A**

Escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 7-37.

BURKE, P. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editorial, 1992.

CAGLIARI, L. C.. Reformas ortográficas: práticas sem teorias. In: Carrilho, Ernestina Martins, Ana Maria Pereira, Sandra Silvestre, João Paulo. (Org.). **Estudos Linguísticos e Filológicos Oferecidos a Ivo Castro**. 1ed. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2019, v. 1, p. 381-392.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. 10 ed. São Paulo: Scipione, 2003.

CAMBRAIA, César Nardelli. Crítica textual. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (Orgs.). **Ciências da linguagem: o fazer científico?** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012. p. 293-319

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As aulas régias no Rio de Janeiro: do projeto à prática (1759-1834). **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 3, n. 6, p. 105-130, out. 1999.

CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e práticas das aulas régias no Rio de Janeiro: 1759- 1834**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. **Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico-filológico**. 2005. 4 v. 2.329 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. Lei de terras e ocupação privada: Elementos para avaliação dos níveis de alfabetização no interior da Bahia oitocentista. In: **II Congresso Internacional de Linguística Histórica. Estudos de História Social**, São Paulo, 2012.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de. A criação de escolas a partir de critérios demográficos na Bahia do século XIX: uma viagem ao interior. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide (Org.). **Para a História do Português Brasileiro: novos dados, novas análises**. Salvador: EDUFBA, 2006. v. 2. p. 649- 673.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio . Historia de la cultura escrita - ideas para el debate. **Revista brasileira de história da educação**. n. 5, p. 93-124, jan/jun. 2003.

CHAGAS, Valnir. **Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus: antes, agora e depois?** São Paulo: Saraiva, 1982.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita, In: ARIÈS, Philippe / Roger Chartier (Org.), **História da vida privada**. Da Renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.113-161.

CHAUÍ, Marilena . **Cultura e democracia**. Fundação Pedro Calmon. 2009.

COHEN, M. A. M. **Pelos caminhos de Minas**: o português nos manuscritos da Estrada Real. Caletroscópio. v. 4. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2016. p. 8-26.

CORPUS CE-DOHS. **Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão** (FAPESB 5566/2010 - Consepe UEFS 202/2010). Coordenado por Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda(UEFS). [Projeto Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro (CNPq. 401433/2009-9 - Consepe UEFS 102/2009). (CNPq. Processo 401433/2009-9/Consepe: 102/2009)

COULMAS, Florian. **Escrita e Sociedade**. Trad. Marcos Bagno. São. Paulo: Parábola, 2014.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CRACCO, Rodrigo Bianchini. **A longa duração e as estruturas temporais em Fernand Fraudel: de sua tese o mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II até o artigo história e ciências sociais: a longa duração (1949-1958)**. Dissertação (Mestrado em História).UNESP, São Paulo,,2009.

CUCHE, D. **La notion de culture dans les sciences socilales**.La Découverte.1996.

CUNHA, A. G. **Dicionário Etimológico**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. Brasília: FLACSO, São Paulo: Ed. UNESP, 2000. 189 p

DUARTE, Luiz Fagundes. As mãos da escrita. In: DUARTE, Luiz Fagundes; OLIVEIRA, Antônio Braz de (org.). **As mãos da escrita: 25º aniversário do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2007, p. 17-28.

FARACO, Carlos Alberto. Aspectos da história socioeconômica e linguística do Brasil. **Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 23-52, 2018.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia. (orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica. 2010.

FARIA FILHO, Luciano. Representações da escola e do alfabetismo no século XIX. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes (orgs.). **Leitura: práticas, impressos, letramentos**. 2011.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do Livro**: terminologia relativa ao suporte, ao texto, à edição e encadernação, ao tratamento técnico, etc. Lisboa:

Guimarães, 1988.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G. **As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

FOISIL, Madeleine. A escritura do foro privado. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidade na América portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FRANCO, Maria Ignez Salgado de Mello. Primeira metade do século XIX: em busca da identidade nacional: Frei Joaquim do Amor Divino e Caneca. In BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Versaro. **História Entrelaçada: a construção de gramáticas e o Ensino da Língua Portuguesa no Brasil do século XVI ao XIX**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.

FREITAS, M. H. A. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. **Ciência da Informação**, v. 35, p. 54-66, 2006.

FRUTUOSO, M. A. **“Morram marotos!”: antilusitanismo, projetos e identidades políticas em Rio de Contas (1822-1823)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História)– Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira . Histórias das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: CARVALHO, Gilcinei Teodoro; MARILDES, Marinho (Org.). **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 218-248.

GALVES, C. M. C. Posfácio. In: Tânia Lobo; Klebson de Oliveira. (Org.). **África à vista: dez estudos sobre o português escrito por Africanos no Brasil do Séc. XIX**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 352-367.

GANDRA, A. S. **Pela pena do Santo Ofício: difusão social da escrita nas capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba em finais Quinhentos**. 2016. 3 v. 885f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

GAZETA do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – 1808-1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749664&pagfis=1>. Acesso em: mar. 2021.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GNERRE, Maurício. **Linguagem, Escrita e Poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1994. 115 p.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. A Paleografia na leitura da documentação histórica sobre a Bahia. In: LOSE, Alcília Duhá.; SOUZA, Arivaldo S. de (Orgs). (Org.). **Paleografia e suas interfaces**. 1ª ed. Salvador: Memória & Arte, 2018, v. , p. 125-142.

GONÇALVES, Maria Filomena; BANZA, Ana Paula. In limine - Património textual e Humanidades Digitais: da antiga à nova filologia. In: GONÇALVES, Maria Filomena; BANZA, Ana Paula (Org.). **Património textual e Humanidades Digitais: da antiga à nova filologia**. Évora: CIDEHUS, 2013. p. 3-9.

GUIMARÃES, M. R. C. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 2, p. 501-14, maio-ago. 2005.

GUIMARÃES, M. R. C. **Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império**. 2003. 104f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). PPGHCS - COC/Fiocruz, Rio de Janeiro.

GUIMARÃES, M.R.C. Os manuais de medicina popular do Império e as doenças dos escravos: o exemplo do "Chernoviz" **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, vol. 11, núm. 4, diciembre, 2008, pp. 827- 840

HANNA, Vera Lúcia Harabagi; BASTOS, Neusa Barbosa. Entrelaçando historiografia linguística, história do presente, estudos culturais: um desafio. In: **XVII Congreso Internacional Asociación de Lingüística y Filología de América Latina**, 2014.

HARPER, D. **The Online Etymology Dictionary. Etymonline**. Disponível em: <http://www.etymonline.com>. Acesso em 05 de maio de 2017.

HOUAISS, Antônio. **O português no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIBRADE. 1985.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Brumado, Bahia**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/brumado/historico>.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Mapas**. Disponível em: <https://ibge.gov.br/mapas>.

IDADE D'Ouro do Brasil. Salvador – 1811-1823. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749940&pagfis=1>. Acesso em: mar. 2021.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia G. A Memória Evanescente: Documento e História. In: KARNAL, Leandro; FREITAS NETO, José Alves de; TATSCH, Flávia Galli (coord. edit.). **A Escrita da Memória: interpretações e análises documentais**. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2004.

LABOV, W. Building on empirical foundations. In: W. Lehmann; Y. Malkiel (Eds.). **Perspectives in Historical Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 17-82, 1982.

LASS, Roger. Written records: evidence and argument. In: **Historical linguistics and language change**. Cambridge: CUP. p. 44-103, 1997.

LEWIS, Jeff. **Cultural Studies**. The Basics. London, SAGE Publications Ltd, 2006.

LIMA, Alexandre Xavier. **Descrição da ortografia portuguesa**: a inserção do princípio etimológico na prescrição e na prática gráficas oitocentistas. 2014. 525f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LOBATO, António dos Reis. **Arte da grammatica da língua portugueza**: 15ª impressão. Porto. Imprensa na rua de Stº Antonio, 1824. 1ª ed. 1770.

LOBO, Tânia Conceição Freire. A linguística histórico-diacrônica no Brasil pós-década de 1980 e a questão do contato. **Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 64-80, 2018.

LOBO, Tânia Conceição Freire. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, Klebson; CUNHA E SOUZA, Hirão Fernandes; SOLEDADE, Juliana (Org.). **Do português arcaico ao português brasileiro**: outras histórias. Salvador: EDUFBA. 2009.

LOBO, Tânia Conceição Freire. Depoimento sobre a constituição de um *corpus* diacrônico do português brasileiro – Bahia. In: CASTILHO, A. T. de. **Para a história do português brasileiro: Primeiras idéias**. V. 1. São Paulo: Humanitas, p. 171-195, 1998.

LOBO, Tânia Conceição Freire. Rosa Virgínia Mattos e Silva e a história social linguística do Brasil. **Estudos de Linguística galega**, v. 7, p. 69-82, 2015.

LOBO, Tânia Conceição Freire.; OLIVEIRA, K. **História da cultura escrita no Brasil**: um programa de investigação/HISCULTE.2012. Inédito.

LOPES, Célia Regina dos Santos; MARCOTULIO, Leonardo Lennertz; BASTOS, Mário Jorge da Motta; OLIVEIRA, Thiago Laurentino. **Olhares sobre o português medieval**: Filologia, História e Língua. Rio de Janeiro: Editora Vermelho Marinho, 2017.

LOSE, Alícia Duhá et al. **Edição diplomática do Dietario das vidas e mortes dos Monges, q' faleceráo neste Mosteiro de S. Sebastião da Bahia da Ordem do Príncipe dos Patriarchas S. Bento**. Salvador: Mosteiro de São Bento; Eudfba, 2009.

LOSE, Alícia Duhá; PAIXÃO, Gregário; OLIVEIRA, Anna Paula Sandes de; SANCHES, Gérsica Alves.TELLES, Célia Marques. col. **Dietário do Mosteiro de São Bento da Bahia**: edição diplomática [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, 380 p.

LOSE, Alícia Duhá; SANTOS, Libânia Silva. Revolta de Búzios: 220 anos de memória. Os registros do Arquivo Público do Estado da Bahia. **REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA**, v. 113, p. 331-341, 2018.

LOSE, Alícia Duhá. Edições de documentos históricos: a quem interessam? a quem se destinam? **Revista da ABRALIN**, v.16, n.2 p. 71-86, Jan./Fev./Mar./Abril de 2017.

LUCCHESI, Dante . Norma Linguística e Realidade Social. In: BAGNO, Marcos

(Org.). **Linguística da Norma**. São Paulo: Loyola, p. 63-92, 2004.

LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. In: **Revista Internacional de Língua Portuguesa** p.17-28, 1994.

MACHADO FILHO, Américo V. L.. História da língua e a formação do professor de português. In: Edleise Mendes; Maria lúcia Castro. (Org.). **Saberes em português: ensino e formação docente**. Campinas: Pontes, 2008, v. , p. 45-50.

MAGALHAES, Livia Borges Souza. **Papéis que narram: uma história do mosteiro de São Bento da Bahia contada pelos documentos do acervo da abadia baiana**. 2019. 130 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

MAGALHÃES, Suzana Marly da Costa. Oralidade e Cultura Escrita na Abordagem da História da Alfabetização. **O público e o privado** - Nº2 - Julho/Dezembro – 2003

MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia. In: **Rosae linguística histórica, história das línguas e outras histórias** / Tânia Lobo... [et al.], Organizadoras. - Salvador: EDUFBA, 2012. p. 533-541.

MARQUILHAS, R. **A faculdade das letras**. Leitura e escrita em Portugal no século XVII. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MÁRSICO, M. A. de V. Um panorama sobre a evolução histórica da encadernação. **PLANOR: [S.]**, 2015. Disponível em: <http://planorweb.bn.br/documentos/historia_bibliotecas/panorama_evolucao_historica_encadernacao.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016. (Curso Biblioteca Nacional).

MARTIN, Robert. **Para entender a linguística: epistemologia elementar de uma disciplina**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial. 2003, p.135-159.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. O que é fazer pesquisa em Linguística Histórica. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (Org.). **Ciências da linguagem: o fazer científico?** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012. p. 267-292.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da linguística histórica** – “ouvir o inaudível”. São Paulo: Parábola, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIM, T. M. **Para a história do português brasileiro: novos estudos**. São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP/ FAPESP, 2002. v. 2 p. 443-464.

MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. Erros de escolares como sintomas de tendências linguísticas no português do Rio de Janeiro. In: UCHÔA, Carlos E. Falcão (Org.).

Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Lucerna. p. 87-95, 2004.

MONARETTO, V. N. O. O estudo da mudança de som no registro escrito: fonte para o estudo da fonologia diacrônica. **Letras de Hoje**, v. 40, n. 3, 6 maio 2005.

MONTE, Vanessa Martins do. Os fonemas sibilantes e a variedade de sua representação em documentos setecentistas. In: **XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)**, 2007, Uberlândia - MG. Múltiplas perspectivas em Linguística. Uberlândia: Ileel, 2007. v. 1. p. 2947-2958.

MONTI, Ednardo Monteiro Gonzaga do. Aulas régias: luz que emana do trono. **Quaestio**: Sorocaba, n.1, p.73-89, 2018.

MORAES SILVA, A. **Dicionário da língua portuguesa** - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>.

MORENO, André Luiz. A.. Segredos revelados, mas não violados: as escritas litúrgicas das. In: Rosa Virgínia Mattos e Silva; José Amarante Sobrinho; Klebson Oliveira. (Org.). **Várias Navegações: Português arcaico, Português brasileiro, Cultura escrita no Brasil, Outros estudos**. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2012, p. 246-282.

MUSSA, Alberto. 1991. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras/UFRJ, Rio de Janeiro.

NASI, Roberto Francisco; MONARETTO, Valéria Neto Oliveira. Alçamento de vogais médias pretônicas no português brasileiro sul-rio-grandense: comportamento variável e retrato oitocentista. In: Carrilho, Ernestina Martins, Ana Maria Pereira, Sandra Silvestre, João Paulo. (Org.). **Estudos Linguísticos e Filológicos Oferecidos a Ivo Castro**. 1ed. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2019, v. 1, p. 961-987.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Escravidão, Pecuária e Policultura: Alto Sertão Baiano, século XIX**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, Rendeiros e Proprietários: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)**. 2. ed. ver. e ampl. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: Editora UEFS, 2008.

NUÑEZ CONTRERAS, Luis. **Manual de Paleografía: fundamentos e historia de la escritura latina hasta el siglo VIII**. Madrid: Cátedra, 1994.

O PATRIOTA: Jornal literário, político, mercantil. Rio de Janeiro – 1813-1814. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700177&pagfis=1>. Acesso em: mar. 2021.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Matrizes da língua portuguesa no Brasil meridional: 1680-1830. In: MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). **Para a História do Português Brasileiro: Primeiros Estudos**. 1 ed. São Paulo: Humanitas / FAPESP, 2001, v. 2, p. 401-422.

OLIVEIRA, Klebson ; LOBO, Tânia Conceição Freire . Introdução (ou sobre como a África, no Brasil, avista a escrita). In: Tânia Lobo; Klebson Oliveira. (Org.). **África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX**. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2009, v. 1, p. 6-49.

OLIVEIRA, Klebson. **Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico**. 2006. 3 v. 1144 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

OLIVEIRA, Klebson; LOBO, Tânia Conceição Freire. O nome dela era Rosa: epistolografia de uma ex-escrava no Brasil do século XVIII. In: LOBO, Tânia C. F.; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais et al. (Org.). **ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 623-646

ORLANDI, Eni Puccinelli. **História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da Língua Nacional**. Cáceres: UNEMAT Editora, 2006.

ORTIZ, Ivanice Teixeira Silva. **Trabalho escravo, laços de família e liberdade no Alto Sertão da Bahia. Caetité (1830 – 1860)**. 2014. 150 f. (Dissertação de mestrado). Departamento de Ciências Humanas. Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, 2014.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Linguística histórica. In: PFEIFFER, Claudia Castellanos; NUNES, José Horta (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem: linguagem, história e conhecimento**. Campinas: Pontes. 2006.

PERICÃO, Maria da Graça; FARIA, Maria Isabel. **Dicionário do Livro: livro eletrônico**. São Paulo: EDUSP, 2008.

PETRUCCI, Armando , **Inlroduzione alie pratiche di scrittura**, "Annali della Scuoia Nórmaie Superiore di Pisa", serie III, vol. XXIII-2 (1993) pp. 549-562.

PETRUCCI, Armando. **Alfabetismo, escritura, sociedad**. Barcelona: Gedisa, 1999.

PETRUCCI, Armando. **La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

PETRUCCI, Armando. Scrittura, alfabetismo ed educazione grafica nella Roma del primo cinquecento: da um libretto di conti di Maddalena Pizzicarola in Trastevere. **Scrittura e Civiltá**, Roma, n. 3. p. 163-207, 1978.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História da educação**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2002.

PINHO, Lorena de Andrade; ROCHA, Joséilton Silveira da. **Contabilidade Introdutória I**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, 2017.

PROU, Maurice. **Manuel de Paléographie**: latine et française. Paris: Alphonse Picard et Fils, 1910.

RIBEIRO, Marcos Profeta. **Mulheres sertanistas: transmissão e sedimentação cultural do trabalho feminino na formação das primeiras fazendas de gado dos sertões baianos (1704-1838)**. 2019. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RIOS, Iara Nancy Araújo. **Terra e poder no Sertão dos Tocós**. In: www.uesb.br/anpuhba.,2010. Acesso em 26/03/2019

ROJO, Roxane . Alfabetização e letramentos múltiplos: como alfabetizar letrando? In: OLIVEIRA, Ergom; ROJO, Roxane Helena Língua portuguesa: **Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

SANTIAGO, Huda da Silva. **As mãos inábeis**. 2019. 2v. 722 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SANTOS FILHO, L. **Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVIII e XIX**. Feira de Santana e Salvador: UEFS Editora e Fundação Pedro Calmon. 2012.

SANTOS, Elaine Brandão. **O livro do gado do brejo do Campo Seco (Bahia): edição semidiplomática e descrição de índices grafo-fonéticos**. 2019. 314 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

SANTOS, Jorge Viana; BRITO, Giovane Santos. Fotografia técnica de documentos para a formação de corpora digitais eletrônicos: o método desenvolvido no Lapelinc. **Letras & Letras**, v. 30, n. 2, p. 421, 30 jul./dez. 2014.

SANTOS, Rosa Borges dos. A Filologia Textual e a Linguística. **Revista Cadernos do CNLF**, v. 10, n. 9. Rio de Janeiro: CiFEFil, 2006. p. 37-50. Disponível em:< <http://www.filologia.org.br/xcnlf/9/04.htm>>.

SANTOS. Maria José Ferreira dos. Marcas de água e história do papel. **Cultura** [Online], Vol. 33 | 2014. P. 1-17. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/cultura/2334>>

SEIXAS, Vivian Canella. **As abreviaturas na escrita setecentista**: pistas gráficas como recurso subsidiário de caracterização sociolinguística do escrevente. 2020. 246f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da história**:

novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 39-62

SILVA NETO, Serafim da. **História da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: MEC/Presença, 1979.

SILVA PINTO, L. M. da. Dicionário da Língua Brasileira. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>.

SILVA, Ana Paula Araújo. Breve história da ortografia portuguesa: períodos, reformas e acordos. **Revista de Villegagnon**, p. 58-62, 2009.

SILVA, J. C. A. **As aulas régias da Capitania da Bahia (1759-1827)**: pensamento, vida e trabalho de “nobres” professores. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas, Unicamp, 1996.

SILVA, Marco Aurélio Todorov; PORTO, Thiago Bomjardim. Ascensão e declínio da arte da cantaria: Estudo de caso Ponte da cadeia. **Geonomas**: Minas Gerais. v.24, p. 190-201, 2016.

SILVA, Myrian Barbosa. **Vogais pretônicas no Brasil**: uma proposta de descrição a partir da fala de Salvador. São Paulo: Blucher, 2021.

SILVA, Adilson. **Nos caminhos da terra**: mensuração dos níveis de alfabetismo no interior da Bahia oitocentista. 2015. 2 v. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SOBRAL, Maria das Graças Telles. **Abreviaturas**: uso e função nos manuscritos. Salvador: Instituto de Letras da UFBA, 2007. Dissertação (Mestrado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

SOBRAL, Maria das Graças Telles. **Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia**: edição semidiplomática e um olhar sobre os documentos quinhentistas. 2013. 175f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SOUZA, Pedro Daniel dos Santos. **Sobre o uso da Língua do Príncipe**: história social da cultura escrita, reconfigurações linguísticas e populações indígenas na Bahia setecentista. 2019. 530f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SPINA, Segismundo. **Introdução à Edótica**: crítica textual. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1977.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil: século XIX**. Petrópolis: Vozes, 2005. v. 2.

TELLES, Célia Marques. Textos escritos por mãos inábeis, sua importância para o estudo da fonologia. In: ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues; SOUZA, Arivaldo Sacramento de; ALMEIDA, Isabela Santos de; SANTOS, Rosa Borges dos; DUARTE, Rosinês de Jesus (Org). **Estudos Filológicos** – Linguística Românica e Crítica Textual. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 195-214.

TINEM, Nelci; BORGES, Lúcia. **Ginzburg e o paradigma indiciário**. s/d. Disponível em <http://www.lppm.com.br>. Acesso em 28/05/2020.

TONIOLO, Ênnio José. **Manuscritos da Vila Nova de Castro: um estudo filológico de documentos dos séculos XVIII e XIX**. 2007. 431f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

TORRES, A.; ASSUNÇÃO, C. *A Gramática da Linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira: edição crítica, semidiplomática e anastática*. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. **Micro-história**. Os protagonistas anônimos da história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VARTULI, Sílvia Maria Amâncio Rachi. **Por mãos alheias: usos sociais da escrita na Minas Gerais colonial**. Tese (Doutorado Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

VASCONCELOS, M. C. C. **A casa e os seus mestres: a educação doméstica como prática das elites no Brasil de oitocentos**. 2004. Tese (Doutorado) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

VILHENA, Luís Santos (1969). **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, 3v, 1969.

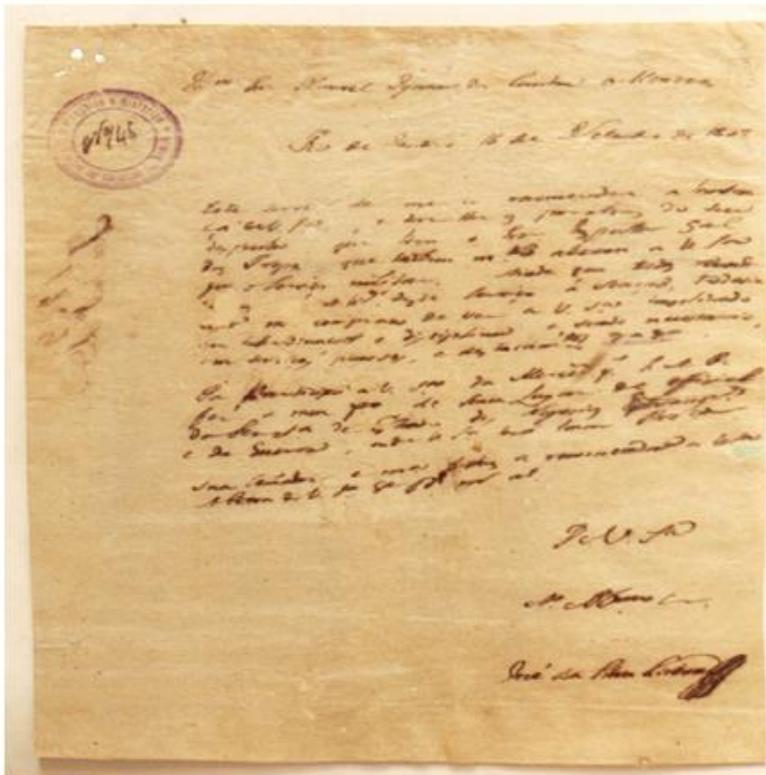
VIÑAO FRAGO, Antonio .Por una historia de la cultura escrita: observaciones y reflexiones, "**SIGNO. Revista de Historia de la Cultura Escrita**" 3 (1996) Universidad de Alcalá de Henares

XIMENES, E. E. ; SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. Variações gráficas em um documento do século XVII. **Revista da Abralín**, v. 16, p. 503-520, 2017.

ZORZO, F. A. **Ferrovias e Rede Urbana na Bahia: Doze cidades conectadas pela Ferrovia no Sul do Recôncavo e Sudoeste Baiano (1870-1930)**. Feira de Santana: Editora da Universidade Estadual de Feira de Santana. 264p, 2001.

ANEXO

CARTAS DE JOZÉ DA SILVA LISBOA



Carta 2

AIGHBA. Ant. pasta 5. Documento contendo um fólio. Papel almaço amarelado sem pautas. Trechos ilegíveis por corrosão. Fólio protegido por papel manteiga. Carimbo do IGHB com a anotação em tinta, "Nº 146" e na margem superior esquerda anotações a lápis, "5/2/33/733".

Illustrissimo Senhor Manuel Ignacio da Cunha e Menezes |

Rio de Janeiro 16 de Setembro de 1809. |

Esta serve de me ir recomendar a lembrança de Vossa Senhoria, e dar-lhe os parabens do seu | despacho que leva o Senhor Inspector geral das Tropas, que tão bem abonou a Vossa Senhoria | para o Serviço militar. Ainda que todos reconhe- | [ção]² [utilidade deste Serviço á Nação, todavia | não m[e]³ comprazo de ver a Vossa Senhoria implicado | em subordinação e disciplina e, sendo necessario | em serviços penosos, e destacamentos etc etc. |

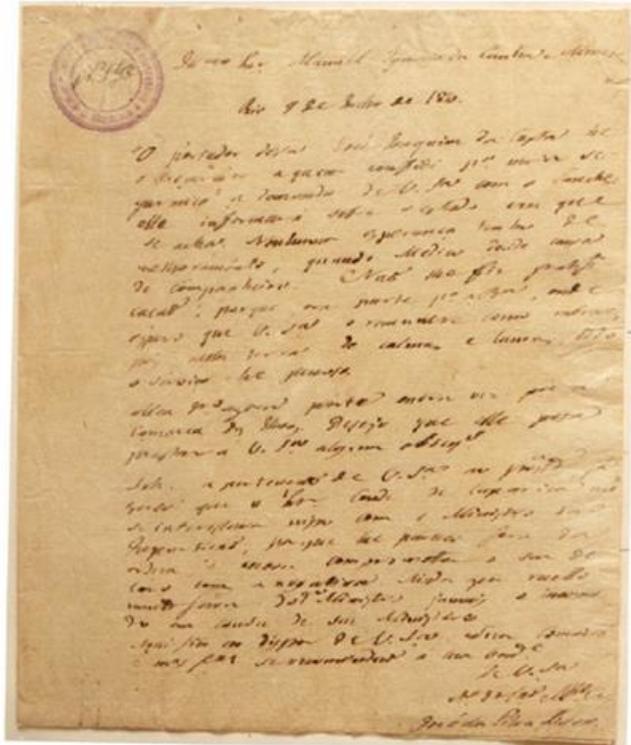
Já Particpei a Vossa Senhoria da Mercê que Sua Alteza Imperial fez a meu filho de hum Lugar de official | da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros | e de Guerra, onde Vossa Senhoria deve lançar Procuracam |

Sua Comadre e minhas filhas se recomendão a Vossa Senhoria, | A Pessoa de Vossa Senhoria Guarde Deus muitos anos |

De Vossa Senhoria |

Amigo Obrigadissimo Criado |

Jozé da Silva Lisboa | ⁴



Carta 4

AIGHBA. Ant. pasta 37. Documento contendo um fôlio. Papel almaço amarelado sem pautas protegido por papel manteiga. Casimbo do IGHB com anotação, em tinta, na margem superior esquerda, "N 140".

Illustrissimo Senhor Manoel Ignacio da Cunha e Menezes |

Rio 2 de Julho de 1810. |

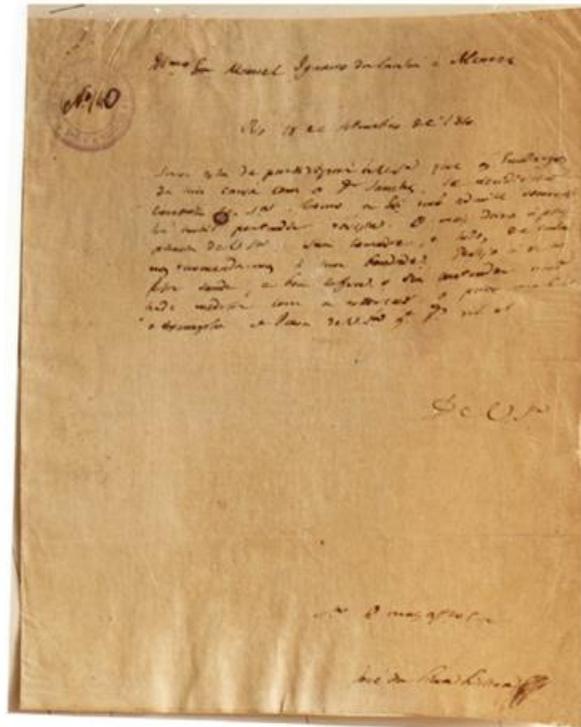
O portador desta Jozé Joaquim da Costa he | o Procurador a quem confiei para maior se- | guranca a demanda de Vossa Senhoria com o Sanches: | elle informará sobre o estado em que | se acha. Nenhuma esperança tenho de | melhoramento, quando Medico decide causa | de companheiro. Não lho fiz gratifi- | cação: porque ora parte para a Bahia, onde | espero que Vossa Senhoria o remunere como merece, | pois nesta terra de calmas e lamas, todo | o serviço he penoso. |

Meu primo agora parte outra vez para a | Comarca dos Ilheos. Desejo que elle possa | prestar á Vossa Senhoria algum obsequio | Sobre a pretensão de Vossa Senhoria no pôsto, já | escrevi que o Senhor Conde de Taparica não | se interessava nisso com o Ministro da | Repartição, porque lhe parece fora da | ordem, e receou comprometter o seu de- | coro com a negativa. Ainda que receba | muito favor do dito Ministro, jamais o incom- | do em causa de seu Ministerio. |

Aqui fico ao dispor de Vossa Senhoria a Sua Comadre | e minhas filhas se recomendao á sua bondade |

De Vossa Senhoria |
Amigo do Coracao e Obrigado Criado |

Jozé da Silva Lisboa. |



Carta 5

AIGHBA. Ant. pasta 37. Documento contendo dois fólhos. Papel almaço amarelado sem pautas, corrosão a tinta. Manchas em alguns lugares. Marca d' água ilegível. Fólho protegido por papel manteiga. Casimbo do IGHB com anotação em tinta, "Nº 140" na margem superior direita e outras anotações a lápis, "5/2/54/123 na margem esquerda". Anotações de terceiros "5/2/52/122" invertido no segundo fólho. Reutilização do papel, em tinta, "750/7/5250/6210/" e 2[...][...]1040/520/6240/240/6480". No último fólho, as informações foram escritas na vertical.

Illustrissimo Senhor Manoel Ignacio da Cunha e Menezes |

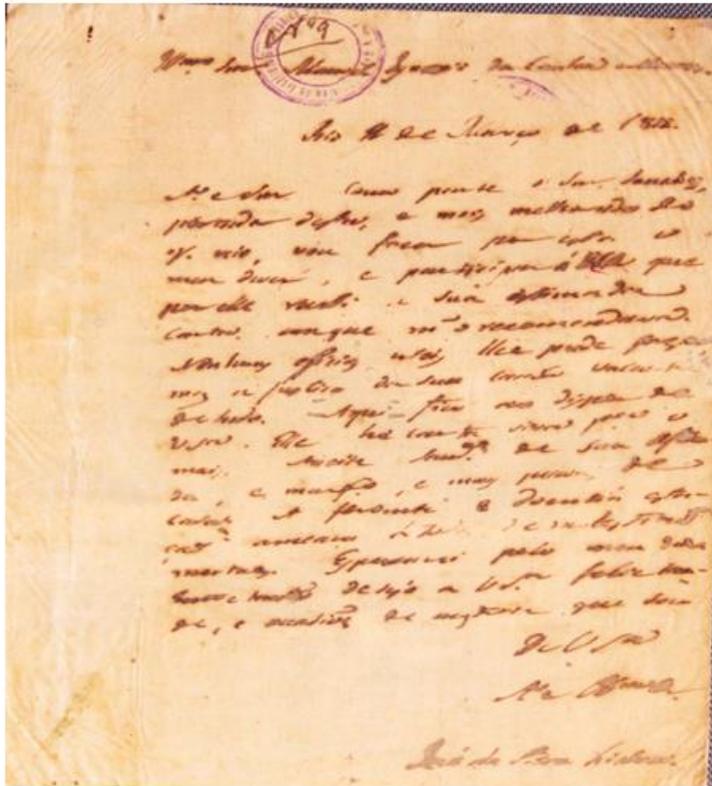
Rio 15 de Setembro de 1810. |

Serve esta de participar a Vossa Senhoria que os Embargos, | da sua causa com o Dr Sanches, se decidirão | contra Vossa Senhoria. Como a Lei não admitte recurso, | he inutil pretender revista. O mais deixo á pers- | picacia de Vossa Senhoria. Sua Comadre, e todos de casa | nos recomenda-mos á sua bondade. Desejo á Vossa Senhoria | feliz saude e boa s[?]fra, o seu contendor não | hadé medrar com a extorção: o peior mal he | o exemplo. A Pessoa de Vossa Senhoria guarde Deus muitos anos |

De Vossa Senhoria |

Amigo e mais affectuozo Criado |

Jozé da Silva Lisboa |⁶



Carta 6

AIGHBA. Ant. pasta 5. Documento contendo um fôlio. Papel almaço sem pautas. Fôlio protegido por papel manteiga. Carimbo do IGHB na margem superior esquerda com anotação, "Nº 9", em tinta e anotação do arquivo, a lápis, "5/1/9/598".

Illustrissimo Senhor Manoel Ignacio da Cunha e Menezes.

Rio 16 de Março de 1812.

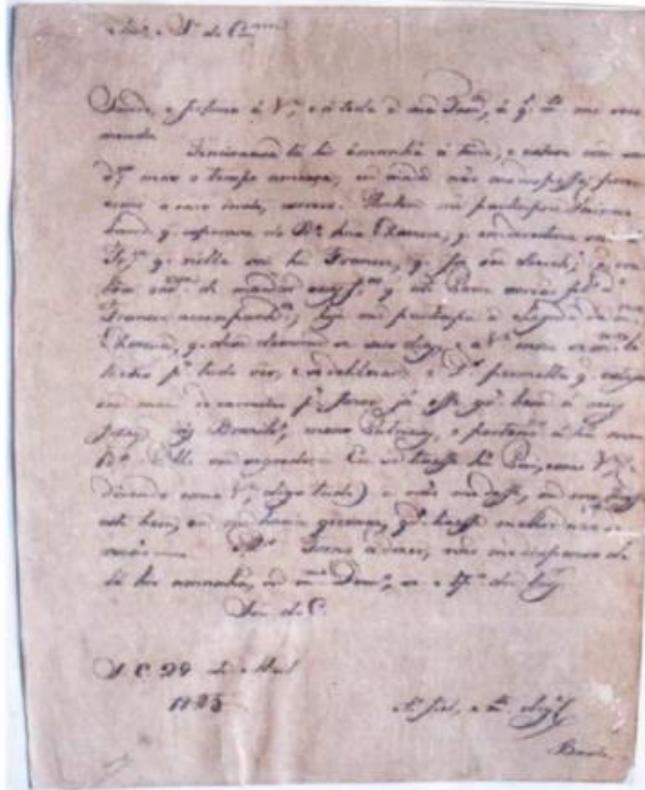
Amigo e Senhor. Como parte o Senhor Sanches, portador desta, e mais melh[er]ando do que oxio, vou fazer por esta o meu dever, e participar á Vossa Senhoria que por elle recebi a sua estimada carta em que m'o recomendava.

Nenhuns officios [?] lhe pode pagar mas a justiça da sua conta valeo-lhe de todo. Aqui fico ao dispor de Vossa Senhoria. Elle he carta viva para o mais. Aceite saudades de sua afilha-da, e meu filho, e mais pessoas de casas. A fervente e doentia esta-cão ameaça á todos de morte, ficando mortaes. Esperarei pelo meu da[...]⁹. Escreve [...]⁹ desejo a Vossa Senhoria feliz sau-de¹⁰ e ocasiões de mostrar que sou

De Vossa Senhoria
Amigo Coração Obrigadissimo Cxiado

Jozé da Silva Lisboa

CARTAS DE LUIZ PAULO ARAUJO BASTO



Carta 7

AlGHBA. Ant. pasta 5. Documento contendo dois fôlhos. Papel almaço sem pautas. Fôlho protegido por papel manteiga. Carimbo do IGHB na margem superior esquerda sob marca d'água ilegível. No último fôlho, as informações relativas ao destinatário foram escritas na vertical.

Amigo, e Sr. do Coração|

Saude e fortuna à *Vosmie* e á toda a sua Família, a qual muito me reco|mendo. |

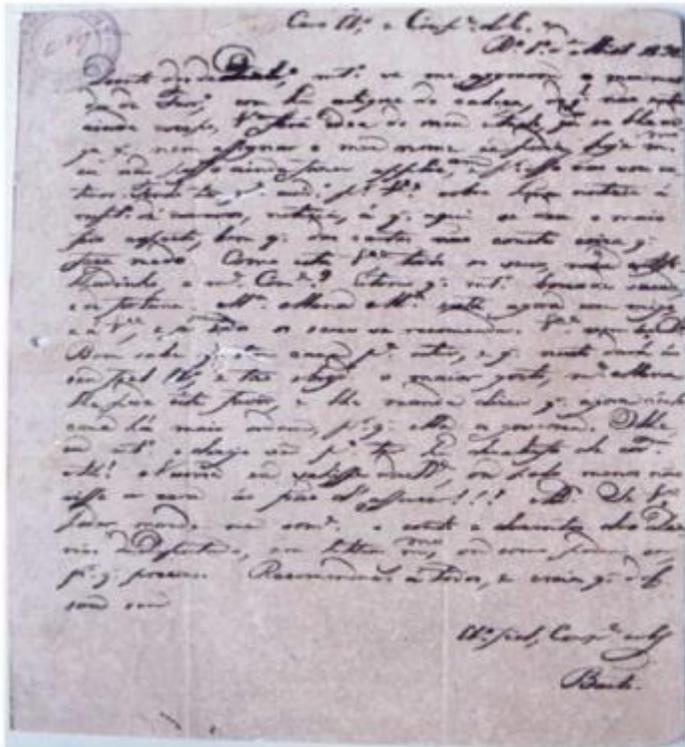
Tencionava lá hir amanhã á tarde, e estava com sau|dades; mas o tempo amiaça; eu ainda não me dispesso; pore| como o caso insta, escrevo. Hontem me participou Guinae|baud que esperava do Rio hu)a Charrua, que endireitara vai á | França, que n'ella vai hu) Francez, que foi seu secretario; porque era | bóa ocaçã| de mandar seus fillos, que ate Paris serião pelo dâto: | Francez acompanhados; hoje me participa a chegada da meama| charrua, que deve demorar se seis dias, e a *Vosmie* envio os mesmos bi|lhets para tudo vêr, e se deliberar: e Deus permitta que esteja| em marê de carvoeiro para fazer já esse grande bem á seus| fillos dois Brazileiros, meus Patricios, e pertecendo á hu) meu| Amigo. Olhe em segredo: = Eu se Tivesse hu)m Pai, como *Vosmie*, (e| dizendo como *Vosmie*, digo tudo) e não me desse, ou me fizesse| este bem eu não havia queixar, quando tivesse melhor uzo da| razão= Adens. Torno a dizer, não me dispenso de| lá hir amanhã, ou mezo Domingo, se o tempo der lugar. |

Sou do Coração|

S. C. 29 de Abril|
1825|

Amigo fiel, e muito obrigado Criado|

Basto. |



Carta 8

AIGHBA. Ant. pasta 5. Documento contendo um fôlho. Papel almaço sem pautas protegido por papel manteiga. Carimbo do IGHB na margem superior esquerda com a anotação "Nº 8" em vermelho.

Caro Amigo, e Compadre do Coraçam|

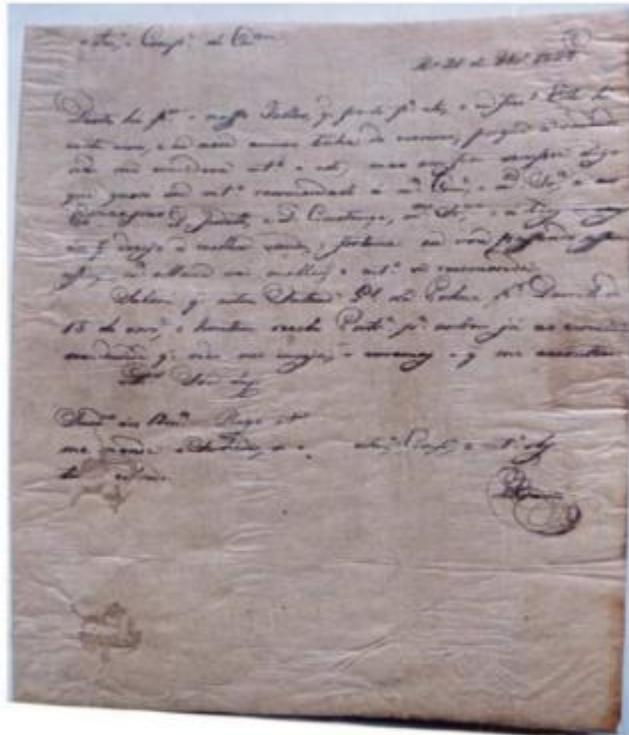
Rio 1º de Abril 1828. |

Doente desde Dezembro¹³, muito se me aggravou o mau mas| desde Fevereiro, com hu) ataque de cabeça, do qual não estou| ainda escasso, Vosmice fará idea do meu estado, quando eu lhe di|ga que nem assignar o meu nome eupodia, hoje mesmo| eu não posso ainda fazer applicaçam, e por isso não sou ex|tenso. Tenho sempre ouvido por Vosmice sobre hu)ma noticia á| respeito de escravos, noticia, á que aqui se deu o mais| feio aspecto, bem que das cartas não consta coisa que| faça medo. Como está Vosmice todós os seus, meu Affi-|lhadinho, e minha Comadre? Estimo que muito bons de saude,| e de fortuna. Minha Mana Maria está agora com migo,| e á Vosmice, e á todos os seus se recomenda. Vosmice vem ao Rio?| Bem sabe¹⁴ que tem casa para estar, e que nisto dará ao| seu fiel Amigoe tão obrigado o maior gosto, minha Mana| lhe pede este favôr, e lhe manda dizer que agora n'esta| casa há mais ordem, por que ella a governa. Olhe,| eu muito o desejo vêr para ter hu) desabafo de coraçam| Ah! Nunca eu sahisse da Bahia, ou pelo menos não| visse a cara ao pão d'assucar !!! Adens. Se Vosmice| poder mande-me somente o conto e duzentos das Dia|rias deDeputado, em letras memo, ou como poder ser,| por que preciso. |

Recomendaçoes á todos, e creia que do Coraçam| sou seu |

Amigo fiel, Compadre eobrigado|

Basto. |



Carta 9

AIGHBA. Ant. pasta 5. Documento contendo dois fôlios. Papel almaço sem pautas. Fôlio protegido por papel manteiga. No último fôlio, as informações relativas ao destinatário foram escritas na vertical. Carimbo do IGHB na margem superior esquerda com a anotação, "N 8", em vermelho.

Amigo e Compadre do Coraçam |

Rio 21 de Outubro¹⁵ 1828 |

Desta hé portador o nosso Telles, que parte para ahi, e eu fico! Elle hé | carta viva, e eu nem animo tinha de escrever, porque a vontade | não me convidava muito á isto; mas em fim sempre digo | que quero ser muito recomendado á minha Comadre, e minha Senhora, e as | Excelentissimas Senhoras Dona Judith, e Dona Constança, minha Senhora, e á todos os seus | áos quais desejo a melhor saude, e fortuna: eu vou passando assim | assim; minha Mana vai melhor, e muito se recomenda. |

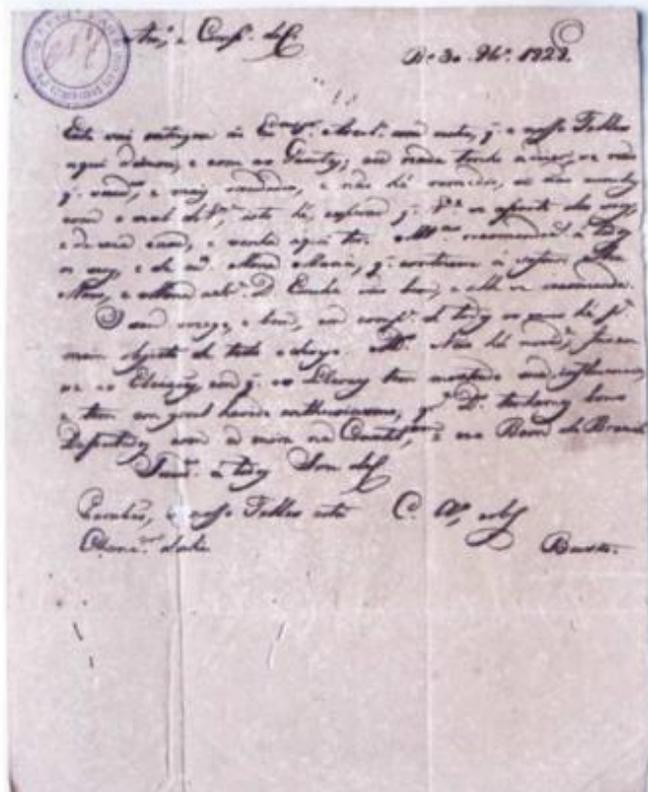
Saberá que estou Intendente Geral da Bahia por Decreto de | 15 do corrente, e hontem recebi Portaria para entrar já no exercicio | sem duvida que não me inveja, e veremos o que me acontese |¹⁶

Adens. Sou do Coraçam |

Saudades áos Amigos- Rogo a Vozmie |
me mande o Subsídio, se o |
tiver entrado. |¹⁷

Amigo Compadre, e muito obrigado |

Basto. |¹⁸



Carta 10

AIGHBA. Ant. pasta 5. Documento contendo um fôlio. Papel almaço sem pautas. Carimbo do IGHB na margem superior esquerda com a anotação, "Nº 8", em vermelho.

Amigo e Compadre do *Coraçam* |

Rio 30 novembro²¹ 1828. |

Esta vai entregue ao *Excellentissimo* Sr. Arcebispo com outra, que o nosso Telles | aqui deixou, e com as Gazetas; eu nada tenho a dizer, se não | que saudades, e mais saudades, e não há remedio, se não curalas | com o mal de *Vosmice*, isto hé, e esperar que *Vosmice* se aparte dos seus, | e de sua casa, e venha aqui ter. Muitas recomendações á todos | os seus, e de minha Mana Maria, que continua á sofrer: Meu | Mano, e Mana a *Senhora* Dona Emilia vão bem, e elle se recomenda. |

O seu socego, e bem, em companhia de todos os seus hé para | mim objecto de todo o desejo. *Adens*. Não há novidade; fazem | se as Eleições, em que os Liberaes tem mostrado sua influencia, | e tem em geral havido entusiasmo; queira *Deus* tenhamos bons | Deputados com a mira na *Constituição*, e no Bem do Brasil. |

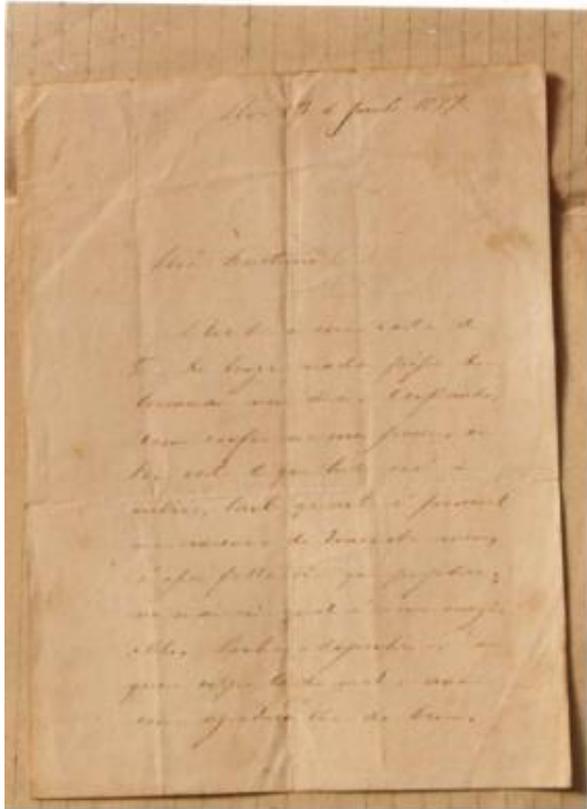
Saudades á todos. Sou do *Coraçam* |

Parabe)s, o nosso Telles está |
Chanceler dahi. |

Criado Amigo, cobrigado |

Basto. |

CARTAS DE JOÃO MAURICIO WANDERLEY



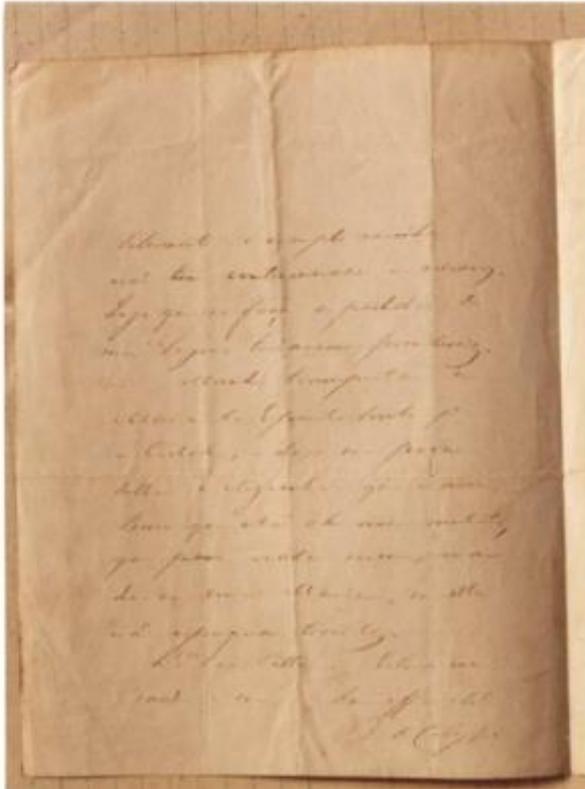
Carta 143

AIGHBA. Ant. pasta 78. Documento contendo quatro fôlios. Papel almaço pardo com pautas. Marcas de dobras. Estampilha de 200 réis, na cor verde, do Império do Brasil com anotações e rubrica sobre a assinatura do remetente, no quarto fôlio.

Rio 23 de Junho 1877. |

Senhor Fructuoso |

Recebi a sua carta de | 5. De longe nada posso de-
|terminar meu dizer. Confiando, | como confio na sua
| pessoa, es- | tou certo de que tudo irá o melhor, tanto quanto
| é possível | na ausencia do dono. Ao menos | é essa falta só
| que prejudica; | no mais sei qual é a sua energia | e zelo.
| Ponha e disponha-; eu | quero culpa-lo do mal, assim | como
| agradecer-lhe do bem. |



1v.

Felizmente o exemplo vizinho| não tem contaminado os
escravos. | Logo que se faça a partilha do| meu Sogro - tomaremos
providencias. |

- Mande transporta[r] a| Maria do Espirito Santo para| a
Cidade, e deixe em poder| della a Negrinha que a serve. | Penso que
está ahi uma mulata, | que para nada serve; man|de-as com Maria, se
ella| não repugnar trazê-las. |

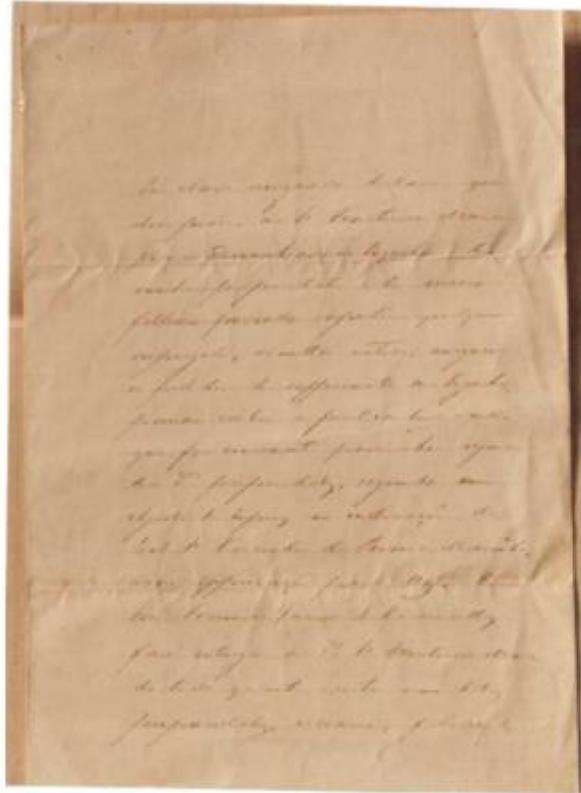
Lembranças ao Pitta. Fstimo sua|

saúde .

sou

seu affectuoso e obrigado|

B. de Cotegipe|



2r.

Eu abaxo assignado declaro que| dou poderes ao Senhor
 Fructuoso Maia| para administrar os Engenhos de| minha
 propriedade e de meus| filhos – podendo despedir qualquer|
 empregado, admitir outros; assignar| os pedidos de supprimento
 aos Engenhos,| passar recibos e praticar tudo e mais| que for
 conveniente para o bom regimen[to]| das ditas propriedades,
 seguindo sem| objecto de despesas as instrucções do|
 Excellentissimo Sr. Visconde de Pereira Marinho,| a sua approvação
 para ellas. O Sr. Francisco Xavier de Vasconcellos| fará entrega
 ao dito Sr. Fructuoso Maia| de tudo quanto existir nas ditas|
 propriedades, escravos, fabricas x|



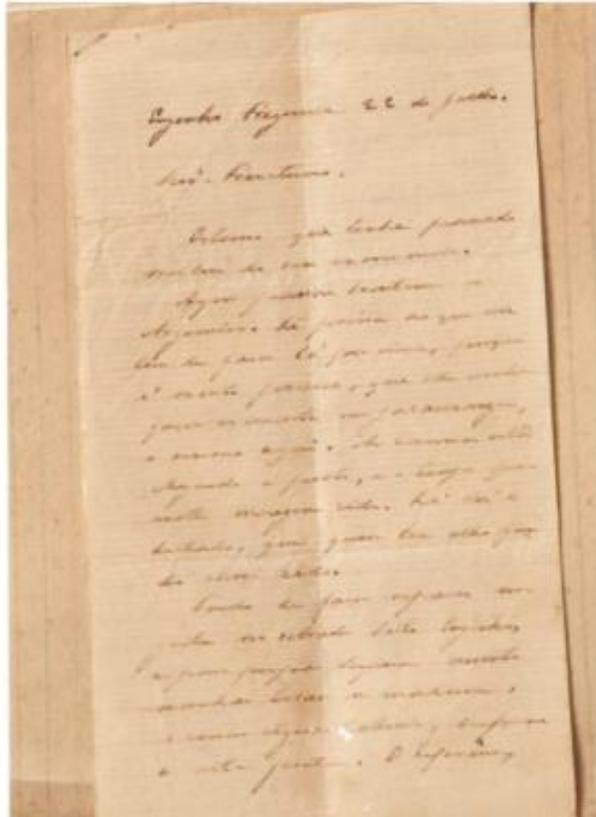
2v.

por uma relação em duplicata. E os Feitores, Caxeiros, e
 quaisquer outros empregados cumprirão as ordens do Sr.
 Fructuoso Maia, como se de mim emanassem. Recommendo a
 meus Escravos que lhe obedeçam da mesma forma. Esta
 procuração, porém, poderá ser cassada pelo Exalcentissimo Sr.
 Visconde de Pereira Marinho sempre que o haja por
 conveniente, conferido a outrem os mesmos poderes.

Rio 29 de fevereiro |

1877 |

Barão de Cotegipe. |



Carta 144

AIGHBA. Ant. pasta 78. Documento contendo dois fólhos. Papel almaço pardo com pautas.

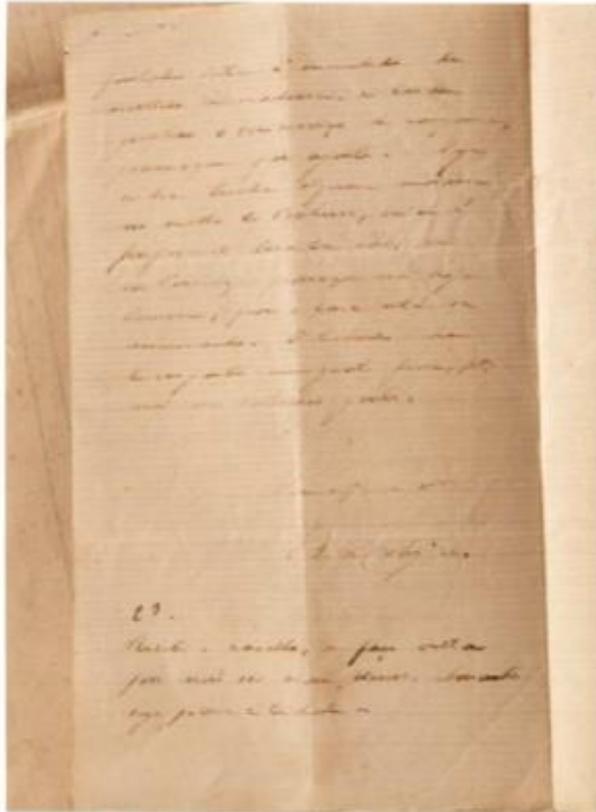
Engenho Freguesia 22 de Julho. |

Senhor Fructuoso. |

Estimo que tenha passado | melhor do seu incommodo. |

Aqui passou hontem o | Argemiro. Dê pressa no que elle | tem de fazer lá por cima, porque | é muito preciso, que elle venha | fazer os concertos em Jacaracanga, | e mesmo aqui. As cannas estão | chegando á ponto, e o tempo pro- | mette moagem cêdo. Lá diz o | dictado, que quem tem olho fun- | do chora cêdo. |

Tendo de fazer reparos ur- | gentes no sobrado deste Engenho, | e para poupar despesa assento mandar tirar a madeira, | e cerrar algum taboado, conforme | a nota junta. O Ziferino, |



1v.

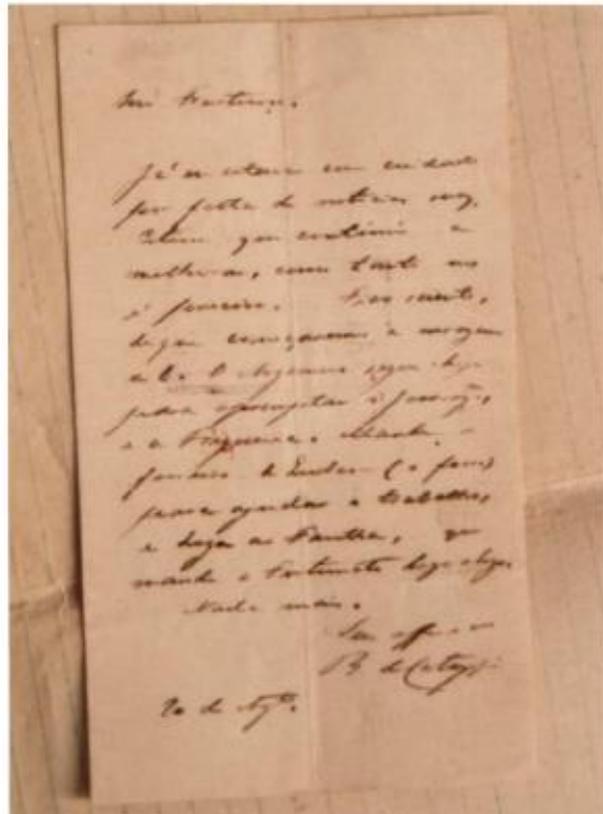
portador desta é incumbido de| escolher a madeira, e tão bem|
prestar o seu serviço de carapina,| para o que foi ajuste. Veja|
se ha tirada alguma madeira| no matto do Pinheiro, ou se é|
perferivel tira la ali, ou| em Pinobas – para que não haja| demora,
pois a casa está-se| arruinando. O taboado ha| de ser feito
com gente forra, para| não nos contrahir gente. |

Seu affectuoso e Venerador|

B. de Cotegipe. |

P.S. |

Recebi o cavallo, e faço voltar| por não ser mais preciso. Amanhã|
sigo para a cidade – |



Carta 145

AIGHBA. Ant. pasta 78. Documento contendo um fôlho. Papel almaço pardo sem pautas.

Amigo Fructuoso. |

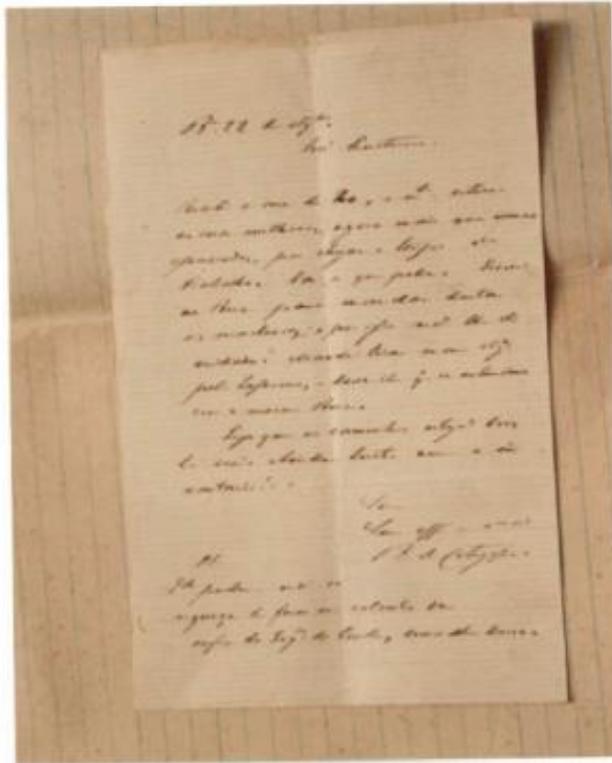
Já eu estava com cuidado | por falta de noticias suas. |
 Étimo que continúe a | melhorar, como tanto nos | é preciso.
 Fico sciente, | de que começaremos a moagem | a 8. O Argemiro
 segue hoje | para apromptar a Jacaraúanga, | e a Freguesia. Mande o |
 ferreiro, e Quiboca (o forro) | para ajudar o trabalho, | e diga ao
 Favilla, que | mande o Fortunato logo e logo. |

Nada mais. |

Seu affectuoso e venerador |

B. de Cotegipe |

20 de Agosto. |



Carta 146

AIGHBA. Ant. pasta 78. Documento contendo um fôlho. Papel almaço pardo com pautas.

Bahia 22 de Agosto |

Amigo Fructuoso. |

Recebi a sua de 20³, e muito estimo | as suas melhoras, agora mais
que nunca | apreciados, por chegar o tempo do | trabalho. Vai o que
pede. Escrevi | ao Rosa para mandar deitar | as madeiras; e por isso
não lhe dê | cuidado. Mandei tirar mais alguma | pelo Zeferino, e
disse-lhe que se entendesse | com o mesmo Rosa. |

Logo que os caminhos estejam bons | lá irci. Ainda lucto com
o in- | ventario. |

Sempre |

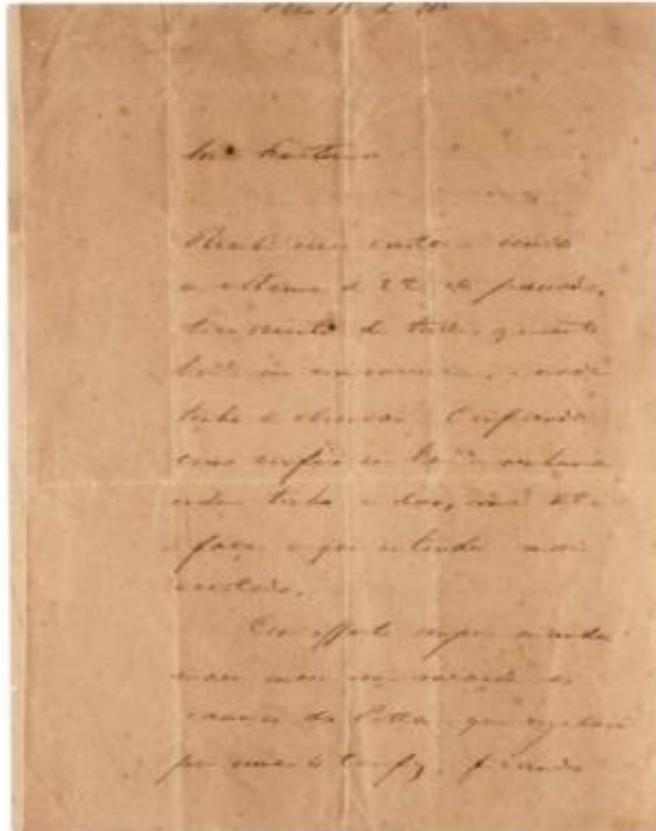
Seu affectuoso e venerador criado |

B. de Cotegipe |

P.S. |

Quando puder não se |
esqueça de fazer um calculo de |
safra dos Engenbos do Conde, como lhe disse. |

³ Rasurado



Carta 147

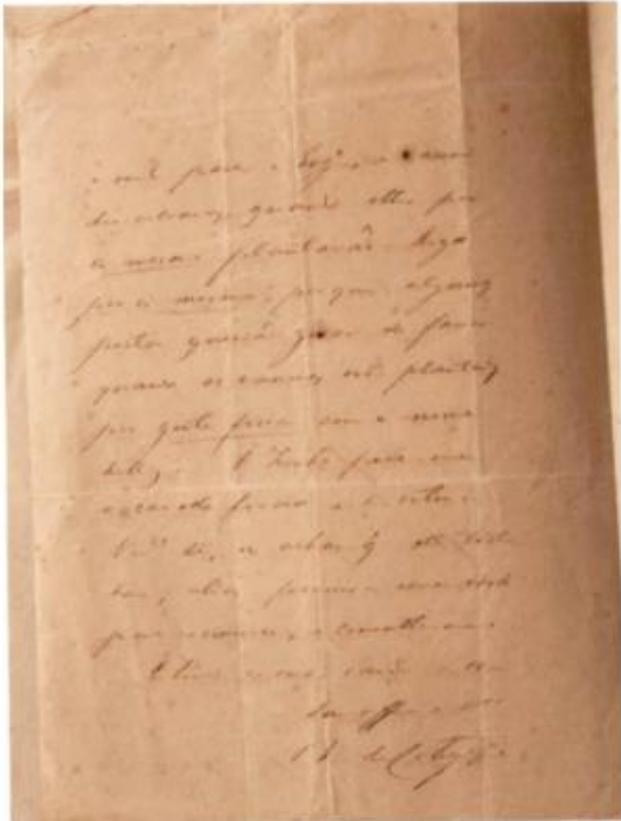
AIGHBA. Ant. pasta 78. Documento contendo dois fôlios. Papel almaço pardo sem pautas. Marcas de dobras.

Rio 15 de setembro⁴

Senhor Fructuoso |

Recebi sua carta – sendo | a ultima de 22 do passado. | Fico sciente de tudo, quanto | Vossa Magestade me comunica, e nada | tenho a observar. Confiando | como confio em Vossa Magestade – nenhuma | ordem tenho a dar, sinão esta | - faça o que entender mais | acertado. |

Com effeito sempre mandei | moer moer sem meação as | cannas do Pitta – que regulava | por umas 4 tarefas, ficando |



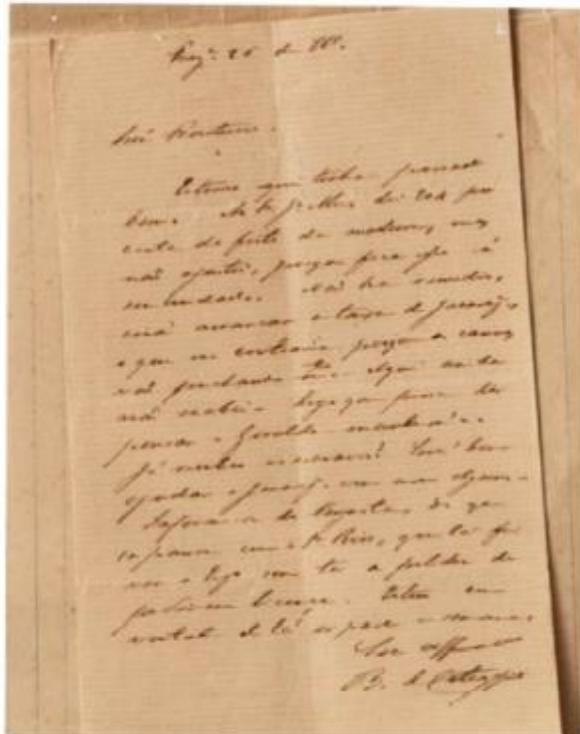
lv.

mel para o Engenho, e acucar| dos escravos, quando elles por| si
mesmo plantavão – Diga| por si mesmo, por que algumas| pretas
querião gosar do favor| quando as cannas crão plantadas| por gente
forra com o nome| dellas. O Zinho pede-me| o cavallo forciro e o
outro. | Vòmice dê, se achar que elle trata| bem, aliás procure uma
razão| para eximir-se, e consulte-me. |

Estimo a sua saude e sou |

Seu *affectuoso* e *venerador* |

B. de Cotegipe |



⁷ No original está grafado "7bro".

Carta 149

AIGHBA. Ant. pasta 78. Documento contendo um fôlho. Papel almaço pardo sem pautas.

Freguesia 25 de setembro⁷

Amigo Fructuoso. |

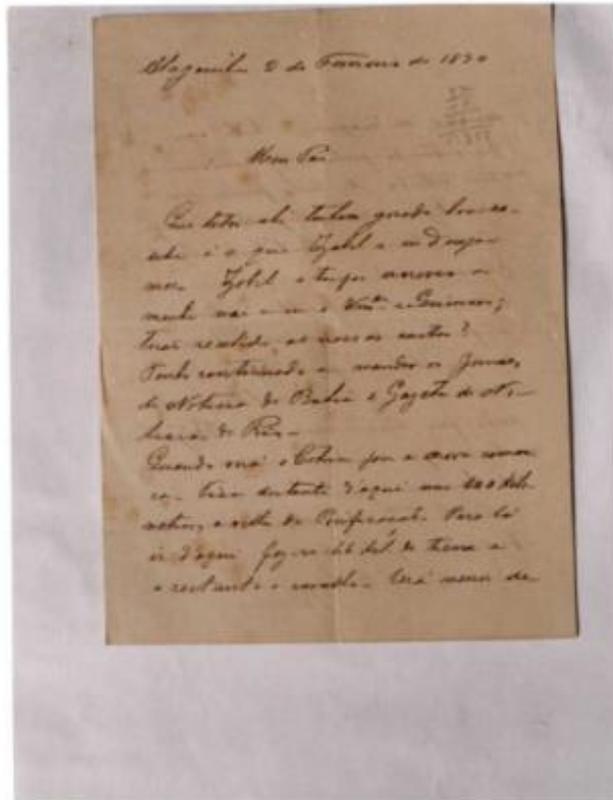
Estimo que tenha passado | bem. Ao Sr. José Alves dei
20 réis por | conta do frete da madeira; mas | não ajustei, porque fica
isso á | seu cuidado. Não ha remedio, | sinão arrancar a taixa de
Jacaraçanga, | o que me contraria – porque as cannas | vão puchando
muito. – Aqui ainda | não acabei – Logo que possa dis- | pensar o
Giraldo – mande-m'o. |

Já recebeo os escravos? Será bom | ajudar o Jacaraçanga com
mais alguns - |

Informe-se do Vergastas do que | se passou com o Sr. Rios, que
lá foi | ver o Engenho sem ter a polidez de | pedir me licença. Estou
com | vontade de lá ir para a semana, |

Seu affectuoso |
B. de Cotegipe. |

CARTA DE ANTONIO PINHEIRO CANGUÇU



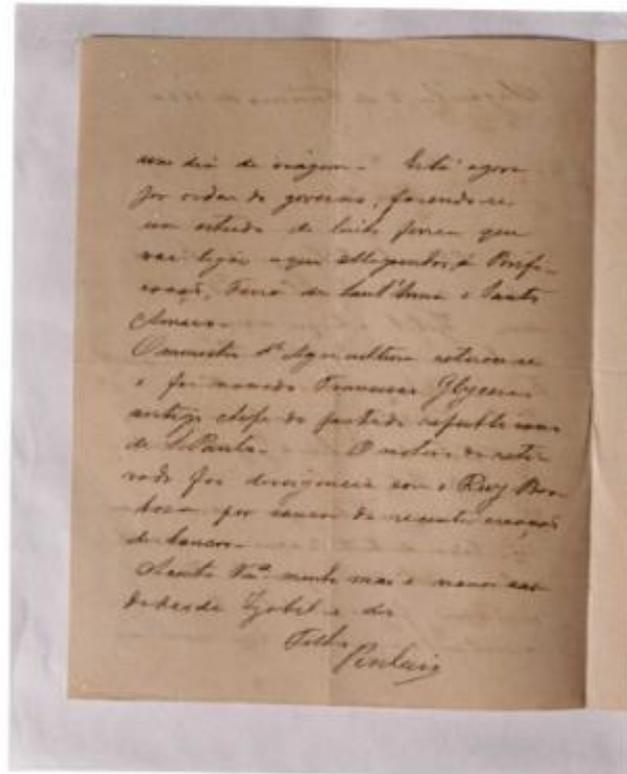
Carta 127

ALGHBA. Ant. pasta 37. Documento contendo dois fólhos. Papel almaço pardo com pautas. Anotação do arquivo na margem superior direita, "37/11/17/5.358".

Alagoinhas 2 de Fevereiro de 1890 |

Meu Pai |

Que todos ahí tenham gosado boa sa-|ude é o que Izabel e eu deseja-|mos_ Izabel a tempos escreveu a | minha mãe e eu a Vovó e a Quincas; | terão recebido as nossas cartas? | Tenho continuado a mandar os jornaes | de Noticia da Bahia e Gazeta de No-|ticias do Rio _| Quando virá o Cotrim para a nova comar-|ca - Fica distante d'aqui uns 100 kilo-|metros, a villa da Purificação. Para lá | ir d'aqui faz-se 66 kilometros de trem e | o restante a cavallo - Será menos de |



lv.

um dia de viagem - Está agora | por ordem do governo, fazendo
se | um estudo de linha ferrea que | vai ligar aqui Alagoïnhas, á
Purifi-|cação, Feira de Sant'Anna e Santo| Amaro - |
O ministro d'Agricultura retirou-se | e foi nomeado Francisco
Glycerio | antigo chefe do partido republicano | de São Paulo - O
motivo da reti-|rada foi divergencia com o Ruy Bar-|bosa por
causa da recente criação | de bancos - |
Aceita Vm'ce minha mai e manos sau-|dades de Izabel e do |

Filho |

Pinheiro ²² |

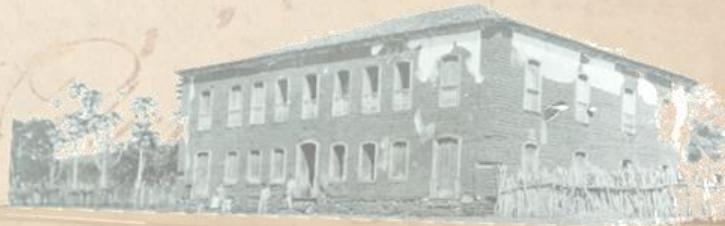


**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA**

ADILSON SILVA DE JESUS

**O SERTÃO POR ESCRITO NO LIVRO DE RAZÃO:
UM MICROCOSMO SÓCIO-HISTÓRICO E LINGÜÍSTICO DA BAHIA RURAL
OITOCENTISTA**

VOLUME II



**Salvador
2021**

ADILSON SILVA DE JESUS

**O SERTÃO POR ESCRITO NO LIVRO DE RAZÃO:
UM MICROCOSMO SÓCIO-HISTÓRICO E LINGUÍSTICO DA BAHIA RURAL
OITOCENTISTA**

VOLUME II

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Língua e Cultura.

Orientadora: Dra. Emília Helena Portella Monteiro de Souza
Coorientadora: Dra. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

Salvador
2021

SUMÁRIO

VOLUME I

INTRODUÇÃO	21
Escolha do tema	21
O percurso trilhado	22
A organização da tese	25
1 DE MUITAS HISTÓRIAS PARA UMA HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA DO BRASIL	27
1.1 DO MULTILINGUISMO À POLARIZAÇÃO LINGUÍSTICA: FORMAÇÃO E DIFUSÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	28
1.2 CAMINHOS PARA A RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA DO BRASIL	32
1.3 PARA UMA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: “O QUE É QUE A BAHIA TEM?”	36
1.3.1 Os ilustres – <i>corpus</i> de Carneiro (2005)	37
1.3.2 Os africanos – <i>corpus</i> de Oliveira (2006)	38
1.3.3 Os sertanejos não ilustres – <i>corpus</i> de Santiago (2019)	41
1.3.4 Os indígenas – <i>corpus</i> de Souza (2019)	43
1.4 PARA ALÉM DAS CARTAS, ATAS, LEIS E ALVARÁS: OUTROS CORPORA DO SERTÃO BAIANO.	45
1.4.1 Das declarações de Terra em Santana do Campo Largo aos Livros da Fazenda do Campo Seco em Bom Jesus dos Meiras	45
1.4.2 Os Livros da Fazenda do Campo Seco	48
1.4.2.1 O Livro do Gado	48
1.5 O LIVRO DE RAZÃO E A PROPOSTA DA TESE	49
1.5.1 Sobre o conceito de Livro de Razão	49
1.5.2 Para além da escrituração contábil	51
1.5.3 A proposta de tese	52
1.6 SÍNTESE DA SEÇÃO	53
2 PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS TRILHADOS	54
2.1 A LINGUÍSTICA HISTÓRICA, SUAS VERTENTES E O USO DE FONTES COMO <i>CORPORA</i>	54
2.2 A FILOLOGIA E A PREPARAÇÃO DAS FONTES PARA O ESTUDO DA LÍNGUA	56
2.2.1 Tipos de edição	58
2.2.2 A edição de textos e as humanidades digitais	61
2.3 OS ESTUDOS HISTÓRICOS DA LÍNGUA E A ABERTURA DA HISTÓRIA	65
2.3.1 A ruptura com o paradigma da historiografia tradicional	66
2.3.1.1 História da Cultura Escrita – breve reflexão sobre o que é e a que se propõe esse campo do saber	69
2.3.1.2 A Micro-História como recurso metodológico	77
2.4 SÍNTESE DA SEÇÃO	80

3	DO FAC-SÍMILE À EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DO LIVRO DE RAZÃO: O <i>CORPUS</i>, O CONTEXTO DE PRODUÇÃO E OS <i>SCRIPTORES</i>	81
3.1	O LIVRO DE RAZÃO DO CAMPO SECO	81
3.1.1	Sobre a transcrição já realizada e as motivações para uma nova edição	82
3.1.2	Descrição extrínseca	83
3.1.2.1	A digitalização do Livro de Razão pelo método fotográfico Lapelinc	83
3.1.2.2	Um passeio pelo Livro de Razão: do suporte à encadernação	85
3.2	DO REPOVOAMENTO DO ALTO SERTÃO À CONSTITUIÇÃO DE BOM JESUS DOS MEIRAS: CONHECENDO A REGIÃO DO <i>CORPUS</i>	105
3.3	OS <i>SCRIPTORES</i>	115
3.3.1	Antônio Pinheiro Pinto	118
3.3.2	Inocêncio José Pinheiro Pinto/ Canguçu	119
3.3.3	Miguel Joaquim de Castro Mirante.	120
3.4	DISPONIBILIZAÇÃO DAS EDIÇÕES	123
3.5	SÍNTESE DA SEÇÃO	126
4	O SERTÃO POR ESCRITO: DO CONTROLE DE FINANÇAS AOS FRAGMENTOS DA VIDA COTIDIANA NA BAHIA RURAL OITOCENTISTA	127
4.1	PELAS PÁGINAS ESCRITAS, DIFERENTES CAMINHOS...	127
4.2	DOS INDÍCIOS À RECONSTITUIÇÃO DAS VIVÊNCIAS: UM MICROCOSMO DA BAHIA RURAL OITOCENTISTA A PARTIR DO LIVRO DE RAZÃO	132
4.2.1	Pinheiro Pinto, sua parentela e as vivências de uma época.	133
4.2.1.1	A vida comercial no Campo Seco	135
4.2.1.2	Da militarização à vida religiosa no sertão da Bahia	149
4.2.1.3	A escravidão na fazenda do Campo Seco	158
4.2.1.4	Indicadores sociais no Alto Sertão	170
4.2.2	Inocêncio Pinheiro Pinto/ Canguçu: o que revelam suas anotações	176
4.3	A REFORMA POMBALINA NA COLÔNIA: BREVES NOTAS SOBRE A APLICAÇÃO E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS	178
4.4	DA PRODUÇÃO À CIRCULAÇÃO DO ESCRITO NO CAMPO SECO	183
4.4.1	A penetração da língua escrita na fazenda	183
4.4.2	A difusão da escrita nos domínios do Campo Seco	190
4.5	SÍNTESE DA SEÇÃO	191
5	“PELAS MÃOS SE FAZ A ESCRITA”: DA DESCRIÇÃO GRAFEMÁTICA AOS INDÍCIOS DA ORALIDADE NO SERTÃO OITOCENTISTA	194
5.1	A MORFOLOGIA DAS “MÃOS” DOS <i>SCRIPTORES</i>: DESCRIÇÃO INTRÍNSECA	196
5.1.1	Configuração da “mão” de Antônio Pinheiro Pinto	197
5.1.2	Configuração da “mão” de Inocêncio José Pinheiro Pinto/Canguçu	206

5.2	AS ABREVIATURAS	213
5.3	ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE GRÁFICA DE TEMPOS PRETÉRITOS	228
5.3.1	Um breve olhar para a história da ortografia portuguesa	229
5.4	REFERÊNCIAS METALINGUÍSTICAS PARA O ESTUDO DESCRITIVO DA VARIAÇÃO GRAFEMÁTICO-FONÉTICA DO LIVRO DE RAZÃO	233
5.5	DOS SENHORES DO CAMPO SECO: A DESCRIÇÃO GRAFEMÁTICA	238
5.5.1	Grafias para o fonema /z/	239
5.5.2	Grafias para o fonema /s/	241
5.5.3	Grafias para os ditongos	243
5.5.4	Grafias para o fonema /u/	246
5.5.5	Grafias para o fonema /ʃ/	247
5.5.6	Grafias para o fonema /ʒ/	249
5.5.7	Grafias para representar a nasalidade	250
5.5.8	Etimologização gráfica	252
5.6	“ESCREVEMOS O QUE FALAMOS OU O QUE SABEMOS FALAR”: BREVE DESCRIÇÃO DE INDÍCIOS DA REPRESENTAÇÃO DA ORALIDADE NO SERTÃO OITOCENTISTA	256
5.6.1	Estudo do som em textos escritos	258
5.6.2	A escrita fonetizante dos senhores do campo seco	259
5.6.2.1	Metaplasmo por transposição de fonema: metátese	260
5.6.2.2	Metaplasmo por acréscimo de fonema: ditongação	260
5.6.2.3	Metaplasmo por acréscimo de fonema epêntese e prótese	261
5.6.2.4	Metaplasmo por subtração de fonema: redução de ditongos	262
5.6.2.5	Metaplasmo por subtração de fonema: síncope e aférese	264
5.6.2.6	Metaplasmo por substituição de fonema: anteriorização	266
5.6.2.7	Metaplasmo por substituição: elevação das vogais médias postônicas	266
5.6.2.8	Metaplasmo por substituição: elevação das vogais médias pretônicas	267
5.6.3	Um olhar reflexivo sobre os dados de escrita fonetizante	274
5.7	SÍNTESE DA SEÇÃO	278
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	279
	REFERÊNCIAS	283
	ANEXO	295

VOLUME II

1	APRESENTAÇÃO	322
2	CRITÉRIOS DA EDIÇÃO	324
3	EDIÇÕES FAC-SIMILAR E SEMIDIPLOMÁTICA DO LIVRO DE RAZÃO	326
4	ÍNDICE ANALÍTICO	639
5	OS SCRIPTORES	658
5.1	ANTÔNIO PINHEIRO PINTO	658
5.1.1	Ficha biográfica	658
5.1.2	Quadro scriptográfico	659

5.1.3	As abreviaturas	662
5.2	INOCÊNCIO JOSÉ PINHEIRO PINTO/ CANGUÇU	687
5.2.1	Ficha biográfica	687
5.2.2	Quadro scriptográfico	687
5.2.3	As abreviaturas	690
5.3	MIGUEL JOAQUIM DE CASTRO MIRANTE	696
5.3.1	Ficha biográfica	696
6	SÍNTESE DO VOLUME II	697

1

APRESENTAÇÃO

Da vasta documentação, oriunda do sobrado do Brejo do Campo Seco, produzida e recebida pelos fazendeiros, em Bom Jesus dos Meiras, atual cidade de Brumado, no interior da Bahia, no período compreendido entre a segunda metade do século XVIII e o terceiro quartel do século XIX, o *Livro de Razão* do Campo Seco chegou a nossas mãos, através do CE-DOHS – *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão*, sediado na Universidade Estadual de Feira de Santana, no NELP – Núcleo de Estudo em Língua Portuguesa, do DLA – Departamento de Letras e Artes. Trata-se de um manuscrito baiano, escrito por três pessoas da mesma família, entre 1795 a 1838, que registra, principalmente, informações das atividades contábeis praticadas na fazenda do Campo Seco, no distante sertão de tempos idos.

O manuscrito do Campo Seco contém, pela numeração encontrada, 195 páginas, que estão numeradas e rubricadas, frente e verso, até a página 122. A partir da página 123, existe numeração só no recto, alterando a indicação de página para fólio até a 195. As anotações de dívidas dos clientes do armazém, que existia na fazenda, são predominantes nos assentos feitos por Antônio Pinheiro Pinto e pelo seu filho, Inocêncio José Pinheiro Pinto/Canguçu. No entanto, há outros assentamentos referentes a receitas médicas, a patentes militares, à disputa judicial, ao processo de construção do sobrado, que mobilizou uma série de profissionais na região, além dos agentes de letramento responsáveis pela instrução de Inocêncio José Pinheiro Pinto/ Canguçu.

Os fenômenos linguísticos identificados nos escritos do livro são variados. Há desde fenômenos grafofonéticos a um rico acervo lexical. As variações gráficas e as abreviaturas apresentam-se em grande quantidade. São essas características que tornam o *Livro de Razão* um documento muito valioso para o estudo dos aspectos históricos, socioculturais e linguísticos da Bahia oitocentista.

Essa síntese apresentada é apenas um “cardápio” a respeito do que pode ser encontrado nesse manuscrito tão importante para a história da língua portuguesa no sertão da Bahia. Fica aqui o convite para se conhecer um pouco mais do sertão escrito nas páginas do *Livro de Razão do Campo Seco*.

2

CRITÉRIOS DA EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA

A edição de um texto considera, prioritariamente, o público a que se destina esse texto, pois é esse público que determina a finalidade e o tipo de edição.

Uma das finalidades da edição semidiplomática do *Livro de Razão* é que seja útil para o estudo da história da língua, uma vez que, conforme Telles (2016), o texto é, sobretudo, um documento de fatos linguísticos e não pode ser tratado fora desse contexto. No bojo dessa discussão, é preciso estabelecer critérios de edição que respeitem as especificidades do documento, garantindo uma transcrição conservadora, especialmente, no tocante aos dados linguísticos.

É nessa direção que concentramos as preocupações com os critérios aqui adotados, já que cada documento tem características próprias e, por isso, não podemos aplicar, aleatoriamente, critérios em um manuscrito produzido em determinada sincronia. É preciso considerar o tipo de manuscrito, o gênero textual, o suporte, os autores e os contextos diacrônico e diatópico do documento que pretendemos editar. Nesse caso, é necessária uma pesquisa cautelosa, verificando o conjunto de normas existentes, para a escolha e adaptações daquelas possíveis de serem utilizadas como critérios específicos, além da criação de novos critérios.

Considerando esse contexto, e a leitura de manuais de paleografia, além da consulta a trabalhos de grupos de pesquisas consolidados na área como, por exemplo, o *Nova Studia Philológica*, grupo liderado pela professora Dra. Célia Marques Telles, sediado na Universidade Federal da Bahia e, principalmente, o PHPB, que determinamos os seguintes critérios usados nesta edição.

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo.
4. A pontuação e a acentuação original serão mantidas.
5. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como apresenta o original.
6. [] dúvida sobre a decifração de alguma letra, parte de ou vocábulo inteiro, o elemento em questão será posto em colchetes e em itálico.
7. [.] letra ilegível por deterioração ou rasura.
8. [ilegível] vocábulo ilegível por deterioração ou rasura.
9. [ilegível + nº linhas] extensão de trechos maiores ilegíveis por deterioração ou rasura.
10. [*inint*] palavras não decifradas sem deterioração.
11. [alinhado à direita indica continuação da linha anterior.
12. [?] letras não decifradas sem deterioração.
13. [*inint* + nº linhas] extensão de trechos maiores não decifrada sem deterioração.
14. <↑> Escrito na entrelinha.
15. Supressões feitas pelo *scriptor* serão tachadas, a exemplo, ~~sahiram~~.
16. As linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta, à margem esquerda da mancha escrita.
17. Utiliza-se em toda transcrição a fonte *Arial*, tamanho 11, e nas notas de rodapé tamanho 10.
18. Informações complementares serão indicadas em nota de rodapé, a critério do editor.

3

**EDIÇÕES FAC-SIMILAR E SEMIDIPLOMÁTICA
DO LIVRO DE RAZÃO**

[verso da capa]

Contra oque Seexperimenta eSe ve
 com os olhos; não pode aver Razao, que
 prevaleça nem des culpa, que baste

5 Esta lançado neste Livro a minha Paten
 a *folha* 121 Antonio Pinheiro Pinto

Xegou o Joaquim Manata nesta Caza a 13
 de Agosto era 1798²⁵ annos

10 Emtrou o *senhor* Manoel Alvez Vianna por feitor nesta
 caza a 21 de Março 1823 ganhando sin coenta
 mil Reis por cada hum anno Pinheiro²⁶

Rapaduras *que* vay tomando o *senhor* Bernardo Joze
 Saõ as seguintes) |||||+|||||+|||||+|||||+|||||

15 Deve o *senhor* vitorino Marques das obras do ferreiro 1640
 Marcelino Ferreira de Almeida morador na *vila* da
 caxa[?]ina [*inint.*]

²⁵ Há uma laçada no algarismo <1>.

²⁶ Presença de arabescos na assinatura.

[ilegível] a 2 de setembro [ilegível]
Livro da [ilegível]

²⁷Livro dos Assentos e Rol dos que
Medevem

5 Comprey o cavalo goleão eo Lavareda a 15 de novembro de 180[?]
ogoleão com 3 [inint.] eo Lavareda com seis anos

²⁸Este Livro he de Antonio Pinheiro Pinto

Xamado Livro de Razão que consta dos
meus Assentos e Clarezas

10 Entrou meu
filho Inocencio
no es todo do
Mestre Ignacio Ferreira
da Silva em 18
15 Antonio Pinheyro Pinto²⁹ de Mayo de 1810
1794

Principiei a minha
caza em o primeiro
de Julho de 1808

20 ³⁰Antonio Pinheiro Pinto
1795

Gado que soltey [ilegível]

Vacas 1200 vacas que troxi do Rio pardo [ilegível]
[inint.] 5 vacas que tenho comprado [ilegível]

²⁷ <l> maiúsculo com traçado longo ocupando mais de uma linha.

²⁸ <e> maiúsculo com traçado longo ocupando mais de uma linha.

²⁹ Há várias laçadas ao final da assinatura que passam por cima do ano.

³⁰ <a> maiúsculo é bem elaborado, toma um espaço que corresponde a várias linhas.

[p. 3]

	Deveme meu Irmaõ Joaquim deSantana deResto doCredito		
	Pagou esta asentado só no Livro _____		8\$000
	Deveme meu Irmaõ Francisco [<i>inint.</i>] doCredito		
	hum Rodaque ³⁵ depanno azul _____ pago		<u>5\$000</u>
5	Devem emeu compadre Severo Por 1 cabeleira	pago	3\$200
	Por mais dinheiro que oMartinianno deo ao dito para mim _____	pago	<u>3\$000</u>
	Deveme meu afilhado Jozé Louren co		
	Por 2 Livras de tabaco a640 _____	pago	1\$920
	que oMartinianno trespaçou para aminha mão _____	pago	<u>1\$600</u>
10	mais dinheiro que tomou para oGouvea _____	pago	\$640
	Demais dinheiro deinpres timo _____		\$320 ³⁶
	Devemais _____		<u>\$620³⁷</u>
		soma pago	3\$200
15	osenhor Costodio Ramos ficou devendo esta com ta		
	que osenhor Bernardo Jozé levou ocredito para cobrar		349\$000
	Deveme meu Compadre Baptista dofeitio das obras _____	pago	4\$000,,
	Devema Manoel [<i>inint.</i>] que tomou para gas tos docompadre	pago	\$640,,
	Deveme Peregrino depano dealgodaõ _____		\$600
	Deveme Felix Gomes _____		\$640
20	Deveme meu Irmaõ Jose Pinheiro		
	que paguei por elle ameu Primo Meira _____	pago	\$600,,
	Deveme oMar tiniano doResto daispingarda _____	pago	4\$400
	Deveme [<i>inint.</i>] cri oulo _____	pago	\$240
	Deveme Jacinto deinpres timo _____		[<i>inint.</i>]

³⁵ Tipo de tecido

³⁶ Presença de rasura no valor.

³⁷ O algarismo <6> está rasurado.

[p. 4]

	Deveme o senhor Venceslao de Santa Roza dinheiro que lhe [ilegível] resto [ilegível]	
	[ilegível] Ferreira Pay va Por meya [inint.] dexita _____	
5	Deveme o senhor Manoel dos Santos que meobri- guei por elle ao Lima _____ pago	6\$[.] ³⁸ 60
	Recebi a conta abatendo des tostoens que dei__ ao Brito_ <u>Resta_adever</u> _____ pago	3\$320
	deveme mais que paguei por elle ao Brito _____ pago	\$260
	Recebi a conta _____	\$660
10	Recebi do senhor Manoel dos Santos a conta do credito _____	6\$740
	Recebi do senhor Ribeiro _____	1\$660
	_____ resta pago	\$340
	Deveme o senhor Manoel Ribeiro de resto do cavallo _____ pago	2\$000
	Deveme o senhor Jozé de Gouvea de dinheiro de inprestimo pago	1\$280
15	Deveme meu compadre Manoel de Souza duas vacas huma parida pago com hum garrote receby huma solteira pago.	
	o senhor Gouvea res ta _____ pago	200
	devi Felis Gomes para o senhor Govea pagar _____ pago	\$720
	Deveme o senhor Joaquim de Souza Freitas de inprestimo _____	2\$000
20	Deveme mais o dito meu compadre de repozisaõ _____ pago	2\$400
	Deveme meu compadre o senhor Joaquim da Roxa _____ pago	5\$600
	Deveme o Joaõ crioulo <u>de polvora</u> _____ pago	\$320
	Deveme o senhor Manoel dos Santos de resto _____	2\$660
	Recebi [ilegível]	\$800
25	[inint.] mais _____ Jozé crioulo _____	<u>\$2400</u>
	Rest a	1\$620

³⁸ Manchado.

Rat. 1750

Deum jaleco debitas ————— 2800.
 P. mai. dicit. q. dy. ad. lopi ————— 8160.
 P. tres varu. d. p. anno. d. d. p. d. ad. l. ————— 8120.
 P. d. q. d. d. p. p. a. d. d. d. d. d. d. d. d. d. ————— 8100.
 P. 3. C. d. ————— 28100.
 P. d. ————— 824.
 P. d. ————— 8620.
 P. d. ————— 111.

Deum jaleco debitas	200	869.
Deum mai. q. p.	320	808.
Deum imp. p.	170	736.
Deum imp. p.	160	812.
Deum imp. p.	170	28100.
Deum imp. p.	160	6828.
Deum imp. p.	08.	84.
Deum imp. p.	683	68.
Deum imp. p.		16.
Deum imp. p.		16.

Deum imp. p. ————— 87.
 Deum imp. p. ————— 832.
 Deum imp. p. ————— 308.
 Deum imp. p. ————— 32.
 Deum imp. p. ————— 8.

87.
 832.
 308.
 32.
 8.

[p. 5]

	[ilegível] que vou dando [ilegível]		[ilegível]
	[ilegível] Jozé Guedes hê o seguinte [ilegível]		[ilegível]
	[ilegível] panno de Algodão a 240 _____ pago		[ilegível] ³⁹
	[ilegível] 4 varas emeya dito a 240 _____		[ilegível]
5	[ilegível] vara emeya dito a 240 _____		[ilegível]
	Por hum jaleco de baeta _____ pago		\$2000
	Por mais dinheiro <u>que dey ao Jorje</u> _____		\$160
	Por tres varas de panno de algodão a 240 _____ pago		\$720
	Por dinheiro que dei para pagar o feitiço do jaleco _____		\$400
10	Por 3 Covados de baeta ⁴⁰ azul a 800 _____		\$2400
	Por dinheiro que dey a meo Irmao Jozé de polvora _____ pago		\$240
	Por dinheiro de inpres timo _____		\$640
			<u>1440</u>
	Deve me Felix Gomes do Resto de contas _____	200	\$1680
15	Deve me mais <u>que paguei pela mesma</u> des obriga _____	320	\$1080
	deve - _____	320	
	Receby em peixe <u>7 pexes</u> _____	140	\$360
	Receby em peixe <u>8 pexes</u> _____	160	\$720
	Rece by em peixe <u>7 peixe</u> _____	170	<u>\$2400</u>
20	Receby em peixe _____	160	<u>\$6240</u>
	Receby em peixe _____	[?]080	840
	oque Receby soma _____	680	320
	devemais _____		<u>160</u>
			580
25	Devemais _____		200
	Reste _____		<u>60</u>
	Deve o senhor Alferes Antonio Placido de inpres timo _____		\$34000
	Por 1 coarto de [inint.] _____		\$320
	Por 6 Rapaduras e oito Libras de carne _____		\$880
30	Por 4 Livras de tocinho _____		\$320
	[ilegível + 4 linhas] _____		<u>80</u>
			pago \$4000
			pago
			866
35			1020
			pago 1620

³⁹ A tinta, por estar muito clara, dificulta a identificação dos valores. Além disso, há perda de suporte.

⁴⁰ Tipo de tecido.

[p. 6]

Dinheiro que empresto a *minha comadre a Senhora Anna Francisca*
 Para as suas a *Rumaçoens* hé o *Seguinte*

	Por dinheiro que paguei ao Juis de orfaõs _____		16\$000
	Por dinheiro que dey para os ban hos _____		6\$400
5	Por dinheiro que paguei deBaptizados _____		2\$560
	Por dinheiro que dey aoPadre para vir fazer os cazamentos		12\$800
	Por dinheiro que dey ovigario das Licen ças _____		8\$000
	Por agoa ardente que comprey para afonçaõ _____		1\$200
	Por dinheiro que paguei aoSan tos do f. do R. _____		2 ⁴¹ \$920
10	Por dinheiro que paguei ao Queiros das Rapaduras		<u>2\$560</u>
		Soma	51\$440
	abatendo do dinheiro que ella meenprestou que saõ	pago	<u>50\$000</u>
	Resta	pago	1\$440
	Fico Restando a <i>minha comadre a Senhora Dona Anna Francisca</i>	<u>pago</u>	<u>7\$999</u>
15	Deveme <i>senhor Joaõ Pinheiro deRapaduras</i> <↑50>	pago	4\$000
	Deve [ilegível] deSouza Por 1 defarinha _____		\$320
	Deveme meo Irmaõ Francisco deRapaduras _____		3\$520
		Receby	<u>2\$000</u>
		Resta	1\$520
20		pago	<u>\$280</u>
	Deve de linhas para cozer as calças _____	pago	\$ [?] ⁴² 80
	Deveme meo irmaõ Florianno _____		1\$200
	[ilegível]		[?] ⁴² 640
	[ilegível]		\$640

⁴¹ Rasurado

⁴² Há uma mancha que atrapalha a leitura do algarismo.

[p. 7]

	Fazenda que tomey para o meu Irmaõ Joaquim		
	[ilegível] estou obrigado a Manoel Jozé Lira		
	[ilegível] meu Irmaõ meestadevendo _____ pago		11\$7700
	Deveme mais 1 pessa dacanga pintada _____		3\$200
5	Por huma oitava emeya deretros _____		\$240
			15\$210
	deve mais dehum cal saõ decanga _____ pago		2\$000
	Deveme mais deinprestimo _____ pago		4\$700
	Fazenda que tomey para meu Irmaõ Jozé Pinheiro		
10		Receby	12\$000
	Deque paSey obrigaçam aManoel Jozé Lira		
	eodito meu Irmaõ meesta devendo _____ pago		1\$180
	Devem e mais de huma Libra depolvora _____ pago		1\$180
	Devem e mais por quatro covados debaeta azul _____ pago		3\$840
15	deveme mais que paguei ao Martiniano _____		\$560
	Deve mais demey Livra depolvora ⁴³ _____		\$800
		o credito que saõ	46\$750
	Deveme meu Compadre Severo David. que		
	paguei por elle ao Padre Joaquim dadespença		
20	hé oSeguinte _____ pago		11\$160
	Resta _____		\$160
	Deveme meu mano Manoel Floriano deimprestimo _____ pago		8\$000
	Por mais dinheiro que dey aBernardo Jozé _____ pago		\$800
	Deveme meu Irmaõ Jozé Pinheiro das pis tolas _____ pago		3\$000
25	Deveme mais dedinheiro deinpres timo _____ pago		4\$000
	Deveme o senhor Ribas Por 2 emeyavaras depano Riscado _____ pago		\$800
	Deve mais Por 4 emeya varas dealgodaõ a 240 _____ pago		1\$080
	Dei por ordem domeo mano Floriano		
	[inint.] Cos todio _____ pago		\$800

⁴³ Tinta carregada.

[p. 8]

	Deveme meu compadre o senhor [inint.]	
	Por Rapaduras einprestimo _____	pago \$760
	Entreguei ao senhor Manoel Alonço de Almeida por [ilegível]	
	do [inint.] Jozé Guedes <u>10 40000</u> mil reis importância	
5	de <u>208</u> bois que vendy apreço decinco mil reis por ordem	
	do [inint.] Guedes e deste dinheiro tirou o [inint.] Alonço a despeza da	
	[despeza] das contas dogado e adispeza de Paulino e mais lhe entre	
	guei em moedas velhas e moedas de vinte [inint.] elevou para entre	
	gar ao [inint.] Guedes Pinheiro	
10	dispeza da Boyada	
	Deve o senhor Joaquim da Sapé da Rapaduras ⁴⁴ _____	pago \$160
	Dispeza da junta da boyada que ajuntey do senhor Manoel Jozé Guedes	
	Por 4 pessoas que para ajuntarem em seus cavalos a pataca por dia _____	10\$240
	Por 3 a ⁴⁵ lqueires da farinha a <u>1280</u> _____	3\$840
15	Por 4 alqueires dinheiro a 960 _____	3\$840
	Por 1 vaca para ajunta _____	4\$000
	Por 2 alqueires de farinha mais a 1280 _____	2\$560
	Por mais hum alqueire de farinha _____	1\$280
	Por 2 alqueires dinheiro a 960 _____	1\$920
20	Por 1 alqueire de farinha _____	1\$280
	Para a Segunda Junta que fis	
	Por 8 patacas que dey a Bernardo Jozé montado em seo cavalo _____	2\$560
	mais dois alqueires dinheiro _____	1\$920
	Por 1 alqueire de farinha _____	1\$280
25	huma bes ta manca que pidy enprestada e morreo na junta	5\$000
	Por 4 pratos desal do reino a 320 _____	<u>1\$2800</u>
		pago 41\$000
	Fico pagace Setescento por [inint.] do senhor	
	Manoel Alonço desta conta que seaxa no	
30	meu Livro da despeza [inint.] que tinha ficando este	
	8 de outubro de 1795 Pinheiro	

⁴⁴A informação encontra-se riscada no manuscrito.

⁴⁵Anotado sobre o início da palavra o algarismo <8>.

		[p. 9]
	Deveme [ilegível] Irmaõ Jozé Pinheiro de inprestimo _____ pago	4\$000
	Deveme deResto _____	\$440
	Deve [ilegível] demeya Livra depolvora _____	\$300
	[ilegível] que paguei ao Martiniano _____	\$560
5	Deveme mais Por 4 covados debo toes azul _____	3\$000
	Deve mais do resto do boy _____	<u>\$200</u>
	pago	9\$000
	Deve mais de huma coarta depolvora _____ pago	55
	Deve <i>minha</i> Prima Ana Xavier _____	4\$000
10	do batizado da cria sua es crava _____ pago	<u>1\$280</u> ⁴⁶
		2\$980
	Deveme meo Irmaõ <↑Jozé> Pinheiro do maxado epano do [inint.] que tomey a Joaõ Alves [inint.] _____	4\$680
	deve deinpres timo _____	1\$600
15	que paguei por ele a Joaquim Leite _____	<u>2\$560</u>
	que paguei ao Padre das nossas esmolos _____	<u>\$ 640</u>
	Deveme meu compadre Severo do credito que paSei ao Silva _____ pago	16\$750
	Deve mais doResto das nossas con tas _____	\$1600
	Devemais deseis [inint.] con a carga nas [inint.] _____	\$6400
20	Deve mais das que bras dacarga dealgodaõ _____	<u>\$ 753</u>
	Soma pago	18\$300
	Resta ____	\$300
	Deveme meo compadre Severo [inint.] _____ pago	1\$280
	eRapadura eagoa ardente	
25	oCredito que meu mano Floriano deve aJoaõ Soares pago he da <i>quantia</i> de 360\$920 Reis eu dey acon ta- deCredito _ 60\$920 reis de <i>quando</i> odito mepaçou recibo nas cos ta domesmo Credito Pinheiro pago	
	que paguei por <i>minha</i> comadre dajunta _____	3\$000
30	que paguei por ela a Joaquim Leite _____	3\$000

⁴⁶ Há, logo abaixo, a anotação do seguinte valor <60600>

		[p.10]
	Deveme o <i>senhor</i> Domingos Antonio _____	\$800
	Deveme o <i>senhor</i> João Leite _____	\$480
	[ilegível] deo meyo covado [ilegível] _____ pago	\$160
5	Deveme o <i>senhor</i> Joaquim do Sapé _____ pago	\$080
	Res ta _____	\$120
	Deveme meu compadre Jozé Pinheiro da foisse emaxado _____	2\$880
	Deveme meu afilhado Jozé Lourenco [<i>inint.</i>] _____	<u>[ilegível]</u>
	Deveme meu afilhado Jozé Lourenço do [<i>inint.</i>] _____	3\$000
	Deveme mais das nossas contas velhas _____	3\$200
10	que des contando o que eu devo do algodão que são _____	<u>4\$000</u>
	Res tame a dever salvo erro _____ pago	<u>2\$840⁴⁷</u>
	Deveme o <i>senhor</i> Jozé Paxeco da Silveira treze oitavos digo são _____	2\$000⁴⁸
	[que o dinheiro] São vinte oi tavos que o dinheiro São _____	<u>2\$000⁴⁸</u>
15	Deveme meu afilhado Jozé Lourenco do cavalo _____ pago	20\$000
	do boy etaxo _____ pago	[?] ⁴⁹ \$000
	Deveme o <i>senhor</i> Ribas de pano ⁵⁰ de algodão _____	1\$080 ⁵¹
	dinheiro que lhe inprestey [<i>inint.</i>] _____	<u>\$160</u>
	duas Rapaduras _____ pago	\$460
	Deveme o <i>senhor</i> Manoel [<i>inint.</i>] de Souza Gomes da [<i>inint.</i>] _____ pago	\$320
20	Deveme meo compadre Manoel de Souza _____ pago	\$320
	Deve o dito mais que paguei a Bernardo Jozé _____ pago	\$320
	Deve mais de inprestimo _____ pago	\$ [<i>inint.</i>]

⁴⁷ Os algarismos <8> e <4> cobrem outros números.

⁴⁸ O segundo algarismo foi alterado.

⁴⁹ O valor está coberto pelo <g> da abreviatura <pg>.

⁵⁰ Escreveu panho, passou três traços na horizontal transformando o <h> em um <n>.

⁵¹ Há, sobre o valor, um traço ondulado.

A quem meo João Lourenço Pontes de
 yago q.º Corregedor p.º de Vila Rica e Martim Alvi. de Santos
 trezentos e quatro mil dezo dezes e quatro contos e setecentos e
 mil e setecentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e
 sete mil e quinhentos e sessenta e sete
 1726 p.º de João de
 novo Antonio Pontes Pontes

Ovidete que meu Primo M. de Brito Lourenço p.º de
 trar de Vila Rica de 1724. 5228200

Summa de Bernardes de 1724 p.º de 1724

Summa de 1724 de 1724 p.º de 1724

[p. 13]

	Deveme meu Irmaõ Jozé Pinheiro Pinto dabo_		
	yada que comprey para ele a Matias Martins deCastro		
	trezentos equatro mil digo duzentos eoitenta etres		
	mil reis epara Clarezza fis este aSento aos 20 de Março		
5	<u>de1796</u> pago não deve	nada Antonio Pinheiro Pinto ⁵⁶	
		21\$220	
	O credito que meu Primo Manoel de Brito levou para co-		
	brar do velho Martins he daquantia _____		592\$200
10	restame ovelho Martins daboyada _____ pago		21\$000
	Deveme o senhor Bernardo Jozé deinprestimo _____ pago		1\$[inint.]
	Deveme mais odito senhor daesmo la das missas do Natal _____ pago		\$960
	ou hum garrote de ano _____ [.] ⁵⁷		
	Deve o senhor Jozé de Gouvea deinpres timo	pago	4\$160
15	Deveme o senhor Antonio Jozé Ribeiro	pago	1\$9[?][?]
	Deve Leonardo daTaboca _____ pago		\$320
		oAnostario resta	\$320
	Deveme ocrioulo Anostario deSanta Roza		\$960
		Rece by	640
20	Deve Jozé Gomes depolvora _____		[inint.]
	Deve Manoel Gomes dePolvora _____ pago		\$160
	Deveme [inint.] vaca _____		[ilegível] ⁵⁸
	8 [ilegível]		
	Deveme Manoel Antonio [ilegível] _____		\$320
25	Deve mais [ilegível] _____ pago		\$240
	Deveme Francisco Correia deinprestimo _____ pago		4\$000
	Deveme Joaõ ⁵⁹ Dias _____ pago		[.] ⁶⁰ 140
	Deve Luis dos maxados epolvora _____ pago		1\$000

⁵⁶ Presença de laçadas no início do nome e no sobrenome.

⁵⁷ Manchado

⁵⁸ Há uma mancha que dificulta a leitura do valor.

⁵⁹ Sobre o til há uma mancha.

⁶⁰ Manchado

[p.14][ilegível]⁶¹

Deve a comadre Francisca do [inint.]

[ilegível] paguey por ella

Recebi aconta _ _ _ _ _

[ilegível]

6\$600

Resta _____

5

Recebi por maõ da Aninha _ _ _ _ _

4[ilegível]

Resta pago

Deve a Senhora Joanna viuva de Manoel Paxeco

des Sorroens desal os que Recebo paxo abaixo)|||||||⁶

10 Deve meu sobrinho Manoel Matias de inpestimo _

6\$000

deve mais de farinha _____

1\$920

7\$920

Deve me o senhor Capitam Antonio Marques da Silva _____ pago

1\$520

Deve o senhor Mauricio Gomes _____

1\$600

15 de Resto _____

\$580

Soma pago 2\$180

Deve me o senhor Andre [inint.] de resto [ilegível]

pago \$800

Resta pago \$880

Resta 80

20 Deve o senhor Antonio Matias Lobo de inprestimo

pago 5\$000

Deve Joze crioulo do Rio de Antonio _____

\$640

Recebi \$210

Resta pago \$430

Deve o senhor Mauricio Gomes da [inint.] de Seis Rapaduras

pago \$480

⁶¹ Mancha cobrindo os valores.

P. 117

Cuentos de...

P. de g. un by de la g.	5 \$ 000
P. de g. un by de la g. de la g.	2 \$ 000
P. de g. un by de la g. de la g.	30 \$ 360
P. de g. un by de la g. de la g.	10 \$ 000
P. de g. un by de la g. de la g.	5 \$ 000
P. de g. un by de la g. de la g.	2 \$ 000
P. de g. un by de la g. de la g.	3 \$ 000
P. de g. un by de la g. de la g.	64 \$ 360
P. de g. un by de la g. de la g.	85 \$ 000
P. de g. un by de la g. de la g.	23 \$ 640
P. de g. un by de la g. de la g.	2 \$ 900
P. de g. un by de la g. de la g.	24 \$ 240
P. de g. un by de la g. de la g.	24 \$ 800

P. de g. un by de la g. de la g.	25 \$ 600
P. de g. un by de la g. de la g.	22 \$ 000
P. de g. un by de la g. de la g.	3 \$ 000
P. de g. un by de la g. de la g.	3 \$ 600
P. de g. un by de la g. de la g.	2 \$ 000

[p. 15]

	[ilegível] Recibo de Joze [ilegível] ⁶²	
	[ilegível] [inint.] [inint.] [ilegível]	
	[ilegível] meu compadre Jozé Pinheiro [ilegível]	
	Por <i>dinheiro</i> que Receby de Joaquim <u>cabrinhas</u>	5\$000
5	⁶³ Por <i>dinheiro</i> que Receby demeou mano João Pinheiro	\$10\$600
	Por dinheiro que Receby do Crispim _____	4\$000
		30\$360
	dinheiro que receby por maõ demeou	
	Irmaõ Joaquim Pinheiro _____	10\$000
10	Recebi demeou Irmaõ Joaõ Pinheiro _____	8\$000
	Recebi do Jozé por dinheiro _____	4\$000
	Recebi deminha may para esta conta _____	9\$000
		Soma
		principal
		85\$000
15		Res ta
	Recebi em pano deAlgodaõ _____	23\$640
		2\$400
		Res ta
		21\$240
	Deve o senhor Raymundo Rodrigues Pinto de farinha _____	12\$800
		Res ta
		25\$600
20	Devo ao senhor Alferes Izidorio Manoel _____	pago
	Deve o senhor Euzebio Ribeiro _____	pago
		9\$240
		Recebi 320 –
		\$320
		pago
	Deve Faustino do pano delinho _____	pago
		\$360
	Deve Jozé Crioulo do Rio de Antonio por 2 Libras de polvora	pago
		4\$000

⁶² Mancha longa que atrapalha a leitura no início e no final do texto até a linha 3.

⁶³ Há, no início, das linhas 5 e 6, um traço na vertical.

[p. 16]

		1280	
		<u>240</u>	
	Deve meu compadre o senhor venceslaõ do boy Jozé daSilva	1520	5 \$000 ⁶⁴
	[<i>inint.</i>] que paguey [<i>inint.</i>] com ogado _____		[.]\$000
5	dedois Sorroens deSal a1200 _____		[ilegível]
	de dois Couros demateiro grozados		[ilegível]
	de	pago	13\$360
	Deve o senhor Manoel Lopes demantimentos -----	pago	2\$480
	Deve o meu Criou lo Antonio -----	pago	4\$000
10		Recebi	pago 2\$000
	Deve o senhor Euzebio Ribeiro de Souza deinpres timo	pago	4\$000
	Deve meu Primo o senhor Joaquim deSouza Porto		
	doResto do cavalo cabiça _____		14\$0000
	Deve meu compadre Bernardo deSouza [<i>inint.</i>]	pago	\$800
15	Deve meu afilhado ⁶⁵ Jozé Lourenço dein prestimo	pago	4\$000
	Deve meu compadre o senhor Manoel Lourenço		
	doxicote -----	pago	\$320
	Deve Boy Sebastiaõ do Mocambo _____	pago	320

⁶⁴ Traços ondulados separam os valores dos itens.

⁶⁵ Rasurado

[p. 17]

	[ilegível] aqui por <i>minha comadre a senhora Anna</i> [inint.]	66	
	[ilegível] 96 _____		3\$000
	[ilegível] que paguei a Thimoteo Espinola do [inint.]		11\$000
	[ilegível] dinheiro que paguei a Joaquim Leite _____		2\$000
5	Por dinheiro que paguey ameu Primo Meira doresto		pago 2\$560

	Deve meu compadre o senhor Manoel deSouza _____		1\$320
	Deve meu compadre o senhor Salvador [inint.] do proprio que mandey [inint.] pago		1\$600
	Deve o senhor Manoel Ribeiro Ribas dein pres timo _____	pago	3\$520
	Deve o senhor Victorino Marques deRapaduras _____	pago	1\$600

10	Deve o Crispim deinpres timo _____	pago	2\$400
----	------------------------------------	------	--------

	Deve o senhor Gonçalo Alvares Martins deinprestimo _____	pago	2\$400
	Deve mais odito dehum fraque de paquite _____		4\$ 000
	Deve mais odinheiro aminha may _____		2\$\$400

⁶⁶ Três traços ondulados na vertical separando os valores dos itens que vão da linha 1 até a linha 5.

[p. 18]

	Deve o senhor Antonio Gonçalves Xaves	
	Por aluguel da mula do [inint.] para sima -----	8\$000
	Por 2 alqueires de milho que mandey Levar [inint.]	1\$320
	Por avolta do cavalo natico -----	4\$000
5	Por 1 coarta de feijão -----	[.]\$300
	Por 2 alqueires de farinha -----	2\$560
	Por mais 2 alqueires de milho -----	1\$920
	Por 1 alquiri de feijão -----	<u>1\$280</u>
	soma pago	20\$000
10	que Rece by por Mão de Manoel Jozé de Faria Esta conta	

	Deve meu afilhado Jozé Lourenço que dey [inint.] da Rede ⁶⁷	3\$000
	de Res to _____ ⁶⁸ pago	3\$750
	de Res to _____	23\$000
		<u>24\$000</u>
15		<u>00\$250</u>
	Jozé Lourenço [inint.] ⁶⁹	[inint.]
	Deve meu afilhado que vem do saudo atras de Resto	10\$750
	Deve que paguey ao Monção _____	15\$000
	que dey para o Cavalo _____	20\$000
20	Por huma vaca _____	5\$000
	que dey aminha may da Rede _____	3\$000
	pago ____	<u>53\$750</u>
	Deve o senhor Antonio Joze Ribeiro de inprestimo _____ pago	8\$000

⁶⁷ Três traços ondulados na vertical separam os valores dos itens. Começam na linha 11 e terminam na linha 16.

⁶⁸ A abreviatura <pg> começa na linha 11 e vai até a 15.

⁶⁹ Dois traços ondulados na vertical separam os valores dos itens. Começam na linha 16 e terminam na linha 22.

[p.19]

	Deveme meu compadre Joze Pinheyro que vem dalauda atras eajustes decontas oseguinte -----		10\$260
	Deveme meu Irmaõ Joaquim Jozé Pinheiro do seguinte		\$320
5	Deveme mais dealuguel doproprio		\$980
	Deve mais dealuguel donegro -----		2\$400
	Deve do[inint.] que deo ao Leonardo-----		1\$280
		pago ⁷⁰	15\$240
			13\$270
10	Deve o senhor Bernardo Jozé de inprestimo	pago	6\$000
			1\$260 ⁷¹
			15\$290
	Deve o crioulo Joaõ de inprestimo -----	pago	5\$180
			<u>8\$000</u>
15		pago	2\$8[.] ⁷²
			1260
			<u>1000</u>
		resta	0260
	Deve meu afilhado Jozé Lourenco de inprestimo		20000
20	que paguey por elle ao Manoel da Costa Dantas		3\$2000
	Deve mais de inprestimo-----	pago	5\$000
	Deve mais de inprestimo -----		2\$850
	Deve mais que dey ao senhor Pedro Gonçalves [inint.]		3\$450
	Por 2 varas de[inint.]-----		[.] ⁷³ \$600
25	Por 3 cavados de[inint.] -----		<u>0\$960</u>
		Soma	<u>11\$750</u>
		pago	11\$750
	Deve meu Irmaõ Silverio da capa-----		-20\$000
	Deve meu Irmaõ Francisco de inpres timo -----	pago	5\$000
30			18720
			1280
		pago	2000
	Deve o senhor Antõnio de São Jozé de mantimento	pago	400
	Deve mais de inprestimo -----		\$840
35		Recebi	<u>\$320</u>
		Resta	\$520

⁷⁰ O g da abreviatura <pg> está sobre o algarismo <1>.

⁷¹ Algarismo <8> coberto pelo <0>.

⁷² Borrado.

⁷³ Número borrado e alterado.

De un... Bernardo...
...
... 1772

De un...
...
... 1772

De un...
...
... 1772

De un...
...
...

De un...
...
... \$720

De un...
...
... \$500

De un...
...

[p. 20]

	Deve o senhor Bernardo Jozé d[<i>inint.</i>] hum [ilegível] de [<i>inint.</i>] [<i>inint.</i>] cada com Seis a Robas de carne [ilegível] [<i>inint.</i>] para que Recebeo o Seo en parte de primeiro de Abril ⁷⁴ 1799	pago	18800
5	Deve meu afilhado Jozé Lourenço huma car- ga de Algodam [<i>inint.</i>] cada com Seis a Robas de lam [ilegível] Natal proximo vindouro para que recebeo ⁷⁵ o Seo en parte de 1799 2 de Abril de _____	pago	<u>18\$000</u>
	Deve meu compadre o senhor Manoel Lourenço de inpres timo.	pago	9\$000
10	Deve meu compadre Jozé de Matos de inprestimo para [<i>inint.</i>] que seo brigou pelo Seo Cunhado Bernardo Jozé Xavier	pago pago	1\$280 3\$000
	Deve o senhor Vonlentino de Matos de inprestimo		1\$360
	Deve meu compadre Jozé de Matos de mantimento		<u>2\$880</u>
		Soma	4\$240
		Receby	<u>\$720</u>
	Devo a meu Primo o senhor Manoel de Brito dos es[<i>inint.</i>] pago		<u>12\$000</u>
15	o compadre Jozé de Matos	Resta pago	3\$520
		pago	\$600
	Deve Joaquim cabrinha de pano		

⁷⁴ Laçada antes do algarismo <1>.

⁷⁵ Foi feita uma correção, escreveo y no lugar do e antes.

Seveme or. An. Loui Pitt. diuinitimo
morador no Pedro Branca - pg. 158500

Dous or. or. tny Carge de Algodao p. a la p...
ximo vindoo p... em 14 de Mayo 1878

De meu Comp. or. M. Loui. de...
diuinitimo - - - - - pg. 208000

De m. Com. al... Maximo diuinitimo - pg. 28000

De or. Pedro G. de... pg. 17100

De or. Pedro G. de... pg. 8800

De or. ... morador ... pg. 5250

De Luis diuinitimo - pg. 57000

De or. ... pg. 48000
de dy. Com. or. Loui de...

		[p.21]
	Deve o senhor Antonio Jozé Ribeiro de inprestimo morador na Pedra Branca pago	15\$500
	Deve o dito senhor tres cargas de Algodão para o Natal proximo vindo ro posto em minha caza para [inint.] pago	4\$0000 ⁷⁶
5	Em 11 de Mayo [?] 1798 Pinheiro ⁷⁷	
	Deve meu compadre o senhor Manoel Lourenço de Almeida de inprestimo ----- pago	20\$000
	Deve minha comadre a senhora Maxima de inprestimo pago	4\$000
	Deve o Senhor Pedro Gonçalves de Aguiar de Resto do boy _____ pago	1\$440
10	Deve [ilegível] _____ pago	1\$200
	Deve o senhor Pedro Gonçalves de Resto dos motolotajis _____ pago	\$810
	Deve o senhor Domingos Jorge de [inint.] morador na Barra _____ pago	5\$280
	Deve Luis de inprestimo _____ pago	5\$000
	Deve o senhor Antonio Rodrigues de inprestimo _____ -- _____ pago	4\$000
15	que des Contey Com o senhor Joaõ de Barros	

⁷⁶ Mancha e dois traços ondulados sobre o valor.

⁷⁷ Laçadas na assinatura.

[p.22]

[inint.]

	Deve o Manoel do Nascimento deduas libras depolvora pago		
	Deve o senhor Andre Alvares Pinindo de huma Libra		
	Polvora _____ pago	[ilegível]	
	Deve o filho do senhor Andre xamado Manoel depolvora		1\$000
		Receby	[inint.]
		Receby	280
			\$080
5	Deve mais de pedras de fogo----- resta__		200
	Deve o senhor Andre Alvares Penido da farinha -----		1\$600
	Deve o senhor Manoel Alvares Penido depolvora -----		<u>1\$500</u>
	Deve mais o dito que tomou para seu mano Joaquim		1\$000
	do senhor Joaquim Receby_____		980
10	Deve o senhor Ignacio Ferreiro de farinha ----- pago		640
	de huma quarta depolvora -----		500
	Deve Nico Laõ da Tabua de inprestimo pago		2\$000
	Deve o senhor Antonio Martins de inprestimo ----- pago		25\$000
	para o dito senhor dar no [inint.] de bay xo dos co bertos		
15	[?] Manoel Dias Coelho -----		
	Deve o senhor Tomas Gomes Ribeiro de inprestimo pago		6\$000
		resta	\$320
	Deve o senhor Jozé Theodozio -----		\$320
	Deve o senhor vi ctorino de Santa Roza de Rapaduras----- pago		2\$560
20	Deve o senhor Jozé Vençeslaõ morador no maracá de hum cavallo	pago	40\$00
	de Sela		\$
	Deve o senhor Manoel Ribeiro de Polvora----- pago		\$500
			\$\$
			\$
25	Deve o crioulo Antonio depolvora -----		\$500
	[ilegível] Primo por huma [inint.] pago		\$250

... de ... Antonio ... 23
 ... de papel ... \$280
 ... de ... \$360
 ... de ... \$690

De ... de ... \$300
 De ... de ... \$300

Eu devo ao Sr. Luiz Marquy de ... \$12000

O Sr. Luiz Marq. ... \$420
 ... \$160
 ... \$320
 ... \$280
 ... \$360

De ... de ... \$320
 De ... de ... \$3000

Eu devo ao Sr. ... \$16025
 de ... \$420
 De ... \$430

De ... \$8850
 De ... \$240

De ... \$28000

[p. 23]

	[ilegível] demeio mano Antonio de Brito		
	[ilegível] seguinte		
	[ilegível] mãos depapel a320 -----	pago	1\$280
	Por 1 par dexinelos -----	pago	\$160
5	Por 2 mãos ⁷⁸ depapel -----	pago	\$640
	Deve o senhor Gonçalo Fernandez Lima demeya Libra depolvora		1\$000
	pago		
	Deve o dito mais meya Livra da -----		1\$000
	Eu devo ao senhor Luis Marques dehum cavalo _____	pago	12\$000
	o senhor Luis Maques tomou demantimentos por ordem do senhor ⁷⁹		
10	capitã Antonio Marques o seguinte _____		1\$120
	mais de Rapaduras _____		\$160
			480
			<u>320</u>
			1\$280
15		Soma pago	<u>3\$360</u>
	Deve meo compadre Bernardo de Souza de inprestimo		4 ⁸⁰ \$320
	Deve a senhora Meiros de inprestimo	pago	4\$000
	Eu devo ao senhor Manoel Fernandez Monção como consta		
	de huma carta que tenho do dito senhor -----	pago	16\$250 ⁸¹
20	dey ao Loureço huma carga de Rapaduras		
	por ordem do dito senhor em -----		<u>5\$120</u>
		Resto pago	<u>11\$130</u>
	Deve o senhor Andre Alvares Pinido de inprestimo		1\$850
		Receby	\$240
25	Deve Antonio de Almeida de inprestimo	pago	4\$000

⁷⁸ Santos Filho (2012, p.411) explica que a “mão” de papel correspondia a 5 cadernos ou a vigésima parte da resma.

⁷⁹ Uma linha ondulada vertical separa os valores dos itens.

⁸⁰ Dois traços na horizontal sobre o algarismo.

⁸¹ Três linhas onduladas na vertical separam os valores até a linha 21.

23

De ...
De ...
De ...

De ...
De ...
De ...

De ...
De ...
De ...

De ...
De ...

De ...
De ...

De ...
De ...
De ...

De ...
De ...
De ...

	Deve <i>osenhor</i> Goncalo <i>Fernandez</i> Lima dexumbo		[p. 24] [ilegível]
	Deve <i>osenhor</i> Gonsalo <i>Fernandez</i> dehuma Libra depolvora		[ilegível]
	Deve [ilegível] Joaõ de Souza genro do <i>osenhor</i> Goncalo depolvora		[ilegível]
5	Deve <i>osenhor</i> Joaõ de Souxa genro do <i>dito</i> depolvora <↑epedras>	Receby _____	pagó \$060 60
	Deve <i>osenhor</i> Bernardo Jozé da [<i>inint.</i>] depolvora -----	pagó	1\$800
	Deve <i>osenhor</i> Domingoz <i>Fernandez</i> depolvora -----		1\$000
	por maõ do <i>osenhor</i> Bernardo Receby	pagó	\$480
10	Deve <i>osenhor</i> Jozé Gomes dehuma coarta depolvora	pagó	\$50,0
	Deve <i>osenhor</i> Severino daCosta dehuma foyse -----		\$960
	Deve meu Irmaõ <i>Antonio</i> de Brito Gondim dein prestimo Sem mil Reis com seos juros vencidus	pagó	100\$000
	[<i>desne</i>] 15 de Marco <u>1800</u> Antonio Pinheiro ⁸²		
15	Deve meu Primo <i>osenhor</i> <i>Capitam</i> Francisco deSouza Meira deinprestimo com Seos Juros inte[<i>g</i>]ral satisfaça pagó ⁸³		100\$000
	[<i>desne</i>] 23 de Abril <u>de1800</u> Antônio Pinheiro Pinto		

⁸² Há laçadas na assinatura

⁸³ A abreviatura <pg> encontra-se sobre o vocábulo satisfaça.

[p. 25]

	Deve meu Compadre o senhor [inint.] Manoel Lourenço		
	[inint.]		
	Deve 1 libra de polvora-----	pagó	2\$000
	Deve o senhor Francisco de Almeida por [meyã] <↑huma> coarta de polvora	pagó	8\$500
5	Deve o Cayru Resto da polvora -----	pagó	\$180
	Deve pois Antonio do oru cuya Resto da polvora -----	pagó	\$090
	Deve o Mestre Jozé decayxaça -----	pagó	\$480
	Deve o senhor Joaõ Antonio filho do senhor Joaquim Jozé	<u>pagó</u>	<u>1\$000</u>
	Deve o senhor Tomas Gomes de polvora -----	pagó	\$500
10	deve do resto dos Seis mil Reis de inpres timo -----	pagó	\$320
	Deve o senhor Jozé Theodozio de inprestimo -----	pagó	2\$000
	deve mais do Resto de agoa ardente -----	pagó	\$480
	Eu devo do Sal e hum Couro -----		\$960 ⁸⁴
	Eu devo a meu compadre Jozé Pinheiro -----		<u>4\$000</u>
15	o dito medeve que paguey ao Lira eo Jozé Joaquim	pagó	1\$920
			\$800
	Deve mais do troco na Serra ji -----		<u>1\$360⁸⁵</u>
	Deve mais o dito de en pres timo e do vi torino -----		<u>4\$080</u>
	70000	descon tando	<u>4\$960</u>
20	21000	Res to__	<u>0\$880</u>
	<u>5000</u>		<u>2\$000</u>
	96000	Res ta pagó	<u>1\$120</u>
	<u>7000</u>		
	10300		
25	Eu devo a o dito que me pres tou -----	pagó	48\$000
	Devo mais do Moleque Francisco -----	pagó	120\$000
	Deve meu compadre Jozé Pinheiro huma a Roba de algodão	pagó	1\$500

⁸⁴ Um traço ondulado na horizontal que separa os valores dos itens das linhas 13 a 15.

⁸⁵ Um traço ondulado na horizontal que separa os valores dos itens das linhas 16 e 17.

26

De m... de... de...

De... de... de...

32.
8 40
5 2 80
<hr/>
10 4 1 00

De Anna... de...

De... de... de... \$ 7 20

De... de... de... \$ 4 20

De... de... de... \$ 1 800
\$ 4 800

De... de... de... \$ 6 40

[p. 26]

	Deve meu afilhado Jozé Lourenço desta		640
	Deve mais dein prestimo <i>que</i> paguei ao compadre [<i>inint.</i>]		2\$610
		[<i>inint.</i>]	[ilegível]
		pago	[ilegível]
5	Fico restando omeo afilhado dogado	pago	3\$980
	[ilegível] afilhado deRapadura		[ilegível]
			<u>320</u>
			880
			<u>5980</u>
10		pago	<u>4100</u>
	Deve Anna Crioula dos taxos -----	pago	640
	Deve o senhor Joaõ Leite do [<i>inint.</i>] dein prestimo	pago	4\$720
	Deve o senhor Gonsalo Fernandez deajuste decontas	pago	1\$120
	Deve o senhor Tomé <i>que</i> paguey a o senhor Padre Joaõ damisa de corpo		
15	presente do falecido Seo mano -----	pago	1\$600
	deem Comendar o corpo -----	pago	4\$000
	Deve o Mestre Jozé depolvora -----	pago	\$640

		[p.27] ⁸⁶
	Deve meo compadre Jozé Pinheiro	
	Por meya aRoba deAlgodão -----	1\$500
	de em prestimo -----	4\$000
	de 4 Rapaduras -----	\$320 ⁸⁷
5	de mais -----	\$160
	Deve mais do Manoel do Nascimento de inprencar eas Ceração	<u>3\$280</u>
		9\$260
	Receby	<u>4\$640</u>
	res ta	<u>4\$620</u>
10	Por 4 varas de pano	<u>\$960</u>
	mais mey avara depano - - -	5\$580
		<u>\$120</u>
		5\$700
	que dey para Jozé Gomes gastar na [inint.] -----	\$800
15	dos remedeis	<u>1\$600</u>
	Leva meo compadre Jozé Pinheiro nasua boyada que com	<u>8\$100</u>
	prou en Santa Roza 14 – bois meos e 1 de Seo Irmaão	
		<u>6\$500</u>
	Resta meu compadre Jozé Pinheiro	2\$100
20	Deve mais odito de inprestimo -----	10\$000
	pago	<u>2\$080</u>
	Soma	14\$180
	Deve meu compadre Joaquim daRoxa de inprestimo	pago 20\$000
	Deve o senhor Joaõ Leite de inprestimo -----	pago 1\$280
25	Deve o senhor capitam Joaõ Alvares daSilva da Camgalha que seos oleiros que braraõ com Re tran cas do buro -----	2\$000
		\$480
	deve mais dacarne e farinha que aos ditos dey -----	2\$120
	de carne e farinha para atropa do dito por ordem do mesmo -----	<u>1\$280</u>
30	[inint.] que dey para [inint.] -----	pago \$[inint.]
	Res ta o crioulo do Rio de Antonio	<u>5\$880</u>
		6\$120
	soma	640
	Deve o crioulo do Rio de Antonio	pago

⁸⁶ Rasurado. O Scriptor errou colocando o número seis e, em seguida, acrescentou o sete.

⁸⁷ A partir da linha 4 até a 20, há quatro linhas onduladas separando os valores dos itens.

St. Ignacio de Loyola	1 744.
P. b. v. m. d. p. de Alameda	0 769.
P. m. y. s. p. de Alameda	4 208.
P. v. m. y. d. p. de Alameda	

... Crioulo ...
 ... de 800 ...
 ... em 15 de Abril de 1800 ...

Ca. de v. m. Bernardo de Anel	pg 200
ca. de m. de v. de hum. m. y. de v. m.	pg 60
De v. m. de v. m. de v. m. de v. m.	pg 228
De v. m. de v. m. de v. m. de v. m.	pg 620
De v. m. de v. m. de v. m. de v. m.	pg 800
De v. m. de v. m. de v. m. de v. m.	pg 900
De v. m. de v. m. de v. m. de v. m.	pg 832
De v. m. de v. m. de v. m. de v. m.	pg 800

[p.28]

o senhor Ignacio Ferreiro deve	
Por 6 varas de pano de Algodão -----	1\$440
Por meyo alqueire de milho -----	0\$640
Por 7 varas emeya de pano de Algodão -----	1\$080

- 5 o meu crioulo Joaquim ganhado a pataca por dia
[desna] 11 de setembro de 1800 com Jozé de Mello
xegou o dito crioulo em 15 de Dezembro de 1800 pago

Eu devo ao senhor Bernardo - do anel -----	pago	6400
e o dito senhor medeve ⁸⁸ dehum meyo de Sola	pago	960

- 10 Deve ao senhor Demencianno de in pres timo ----- pago 1\$280
Deve ao senhor Bernardo de in pres timo ----- pago \$640

Deve meu afilhado Jozé Lourenço de in pres timo -----	pago	2 ⁸⁹ 4\$000
Deve de Resto dos motolotagens -----		1\$400
Deve o Cay rú de in pres timo -----	pago	\$320

- 15 Deve o Joaquim calvo de meu Primo de Resto [*inint.*] pago 1\$040

⁸⁸ Rasurado.

⁸⁹ A abreviatura <pg > está sobre o algarismo <2>.

Admiqueras q' Luiz d'Alva p' Cobrar de obra 29
 de ... de ... } 502 \$ 000
 ... } 128 \$ 000
 ... } 18 \$ 500
 ... } 668 \$ 000

De ... de ... } 20 \$ 000

De ... de ... } 49 \$ 000

De ... de ... } 4 \$ 000
 De ... de ... } 4 \$ 000

De ... de ... } 4 \$ 000

De ... de ... } 4 \$ 000

De ... de ... } 4 \$ 000

De ... de ... } 4 \$ 000

De ... de ... } 4 \$ 000
 De ... de ... } 4 \$ 000

[p. 29]

	A Obrigação que Luis Levou para cobrar de Jozé ⁹⁰		
	VencesLaõ hé aquantia de -----		502\$000
	fora oque Mandey dar a Jozé Xavier que saõ -----		148\$000
	fora des oito mil Reis dedois bois -----		<u>18\$000</u>
5	ehuma cLavina que tudo foi aconta	<u>pago</u>	<u>668\$000</u>
	Deve o senhor ⁹¹ Jozé Ven cesLaõ do cavab	Rece by vinte	40\$000
		Res ta pago ⁹²	20\$000
	Deve os crioulos do cadeiraõ deResto	pago	8\$000
	Por dinheiro que dey ao Guilherme para prender oes cravo		
10	do Alferes Manoel Jozé daCunha -----	pago	2\$000
	Deve o meu Luis que se obrigou pello Par din ho	pago	12\$000
	Deve o senhor Joaõ deSouza daGama de hum cavalo-----	pago	16\$000
	Deve o senhor Cos todio Jozé Lisboa de inpres timo -----	pago	4\$000
	Deve o senhor Euze bio Ribeiro de Souza de inprestimo -----	pago	2\$560
15	Deve o senhor Cos todio Jozé Lisboa do Boy -----	pago	5\$500
		Res ta pago	\$300

⁹⁰ Duas linhas onduladas na vertical separam os valores dos itens da linha 1 até a linha 6.

⁹¹ Há sobre o <J > a letra <V>.

⁹² O <g> da abreviatura <pg> tem um traçado que vai da linha 5 até a linha 8.

[p. 30]

	Deve a Senhora Domingas Fernandez de inprestimo	pago	4\$000
	Deve o Nicolaõ da Tabua de in prestimo -----	pago	4 \$000
	Deve o meu Luis de inprestimo -----	pago	2 \$000
	Deve Joaquim crioulo -----	pago	\$520
5	Deve Felix Gomes -----	pago	\$320

Deve Meu sobrinho Antonio Molhias⁹³ huma carga de Algodão de Seis a Robas delam em far dado [*inint.*] para esta Safra vindora de 1801 para que ja lhe dey o seu inposto de des oito mil Reis endinheiro pago

10	Asento do que vou dando ao senhor Tomas do [<i>inint.</i>] heo Seguinte		
	Por 1 boy para motolotagem -----		6\$400
	Por 1 alqueire de farinha -----		1\$280
	Por dinheiro que lhe dey para pagar a meu primo Meira		4\$400
	Por 1 taxa - - - - -	-	\$500
15	Por dinheiro que diy para o Maxado -----		\$720
	Por meya Libra de polvora -----		1\$280
	Por 1 boy de matolotajem -----		6\$000 ⁹⁴
	Por 1 coarto de milho -----		\$670
	Por 1 meyo da sola e meya coarta de polvora		\$960
20	Por 1 couro deviado Mateiro -----		\$480
	Por 2 [<i>inint.</i>] varas de pano de Algodão -----		\$800 ⁹⁵
			28\$460
		pago	<u>35\$000</u>
			<u>07\$540</u>

⁹³ Antônio Mathias é o nome do sobrinho.

⁹⁴ Borrão no numeral <6>

⁹⁵ Linhas onduladas na vertical separando os itens dos preços.

De ...
 De ...
 De ...

3820
 3640

De ...
 De ...
 De ...
 De ...
 De ...

3820
 3320
 3320
 3160
 28000

De ...
 De ...
 De ...

3860
 3330
 3800

Virgi. An^o Fr^o in mentione

atq. Tomar^o

Infancia

Penha
148

pag 160

De Feliz Gony diuportans

pag 162

De uir. de uir. do Exento diuportans

pag 160

Plata mea Com^o de Salvador de novo Com^o
may q' aca das p. olanta do Xiquis Dragony

25 \$ 000

42 \$ 000

pag 160

Meu Com^o de Salvador fido de novo Com^o

João Pinheiro de Covilgado

pag 160

Luzia meu Com^o de Salvador de novo Com^o

Credito p^o de cobrar de novo Com^o

pag 160

D^o de off. Publ. deubl. anprohans p^o pag 160

[p. 33]

[ilegível] Senhor vigario Antonio Ferreira em mantimentos		
[ilegível] Sal que tomarão - - - - -	pagó	\$960
[ilegível] defeijão - - - - -	pagó	\$480
		\$160

5	Deve Felis Gomes dein pres timo - - - - -	pagó	\$640
---	---	------	-------

	Deve aSenhora Luciana do Excanço deinpres timo - - - - -	pagó	4\$000
--	--	------	--------

	Resta meu Compadre o senhor Salavador das nossas contas		5\$000
--	---	--	--------

	mais que odito dar para aconta do xapeo dragonas- - - - -		14\$000
	paSey para o credito		

[inint.]

10	Meu Compadre o senhor Salvador fica Restando o meo compadre		
	Jozé Pinheiro de cavalos e gado - - - - -		5\$260

	Leva meu Compadre o senhor Salavador Fernandez de [inint.] hum		
	credito para cobrar de Francisco [inint.] Xaves da quantia		646\$000

	Deve o senhor Manoel Ribeiro de [inint.] deinpres timo para o [inint.] pagó		1\$600
--	---	--	--------

De muni Compti Lore Imperatoris q. un. valentia
 dictis tunc iuncto - 82180
 De muni mag. do. gado q. pagu. add. et hinc - 48500
 De do. g. dicitur q. pag. do. g. m. Com. - 1006000
 P. h. bengalas - 5000
 P. m. by volatate - 23680
 40000
 15000

Summa 29680
 120
 320
 3012
 6400
 23720

De muni Compti Lore Imperatoris q. un. valentia
 dictis tunc iuncto - 248280
 De muni mag. do. gado q. pagu. add. et hinc - 408000
 De do. g. dicitur q. pag. do. g. m. Com. - 118280
 P. h. bengalas - 68400
 P. m. by volatate - 238720
 35000
 278000
 128000
 248000

De muni Compti Lore Imperatoris q. un. valentia
 dictis tunc iuncto - 248280
 De muni mag. do. gado q. pagu. add. et hinc - 408000
 De do. g. dicitur q. pag. do. g. m. Com. - 118280
 P. h. bengalas - 68400
 P. m. by volatate - 238720
 35000
 278000
 128000
 248000

De muni Compti Lore Imperatoris q. un. valentia
 dictis tunc iuncto - 248280
 De muni mag. do. gado q. pagu. add. et hinc - 408000
 De do. g. dicitur q. pag. do. g. m. Com. - 118280
 P. h. bengalas - 68400
 P. m. by volatate - 238720
 35000
 278000
 128000
 248000

De muni Compti Lore Imperatoris q. un. valentia
 dictis tunc iuncto - 248280
 De muni mag. do. gado q. pagu. add. et hinc - 408000
 De do. g. dicitur q. pag. do. g. m. Com. - 118280
 P. h. bengalas - 68400
 P. m. by volatate - 238720
 35000
 278000
 128000
 248000

pg. 22

[p. 34]

	Deve meu <i>Compadre</i> Jozé Pinheiro ⁹⁷ <i>que vem da</i> Lauda		
	detras tudo junto - - - - -		14180
	Deve mais do gado <i>que pagou ao Primo</i> Meira - - - - -		18500
	Deve <i>dopano</i> dexita <i>que fes Ropa para minha comadre</i> - pago		6000
5	Por 1 bengala - - - - -		<u>5000</u>
			43680
	Rece by noCaitete - - - - -		<u>10000</u>
			<u>15000</u>
		Resta	<u>29680</u>
10	deve doResto <i>dopolvora</i> - - - - -		120
	Por <i>meya libra [inint.]</i> - - - - -	Resta	<u>320</u>
	abatendo os vinte porcentos <i>davaca</i>		<u>30120</u>
		Res ta	<u>06400</u>
15	Deve meu <i>Compadre</i> Jozé Pinheiro <i>deinpres timo</i>		
	<i>depolvora que paguey a</i> Manoel [<i>inint.</i>] - - - -		21\$280
		Recebi	<u>10\$000</u>
		Res ta	11\$280
	Receby <i>navaca</i> par ida <i>dopadre branca</i>		<u>6\$400</u>
20			73\$720
	<i>oCompadre</i> Jozé Pinheiro	Resta	<u>35 000</u>
	Tenho [<i>inint.</i>] do Mello <i>que esta em bayxo [inint.] bois</i>		39\$000
		Receby	12\$000
		Res ta	27\$000
25	Deve meu <i>afilhado</i> Jozé Lourenco <↑1 <i>Libra</i> > <i>depolvora</i>	pago	2\$566
	Deve <i>demeya libra [inint.]</i>	Res ta	\$320
	 deve Joaõ Crioulo <i>depolvora</i>	pago	320

⁹⁷ Traços ondulados separam os os valores dos itens.

Mu mans, f.

<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>48600</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>48600</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>8200</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>48200</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>28560</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>8960</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>48200</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>408760</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>8620</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>28000</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>8200</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>48200</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>8160</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>8570</i>
		<i>99158800</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>28000</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>28000</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>28000</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>8620</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>8460</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>8130</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>88230</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>28000</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>28230</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>48200</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>26800</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>48200</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>288090</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>48200</i>
<i>... de ...</i>	<i>...</i>	<i>88200</i>

		[p. 35]
osenhor Bernardo Jozé desouza Deve		Meu mano, <i>[inint.]</i>
	Por 2 covados emeyo de durante amarelo - - - - -	1\$600
	Por 1 Coarta de pano amarelo fino - - - - -	1\$600
	Por meya vara dees topa - - - - -	\$200
5	Por 3 oitavos despe guilha d couro - - - - -	1\$920
	Por dinheiro deinprestimo - - - - -	4\$000
	Por 1 Libras depolvoras - - - - -	2\$560
	Por dinheiro que paguey ao <i>[inint.]</i> - - - - -	<u>\$960</u>
	Por dinheiro que paguei aoPrimo Brito - - - - -	<u>1\$920</u>
10		<u>10\$760</u>
	Deve mais dehuma Libra deaço - - - - -	\$640
	Por 1 maxado - - - - -	2\$000
	Por mais meya Libra de asso - - - - -	\$320
	Por meya Libra depolvora - - - - -	1\$280
15	Por coar la ⁹⁸ deasso - - - - -	\$160
	Por 1 Libra deaço - - - - -	<u>\$690</u>
	pago	<u>15\$800</u>
	Deve meu Compadre o senhor Joaõ Batis ta deinprestimo	2\$000
	Por 1 maxado - - - - -	2\$000
20	Por dinheiro deinprestimo - - - - -	4\$000
		\$640
	Por meya libra depolvora - - - - -	\$160
	Por 1 oitavo domer curio doce - - - - -	<u>\$130</u>
	que dey nova - - - - -	Soma
25		<u>8\$930</u>
	Receby	4\$000
	Deve deinprestimo - - - - -	Res ta
		<u>4\$930</u>
		48000
	Deve meu mano Joaquim Pinheiro dovis tido - - - - -	pago 20\$000
	Deve mais <i>[inint.]</i> - - - - -	26\$160
30	Por 1 foisse emeya libras deasso - - - - -	1\$9
		<u>20</u>
	Soma pago	<u>48\$040</u>
	Deve o senhor Vi ctorino Marques demeya Libra depolvora - - - -	1\$280
	deve deinprestimo _____	pago 1\$280

⁹⁸ Trata-se de um lapso do Scriptor, a palavra seria coarta.

Senhor Joao de Traujo Ger. do D. armamento de 1772

P. 5 Cortes de farinha	18600
P. onco alquim de farinha	800
P. onco Cortes de farinha	18600
P. 4 de farinha de lenda	8320
	<u>48480</u>
	2400
	<u>50880</u>
	8320
	<u>59200</u>
	8320
	<u>67520</u>
	58000
	<u>125520</u>
	8920
	<u>134440</u>
	8360
	<u>142800</u>
	8200
	<u>151000</u>
	28400
	<u>179400</u>
	18600
	<u>198000</u>
	18200
	<u>216200</u>
	8800
	<u>225000</u>
	128920
	<u>353920</u>

Companha 128920

[p. 36]

	oSenhor Joam de Araujo [<i>inint.</i>] Deve demantimentos oSeguinte	
	Por 5 coartos defarinha - - - - -	1\$600
	Por meyo al queire defeijam - - - - -	\$960
	Por sin co coartos defarinha - - - - -	1\$600
5	Por 1 defeijaõ decorda - - - - -	<u>\$320</u>
	Recebi 4160	<u>4\$480</u>
	Res ta	<u>\$480</u>
	Resta	\$320
	Deve mais dois alqueires defarinha - - - - -	2\$560
10	Por 1 Coarta defeijaõ decorda - - - - -	\$320
	Por 3 Coartos de farinha - - - - -	\$960
	Por 2 alqueires defarinha - - - - -	<u>2\$560</u>
		<u>6\$720</u>
	Recebi	<u>5\$000</u>
15	Res ta	<u>1\$720</u>
	Por 6 Coartos de farinha	1\$920
	Por meyo alqueire defeijaõ [<i>inint.</i>] - - - - -	\$960
	Por 6 coar tas defarinha - - - - -	1\$920
	Por 1 coarta defeijam decor da - - - - -	\$400
20	Por 6 coartos defarinha - - - - -	2\$400
	Por 1 alqueire defarinha - - - - -	1\$600
	Por 3 Coar tas defarinha - - - - -	1\$200
	Por meyo alqueire defarinha - - - - -	<u>\$800</u>
	Soma pago	<u>12\$920</u>

[p.37]

	Asento do que vou dan do em man tim entos ao senhor Manoel Marques do [inint.]		
	hé o seguinte huma coarta de farinha - - - - -		\$480
	Por 8 Libras de carne seca - - - - -		\$480
	Por meya Coarta de farinha - - - - -		\$290
5	mais huma Coarta de farinha - - - - -		\$480
	mais huma coarta de farinha - - - - -		\$480
	mais huma coarta de farinha - - - - -		\$480
	Por 2 Libras de Carne		\$160
	Por huma coarta de feijão - - - - -		\$480
10	Por 1 Coarta de farinha - - - - -		\$480
	Por meya coarta de farinha - - - - -		\$240
	Por 2 pratos de sal - - - - -		\$320
	Por 1 Libra de Sebo - - - - -		\$080
	Por 1 coarta de farinha - - - - -		\$480
15	Por 1 coarta de feijam - - - - -		\$480
	Por 1 coarta de farinha - - - - -		\$480
	Por coarta de farinha - - - - -		\$480
		Soma pago	<u>\$6280</u>
	Deve o senhor Alferes José da Mota Leitaõ de Farinha	pago	\$960
20	o senhor Eufrazio Deve por huma coarta de farinha	pago	\$480
	Deve o senhor Ben to de huma camisa e Serola de Algodão	pago	1\$400
	Deve o senhor Tomas camarada do dito de 1 coarta de polvora	pago	\$640
	Deve o senhor Bernardo Pereira de 1 coarta de polvora - - - - -	pago	\$640
	Deve José Crioulo do Rio de Antonio de polvora	pago \$640	\$640

Eu deuo catholice Petrus of. Vornig

P. Calcar hum moxado	\$24.
P. Calcar outo	\$28.
P. par duplo	\$88.
P. moxado Calcar	\$78.
P. Rubro	\$27.
P. humo foye duplo de Canario	\$78.

V. de foye de a. de leg. 6	\$28.
P. de foye de humo de foye	\$26.
P. de foye de foye	\$28.
P. de foye de foye	\$16.
P. de foye de foye	\$22.
P. de foye de foye	\$48.
P. de foye de foye	\$78.
P. de foye de foye	\$78.
P. de foye de foye	\$28.
P. de foye de foye	\$22.
P. de foye de foye	\$22.
P. de foye de foye	\$48.
P. de foye de foye	\$76.
P. de foye de foye	\$24.
P. de foye de foye	\$24.
P. de foye de foye	\$28.
P. de foye de foye	\$24.
P. de foye de foye	\$48.
P. de foye de foye	\$28.
P. de foye de foye	\$32.
P. de foye de foye	\$8.
P. de foye de foye	\$48.
P. de foye de foye	\$200.
P. de foye de foye	\$28.
P. de foye de foye	\$28.
P. de foye de foye	\$64.
P. de foye de foye	\$64.
P. de foye de foye	\$40.
P. de foye de foye	\$32.
P. de foye de foye	\$72.
P. de foye de foye	\$200.

[p. 38]

Eu devo ao Mestre Fereiro o senhor Tomás o seguinte

	Por calçar hum maxado -----	\$240
	Por atenrar outro -----	\$080
	Por 1 par d esporas -----	\$880
5	Por 2 maxados calcados -----	\$480
	Por 1 cabeçaõ -----	\$240
	<u>Por huma foyse de podar bananeiras</u> -----	\$480
	Vem da lauda atras o seguinte <↑ que Deve o senhor Manoel Marques>	6\$280
	Por 1 coarta defarinha ehuma defeijaõ <↑ [inint.] Luis Marques>	\$960
10	Por 1 coarta defarinha -----	\$480
	Por 1 oitava demercurio -----	\$160
	Por meya coarta defarinha -----	\$240
	Por 1 coarta defeijaõ -----	\$480
	Por 1 coarta defarinha -----	\$480
15	Por 1 coarta defarinha -----	\$480
	Por meya coarta defarinha -----	\$240
	Por meya coarta defarinha -----	\$240
	Por meya coarta defeijam -----	\$240
	Por meya coarta defeijaõ emeya defarinha -----	\$480
20		Soma <u>10\$760</u>
	Por meya coarta defarinha -----	\$240
	Por meya coarta defarinha -----	\$240
	Por meya coarta -----	\$240
	Por meya coarta defarinha -----	\$240
25	Por meya coarta defarinha -----	\$240
	Por 1 coarta defarinha -----	\$480
	Por 1 coarta defarinha -----	\$480
	Por 4 libras de carne -----	\$320
	Por 4 libras de carne ehuma coarta de defarinha -----	\$800
30	Por 1 coarta defarinha -----	\$480
	Por 4 varas emeya depano deAlgodão para o Tomás fazer <↑[inint.]> camisa	1\$400
	Por 1 coarta defarinha -----	\$480
	Por 1 coarta defarinha -----	\$320
	Por 2 alqueire de [inint.] -----	2\$560
35	Por feitio das camisas do senhor Manoel Marques -----	\$640
	Por 1 coarta depolvora que dey ao Gomes -----	1\$400
	Por 4 varas e meya depano para os Brito e feitio dos Gomes -----	\$320
	Por 2 pratos deSal -----	<u>1\$920</u>
		pago soma <u>24\$200</u>

De ...
De ...
De ...

88800
88800

De ...
De ...

88800
88800

De ...
De ...

888000

De ...

88280
88280

De ...

88800

De ...

88800

[p.39]

Deve o senhor Tomás Mestre <↑daroxa> Ferreiro de varias [inint.]		
Por 7 varas e meya de pano de Algodão -----	pago	1\$800
Por meya Coarta de polvora -----	pago	\$240

5	Deve o senhor Bernardo Jozé de emprestimo - -	pago	1\$800
	do resto da matolotaji -----	pago	\$800

Deve o senhor João Gonçalves Irmao do senhor Lazaro Gonçalves de emprestimo		
moradores no Juramento das Con tendas	pago	10\$000

10	Deve o Anecleito de couros [inint.] -----		2\$240
		Receby	1\$280
		Resta pago	\$960
	Deve o senhor Joao [inint.] de pano 4 varas e meya	pago	1\$080
	Deve Joaquim Calvo	pago	[inint.]

De Jo. os. Bernardo Lou. da. 1.ª
 Deo devida ao Sr. Bernardo Lou. da. 1.ª
 a 1.ª de maio de 1844

858200
 68000
 918400
 400000
 518400
 158000
 268380
 858200
 158000
 1008400

De re meu comp. o Sr. Luis Antonio de May
 em 29 de 26. 1844 pag 208000
 de 1.ª de maio

De Antonio de Almeida de Almeida Costa de Almeida
 De os Bernardo Lou. de Almeida
 meu q. memorando das of. de Almeida
 De meu de Almeida
 De Almeida
 De Almeida
 De Almeida

298200
 208000
 84600
 284800
 289000
 285600
 584200
 298200
 482800

De Almeida
 De Almeida

[p.40]

	Devo o <i>senhor</i> Ber nardo Jozé de Souza que [<i>inint.</i>] ⁹⁹	100\$000
	Fico devendo ao <i>senhor</i> Bernardo Jozé de Resto das Sortes	
	o <i>Seguinte</i> -----	85\$400
	devo mais dedois garrotes -----	<u>6\$000</u>
5	para o <i>compadre</i> Jozé Pinheiro	<u>91\$400</u>
		<u>40\$000</u>
	Res to	51\$400
	abatendo o que odito deve	<u>15\$020</u>
	Res to	<u>36\$380</u>
10		85\$400
		<u>15\$000</u>
		100\$400
	Deveme meu <i>compadre</i> o <i>Senhor</i> Lino An tonio das Flores	
	de inprestimo em 29 de <i>novembro</i> 1801 pago	20\$000
15	Deve Antonio de Almeida de huma coarta digo meya coarta <↑de polvora> pago	\$320
	Deve o <i>senhor</i> Bernardo Jozé de hum potro -----	10\$000
	mais que memandou dar o <i>filho</i> do Andre -----	\$160
	Deve mais detoi cinho ----- pago	\$480
	de inpres timo -----	2\$400
20	Deve a <i>Senhora</i> Domingas de inprestimo -----	<u>2\$560</u>
	Soma pago	<u>5\$020</u>
	Ficou Restando o <i>Senhor</i> Luis Marques de mantimentos	pago 4\$200
	Deve o <i>Compadre</i> Baptista -----	1\$280

⁹⁹ A umidade comprometeu parte do papel.

Não temo que Vou dando a parte de... 73
 Livro de debitas Taxas hi a parte...
 P. mayo algt. deff. 864.
 P. 3 Contas emigas. m. ya Contas 4828.
 P. hum algt. deff. 822.
 P. mai mayo alquiro deff. dey agropio dom. 864.
 P. mayo alquiro deff. 862.
 P. hum. conta deff. 832.
 P. hum. conta deff. 862.
 P. mayo algt. deff. 862.
 P. mayo algt. deff. 4828.
 P. mayo deff. deff. 826.
 P. 4 mayo de deff. 2856.
 P. 2 alquiro deff. 4822.
 P. 2 mayo de deff. 12880.
 P. 2 mayo de deff. 6822.
 P. 2 mayo de deff. 8400.
 P. 2 mayo de deff. 8000.

Vou by com hum a parte de deff. 8400.
 Vou by de deff. 8000.

			[p.41]
	Mantimentos <i>que</i> vou dando aju ¹⁰⁰ nta do senhor Capitam Francisco de Brito Teixeira he o seguinte		
	Por meyo alqueire de farinha -----		\$640
	Por 3 coartas emeya meya coarta -----		1\$280
5	Por hum alqueire de farinha -----		1\$280
	Por mais meyo alqueire de farinha <i>que</i> dey a proprio dono -----		\$640
	Por meyo alqueire de farinha -----		\$640
	Por huma coarta de farinha -----		\$320
	Por meyo alqueire de farinha -----		\$640
10	Por meyo alqueire de farinha -----		\$640
	Por meyo digo 1 alqueire de farinha -----		1\$280
	Por 1 meyo desola -----		\$960
	Por 2 alqueires de farinha -----		2\$560
	Por 2 meyos desola -----		<u>1\$920</u>
15		Soma [ilegível]	[inint.] ¹⁰¹
	Rece by em hum arma de fogo		<u>6\$48[.]</u>
		Res ta	6\$400
	Rece by 25 Limas Sortidas		[ilegível]

¹⁰⁰ Há uma mancha preta sobre as letras.

¹⁰¹ O valor da soma está rasurado.

De lomp sou lindr. q' ven
a batende ad. d'wasey. 5000.

De may endr. q' vey. dolomp lino str. 128.
De may dehumad loba de l'gadad. 160.
20.
98.
182.
128.
1978.

De meu sob. Mel. Matay. 20000.
De vent. d'gt. de h. 144.
De mayad loba de l'carad. 26.
De l'carad. 30.

De meu sob. Mel. Matay deingway tina 6000
De dehumad loba de l'gadad. 2560
320
De may humad p' l'carad deingway tina 6200
De mate l'carad q' l'carad. 960
De deus ad. d'gt. p' l'carad q' mate l'carad. 960
De l'carad de l'gadad. 5000
320
De l'carad de l'gadad. 428.
De l'carad de l'gadad. 4600
De l'carad de l'gadad. 6400
De l'carad de l'gadad. 1280
De l'carad de l'gadad. 1220
De l'carad de l'gadad. 1220
De may deingway l'carad de h. Loma 35000
384.
De l'carad de l'gadad. 38840

[p.42]

	Deve o compadre Jozé Pinheiro que vem da lauda atras oseguinte - - - - -	30000
	abatendo odinheiro davaca Resta.	<u>30000</u>
		4000
5	Recebi mais endinheiro que vey o docompadre Lino Antonio	1480
		<u>120</u>
	Recebi mais dehuma aRoba deAlgodão - - -	[.]140
		23000
		<u>4800</u>
10		18200
	_____ pago ¹⁰²	<u>1280</u>
		19480
		<u>20000</u>
	Deve meu sobrinho Manoel Matias	<u>00520</u>
15	Por 1 [inint.] alqueire defarinha - - - - -	1440
	Por meya ¹⁰³ aRoba decarne - - - - -	960
	-	
	Por 5 Rapaduras - - - - -	300
	Deve meu sobrinho Manoel Matias deinpres timo - - - - -	6000
	Deve dehuma carga defarinha - - - - -	2560
20	Deve mais huma pataca deinpres timo - - - - -	320
	Por 1 mato lo toji que lhe vendy - - - - -	6400
	Eu devo [inint.] duas por tas que [inint.] [inint.] [inint.] - - - - -	
	Por alqueire emeio defarinha _____	960
	Por meya aRoba decarne _____	960
25	Por 1 [inint.] - - - - -	5000
	Por 1 coarta defeijaõ _____	320
	dinheiro que rece beo deManoel deSouza	1280
	Por 2 alqueires defarinha e huma coarta de feijaõ	1600
	Por 1 [inint.] _____	6400
30	Por 2 alqueires defarinha _____	1280
		<u>1920</u>
		Soma <u>35000</u>
	Por mais duas car gas defarinha - - - - -	<u>3840</u>
	1 Fracado - - - - - - - - - - - -	38840

¹⁰² A sigla está em tamanho maior.

¹⁰³ Há um pequeno traço na vertical após a palavra.

[p.43]

	Deve [inint.] Lopes de Souza o seguinte		Deve o senhor Manoel Mathias	
	Por 10 varas de pano de Algodão --	2\$000	[inint.] que vem detras	38840
	[ilegível] couro diviado - - - - -	\$160	do credito de João	
	dofeitió das calças de Algodão ---	\$320	[inint.] + linha	
5	Por dinheiro de inpres timo - - - - -	\$640	de Resto - - - -	13400
	Por vara emeya de pano de Algodão	300	de hum credito	
	Por mey acoarta de polvora - - - -	320	demeu compadre	
	Por meya vara de pano - - - -	120	Manoel Lourenco - - - -	30000
	[.] 1 couro diviado mateiro - - - -	480	de outro credito	
10	Por meya vara de pano de Algodão	400	[inint.] meu compadre	<u>8000</u>
	Por 1 xapeo de braga - - - -	2000		Soma <u>90240</u>
	Por dinheiro que dey ao Lan din	800		<u>69080</u>
	Por dinheiro que ao Mestre Jozé	800		<u>21160</u>
	Por dinheiro que dey ao Pedro dos [inint]	<u>1600</u>	Eu devo o dinheiro [?]	
15	Soma ¹⁰⁴	9480	Manoel Mathias	
			que vende outra	
			<u>Lau da</u> ¹⁰⁵	
			restame o dinheiro	
			que pasou credito	

20	Asento da telha que recebo do Lopes mestre oleiro hé o seguinte [inint.]			500
	hobras que meu sobrinho Manoel		Rece by telhas - - - - -	200
	Mathias [inint.]		Receby telhas - - - - -	876
	Por 2 portas de em boranas 2560		Receby telhas - - - - -	624
	1 tron co [inint.] pes coço 4000		Receby telhas - - - - -	<u>650</u>
25				<u>2850</u>

hobras que mefas meu sobrinho Manoel Mathias he o seguinte

Por 2 portas de em burana ___

Por 1 tron co ___

3 Ro dos defiar _ _ _ _ _ 6560

¹⁰⁴ A sigla <pg> aparece sobre a palavra soma.

¹⁰⁵ Há uma linha em direção ao valor <69080>.

[p.44]

Devo a <i>senhor</i> Bernardo Jozé do <i>[inint.]</i>		[ilegível]
Para o <i>compadre</i> Jozé Pinheiro ----		[ilegível]
Res lo a <i>dito senhor</i> Bernardo Jozé - - - -	1280	
		<u>160</u>
		440
		<u>60\$000</u>
<i>dito senhor</i> medeve dos potros emais _ _ _ _		<u>35\$020</u>
5 Fico Restando a <i>senhor</i> Bernardo o <i>Seguinte</i>		<u>25\$380</u>
dey para pagar o meu Primo Meira _ _ _		<u>10\$000</u>
	Res to - - -	15\$380
do boy que o <i>dinheiro</i> <i>[inint.]</i> Bernardo medeve _ _ _		<u>5\$000</u>
	res to	<u>10\$380</u>
		<u>3\$000</u>
		<u>08\$380</u>
		<u>6\$400</u>
	<u>pago</u>	<u>1\$980</u>
Deve o <i>senhor</i> Antonio Baptista de mantimentos para a tropa do <i>senhor</i>		
Severino dos Santos o <i>seguinte pago</i> - - - -		<u>1\$120</u>

... p^o de Crm. de Sousa Moura
 ... em 15 de M^o de 1802. 124000000
 ... aco. m^o de p^o Moura
 ... de Comp^o - - - - - 4250000
 ... 808000
 ... 808000
 ... 400000
 ... 1704000
 ... 124000000

Des
 D. meu Comp^o e Moura B^o meyo de sob^o \$96.
 P. 2 Com^o de viado e can^o de guerra \$620
 P. 25 Copad^o q^o mandou p^o ar^o 28000
 P. 27 q^o sou p^o a B^o de l^o sob^o 28000
 P. 32 Copad^o - - - - - 28560
 P. 32 Copad^o - - - - - 28560
 P. 29 q^o as P. Pedro de f^o de l^o de l^o 48600
 P. 32 Copad^o - - - - - 28560
 P. 32 Copad^o - - - - - 28560
 P. 32 Copad^o - - - - - 48460
 ... 460
 Comp^o de l^o de l^o em 2 de l^o de 1802
 em l^o de l^o 48000
 Com^o de l^o

[p.45]

	Deve meu compadre o senhor Francisco de Souza Meira	
	[ilegível] em 15 de Março de 1802 ----- pago	100\$000
	Eu devo ao [inint.] meu compadre Meira	
	dos novi lhos que lhe comprey -----	145\$000
5	[ilegível] esta conta que mandou para o Caitete	20\$000
	Dey para o Padre João -----	80\$000
	Dey a esta conta duas cargas de Algodão	<u>40\$000</u>
		<u>140\$000¹⁰⁶</u>
	Resto ___ pago	5\$000
10	+ Deve meu compadre Meira Por 1 meyo desola -----	\$960
	+ Por 2 co uros deviados con ten guei ros -----	\$640
	+ Por 25 Rapaduras que mandou para o [inint.] -----	2\$000
	+ Por dinheiro que levou para o [inint.] desua sobrinha -	2\$000
	+ Por 1 boy que vendeo	6\$000
15	+ Por 32 Rapaduras -----	2\$560
	+ Por 32 Rapaduras -----	2\$560
	+ Por dinheiro que ao senhor Pedro defeitio dos [inint.]	1\$600
	+ Por 32 Rapaduras -----	2\$560
	+ Por meya a Roba de açúcar -----	1\$280
20	+ Por 32 Rapaduras Por 6 vara de pano para o senhor Tomas	2\$560
		<u>1\$440</u>
		26\$160
	Leva meu Irmao Antonio de Brito para remeter o meo	
	compadre Bernardo Carvalho em dinheiro em 4 de Abril de 1802	
25	em tregou soma <↑entregou>	<u>278000</u>
	Pinheiro	

¹⁰⁶ O valor parece ter sido alterado.

[p.46]

	Deve oMestre Ferreiro Ignacio Vieira	[ilegível]
	doresto dehum cavalo que lhevendy - - -	12\$000
	Receby aconta	1\$760
	deconcerto do lam bique receby _ _ _	\$640
5	Feitio dedois [<i>inint.</i>] [<i>inint.</i>] _ _ _ _ _	\$120
	Por 4 do bra dicas deporta so feitio _ _ _ _ _	\$640
	Por 40 cravos so feitio _ _ _ _ _	\$3200
	Por calçar hum fozil dehum [<i>inint.</i>] _ _ _ _ _	\$320
	Por hum goarda mão e[?]oice daespingarda _ _ _ _ _	<u>\$640</u>
10	Soma	<u>4\$440</u>
	Deve aSenhora [ilegível]	6000

	Vem dalauda outras que deve meu compadre Meira	26\$160
	Por mais tres coartos demilho	\$960
	Por dinheiro que o Izidoro deixou em sua mão para mim	<u>1\$120</u>
15	Soma	<u>28\$240</u>
	Por dinheiro que os soldados do capitam deve _____	\$640
	Por 3 couros deres - - - - -	1\$440
	Por mais dinheiro dores - - - - -	\$480
	Por 2 meynos de sola de bois - - - - -	2\$000

J. M. de fomas

108000

reson prou dua carga de thep dani

Coro p. otatal vindouro enas senda

maior puto q' lousam

Bras 2 de Mayo de 1802 enofala 208000

Coro Carb. humal carga de thep dani p. otatal

proximo vindouro enofala p. Amoyor puto q' lousam

otatal Bras 2 de Mayo de 1802 20000

J. M. de fomas p. Amoyor puto q' lousam

Bras 2 de Mayo de 1802

J. de fomas p. Amoyor puto q' lousam

108000

J. de fomas p. Amoyor puto q' lousam

108000

J. de fomas p. Amoyor puto q' lousam

[p.47]

	[ilegível] ¹⁰⁷ o senhor Manoel de Souza		
	[ilegível] mecomprou duas cargas de Algodam		
	[ilegível] <i>minha</i> caza para o Natal vin dourado enão dan do		
	[ilegível] [<i>inint.</i>] pagou mais pelo mayor preço <i>que</i> correr em		
5	[ilegível] Brejo 4 de Mayo [?] <u>1802</u> enafalta		40\$000
	[ilegível] Jozé Carvalho huma carga de Algodão para Natal		
	proximo vindoro na falta pelo mayor preço <i>que</i> correr		
	na terra Brejo 12 de Mayo <u>de 1802</u> _ _ _ _		20000
10	Deve o senhor Manoel dos Santos [<i>inint.</i>] huma carga		
	de Algodão [<i>inint.</i>] neste Campo Seco enafalta		
	pelo mayor preço <i>que</i> corer ente outubro [?]		
	Brejo o primeiro de Julho <u>de 1802</u> .		
	Deve o compadre Manoel Gomes de hum garrote _ _ _	pago	2\$000
	Deve o Izi doro de Rapa duras _ _ _ _		4\$000
	pago		
15	Deve meu compadre Joaquim da Roxa [ilegível]		
		resta	\$960
	Deve meu compadre [<i>inint.</i>] Jozé de inpres<†timo>		2\$000
	mais	pago	\$640
	duas Rapaduras	resta	\$840
20	Resta meu sobrinho Manoel [ilegível]	pago	[ilegível]
	Deve a senhora comadre Micaela de inprestimo	pago	6000
	<i>que</i> mandey [<i>inint.</i>] Manoel meu sobrinho		

¹⁰⁷ O início das linhas 1 a 6 encontra-se ilegível em virtude de uma mancha que se encontra no documento.

43
 2000 q' b'ris b'ris l'aris l'aris l'aris
 h'aris h'aris h'aris h'aris h'aris
 mendida episcopi
 h'aris et m'aris de g'aris h'aris
 h'aris h'aris h'aris h'aris h'aris
 Episcopi h'aris h'aris h'aris h'aris h'aris 56000
 h'aris h'aris h'aris h'aris h'aris
 h'aris h'aris h'aris h'aris h'aris
 h'aris h'aris h'aris h'aris h'aris
 h'aris h'aris h'aris h'aris h'aris

De ...
 De ...
 De ...

De oliv ...	4000
De ...	2000
De ...	2000
De ...	4000
De ...	2000
De ...	320
De ...	9600
De ...	6000
De ...	2560
De ...	4040

[p. 48]

	Obras que tenho Junto comosenhora Tomas da [ilegível] ¹⁰⁸		
	he oseguinte huma roda dagoa dees caroçar		
	mandioca e pisar milho ----- pago		[inint.]
	hum armario de goardar louça ----- pago		9\$600
5	huma Caza de Engenho Com <↑hua> meya [inint.] huma		
	[inint.] com 6 portas e tres janellas ehuma		
	Cançela por -----		56\$000
	huma menza com duas gavetas justa cada		
	palmo deconprada a des tos toens -----		\$
10	Deve Meu compadre Caetano Jozé Jeronimo Jardim derapadura pago		8000
	Deve osenhora Jeronimo deman timentos que dey		
	aoSeo Rapas dimilho farinha Rapaduras ecarne ----- pago		640
	Deve meu afilhado Jozé Lourenço deinprestimo	pago	20\$000
15	Deve ocompadre Joaõ Baptista deinprestimo - -		4000
	dehum maxado - - - -		2000
	deinprestimo para comprar [inint.]		2000
	Deve mais das cargas deAlgodão - - -		<u>1280</u>
		Soma	<u>9280</u>
	Deve mais de uma carga - - - -		<u>320</u>
		Em dois garrotes recebi	9600
			6000
20	pelo [inint.] Receby mais endinheiro		<u>2560</u>
		Resta	1040

¹⁰⁸ A mancha dificulta a leitura dos valores até a linha 3.

D. de ...

P2	640	...	
P3	960	...	
P4	620	...	
P5	3000	...	
P6	20000	...	
P7	3200	...	
P8	200	...	
P9	3000	...	
P10	6000	...	
P11	4280	...	
P12	5280	...	
P13	260	...	
P14	4280	...	
P15	4420	...	
P16	36000	...	
P17	4600	...	
P18	42000	...	
P19	60400	...	
P20	57800	...	

abstenido 6 dia del. 57800
 un. comija a tova

... 1280
 ... 620
 ... 620
 ... 620
 ... 4228

[p. 49]

	[ilegível] Tomas deSouza Ribeiro [<i>inint.</i>] o seguinte		
	Por dinheiro	640	Asento doque vou gastando
	Por dinheiro.....	960	como camarada dosenhor Marcelo
	Por 1 meyo deSola.....	640	Por 1 coarta de farinha
5	Por 5 anda dehumavaca	3000	Por 4 Libras decarne
	Por 1 cavallo	20000	Por 1 purga
	Por 40 Rapaduras	3200	Por 1 galinha
	Por 4 Libras detoi cinho.....	400	Por 4 Libras decarne
	Por 1 par de es tri bos deferro...	3000	Por 4 Libras decarne
10	Por 75 Rapaduras	6000	Por humacoarta de farinha ...
	Por 2 alquieres demilho.....	1920	Por 8 Libras decarne
	+Por 11 couros demateiros a [?]	5280	Por 1 galinha
	+Por 3 couros de catin gueiras	960	14400
	Por 1 alqueire demilho	1280	Por dinheiro para humafaca
15	Por 7 couros deguariba.....	1120	Por 8 Libras decarne
	+Por 1 cavallo de sella - -	36000	Por 2 [<i>inint.</i>] decarne
	+Por 1 carga de Algodam	16000	Por 1 coarta de farinha
	+Por 25 coros deviado mateiros	12000	Soma pago
	Soma	60400	6080
20	abatendo 6 dias deServiço emilho ameya oitava Eu devo o di to de uma 7 dias de serviço que o [<i>inint</i>]voltou para des dadodoy ameya oitava cada dia	57800 3600 ¹⁰⁹	Deve osenhor Andre Alves
			1280
25	vem dosaudoseguinte que deve [<i>inint.</i>] Manoel Deve mais dehumas [<i>inint.</i>]	12280 5000 17280	Deve ocompadre Silvestre....
	Receby dainpresa	6000	640
30	Resta	11280 ¹¹⁰	Deve ocompadre Joaõ deSouza ocompadre Manoel Gomes dogarrote
			640
			2000
			resta 1000
35			deinpresti mo 9000
			deRapaduras <u>640</u> ¹¹¹
			dinheiro que dey [<i>inint</i>] de obras 12280

¹⁰⁹ O valor foi alterado.¹¹⁰ A sigla <pg >está sobre o número <11>.¹¹¹ Valor rasurado

Deus amu a de lido sou	
Lour: de ms Lopez Ruben to 5000	P. Tom Cost
Dr. q' deysomans Fran. 4000	q' mady Cost
Dr. que deysomans Fran. 28000	P. B. Lopez Cost
Depto 12000	P. Courto
Depto 6000	P. Courto
Depto 13000	P. Courto
Depto 18000	P. Courto
Depto en Salvo con. to 20000	P. Courto
Depto 20000	P. Courto
Depto 20000	P. Courto

Depto 320	
Depto 46	
Depto 280	
Depto 1740	
Depto 3000	
Depto 7000	
Depto 3600	
Depto 3400	

1881

[p. 50]

	Eu devo a meu afilhado Joze		Deve o compadre Venceslao	
	Lourenço do mo leque Ruber to	<u>5000</u>	Por com certo [<i>ilegível</i>]	
	<i>Dinheiro</i> que dey aomano Francisco	<u>1000</u>	que mandey concer[ilegível]	[?]320
	<i>dinheiro</i> que dey aomano Joaõ Pinheiro	<u>21000</u>	Por 16 Rapaduras	1280
5	Res to	<u>19000</u>	Por 1 couro <i>que</i> [ilegível]	480
	Dey mais <i>endinheiro</i>	<u>6000</u>	Por meyo <i>alqueire</i> defeijao	480
	Res to	<u>13000</u>	Por 3 couros deRes	1440
	o <i>dito</i> meu afilhado medeve	<u>11000</u>	Por 3 cangalhas -----	<u>3000</u>
	resto eu salvo erro	pago <u>2000</u>	Soma	<u>7000</u>
10	estao jus tas estas contas	resta 2\$000	descontado o <i>que</i> eu devo	<u>3600</u>
			resta	3400
	<u>Deve de resto do xapeo</u>			

[p. 51]
docabra

	Eu devo ao compadre Jozé Pinheiro Pinto				
	Manoel oSeguinte	page 150	\$000	oDeve meu compadre Deve	
	Deve oPrimo senhor Jeronimo docon certo-			oSeguinte dinheiro que dey para o [ininf]	40\$70
5	daferraje daarma - - -		1600	que dey ao Padre Joaõ Rodrigues	1000
	que dei aos seus mossos demantimentos		<u>520</u>	que paguei ao [ininf.] depolvorapago	800
	Deve o Jacinta Lo bato mora dora			que dey ao Padre Severino	1\$000
	naLagoa vermelha de huma vaca			que [ilegível] para as missas do [ininf.]	1\$000
	demotolo taje - - -		6000	Por 3 varas de pano [ininf.] - -	2\$000
	deve mais de inprestimo	page 2000		Por dinheiro que mandey ao [ininf.]	50\$000
10	Deve o senhor Joaquim dos Santos deResto			Por dinheiro que dey ao mes tre Jozé	1\$280
	domoto lo taje - - - -		3000	Por dinheiro dos cravos—	\$350
	Recebi	page 1440		Por meyo alqueire defarinfa -	\$480
				Por 1 coarta de feijão-	\$240
				Por 5 couros deviado contin[?] ..	1\$600
15	Deve o senhor Antonio de Souza Roza			Por dinheiro que [ininf.] . . .	8\$000
	Por meyo alqueire defarinha —		480	Por 16 Rapaduras—	1\$288
	Por 4 Rapaduras ———		320	Por 32 Rapaduras—	1\$920
				Por dinheiro que paguei ao [ininf.]	35\$000
	Por 1 coarta defeijão ———		<u>320</u>	Soma	<u>145\$720</u>
20			1120	Por 1 potro de dois anos	8\$000
	31840	rece by -	<u>480</u>	page	<u>153\$720</u>
	<u>14000</u>	resta	<u>640</u>		<u>3\$200</u>
	17840			Devo ao compadre Jozé	
				Pinheiro oseguinte	31\$340
25	Deve o senhor Manoel Gonçalves			dei en 1 potro	8\$
	demantimentos				
	Por 12 Libras decarne - - -		960	Por 200 Rapaduras	12\$000
	Por meyo defarinha - - - -		480	Por dinheiro que mandou dar	2\$000
	Por 2 Rapaduras		160	ao Padre Francisco deSouza Porto	\$320
	Por meya coarta defeijão		<u>240</u>	Por 1 caderno depapel	
30		Soma	1840 ^{ss}	dinheiro que dei a Joaquim deMatos	
		page	<u>160</u>	[ilegível]	
	Rapaduras que o compadre Jozé Pinheiro			Por 20 Rapaduras	1\$800
	saõ as seguintes ———				
			32		
			8		
35			6		
			4		
			40		
			3		
	de açucar		<u>25</u>		
40			118		

[p.52]

Tomou conta dos es cravos *Manoel Martins* viana
em 12 de *setembro* 1804 *que* en trou por feitor
[?]804

- 5 eo *Matias* entrou em 12 de *Fevereiro* domesmo anno
elargou em 12 de *setembro* 1804
en trou ven ceslaõ natenda doferreiro en *Caitite*
no *primeiro* de *outubro* de 1805

Conta de meu *compadre* *Jozé Pinheiro*

10	Eu devo ao <i>compadre</i> <i>Jozé Pinheiro</i> hé o <i>seguinte</i> do <i>Repozi são</i> - - -	<u>31840</u>	resto do <i>dito compadre</i>
	ogado <i>compadre</i> vay rece bendo <↑o <i>que</i> [<i>inint.</i>] <i>dado</i> >	- <u>25700</u>	<i>Jozé Pinheiro</i> da
	aesta conta	resto - <u>06140</u>	conta do <i>compadre</i>
	Por 200 <i>Rapaduras</i> - - -	12000	<i>Salvador</i> o <i>seguinte</i>
	de hum po tro de anno	8000	- 3240
15	<i>dinheiro</i> <i>que</i> dey ao <i>Primo</i> <i>Francisco</i> de <i>Souza</i> Por to da <i>minha</i> conta -	2000	desta conta <u>6140</u>
	mais 20 <i>Rapaduras</i> - -	1200	otras soma <u>9380</u>
	<i>dinheiro</i> do [<i>inint.</i>] <i>Monteiro</i>	<u>2500</u>	o <i>credito</i> <u>10500</u>
		Soma <u>25700</u>	01120
20	hum <i>credito</i> <i>que</i> terei do <i>dito compadre</i> <i>que</i> devia o <i>Francisco</i> <i>Jozé</i> de <i>Oliveira</i> dedes mil e quinhentos		de todas nossas contas justas en te hoje o <i>primeiro</i> de <i>Fevereiro</i> de 1806 res tame o <i>dito compadre</i>
25			<i>Jozé Pinheiro</i> salvo erro <u>1120</u> reis
	vira para outra par <↑te> resto dacar gade <i>Algodão</i>	<u>240</u>	
			1360

12^{to}
 3384
 16^{to}
 69^{to}
 mayou fuyi Meun
 Len Dem

Ca ovo amey 53
 Bernardo de la Cruz
 Juanma Carrasque
 Arzobispo de Lima
 1803 cod. de minas 6^{to}
 Teubi de la Cruz
 de la Cruz 536
 Ayta 64

D. or Ramon de
 cor. de la Cruz
 Pa. de la Cruz 382
 de la Cruz
 de la Cruz
 de la Cruz
 de la Cruz 36
 de la Cruz 428
 de la Cruz

D. Juan de la Cruz
 de la Cruz 320

D. Juan de la Cruz
 de la Cruz 866
 de la Cruz

D. or Juan de la Cruz
 de la Cruz 42
 de la Cruz 428
 may

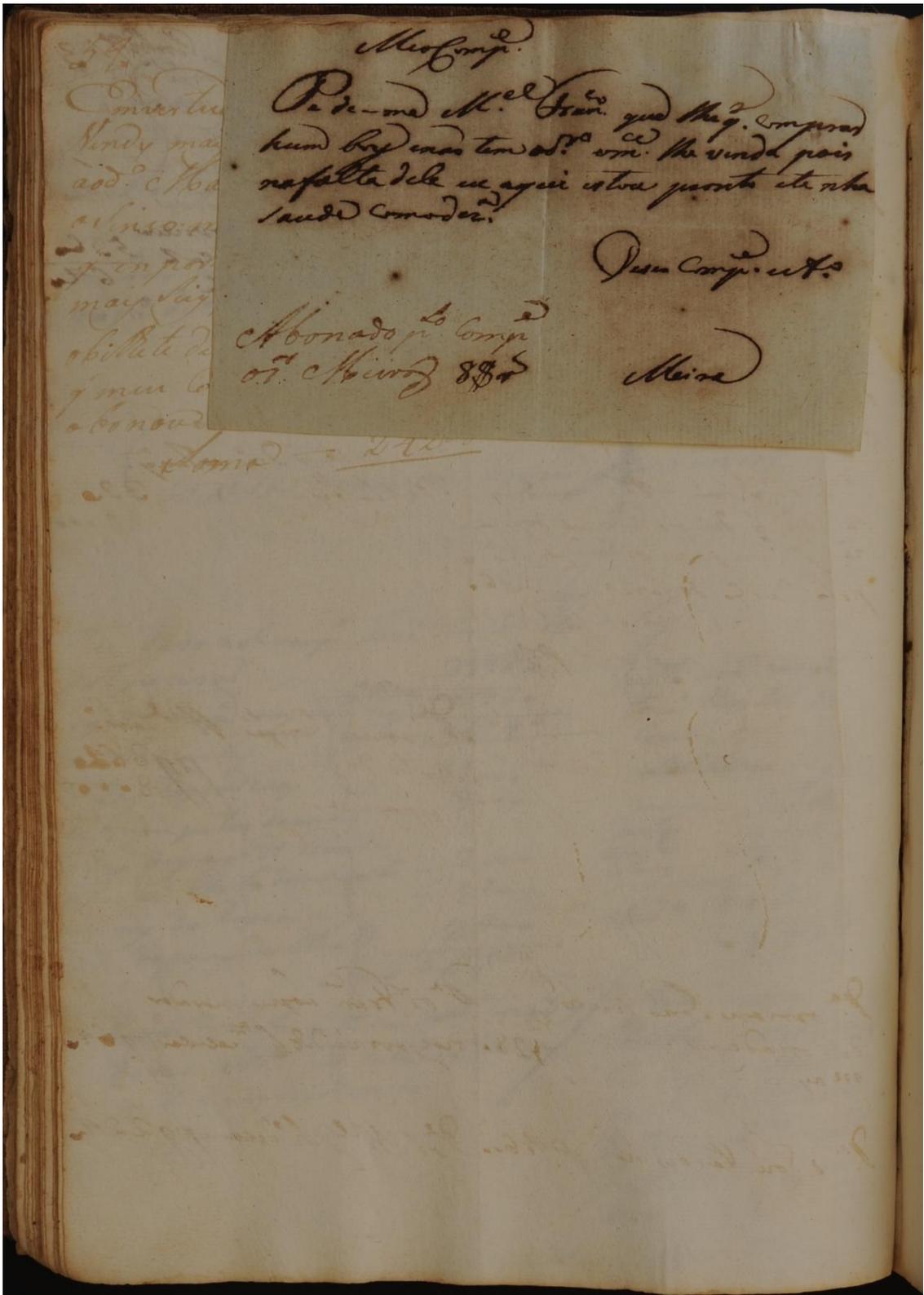
D. or Juan de la Cruz
 de la Cruz 64

D. or Juan de la Cruz
 de la Cruz 6

D. or Juan de la Cruz
 de la Cruz 22

[p. 53]

	[ilegível] [<i>inint.</i>]	1920		
	[ilegível]	1920	Eu devo a meu compadre o senhor	
	[ilegível] de farinha	3384	Bernardo de Souza Meira	
	[ilegível]	160	uma carga de Algodão para	
5	[ilegível] de carne	<u>160</u>	dar esta Ceca ou sobra de	
	pagou o compadre Meira	640	1803 e o dito senhor me deve	6400
	[ilegível] Lan dim		Recebi por mão da viuva	
			do defunto Gonçalves	<u>5360</u>
	Deve o senhor Romo [ilegível]		Resta	640
	e o senhor Agostinho mantimentos		Deve meu afilhado José	
10	Por 4 alqueires de milho - - - pago	3820	Loureco que dei a Joaquim	
	Deve o senhor João Alves Landin		de Matos ----	320
	Por dinheiro que dei ao Ferreira [<i>inint.</i>]			
	[<i>inint.</i>] para comprar os remédios	1920		
	pelo calção do fozil....	360		
15	Por dinheiro que lhe dei pago	<u>1280</u>		
	resta pago	640	Deve meu compadre Manoel Lourenço	
			dores to do disimo pago	8640
			de inpres timo	8000
20	Deve o mano João Pinheiro		Deve o senhor Francisco Lopes morador	
	de Rapaduras - - - -	12000	no gavião de [?] Libras de açúcar pago	640
	mais ----- pago	1280		
	Deve o José Pardiniho pago	1600	Deve o senhor Manoel Gonçalves de couros	
			pago	2240



Meo Corp.

P. de meo corp. In quod mag. corporis
hum. huiusmodi natura delecta
suaque ista parata est ubi
suaque comode.

Iesu Corp. ut.

Abonado p. Corp
or. Chiruz 88

Meine

[p. 54] MeoCompadre¹¹²
Pede-me Manoel Francisco que lhe *quer* comprar
hum boy enão tem odinheiro [*inint.*] lhe venda pois
nafalta dele eu aqui estou pronto ete nho
saudo como[*inint.*]

Deseo Compadre [*inint.*]

Abonado pelo Compadre
osenhor Meira 8\$ reis

Meira

¹¹² Bilhete escrito pelo compadre Meira fixado na página.

27.
 Compteur de l'Abbaye de janso
 lundy may 1737
 add. e. Hanouel
 et mesme l'abbaye de janso
 pour les profits en 1737 5000
 may plus de 1737 1200
 abbaye de janso de boy
 et mesme l'abbaye de janso 300
 et mesme l'abbaye de janso 8000
 Total = 24200

[p. 54]¹¹³

	Em vir tude do bilhe te junto	
	Vendy mais Sinco <↑digo 3> [<i>inint.</i>]	
	aodito Manoel Francisco	
	aSinco mil reis cada hun	
5	que enpostaõ em	15000
	mais Seis pratos desal	1200
	o bilhe te deabono do boy	
	que meu compadre Meira	
	abonou he de - - - -	<u>8000</u>
10	Soma --	<u>24200</u>

¹¹³ Há um bilhete colado junto à página. A tinta utilizada no bilhete mancha a página, dificultando a leitura.

[p. 55]

	[ilegível] morador na Pedra Branca ¹¹⁴		
	[ilegível]		
	Deve Antônio de Almeida deavan ço e o dizimo		
	[ilegível] pago	6000	
5	Felix Gomes---	pago	1920
	Manoel Jozé	pago	2080
	oMestre bar beiro - -		640
	Martinho Francisco - - -		960
	acomadre Leonarda...	[inint.]	
10	Anna Gomes - - -		
	Joaquim dos Santos - - -		
	Manoel Gomes - - - -		
	Joaquim dos Santos		
	Deve Manoel Francisco Algarve	1400	
15	aSaber oito que meu compadre		
	Meira seo brigou eSeis que		
	odito deve sem abono deninguen		
	esim mais sin co pratos desal		
	da terra a 160 -		
20	esta conta não vale a que vale	Deve o senhor João [ilegível]	
	he adetras dalauda a tras	[ilegível]	18000
	donde esta pregado o bilhete	dinheiro que ficou dedar para	
	demeu compadre	Izidoro heoseguinte	4000
	que foi reforma	domilho deAnna Gomes pago	<u>1080</u>
25	que fis	Soma	23280

¹¹⁴ A tinta, nas quatro primeiras linhas, está muito borrada em virtude do bilhete fixado na página anterior, dificultando a leitura.

56 De Comp de Pent. De anno 1711
 q non detur . . . 4360 De anno 1712
 de Athanasio . . . 4000 De anno 1713
 de Bernardis . . . 1600 De anno 1714
 de Comy . . . 2640 De anno 1715
 de 16 Copadury . . . 4280 De anno 1716
 de q paguiv . . . 7000 De anno 1717
 nadmanand . . . 960 De anno 1718
 De 13 prody de Adlum . . . 980 De anno 1719
 De 6 Copadury . . . 4480 De anno 1720
 De as Mont paguiv . . . 4480 De anno 1721
 Comy . . . 23800

De anno 1722 De anno 1723
 De anno 1724 De anno 1725
 De anno 1726 De anno 1727
 De anno 1728 De anno 1729
 De anno 1730 De anno 1731
 De anno 1732 De anno 1733
 De anno 1734 De anno 1735
 De anno 1736 De anno 1737
 De anno 1738 De anno 1739
 De anno 1740 De anno 1741
 De anno 1742 De anno 1743
 De anno 1744 De anno 1745
 De anno 1746 De anno 1747
 De anno 1748 De anno 1749
 De anno 1750 De anno 1751
 De anno 1752 De anno 1753
 De anno 1754 De anno 1755
 De anno 1756 De anno 1757
 De anno 1758 De anno 1759
 De anno 1760 De anno 1761
 De anno 1762 De anno 1763
 De anno 1764 De anno 1765
 De anno 1766 De anno 1767
 De anno 1768 De anno 1769
 De anno 1770 De anno 1771
 De anno 1772 De anno 1773
 De anno 1774 De anno 1775
 De anno 1776 De anno 1777
 De anno 1778 De anno 1779
 De anno 1780 De anno 1781
 De anno 1782 De anno 1783
 De anno 1784 De anno 1785
 De anno 1786 De anno 1787
 De anno 1788 De anno 1789
 De anno 1790 De anno 1791
 De anno 1792 De anno 1793
 De anno 1794 De anno 1795
 De anno 1796 De anno 1797
 De anno 1798 De anno 1799
 De anno 1800

[p. 56]

	Deve o compadre Jozé Pinheiro		Deve o mano Joaquim	
	que vem de tras -----	1360	degastos dademanda do	
	do Athanzio -----	4000	Mendes-----	7000 ¹¹⁵
	para Bernardo Jozé -----	1600	dinheiro que paguei	
5	para o Tomas ----	2640	por elle a Pedro Jozé	pago 3360
	por 16 Rapaduras	1280		
	dinheiro que pagui novamente			
	na demanda -----	7000		
	Por 3 pratos de sal do reino	960		
10	Por 6 Rapaduras	480		
	dinheiro ao Monteiro dois [inint.]	<u>4480</u>		
	Soma pago	<u>23800</u>		
	Deve o compadre Jozé Pinheiro de in prestimo		Deve o mano Si lverio	
	o seguinte em meya de 6 las pago	20\$000	de hum emeya	3/[?] de
15	Deve o compadre Jozé Pinheiro		pano amarelo ----	3000
	de hum cavalo -----	<u>20000</u>		
	que Manoel [inint.] <↑dos> dos	<u>4000</u>	cal ção e jaleco de fes tam ris cado	6000
	con certo das foices	800	de dinheiro que paguei por	
	dinheiro de in prestimo --- pago	4000	elle novamente dademanda pago	7000
20	Deve das terras que vendeo			
	ameu afilhado Jozé Lourenço	<u>12500</u>		
	Soma	<u>37300</u>	F aria que toma o compadre	
	de obras de ferreiro o que vem		Jozé Pinheiro coartas o seguinte	
	somando atras he o seguinte	<u>9000</u>)	
25	descontando o cavalo- - -	<u>46300</u>	C[?] Feijão)	
		<u>20000</u>		
		<u>26300</u>		
	calçar 3 foices	960		
	[inint.] e calçar 1 foice	800		
30	Libra e meya de ferro e calçar 1 foice	800		
	meya Libra de aço e calço domaxado	320		
	1 Libra de aço -----	640		
	cal çar 2 maxados	<u>640</u>		
	Soma pago	<u>30460</u>		

¹¹⁵ Uma questão judicial.

P. de ...
 P. de ...

P. de ...
 P. de ...
 P. de ...
 P. de ...
 P. de ...

P. de ...
 P. de ...
 P. de ...
 P. de ...
 P. de ...
 P. de ...
 P. de ...
 P. de ...

P. de ...
 P. de ...
 P. de ...
 P. de ...
 P. de ...
 P. de ...
 P. de ...
 P. de ...

Livon maj crediti ...
 de 4000 ...
 Livon maj crediti ...
 de 4000 ...
 Livon maj crediti ...
 de 4000 ...
 Livon maj crediti ...
 de 4000 ...

[p. 57]

	Deve o <i>senhor</i> Joaquim dos Santos Leal		Deve o <i>senhor</i> compadre Venceslao
	Por 1 <i>cavalo</i> que lhe vendy	20000	Res ta 4000
	receby	16000	Por <i>dinheiro</i> que elle abonoa ahum
			de Santa
	Por <i>dinheiro</i> que paguei a Jozé		crus folana Vieira____ 7\$000
5	Gomes Lagoeiro pago	15000	Por sin coenta varas de pano 8\$000
	Deve mais de [<i>inint.</i>] vaca pago	6000	Por 1 meyo desola - - - - \$640
	Res ta meu compadre Joaquim dos Santos do <i>cavalo</i> foveiro	4000	
	do <i>cavalo</i> foveiro		
10	Edava ca Res ta pago	3400	
	res ta pago	520	
	devo o compadre Joaquim dos Santos deres to do <i>cavalo</i> <↑Lazaõ> Lasaõ - - - -	20\$000	Leva o Gil para venda 242
15	res ta do <i>cavalo</i> foveiro pago	4\$000	Rapaduras alias 235
			<u>Rapaduras</u>
	Rece by no [<i>inint.</i>]	4\$000	en tregou ao mano Joaquim 129
	Rece by em milho	2\$000	Rapaduras etroxé 9 [<i>inint.</i>] [<i>inint.</i>]
	Rece by em milho	3\$000	[<i>inint.</i>] 20 80 endinheiro ven [<i>inint.</i>]
	Rece by mais endinheiro	2\$000	eseis [<i>inint.</i>] faltaõ 38 Rapaduras
20	Receby em hum [<i>inint.</i>]	5\$000	[<i>inint.</i>]_____
		12\$000	Deve o <i>senhor</i> Bernardino por credito
	Res ta do <i>cavalo</i> pago	8\$000	que Luis levou para cobrar pago 57200
			Res ta o <i>senhor</i> Bernardino 12000
25			dopratro
			Levou Luis para vender oito potros e 11 bes tas e hum potro do compadre Jozé Pinheiro
			Levou mais o credito de Miguel Pereira de 4000 reis
30			Levou mais ordem para cobrar do Tomas do caldeiraõ de dez mil reis eo Miguel de Manoel cobrar 2 patacas por dia que alugou a Bernardino [<i>inint.</i>] a maneiu
35			Joao [<i>inint.</i>] [<i>inint.</i>] 1000

An. 6. de l'hem. des Comprou humes' Carga vinta 78. 50
 Soy. 7. de l'hem. des Comprou humes' Carga vinta 81
 de Comprou Mill. Comprou humes' Carga vinta 81

De Sr. Andrade de l'hem
 dos Sr. Rui. dos Santos

de l'hem. de l'hem.	2560
de l'hem. de l'hem.	4920
P. 2 de l'hem. de l'hem.	180
P. 4 de l'hem. de l'hem.	640
P. 4 de l'hem. de l'hem.	4920
P. 4 de l'hem. de l'hem.	1600
P. 2 de l'hem. de l'hem.	2560
P. 2 de l'hem. de l'hem.	360
P. 4 de l'hem. de l'hem.	320
P. 4 de l'hem. de l'hem.	440
P. 4 de l'hem. de l'hem.	320
mais de l'hem. de l'hem.	12720
de l'hem. de l'hem.	6000
de l'hem. de l'hem.	18720

de Sr. S. Andre de
 Sr. em l'hem. de l'hem.
 a Sr. de l'hem. de l'hem.
 de l'hem. de l'hem. de l'hem.

Eu de Sr. de l'hem. de l'hem.
 in l'hem. de l'hem. de l'hem.
 de l'hem. de l'hem. de l'hem.
 de l'hem. de l'hem. de l'hem.

[p. 58]

	Antonio deAlmeida comprou huma carga avista [<i>inint.</i>] — 1..		
	Joaquim Jozé deSouza comprou huma carga avista .. — 1..		
	ocompadre Manoel comprou huma carga avista — 1..		
	Deve o senhor Andrade [<i>inint.</i>]		Levou odinheiro o senhor Andrade
5	do senhor Jozé Pereira dos Santos		para en tregar no candial
	de inprestimo - - -	2560	a Francisco Bernardes
	por sin co coartas defeijaõ	1920	<u>9 varas decaça de(inint)</u>
	Por 2 varas eterca depano deAlgodão	480	Levou mais hum couro
	Por 1 couro de boy - - -	640	de onça para vender por
10	Por alqueire emeio de farinha - - - -	1920	<u>vinte patacas</u>
	Por 1 quinto de carne - - -	1600	
	Por 2 alqueires de farinha - - - -	2560	
	Por meyo alqueire defeijaõ - - -	960	Eu devo odinheiro que tome y
	Por 4 rapaduras - - - -	320	inpres tado do is al-
15	de 1 alqueire defeijaõ - - -	1440	queires de milho para
	mais 1 quarta de farinha - - - -	<u>320</u>	quando elle voltou pago
	Soma	<u>14720</u>	
	des contando huma		
	carga desal por	<u>6000</u>	
20	res ta pago	<u>8720</u>	

[p. 58]¹¹⁶

	novembro de 1804	para a Safra de 1805	
	A sento das cargas de Algoda[m] que [inint.] medevem quem mecomprou [inint.] heoseguinte		
	Deve meu compadre o senhor Joaquim dos Santos		
5	duas cargas de Algodaõ _____		2. C.
	Deve meu compadre o senhor Manoel de Souza		
	[Duas car] huma carga de Algodaõ _____		1. C.
	Deve meu afilhado Jozé Lourenço		
	huma carga ecostal _____		117 2 ^{c.} [meyo]
10	Deve o Neco Laõ da Tabua 1 costal de Algodaõ _____		meyo
	Deve o compadre Joaõ Baptista 1 carga costal		1 ^{c.} emeya
	Deve o compadre Jozé Pinheiro 1 carga de Algodaõ -		1. C.
	Deve minha comadre Anna Francisca Mossa 1 costal algodaõ		118 1. meya
		c.	
	Deve o senhor Joaquim Jozé de Souza 2 cargas de Algodaõ -----		2. C.
15	Deve o senhor Bernardo Jozé de Souza 1 carga de Algodaõ pago		1. C.
	Deve Anna crioula da Tabua 1 cos tal de Algodaõ _____		meya ^{c.}
	Deve a comadre Joaquina da Tabua 1 cos tal de Algodaõ _____		meya ^{c.}
	Deve Anninha mulher domeu Antonio criou lo 1 cos tal _____		meya
	Deve a Senhora comadre Dona Anna Francisca de Souza 1 cargade		1. C.
20	Deve a Senhora comadre Maxima Angelica 1 carga		1. C.
	Deve o senhor compadre Alferes Manoel Lourenco 2 cargas de Algodaõ		2. C.
	Deve a Justa mulher de Felix Gomis 1 costal _____		meya ^{c.}
	Deve o meu cabra Semiaõ 1 costal _____		meya ^{c.}
	Deve a comadre Leonarda 1 Costal de Algodaõ _____		meya ^{c.}
25	Deve o Athanzio 1 Cos tal de Algodaõ _____		meya ^{c.}
	Deve Anna Gomes 1 Cos tal de Algodaõ _____		meya
	Deve o sobrinho Manoel Matias 1 Costal de Algodaõ _____		meya
	Deve Manoel [inint.] de Santa Rita [inint.] cos tal de Algodaõ pago de hum boy que [inint.] [inint.]		[inint.]

¹¹⁶ A numeração está repetida e pula para a página 60.

¹¹⁷ O valor foi alterado.

¹¹⁸ O valor está riscado.

[p. 60]

	obras que offerreiro Jeronimo		
	vay fazendo para pagar aocompadre Meira		
	duas foi ces novas - - - - -	960	obras que mando fazer
	cal ço dedois maxados - -	640	para meu afilhado pelo [inint.]
5	atenrar 3 ditos - - - -	480	Vem ces Laõ
	4 maxados cal çados - - -	1280	1 elevado defoice 160
	5 ditos atenrados - - -	800	dinheiro Manoel mandou dar 4000
	2 Libras de aço - - - -	960	de 1 alqueire defarinha - - 1280
	hum veyo deRoda concertado	320	de hum maxado - - - 160
10			dehumas Rosetas - - <u>160</u>
			<u>5760</u>
			rece by em 8 Libras detabaco 2080

Sapé osenhor compadre Venceslaõ

	2 alqueires demilho - - - -	2560	obras que meu compadre osenhor
15	sen coenta varas depano - -	8000	Alferes Manoel Lourenco manda
	obras que o compadre osenhor Vences laõ		fazer - - - - pago 960
	manda faser huns fuis deSerra		Por humas do bradiças 320
	bracal - - - - -	480	
	Por 8 pre gos grandes	480	
20	Por hum a roseta	80	
	mais humas<↑2> ro zetas - -	<u>160</u>	
		11760	
	bater 7 enxadas - -	<u>480</u>	
	1 alqueire dearos	1000 ¹¹⁹	
25	meya coarta defeijaõ	<u>320</u>	
	ocompadre Meira		
	Por 40 varas depano		
		+620 ¹²⁰	
	Por Sem pregos miúdos	+1000	
	Por 1 meyo desola	+960	
30	Por alqueire emeyo defarinha	+2400	
	por dinheiro - - - -	+10000	Deve osenhor Joaõ Antonio da Roxa
	Por 6 varas depano	+9600	feitio depregos pago <u>1920</u>
	50 pre gos - - - - -	+1000	recebi 320
	para oPrimo Antonio	<u>860</u>	
35	[ilegível]	32220	
	Soma pago	<u>121</u>	

¹¹⁹ O valor está rasurado.

¹²⁰ Valor está rasurado.

¹²¹ Valor rasurado

[p. 61]

	Vem debayxo do Jacinto oseguinte __ __ dinheiro que dei ao[inint.] __ dinheiro que deo o senhor Ignacio	5080 960 2000	Tenho em meu puder demeu es cravo Jacinto endinheiro osequinte do gado - - que elle deo a Senhora para goardar he osequinte:	31720 <u>20000</u>
5				Soma <u>51720</u> 5080 <u>2960</u>
10			<u>Resta Jacinto</u> 2120 dinheiro que odito meu es cravo Jacin to vay recebendo he osequinte	
	Deve o senhor Alferes deo Liveira _____	26000		240 320 160
15	rece by por maõ do Tomas rece by en Santa Rita res ta pago	16000 <u>3200</u> ¹²² <u>6800</u>	no Cait[?]te - - - - que mandou novamente - - - que tomou para Antõnio - - - para Zeferina - - - - dinheiro que dey ao senhor Tomas para a Sucar - - - - dealuguel do dito escravo - dinheiro para o Primo Rodrigo - - - dinheiro que dei ao senhor Ignacio dinheiro para para fei tio darede dinheiro para o Irmaõ - - - -	320 320 320 320 1520 320 3000 680 640 320 10000
20	Deve o senhor Andrade o [inint.] de Jozé Pereira dos Santos de inprestimo Por 1 quarta de feijaõ - - - Por vara e meya de Algodão Por 2 [inint] de pano de Algodão	2560 +480 <u>300</u> +480	mais endinheiro para Manoel Alves dinheiro que tomou para acamisa - - para [inint.] - - - - - - - -	1000 800 800
25	Por 1 couro de boy - - - Por 3 coartas defeijaõ - - Por alqueire emeyo defarinha - - - - ¹²³	+640 +1440 +1920	dinheiro de hum boy - -	4000
	Por 1 coarta decarne - - - ¹²⁴	+1680		
	Por 2 alqueires defarinha ¹²⁵	+1960	dinheiro que dei ao compadre mo cinho	1000
30	Por meyo alqueire defeijaõ	+960	dinheiro que dei a meu mano Brito	<u>20000</u> 46640
	Por 4 Rapaduras - - - -	320	eu devo o dito senhor Andrade de milho que tomei enpres tado <u>2 alqueires</u> ¹²⁶	
	Soma	<u>11520</u>	principal - <u>51720</u>	
	des contar do dinheiro do sal	<u>06000</u>	resta ao [inint.] - <u>05080</u>	
	resta	<u>05520</u>		
35	Deve mais demantimento dehuma quarta defarinha	<u>1440</u> 6960 320	Dey ao senhor Andrade para me ven der hum couro de onça pintada por pago	6400

fica em meu puder do senhor Quiros 4500 reis
para entregar ao Primo Rodrigo pago

¹²² Valor rasurado.

¹²³ Valor alterado.

¹²⁴ Valor alterado.

¹²⁵ Valor alterado.

¹²⁶ O valor está rasurado, e a sigla <pg> está sobre a anotação.

[p. 62]

	Eu devo a omano Jozé Pinheiro que mandou dar o compadre Salvador - - - -	45000 6000 <u>10000</u> 61000 <u>57000</u> <u>03240</u> <small>127</small>	meu Luis medeve docavallo que comprou Luis Rodrigues de Goveya deve mais que gasto pago	30000 8000
5				
		<u>61000</u> 3240 ¹²⁸		
10	Res to a compadre Jozé Pinheiro		obras que o compadre Jozé Pinheiro m anda fazer	
	odito compadre Jozé Pinheiro medeo dinheiro que omano Francisco mandou dar		2 maxados calçados - - - -	640
15	he o seguinte do [inint.] 1 Libra de taboa dinheiro que pa guei ao Timoteo do feitio da obra de Alexandre	5000 3000 640 800	huma foi ce nova - feitio de duas foi ces - dois [inint.] - - - huma feixadura - - - - hum fuzil -	1280 960 320 160 480
20	dinheiro que dey no [?] onhá dinheiro por as Rapaduras dinheiro que para Luis seguir	72[?] 640	20 cravos de ferrar cavallo Por 1 alqueire de farinha dinheiro que dey ao Francisco para [inint.]	200 960 1280
	aos negros fogidos Por 1 ter ço de pano amarelo	1680 2000	dinheiro que Ber n ado Jozé	<u>320</u>
25	Por dinheiro que dei a compadre Manoel pago	<u>6000</u> 19 ¹²⁹ 76 0	Soma calço e meya Libra de aço - - - mais meya Libra de aço - -	<u>6120</u> 640 320
			1 par de ferraduras e cravos - 1 par de dedos bradicas e 16 pregos	960 <u>960</u>
30			Soma	<u>9000</u>
			epasou para outra conta mayor	

¹²⁷ Há uma correção no valor da conta.

¹²⁸ Há sobre o valor a abreviação <pg>.

¹²⁹ O algarismo anterior era <6>.

[p. 63]

	o <i>que</i> <i>odito</i> Mathias trabalhou [ilegível] [inint.] [inint]dreiro he [ilegível] aparte das obras <i>que</i> estão [inint.]	Asen to das obras <i>que</i> <i>osobrinho</i> Manoel Mathias metem feito saõ as seguin tes deSer feitor 7 meses	28000
5	esta tudo anotado	huma ro da <i>que</i> tras para a Barra	3000
		Por mais 6 rodas - - - -	12000
		hum par debotas - - -	2000
		Por huns cal çoens depano - - - -	2000
10		Por 1 par de sapatos de <i>mulher</i> - -	1000
		Por 1 par de sapatos para mim - -	1000
		Por hum par de xinellos de <i>mulher</i>	640
		por hum par dexelins - - -	320
		por duas portas de imburana - -	2360
15		por dois exos decarro - -	1280
		Por huns xelins deviludo - -	640
		1 par dexinellos demarroquim	640
		Por 1 tronco deprender - -	4000
		Por 4 dias <i>que</i> trabalhou depe dreiro oSelo	<u>1920</u>
20	Deve aSenhora Dona Antonia Bernardes por meyo alqueire defarinha -- 640	Salvo erro	Soma <u>61000</u>
		Por 1 janela - - - -	800
		Por 3 ro das de fiar - -	<u>6000</u>
			Soma 67800
25		demadeira <i>que</i> tirou nomato	<u>1280</u> Soma <u>69080</u>
	Deve meu Afihado Jozé Lourenço do dizimo vacum --- pago <u>2000</u>	Deve o <i>senhor</i> Manoel daSilva morado Santa Rita demantimentos _____	960 Receby 240
30	Deve o <i>senhor</i> Manoel daSilva mora dor em Santa Rita hum cos tal deAlgodão para esta safra de 1806 Deve <i>odito</i> <i>senhor</i> so mais tres cos tais dealgodão <i>que</i> saõ duas cargas asaber tres cos tais enfardado hum costal encaroço para esta safra de806 Rece by huma carga de outra [inint.]	Deve o <i>senhor</i> Bernardo Jozé daSilva huma carga deAlgo daõ para esta safra vindora <i>que</i> já rece beo 1806 Deve aSenhora Lucianna Francisca <i>mulher</i> do <i>senhor</i> Tomas Vieira hum cos tal deAlgodão en far dado posto neste Campo Seco para esta Safra de 1806 cujos saõ moradores enSanta Rita	

64

De meu Comp^{te} or. Joao de ...
De 48.6 De Joao Velho hum Capital de ...
De 48.6 De Joao Velho hum Capital de ...

De meu Comp^{te} An. Mathias Pereira Lyta
dutydad en las de de 48.7

De meu Comp^{te} or. Joao Baptista Vieira hum
Comp^{te} dutydad en las de de 48.7

De o Nro. Sr. dova hum Capital dutydad
en las de de 48.7

De Joao Velho hum Capital dutydad en las de de 48.7

De or. Joao ...	28000
De ...	4000
De ...	2560
De ...	3056
De ...	5000

[Faint, mostly illegible handwritten text and bleed-through from the reverse side of the page.]

[p. 64]

Deve meu compadre o senhor Joaquim dos Santos¹³⁰
tres cos tais dealgodaõ enfar dados para esta safra
de 1806

- 5 Deve o Jozé Relis hum cos tal de
Algodaõ para esta safra de 1806 pago

Deve meu compadre Antonio Mathias hum cos ta
deAlgodaõ enfar dado para asafra de 1807

- 10 Deve meu compadre o senhor Joaõ Baptista Vieira huma
carga deAlgodam para aSafra de 1807 [inint.] rista 1 aRoba minha
hunCouro deRes

Deve o Nico laõ daTabua hum cos tal dealgodaõ
para esta Safra de 1807 fico Res tando aodito nove patacas
Deve Jozé Felis hum cos tal deAlgodaõ para esta safra
de 1807

15	Deve o senhor Jozé Antonio morador enSanta Rita de inprestimo oseguinte _____ 2000	Deve Antonio deAlmeida de Far ^{dos} eas esperas - - - - eu devo aodito - - - - feito das obras	<u>28000</u> <u>4000</u> <u>2560</u>
		Soma	<u>30¹³¹560</u>
20	Deve Joaquim crioulo hun costal deAlgodaõ enfar dado para o Natal de 1807	Rece by da mão doRoxa - - - -	5000

¹³⁰ Há linhas onduladas na horizontal sobre as informações entre as linhas <1 e 5>.

¹³¹ Valor alterado.

Livro de contas do Sr. M^o G^o de M^o Mendes
 p^o q^o M^o Jo^o de S^o p^o B^o p^o 28700
 Livro do Sr. M^o Lou^o de M^o Mendes
 demorando em q^o seguinte - - - - - 2280

Cargos de trabalho q^o se deu com os
 of^o Ven^o Cy^o de M^o de A^o Cargos de trabalho
 q^o se deu com os
 may q^o mandou buy car aqui - - - - - 20 - C.
 may q^o deu no bom buy - - - - - 30 - C.
 may q^o mandou buy car no jardim - - - - - 20 - C.
 may do Cargos de M^o - - - - - 1 - C.

Partida q^o se deu com os Cargos Ven^o Cy^o de M^o de A^o
 M^o de A^o de M^o de A^o de M^o de A^o
 may q^o deu no bom buy - - - - - 30 - C.
 de M^o de A^o de M^o de A^o de M^o de A^o
 de M^o de A^o de M^o de A^o de M^o de A^o
 de M^o de A^o de M^o de A^o de M^o de A^o

De os Ven^o Cy^o de M^o de A^o de M^o de A^o
 q^o 8^o de M^o de A^o de M^o de A^o

De Gil de d'ay bay . . . 8000
De Morina 3000

Agosto 1808

De Camp. N.	700	De Camp. N.	700
De Camp. N.	1000	De Camp. N.	1000
De Camp. N.	600	De Camp. N.	600
De Camp. N.	320	De Camp. N.	320
De Camp. N.	480	De Camp. N.	480
De Camp. N.	160	De Camp. N.	160
De Camp. N.	320	De Camp. N.	320
De Camp. N.	360	De Camp. N.	360
De Camp. N.	320	De Camp. N.	320
De Camp. N.	2000	De Camp. N.	2000
De Camp. N.	4000	De Camp. N.	4000
De Camp. N.	160	De Camp. N.	160
De Camp. N.	160	De Camp. N.	160
De Camp. N.	320	De Camp. N.	320
De Camp. N.	240	De Camp. N.	240
De Camp. N.	600	De Camp. N.	600
De Camp. N.	2000	De Camp. N.	2000
De Camp. N.	23472	De Camp. N.	23472
De Camp. N.	400	De Camp. N.	400
De Camp. N.	800	De Camp. N.	800
De Camp. N.	160	De Camp. N.	160
De Camp. N.	148	De Camp. N.	148
De Camp. N.	8000	De Camp. N.	8000
De Camp. N.	498	De Camp. N.	498
De Camp. N.	25490	De Camp. N.	25490
De Camp. N.	320	De Camp. N.	320
De Camp. N.	1346	De Camp. N.	1346
De Camp. N.	320	De Camp. N.	320
De Camp. N.	1668	De Camp. N.	1668
De Camp. N.	320	De Camp. N.	320
De Camp. N.	32200	De Camp. N.	32200
De Camp. N.	40	De Camp. N.	40
De Camp. N.	4888	De Camp. N.	4888
De Camp. N.	360	De Camp. N.	360
De Camp. N.	540	De Camp. N.	540
De Camp. N.	320	De Camp. N.	320
De Camp. N.	3045	De Camp. N.	3045
De Camp. N.	676	De Camp. N.	676

[p. 66]

	Deve Gil dedois bois	pago	8000	que Deve o Senhor Bernardo Jozé	480
	Deve Masseno. .	pago	3000	detenrar 3 enxadas	
Sapês 1808					
5	Vem detras que Deve o compadre Ven		13790	que Deve o compadre Meira	
	ces laõ Jozé da [ilegível]		640	Deve Guardeano Resto do cavalo	pago 1500
	por 2 maxados cal cados . . .		320		
	por huma foice cal cada . . .		480		
10	por 1 [inint.] enpanada calcada . .		160	Deve o senhor Enriqy treze patacas de Res	
	por emendar o olho de outra . .		320	to das vacas pago	
	por outra calcada		960	Deve Manoel Raymundo de meya coarta	
	das dobra diças e prego . .		320	de meya coarta de polvora	pago 400
	de 32 pregos - -		2000		
15	Por 200 pregos grandes . . .		1000	Obras que mandei fazer para	
	de con certo de huma ferradura		160	o Primo o senhor Antonio de Souza	
				1280	
				180	
	por rozetas em hum par de esp. poras		160	Por 3 espi goens de argolas	240
				o compadre Meira	500
	Con certo de 1 xapeo de esol . .		320	Por 50 pregos Vem detras o seguinte	80
	3 Rozetas de esporas		240		
20	59 pregos		600	Por 12 ditos pequenos	
				Soma tudo - - - -	25820
	por 100 pregos grandes , , , ,		<u>2000</u>	mais 10 pregos - - -	+100
	segue a Soma		<u>23170</u>	dinheiro que dey ao Mestre Euzebio	+1280
	20 pregos		400	1 martelo	+320
				de bater 13 enxadas +1040
	debater 1 enxada		80		
25	dinheiro que dei ao compadre Jeronimo		<u>1040</u>	[.] espelho de huma [inint]	+ 160
				de bater 6 enxadas	- - - + 480
	2 duzias de meya de pregos . . .		320	dinheiro que dei ao Primo Joaquim	8000
	1 espora nova do Amador . . .		480	1 foice nova +960
	vinte tres e 29 de Junho		<u>25490</u>	de calçar 1 enxada +320
	de 1809 devo desimo				
	con certo do veyo daroda		320	3220	Soma
30	1 fexadura com seos pregos		1360	13460	<u>38480</u>
	outra fechadura exave		320		42120
	28 pregos de emgelha		320	16680	93640
	con certo de huma fechadura e pregos		320	32200	<u>3640</u>
	1 xapa e huma cangalha - - -		400		
35	2 foices calçadas empanados . .		960	48880	pago [.] 000
	1 Libra de aço - - - -		640		
	[inint.] de outra Libra . . .		<u>320</u>	<u>42120</u>	640
	[ilegível] Soma		30450	<u>06760</u>	do compadre Jeronimo

[p. 67]

		Deve o senhor Alferes Alexandre			
				Gonçalves	
	Perpetua tem em meu puder	1500		Por 50 pregos grandes	1280
				Por 50 pregos reparos	500
				Por 60 pregos riparos	<u>600</u>
5	o que [inint.] Recebe heoseguinte			Soma pago	<u>2380</u>
	Por 1 pano de Surrate	4000			<u>3200</u>
	Por 2 covados de baeta	1920			
	que paguei ao Euzebio	6000	18000	pago 1180	
	para o Felipe do cacole	<u>800</u>	2000		
	Soma	<u>12720</u>	1280		
10	principal	<u>15000</u>	<u>16000</u>		
	Res to pago	02280	36200		
					32220
	Deve o senhor Jozé Antonio Morador en Santa Rita de imprestimo ..	2000		Deve o Manoel crioulo de Santa Rita do concerto de espingarda	800
15	por 1 prato desal doreino . .	320		Rece by pago	640
	1 Libra de açucar	120			
	Por 1 baceo	3200			
	Por 1 alqueire de farinha	1280		Deve o senhor compadre Manoel Lourenço	
				de imprestimo - - -	<u>pago 70000</u>
20	dinheiro para tabaco	240			
	dinheiro que lhe dey	1280			
	meyo alqueire de farinha	640			
	8 Libras de carne	640 ¹³²			
	de atenrar 1 maxado . .	160			
	dealuguel de 1 es cravo	<u>160</u>			
25	Soma	<u>10040</u>		Mathias	
	A luguel de hun negro	160		2 Deve o compadre Antônio de farinha..	2560
				2 deve odito de farinha	1920
	de carne	160		1 alqueire de farinha	pago 1280
	Por 1 rede	3200			
	Por 1 [inint.] desabaõ	100			
30	Por 25 pregos ripas	240			
	Por 4 ditos grandes	80			
	[inint.] o seguinte	80		Deve o compadre Manoel de Souza	
	Por 4 Libras de tos cinho ..	480 ¹³³		dedois cazamentos	pago 11200
	Por 8 Libras de carne . .	480			
35	Por meya coarto de farinha	160			
	Por meya 4 Libra de tabaco	240			
	dinheiro para Luis Jozé	640			
	mais	40			
	meya coarta de farinha	240			
40	dinheiro que des	<u>1280</u>			
	Soma	16720 ¹³⁴		vira para outra pagina	17620

¹³² Valor rasurado.¹³³ Valor rasurado.¹³⁴ Valor rasurado.

[p. 68]¹³⁵

	Deve o <i>senhor</i> Emriques eomano		
	Jozé Pinheiro de 1 <i>cavalo</i>	6500	
	fea do por hum mes		
	cam po Seco 26 de Mayo de 1808		
5			Vem detras que deve o <i>senhor</i> Jozé Antonio
			he o seguinte - - - - 17620
			mais para Matias - - 320
			1 coarta de <i>farinha</i> 480
	Recebi <i>endinheiro</i> do compadre Souza	4000	8 <i>Libras</i> de carne 480
			dinheiro - - - - - 1280
10	Deve o <i>senhor</i> Manoel de Souza	<u>2000</u>	1 prato de sal 160
	De cal çar 1 maxado	320	meya coarta de <i>farinha</i> 240
	Por meyo alqueire de <i>farinha</i>	960	meya coarta de feijão 320
			carne
	dinheiro	800	meya coarta de <i>farinha</i> 180
	huma coarta de feijão	640	5 <i>Libras</i> de carne 240
15	de atenrar 1 maxado	<u>160</u>	calço de hum maxado 300
		<u>2880</u>	dinheiro que dei 320
	de Algodão em caroço	7680	carne - - - - - 240
	de huma coarta de feijão	640	5 vara de pano de Algodão - - - 1000
	huma coarta de <i>farinha</i>	640	
20	4 Rapaduras - - - - +4160	<u>640</u>	
	1 prato de Sal - - - -	+120	meya coarta de <i>farinha</i> 240
	meya coarta de <i>farinha</i>	+320	meya coarta de feijão 320
	meya defeijam	+400	2 <i>Libras</i> de sabaõ 200
	cal çar 1 maxado	+320	de carne e <i>farinha</i> 340
25	1 coarta de aço	+160	4 <i>Libras</i> de carne 240
	meya coarta de <i>farinha</i>	+320	1 Rapadura 160
	4 vara em meya de bertanha - -	+4500	dinheiro - - - - - 640
	de <i>farinha</i>	+160	meya coarta de feijão 400
	meya coarta de feijão - -	+400	meya coarta de <i>farinha</i> <u>320</u>
			Soma [.].080
			136
30	dinheiro - - - - -	+640	8 <i>Libras</i> de carne 240
	meya coarta de feijão - -	+400	meya coarta de <i>farinha</i> 320
	1 Rapadura - - - - -	+160	meya coarta de <i>farinha</i> 320
	<i>endinheiro</i> - - - - -	+320	meya coarta de feijão 400
	concerto da espingarda	+320	1 Rapadura 160
35	de carvão - - - - -	<u>+240</u>	<i>farinha</i> Sal 3 ^o feijão 380
	deve o <i>dinheiro</i> de ajuste de contas	4140	Rapadura 160
	Sabaõ - -	200	meya coarta de feijão 400
	em ais <i>dinheiro</i> de Rapaduras - -	640	Rapadura 160
	meya coarta de [inint.]	480	dinheiro 1280
40			6 <i>Libras</i> de carne 240
			carne <i>farinha</i> 180
			meya coarta de feijão <u>400</u>
			Soma 11720

¹³⁵ A numeração pula para a p. 70.¹³⁶ O valor está rasurado

De Michiel Jaco 2000
 Nieuw land 3000
 320
 260
 end
 1878

Van Nieuw land
 De accijnter van de landbouw 640
 van de landbouw 560
 van de landbouw 432
 end
 1878

De accijnter van de landbouw
 van de landbouw
 van de landbouw

De accijnter van de landbouw
 van de landbouw

De accijnter van de landbouw 4000
 van de landbouw 480
 3000
 van de landbouw 320
 van de landbouw 5000
 van de landbouw 320
 van de landbouw 640
 van de landbouw 1878

De accijnter van de landbouw 320
 van de landbouw 160
 van de landbouw 400
 van de landbouw 640
 van de landbouw 400
 van de landbouw 160
 van de landbouw 560
 van de landbouw 1998
 van de landbouw 1998
 van de landbouw 1998

De accijnter van de landbouw
 van de landbouw

De accijnter van de landbouw
 van de landbouw
 van de landbouw 2000

De accijnter van de landbouw 640

De accijnter van de landbouw 800
 van de landbouw 1878
 1878

[p. 72]

	dinheiro que vou dando ao senhor João de Oliveira		tratei com [inint.]	
	aconta da [inint.] he o seguinte		10000 telhas [ilegível]	
	Por dinheiro - - - - -	1280		
	mais dinheiro - - - - -	1220	fes so Sinco milheiros	
5	meya coarta defeijaõ	500	por 15\$00	
	toca aodito endinheiro	<u>14500</u>	mais <u>3\$000</u>	
		17500	18\$000	
	Deve o senhor Francisco Antonio			
	Por meya coarta defarinha . . .	500		
10	8 Libras decarne	640		
	do compadre Jeronimo . .	2000		
	endinheiro que lhe dey	2560	Deve o cardozo defarinha	160
	de ferro 2 Libras emeia ___	600	de carne - - -	160
	de huma [inint.]	800	meya coarta defarinha	500
15	2 meyo desola e 2 couros	1920	mais 2 Libras decarne . .	120
	2 a Robas decarne . . .	5120	dinheiro que dei ao Mestre Euzebio	500
	meyo alqueire defarinha	2560		
	Soma pago	15900	huma coarta defarinha	1000
20			Com certo do ferro	<u>160</u>
			ente [inint.][inint.]	Soma <u>2600</u>
			8 Libras decarne	320
			2 Libras decarne	320
			de carne	160
25			8 Libras decarne	<u>320</u>
			pago	3720
			Deve Francisco Antonio que	
			vem detras	
			he o seguinte - - - - -	2580
			1 coarta de aros	480
30			aros e carne	640
			1 coarta de aros e 8 Libras decarne	640
			1 coarta de [inint.]	480
			aço e calco do maxado	720
			4 Libras decarne	160
35			aros e Sabam	<u>640</u>
			Soma	<u>6340</u>
			abateuce	<u>4320</u>
			Res ta	<u>2020</u>
40			8 Libras decarne - - - - -	320
			meyo alqueire de aros . . .	360
			3 Libras de [inint.]	120
			6 Libras decarne - - - - -	240
			4 Libras decarne - - - - -	<u>240</u>
			Soma	3300

79 do Loui Loui Anjo gran dty	4800	6 do Loui Loui	30
hi vely	37	8 Conte de Louy dty	73
de laud est	46	28 g du aor allodunho	26
in A d'cland	46	indt	48
indt	48	2 do Loui Loui	42
indt de Loui	8	indt	44
indt	48	Conte de Loui	64
confr	64	indt	48
6 do Loui Loui	24	indt de Loui	30
indt pt. a Com Exm	000	4 gran de Loui Loui	1
de Loui	120	28 g du aor allodunho	700
indt	64	Conte de Loui Loui	26
Conte de Loui	6	indt	48
Conte de Loui	42	Conte de Loui Loui	28
4 gran de Loui Loui	48	28 g du aor allodunho	36
Conte de Loui	16	28 g du aor allodunho	82
Soma	20740	28 g du aor allodunho	12
	47600	Conte de Loui Loui	400
28 g du aor allodunho	0254	28 g du aor allodunho	428
Conte de Loui Loui	320	28 g du aor allodunho	280
Conte de Loui Loui	76	28 g du aor allodunho	61
Conte de Loui Loui	42	Soma	3070
Conte de Loui Loui	64	Conte de Loui Loui	30
Conte de Loui Loui	144	Conte de Loui Loui	46
	582	Conte de Loui Loui	424
	8000	Conte de Loui Loui	32
Conte de Loui Loui	218	Conte de Loui Loui	56
Conte de Loui Loui	48	Conte de Loui Loui	34
Conte de Loui Loui	48	Conte de Loui Loui	439
Conte de Loui Loui	48	Conte de Loui Loui	1000
Conte de Loui Loui	42	Conte de Loui Loui	284
Conte de Loui Loui	2500	Conte de Loui Loui	328
Conte de Loui Loui	720	Conte de Loui Loui	3000
Conte de Loui Loui	478	Conte de Loui Loui	400
Conte de Loui Loui	248	Conte de Loui Loui	561
Conte de Loui Loui	260		
Conte de Loui Loui	32		
Conte de Loui Loui	48		
Conte de Loui Loui	12		
Conte de Loui Loui	48		
Conte de Loui Loui	24		
Conte de Loui Loui	4200		
	736		

[p. 74]		Vem de tras - - - - -	7360
	do Senhor Jozé Antonio que vem detras	6 Libras decarne . . .	360
	hé osequinte	11000 1 coarto dearos efarinha . . .	730
	decarne efarinha	320 <i>dinheiro</i> que dei ao senhor Martinho	960
5	de 4 Libras decarne	160 <i>endinheiro</i>	480
	<i>endinheiro</i>	160 2 Libras decarne	120
	<i>endinheiro</i> ecarne	480 <i>endinheiro</i>	900
	defarinha	80 carne e sabaõ	440
	<i>endinheiro</i>	480 <i>endinheiro</i>	640
10	en farinha	640 <i>endinheiro</i>	480
	6 Libras decarne	240 <i>endinheiro</i> decarne	300
	<i>endinheiro</i> para a comadre Joanna	5000 1 pam desabam	100
	decarne - - - - -	120 <i>dinheiro</i> que dei aocapitam Antonio	<u>7000</u>
		[Fernandez	
	<i>endinheiro</i> - - - - -	640 carne eRapadura	260
15	carne seca	60 defarinha	180
	carne	120 meya coarta defarinha	280
	1 prato deSal doreino - -	480 <i>dinheiro</i> para Euzebio esabam	360
	farinha	<u>160</u> <i>dinheiro</i> darossa - - - -	[.]000
		Soma <u>20140</u> <i>dinheiro</i> davenda - - -	820
20		<u>17600</u> farinha	120
	Resta o senhor Jozé Antonio osequinte	<u>02540</u> Rapaduras	100
	ente hoje dia deNatal	<i>dinheiro</i> para oMatias - -	1280
	farinha ecarne seca	320 farinha - - - - -	280
	farinha ecarne	760 <i>dinheiro</i> - - - - -	<u>640</u>
25	mais decarne	120	Soma pago <u>30190</u>
	meya coarta defarinha	640	
	por 1 coarto decarne	<u>1440</u> decarne	300
		<u>5820</u> 1 prato desal	160
		<u>8000</u> por vara emeya debertanha	1340
30	ente hoje devo o Senhor Joze	<u>2180</u> 4 Rapaduras - - -	320
	Antônio osequinte . . .	1 quarta defarinha	560
	Por hum [inint] desal . . .	davenda . .	<u>340</u>
	1 coarta dearos	480 oque [inint] davenda . .	4330
	1 coarta dearos	480 1 boy	4000
35	1 pam desabam . . .	120 Por 4 covados debaetas	<u>3840</u>
	<i>dinheiro</i> para a farinha	2500 Por 2 Libras detabaco	1280
	meyo coarto decarne . . .	<u>720</u> Por vara emeya de combrainho	3000
		4780 Por vara de [inint]	<u>4000</u>
	29 de Janeiro 1809	<u>2189</u>	pago 5610
	ente hoje Deve o senhor Joze Antonio	2600	
40	<i>dinheiro</i>	320	
	1 coarta dearos - - -	480	
	<i>endinheiro</i>	120	
	1 coarto dearos	480	
	<i>dinheiro</i>	240	
45	<i>dinheiro</i> para oPrimo Joaquim - -	1200	
	[ilegível]	<u>1920</u>	
	soma	<u>7360</u>	

De alompe Martinho 360

De alompe Martinho 75
De alompe Ant. Martinho 20000

De oit. de São Paulo e sua
delegada e rend. em 18 de Junho de 1808
de 1808 p. m. e g. 770 600
p. m. e g. em 1808 p. m. e g. 770 600
p. m. e g. em 1808 p. m. e g. 770 600

De oit. e Martinho
São Paulo e sua delegada
oit. de 24000
p. m. e g. de 42000
p. m. e g. de 30000
p. m. e g. de 40000
De oit. de 13000
p. m. e g. de 76000

De oit. e Martinho São Paulo
delegada e rend. 8000
p. m. e g. 8000
Som 68000
Som 77000

De oit. de 6400
Som 84320
De oit. de 1568
v. m. e g. de 1568
outra de 1568

[p. 75]

	Deve o <i>compadre</i> J[?]ronimo 320		Deve o <i>senhor</i> Mathias José Ferreira	
			de enpres timo - - -	pago 4000
				Pinheiro
5			Deve o <i>compadre</i> Antonio Mathias	
			de enpre timo - - -	pago 2000
	Deve o <i>senhor</i> Ignacio José da Nun ciação		Dinheiro <i>que</i> gas to em man ti-	
	daboyada <i>que</i> lhemando em 11 de Janeiro		mentos este anno de 1808 para	
	de 1809 pelos meos es cravos <u>770600</u>		ode 1809 he o <i>Seguinte</i>	
	passou credito em maracares		de farinha ame u <i>compadre</i> [<i>inint.</i>]	36000
10	quando recebeo ogado em 23		para o mano Joaquim	12800
	de Janeiro <u>de 1809</u>		d e Rapaduras --	4000
			para o mano Joaquim de farinha. .	4000
			mano Joaquim	6400
15	Devo a <i>senhor</i> Martinho		a o mano Silverio	3200
	José da Costa de inprestimo		mais	2560
	o <i>Seguinte</i>	24000	mais defeijaõ	<u>12000</u>
	por ou tra ves	12160		80960
20	para o homem do Rio . . .	30000		
	mais endinheiro	<u>10000</u>		
	<i>dinheiro</i> da carne 1300 Soma pago	76160		
	Devo a <i>senhor</i> Martinho Joze			
	da Costa de inprestimo	8000		
25	mais endinheiro	1920		
	[ilegível]	<u>68000</u>		
		Soma	<u>77920</u>	
	devo mais		-6400	
		Soma pago	<u>84320</u>	
30		Recebeo	<u>100000</u>	
	Resta o <i>senhor</i> Martinho		<u>15680</u>	
	volta para			
	outra Lauda			

[p. 76]¹³⁸

			dinheiro do [inint.]	pago 1256
	Deveme meu mano Joaquim Pinheiro de inprestimo qua tro do blas - - . . .			
5		pago	51200	
	Vem detras que Deve Francisco Antonio [...] o seguinte			
	-----		3900	
	[inint.] - - - -		320	
10	Carne		180	
	Rapadura		80	
	4 Libras de carne - - -		240	
	meyo prato desal - - - -		120	
	[inint.] do Martinho - - -		160	
15	1 coarta de polvora - - -		800	
	1 taxa pequeno - - -		600	
	o que axei da venda. . . .		640	
	carne		120	
	calço eaço do maxado		340	
20	1 Libra de açõ.		640	
	calço do maxado		320	
	[inint.] de 10		1200	
	vara emeya de pano de [inint.]		1200	
	meya Libra de açõ.		640	
25	calçar enpanar maxado		640	
	2 Libras de ferro		480	
	1 Requejao		<u>240</u>	
	ente hoje 8 de Fevereiro	Soma pago	<u>12860</u>	
	Dias do senhor Francisco daroxa são os seguintes			
				Deve meu compadre Severo das terras que comprou ao mano
				Silverio 12500
				rece by - 8000
				resta pago 4500
				Deve o senhor Manoel das Nevis [...] deresto
				davaca 2000
				Deve o senhor Manoel da Fonseca [...] por cuidar
				da boyada do capitam Serram
				morador no Rio São Francisco pago 4000
				Recebi por mão do Primo Vicente
				o Mandado por Luis.. 136600
				que deo o Cos todio na Barra 40000

¹³⁸ A numeração pula para a p. 78.

De of Comy d'Artois		De of Comy d'Artois	
deimprytime	100000	4 mapado	4
		ag apri d'Artois	64
		ind.	122
Duo as Demetrius 22/11		3 Couy d'Artois	24
dey. d'Artois d'Artois		30 d'Artois d'Artois	24
		4 d'Artois d'Artois	288
		30 d'Artois d'Artois	216
		4 d'Artois d'Artois	2400
		4 d'Artois d'Artois	160
		4 d'Artois d'Artois	8
		4 d'Artois d'Artois	48
		4 d'Artois d'Artois	64
		4 d'Artois d'Artois	48
		4 d'Artois d'Artois	32
		4 d'Artois d'Artois	32
		4 d'Artois d'Artois	476
		ind.	62
		4 d'Artois d'Artois	96
		ind.	192
		4 d'Artois d'Artois	32
		4 d'Artois d'Artois	32
		4 d'Artois d'Artois	400
		4 d'Artois d'Artois	38
		ind.	160
		ind.	16
		4 d'Artois d'Artois	42
		4 d'Artois d'Artois	96
		4 d'Artois d'Artois	96
		4 d'Artois d'Artois	384
		ind.	3822
		4 d'Artois d'Artois	6464
		4 d'Artois d'Artois	2642
		4 d'Artois d'Artois	24
		4 d'Artois d'Artois	48
		ind.	64
		4 d'Artois d'Artois	112
		4 d'Artois d'Artois	56
		4 d'Artois d'Artois	2030

[p. 78]

	Deve o senhor Tomas da Silva Ribeiro de inprestimo	pago 4000	Deve o senhor Joaõ Pereira 1 maxado	2400
			oque axei davendo	400
			de 1 Libra de tabaco	640
5	Devo ao Demetrio pago 42 varas de pano de Algodam _____		endinheiro - - - - -	1920
	Devo o demetrio o seguinte feitio do xapeo desol	500	3 covados de baeta	2400
10	3 covados de olanda	960	3 varas de pano de linho	2400
		<u>1460</u>	1 xapeo de braga - -	2880
	Vem somando o que deve O Mestre Joaquim		3 varas de pano de linho	2160
	o seguinte	68360	1 pano de ganga	2400
15			1 oitava [inint]	160
			duas Libras de ferro	480
			1 Libra de aço	640
			de calçar enpanar enxada	480
			de calçar enxada	320
			feitio da camisa , , ,	320
	Deve meu afilhado Joze do Sape do resto	4840	feitio das obras - - - -	<u>1760</u>
20			endinheiro - - - - -	1920
			por 1 meyo de Sola	960
			endinheiro - - - - -	1920
			meya Libra de aço	320
			calçar 1 maxado	320
25			7 varas de pano de Algodão	1400
			feitio da camisa e calças	560
			endinheiro - - - - -	1600
			endinheiro que deo Inocencio	160
			conta do Rol	420
			dinheiro que dei a Inocencio	460
30			1 [inint]	960
			oque dei a compadre <u>Joze Pinheiro</u>	<u>5840</u>
			Soma	<u>38220</u>
			abatendo o que	<u>64640</u>
			tem ganho que são	
35			Resto ao dito senhor ente	<u>26420</u>
			hoje 25 de Mayo de	
			1810 o seguinte	
			tres Rapaduras	240
			a despeza do [inint]	992
			endinheiro	480
40			huns xelins	640
			7 vara de pano de Algodão	1120
			feitio [inint]	
			ecalças	<u>560</u>
			pa sso para diante	Soma <u>4030</u>

De 07 Jone An. Defarunda	3420	ind. 1 ^o along	2000
Lady ony laka july enta huj	2000	De 1 ^o De lanta mudi	828
36. 8. 1. 2. 3.	128	De 2 ^o De lanta mudi	216
ind.	48	De 3 ^o De lanta mudi	
60. 01. 2. 3. 4.	8	De 4 ^o De lanta mudi	
4. 5. 6. 7. 8.	200	De 5 ^o De lanta mudi	
sara unyud dpt. d. 1.	24	De 6 ^o De lanta mudi	
4. 1. 2. 3. 4.	12	De 7 ^o De lanta mudi	
4. 2. 3. 4. 5.	8	De 8 ^o De lanta mudi	
unyo lanta d. 1. 2. 3.	32	De 9 ^o De lanta mudi	
unyo lanta d. 4. 5. 6.	256	De 10 ^o De lanta mudi	
ind.	24	De 11 ^o De lanta mudi	
unyo d. 1. 2. 3. 4.	16	De 12 ^o De lanta mudi	
4. 5. 6. 7. 8.	2000	De 13 ^o De lanta mudi	
2. 3. 4. 5. 6.	16	De 14 ^o De lanta mudi	
4. 5. 6. 7. 8.	32	De 15 ^o De lanta mudi	
unyo l. 1. 2. 3.	64	De 16 ^o De lanta mudi	
unyo l. 4. 5. 6.	64	De 17 ^o De lanta mudi	
unyo l. 7. 8. 9.	16	De 18 ^o De lanta mudi	
unyo l. 10. 11. 12.	48	De 19 ^o De lanta mudi	
3. 4. 5. 6.	5997	De 20 ^o De lanta mudi	
unyo l. 13. 14. 15.	4056	De 21 ^o De lanta mudi	
unyo l. 16. 17. 18.	4441	De 22 ^o De lanta mudi	
unyo l. 19. 20. 21.	704	De 23 ^o De lanta mudi	
unyo l. 22. 23. 24.	800	De 24 ^o De lanta mudi	
unyo l. 25. 26. 27.	16	De 25 ^o De lanta mudi	
unyo l. 28. 29. 30.	16	De 26 ^o De lanta mudi	
unyo l. 31. 32. 33.	32	De 27 ^o De lanta mudi	
unyo l. 34. 35. 36.	8	De 28 ^o De lanta mudi	
unyo l. 37. 38. 39.	24	De 29 ^o De lanta mudi	
unyo l. 40. 41. 42.	476	De 30 ^o De lanta mudi	
unyo l. 43. 44. 45.	64	De 31 ^o De lanta mudi	
unyo l. 46. 47. 48.	46	De 32 ^o De lanta mudi	
unyo l. 49. 50. 51.	16	De 33 ^o De lanta mudi	
unyo l. 52. 53. 54.	34	De 34 ^o De lanta mudi	
unyo l. 55. 56. 57.	16	De 35 ^o De lanta mudi	
unyo l. 58. 59. 60.	28	De 36 ^o De lanta mudi	
unyo l. 61. 62. 63.	26	De 37 ^o De lanta mudi	
unyo l. 64. 65. 66.	64	De 38 ^o De lanta mudi	
unyo l. 67. 68. 69.	4	De 39 ^o De lanta mudi	
unyo l. 70. 71. 72.	64	De 40 ^o De lanta mudi	
unyo l. 73. 74. 75.	4000	De 41 ^o De lanta mudi	
unyo l. 76. 77. 78.	36	De 42 ^o De lanta mudi	
unyo l. 79. 80. 81.	4	De 43 ^o De lanta mudi	
unyo l. 82. 83. 84.	64	De 44 ^o De lanta mudi	
unyo l. 85. 86. 87.	4	De 45 ^o De lanta mudi	
unyo l. 88. 89. 90.	12	De 46 ^o De lanta mudi	
unyo l. 91. 92. 93.	282	De 47 ^o De lanta mudi	
unyo l. 94. 95. 96.		De 48 ^o De lanta mudi	
unyo l. 97. 98. 99.		De 49 ^o De lanta mudi	
unyo l. 100.		De 50 ^o De lanta mudi	

De lanta Martenke

De 1 ^o De lanta mudi	1568
De 2 ^o De lanta mudi	4560
De 3 ^o De lanta mudi	1600
De 4 ^o De lanta mudi	2000
De 5 ^o De lanta mudi	128
De 6 ^o De lanta mudi	640
De 7 ^o De lanta mudi	64
De 8 ^o De lanta mudi	32
De 9 ^o De lanta mudi	800
De 10 ^o De lanta mudi	1000
De 11 ^o De lanta mudi	6580
De 12 ^o De lanta mudi	24
De 13 ^o De lanta mudi	36
De 14 ^o De lanta mudi	64
De 15 ^o De lanta mudi	864
De 16 ^o De lanta mudi	28
De 17 ^o De lanta mudi	48
De 18 ^o De lanta mudi	2000
De 19 ^o De lanta mudi	592
De 20 ^o De lanta mudi	80
De 21 ^o De lanta mudi	4
De 22 ^o De lanta mudi	4
De 23 ^o De lanta mudi	92
De 24 ^o De lanta mudi	37
De 25 ^o De lanta mudi	26
De 26 ^o De lanta mudi	64
De 27 ^o De lanta mudi	5624
De 28 ^o De lanta mudi	32
De 29 ^o De lanta mudi	80000
De 30 ^o De lanta mudi	4441
De 31 ^o De lanta mudi	287
De 32 ^o De lanta mudi	5473
De 33 ^o De lanta mudi	707
De 34 ^o De lanta mudi	4712
De 35 ^o De lanta mudi	4
De 36 ^o De lanta mudi	215196

[p. 80]

	Deve o <i>senhor</i> Jozé Antonio defazenda		endinheiro para o <i>compadre</i> Joze Antonio	
	todas [<i>inint.</i>] coartas justas ente hoje		[...]restan	
	8 de outubro de 1809 - - - -	34270	do para des contar nos dias a 160	
			cada 1 dia quando xeguei deb[<i>inint.</i>]	
	endinheiro - - - - -	2000 2000	
5	endinheiro - - - - -	1280	para ovigario 1280	
	6 covados debaeta - - - - -	4800	para oxavier 2160	
	meya coarta [<i>ilegível</i>]	[.]20		
	1 Len co azul - - - - -	800		
	vara emeya de [<i>inint.</i>]	1200	Deve o <i>Senhor</i> Marttinho	
10	4 Libras decarne - - - -	240	Joze da Costa o <i>seguinte</i>	15680
	1 Rapadura - - - - -	120	defazenda. . .	45600
	meyo coarlo decarne - - -	800		
	meya a Roba de Algodaõ - - -	320	1 bacia [<i>inint.</i>] dacama . .	1600
	endinheiro - - - - -	2160		
15	meyo pano de conga azul	2400	1 foice	2000
	1 oitava de Retros - - -	160	1 xapeo	1280
	2 varas de lefraste - - -	2000	1 meya do [<i>inint.</i>]	6400
	1 oitava de Retros - - -	160	endinheiro	640
	meya Libra de aço - - - -	320		
20	feitio dedois badames - -	640	devolta daes poras	3200
	1 coar ta defeijam - - - -	640	1 xopa de prata	800
	de ALguigeul dos negros - -	160	1 pale decamurca . . .	1000
	3 Libras decarne - - - -	180	deobras	6580
		54970	6 botoens amarelos	240
25	Rece by enjournal	10560	2 varas de pano de Algodaõ . . .	160
	Res tame	44410	endinheiro para os apateiro. . . .	640
	Rece by no Roda emoenda _____	7040	1 vara deber tanha	640
	dois formo ens groços	800	36 vara de pano de Algodaõ fino	8640
	1 coarta de aço - - - - -	160	mais 2 vara de pano.	480
30	18 preguinhos	160	feitio de manta	2000
	1 trava de inox	320	fei tio de 12 camizas de Algodaõ	1920
	desns cabeçar offero - - - -	80	endinheiro	800
	4 Libras decarne - - - -	240	40 preguinhos	400
	feitio das obras - - - - -	1760	endinheiro	4000
35	feitio darossa - - -	640	adispeza do jantar.	992
	meya coarta de farinha - - -	160	de con certo domaxado	320
	meyacoarta de farinha - - -	160	6 varas de pano de Algodaõ	960
	endinheiro - - - - -	340	feitio de duas cal ças.	640
	meyacoarta de farinha - - -	160	endinheiro	5624
40	[<i>inint.</i>] a farinha - - - -	280	endinheiro	320
	1 meyo coarto decarne - -	960	endinheiro de contado. . . .	100000
	1 a Roba de Algodaõ - - - -	640		
	mais do inprestado - - - -	4	44410	Soma
	1 couro de boy - - - -	640	9820	<u>215126</u>
45	dinheiro domello - - - -	1000		
	endinheiro - - - - -	960	54230 volta para outra	Lauda
	Concerto [<i>inint.</i>] - - - - -	160	<u>7040</u>	
	meya Libra de ferro	120	47190 res ta	
	Soma	9820	que paça para outra Lauda	91

211 1/2 ... 229 de Junks ...
 Com. 17 Carga ...
 3 de meta
 4 Cavalgada
 63 animas

Deo ...
 Deo ...
 Deo ...

[p. 81]

5	Deve meu compadre Manoel de Souza dinheiro de inprestimo pago 480	A 29 de Junho Sayo para a Barra com 57 cargas asaber 52 de Algodam e [inint.] 3 de moto lo tajem 4 cavalos ades tra que fazem 63 animais [inint.]
10	Devo ao senhor Martinho Joze da Costa de inprestimo o seguinte – <u>100\$000</u> devo mais endinheiro pago 5\$000	fico devendo a Antonio de Almeida o seguinte ----- pago <u>22000</u>
15		Deve Antonio de Almeida duas cargas de Algo daõ para esta safra <u>de 1809</u> Deve Maria Ribeiro duas cargas de Algo daõ para esta safra <u>de 1809</u>
20	Deve o senhor Joaõ Baptista dos Santos morador no Corralinho de hum boy ----- - pago 5080 Corralinho	Deve o compadre Joaquim dos Santos duas cargas de Algo daõ para esta safra <u>de 1809</u> ----- 6560 <u>480</u> <u>7040</u> Deve o compadre Antonio Matias três car gas de Algodaõ para es ta safra <u>de 1809</u> _____ receby duas cargas
25	Deve meu afilhado Joze de Resto do Boy pago 1840	Deve Maria Ribeiro duas cargas de Algo daõ para esta safra <u>de 1809 moradora no boy</u> _____
30		Deve o senhor Bernardo Joze de Souza 1 costal de Algo daõ para esta safra <u>de 809</u> _____ Deve o senhor Francisco de Souza Porto huma car ga de Algodaõ para esta safra <u>de 1809</u> deve outra para esta safra de 1810

[p. 82]

	Deve meo compadre Joze Antonio que vem de tras oSeguinte____	47090	<i>dinheiro que dou aosenhora</i> [inint.] pago	
				1280
	12 Rapaduras	120	<i>mais dinheiro</i>	. pago 1600
	tirado do rol dosenhora Martinho. . .	500		
5	meo coarto decarne fresca. . .	800		
	aço e calço de1 maxado	380		
	<i>dinheiro daRossa do compadre Jeronimo</i>	8000		
	2 Libras decarne.	120		
	1 coarta dearos	320		
10	carne eRapaduras	400		
	<i>endinheiro</i>	160		
	calçar omartelo	320		
	calçar omaxado.	<u>320</u>		
		Soma	<u>59110</u>	
15		abateoce	<u>7040</u>	
		Res ta	52070	
		aba teuce	<u>25900</u>	
	Res ta meo compadre	26170		
	paça para outra lauda			
20	os creditos que Luis Leva para cobrar são os seguintes em 20 de novembro de 1809			
	o do Paxeco hé daquantia		<u>45393</u>	
	o de Joze Rodriguez he de		<u>1012000</u>	
25	De João Rodriguez he de pago		<u>6500</u>	

[p. 83]

	Deve o <i>Primo senhor Francisco de Souza</i> de 3 pratos desal - - - -	960	no an no de 1808 perdy 12 es cravos de cainbas de Sangea ¹³⁹ perdy 300 cabeças de Gado decriar coma Seca perdy 2 burros <i>que mecus</i> taõ <u>10600</u> reis <i>que tudo andou</i> Por	<u>2800000</u>
5	1 boy Deve o <i>Joaquim Matias</i> - - - - Por 1 garrote dedois anos - - - decalçar 2 foices - - - -	4000 3000 640	Deve o mano <i>Joaquim Pinheiro</i> por 1 taxa de 24 <i>Libras</i>	page 24000
10	1 maxado calçado - - - - - 1 par dees tribos _____	320 1280	Por outro dito de 8 <i>Libras</i>	8000
	¹⁴⁰ Cargas de Algodão <i>que compro este</i> anno de 1809 <i>que da principio em</i> 23 de setembro e do fim a 25 do Dezembro de 1809 são os seguintes ao <i>Primo José Antonio de Brito</i> Cargas _____ C)##### o meu Irmaõ [<i>inint</i>] <i>Xavier</i>)##### <i>Antonio Matias</i> ##		Deve o compadre <i>Joaquim do Santos</i> Por 1 taxa de 24 <i>Libras</i>	page 24000
15	Joaquim dos Santos _I_ Almeida _#_ Maria Ribeiro _III_ Bernardo Jozé _+_ menlios #####_ Ino cen cio _+_ Francisco de Souza _I_ Antonio de Brito #####		Receby em hum Cavalo	16000
20	outra minha _I_		Resta	page 8000
25			Deve Tomas de Miranda morador no Maracá _____	3960
			Deve o compadre <i>Antonio Matias</i> <i>que volta do taxa que ten 18 Libras</i> o seguinte	10000
			por 1 boy	page 4000

¹³⁹ Cãimbra de sangue¹⁴⁰ Há uma mancha sobre o grafema.

[p. 86]

	oque voudando aAntonio deSouza naõ para lhe Levar <i>dinheiro</i> Sim para saber oque dou por <i>que</i> elle taõ bem naõ meleva <i>dinheiro</i> no tempo <i>que</i> esta a-					
5	prendendo desde <i>que</i> eu vim debai xo em te <i>odito que</i> secazar dahy endeinte hé <i>que</i> ade ven cer jornal pelo <i>que</i> nos ajus tarmos [<i>inint.</i>] huma vaca. 6400			depois dejustas nossas contas		
10	1 Rede de dormir 4000 12 varas depano para Ropa 2400 1 par dexinellos 0480 1 par de xelins 1000 1 par dexinelos pago 480			Deve o Mestre Ignacio <i>que</i> vem de tras 3030 <i>endinheiro</i> 320 conta davenda 2800 mais doLombo 320 mais <i>endinheiro</i> 320 sabão 50 meyo fras co deagoa <i>ardente</i> 320 mais meyo frasco 320 mais meyo frasco 320 mais meyo frasco 320 meyo frasco 320 meyo frasco deagoa 320 <i>que</i> deo onegro dajerema 80 [<i>inint.</i>] 180 mais meyo fras co 320 2 Rapaduras 240 meyo frasco 320 1 Rapadura Sabaõ 240 fumo 80 Conta davenda <u>540</u>		
15				Soma <u>10760</u>		
20				<u>360</u>		
	Deve omano Silverio 8 Libras de ferro 4280			pago <u>11120</u>		
25				por 3 varas depano delã 2400 1 xapeo 3000 4 varas emeya depano 720 1 vaca 6000 1 arma defogo 10000		
30				8 Rapaduras 640 1 colher depedreiro 1280 1 coarta depolvora 640 <i>dinheiro</i> que dei ao Izidoro 1200 1 Rapa dura 80 1 Rapa dura 100 5 Rapaduras 500 <i>endinheiro</i> para oSouza 640 1 vara depano deAlgodão 1800 1 Rapadura <u>120</u>		
35				vira		
40				Soma evira pago 29120		
45						

[p. 87]

	[ilegível]		Deve João Angola de Resto doca valo	
	[ilegível]		oSeguinte	pago 4000
	oque [ilegível] compadre o senhor			
	Joze Antonio			
	oseguinte _____	26170		
5	[ilegível]	960		
	oque dei a compadre Joze Pinheiro	9560	Deve o Lucianno de Santa Barbara [inint.]	
	endinheiro	160	de Rapa duras	
	adispeza do jantar	992		
	dinheiro que o meo cunhado _____		Deve mais	6000
10	Francisco por	2460	Deve mais seis fras cosdagoardente	
	calcar o martelo	460	a Selo	pago 2880
	1 coarta de polvora	320		
	1 prato de Sal do Reino	320		
	2 ferros [inint] carne	1140		
15	4 Libras de carne	340		
	1 Rapadura e 2 Libras de carne	220		
	2 Libras de carne	120		
	dois do Servico do negro	320		
	1 Rapadura	120		
20	endinheiro	60		
	4 Libras de carne	240		
	papel 1 caderno	<u>160</u>		
		Soma	<u>40242</u>	
	abate o que o dito		Levou o senhor Tenente Manoel Carlos	
			33/84	
25	ganhou de jornal	<u>25280</u>	deprata para a Fazenda	
		Soma Resta	en 10 de [inint.]	
	odito meo compadre	<u>1496¹⁴⁶2</u>	Deve o senhor Alferes [inint.]	
	ente hoje 30		de in pres timo	10\$000
	de Dezembro de 1810		Resta o dito senhor a Sima pago	5\$000
30	ficam Restando o [inint.]			
	cionado da conta de			
	quatorze mil noventa e seis			
	senta e dois Réis que pasa para			
	outra Lauda			
35			Deve o senhor Manoel Carlos das contas	
			atrasadas e agora quando pasou para	
			baixo	
			oseguinte	3920
	empres tei a meo compadre o senhor			
	Isidoro pago	4000	mais 4 Rapaduras	
	dias de José vintens <u> </u> pago		que mandou buscar o [inint.]	<u>320</u>
			Soma	4240
40				1000
				5240
				<u>3000</u>

¹⁴⁶ O valor está rasurado.

170
 171
 172
 173
 174
 175
 176
 177
 178
 179
 180
 181
 182
 183
 184
 185
 186
 187
 188
 189
 190
 191
 192
 193
 194
 195
 196
 197
 198
 199
 200

128.
 64.
 32.
 256.
 192.
 8960

Di. al. S. Maria Tonia
 2000
 32.
 36.
 64.
 256.
 32.
 64.
 64.
 128.

128.

[p. 88]

	o senhor Manoel [<i>inint.</i>] Deve das			
	[...] Ripas			
	Joaõ Pereira compadre Joze Antonio			
	tiraraõ Ripas dois dias	1280		
	Francisco Antonio [ilegível]			
5	4 dias	1280		
	lixou dois dias	640		
	omosso que aLuguei para		Deve aSenhora Maria Jozé	
	cerrar	320	trinta vara depano deAlgodão	
	para tirar paos por serra			Resta 2000
10	Joze Antonio Antonio deSouza		<i>dinheiro que vou dando aoMestre</i>	
	[<i>inint.</i>] Antonio	960	Ignacio fora dos seos por mais que saõ	
	Joaõ Pereira por serrar oito dias	2560	saba dos eoutros por que [<i>inint.</i>]	
	Antonio deSouza para serrar		dein pleitada [<i>inint.</i>]	3200
	seis dias	<u>1920</u>	mais	960
15	oque Deve o senhor Manoel Soma	8960	mais	640
	[<i>inint.</i>]		mais	640
			mais deduas semanas.	2560
			mais de saba dos	320
			mais	640
20			mais	640
			mais	1280
			1 semana por	pago 1280

[p. 89]

omano Joaquim [inint.] do compadre Vences Lao pago 1840	Comprey hoje 21 de Junho de 1810 seis bestas muares para omano Jozé Pinheiro Pinto apreço de trinta mil Reis cada huma por tempo de hum
5	anno a Saber tres maxos etres mulas cujas compras a o senhor Vicente Ferreira Fro es de que pa Sey obrigacam Brejo do cam po Seco
10	Antonio Pinheiro Pinto odito meo mano me passa credito <u>amim [inint.] da conta a Sima</u>
15	Entrou por feitor o Ita Lianno Francisco Antonio a 26 de Julho de 1810 ganhando por anno a vinte cinco mil Reis
20	Recebi pelo Primo Vicente que o Luis mandou do Paxeco 163000 Receby que Luis mandou por Antonio do Paxeco. 12000 [ilegível] Receby por Joze Joaquim 198000
25	odito [inint.] [inint.] a Sima Por 1 fras co de agoardente 640 Por 3 varas de pano de Algodão [inint.] 720 mais [inint.] de agoardente 480 Com certo dabota pago 160
25	Deve o senhor Manoel Joaõ Somas Bortelho pago 1280
25	Emprestou os nove milheros detelhas que fes o senhor Joaõ Oliveira 54000 Rece beo odito senhor - 18400 Res to en adito pago <u>35620</u> <u>1600</u> 20

Deig domus...	19260	Deig domus...	19260
...	64	...	64
...	436	...	436
...	64	...	64
...	36	...	36
...	32	...	32
...	10	...	10
...	480	...	480
...	32	...	32
...	24	...	24
...	21460	...	21460
...	1920	...	1920
...	1959	...	1959
...	6000	...	6000
...	256	...	256
...	96	...	96
...	4420	...	4420
...	4600	...	4600
...	4200	...	4200
...	96	...	96
...	4000	...	4000
...	4	...	4
...	24	...	24
...	38580	...	38580
...	13000	...	13000
...	25580	...	25580
...	640	...	640
...	6	...	6
...	200	...	200
...	100	...	100
...	24	...	24
...	700	...	700
...	380	...	380
...	2	...	2
...	27200	...	27200

[p. 90]

	dias de meo compadre Joze Antonio que ganh ou jornal de ataca cada hum dia o primeiro de Janeiro de 1811 o hé ou Saõ os Seguintes		Deve meo compadre Joze Antonio que vem detrás o Seguinte	14960
)		endinheiro	640
5)		endinheiro	4360
)		jornal do escravo nomato	640
)		Sustento	
	Deve Antonio de Souza	960	6 Libras de carne	360
	endinheiro	4000	1 coarta de [inint.]	380
	por duas vacas [inint.] _	12000	1 Rapadura	100
10	endinheiro que dei ao compadre Joaquim	4000	24 pregos	480
	2 vacas - - - - -	12000	meya coarta de polvora	320
	10 Rapaduras	800	4 Libras de carne	240
	1 meyo de Sola	320		
	Con certo do maxado	800		Receby _ 1920
15	duas vacas Cor das	12000	1 vaca	6000
	Por 1 cobertor de popa	3000	2 folhas de Serra	2560
	32 Rapaduras	2560	2 badames	960
	dexita 7 covados	2520	2 formoes Largos	1120
		54960	1 enxada de carapina	1600
20	Em te	6000	12 barrumas	1200
		48000	6 ditos soalhos	960
		12800	50 Rapaduras	4000
		35200	2 dias ovences Lao	400
		68000	Por 3 Rapaduras	240
25	Resto ao dito	32800		38580
	Rece beo hoje	15000		Receby 13000
	Resto ao dito	17800	Resta do meo compadre ente hoje o primeiro de setembro o Seguinte	
	Soma ente		de 1811 o Seguinte endinheiro	
	hoje primeiro de setembro Deve o dito	6000	de 1811 o Seguinte endinheiro	640
30	dei mais endinheiro	3000	carne	60
		12000	[ilegível] 1 xapeo	200
	mais que dei ao Roxa	320	meya coarta de farinha	100
	1 vaca gorda	6000	1 coarta de farinha	240
	endinheiro o Seguinte	6000	hum dia dois escravos	400
35	pago abatendo-se	33320	1 rapadura	100
		17800	aço carne	380
		15520	1 coarta de farinha	200
	Soma 15580/	15520		
		147		
			Soma	27900
			evira para outra pagina	

[p. 92]

	Deve o <i>senhor</i> Martinho Joze da Costa o que vem da outra Lauda <i>endinheiro</i> hé o seguinte		Deve meu compadre Antonio de Souza que vem detras somando o seguinte _____ pago <u>15590</u>
5	vem pago	215196	ente hoje 25 de Janeiro de 1812
	feitio das camisas	1980	ajustei contas com meu compadre
	feitio [ilegível]	320	o <i>senhor</i> Antonio de Souza fico lhe
	Receita da Barra	13320	Res tando o seguinte. pago 7000
	1 xapeo de braga	2240	
10	<i>endinheiro</i>	640	
	<i>endinheiro</i>	12000	
		<u>320</u>	
			3 de Fevereiro de 1812
	Soma pago	<u>246016</u>	Deve meu compadre Antonio de Souza
	8 Libras de tabaco	2560	
15	2 ferros goivos	640	o seguinte Por 1 faca cabo de prata 2000
	<i>endinheiro</i>	160	dei <i>endinheiro</i> em 4 de Março 8000
	para o Padre	80	dei <i>endinheiro</i> - - - - - 2320
	da Alforria do cabrinha	50000	1 vaca gorda - - - - - 6000
	Soma pago	<u>299456</u>	mais huma vaca 6000
20	abatendose	<u>572400</u>	2 Libras de tabaco 640
	Resto o seguinte pago	<u>272944</u>	folha de flandes 80
	4 frasco de agoa ardente	320	Manoel Raimundo 2 vacas 12800
	dinheiro de abatimento ..	<u>9000</u>	<i>endinheiro</i> 80
	abatendo-se	<u>9320</u>	<i>endinheiro</i> 80
25	Resto eu aodito pago	<u>263624</u>	pago <u>37200</u>
	pasei para outra Lauda N <u>107</u>		<u>mais 16 [ilegível]</u>
			[<i>inint</i>] 20 de Junho
	Deve o <i>senhor</i> Martinho Joze da Costa		de 1812 ajustei [<i>inint.</i>] [<i>inint.</i>] meo
30	de in pres timo pago 100000		compadre [<i>inint</i>] de Souza e [<i>inint.</i>]
	mais <i>endinheiro</i> pago 16000		[<i>inint.</i>] de todas as partes e [<i>inint.</i>]
			[<i>inint.</i>] feitos e por fazer o seguinte
			salvo erro ... pago 12960
	Devo ao dito <i>senhor</i> asima de in pres timo		
	o seguinte <i>endinheiro</i>	20000	
35	mais <i>endinheiro</i>	30000	
	mais <i>endinheiro</i>	28160	
	mais <i>endinheiro</i>	90000	
	mais em 2 borros	<u>102372</u>	
	Soma pago	<u>270533</u>	
40	mais <i>endinheiro</i>	<u>4000</u>	
	vira para deinte N ^o 107		

[p. 93]

	obras [inint.] que quito com o Roxa heoSeguinte			oTrato destas h obras he pagar acaba da que seja cada obra [inint.]	
	Por 59 portas ejanelas a128	69120		Receber apaga _____	
	Por 85 cola estras a 320pago	27200		cada conta Soalhado	4500
5	Por 1 carro de 6 poloes de [inint.] forrado	12000		aSola grande	25000
				aSola pequena	8000
				aSola dooratorio	8000
				12 cadeiras a 1200.	
10				cada banco deencosto	3200
				cada meza pequena	3520
				acabar ameza do Tomas	5500
				aPorta dealmofadas do ora toro	6000
	obras deinpleitada que ajusto com			11 catres 5 torniados	
15	meu compadre Jozé Antonio e Antonio Souza			eseis Lisos a 1600	17600
	Por 8 coartos e 2 sollos soalhodos	+69000		1 moenda pequena	4000
	Por 12 cadeiras	1440		para o engenho	
	Por 2 mez as de gaveta de 7 palmos	7040		_____	
	Por acabar ameza grande	+5500		Deve o Senhor Joaõ Baptista <↑digo vaca>	
20	Por 3 ban cos de em cos to de 20 palmos	9600		por hum boy apagar em 15	
	Por 1 porta dealmofadas	+6000		dias Sin co mil res epor hum	
	Por 12 catres torniado alias 5 tornia ^{dos} /	3200		mês 5500 mais 1 Rapadura 2800	
	Por 1 mo enda pequena.	+5000		_____	
	demudar o Engenho ecaza	8000		Receby 4000	
25	[.]oes gra des [.] Sello . . .	+4800		_____	
				Receby 4000	
	en gra dar os mesmos	+6400		_____	
	3 cabides comprados	+4800		22 de Julho de 1811	
	10 [inint] pequenos	12800		Receby _____	4000
				_____	Rest a - - - 1580
	obras deinpleitada que ajusto com			obras deinpleitada que ajus	
30	Joaõ Rodriguez [inint]			to com o senhor Martinho	
	Por 24 [inint] inteiros a 960	23040		1 portao	pago 2560
				1 comoda	pago 8000
	enpleitada que ajusto com Antonio				
	deSouza 67 portas ejanelas				
35	a quatro patacaspago	85760			

[p. 94]

	Deve meu Afilhado Francisco Antonio		Deve o compadre Joaquim [ilegível]	
	Por 1 Libra de ferro	240	Por 60 [inint.]	1280
	1 coarta depolvora	640	Resto do dinheiro da [inint]. .	240
	1 barco	4000	deinprestimo pago	960 ¹⁴⁹
5	1 Libra de aço	640	16 cravos do tropeiro.	320
	1 prato de Sal	200	2 cadernos de papel.	400
	1 Rapadura	80	1 couro derres.	320
	1 coarta depolvora	640	dinheiro do Baptista do Brejin ho	<u>6000</u>
			pago	
	calçar 1 maxado	<u>320</u>	Soma pago	<u>8160</u>
10		<u>6760</u>		
		<u>6760</u>	[inint.] pano dexita e 1 Lenço	8800
	pago	<u>0040</u>	que dei ao Brito _____	3500
	dias que odito trabalha a 320		demeya Libra depolvora que	
15			deo aocapitam demato	1000
	<u>)))))))))))))))))) pago</u>		dinheiro que Luis gastou em [inint]	16000
	Deve o senhor Francisco da Roxa	3000	Selo dos es critos de [inint]	180
	Por 1 Serrote grande	200	dis pesa para boys de Joaõ	3200
	2 Libras de açúcar	1240	dinheiro [inint] de Joaõ	2000
20	dinheiro que dei	600	dedisimo do treanno paçado	<u>3000</u>
	endinheiro	2560	por tres alqueires defeijaõ	[.]000
	endinheiro	<u>640</u>	endinheiro	20000
	dinheiro que dei o o ferreiro	8240	dinheiro para [inint.] para Jaguar	
	Soma pago		que Levou Francisco Rodrigues	<u>10000</u>
25			Soma	<u>73790</u> ¹⁵⁰
	Deve meu mano Brito	8660	meya Libra [inint]	320
	Recebi em humpotro	<u>6000</u>	calço eaço domaxado pago	640
	Res ta	2600		
30	dinheiro que Geraldo [inint]	<u>5000</u>	Deve o compadre Joze Pinheiro	
	Soma	<u>7600</u>	de ajuste de contas hoji	
	Rece by	<u>1280</u>	12 de Abril de 1814	
	Resta pago	<u>6320</u>	oSeguinte pago	52800
			[inint] vintemil	
			reis que elle [inint] [inint]	20000

¹⁴⁹ Valor rasurado¹⁵⁰ Valor rasurado

[p. 95]

	[ilegível] Jozé			
	[ilegível] depedra degis		Leva o compadre Joze Pinheiro	
	[ilegível]			
	oseguinte	15000	Pinto dois creditos para cobrar	
5	Receby - - - - -	<u>7500</u>	1 de Jozé Rodriguez de	557400
	Resta para dar em outubro de		outro do Paxeco	<u>133930</u>
	1817 _____	<u>pago 7500</u>		<u>691330</u>
			Recebi do compadre Meira	<u>100000</u>
			Res ta _____	<u>591330</u>
10	Deve o Mestre Ferreiro de Bom			
	Jesus dinheiro do Laureanno	2800	Cobrou endinheiro de Joze Rodriguez	<u>30000</u>
	Jornal de vences Laõ	1600		<u>561330</u>
	deduas Limas	pago 640	tirando do Paxeco	<u>133930</u>
			Res ta Joze Rodriguez _____	<u>427400</u>
15	Deve o senhor Theodozio [inint.]		para as caçambas de ferro	
	Por 1 par dixinellos	480	12 Libras Joze de Souza _____	2400
	[inint.]	160	Feitio das caçambas _____	
	[inint.]	1280	feitio dos paos	pago 1280
	1 parilha de couros	640		
20	hum [inint.] couro	320		
	mandar faser o eLvado [inint.]	320	Deve o Manoel Gomes en dinheiro pago	3000
	1 tizoura	640		
	1 banda do garrote.	1000		
	1 es tojo de navalhas _____	1280		
25	1 es pelho _____	400		
	1 Len ço de tabaco _____	480		
	1 canivete _____	<u>640</u>		
	1 [ilegível]			
		Soma pago 7000		
30	4 rapaduras	320	dispesas que fis coma xegada	
			do [inint.]	pago 5000
			para o mano pagar [inint.]	

Deve o senhor Jozé Ferreira de rapaduras
pago 560

De men Compañia Antonia		De men Compañia Antonia	
30. Degr. de la	27.00	de la Compañia	27.00
4 ferr. de mulo	4.00	4 Compañia de la	30.00
Carne emitho	36.00	indr.	16.00
4 Costa de mar	32.00	indr.	32.00
4 par de f. de mulo de p. de la	46.00	indr.	36.00
Carne de la	6.00	indr.	256.00
4 vara de p. largo	8.00	indr.	55.00
4 requijis de la	36.00	indr.	66.00
Carne de la	120.00	indr.	4300.00
4 Costa de p.	200.00	indr.	6200.00
indr.	8.00	indr.	4040.00
4 requijis	40.00	indr.	6304.00
Soma	3524.00	indr.	4000.00
abuel de la	64.00	indr.	6704.00
4 Costa de p.	16.00	indr.	6624.00
4 requijis	64.00	indr.	908.00
4 requijis	24.00	indr.	3728.00
4 Rapadura de requijis	38.00	indr.	
Soma	3728.00		
De men Compañia Antonia		De men Compañia Antonia	
4 Costa de p.	160.00	4 Compañia de la	152.00
4 requijis	200.00	4 Compañia de la	32.00
indr.	64.00	4 Compañia de la	16.00
p. a Compañia de la	32.00	4 Compañia de la	36.00
4 par de mulo	78.00	12 Compañia de la	22.00
3 Compañia de la	48.00	5 Compañia de la	200.00
3 Compañia de la	48.00	4 Compañia de la	200.00
4 Compañia de la	46.00		
indr.	32.00		
Soma	3820.00		
Soma	464.00		
Soma	152.00		
De men Compañia Antonia		De men Compañia Antonia	
1 par de mulo		1 par de mulo	

[p. 98]

<p>Deve o senhor João Ferreira morador em São Domingos huma carga de Algodão em brocada de Seis a Robas de Lam que ja Recebeo o seu produto de 12000 em 4 de Julho de <u>1812</u></p> <p>Deve mais 4¹⁵¹ cargas namesma confirmada a Sima pago</p> <p>Deve o senhor Bernardo José de Souza huma carga namesma confirmada a Sima era ad Supra _____</p> <p>Deve mais o dito senhor a Sima huma carga namesma confirmada a Sima era ad Supra _____</p> <p>Deve o dito senhor a Sima que abonou ao Dionisio hum costal de Algo daõ para dar tudo isto em fins de <u>setembro de 1812</u> 3 cargas</p> <p>Deve o Senhor Alferes João Moximo de inprestimo <u>endinheiro pago 6400</u> morador em Contendas</p>	<p>tomei enprestado 16\$000</p> <p>aos senhor Martinho para o mano Silverio para adis pesa do Eduardo</p> <p>Deve o compadre Baptista Por 16 rapaduras pago 1280</p> <p>Deve o compadre Baptista Por 32 rapaduras pago 2560</p> <p>Deve o compadre Manoel Gomes endinheiro 3120</p> <p>1 fex adura - 1280</p> <p>mais rapadura 800</p> <p>para ades obriga pago <u>1280</u></p> <p>[.]200</p> <p>pago <u>6480</u></p> <p>Resta pago 680</p>
<p>o Martinho pago por elle</p>	

¹⁵¹ Valor rasrado

72.
 4000
 tanto un men pades
 dom en el año de 1720
 o. g. 4000

ad. m. de... 480
 ad. q. pragu... 480
 2 rap... 160
 ind... 320
 ind... 560
 mij... 320
 mij... 80
 Total 2440

as lincia 4000
 ... 6000
 ... 4000
 ... 47500
 ... 82000
 ... 48200
 ... 28300
 ... 65300
 ... 32000
 ... 87000
 ... 40000
 ... 40000
 Total 177870
 ... 20000
 ... 135840
 ...
 ... 135000

...
 ... 200000
 Total 2209560

[p. 99]

	Eu devo a madre Luzia endinheiro 2720 mais endinheiro 4000		
5	tenho em meu poder domeu escravo Jacinto oSeguinte —————	4000	Deve o Senhor Bernardo Joze [inint.] duas cargas de Algodão em soma de Seis a Robas cada huma para [inint.] dar em Dezembro de 1811 postas aqui nesta Fzaenda do Campo Seco [inint.] pago [ilegível + 9 linhas]
	odito medeve <u>derrapaduras</u>	480	
10	dinheiro que paguei o Roxa do Almeida	480	
	2 rapaduras -----	160	
	endinheiro	320	
	endinheiro	560	
	mais	320	
15	mais	<u>80</u>	ao Cien cia 102000
	Soma <u>2400</u>		que deo ao Martinho 600000
	Deve Jacinto que dei ao Lopes		dinheiro que dei ao Mestre Euzebio 40000
	endinheiro ----- pago 640		dinheiro dimpleitada ao compadre Joze [Antônio 60000
20			jornal do dito Joze Antonio 172800
			dinheiro ao compadre [inint] ... 12800
			[inint.] [inint.] Pereira 112000
			dinheiro ao Cardoso 12000
			dinheiro ao Francisco Antonio 32000
25			Jornal do Mestre 283200
			enpleitada [ilegível] 61320
			Jornal de Antonio de Souza 32000
			de Soalhar acaza. 87000
			enpleitada do dito Souza 100000
			dinheiro de Francisco da Roxa <u>41600</u>
30			Soma — 1748720
			Manoel Rodrigues ————— <u>20000</u>
			Ente hoje o primeiro de ... 135840
			de Março digo de
35			Junho de 1812 [inint.] o seguinte
			ferraje 435000
			Pinheiro
			Pintura <u>300000</u>
			Soma 2204660

De o. lomp. Antonio
 de souza o. lomp.
 P. humada... 7500
 de souza de lomp. 2500
 unby 999.00

De o. lomp. Antonio
 souza de lomp. 6400
 de o. lomp. Antonio
 Davala - 32.
 fupis - 672.

De o. lomp. Antonio
 P. l. Costa de lomp. 200
 P. l. Costa de lomp. 480
 P. l. Costa de lomp. 60
 P. l. Costa de lomp. 200
 may 6 (17) lomp. 36.
 pg 1300

De o. lomp. Antonio
 de Almeida - 13200

De souza Cabral morada
 no lis verde - pg 24000

De o. lomp. Antonio
 P. l. Costa de lomp. 640
 P. l. Costa de lomp. 6000
 P. l. Costa de lomp. 536

De o. lomp. Antonio
 de souza de lomp. 4200

De o. lomp. Antonio
 de souza de lomp. 13600
 de souza de lomp. 8000
 de souza de lomp. 2600
 unby de lomp. 69.
 unby de lomp. 32.
 de souza de lomp. 26.
 de souza de lomp. 164.
 de souza de lomp. 168.
 de souza de lomp. 332.

De o. lomp. Antonio
 de souza de lomp. 8000

[p. 101]

	Deve Antonio de Almeida dizimo de outubro té Junho de 814 pago 6000	Dei deesmola para a Ca pella do senhor Bom Jesus 2000 pregos Reparajem	8000
5	Deve o compadre Joaquim dos Santos de [inint.] de meunças de 811 te 1814 o seguinte 4000 Receby 2560 Resta 1440		
10	Deve Manoel Raymundo o mesmo o seguinte pago 1000		
15	Deve o compadre Jozé Antonio o mesmo o seguinte 640		
20	Deve o compadre Jozé Pinheiro do mesmo trianno o seguinte de meunças pago 6000 Joaquim Mathias o mesmo trianno Deve o seguinte 960	Gado domano Francisco que veyo para pagamento denoventa mil reis que tomei impressado ao senhor Martinho 15 cabeças a Sa ber 12 bois e 3 vacas	
25	Joaõ de Souza o mesmo trianno Deve 640	1 boi man ço vendido por 2 brabos vendidos a 6000 3 vacas vendidas a 4000 2 bois vendidos a 5000 4 bois de <↑re>fugo a 4500	8000 12000 12000 10 ¹⁵² 000 <u>18000</u> <u>60¹⁵³000</u>
30	Antonio Jozé Ribeiro o mesmo trianno Deve 2000	can cado 1 manco [inint] outro pintado can cado	<u>90000</u>
35	A comadre Joaquina o mesmo trianno Deve 640	outro carauna ficou no Largo	<u>30000</u>
40	o compadre Antonio de Souza o mesmo trianno Deve 4000 Felix Gomes o mesmo trianno Deve 640	o manço ficou nos quatos ajuntado grande nomaracá	

¹⁵² Valor corrigido. O valor anotado antes era de 15000.

¹⁵³ Valor também alterado em virtude da correção feita anteriormente.

[p. 102]

	Panos que vou dando o meu Primo o <i>senhor</i> Rodrigo de Souza Meira he o <i>Seguinte</i> 832 varas a 120 enposta	100\$672	
5	dois couros para infardar [<i>inint.</i>] mais [<i>inint.</i>] a 140	960 14\$000	
	mais trezentas varas ditos	<u>42\$632</u>	
	Soma pago 1[.] ¹⁵⁴	\$632	Tomei enprestada ao <i>senhor</i> Leandro Soares huma <i>Libra</i> etres coartas de Sera branca e 2 <i>Libras</i> ameo <i>compadre</i> Leandro Mosso ——— 8 de <i>setembro</i> de 1813 So devo duas <i>Libras</i> emeya de Sera pago
10			
	Deve meu afilhado Joze Lourenço por 8 covados dexita a 320	2560	
15	para <i>minha</i> afilhada 7 covados [<i>inint.</i>] dito..	<u>2400</u>	
		4960	
	Receby hum couro [<i>inint.</i>]	<u>640</u>	Deve o mano Francisco Pinheiro
	Receby aconta [<i>inint.</i>] Resta pago		Por 2 enxadas a 1760
	<u>5520</u> ¹⁵⁵		3520
20	[ilegível] do João Antonio		dinheiro de inprestimo pago 10000
	Deve meu <i>compadre</i> Manoel Lourenço demeya <i>Libra</i> de aço - - - - -	320	juros do credito <u>3750</u> do Timoteo ————— pago 17270
	o <i>senhor</i> Jozé Vences Laõ Deve ———		
	Por coarta defeijaõ	640 ¹⁵⁶	Deve o <i>Senhor</i> Joaquim Duartemorador no Gaviaõ por hun ancarote 960
25	meyo prato de Sal do Reino.	<u>160</u>	por hun fras co de agua ardente 320
		<u>800</u>	
	Receby 1 couro	<u>320</u>	Deve o <i>compadre</i> Manoel de Souza que paguei a capitam Fernandez . . 1540
	Resta pago	<u>800</u>	mais de inprestimo <u>320</u>
30	Deve meu afilhado Joze Lourenço que ficou de pagar por Manoel Joze [<i>inint.</i>] 1 boy mais 12 rapaduras	5000 <u>960</u>	Receby no potro .. <u>1860</u> o <i>Seguinte</i> <u>1000</u> Resta <u>pago 860</u>
	Soma	5960	
	<i>dinheiro</i> que dei a Joze [<i>inint.</i>]	4935	
35		10895	
	meyo Sorraõ de Sal	1500	<u>18315</u> Resta meu afilhado Joze Lourenço
	que paguei o sobriga	<u>640</u>	<u>05280</u> Salvo erro <u>13035</u>
	pago	<u>5280</u>	<u>935</u> Res ta das en comendas <u>800</u>
	[ilegível]		13035 [<i>inint.</i>] <u>13835</u>
40	Soma	<u>18315</u>	<u>passa por diante</u>

¹⁵⁴ Valor rasurado¹⁵⁵ Rasurado¹⁵⁶ Valores rasurados

[p. 103]

Tenho justo o canteiro
 Domingos Pereira para me fazer
 nove degrãos para as portas
 5 da frente do meu Sobrado
 tres para cada porta todas tres
 portas por trinta mil reis
 fazer e a sentar esta conta
 de dinheiro a justei a sa
 10 pata para as tres frentes
 da mesma caza por setenta
 mil reis para pagar em pano
 de Algo daõ ameyta pataca
 avara que tudo faz sem
 15 mil reis Cam po Seco 6
 de Janeiro de 1813
 Pinheiro
 o que vai tomando a conta —
 Deve o dito senhor a Sima
 20 por hum par dees pora de
 prata ————— 11000
 15 varas de pano [inint.] — 3000
 4 covados de baeta 2400
 feitiço de dois pares
 25 decalças 640
 feitiço de duas cami
 zas e duas Selouras 480
 5 varas emeyta de Algodão 1760
 endinheiro _ 960
 30 1 xapeo de Sol 6000
 1 estojo de navalhas 1200
 Sabaõ de barba 260
 feitiço de duas calças. 640
 pago 28340
 35

Tenho justo o Pintor Jozé
 Antonio Pinto para pintar as minhas
 cazas do Sualho para Sima tudo quanto per
 cizar pin tura oratorio pin ta do e
 doura do dando o dito pintor as tin
 tas e ouro por duzentos e sincoenta
 mil a saber noventa mil reis
 endinheiro e mais em pano de Algo daõ
 ameyta pataca avara campo Seco
 15 de Agosto de 1812
 Pinheiro
 do Sualho para bayxo a
 frente e a metade da caza
 por 35\$ reis em pano por preço a Sima
 o que vou dando ao dito senhor a Sima
 endinheiro - - - - - 4000
 mais endinheiro. 50000

o senhor Bernardino Vicente
 Por Covado emeyta de pano - - - pago 3000
 endinheiro - - - - - 640
 feitiço [inint] - - - - - 480
 1 oitava de r[?]tros - - - pago 160
 pago 4280

[p. 104]

	Noprimeiro de Junho de 1814	<i>dinheiro que dei a [inint.]</i>	
	Comprei quatro cargas de Algodão	por ordem do mano	
	elo de <i>o dinheiro inpotancia [inint.]</i>	Joze Pinheiro _____ [inint.]	
5	a Saber a vitorino 16\$ reis para Receber a Carga a 15 deste mesmo mes a Francisco Soares 30\$ reis para duas cargas Receber a 15 deste mes	ao Martinho [inint.]	
	Jozé Alves [inint.] por hum cos tal	mais <i>o dinheiro</i> - - - - - pago [inint.]	
10	a 15 de Junho deste mesmo anno [inint.] 7\$ reis por hum cos tal [inint.] mesmo mês [inint.] era ad Supra		
	<hr/>		
15	Aneleto por hum cos tal 7500 a 24 de Junho de 1814		
	<hr/>		
	a o senhor Francisco de Souza domo Cambo dei 7500 por hum cos tal de Algo da m a 24 de Junho pago 1814		
20	<hr/>		
		<i>dinheiro que mando o Primo Carvalho</i>	
		<i>dinheiro que dei ao Primo Silverio</i> 60\$000	
		<i>dinheiro que ganhou o Alfayate</i> 6\$960	
		<i>dinheiro que deve meo tio Domingos Gomes</i> 8\$000	
		Por 3 Coartas de <u>farinha para a tropa</u> \$960	
		<i>dinheiro que mandei por Pedro [inint.]</i> 300\$000	
		<i>dinheiro que vou mandando a meu</i>	
		Primo o senhor Capitam Antonio	
		Carvalho hé o seguinte	
		Pelo Ven ces Laõ em 20 de Agosto . . .	200\$000
		Pello Alexandre em 15 de Agosto	16\$000
		Pelo Leonardo em 13 de setembro . . .	170\$000
		de meya a Roba de tabaco	5\$120
		1 pano de Gongi [inint.]	3\$200
		o que ganhou o meu Alfayate	¹⁵⁷ 20\$000
		<i>dinheiro da liberdade de Jacinto</i>	80\$000
		<i>dinheiro que dei ao Padre [inint.]</i>	48\$800
		<i>dinheiro que dei ao Padre [inint.]</i>	[ilegível]
		7 de agosto	
		de 1815 - - - - -	<u>190\$000</u>
35		Soma	<u>673\$120</u>
		Abatimento do coatro _____	<u>56\$000</u>
		cargas que não receby as quebras dos Algodoes	29\$120
		domano Silverio _____	\$
40		quebras [.]s Algodoes _____	
		[inint.] Manoel Gonçalves _____	
		vira para a mesma Lauda em frente	

¹⁵⁷ Valor rasurado.

[p. 105]

15 de mayo de 1814	Fazenda da Serra das bestas [inint.] oque vou dando ovaqueiro das minhas bestas Antonio vieira he seguinte	que deo principio a 15 de Mayo de 1814	
5	Por meya coarta de farinha ¹⁵⁸ 160	Dinheiro que dei ao Capitam do Mato do Primo Capitam Antonio Carvalho da Fonseca he o seguinte endinheiro	+ 1920
	Por 5 Libras decarne - - - -	enpolvora - - - - -	+ 320
	4 [inint.]	ao utro Capitam do Mato por seguir	+ 4000
	1 Coarta defeijaõ	Soma	+ 6240
	1 rapadura	dinheiro que deo o compadre Meira . . . + ..	640
10	meya quarta de farinha	dei endinheiro a Jozé dacosta Borges	
	1 prato desal dorreino. . . .	por ordem do dito meu Primo Carvalho	+ 3200
	Meya Coarta de farinha	a outro Capitam do Mato que foi	
	1 garro te dano <↑digo boy> emeyo -	buscar [inint.]	+ 4000
	1 prato desal do Reino	avaca que ocabra matou	
15	decarne Seca	[inint.] que eu paguei.	+ 6400
	meya quarta defeijaõ.	dinheiro que dei a Ignacio Moreira	+ 10000
	meya [inint.] de farinha - - - -	Soma	30480
	3 Libras decarne - - - - -	dinheiro que dei para gastos [inint.]	640
	meya Coarta de farinha	Soma	31120
20	1 prato desal	adispeza do cabra	
	1 Libra de Sabaõ - - - - -	demeu Primo o Capitam Carvalho	
	meya 4/a defeijaõ - - - - -	mais endinheiro - - - - -	800
	Meya Coarta de farinha	Soma	31920
	feijaõ a 8 de Agosto		
	Soma		7880
25	em tres annos ganhou	Deve Joaõ Cerqueira - -	pago 320
		24 de Junho de 1814	
	duas Libras decarne	Devo ao senhor Izidoro da Fazenda	
	1 prato desal	de 1 cavalo	18000
	Rapadura farinha e Sabaõ	Recebo endinheiro	pago 10000
30	1 prato de Sal do Reino		
	Rapadura milho efeijaõ		
	1 pam de Sabam		
	1 prato de Sal		
	[inint.] 1 Coarta de farinha		
35	2 Libras decarne - - - - -	o senhor a Sima deveme	pago 480
	1 prato de Sal	Deve Anna Crioula da Copa	
	1 prato de Sal	o seguinte	pago 5000
	Por meya Coarta defeijaõ.	Deve o senhor Jozé Athanazio	
	Soma pago	das meyas de Seda	pago 3200
40			

¹⁵⁸ Valor rasurado

[p. 106]

	Devo aomano Joaquim Pinheiro pacou para deinte Vem deoutra Lau da pago	27310	
5			Tenho hum Credito pago que de via aodefunto Joaõ Alves [inint.] en Cargas deAlgodaõ de que tenho Recibo damaõ doSeo oleyero eomeu credito ainda estaõ em maõ do Capitam Nicolao ou de Dona Maria Micaella
10	o que vou dando ao dito mano Joaquim hé oSeguinte Por 1 cay xa nova - resto das duas cargas deSal dinheiro que dei ao mano Francisco mais huma carga desal	3000 3000 4000 4000	1800 Pinheiro
15	mais [inint.][inint.]omano Francisco[inint.] Res to pago	<u>8000</u> 22000 <u>27310</u>	Tenho outro Credito detrinta cargas deAlgodaõ que devia aosenhora Silverio deSouza Leite eja dei as ditas 30 cargas ameio Compadre oCapitam
20	Devo oDeziderio de tres bois pago	8000	Ven cesLaõ enaõ resgatei omeu credito que por naõ aver ocaziaõ meu Compadre Vem cesLaõ me [inint.] entrega pedindo lhe eu [inint.] vi Res [inint.] esta declaraçaõ por que
25	entrou omeo molato victorino para a obra domano Jozé Pinheiro a oprimeiro de Junho de 1814		poderia morrer 4 deMarço de <u>1800</u> Pinheiro
	Saio noprimeiro denovembro do dito anno		tenho Recibo das ditas cargas de Algodaõ do Capitam Ven ces Laõ

[p. 107]

	a Receita do mano Joaquim em portou em—	pago 86\$010	Devo ao Senhor Martinho Jozé da Costa de inprestimo que vem detrás o Seguinte	<u>274533</u>
5	Campo Seco o primeiro de Agosto de 1813		Recebeo hoje 28 de Julho de 1813 o Seguinte —	<u>128000</u>
			Resto —	<u>146533</u>
	Eu devo ao dito mano deresto do Algodaõ ..	77000	Devo ao dito senhor a Sima de inpres timo —	<u>100000</u>
10	Com o dinheiro dos bois que são abatendo . . .	<u>40000</u> <u>117000</u> <u>86010</u>	devo mais de in préstimo	<u>30000</u>
		Res to — 30990	Devo mais	6400
	descontado o resto 30990		Devo mais endinheiro - - - - -	20000
	daxita . . .	<u>4200</u>	devo mais	30000
15		Resto <u>26790</u>	Deve mais o resto de obras . . .	100000
	meya Libra de aco	240	oque devo ao senhor Martinho Jozé da Costa deresto da obra hé	
	mais meya Libra de aco	240	o Seguinte que vem detrás 28 de	
	davaca - - - - -	<u>4000</u>	Julho de 1813	263624
20		<u>4480</u> <u>26790</u> <u>22310</u>	o Senhor Martinho Jozé da Costa [inint]	
	dinheiro de Athanzio	<u>5000</u>	Recebeo o dito senhor a Sima enfazenda	1[.]00
		<u>27310</u>	dinheiro para os [inint] de Natal . . .	640
25	Devo ao mano João Pinheiro deresto do gado - - -	<u>24000</u>	dei ao dito a Sima endinheiro	<u>480</u>
	Resto ao mano Joaquim Pinheiro o Seguinte —————	27310	Recebeo o dito endinheiro a 14 de	
	abateuce pago		Fevereiro de 1814 o Seguinte —————	50000
			que dei a madre Luzia	640
30	Devo ao mano João Pinheiro do resto do gado das Almas - - -	<u>24000</u>	Hoje ajusto a minha conta com o Senhor Martinho Jozé da Costa que são 20 de Junho de 1814 efico restando o Seguinte	
	abatendo . .	<u>3280</u>	Soma	<u>5536654</u>
	Res to . .	<u>20720</u>		
35	dei enfazenda Seca —————		dis contando o dinheiro do João Maximo que são	<u>6400</u>
	4 covados em meio dexita a 480	2160	Res to —	<u>547294</u>
	vara em meya demorim a 640	960		
	meya [inint]	<u>160</u> <u>3280</u>		
40	dinheiro que mandei pelo Tenente [inint.]	<u>8000</u>	de inprestimo em 7 de	
	Res to pago	<u>12720</u>	Agosto de 1814 - - -	<u>10000</u>
			pago	<u>557294</u>

[p. 108]

	Deve o Senhor Martinho Jozé da Costa		Deve o compadre Manoel Pereira de Souza	
	Por 8 Libras de tabaco	1280	deresto de contas	5000
	endinheiro para a comadre Luzia	640	Receby en dois alqueires de farinha ..	1280
5	endinheiro a 11 de Março de 1815	2880		
	mais endinheiro	960	Resta o Almeida pago - - - - -	1480
	do que dei a meo compadre Antonio Souza	3000	Deve o compadre Joze [inint] do boy pago	4000
	em comendas que Luis [inint.] —			
	em 12 de Mayo de 1815 - - -	13720		
10	endinheiro a 18 de Mayo de 1815 —	40000	Deve o Mestre Ignacio por hum garrote	
	para as obras em Caitete	2400	detres anos - - - - -	3000
	endinheiro a 30 de Junho de 1815 —	1280	endinheiro que dei a conta dos	
		<u>86230</u>	tijolos para o Soalhar a _____	2000
			Caza	
	Recebeo em 21 de			
15	Agosto de 1815 —	<u>300000</u>		
		386230		
		557294		
	pago	<u>171064</u>		
		<u>557294</u>		
20	meu afilhado Alexandre		Deve o compadre Joze Antonio	
	Deve Alexandre meya Libra de polvora pago 640		morador no bom Jesus	2560
			Receby no banco	640
			4 Libras de carne - -	¹⁵⁹ 0240
			8 Libras de carne	480
25			Receby no acentar da Roda	480
			Receby de minha cabra Ines para goardar	2000
			Vem detras _____	<u>6880</u>
			pago	8880

¹⁵⁹ Valor rasurado

[p. 109]

		o <i>Senhor Vences Laõ</i>	
		Deve Por 1 <i>Libra</i> de aço pago	640
	o <i>Primo Antonio de Souza</i>		
	Por 5 <i>Libras</i> de ferro ———		
5	Por 2 ditos de aço ———	Resto a <i>compadre Jozé Pinheiro</i>	
	fica Sem vigor o <i>que</i> passa da	de ajuste de contas das cargas <i>que</i>	
	obrigação <i>que</i> o <i>mano Jozé Pinheiro</i>	foraõ para o <i>Pereira</i>	<u>18474</u>
	Deve o <i>Joaõ Gonçaves</i> <i>que</i> sou eu	8 de <i>novembro</i> de 1814 ———	
	o <i>que</i> devo e <i>uma</i> obrigação	ficando por pagar o <i>dito</i>	
10	<i>que</i> pa <i>Sey</i> ao <i>dito</i> meu <i>mano</i>	os <i>tento</i> de 4 burros	
	Esta <i>tambem</i> sem vigor ne-	para <i>bay</i> <i>xo</i> e para <i>Sima</i>	
	hum [<i>inint.</i>] hé pros <i>sedida</i> <i>domesmo</i>	[ilegível] da 4 cargas de <i>Algodaõ</i>	
	<i>gado</i> 22 de <i>Dezembro</i> de 1814	<i>que</i> esta indeciso de pagar ou não	
	<i>Pinheiro</i>	o <i>que</i> devo a <i>oma</i> a <i>Sima</i> hé -	
15		o <i>Seguinte</i> ———	18414
		mais de ajuste de contas —	
		em [.] 4 de <i>novembro</i> de 1814	<u>13140</u>
	Devo a <i>mano Jozé Pinheiro</i>		
	Sem mil <i>reis</i> ente o <i>dito</i> pagar	dei a <i>Joze de Souza</i> ———	Soma <u>31554</u>
20	ao <i>Timoteo</i> <i>que</i> <i>mein</i> prestou		Res to <u>18754</u>
	para a compra da <i>Pedra</i>	des contando os <i>tento</i>	
	<i>branca</i> em dois de <i>Mayo</i>	detres <i>bezerros</i> para <i>bay</i> o	
	de 1812 a <i>ojuros</i>	para <i>Sima</i> a 2000 . . .	<u>6000</u>
	Sin coenta do <i>mano Francisco</i>		
25	150\$000	1 <i>Sorraõ</i> de <i>Sal doreino</i>	3000
	des contando adi	<i>que</i> paguei ao <i>Juliaõ</i>	2165
	vida do <i>Lapa</i> <i>que</i> <i>Saõ</i> 58\$000	1 <i>Libra</i> de <i>polvora</i>	1280
	resto os <i>Seguinte</i> pago 100\$ <i>reis</i>	em <i>comendas</i> de <i>Caetete</i> <i>ferraje</i>	<u>7440</u>
			Soma ——— <u>13885</u>
			descontando ——— <u>12754</u>
30		Restame o <i>dito</i> meo <i>mano</i> ———	<u>01131</u>
		dei a <i>Francisco da Roxa</i> <i>endinheiro</i>	<u>2560</u>
		o <i>primeiro</i> de <i>Janeiro</i> de	Res ta pago <u>3691</u>
		<u>1816</u>	

De Sr. M. J. de S. a
morrada na Regencia do Povo
dimentimentos pg. 7040

De Sr. P. de S. a
Anna do Antero de S. f. g
mabrigui - - pg. 3600

Não deu may Regencia al
a Sr. Bernardo de S. f. g
hoje 3 de Junho de 1800

hoje 6 de Junho de 1800
a Sr. de S. f. g
hoje 9 de Junho de 1800

hoje 12 de Junho de 1800
a Sr. de S. f. g
hoje 15 de Junho de 1800

hoje 18 de Junho de 1800
a Sr. de S. f. g
hoje 21 de Junho de 1800

hoje 24 de Junho de 1800
a Sr. de S. f. g
hoje 27 de Junho de 1800

hoje 30 de Junho de 1800
a Sr. de S. f. g
hoje 3 de Julho de 1800

hoje 6 de Julho de 1800
a Sr. de S. f. g
hoje 9 de Julho de 1800

hoje 12 de Julho de 1800
a Sr. de S. f. g
hoje 15 de Julho de 1800

hoje 18 de Julho de 1800
a Sr. de S. f. g
hoje 21 de Julho de 1800

hoje 24 de Julho de 1800
a Sr. de S. f. g
hoje 27 de Julho de 1800

hoje 30 de Julho de 1800
a Sr. de S. f. g
hoje 3 de Agosto de 1800

hoje 6 de Agosto de 1800
a Sr. de S. f. g
hoje 9 de Agosto de 1800

hoje 12 de Agosto de 1800
a Sr. de S. f. g
hoje 15 de Agosto de 1800

hoje 18 de Agosto de 1800
a Sr. de S. f. g
hoje 21 de Agosto de 1800

hoje 24 de Agosto de 1800
a Sr. de S. f. g
hoje 27 de Agosto de 1800

hoje 30 de Agosto de 1800
a Sr. de S. f. g
hoje 3 de Setembro de 1800

hoje 6 de Setembro de 1800
a Sr. de S. f. g
hoje 9 de Setembro de 1800

hoje 12 de Setembro de 1800
a Sr. de S. f. g
hoje 15 de Setembro de 1800

[p. 110]

Deve o *senhor Manoel Joze da Silva*
 morador no Boqueiraõ do Parreira
 demantimentos pago 7040

Deve o *Senhor Pedro Antonio de Santa*
 Anna do enterro do *Seo filho que*
 meobriguei - - - - - pago 3600

5 Naõ devo mais cargas de Sal
 ao *Padre Bernardo* que as paguei
 hoje 3 de Junho de 1820 o *dinheiro*

10 hoje Só devo ao *Primo Antonio*
 Carvalho 3 cargas de Sal era
 Supra

	[.]Boy manço	//		
				Deve <i>minha comadre a Senhora Dona Anna Xavier da Silva</i> de inprestimo trezen .. tos mil reis 3 de Fevereiro de 1815
5	Deve Honofre para pagar naSortes	pago 4000		
				Deve o <i>senhor Manoel Gonçalves de Miranda</i>
10	Deve o <i>Senhor Manoel Gonçalves de Aguiar</i> huma Carga de Algodam de Seis a Robas de Lam nesta nesta Fazenda do Campo Seco em setembro neste anno de 1815 morador em São Domingos			quarenta mil reis que cobrou de <i>Alexandre pires da Cunha</i> que tenho carta do dito Miranda que con feça mesmo que cobrou 20 de Agosto de 1816
15	Hoje ajustei a <i>minha</i> conta com o <i>Senhor Martinho Jozé da Costa</i> em 21 de Agosto de 1815 fico restando a <i>dito senhor a Sima</i> o <i>Seguinte [inint.] pago</i> em 22 de Agosto Recebo	<u>171064</u> 100000		Deve o <i>Compadre Manoel Gomes</i> em 28 de Fevereiro de 1815 o <i>Seguinte</i> Por 3 varas emeya demorim 2\$240 para o <i>Cazamento</i> de honofre 4\$000 que paguei adita obriga por ele \$480 Conta velha \$640 de inprestimo namalhadas pedras _____ 320
20	nomesmo dia recebo em ouro e prata Lavada	<u>71064</u>		Soma paga <u>7\$680</u>
25	Deve Honofre do Seo <i>cazamento</i> o <i>Seguinte</i> - - - - pago 9600 Deve o <i>compadre Manoel Gomes</i> que vem da Lau da in fronte 8960 1 coarta de polvora com xumbo 480			Deve mais o <i>dito Gomes</i> Por 1 vestea de fustao _____ 4000 mais de humas calças e Jaleco de fus tao acol xoado _____ 4000 Soma <u>8000</u>
30	que paguei por ella ao jenro do defunto <i>Joaõ Leite</i> - 7000 que dei do <i>cazamento</i> de <i>Manoel</i> Soma <u>4300</u> <u>20740</u>			Receby endois coartos de potros en coartos _____ 1600 Deve de inprestimo _____ 640 para ovigario dades obriga - 1120 3 covados de baeta a 960 _____ 2880 Soma <u>14240</u>
35	Por 1 Sella usada com [inint.] e bride de ferro <u>60¹⁶⁰00</u> 26740			Receby en coartas debes tas _____ 2920 Res ta _____ 11320
40	hoje 11 de Dezembro Receby <u>14640</u> [inint.] Res ta <u>12100</u> [inint.] hoje <u>240</u> vai para diante <u>12340</u>			Receby en coartas de potros _____ 03000 Res ta <u>08320</u> Deve de inprestimo _____ 640

¹⁶⁰ Anotou antes um 4 e, em seguida, colocou um zero.

[p. 112]

	dias [inint.] Cargas 2/a C.		Bernardo Pereira [inint.]	pago
5	Deveme o Senhor Manoel Ferreira morador em Santa Barbara duas Cargas de Algodaõ para outubro proximo vindouro a Sem mais Seis mil reis <i>quelhedei para comprar hum cos tal de Algodaõ. Campo Seco 14 de Agosto de 1815</i>		Luis Pereira ___ 1 C. pago Miguel ___ 1 C. pago o Alferes Alexandre ___ 1 C. pago Manoel Gonçalves ___ Carga emeya Victorino Marques ___ 1 C. pago	
10	pasou credito		Joao Ferreira ___ 3 C. B[.]zido Ribeiro ___ 1 C. pago	
			<hr/>	
			<i>dinheiro que dou este anno de 1816 por cargas de Algodaõ heo seguinte</i>	
15	Deve o compadre Caetano Joze Jardim de contas atrasadas _____ 2000 de hum boi que matou _____ 6000 para medar huma Carga de Algo daõ esta Safra de 1816 em novembro em valor quatro mil reis 1C.		dei ameu afilhado 24 mil reis por duas cargas de Algodaõ em credito a 15 de Março deste presente anno digo ameu Afilhado Jozé Lourenço de Almeida para esta Safra _____ 2 C. huma destas cargas hé do Primo Souza Dey a Manoel Rodrigues 36 mil reis por 3 Cargas de Algodaõ que passou credito	
20	<i>dinheiro que deo odito meu compadre pago 2000 deo hun boy na Serqui nha</i>		dei ameu Sobrinho Alexandre de Souza Pinto <i>dinheiro para hum costal que pasou Credito</i>	
25	<i>dinheiro que adianto ameu afilhado para algodaõ a 12\$ reis este anno de 1816 em 15 de Março _____ heo seguinte</i>		dei a Anninha <i>dinheiro para hum costal de Algodaõ sem credito para este anno que meo Afilhado Seo briga</i>	
30	por huma vaca gorda 6400 mais <i>endinheiro</i> 6000 mais <i>endinheiro para Mathias Soares -</i> 24440 <i>dinheiro</i> 13 de Junho de 1816 Receby duas cargas de Algodaõ 2 de Julho de 1816		<i>dinheiro que dei ameu Afilhado Jozé Lourenço de Almeida para 1 costal de Algodaõ Luis mil reis _____</i>	
35	passa para diente		dei mais ameu Afilhado para huma carga Costal para esta Safra vinte mil reis para o filho de Mathias Soares Domingos Soares 13 de Junho de 1816	
	fer a o que tomou para o Primo pago 1 C. e para Anninha 1 Costal pago		<u>enpres tei no mesmo de pago 6000</u>	

1816

omano. l'orio
 4000
 16.
 322
 448

De m. una p'p'ada p' l'aurino
 33835
 p'p'ada p' d'ente

De q' van l'ur l'ur...
 Anaria l'ur... 256.
 may... 24.
 l'ur... 56.
 l'ur... 6000
 l'ur... 7000
 l'ur... 20000
 l'ur... 30000
 l'ur... 6000
 l'ur... 620
 l'ur... 70000
 l'ur... 2000
 l'ur... 8000
 l'ur... 2000
 l'ur... 200
 l'ur... 444.
 l'ur... 24000
 l'ur... 33000
 l'ur... 800
 l'ur... 22 de
 l'ur... 24 libe
 l'ur... 24 libe
 l'ur... 24 libe

[p. 113]

3 deAbril	1816				
	Deve omano Silverio		Deve o senhor Joaõ Agostinho		
	deinprestimo pago <u>40\$000</u>		que mandei pelo Luciano	4000	
5			mais meya quarta defarinha	160	
	Deve meu afilhado Jozé Lourenço		mais 1 Coarta de [inint] que pa		
	das contas velhas ———		guei ao Almeida	<u>320</u>	
	passou para diante	<u>13835</u>	enrapaduras		
			Soma pago	<u>4480</u>	
10	dinheiro que vou Rece bendo da comadre		dinheiro dos bois deme u mano		
	Gervasia heo <i>Seguinte</i> ———	2560	<i>Francisco Xavier</i> que tenho em meo		
	mais endinheiro	240			
	Rece by por maõ de Lourenço ..	560	po der hé o <i>Seguinte</i> - - - -	20000	
	Rece by endinheiro por maõ dadita	6000			
15	Rece by endinheiro por maõ do carvalho	4000	dei por ordem do dito ao Carlos	17840	
	Rece by en oito cabeças degado	20000	dei por ao dizimeiro	4000	
	Rece by por maõ do compadre	30000			
	Santa Anna				
	Rece by mais endinheiro	6000	vaca do dizimo	<u>21840</u>	
	Receby mais nomesmo dia	<u>640</u>		Resta	1840
20		Soma <u>70000</u>	vendi em 22 de Marco de 1816		
	Rece by hum costal de Sal	<u>2000</u>	3 bois do dito meu mano <i>Xavier</i> por	14000	
	Soma e Resta —	8000	descontando	<u>1840</u>	
	Deve mais do Sal que não tinha		Res to —	12160	
	1 alqueire sim meyo	1000			
25	Receby	pago 9000	Fico restando a <i>Antonio</i> de Almeida dos		
	Dei mais a meu afilhado 4440		Algo dons deste anno de 1815		
	para <i>Domingos Soares</i> que adivida era		20 de <i>Dezembro</i> de dezembro —	9000	
	vinte quatro mil equatro		devo mais d einpres timo	<u>24000</u>	
	sentos a quarenta reis credito		Soma pago	<u>33000</u>	
30	fica em meu puder 22 de		Deve o dito por meya a <i>Roba</i> de carne —	800	
	Junho de <u>1816</u>		quebrou na carga de <i>Algodão</i>		
			de <i>Francisco de Souza</i> Porto 21 Libra de lona		
	passa para deinte				
35			quebrou na carga de <i>Algodão</i> de <i>Manoel</i>		
			<i>Ferreira da Silva</i> 19 Libras en Lam que estão		
			responcaveis ———		

[p. 114]

	Deve meu afilhado Jozé Lourenco		Resta meu afilhado ente	
	deto das nossas contas velhas —	13835	hoje 8 de Julho de 1817	
	dinheiro <i>que [inint.] para</i> algodaõ		<i>oSeguinte</i>	13835
	hé oSeguinte 1 vaca gorda	6400		
5	endinheiro —————	6000		
	para Mathias Soares endinheiro -	24440	mais huma <i>Libra [inint.]</i>	<u>1280</u>
	mais endinheiro a 9 de Agosto	<u>50000</u>	in esta pagao enti	<u>15115</u>
	pelo Antonio Creoulo para	<u>100675</u>		
	o boleiro —————	<u>1440</u>	hoje 8 do dito mes de Julho de	
10	Soma	<u>102115</u>	1817	
	mais hum costal derrapa			
	duras <u>digo 12 rapaduras</u> ...	¹⁶¹ 1440	Deve meu Afilhado Jozé Lourenço	
			2 cargas deAlgodaõ para aSaфра de	
			1818 dedois potros <i>que</i> lhe vendi	
15				
	tenho Recebido duas cargas emeya		odito Asima	
	deAlgodaõ encaroço apreço dedoze		Deve mais para esta Saфра 1 vaca pago	6400
	mil reis acarga 9 de Agosto de 1816		deresto do boy deAnna Criola	5440
20	Recebi mais duas cargas deAlgodaõ en		Deve 1 costal deAlgodaõ para este ano	
	caroço apreço devinte mil reis		de 1817 <i>que</i> Recebo oSeo en [<i>inint.</i>]	1200
	cada huma 18 de <i>outubro</i> de 1816			
	Deve ocompadre Manoel Ray mundo			
	de hum Costal deSal	2500		
25	<u>do Lean dro dabarra/ }</u>		Levou Luis para bayxo este ano	
			em 15 de Agosto de 1817 <u>36</u>	
			cargas deAlgodaõ com 217 a	
	Deve ocompadre Manoel Raymundo		Robas emeya deLan eesta	
30	huma carga deAlgodaõ		o Algodaõ no Porto a 7700 reis	
	para esta Saфра de 1817		ente agora	
	<i>que</i> Recebeo hoje 12 de			
	<i>outubro</i> deste mesmo ano		Comprei ameo mano	
	oSeo in parte de page	26000	Jozé Pinheiro 8 cargas deAlgodaõ	
	Deve Alexandre deSouza Porto		Deve oSenhor Manoel do mo cam bo	
35	1 carga deAlgodaõ para este		1 costal deAlgo daõ enfardado e	
	Natal de 1817 <i>que</i> Recebeo		mais Seis aRobas encaroço para	
	hoje oSeo en parte de page	28000	ja 19 de <i>outubro</i> de 1817	
	8 de <i>Novembro</i> <u>de 1817</u>		devo mais namesma conferem	
40			aSima outro costal <i>que</i> Receby [<i>inint.</i>]	
			valor de 26 mil reis para [<i>inint.</i>] [<i>inint.</i>]	
			Pago	

Manoel Nunes de Siqueira

¹⁶¹ Ele faz a correção do valor. Antes anotou 3000.

[p. 115]

	Deve o compadre Joaquim Mathias		eu prometi para a Capela de esmola	
	de hum cavalo velho	10\$ reis	o seguinte _____ 50\$000	
	para pagar este Natal de -		em pregos que tenho dado para	
	1816 en pano de Algodão		a Igreja	10\$000
5	ameya pataca avara e dinheiro		40 dias de Serviço do vic torino	
	Recebi endinheiro - - - - pago	2\$300	o Selo por dia _____	19\$200
	Recebi mais	60	mais en serviço de escravos - - -	6\$400
			en Serviço do vic torino - - - - -	<u>5\$440</u>
	Comprei huma Carga de			Soma <u>41\$040</u>
10	Algodão en Caroço ao Almeida por		mais de taboado	<u>8\$000</u>
	preço de	16000		49\$040
	e já paguei mais Res tame			
	desta Carga 8 a Robas en Caroço			
	para esta Safra de 1817			
15	Comprei mais outra en Caroço		Comprei a minha Comadre 1 costal	
	pelo mesmo preço e ja Rece beo		em far dado por _____	10000
	endinheiro para ofrade _____	2000	ja Recebeo adita senhora _____	<u>5000</u>
	Rece bo mais em 1 vaca	6400	para esta Safra de 1817 pago	<u>2910</u>
	Rece bo 1 xapeo _____	2000		<u>7910</u>
20	para aplecação do [inint.]	1510	Deve adita Senhora _____	1600
	as em comendas de Roza	<u>6120</u>	dinheiro que dei da applicação _____	<u>1310</u>
		Soma <u>18030</u>		<u>2910</u>
	dinheiro que de Roza _____	<u>1200</u>		<u>2090</u>
		Res ta <u>16830</u>	[ilegível + 4 linhas] ¹⁶²	
25	feitio da Ropa	<u>1600</u>		
		Soma pago <u>18430</u>		
30	Deve meu afilhado Jozé Loureço		Deve João de Souza da Malhada das Pe	
	1 costal de Sal do Reino — pago	2500	dras Sinco cargas de Algodão	
	Deve Jozé de Souza da Barrinha		para as dar en broacadas en dez embro	
	por hum [?]ostal de Sal _____	2500	deste anno de 1817 que Recebo hoje	
35	Receby _____	1440	o Seo en parte digo hoje 6 de outubro	
	Res ta _____ pago	<u>1060</u>	de 1817 o Seo en parte de —12500	
			Receby tres cargas Resto 2 cargas	
			Resto a minha Comadre a Senhora Anna Francisca do	
			Costal de Algodão _____ pago 2090	

¹⁶² Há uma anotação que toma 5 linhas e foi totalmente riscada. Aparentemente fez a anotação nas linhas seguintes.

De Antonio de Tal...
 De Antonio de Tal...
 De Antonio de Tal...
 De Antonio de Tal...

De Antonio de Tal...
 De Antonio de Tal...
 De Antonio de Tal...
 De Antonio de Tal...

De Antonio de Tal...
 De Antonio de Tal...
 De Antonio de Tal...
 De Antonio de Tal...

De Antonio de Tal...
 De Antonio de Tal...
 De Antonio de Tal...
 De Antonio de Tal...

De Antonio de Tal...
 De Antonio de Tal...
 De Antonio de Tal...
 De Antonio de Tal...

De Antonio de Tal...
 De Antonio de Tal...
 De Antonio de Tal...
 De Antonio de Tal...

De Antonio de Tal...
 De Antonio de Tal...
 De Antonio de Tal...
 De Antonio de Tal...

[p. 116]

	Deve Antonio detal resto damo		
	tolo tajem <u>Saõ [inint.]</u>	_____	_____ pago 1020
	Joaõ Ferreira daAplicação	_____	_____ pago 640
5	Timoteo daplicação	_____	_____ pago 640
			Tenho em meu puder de
			Joaõ Crioulo damalhada das
			Pedras Setenta eSinco mil
			de tres cargas deAlgodão apreço
			de vinte eSinco mil reis cada
			carga hoje 8 deMayo <u>de1818</u>
	Ficaõ em meu puder ja pagos		
10	Sento eoitenta eSeis Rapaduras de		
	Jozé Rodriguiz Corista para as entregar		
	aosenhora Clemente filho do Senhor viricimo		
	Brejo 30 de Abril <u>1818</u>		
	Recebio odito senhor Jozé Rodrigues Corista		
15	Sincoenta eSeis Rapaduras Res to		
	eu Só Sento etrinta Rapaduras		
	30 de Abril <u>de1818</u>		
	_____Pinheiro		
	de Alexandre deSouza Porto 75 Rapaduras que ficaõ		
20	pagos— ja— os conduzio pago		
			Deve meu Afilhado Jozé Lourenço
			deobras - - - - -
			dos calços - - - - -
			e Duas cargas deAlgodão
			para esta Safra de 1818
			1 Taxo com 20 [inint.]
			20\$000
			Deve endinheiro
			<u>24\$480</u>
			fora as duas cargas deAlgodão
			ficaõ pagos Sincoenta rapa
			duras dosenhora Anitonio Gonçalves deSanta
			Rita eu obrigado aelles
	Tenho em meu puder sento e-		
	quarenta mil Reis do Crioulo Bino		
	do Rio do Antonio aSaber Sin co cargas		
25	deAlgodam apreço devinte eSinco mil		
	reis cada huma ehum potro apreço de		
	quinzemil reis que tudo faz a quantia aSima		
	dita hoje 4 deMayo <u>de1818</u> [.]		

			Deve Anna Crioula
			Por 1 Taxo com 13 [inint.]
			13\$000
			Rece by por maõ de meo afilhado
			<u>1\$920</u>
			Res ta
			<u>11\$080</u>
30	Deve Vicente daTabua hum		
	costal deAlgodão emLam para Janeiro		
	de1819 que Recebeo oSeo enparte		
	hoje oprimeiro de Novembro <u>de1818</u>		
	Deve mais tres bois que comprei por 12\$ reis		
35	em 23 de Dezembro de 1818 pago		
			Receby endinheiro
			<u>6\$400</u>
			Res ta pago
			<u>4\$680</u>

Diary of ...

... a ...

... 1818

De ...

... 6000

De ... 36000

... 436832

... 4964200

... 100000

... 100000

... 1102000

[p. 118]

18 de mayo de 1818

	Dispeza que faço com acaza de minha		Deve Jozé de Souza pago 80 00	
	Irmaã Maria Francisca hé o seguinte		Telha que o compadre [ilegível]	
	dinheiro a Manoel Ignacio da carapina —	960	3 milheiros - - - -	2\$000
5	para Manoel Ignacio endinheiro - - —	1\$920	mais 1 dito - - - -	<u>3\$000</u>
	4 Libras de asso - - - - -	1\$280		12\$000
	dei a Manoel Ignacio - - - - -	16\$000		
	a Joze de Souza - - - - -	2\$560		
	dei mais endinheiro a Manoel Ignacio	4\$000		
10	dinheiro que dei a Jozé Antonio	8\$000		
	mais odinheiro	<u>1\$600</u>		
		36\$320		
	mais de pregos - - - - -	<u>2\$000</u>		
	cada	38\$320		
15	Rece by endinheiro	<u>8\$000</u>		
	Resta —	<u>30\$320</u>		
	Receby endinheiro - - - - -	6\$000		
	Resta —	<u>24\$320</u>		
	Ajustei acaza da Fazenda com			
20	Manoel Ignacio do Nascimento tudo quanto fosse		oitenta tem este ferro	
	de pedreiro Rebocada e Coberta por 3500		tres tem este - - - M	
	o primeiro de Julho de 1818 já Recebeo 2000		hum tem este - - - U	
			estes tem este - - P	
			outro - - N	
25	2 cargas de Sal <u>8000</u>			
	tem Recebido o senhor Jeronimo da primeira ves		Deve o senhor Francisco Antônio	
	endinheiro - - - - -	2000	Por en ¹⁶³ xada nova	1280
	mais tres coartas - - - - - pago	1200	Por 1 pano de Gongga azul . . .	3200
	Resto tres alqueires de milho So - - -	-----	baeta amarela -	
30			estopa —————	
	ficao em meu poder pago [inint] de milho		1 maxado - - - - -	800
	datropa do capitam Mathias pagos		1 foziu	640
			dedes obrigar -	pago 640
				Resta ————— 8640

¹⁶³ Há sobre a letra n um x.

Campi hum. negro novo
 ad camp. Ant. de
 Loure 8. 850 \$
 Ven. bus ad. 8 \$
 Dito 822 \$
 m. deo mai. ind. - 2 \$
 Dito 19 140 \$
 1900

Deo camp. Ant. de
 P. V. Costa ign. 19480

D. dom. Joana P. de
 D. P. de 1818. 28600

D. dom. Joana P. de
 P. 7. Camp. Ant. de Loure 78500
 P. 8. P. de Loure 48000
 P. 3. P. de Loure 18920
 P. 4. P. de Loure 38000
 Dito 197420

D. de S. Thome de Loure
 P. 4. P. de Loure 4000
 D. de S. Thome de Loure
 P. 1. P. de Loure 3000

P. Costa ign. 828.
 P. 4. P. de Loure 48000
 P. 3. P. de Loure 18600
 P. 4. P. de Loure 18000
 P. 8. P. de Loure 48000
 P. 3. P. de Loure 8320
 P. 4. P. de Loure 860
 P. 4. P. de Loure 8220
 P. 4. P. de Loure 8960
 438760

D. de S. Thome de Loure
 P. 4. P. de Loure 200000

D. de S. Thome de Loure
 P. 4. P. de Loure 68500
 P. 4. P. de Loure 37825
 P. 4. P. de Loure 4680

P. Costa ign. 19480
 P. 4. P. de Loure 4680

[p. 119]

		Sem Credito _____		
	Comprei hum negro novo ao <i>Compadre</i> Antonio de Souza por - - - - -	150\$reis	Deve o <i>compadre</i> Joaquim Matias Por 1 coarta depolvora _____	pago 480
5	Recebeo odito - - - - -	8\$reis		
	Res to - - - - -	<u>142\$reis</u>		
	Recebeo mais endinheiro —	<u>2\$000</u>		
	Resto _____ pago	<u>140\$000</u>		
10	Deve a <i>comadre</i> Joanna Baptista das dis penças para este Natal de 1818	pago <u>28640</u>	Deve o <i>compadre</i> Gotardo da Fazenda _____	
			Por 7 covados de baetao.	7\$500
			Por 1 pano de Gange azul.	2\$000
			Por 3 xapeos de braga inferior . .	1\$920
15			1 garrote de dois anos pago.	3\$000
			Res ta	<u>13\$420</u>
			1 coarta depolvora	\$480
			Por 1 garrote - - - - -	4\$000
	Deve <i>minha</i> afilhada Anna Delfina Por 1 pano de bertanha - - - - -	4000	<i>dinheiro</i> de inprestimo	1\$600
20	Deve por 1 pano de azulão	<u>4000</u>	1 garrote - - - - -	<u>4\$000</u>
	Soma pago	<u>8000</u>	<i>dinheiro</i> que dei odito - - - -	4\$000
			meya coarta depolvora - - - -	\$320
			1 <i>Libra</i> de asso e outra de ferro . .	\$640
			de in pres timo	<u>1\$920</u>
25	Deve Inocencio por hum moleque fiado por hum ano que da principio hoje o <i>primeiro</i> de Setembro de 1818 o seguinte _____ -200\$000		Receby	<u>\$960</u> <u>43\$760</u>
			Resta o <i>compadre</i> Gotardo	
			Receby do dito <i>compadre</i> datelha	<u>6\$500</u>
30	Deve o <i>senhor</i> Jozé de Souza morador na barrinha doze a Robas de Algodão encarço para Março de 1819 por huma vaca que me comprou hoje 26 de Novembro de 1818 <u>pago</u> _____		Vira e — Resta	<u>37\$260</u>
35			Resta de Antonio Joaquim endinheiro —	4640
			a conta do fardo que lhedei para vender _____	

[p. 120]

Car gas de Algodão *que* compro este
 anno de 1818 São os Seguintes Comprei
 em 15 de Outubro de 1818 vinte Cargas a 26\$ reis
 inportaraõ em —22— 520\$000

5 Comprei mais Antônio
 Joaquim de Carvalho Soma 60 Cargas
 in portaraõ em 1500000

Comprei mais [44] a 2 Cargas
 a [inint.] de Oliveira 50000

10 Comprei mais a Manoel
 Joaquim 7 Cargas a por 175000

Comprei mais a mano
 Silverio 22 cargas por 600000¹⁶⁴

15 Comprei mais a mano
 Joaquim ————— 35 cargas
 [omano Silverio [inint.]]
 mais 40 Cargas a meo compadre

20 Antonio de Souza Meira

mais 13 Cargas ao Primo Joze
 Pinheiro —————

25 mais 10 Cargas ao compadre Joaõ
 de Barros a seos oito —————

30 Deve o compadre Jozé Pinheiro Pinto
que paguei ao Bernardo 150\$ reis
 no primeiro de Julho <↑passou credito> de 1819 credito
 Deve o compadre Manoel Gomes deresto
 de Joze Antonio de Souza Castro - - 6000

Deve o compadre Manoel Gomes *que*
 vem detras de outra Lauda 12340
dinheiro que dei no bom Jesus 640
 Soma 12980
 Rece by 1 garrotinho 1000
 Res ta 11980
 Rece by outro garrote 1000
dinheiro que paguei o
 Joze Antonio de Souza Castro 10000
 [?] *dinheiro que* paguei ao 21980
 Compadre Jozé Pinheiro 4000
 Soma 25980
 [ilegível] 300
 Resto vay para diente 26280 [26280]
 Deve o Bolceiro deresto pago 1080

o compadre Gostardo
 Vem detras - - - - 37260
 Cal çar 1 maxado 320
 callçar duas foices - - - 640
 deresto do enprestimo - 960
 1 Libra de aço 640
 Soma 39820
 meya Libra de aço 320

¹⁶⁴ A quantidade e o valr da cargar form alterados.

[p. 121]

Dom Fernando Jozé de Portugal do Conselho de Sua Magestade Fide Lissima Governador Capitão General da Capitania da Bahia.

Faço saber aos que esta
 5 minha Carta Patente virem que tendo Respeito axar sse
 vago por in pucibilidade de an nos e Segueira de Manoel Fialho
 de Carvalho o Posto de Capitão da Companhia do Arrayal do
 Caetete do Regimento de Milicias de Cava Laria das Mi
 10 nas de Nossa Senhora do Livramento do Rio das Con tas de que
 hé Coronel Jozé de Souza Pinto e Aguiar a Ser nes ceçario
 prover em peço a deva Lor e Capacidade e por Com Correrem
 estes Requisitos em odito Ten en te An ton io Pin heiro Pinto
 es perando Seaverá como com vem ao Real Servi ço es
 15 por bem denomear como por esta nomeyo ao dito Tenente
 An tonio Pinheiro Pinto no posto de Capitão da Companhi
 a do Arrayal do Caetete do dito Rigiminto vago por
 in poci bi lidade de annos e Segueira de Manoel Fialho de Carvalho
 Com o qual não ven cerá Soldo da Real Fazenda mas gozará
 de to das as honras graças Franquesas prehem minencias pri
 20 viLegios Izen çoens e Liberdades qui lhe to caõ podem e devem
 tocar aos Capitães Res petivo pelo que ordeno aodito Coronel lhe
 dé posse e juramento de que sefará Asen to nas cos ta des
 ta. Eaoficiais mayores e menores de Guerra e Milicia des
 ta Capitania oConheçaõ honrem , estimem e Respetem
 25 por tal eomesmo façã os Seos Subor dinados Cumpram
 guardem executem Suas ordens e oque for pertin ente ao
 Real Cer viço Como devem e São obrigados este oSerá a apre
 zentar Comfirmação desta em hum anno Seguinte aSuadata
 ou Certidam deaver entregue naSi cri taria do Com selho
 ultramarino para Ser Com firmada pena deSelhe dar
 30 bayxa deste posto como Sua Magestade hé Servida de
 terminar Em rezolução Sua de 24 de Abril 1795
 tomada em Con çulta de 28 de Julho 1792 e par ticipada
 aeste Governo em Provizaõ de 28 de Mayo 1795 Em fir
 35 mesa do que mandey passar esta Sub meu Signal
 e Sello de minhas armas que Se Resistará nos Livros

[p. 122]

Nos Livros da Secretaria do Estado, nos da ouvidoria
 a que tocar. João Vas Silva ofes nacidade de Salvador
Bahia de todos os Santos aos 9 de Julho Anno de 1799 Jozé
 Pires de Carvalho Albuquerque Secretario de Estado e
 5 Guerra do Brazil ofis es crever
 Dom Fernando Jozé de Portugal

Carta Patente pela qual *Vossa Excelência*
 teve por bem de nomiar ao Tenente Antonio Pinheiro
 Pinto no Posto de Capitão de uma das 1^a Companhias
 10 do Arrayal do Caetete do Rendimento de Milicias da
 Cavalaria da *Vila* de Nossa Senhora do Livramento das Mi-
 nas do Rio das Contas de que hé Coronel Jozé de Souza Pinto
 e Aguiar vago por incapacidade de annos e Sequeira de
 Manoel Fialho de Carvalho na forma a Sima ex preçada
 15 e Com todas as mais Clauzulas de Provisão de 28 de
 Mayo 1795

Para *Vossa Excelencia* Ver

Por despacho de *Sua Excelência* de 8 de Julho 1799

Nesta Secretaria do Estado e Guerra do Brasil a folha 425
 20 Livro 38 de Patentes do Governo fica Registrada *Bahia* 10 de Julho
 de 1799 Albuquerque
 [inint.]¹⁶⁵

Cumprase e Registece *Bahia* 12 de Julho 1799 [inint.]
 Registada no Livro 43 de Registo de Patentes desta vidoria geral
 25 da Gente de guerra que toca a folha 306 e nota da amargem
 do Rigisto de Patente do Primeiro Provido no Livro 28 a folha <↑256> [inint.] 1[?]60
Bahia 12 de Julho de 1799

[inint.]¹⁶⁶

¹⁶⁵ Trata-se de uma rubrica.

¹⁶⁶ Assinatura

[f. 123r]
Posse e Juramento

¹⁶⁷A primeiro domes de *Outubro* 1799

Apare ceo perante mim o *Capitam* Antonio Pinheiro
Pinto que Reconheço pello tal, e por elle mefoy apresenta
do apatente Retro Requerend ome que investida dela lheda
5 sse posse e juramento do Posto de capitam da Cavalaria de milicias
do Arrayal de Caetete deste Regimento da *Vila* eminas do Rio das
contas de que Sou Coronel por *Sua Magestade Fidelissima* elogo lhe defery oju-
ramento em hum Livro dos Santos evangelhos em que pos
Sua maõ direita Sob o qual lhe en carreguey que bem
10 everdadeiramente observasse en tudo o dito posto de *Capitam*
goardando en tudo o *Servico de Sua Magestade Fidelissima* Segredo da Justiça e-
direito as partes edecomo assim oprometeo fazer e jurou
e aqui com migo a Signou Hoje Era Supra

15 O Coronel do Regimento Jozé de Souza Pinto Aguiar

Antonio Pinheiro Pinto

Antonio Pinheiro Pinto

¹⁶⁷ A primeira linha encontra-se escrita com letras maiores.

Comptu huna vana
 a do Duellu huna do do
 9 may oute aud. 4000
 pandij 4000
 Comptu huna vana 8000
 Comptu 4 valey ameu d'Alhada
 Jon lausimo p' medas on 261
 de 1819 q. ja dii 1000 16070
 may oute d'Alhada 1000
 may oute d'Alhada 1000
 omes. l'ad. d'Alhada 5 valey d'Alhada 8 valey
 to d'Alhada valey l'ad. pandij

Comptu huna vana 1819
 me son do d'Alhada l'ad. Pandij
 de 1819 10 d'Alhada d'Alhada
 1000 d'Alhada de 1000 d'Alhada
 1000 d'Alhada de 1000 d'Alhada
 d'Alhada d'Alhada d'Alhada
 utomij de
 Comptu d'Alhada d'Alhada d'Alhada

Comptu huna vana
 d'Alhada d'Alhada d'Alhada
 Comptu huna vana
 d'Alhada d'Alhada d'Alhada
 Comptu huna vana
 d'Alhada d'Alhada d'Alhada
 Comptu huna vana
 d'Alhada d'Alhada d'Alhada

Comptu huna vana
 d'Alhada d'Alhada d'Alhada
 Comptu huna vana
 d'Alhada d'Alhada d'Alhada
 Comptu huna vana
 d'Alhada d'Alhada d'Alhada
 Comptu huna vana
 d'Alhada d'Alhada d'Alhada

de d'Alhada d'Alhada
 de d'Alhada d'Alhada
 de d'Alhada d'Alhada
 de d'Alhada d'Alhada

de d'Alhada d'Alhada
 de d'Alhada d'Alhada
 de d'Alhada d'Alhada
 de d'Alhada d'Alhada

[f. 123v]

	Comprei h uma vaca a João da Malhadas das Pedras por _____ 4000 mais outra ao dito . . . _ _ _ 4000	Hoje o primeiro de Agosto de 1819 paguei ao senhor Euzébio [inint.] de Novais 70 cargas de Algodão a preço de 8000 cada carga para por em São Felix por tudo o mes [inint] este mes mo mes en que estamos [inint.]
5	paridas 8000 Comprei huma vaca a Joze Gonçalves de Santa Rita por pago 4000 reis Comprei 4 vacas a meu afilhado Joze Lourenço para mas dar em novembro de 1819 que já dei o dinheiro pago 16000 ¹⁶⁸	
10	mais outra da fazenda exapeco São Seis Receby 1 vaca o meo Sobrinho Alexandre 5 vacas to das estas vacas São paridas _____	Deve meu afilhado de inprestimo pago 920
15		Conduzio o Primo Euzebio das cargas de meu compadre Antonio de Souza Meira que comprei seraõ para bayxo 10 que já Receby hoje o primeiro de Agosto de 1819
20	Receby o negro que o Capitam Antonio Teixeira de Freitas Barboza mandou e não fico com elle porque em comendey moleque da costa novo, elle man dame crioulo palhe ta por is so fica por conta do dito Teixeira hoje o primeiro de setembro de 1819	Conduzio o Primo Francisco de Souza Meira das cargas que comprei a meu compadre Antonio de Souza Meira 30 cargas <u>28 de Marco de 1820</u>
25	Pinheiro ¹⁶⁹	
	Deve Geraldo Vieira de Aquino o documento em 4 de novembro de 1821 __ 8600	
	Deve a mulher de Anna Francisca da dispenca o seguinte _____ 4000	

¹⁶⁸ O algarismo 6 está com a tinta borrada. Foi corrigido.

¹⁶⁹ Há muitas laçadas na assinatura.

De Olompe Basos 1817
 Junprytens 24000
 detilla 4 mullerij 12000
 25320

De Amstha Cabia Doorem
 1819
 12274 deficiat 6400
 12274 deficiat 4000
 12274 deficiat 4000
 12274 deficiat 2500
 13960

Empub...
 1819
 90 def. Largo 480 4320
 1/2 de schulda 2400
 160
 3000
 25280
 1800
 18320
 60
 480

De Luy deing...
 1819
 12274 deficiat 6400
 12274 deficiat 4000
 12274 deficiat 4000
 12274 deficiat 2500
 13960

		1817	[f. 124r]
	Deve o compadre Barros de inprestimo pago 2400	Vem detras <i>minha</i> Irmaã Mara Francisca Res tando detelha 4 milheiros	24320 <u>12000</u> <u>25320</u>
5	Deve Aninha Cabra docazamento dafilha - - - - - pago 8640	1819	
		demantimentos o que vou Suprindo a dita <i>minha</i> Irmaã he o seguinte	
		Por 2 alqueires de feijão - - - - -	6400
		Por 2 [<i>inint.</i>] de farinha	4000
10		meyo dito de farinha	1000
		1 alqueire de farinha no ano de fome	<u>2560</u>
			13960
15	Em prestei a meu compadre Antonio de Souza Meira trinta mil reis o primeiro de Junho <u>de 1819 pago 60\$000</u> para comprar 5 vacas —	adita a Sima da de obriga —————	1440
		9 varas de pano Largo a 480	4320
		1 pano de azulão - - - - -	2400
		1 [<i>inint.</i>] de linhos - - - - -	160
		1 alqueire de Sal - - - - -	<u>3000</u>
			25280
20	Deve o senhor Francisco Antonio Borges da caza [<i>inint.</i>] da Barrinha o seguinte ————— — 12000 de inprestimo pago 320 de de obriga ————— 640 de feijao - - - - - - - - - - 480		
25	Deve Luis de inprestimo pago 20\$000 Receby - - - 7\$000	tenho em meu poder de <i>minha</i> Irmaã Maria Francisca para comprar huma negra para [<i>inint.</i>] dos Luis cargas de Algodaão Liquido	110000
30		da carga de Algodaão que foy para a Barra o que rendeo Liquido	<u>19200</u>
		Soma	<u>129200</u>

[f. 124v]

Remedio para curar Gonorrea

huma colher deazeite doce posto em huma gema deovo

imorno aofogo beba imjejum 5 dias o[*inint.*] que sara

dapurgação que ouver deter/ Para [g] curar purgação

5 em mulheres 9 mamõens enxados pondo lhe açúcar branco

colado omamaõ aofogo eposto acerenar toma amoça

demanham enjejum com semente omamaõ¹⁷⁰

epara amesma gonorrea abarrigudinha docampo

em cristers ou bebida tambem hé bom

10 Receita para curar feridas gálicas efazer massa

Oseguinte

Salçaparrilha em po 24 oitavas jalapa

em pó 12 oitavas mercúrio doce em po huma

oitava carobinha em pó 24 oitavos tudo bem mes-

15 turado duas Libras deaçucar branco em ponto

de melado botou o mais tudo que asima digo mexendo

ficando um doce branco esta pronta amassa

20

Receita para sedar adita massa depois devomitado

ou purgado oinfermo eSangrado com duas Sangrias

Seda cada menham duas colheres enjejum e

beba huma xicras decozimento desalca parrilha

em sima esever fermentação tome so huma colher

ese arreentar a boca tome boxexadas deleite de

25

vaca morno e bote fora inte sarar a boca depois

deacabar detomar amassa tera ainda 20 dias de

resguardo comendo sempre carne moquiada ou

bem seca sal efarinha bem torrada não semo

lhando en todo este tempo ebebendo en todo tempo o

30

cozimento dasalça parrilha econte deSerto sarar

como favor de Deus¹⁷¹

¹⁷⁰ Há um traço separando as receitas

¹⁷¹ Há um traço na horizontal que passa por cima da informação e vai até próximo o final da página.

187
 188
 189
 190
 191
 192
 193
 194
 195
 196
 197
 198
 199
 200
 201
 202
 203
 204
 205
 206
 207
 208
 209
 210
 211
 212
 213
 214
 215
 216
 217
 218
 219
 220
 221
 222
 223
 224
 225
 226
 227
 228
 229
 230
 231
 232
 233
 234
 235
 236
 237
 238
 239
 240
 241
 242
 243
 244
 245
 246
 247
 248
 249
 250
 251
 252
 253
 254
 255
 256
 257
 258
 259
 260
 261
 262
 263
 264
 265
 266
 267
 268
 269
 270
 271
 272
 273
 274
 275
 276
 277
 278
 279
 280
 281
 282
 283
 284
 285
 286
 287
 288
 289
 290
 291
 292
 293
 294
 295
 296
 297
 298
 299
 300
 301
 302
 303
 304
 305
 306
 307
 308
 309
 310
 311
 312
 313
 314
 315
 316
 317
 318
 319
 320
 321
 322
 323
 324
 325
 326
 327
 328
 329
 330
 331
 332
 333
 334
 335
 336
 337
 338
 339
 340
 341
 342
 343
 344
 345
 346
 347
 348
 349
 350
 351
 352
 353
 354
 355
 356
 357
 358
 359
 360
 361
 362
 363
 364
 365
 366
 367
 368
 369
 370
 371
 372
 373
 374
 375
 376
 377
 378
 379
 380
 381
 382
 383
 384
 385
 386
 387
 388
 389
 390
 391
 392
 393
 394
 395
 396
 397
 398
 399
 400
 401
 402
 403
 404
 405
 406
 407
 408
 409
 410
 411
 412
 413
 414
 415
 416
 417
 418
 419
 420
 421
 422
 423
 424
 425
 426
 427
 428
 429
 430
 431
 432
 433
 434
 435
 436
 437
 438
 439
 440
 441
 442
 443
 444
 445
 446
 447
 448
 449
 450
 451
 452
 453
 454
 455
 456
 457
 458
 459
 460
 461
 462
 463
 464
 465
 466
 467
 468
 469
 470
 471
 472
 473
 474
 475
 476
 477
 478
 479
 480
 481
 482
 483
 484
 485
 486
 487
 488
 489
 490
 491
 492
 493
 494
 495
 496
 497
 498
 499
 500
 501
 502
 503
 504
 505
 506
 507
 508
 509
 510
 511
 512
 513
 514
 515
 516
 517
 518
 519
 520
 521
 522
 523
 524
 525
 526
 527
 528
 529
 530
 531
 532
 533
 534
 535
 536
 537
 538
 539
 540
 541
 542
 543
 544
 545
 546
 547
 548
 549
 550
 551
 552
 553
 554
 555
 556
 557
 558
 559
 560
 561
 562
 563
 564
 565
 566
 567
 568
 569
 570
 571
 572
 573
 574
 575
 576
 577
 578
 579
 580
 581
 582
 583
 584
 585
 586
 587
 588
 589
 590
 591
 592
 593
 594
 595
 596
 597
 598
 599
 600
 601
 602
 603
 604
 605
 606
 607
 608
 609
 610
 611
 612
 613
 614
 615
 616
 617
 618
 619
 620
 621
 622
 623
 624
 625
 626
 627
 628
 629
 630
 631
 632
 633
 634
 635
 636
 637
 638
 639
 640
 641
 642
 643
 644
 645
 646
 647
 648
 649
 650
 651
 652
 653
 654
 655
 656
 657
 658
 659
 660
 661
 662
 663
 664
 665
 666
 667
 668
 669
 670
 671
 672
 673
 674
 675
 676
 677
 678
 679
 680
 681
 682
 683
 684
 685
 686
 687
 688
 689
 690
 691
 692
 693
 694
 695
 696
 697
 698
 699
 700
 701
 702
 703
 704
 705
 706
 707
 708
 709
 710
 711
 712
 713
 714
 715
 716
 717
 718
 719
 720
 721
 722
 723
 724
 725
 726
 727
 728
 729
 730
 731
 732
 733
 734
 735
 736
 737
 738
 739
 740
 741
 742
 743
 744
 745
 746
 747
 748
 749
 750
 751
 752
 753
 754
 755
 756
 757
 758
 759
 760
 761
 762
 763
 764
 765
 766
 767
 768
 769
 770
 771
 772
 773
 774
 775
 776
 777
 778
 779
 780
 781
 782
 783
 784
 785
 786
 787
 788
 789
 790
 791
 792
 793
 794
 795
 796
 797
 798
 799
 800
 801
 802
 803
 804
 805
 806
 807
 808
 809
 810
 811
 812
 813
 814
 815
 816
 817
 818
 819
 820
 821
 822
 823
 824
 825
 826
 827
 828
 829
 830
 831
 832
 833
 834
 835
 836
 837
 838
 839
 840
 841
 842
 843
 844
 845
 846
 847
 848
 849
 850
 851
 852
 853
 854
 855
 856
 857
 858
 859
 860
 861
 862
 863
 864
 865
 866
 867
 868
 869
 870
 871
 872
 873
 874
 875
 876
 877
 878
 879
 880
 881
 882
 883
 884
 885
 886
 887
 888
 889
 890
 891
 892
 893
 894
 895
 896
 897
 898
 899
 900
 901
 902
 903
 904
 905
 906
 907
 908
 909
 910
 911
 912
 913
 914
 915
 916
 917
 918
 919
 920
 921
 922
 923
 924
 925
 926
 927
 928
 929
 930
 931
 932
 933
 934
 935
 936
 937
 938
 939
 940
 941
 942
 943
 944
 945
 946
 947
 948
 949
 950
 951
 952
 953
 954
 955
 956
 957
 958
 959
 960
 961
 962
 963
 964
 965
 966
 967
 968
 969
 970
 971
 972
 973
 974
 975
 976
 977
 978
 979
 980
 981
 982
 983
 984
 985
 986
 987
 988
 989
 990
 991
 992
 993
 994
 995
 996
 997
 998
 999
 1000

[f. 125r]

[*inint.*] Para a mesma gonorréia 1 coarto de
 vinho branco/ L 4^{as} de açúcar huma gema
 de ovo 1 colher de óleo de capauba tudo junto
 em huma garrafa bem sacolejado beba de
 5 menham hum golo todos os dias *que* antes de po
 cos dias sarará o inferno — *para* Inxação *de qual*
 natureza tomará 1 ou dois cris ters purgativos
 o enxado de palha dealho 3 colheres de azeite de amamona
 meya xicra de mel de *carvalho* huma porção de sal do
 10 reino obra *muito* edesinxa
 Receita *para* curar intras aprovada pelo Doutor Couto
 hé o seguinte
 Meyra vara de fumo forte <↑digo um 1 pal[?]> desfeito e cozido a fogo em hum
 taxo e coado se ajuntara os adjuntos seguintes tres cabeças
 15 de Sebola branca bem cozidas epizadas bem moidas huma
 porção de serra crua de jita derretida e posta com mel
 do fumo huma colher de azeite doce pondo ce a fogo
 tudo junto inte engroçar em ponto de mel [*inint.*]
 tiraçi do fogo e poemse em huma xigra *para* sepor
 20 em cima do entras ente a ranca os carnicoens *quando* se
 curar todos os dias edeve lavar aparte com agoa
 ardente alconforada enão molhar com outra agoa
 a limpa a ferida *que* seja vey securando com dij
 estivo de carrapixo de agulha ou engoento bran
 25 co feito de sebo de rrim de boy lavado olvayado
 e pedra hume posto em hum parxo, e posto na
 pele *que* sara derrepente _____
 Receita *para* curar males
 tome 4 sangrias epurgue ce com pequa conha duas
 30 purgas edepois de acabar o resguardo tome de menhãeanoi
 te bebendo agoa de salça de tomate abatata cozida do [*inint.*]
 digipicanca 9 dias e comendo a mesma batata açada
que sarará de todo.

[f. 126r]

5 Gado *que* meti en Santa Roza
49 novillos mais 24 ca
beças de gado 5 maxos e 19
femias
oprimeiro de Janeiro de 1820

10 Gado *que* mety na Fazenda de Santa
Rita vacas Sem / maxos 20

15 Gado *que* mety na Fazenda de Santa
Roza Sem femias e 26 maxos
bes tas 60 pas tores quatro
15 de Janeiro de 1820

20

25 Deve meu compadre Manoel de Souza
de inprestimo pago 1920

Deve o compadre Joze Pinheiro de ajuste
da conta hoje 28 de Junho
de 1820 pago 21360

30 Deve o compadre Joze Pinheiro
de ajuste de contas hoje 28
de Junho de 1820

21360
640

que dei para elle dar o dancarino

Soma 22000

35 Receby 640

2ª Receby 4000

Em fazenda 2880

7520

Resta pago 14480

noresto que marco

Tenho em meu poder
huma es pingarda de
Francisco An tunes Calado
enpenhada por nove patacas
Rece by quatro patacas Res ta
odito Sinco patacas 8 de Outubro de 1819
~~pago~~

Devo *minha* Irmaã Anna Quitéria
deresto fo negro pago 48880

Deve o mano Joze Pinheiro *que* seo
brigou pelo compadre Joaquim dos
Santos ----- pago 14640

Devo duas vacas e 1 boy ao Almeida
demaracá

Devo 3 bois ame u compadre Joaõ
de Barros 15 de Mayo de 1820

[*inint.*] 1 meu Afilhado outro

Antonio Joaquim outro foram 3

Devo o meu Compadre Joaõ de Barros
4 cargas de Algodaõ apreço de 25\$ reis
cada huma para quando vier de bayxo
este anno de 1820 que saõ pago 100\$ reis

odito meu Compadre Barros
medeve duas foices novas
que levou da Pedra branca
quando comprei a fazenda

devo mais 2 bois ao dito meu
Compadre Barros *que* Manoel Joaquim [*inint.*]
devo outro ao Agostinho des te
ferro A por todos Saõ 7 bois *que*
devo ao dito Compadre Barros Com hum an
tigo

Aniquio de Tabino de novo p. Compu alora
 viate mil r. q. prin. lig. ead. Man. de Buita q. esta
 a lora o lora tempo no Pri. n. ad. p. de lora na
 mais de lora de 1820. p. p. de lora de lora
 lora a 12 de Abril de 1822 q. p. p. de lora de lora
 lora e lora mery.

De lora de lora de lora 216 64. Compu de lora de lora
 De lora de lora de lora 500. De lora de lora de lora
 De lora de lora de lora 1800. De lora de lora de lora
 De lora de lora de lora 5500. De lora de lora de lora
 De lora de lora de lora 10000. De lora de lora de lora

De lora de lora de lora 1000. De lora de lora de lora
 De lora de lora de lora 1000. De lora de lora de lora

De lora de lora de lora 34. De lora de lora de lora 64.
 De lora de lora de lora 32. De lora de lora de lora

De lora de lora de lora 480. De lora de lora de lora

De lora de lora de lora 24. De lora de lora de lora 16.
 De lora de lora de lora. De lora de lora de lora

[f. 126v]

	Aluguei o Albino por anno por vinte mil reis que principiou a correr o Seu tempo no Primeiro de Dezembro <u>de 1820</u>		Comprei acaza do Victorino Marques de Brito que esta na Fazenda de Santa Roza na porta ao pe do [inint.]	
5	Saio a 12 de Abril de 1820 que faz 1 anno e Sinco meses		por _____ dei avista _____	32\$ reis <u>8\$000</u> 24\$000
			Resto pago	
	Receby navolta do cavalo _____	Resto <u>640</u>	Emprestei para acaza do Primo Francisco de Souza Meira	
10	Deve o senhor Joaõ Gotardo da fazenda pago	5200		
		Sal <u>160</u>		
	Deve Joanna do Capote	11000	4 fexaduras e 20 dobradiças	
	Rece by endinheiro -----	<u>5500</u>	200 pregos Ripares	
	Resta pago	<u>5500</u>		
15	Deve o senhor Joaõ Gotardo de inprestimo — pago 960 de resto do garrote -----		Deve meu afilhado Alexandre de duas purgas	<u>640</u>
20	Deve o compadre Antonio de Souza por 3 vo mitorios -----	480	Deve o compadre Jozé Pinheiro de resto de Barrim	340
			de 1 par de ferraduras novas	640
			de 16 cravos [inint.]	<u>320</u>
25			deve meo Sobrinho Manoel do [inint.] meya Libra de aço ---	240
			de inpanar adita -----	<u>160</u>

[p. 127r]

	Dinheiro que vou dando a Francisco [inint.] Torres vaqueiro do Cacolé o Resto das Sortes que tenho junto com elle hé o seguinte o primeiro de Mayo de 1820		Deve o Primo o senhor Jozé Antonio de Brito demantimentos 18\$000
5	dinheiro que dei ao Capitam Jozé de Souza.. 4000 Receby endinheiro ----- - 2240		Deve mais odito de 1 cavalo de Sella <u>62\$000</u> para vota que vier da Barra 26 de Julho de 1820 ----- 80\$000
10			Rece by <u>30\$000</u> Resta pago 50\$000 alias pago <u>49\$760</u>
15			Deve meo Afilhado Jozé Lourenco Sin co cargas de Algodaõ para esta Safra de ___ 1820 <u>Recebi 1 carga</u> Deve meo Sobrinho Alexandre de Souza Pinto 3 Cargas de Algodaõ enpres tados por 1 mês 14 de [Abril] de Fevereiro de 1821
	Cargas que Remeto para a Barra		Devo ao Primo Carvalho de 3 covados de Sal 18000
20	este anno de 1820 são as seguintes ao Capitam Antonio Teixeira pelo Euzebio são as seguintes ----- 70 por Manoel Raymundo 15 por Jozé Antonio 52		Recebeo em mantimentos ----- 9320 Res to 8680 Recebeo mais <u>320</u> Res to pago <u>8360</u>
25	por Luis 22 Soma 159		hoje 24 de Agosto de 1820 enprestei ameu compadre o senhor Antonio de Souza Meira ----- pago 100000 Receby <u>40000</u>
30	ao Capitam Manoel Teixeira por Francisco de Souza Meira 51 por Antônio Francisco <u>18</u> 69 Soma ao todo 159 Soma 128		Devo ao Almeida ----- 12160 Devo ao filho Joaquim ----- 8960 dei mais <u>1920</u> dei mais <u>640</u>
35	tomei a Inocencio pago 13000 dei pelo Antonio Joaquim pago 5000		Resto ao dito filho 23 patacas Resto 21 patacas <u>5120</u> hoje de 5 patacas Resto 11 patacas <u>3840</u>
40			vira vira resto 3520

Am. de J. en	2000	Deo ubi	15000
Lubro	15000	Deo ubi	40000
Deo de Camping	3520	Deo ubi	40000
Deo de Camping	480	Deo ubi	40000
Lubro ind.	3020	Deo ubi	40000
Deo de Camping	200	Deo ubi	40000
Lubro ind.	2840	Deo ubi	40000
Deo de Camping	1600	Deo ubi	40000
Lubro ind.	1240	Deo ubi	40000

Deo de Camping
 Deo de Camping
 Deo de Camping

Deo de Camping
 Deo de Camping

Deo de Camping
 Deo de Camping
 Deo de Camping

Deo de Camping	880
Deo de Camping	880
Deo de Camping	4820
Deo de Camping	3580

[f. 127v]

	Almeida [<i>inint.</i>] eu - - -	12160	Devo a Antonio de Almeida	
	Recebeo	<u>2000</u>	de huma carga e Costal de Algodam	
		Resto 10000	endinheiro o seguinte	15\$000
	devo de 1 carga emeya		vem detrás - - - -	<u>10\$000</u>
	de Algodão	<u>15000</u>		
5	ao Joaquim Resto	<u>3520</u>	Recebeo em huma vaca	<u>10\$</u>
	Recebeo endinheiro	<u>480</u>		
		Res to eu <u>3040</u>		Resto <u>15\$000</u>
	Recebeo endinheiro	<u>200</u>	dei en Sal	<u>3\$000</u>
		Res to <u>2840</u>		Res to — pago <u>12\$000</u>
10	para Roza endinheiro	<u>1600</u>		
		pago <u>4240</u>		

Deve Antonio Joaquim de inprestimo
para axegada do compadre Antonio de Souza
pago 12000

Deve Geraldo names ma forma pago 7000

15			Deve o compadre Manoel Gomes	
			por [.] meya Coarta de polvora	320
			¼ ^a de aço pago	120
	Deve o compadre Jozé Pinheiro		Deve mais endinheiro	320
	de concerto de obras de feireiro . . .	<u>880</u>		
20	mais concerto de obras	<u>880</u>		
	Deve de ajuste de contas - - -	<u>1820</u>		
		<u>3580</u>		

hoje 15 de Junho de 1821

Vendi a cargo de Com. de A. de S. Paulo - 78000
opras de boor cada u.
q' importas em 268000

hoje 4 de Junho de 1821

Vendi a cargo de A. de S. Paulo
de q' de delicias opras de
S. Paulo q' importas em 685750

Vendi a cargo de A. de S. Paulo
Otom biqui p. 80000
D. mado de S. Paulo - 40000
Cobras

De ... 82000
... 4670
... 640
... 3200
... 480
... 2000
... 7370

3 to ends p. 384

15 de Junho de 1821

Dire. de A. de S. Paulo
de q' de delicias opras de
S. Paulo q' importas em
880000

A. de S. Paulo de 21 cargo
a 8 mil r. q' de S. Paulo de
1821 468000
de q' de delicias opras de 85000
de q' de delicias opras de 400000
de q' de delicias opras de 248000

De q' de delicias opras de 408000
de q' de delicias opras de 48000
de q' de delicias opras de 8500
de q' de delicias opras de 208000
de q' de delicias opras de 468000
de q' de delicias opras de 400000
de q' de delicias opras de 40000
de q' de delicias opras de 288000
de q' de delicias opras de 400000
de q' de delicias opras de 400000
de q' de delicias opras de 400000

Cap. Antonio Luis
p. q' de delicias opras

128

[f. 128r]

hoje 15 de Mayo de 1821

15 de Julho de 1825

5 Vendy ame u compadre Antonio
de Souza Meira ———— 78 bois
apreço de 6000 reis cada um
que enportaraõ em 468000

Deve Inocen cio devinte edois
burros a Riados o preço de quaren
ta mil reis que enportaraõ em
————— - - 880\$000

10 hoje 1 de Junho de 1821

Recebi enfretes de 21 cargas
a 8 mil reis o primeiro de Agosto de
1821 ————— 168\$ reis
Rece by endois burros 085\$000
Rece by endinheiro - - - - - 100\$000
Receby enfretes 31 Cargas 248\$000

15 Ven dy mais ao dito a Sima
Sento e Sinco cabeças emeya
de gado decriar apreço de
Seis mil equinhentos que
enportaraõ em paço 685750

20

Dinheiro que dou para atropa domano
Silverio - - - - - 10\$000
50 cravos de ferrar - - - - - 1\$000
~~Sal para atropa~~ ————— \$160
dinheiro para adis pença que vay para
a Bahia 20\$000

25

Vem dy ao dito a Sima hum
Alam bique por 80\$000
Deve meo Sobrinho Manoel pago 1\$920
Tabua

dinheiro que dei a Joaquim Jozé Maxado
para adis pença - - - - - 16\$000
1 carga de caxaça - - - - - 10\$000
1 [inint.] de Rapaduras - - - - - 5\$000
10 cargas de Sal - - 50\$000
para o Caetite com adispença - 28\$600
[?] [inint.] para adispença - - - - 14\$000
Deve Antonio Joaquim juros do dinheiro 119\$000
Capitam Antonio Teixeira 18850
passa para deente

30

Devo ao Almeida 12000
dei para aplicação do [inint] . . . 1670
Recebeo - - - - - 640
Recebeo elle dito - - - - - 3200
Recebeo - - - - - 480
Recebeo endinheiro para [inint] 2000
35 7990
Resto ——— 4010
Res to endinheiro pago [?]840

Conte de Duve ornans Alvario he
+ seg.

Dipura dadi pira	50 \$000
pt atipa	40 \$000
50 Carr	4 \$000
on alto pt obia pira	20 \$000
pt origi fura olson	8 \$600

Indicada - 780

De m. Com. e. Sen. Maria
Pura de resto de resto 4000

De m. Com. e. Sen. Maria
Pura de resto de resto 4000

De m. Com. e. Sen. Maria
Pura de resto de resto 4000

De m. Com. e. Sen. Maria
Pura de resto de resto 4000

De m. Com. e. Sen. Maria
Pura de resto de resto 4000

[f. 128v]

Conta *que* deve omano Silverio he
oSeguinte

	Dispeza da dis pença - - - - -	50\$000
	para atropa - - - - -	10\$000
5	50 Cravos - - - - -	1\$000
	multa para obras pias - - -	20\$000
	para ovigario fazer ocazamento	8\$600

Deve Jozé deSouza - - - - - 480

10	Deve meo Afilhado Jozé Lourenço deobras -----	2400	Deve <i>minha</i> Comadre aSenhora Maria Roza deresto davaca	<u>4000</u>
----	--	------	---	-------------

aviamentos para as [*inint.*] domano
Joaquim hé oSeguinte - - - pago 3640

Deve oSenhor Manoel dacrus
deresto davaca - - - - - 2000

15	Deve oSenhor Victorino deresto do boy <i>que</i> comprou para Seo cunhado	1000
----	--	------

[f. 129r]

Deve meu mano Francisco Pinheiro
que paguei por elle ao compadre Joze Pinheiro
oSeguinte _____ 20\$ reis

5

omano Joaquim ficou com os Olhos de Santa Luzia
[inint] pelo preço da [inint.] - - - - - - - - - - -17820
Por meya Libra desalça - - - - - - - - - - - 1280

10

Recebio Jozé Marques de in[inint] do Cavallo
Pasarinho - - - - - - - - - - - 10\$000

Deve Bernardo Joze Vicente de obras 12¹⁷⁴80
Deve mais de inprestimo — 1920

15

Deve o senhor Pedro Antonio 1 carga
de Algodaõ para Novembro de 1821
que já Recebeo pagoo 5000
Resto quatro mil reis

Deve meo Afilhado Maximiano
1 boy que Recebeo endinheiro - - - 4000
para Janeiro de 1822 - -

20

Deve o compadre Joze Pinheiro
do dinheiro que o mano Silverio
mandou dar ao Alferes
Manoel Alves Pereira Sincoenta
mil reis hoje 23 de Outubro de 1821

Deve minha comadre Dona Ana Francisca
de des obriga - - - - - - - - - - - 2000

25

Deve o mano namesma

Deve o mano Francisco Pinheiro
que mandou dar ao mano
Joze Pinheiro - - - - - - - - - - 20\$ reis

Deve Minha Irmã Maria da desobriga 1440

30

Meu compadre tomou do aço
de Ignocencio duas Libras

¹⁷⁴ Valor alterado. Antes havia um 8.

[f. 129v]¹⁷⁵

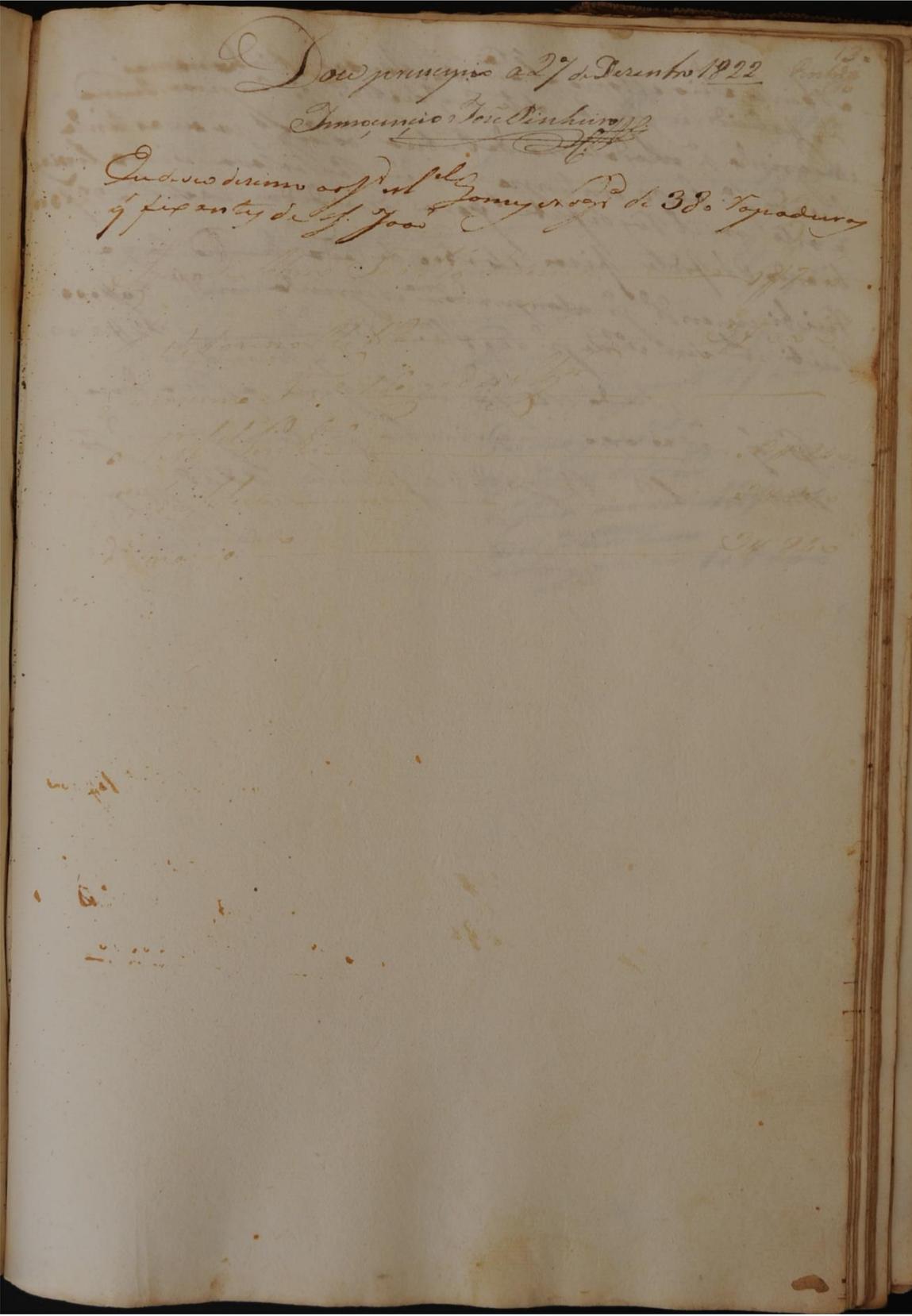
	osenhor Joze de Mello deve de inprestimo	_____	11\$520
	osenhor Joaquim dos Prazeres deve de inprestimo	_____ pago	5\$000
	meu Compadre Antonio Joaquim deve de inprestimo	_____	10\$520
	senhor Joaquim Lourenco deve [inint.] edo Botico	_____	3\$840
5	Manoel [inint.] Pereira deve huma Carga de Algodam	_____	
	Francisco Rois Deve huma [inint.] [inint.] duas dimprestimo		
	Venceslaõ deve de inprestimo	_____	10\$000
	osenhor Antõnio [inint.] de Jesus deve de 500 rapaduras		
	que me comprou a 100 reis	_____ pago	50\$000
10	Remualdo deve de inprestimo	_____	5\$000
	osenhor Gotardo deve de inprestimo	_____	3\$200
	osenhor Joaquim Lourenco de inprestimo	_____	3\$520
	osenhor Joaõ [inint.]	_____ 1380	
	[ilegível]	_____ 2880	Meu Tiio Jozé Pinheiro
15	[ilegível]	_____ 5000	deve dinheiro que dei a Manoel [inint.] 10\$000
	[ilegível]	_____ 360	osenhor Antonio Gonçalves de Oliveira deve de inprestimo para ocazamento desua
	meu [inint.] Lourenço	_____ 12\$000	Irmã que enprestei no dia 27 de
	Venceslaõ [ilegível]	_____ 8\$600	Dezenbro 1823 <u>osequinte pago 20\$000</u>
20	Jeraldo [inint.]	_____ 10\$000	<u>Saõ vinte mil 20\$000</u>
	[ilegível]		
	meu compadre [ilegível]	_____ 2\$000	

¹⁷⁵ Anotações de Inocêncio Pinheiro Canguçu.

Doc. p. n. n. n. a 27 de Setembro 1822

Provincia de Pernambuco

Quero dizer ao Sr. Alcaide da Vila de 3.ª Tapaduna
q. se a terra de S. Joao...



[f. 130r]¹⁷⁶

Dou principio a 27 de Dezembro 1822

Innoçençio JozéPinheiro¹⁷⁷

Eudevi[?] dizimo aosenhora ManoelGomes [*inint.*] de 380 rapaduras
que fi[?] antes de osenhora Joaõ

5 [ilegível + 6 linhas]

¹⁷⁶ Anotações de Inocência Pinheiro Canguçu.

¹⁷⁷ Laçadas no final da assinatura.

[f. 130v]¹⁷⁸

Minha Tia Maria Francisca da Asunsaõ tinhanamaõ
do falecido meu Pay sete Cargas de Algodam para comprar huma
Negrinha para Madalenna da Tabua as cargas ja eu as tinha
levado para baixo em tempo que meu Pay estava vivo leveias

- 5** a oito mil reys defrete foraõ vendidas na Sidade a 22\$500
tirando 8 de frete ficao 14e500 de cada huma carga
ricibi eu em *dinheiro* para a compra da mesma Negrinha im *dinheiro* 20\$000
ricibi mais sem *varas de pano* de Algodam a 120 _____ 12\$000

Tudo isto já entreguei asua dona <↑que he *minha* Tia>

- 10** Porque não axo negrinha para comprar por
sem mil. Brejo 24 de Junho 1828

Pinheiro

¹⁷⁸ Anotações de Inocêncio Pinheiro Canguçu.

(Certo an. l. de Byreni Com. d. 15) 131
 D. 30000 p. p. d. u. i. a. l. p. i. s. i. m. a L. 1000
 D. 20000 p. p. d. u. i. a. l. p. i. s. i. m. a L. 1000
 D. 10000 p. p. d. u. i. a. l. p. i. s. i. m. a L. 1000
 D. 5000 p. p. d. u. i. a. l. p. i. s. i. m. a L. 1000
 D. 2000 p. p. d. u. i. a. l. p. i. s. i. m. a L. 1000
 D. 1000 p. p. d. u. i. a. l. p. i. s. i. m. a L. 1000
 D. 500 p. p. d. u. i. a. l. p. i. s. i. m. a L. 1000
 D. 200 p. p. d. u. i. a. l. p. i. s. i. m. a L. 1000
 D. 100 p. p. d. u. i. a. l. p. i. s. i. m. a L. 1000
 D. 50 p. p. d. u. i. a. l. p. i. s. i. m. a L. 1000
 D. 20 p. p. d. u. i. a. l. p. i. s. i. m. a L. 1000
 D. 10 p. p. d. u. i. a. l. p. i. s. i. m. a L. 1000
 D. 5 p. p. d. u. i. a. l. p. i. s. i. m. a L. 1000
 D. 2 p. p. d. u. i. a. l. p. i. s. i. m. a L. 1000
 D. 1 p. p. d. u. i. a. l. p. i. s. i. m. a L. 1000

[f. 131r]¹⁷⁹

Ajustei a minha caza do P[?][?]piri com o senhor Francisco
por 30\$000 de [inint.] e [inint.]

	dinheiro que vou dando he o seguinte <u>allo 2 [inint.] a 400</u> _____	\$800
	dinheiro que dei <u>por humaves ao Padre</u> _____	1\$280
5	dei mais emdinheiro 2\$000 _____	2\$000
	dei mais emdinheiro _____	2\$000
	dei mais emdinheiro _____	1\$920
	Dei mais emdinheiro _____	40\$000
	Dei mais humgarrote _____	4\$000
10	Dei mais emdinheiro para os papeis do casamento desua mozza _____	42\$000
	Dei para o mesmo huma vacagorda _____	10\$000

¹⁷⁹ Anotações de Inocêncio Pinheiro Canguçu.

132
Pinto

Egagay' longuiri nota unno de 1825 doi abay

Amud Tio J. P. P. ————— 17

A. J. de Costa P. ————— 32

Matta em P. Ritta em notorio de P. Ritta
L. P. R.

Egagay 18 hum p. p. tor doi 19 Cabeno

Simoparidos 13 Saturno dige em P. Anoro
6

Saltu no p. p. q. i. r. i. Egagay 13 hum p. p. tor
18 paridos e bon de L. P. R.

Saltu em P. Anoro Egagay dige em

S. P. R. Ritta Egagay 18 hum p. p. tor 19

Simoparidos 13 e Cabeno

Brigo 22 de 26 1825

J. P. P. P. P. P.

Tombado P. P. P. Egagay 18

[f. 132r]¹⁸⁰

Egoas *que* comprei neste anno de 1825 são osegue lhes

Ameu Tio Jozé Pinheiro ————— 17

A Jozé da Costa Rodriguez ————— 32

Metti enSanta Ritta ou naFazenda de Santa Ritta

5 Soltei

Egoas 18 ehumpas tor são 14 cabessas

[~~Sine~~] paridas e 13 soteiras digo emSanto Amaro

6

Soltei noperipiri Egoas 13 ehum pastor

10 11¹⁸¹ paridas e doze solteiras

Soltei emSanto Amaro Egoas digo em

Santa Ritta Egoas 18 e humpastor 18

Sincoparidas e 13 Solteiras

15 Brejo 22 de *Novembro* 1825

Innocencio JozéPinheiro¹⁸²

Tenho emSanta Roza Egoas ————— 18

¹⁸⁰ Anotações de Inocência Pinheiro Canguçu.

¹⁸¹ O total foi corrigido. Antes, escreveu <12>.

¹⁸² Assinatura com várias laçadas.

Este livro sendo este livro hoje 18 de Junho 1838
 mas aqui nada de novo. do mesmo deha curi...
 do mesmo entre mim com livro...
 Anatorio H.....



e em andamento vi

[f. 132v]^{183 184}

Estive revendo este livro hoji 18 de Janeiro 1838
 enaõ axei nada denovidade so ssim desta cozinha que
 só ficou entre mim eomesmo livro eosSantos que eslavaõ no
 olratorio [?] PinheiroCanguçu

5 e eu ainda nada vi¹⁸⁵

¹⁸³ Anotação de Inocêncio Pinheiro Canguçu.

¹⁸⁴ Fólios em branco até o número 182r.

¹⁸⁵ Escrita atribuída a Miguel Joaquim de Castro Mirante, genro de Inocêncio Pinheiro Canguçu.

No dia 25 de Mayo de 1887 Cora mca J. Juanes
 con m^a Paura Prudencia Rosa dulenta con m^a
 Maria delos Reyes y sus hijos hijos en su calidad de
 conyug^e de la figura en valor sig^e

Manoel Cabra Em valor	200\$000
Fran. binguela em valor	200\$000
Ruberto em valor	200\$000
Mo Lauriano mulata Em valor	400\$000
Mo Sabino Criollo Em valor	50\$000
Maria Cabra em valor	200\$000
Maria Criolla em valor	200\$000
Constancia Cabra em valor	420\$000
Silvia mulata em valor	400\$000
Theriza Criolla em valor	400\$000
Sim Cabra Situady	60\$000
Jose budy Situady em valor	450\$000
suma alia para deposta	<u>2480\$000</u>

Antonio Sanchez Sinto
 hebre muniticos heffon
 q misales p fierun q se
 con m^a Jose aben D. Luperino

Jose J. Puchurro

[f. 182v]^{186 187}

No dia 25 de Mayo de 1817 Cazei meu *filho* Inocencio
Com *minha* Prima Pru dencia Roza deSanta Idevirgem
Ihedei dedote des escravos Sinco maxos eSinco femias
eomais *que se segue em valor Seguinte*

5	Manoel Cabra Em valor _____	200\$000
	Francisco Lengula em valor _____	200\$000
	Ruberto em valor _____	200\$000
	[M] Laureanno mulato Em valor _____	100\$000
	Sabino crioulo ¹⁸⁸ em valor _____	50\$000
10	Maria Cabra em valor _____	200\$000
	Maria Crioula en valor _____	200\$000
	Constacia Cabra em valor _____	200\$000
	Silveria mulata envalor _____	120\$000
	Theriza Crioula em valor _____	100\$000
15	Sem cabeças Situadas _____	400\$000
	doze bestas Situadas em valor _____	60\$000
	huma ariadura deprata _____	<u>150\$000</u>
		2180\$000

AntonioPinheiroPinto¹⁸⁹

20 há dece meenteirar 40\$000
que me falta para ficar em igual parte
com *minha* Irmã asenhora Dona Zeferina

Innocencio JozéPinheiro

¹⁸⁶ Anotações de Antonio Pinheiro Pinto e Inocência Pinheiro Canguçu.

¹⁸⁷ Fólios em branco até o número 185v.

¹⁸⁸ Trecho escrito sobre uma informação anulada, riscada.

¹⁸⁹ A assinatura é feita em tamanho maior e tem muitas laçadas no final

[f. 186r]

[ilegível]¹⁹⁰ 1818 cazey *minha* filha Zi
 [ilegível] o meu Primo An tonio deSouza Meira
 [ilegível] dedote des es cravos Sinco maxos eSinco
 femias em ovalor seguinte [*inint.*]

5	Joaõ Damaseno Crioulo	Em	200\$000
	Joaquim [?]ingella	Em	200\$000
	Pedro Costinho	Em	200\$000
	Florentino crioulo	Em deidade 8 anos	100\$000
	Jorje crioulo	deidade 3 anos Em - - - - -	50\$000
10	Eufrazia molata	deidade de 20 anos - - - - -	200\$000
	Joaquina crioula	deidade de 30 anos - - - - -	200\$000
	Apolonia Cabra	deidade de 25 anos - - - - -	200\$000
	Laurianna Molata	deidade de 12 anos - - - - -	120\$000
	Madalena Molata	deidade de 10 anos - - - - -	110\$000
15	Sem Cabeças de gado	Situado - - - - -	400\$000
	doze bestas	Situadas - - - - -	60\$000
	hum cavalo	Ruço bom de sella - - - - -	50\$000
	hum besta	muar	<u>30\$000</u>
		Soma	<u>2120\$000</u>
20	Fora ouro e prata [<i>inint.</i>]		
	emais in xoval decaza		
	evestuario que não fis presso		
		hum arredora de prata	<u>100\$000</u>
			2220\$000
25		AntonioPinheiroPinto	

¹⁹⁰ Na transcrição localizada no livro Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo, de Lycurgo Santos Filho, lê-se: "No dia 3 de Debro de 1818..."

[f. 186v]¹⁹¹

Estremos dopedaço de Terras *que* meu Pay me deo
 Com o *que* deo ameu compadre o senhor Antonio de Souza Meira
 Demarçaõins do olho da gua da gameleira [ilegível]
 mo direito ao alto do serado da Tapera agoas [ilegível]
 5 tentes *para* otuci e *para* o Pripiri edali por Sima
 do alto sempre the a Lagoa do Curralinho na
 tapage da Lagoa e dali a Lagoa da Marrecas
 athe estremar com Santa Anna de Joaquim das virges
 edali aestremar com os poçois eda estrema
 10 dos Poçois pellas estremas de Bernardo
 Pereira pelas estremas de Santo Amaro ao morro
 do olho da gua da gameleira edali por Sima do
 morro the na ponta do dito no Lugar do olho da
 gua da gameleira esta hé a terra de meu
 15 compadre Antonio
 Demarçaõis da Tapage da Lagoa do Curralinho rumo
 direito ao alto do viado Magro *que* verte *para* o salobro
 no caminho da Pedra Branca eda li ruma direito
 ao alto da vareda alta *que* verte *para* as murrinhas
 20 e *para* a vareda edali por rumo serado abaixo
 the Sobir na estrada num Lagedozinho
 de pedra *que* atreveça no caminho eda li pella es
 trada adian te the as Caximbas estrema
 do com o Campo Seco ficando o Pripiri *para*
 25 mim e o Tuci *para* meu compadre Antonio de Souza Meira
 Innocencio Jozé Pinheiro
 Eu Innocencio Jozé Pinheiro
 der dentro em tres annos
 cio de Carpinteiro a 7 de Julho 1823 *para* apren
 30 Entrou meu Mulato Juveranno No ofi

192

¹⁹¹ Anotações de Inocência Pinheiro Canguçu.

¹⁹²

Entrou meu Mulato Juveranno No ofi
 cio de Carpinteiro a 7 de Julho 1823 *para* apren
 der dentro em tres annos

Eu Innocencio Jozé Pinheiro

Alto doç lumbos, e mais doç (com Suco de M.
 Maçã verde do Borsã)

Humo Corado com a tola marizeta grande de uenta
 humo grata may outra dita branca humo de bronca
 e protina e toribulo em aorta e Galatã de prata
 Com ho protinco tam ben de prata
 tres Collyry idoy garfay dita marca M.
 quatro Collyry idoy garfay de marca S.
 A facy delabo verde, e tres garfay dita

[f. 188v]

Asento do *que* Recebo por maõ do *senhor capitam Izi doro Moreira*
Magalhães vindo da Barra

Huma Cazula Com estola maniplo epano deestante
 huma palla mais outra dita branca hum veo bran co

5 1 patena 1 toribulo enaveta 2 galhetas deprata

Com Seo pratinho tam bem deprata _____

tres colheres edois garfos desta marca M.

quatro colheres edois garfos demarca g

4 facas decabo verde, etres garfos ditos _____

[f. 189r]

Farinha que vou dando
 aosenhora [ilegível] João de[inint.] Pereira
 [ilegível] seguinte que Remeto
 5 [ilegível] Joze hum alqueire 1
 pelo vi cente Remete alqueire 2
 pelo [inint.] alqueire emeio 1/[?]
 pelo vi cente 2 alqueires — 2
 pelo Francisco 2/[?]
 10 que [inint.] pago

Deve odito senhor [inint.]
 Por $\frac{1}{4}$ demilho que dei ao burro 640
 deresto defarinha - - - - - pago 760

Osenhor [inint.] Manoel [inint.]
 quando passou mais osenhora [inint.] Manoel
 3 coartas demilho - - - - - 960

Farinha que vou dando aosenhora
 Padre Manoel Fernandez he o seguinte
 Por 5 coartas - - - - - pago 1600

15 dei a gente dosenhora [inint.] Manoel carlos
 oSeguinte 10 Libras decarne 600
 Por quarta emeya defarinha 480
 mais huma 4 farinha 320
 1400
 20 Por meya coarta defarinha 160
 pago 1560
 agora quando passou
 1 alqueire demilho 1280
 4 Rapaduras 320
 25 pago 4120

Farinha que dou acompadre Antonio
 Mathias tres coartos $\frac{3}{4}$
 mais huma quarta que fas 1 alqueire
 mais meyo alqueire $\frac{2}{4}$
 mais meya coarta 1440
 meyo alqueire demilho 480
 pago 1920
 Deve odito meu compadre Antônio Ma-
 thias deresto dasola pago 2000

[f. 189v]

	[ilegível]	
	Por 1 alqueire - - - - -	[ilegível]
	Por 4 Rapaduras - - - - -	[ilegível]
	Por 12 Rapaduras e - - - - -	[ilegível]
5	Soma -	[ilegível]
	Por meyo alqueire defeijaõ	[ilegível]
		[ilegível]
	Por 4 Rapaduras	[ilegível]
		<u>3360</u>
10	dei aoseo Rapas	160
	meya quarta defarinha	3520
		<u>7000</u>
		pago 3480
15	Res ta o senhor Alferes Joaõ de[inint.] denove Alqueires defarinha -	pago 760 Pinheiro

Entrou o Geraldo natenda do mestre Joze
em 20 de Abril 1802

20 En traraõ naes cola de Tomas Jozé daCosta
Ino cen cio e Alexandre em 23 de Janeiro de1802

	Asento doque vou dando aosenhor Joaõ Ferreira aconta do maxo hé o seguinte	Vira	8560
	Por 2 Rapaduras 160	Por 2 meyo[s] [?] Sola —	1280
	Por mais 3 [inint.] - - - 240	Por 4 Rapaduras —	<u>320</u>
25	Por mais duas - - - 160	Soma	<u>10160</u>
	Por 4 galinhas - - - - 1280	<u>o Senhor Joaõ Ferreira Resta</u>	160
	Por 2 [inint.] - - - - 800		
	Por 1 alqueire deaRos 960		
	Por 12 Rapaduras 960		
30	Por 2 meyo[s] deSolla 1280		
	Por 2 meyo[s] deSolla 1280		
	Por 2 Rapaduras 160		
	Por 2 meyo[s] deSolla <u>1280</u>		
	Soma <u>8560</u>		
35	<u>10000</u>		
	[?] 40		

[f. 190v]

Asento dos Dizimos [ilegível]
 no Primeiro de Julho de 804 [ilegível]
 [inint.] devo Sinco a Robas [ilegível]
 mais 5

5 De 1804

2 28

Farinha devo 3 alqueires [inint.] [ilegível]
 Feijaõ)|||||||) 3050 pago Ros)|||||||) pago
 Rapaduras Cargas)||| de[?]06 807 está pago

10 ao Timoteo tudo estamos quites de contas como [?] Joze
 [inint.] Mattos 808 pago Algodaõ Sem a Robas encaroço
 milho nada feijam de corda nada farinha nada
 feijam de a rancar Sin coenta pago alqueires tive nada
 mais de [inint.] Rapaduras 0 em 809 a Ros 50 alqueires

15 809 farinha nada milho nada feijam de corda nada
 feijaõ de aranca 270 alqueires pago Rapaduras 2000 pago
 8010 milho) _____ feijaõ) _____ a Ros) _____
 Rapaduras) _____ farinha) _____ enté Junho
 de 1811 estou avançado como Dizimeiro Timoteo de Souza [inint.]
 20 de 1812 milho 200 cargas feijaõ 50 alqueires farinha —
 Sem alqueires Rapaduras mil arros nada [inint.]

de 1813 do Junho de 811 ente Junho de 814 estou
 avançado como dito desemeiro a Sima [inint.]

25 de 1815

de 1815 milho 50 cargas feijaõ 50 alqueires farinha 50 alqueires
 Rapaduras <↑devo> 50 a Ros 40 alqueires [inint.]

de 1816 feijaõ Secenta alqueires farinha)|||
 milho ainda nada Rapaduras 200 a Ros 5 alqueires

30

Estou avançado com dezemeiro ente Junho [de 1816] de 1817

[f. 191r]

Mantimento que Colho de Junho de 1817 para diante

[*inint.*] he oSeguinte Farinha alqueire)|||||||)|||||||||)|||||||||)|||||||||)|||||||||u

17 Rapa duras) quinzentas

Feijão) Sin coenta alqueires

5 Milho) esta naRossa Sento eSencoentacargas

aRos) nem hum prato do principio atreano que devo no primeiro de
Julho de1817

1818 Rapaduras devo 20 feijão devo 5 alqueires milho devo —

6 alqueires farinha devo 2 alqueires aRos não devo nada isto

he ente hoje oprimeiro de outubro de1818

10 estou avançado como Dezimeiro o senhor Joze Ignacio eomeu a[*inint.*]

[*inint.*] Antonio deAlmeida ente Junho de 1820

Rapaduras tenho feito 200 este ano de 1820

Rapaduras que tenho feito este anno de 1820 são os Seguintes

15 300 farinha que devo dizimo 100 alqueires

milho 50 cargas aRos 16 alqueires feijão 40 alqueires

[f. 191v]

	Asento da dispeza [ilegível]		[ilegível]
	Por dinheiro que dei para [ilegível]		[ilegível]
	Por dinheiro do Rateyo doCavalo - - - - -		33750
	Por 1 por porta que veyo da Barra- - - - -		[ilegível]
5	Por dinheiro que dey a proprio que mandou		[ilegível]
		Soma	17[?] [?]70
	este dinheiro eu tenho dado _____	Pinheiro	10\$000
	Por dinheiro que dey ao Letrado _____		
	Por dinheiro que dey aos próprios do Angelo - - - - -		4\$640
10	dinheiro que dey ao Letrado do ajuste decauza		20\$000
	dinheiro deduas contas fis - - - - -		<u>\$800</u>
		Soma	<u>43\$010</u>
	mais dinheiro que o Letrado me pediu	pago	4\$000
	para hum bico de obra quando feis avila		
15	Recebi dos manos Joaquim e Silverio para principiar ad-		
	manda o seguinte - - - - -	pago	19\$000

[f. 192r]

	Asento da primeira dispeza para aDemanda de Manoel [inint.]	
	Por huma pro curaçaõ Bastante que paguey	1950
	Asento dadispeza que faço com a demanda do Mendes	
	Por dinheiro que dey ao Guedes para acon traf[?]- - - - -	\$400
5	Por dinheiro que mandey para [inint.] - - - - -	4\$000
	Por dinheiro que dey ao Letrado - - - - -	4\$000
	Por dinheiro que ao Letrado - - - - -2240	10\$000
	Por dinheiro que ao Letrado - - - - - <u>2400</u>	
	Por 1 aRoba decarne	4640 \$960
10	Por 12 Rapaduras	[ilegível]
	Por 1 alqueire de [ilegível]	[ilegível]
	Por dinheiro que aomano Silverio [ilegível]	4\$160
	Por dinheiro deRapadura [?] Rapa duras - - - - -	1\$200 ¹⁹³
	Por dinheiro que dey ao Roxa - - - - -	1\$280
15	PaS ey para outra Lauda	

¹⁹³ O valor está rasurado, pode ser 3\$220.

[f. 193r]

	[ilegível]	[inint.]	
	[ilegível]	[inint.]	[ilegível]
	[ilegível]	[inint] Manoel [ilegível]	[ilegível]
		128	[ilegível]
5	[ilegível]		[ilegível]
	[ilegível] ao Letrado Luis etabeliam	[ilegível]	[ilegível]
	Por dinheiro que dey [inint.] para gastos	[ilegível]	
	[ilegível]		\$800
	Dinheiro que paguei dos [inint.]		\$(inint.)
10	Dinheiro que dey ao Crispino para ir buscar ocavalo		1\$000
	Por 1 vaca que dey ao Bitos navila	_____ pago	<u>3\$000</u>
		Soma	22\$600
	Por dinheiro que dey ao Alcoyda Maciel	-----	8\$000
	Por dinheiro das perguntas ao Reo Maxado	-----	4\$618
15	dotras Lado das perguntas ao [inint.] costa		3\$600
	Por dinheiro que dey aovitorino para Comer no Caminho		5\$640
	Por dinheiro que paguey avitorino para conduzir o pre<†to>		5\$000
	Por dinheiro que Alexandre do Salto deo aodito	-----	6\$000
	Por dinheiro que paguey ao Merinho Gonçalves	----- pago	<u>20\$000</u>
20		Soma	75\$458
	Gado que Soltei este an no de 1808 heoSeguinte		
	deAntonio Pereira Lopes 171 bois novilhos 25		
	bois de Athanasio Alves Brandaõ	70 — naSerra	
		<u>171</u>	
25	Soma	241 bois	

[f. 193r]¹⁹⁴

	Farinha que vendo neste anno de 1799 he o seguinte	
	ao Compadre Bernardo de Souza 10 alqueires a 640 _____	6\$400
	ao Silverio do [inint.] a 640 10 alqueires _____	6\$400
	ao [inint.] Antônio da Serra Negra 10 alqueires a 640 _____	6\$400
5	A Bernardo Pereira 4 alqueires a 640 _____	2\$560
	A Francisco Mathias 4 alqueires a 640 _____	2\$560
	Mais adito 2 alqueires a 960 _____	1\$920
	A Placido Mosso 2 alqueires a 960 _____	1\$920
	Mais 2 alqueires ao Mosso do Capitam Antonio Fernandez a 960 _____	1\$920
10	Aos homens de Santa Crus 14 alqueires a 960 _____	13\$440
	A Pedro Gonçalves 8 alqueires a 960 _____	8\$000
	ao Filho do Lima 2 alqueires a 960 _____	1\$920
	ao Crioulo dos Lençoes 2 alqueires a 960 _____	1\$920
	mais a Pedro Gonçalves 4 alqueires a 960 _____	1\$920
15	para o vaqueiro do morcego 2 alqueires a 960 _____	1\$920
	Para o Ray mundo da Barra 10 alqueires a 1280 _____	12\$800
	Para os homens de Santa Crus 20 alqueires a 1280 _____	25\$600
	Para o Matias 2 alqueires a 1280 _____	1\$920
	Para o Ray mundo da Barra 10 alqueires a 1280 _____	12\$800
20	Para Domingos Jorgé _____ 7 alqueires a 1280 _____	8\$320
	Soma	<u>120\$640</u>
	Para o Mourão no Caetete 50 alqueire a 960 _____	48\$000
	Para os homens de Santa Crus 40 alqueire a 1280 _____	51\$200
	Para o Gavião 56 alqueire a 1280 - - - - -	59\$000
25	Para Santa Rita 37 alqueire a 1280 - - - - -	47\$300
	Para [inint] 89 alqueire a 1280 - - - - -	115\$920
	Soma	<u>442\$060</u>
	Esta venda fis em 98 para 99 - - - - -	<u>253\$240</u>
	Por junta em mão de varios _____	695\$200

¹⁹⁴ A numeração está repetida.

|||||

de 8022 837 804
 809.57 8.67

Bel

804000 804 804

de 8022 837 804
 809.57 8.67

de 8022 837 804
 809.57 8.67



[f. 193v]

)|||||†

Asento dos Bizeros daFazenda [ilegível]

de 99)|||||†|||||†|||||† em [inint])|||||†|||||†||||| 801)|||||†

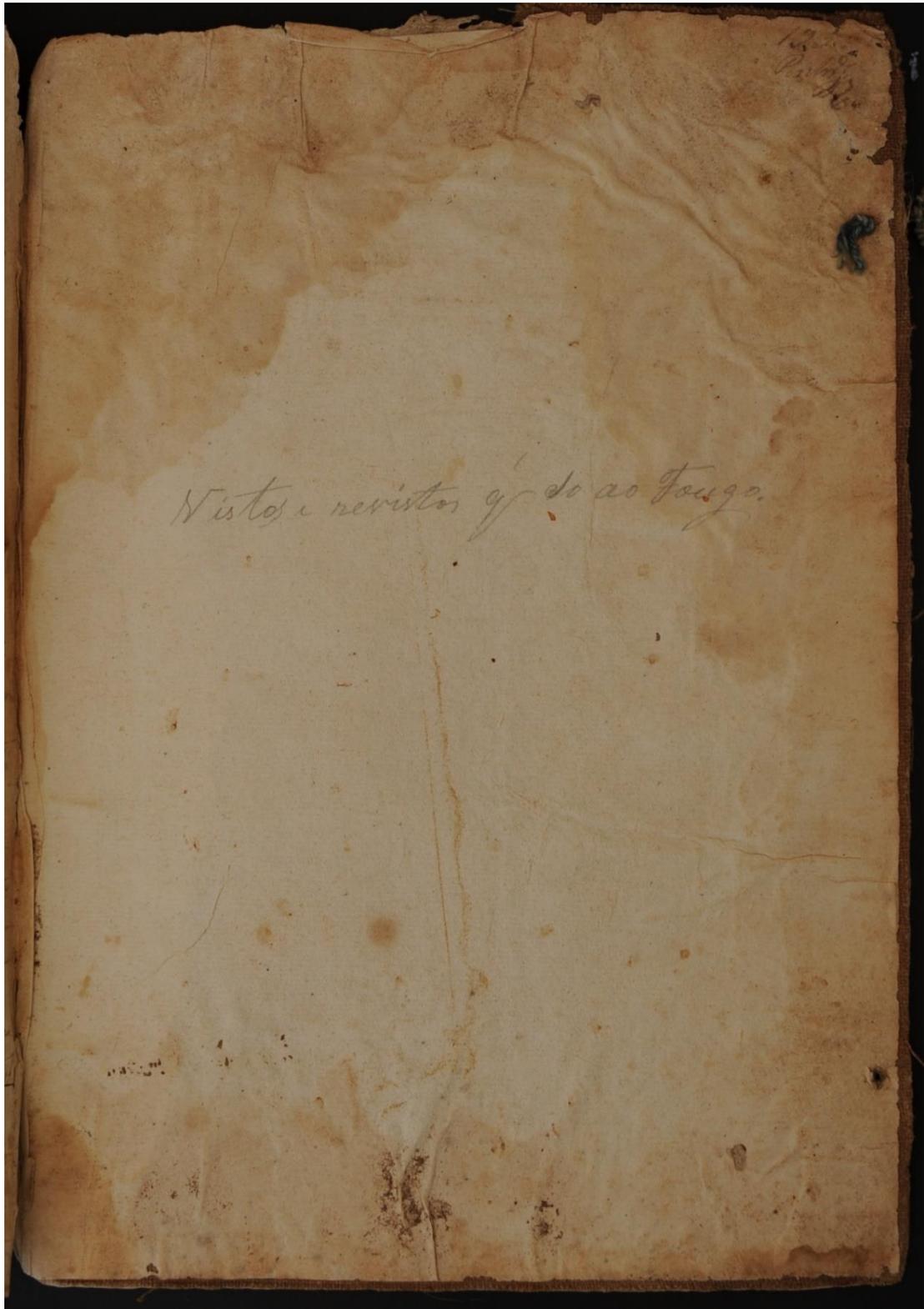
de 802)|||||†|||||†||| 803)|||||†|||||†| 804)

5 de 805) 806)

[inint.] que devo najunta deste anno de 1797 são os Seguintes
 a Meu Primo Meira pago)||| a Meu Compadre VencesLao pago)|||
 [ilegível] deste anno de 1798 a Meu Primo Meira pago)|||
 a meu Compadre VencesLao pago)||| aoPrimo Cazuza pago)|||

10 Bois que devem Coarto aosenhor Bernardo [inint] de 96 M|||||0
 dias que devem coarto acriador Bernardo [inint] M 97) ||| 98 M+

daFazenda que devi Coarto 96M| 96F10- F de97) | [inint.]



Nistos e revistas q' do ao Fuzgo.

[f. 195r]

Vistos e revistos *que* do ao Fougo

4

ÍNDICE ANALÍTICO DOS REGISTROS DO LIVRO DE RAZÃO DO BREJO DO CAMPO SECO

Verso da capa

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
 Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 01

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
 Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 02

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
 Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 03

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
 Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 04

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
 Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 05

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
 Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 06

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
 Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 07

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
 Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 08

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
 Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Apresentam-se, nesta página, uma reflexão inicial, anotações contábeis, indicação do registro da patente recebida, a contratação de um feitor, em 1823, com a indicação do salário anual, e a chegada de um homem por nome Joaquim Manata.

Funciona como o termo de abertura do livro, informado a função e a quem pertence, em 1794. Além disso, é possível encontrar informações sobre o início da construção do sobrado, em 1808, e o começo dos estudos de Inocêncio Pinheiro com o professor Ignácio Ferreira da Silva, em 1810.

Anotações de dívidas com o irmão Antônio de Brito, além de anotações de venda de farinha, rapadura e a fuga do crioulo João em 14 de junho de 1795.

Registro de dívidas e pagamentos feitos pelos irmãos, Francisco e Joaquim, pelos compadres, Severo e Batista, além de outros devedores, inclusive o afilhado José Lourenço.

Anotações de acertos de contas e outras dívidas oriundas da venda de pano de chita, de vaca e um garrote, e empréstimos realizados e quitados.

Anotações de dívidas de empréstimos, vendas de tecidos e pólvora. Há também registros de valores recebidos em peixes.

Registros de empréstimo à comadre Anna Francisca, dinheiro dado ao Juiz de órfãos e ao padre para os casamentos e batizados, além de outras anotações de dívidas diversas.

Registros de dívidas referentes à venda de tecidos, pólvora, pistola, além de empréstimos feitos.

Anotações contábeis sobre a venda de farinha, bois, sal e outras despesas.

Página 09

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 10

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 11

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 12

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 13

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 14

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 15

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 16

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 17

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Informações sobre a venda de machado, pólvora, botões, algodão, além de empréstimos e pagamento de crédito.

Registros de empréstimos feitos e venda de foice, machado, tecidos e cavalo.

Anotações de empréstimos e vendas de carne, farinha, rapadura, aguardente e pólvora.

Informações sobre empréstimos e vendas de rapadura e pólvora.

Dívida feita pelo irmão José Pinheiro Pinto, em 1796, e outros empréstimos feitos ao primo Manuel de Brito, a Bernardo José, entre outros.

Anotações de dívidas e pagamentos recebidos.

Registros de pagamentos recebidos de alguns de seus irmãos e venda de farinha, tecido e pólvora.

Anotações de dívidas de mantimentos e de empréstimo.

Registros de pagamentos realizados e dívidas da venda de rapaduras e de um fraque.

Página 18

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 19

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 20

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 21

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 22

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 23

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 24

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 25

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 26

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Registro do aluguel de uma mula e da venda de feijão, farinha e milho.

Registro do aluguel de um negro, de empréstimos e de outros mantimentos.

Informações sobre a venda de carne, lã, algodão e empréstimos feitos.

Descreve dívidas de empréstimos feitos, venda de algodão e resto de um boi.

Lista os nomes dos devedores pela compra de pólvora, farinha e empréstimos feitos.

Apresenta relação de devedores pelas seguintes compras: papel, chinelos, pólvora, rapadura e mantimentos. Além disso, registra também sua dívida a Luís Marques.

Relaciona as pessoas que lhe devem dinheiro de empréstimo e anota também a venda de chumbo, pólvora e uma foice.

Registra uma dívida que tem com o compadre José Pinheiro do moleque Francisco. Anota também a relação de pessoas que lhe devem pelos empréstimos feitos e pela venda de pólvora, cachaça, aguardente e algodão.

Lista os nomes dos devedores pelos empréstimos feitos e pelos ajustes de contas. Menciona também a dívida que fez por pagar ao padre uma missa de corpo presente.

Página 27

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 28

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 29

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 30

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 31

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 32

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 33

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 34

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 35

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Registra as dívidas dos compadres: José Pinheiro e Joaquim da Rocha, do capitão João Álvares de Souza e de outros senhores.

Anota a relação de pessoas a quem emprestou o dinheiro. Registra também a venda de algodão e milho e a chegada de um crioulo em dezembro de 1800.

Registra empréstimos feitos, a venda de bois e cavalos, além de um pagamento feito para prender um escravo.

Apresenta relação de devedores pelas seguintes compras: algodão, lã, farinha, machado, pólvora, milho, sola, veado mateiro e pano.

Anota a relação de pessoas a quem vendeu pólvora, indicando a efetuação do pagamento. Além disso, informa o dinheiro que deu para compras e pagamentos.

Registro de empréstimos realizados e da venda de farinha, aço, chapéu, potro e uma besta.

Lista os devedores de empréstimos realizados e acertos de contas.

Apresenta dívidas do compadre José Pinheiro e do afilhado José Lourenço.

Relaciona as dívidas do senhor Bernardo José de Souza, o empréstimo de João Batista e a dívida do irmão Joaquim Pinheiro de um vestido, uma foice e meia libra de aço.

Página 36

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 37

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 38

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 39

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 40

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 41

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 42

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 43

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 44

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Descreve a dívida e o pagamento do senhor João Araújo pela compra de farinha e feijão de corda.

Registra a venda dos seguintes itens: carne seca, farinha, feijão, sal, sebo, pólvora e algodão ao senhor Manuel Marques, José da Mota Leitão, Bernardo Pereira, Eufrásio e José Crioulo.

Anota a dívida que tem com o mestre ferreiro Tomás.

Lista as dívidas do mestre ferreiro Tomás, do senhor Bernardo José e de outros senhores.

Informa dívidas que tem com Bernardo José e o compadre José Pinheiro. Menciona também a dívida de Lino Antonio das Flores, Antonio de Almeida, Luís Marques e da senhora Domingas.

Apresenta a relação de mantimentos vendida ao capitão Francisco de Brito.

Descreve a dívida do compadre José Pinheiro e do sobrinho Manuel Matias.

Relaciona a venda de tecidos, roupas, couro, chapéu, telhas, portas e tronco.

Apresenta dívida que tem com Bernardo José e a venda de mantimentos para Antonio Batista.

Página 45

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 46

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 47

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 48

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 49

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 50

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 51

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 52

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 53

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Anota transações comerciais com Francisco de Souza Meira, dinheiro dado ao padre João e dinheiro entregue ao irmão Antonio de Brito para remeter ao compadre Bernardo Carvalho, em 1802.

Registra dívida que tem o mestre ferreiro Inácio Vieira e outras dívidas com capitão Meira. Anotadas na lauda anterior.

Lista dívidas de Manuel dos Santos, Isidoro, Joaquim da Rocha e da comadre Micaela.

Descreve as obras que tem com o senhor Tomás e a dívida com os compadres Caetano e João Batista.

Registro de informações de dívidas diversas, desde os gastos com um camarada do senhor Marcelo, até empréstimos feitos a uma série de pessoas.

Anota a dívida que tem com o afilhado José Lourenço por causa do moleque Ruberto. Lista a conta do senhor Venceslau, especificando os seguintes produtos comprados por ele: rapadura, couro, feijão, cangalha.

Especifica uma série dívidas e acertos de contas oriundos de vendas de mantimentos e de outras transações comerciais.

Descreve as dívidas que tem com o compadre José Pinheiro e outras anotações contábeis.

Anota a dívida que tem com o compadre Bernardo de Souza Meira e lista o nome de pessoas que lhes devem.

Página 54

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 55

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 56

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 57

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 58

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 59

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 60

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 61

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 62

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Registra a dívida feita com Manuel Francisco, atendendo a um pedido do seu compadre Meira em um bilhete.

Discrimina em uma lista o nome de pessoas que lhe devem.

Registra informações da venda de sal, rapaduras, foices, terras e aço. Menciona também uma dívida da demanda dos Mendes.

Anotações de dívidas, créditos e pagamentos recebidos.

Registra a venda de feijão, pano de algodão, couro de boi, carne, farinha e rapadura, além de outros mantimentos.

Assento das cargas de algodão vendidas em 1804/1805.

Registro das obras do ferreiro Jerônimo e dos compadres Venceslau e Manuel Lourenço.

Anota o dinheiro que recebeu para guardar do escravo Jacinto. Faz registro também de outras dívidas oriundas da venda de mantimentos.

Registra as dívidas do compadre José Pinheiro e pagamento de obras. Além disso, anota o dinheiro pago a Luís para seguir os escravos que fugiram, entre outras contas.

Página 63

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 64

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 65

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 66

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 67

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 68

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 70

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 72

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 73

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Assento das obras feitas pelo sobrinho Manuel Matias e outras anotações contábeis.

Discrimina os nomes dos compradores de algodão dos anos 1806 e 1807. Anota ainda empréstimos feitos a José Antônio.

Especifica a venda de algodão, rapadura, mantimentos e empréstimo que ele fez aos outros.

Descreve a venda de pregos, pólvora, esporas, martelo, enxada, foice, fechadura e outros instrumentos.

Anota as dívidas de José Antônio, Manuel Crioulo, Alexandre, Manuel referentes a mantimentos, outros materiais pregos, panos, machado e o aluguel de um escravo.

Registra as dívidas de Enriques, José Pinheiro, José Antônio referentes a compra de mantimentos, animais, pano e outros instrumentos.

Controle de pagamentos e recebimentos.

Anotações referentes à venda de mantimentos como carne, farinha e outros produtos como: machado, ferros e telhas.

Registro de informações referentes a venda de mantimentos como farinha, feijão, rapadura. Anota ainda a dívida da compra de uma vaca e uma novilha e os gastos com o filho de Ignácio da Nunciação.

Página 74

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 75

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 76

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 78

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 79

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 80

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 81

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 82

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antonio Pinheiro Pinto.

Página 83

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Anotações contábeis referentes a venda de carne, farinha, sabão e outros produtos como tecido.

Informa os empréstimos realizados a Martinho José e o valor que gastou com mantimentos nos anos e 1808 e 1809.

Registra a dívida do irmão Joaquim Pinheiro, do compadre Severo e do senhor Manoel das Neves. Além disso, anota, também, o pagamento que recebeu de Luís pelas mãos do primo Vicente.

Anotações referentes à venda de tecidos de vários tipos. Há ainda registros de venda de chapéu, enxada, aço, camisas, calça e outros produtos.

Descreve a dívida que tem com Bento José no valor dez mil pela compra de um cavalo. Além disso, anota dívidas referentes à venda de diversos produtos.

Anotações de despesas e pagamentos recebidos.

Especifica o empréstimo feito ao compadre Manoel de Souza. Anota também a despesa que fez a partir de um empréstimo a José da Costa e outras informações contábeis.

Anotações de dívidas e ajustes de contas do compadre José Antônio e outras informações contábeis.

Anotações de dívidas referentes à venda de produtos variados, como cargas de algodão, foices, machado. Registra ainda a perda de 12 escravos e 300 cabeças de gado com a seca de 1808.

Página 84

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 85

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 86

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 87

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 88

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 89

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 90

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 91

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 92

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Assento das dívidas do capitão Venceslau, do afilhado Antônio e do primo Joaquim de Souza Meira. Anota também dívidas da venda de diversos produtos.

Registro de diversas dívidas. Há também anotações referentes à escrava Inês que juntava dinheiro para comprar a liberdade.

Assesto das despesas que teve com Antônio de Souza e registro de dívidas do mestre Ignácio, oriunda da compra de diversos produtos na venda.

Anotações de diversas despesas e pagamentos.

Registros de despesas com o mestre Ignácio e outros. Anotações variadas sobre a retirada de ripas e aluguel de um moço.

Descreve a compra de seis bestas para seu irmão José Pinheiro em 1810. Anota também o acerto de contas com o primo Vicente e outras transações comerciais.

Anotações de diversas transações comerciais com o compadre José Antônio.

Registro de dívidas do senhor Francisco Rocha e acertos de contas com Domingos Fernandes. Anota ainda a venda de ferro, ao mestre ferreiro de Bom Jesus e outras despesas.

Anotações da venda de diversos produtos como: vaca, tabaco, aguardente. Além disso, registra empréstimos feitos a Martinho José e acerto de contas com o compadre Antônio de Souza.

Página 93

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Anota o acerto de contas das obras feitas pelo Rocha e outras transações comerciais.

Página 94

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Especifica a dívida do afilhado Francisco Antônio, dos compadres Joaquim e José Pinheiro e outras transações comerciais.

Página 95

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Registra as despesas e acertos de contas.

Página 96

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Anota as dívidas do compadre José Antônio e do mestre Inácio.

Página 97

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Registra as dívidas de Francisco Rocha e João Brás. Além disso, anota o dinheiro recebido da comadre Luzia para comprar um moleque e outras transações comerciais.

Página 98

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Relaciona as dívidas de João Ferreira, Bernardo José de Souza, João Máximo e do compadre Manoel Gomes. Registra ainda o empréstimo que tomou ao senhor Martinho para o irmão Silvério.

Página 99

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Registra o valor que guarda do escravo Jacinto. E outras dívidas do senhor Bernardo José em 1811. Anota ainda outras transações referentes a construção do sobrado.

Página 100

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Anota dívidas e acertos de contas com os compadres Antônio de Souza e José Antônio, o irmão Francisco e o mestre ferreiro.

Página 101

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Descreve dívidas e pagamentos diversos do período de 1811 a 1814. Anota ainda o recebimento de 15 cabeças de gado como pagamento de empréstimo feito para o irmão.

Página 102

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 103

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 104

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 105

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 106

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 107

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 108

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 109

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 110

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Registra dívidas e acertos de contas diversos.

Registra, em 1812, o acerto com o pintor José Antônio Pinto para pintar o sobrado. Anota ainda o acerto com o canteiro para fazer os degraus e outros ajustes no sobrado, em 1813, juntamente com outras anotações contábeis.

Específica a venda e a compra de cargas de algodão e milho entre 1814 e 1816.

Anotações de diversas transações comerciais envolvendo os seguintes produtos: carne, sal, feijão, farinha. Registra ainda o dinheiro dado ao capitão do mato.

Anota a dívida que tem com o irmão Joaquim Pinheiro e os créditos de cargas de algodão que possuía em 1800. Registra ainda a entrada do mulato Vitorino para trabalhar na obra do irmão José Pinheiro.

Registra as despesas e os pagamentos que fez em 1813 e 1814.

Anota as dívidas e os pagamentos recebidos em 1815.

Lista as dívidas do primo Antônio de Souza e do senhor Venceslau. Anota ainda o empréstimo de cem mil réis que fez ao irmão José Pinheiro para a compra da fazenda Pedra Branca.

Anota diversas transações comerciais.

Página 111

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 112

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 113

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 114

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 115

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 116

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 117

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 118

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 119

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Registra diversas transações comerciais.

Descreve as dívidas de Manuel Ferreira em 1815 e do compadre Caetano José Jardim em 1816, além de outras transações comerciais.

Anota transações comerciais feitas com o irmão Silvério, o afilhado José Lourenço e outras pessoas da região em 1816.

Registra transações comerciais feitas com o afilhado José Lourenço e outras pessoas da região em 1817 e 1818.

Anota a dívida que tem com o compadre Joaquim Matias e a esmola que prometeu dar para a capela. Além disso, registra outras dívidas do afilhado José Lourenço, João de Souza e sua comadre.

Registra diversas dívidas e transações comerciais do ano de 1818.

Anota a dívida que tem com a irmã Maria Francisca e o aluguel do mulato Vitorino ao primo Rodrigo de Souza Meira. Além disso, registra pagamento da dívida de Inocêncio ao primo Rodrigo e o dinheiro que pagou pela mãe a sua tia Maria.

Registra as despesas que fez com a casa da irmã Maria Francisca em 1818 e outras transações comerciais.

Anota a compra de um negro novo e outras dívidas da afilhada Ana Delfina, da comadre Joana Batista e dos compadres Joaquim Matias e Gotardo. Relata ainda a dívida de Inocêncio que alugou, por um ano, um moleque fiado.

Página 120

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 121

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Página 122

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Fólio 123r

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Fólio 124v

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Fólio 125r

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Fólio 125v

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Fólio 126r

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Anotações de compra e venda de cargas de algodão.

Anota a carta patente de sua nomeação de capitão da Companhia do Arraial de Caetité.

Continuação do registro da carta patente de sua nomeação de capitão da Companhia do Arraial de Caetité.

Registra o termo de posse e juramento no cargo de capitão da Companhia do Arraial de Caetité.

Anota receitas para curar gonorreia e feridas gálicas.

Registra novas receitas para curar gonorreia e outros males.

Registro de diversas transações comerciais nos anos de 1819 e 1820.

Anotações de gados distribuídos em Santa Rosa e Santa Rita. Além disso, registra dividas diversas.

Fólio 126v

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Fólio 127r

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Fólio 127v

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Fólio 128r

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Fólio 128v

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Fólio 129r

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Fólio 129v

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Inocêncio Pinheiro Pinto.

Fólio 130r

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor:: Inocêncio Pinheiro Pinto

Fólio 130v

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Inocêncio Pinheiro Pinto.

Informa o tempo e o valor do aluguel de um escravo chamado Albino e a compra da casa pertencente a Vitorino, em Santa Rosa. Anota ainda outras transações comerciais.

Descreve as dívidas do afilhado José Lourenço e outras transações comerciais realizadas com Antônio de Souza, Antônio Teixeira e outros.

Registro de acertos de contas (pagamentos) e outras transações realizadas

Anotações de vendas de gado realizadas nos anos de 1821 e 1825. Há também informações de pagamentos recebidos.

Registro de contas dos irmãos Silvério e Joaquim, do afilhado José Lourenço, da comadre Maria Rosa e de outros devedores.

Anotações de várias transações comerciais realizadas com o irmão, afilhado e outros devedores.

Registro de empréstimos realizados a várias pessoas.

Anotação de 27 de dezembro de 1822. Funciona como uma espécie de termo de abertura, indicando o início dos registros de Inocêncio Pinheiro Pinto.

Descreve um acordo que Antônio Pinheiro tinha com Maria Francisca de Assunção para comprar uma escrava e como essa situação foi resolvida após a morte do pai.

Fólio 131r

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
 Scriptor: Inocêncio Pinheiro Pinto.

Fólio 132r

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
 Scriptor: Inocêncio Pinheiro Pinto.

Fólio 132v

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
 Scriptors: Inocêncio Pinheiro Pinto.
 Miguel Joaquim de Castro Mirante.

Fólio 182v

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
 Scriptors: Antônio Pinheiro Pinto.
 Inocêncio Pinheiro Pinto.

Fólio 186r

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
 Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Fólio 186r

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
 Scriptor: Inocêncio Pinheiro Pinto.

Fólio 188v

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
 Scriptor: Inocêncio Pinheiro Pinto.

Fólio 189r

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
 Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Anotações sobre um ajuste de uma casa que fez com Francisco, além disso, registra o valor pago pelos papéis de um casamento e outras dívidas.

Informa as éguas que comprou no ano de 1825, especificando o nome dos vendedores e os locais onde as soltou.

Registro de 18 de janeiro de 1838 de Inocêncio Pinheiro Pinto. Trata-se de uma reflexão a partir da análise do Livro de Razão. Logo após essa reflexão, tempos depois, Miguel Joaquim de Castro Mirante conclui, também, que não viu nada de interessante no livro.

Antônio Pinheiro Pinto registra informações sobre o casamento de Inocêncio Pinheiro Pinto com a prima Prudência Rosa de Santa Edwiges e descreve o dote dado ao filho. Na parte de baixo, Inocêncio anota o que precisa receber para igualar o valor do dote dado a irmã.

Antônio Pinheiro Pinto registra informações sobre o casamento de sua filha Zeferina com o primo Antônio de Souza Meira e descreve o dote dado, além de ouro, prata e do enxoval.

Registra a demarcação de terras que recebeu do pai juntamente com o cunhado Antônio de Souza Meira. Anota, também, a data de entrada do mulato Juverano no ofício de carpinteiro.

Lista os utensílios para o oratório recebidos da mão do capitão Isidoro Moreira Magalhães

Registro de diversas dividas oriundas da venda de carne, farinha e milho.

Fólio 189v

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Fólio 190v

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Fólio 191r

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Fólio 191v

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Fólio 192r

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Fólio 193r

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Fólio 193r

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Fólio 193v

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Fólio 194r

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Anotações de algumas dividas e da data de entrada de Inocêncio e Alexandre na escola do mestre Tomas José da Costa em 23 de janeiro de 1802. Registra também a entrada de Geraldo na tenda do mestre José.

Descreve o dizimo pago, em 1804, e diversas dividas e acertos de contas envolvendo produtos como farinha, milho, algodão e feijão nos períodos de 1804 a 1816.

Anotações de diversas dívidas acertos de contas envolvendo produtos como farinha e rapadura nos anos de 1817 e 1820.

Registro de dívidas e acertos de contas com o letrado por obras feitas.

Anotações de dívidas que fez com a demanda dos Mendes e outas despesas.

Informa diversas dívidas e acertos de contas.

Registro de dívidas feitas em 1798 e 1799.

Anotações sobre a quantidade bezerros da fazenda entre os anos de 1799 e 1806. Registra também outras transações envolvendo gados.

Registra a quantidade bezerros da fazenda entre os anos de 1792 e 1806. Anota também outras transações envolvendo gados.

Fólio 194v

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Antônio Pinheiro Pinto.

Anotações diversas sobre dízimos e mantimentos colhidos e negociados entre 1794 e 1802.

Fólio 195

Livro de Razão do Brejo do Campo Seco
Scriptor: Miguel Joaquim de Castro Mirante

Única anotação de Miguel de Castro Mirante. Encerra o livro informando que o jogaria no fogo.

5

OS SCRIPTORES

5.1 ANTÔNIO PINHEIRO PINTO

5.1.1 Ficha biográfica

Nome completo: Antônio Pinheiro Pinto

Filiação: Não localizamos informações.

Avós paternos/maternos: Não localizamos informações.

Naturalidade: Radicado em Caetité/BA **Nacionalidade:** Brasileira

Data de nascimento: Não localizamos informações. **Data de falecimento:** Novembro de 1822

Idade (quando da escrita do documento): Não se pode definir, pois não localizamos a data de nascimento.

Estado civil: Casado com Bibiana Maria de Jesus

Instituição de ensino: Não localizamos informações.

Grau de instrução: Não há informações específicas, mas sabe-se que recebeu a instrução elementar da época: ler, escrever, contar e rudimentos de Religião e latim. Sobre a esposa também não se sabe o grau de instrução.

Profissão por formação: Não localizamos informações.

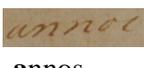
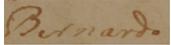
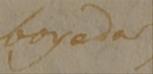
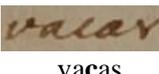
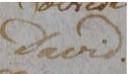
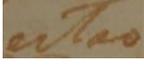
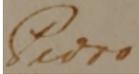
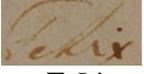
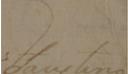
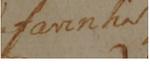
Principais atividades: Tenente de Milícia da Cavalaria de Minas de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas/BA; Fazendeiro (criador e agricultor) e Comerciante.

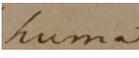
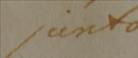
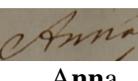
Observações: Há referências a quatro irmãos: Joaquim Pinheiro Pinto (casado com Antonia Maria de Jesus); José Pinheiro Pinto (casado com Ana Francisca da Silva), genros de Miguel Lourenço de Almeida; Francisco e Silvério.

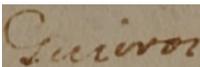
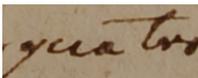
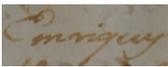
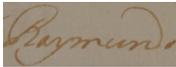
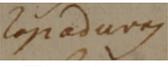
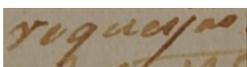
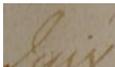
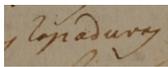
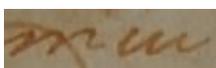
Fonte: SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVII e XIX*. Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012.

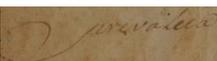
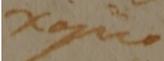
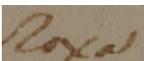
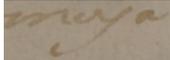
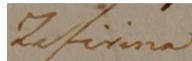
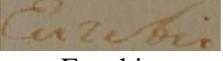
Fonte: Elaborado por Santos (2019) e pelo autor a partir do modelo de ficha extraído de Carneiro (2005).

5.1.2 Quadro scriptográfico

Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
A	 Agosto [p.0, L. 7]	 annos [p.0, L. 7]	 Manata [p.0, L. 6]	 caza [p.0, L. 6]
B	 Bernardo [p.0, L. 11]	 boyada [p.8, L. 12]	 obras [p.0, L. 13]	Sem ocorrências
C	 Coartas [p.2, L.10]	 credito [p.13, L.7]	 vacas [p.4, L.15]	Sem ocorrências
D	 Deve [p.11, L.9]	 duas [p.4, L.15]	 ALgodaõ [p.21, L.3]	 David [p.7, L.18]
E	 Euzebio [p.16, L.12]	 estao [p.50, L.10]	 Pedro [p.21, L.9]	 Jozé [p.21, L.1]
F	 FeLix [p.5, L.6]  Faus tino [p. 79, L.19]  Farinha [f.193r, L.1]	 farinha [p.2, L.12]	 ALferes [p.29, L.10]	Sem ocorrências

G	 Gomes [p.33, L.5]	 garotes [p.40, L.4]	 obrigou [p.29, L.11]	Sem ocorrências
H	 Honofre [p.111, L.25]	 huma [p.7, L.13]	 Pinheiro [p.13, L.1]  afilhado [p.102, L.14]	Sem ocorrências
I	 Irmao p.13, L.1	 im pres timo [p.7, L.22]	 Pinto [p. 13. L.1]	 hoji [p. 79, L.8]
J	 Jozé [p. 79, L.1]	 junto [p. 32, L.2]	 adjuntos [f.125r, L14]	Sem ocorrências
K	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências
L	 Lourenco [p. 79, L.2]	 linho [p. 31, L.24]	 calças [p. 11, L. 27]	 Abril [f.125v, L.18]
M	 Meira [p.31, L.23]	 meya [p. 31, L.9]	 Primo [p.31, L.23]	 Bom [p. 101, L.3]
N	 Nascimento [p.118, L.20]	 negro [f.123v, L.18]	 Anna [p.110, L.2]	 hun [p. 67, L.26]

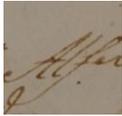
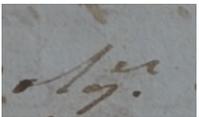
O	 OLiveira [p.52, L.21]	 obrigado [p.7, L.2]	 Comprei f.123v, L.1]	 oprimereiro [f.123v, L.1]
P	 Pintor [p. 103, L.1]	 pintar [p. 103, L.2]	 Campo [p.107, L.4]	Sem ocorrências
Q	 Queiros [p.6, L.10]	 qua tro [p.7, L.14]	 Emriques [p. 68, L.1]	Sem ocorrências
R	 Raymundo [p. 15, L.17]  Rapaduras [p.6, L.10]	 requeijao [p.96, L.15]	 Rodrigo [p.102, L.2]	 pintar [p. 103, L.2]
S	 Sobrado [p. 103, L.5]  Saber [p.103, L.7]	senhor	 escravos [f.182v, L.3]  b estas [p.182v, L.16]	 Juis [p.6, L.3]  Rapaduras [p.6, L.10]
T	 Theriza [f.182v, L.14] p.116	 trás [p.56, L.2]	 mulata [f.182v, L.13]	Sem ocorrências identificadas
U	Sem ocorrências identificadas	Sem ocorrências identificadas	 Junho [f.191r, L.1]	 meu [p.50, L.1]

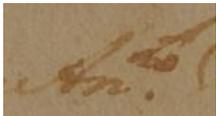
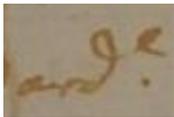
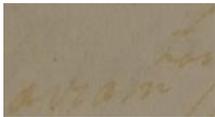
V	 Vianna [fg, L.8]	 vermelha [p.51, L.7]	 prevaleça [fg, L.3]	Sem ocorrências
W	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências
X	 Xaves [p.18, L.1]	 xapeo [p.33, L.7]	 Roxa [p.27, L.23]	 Felix [p.5, L.6]
Y	Sem ocorrências	Sem ocorrências	 meya [p.49, L.21]	 vay [p.60, L.2]
Z	 Zefirina [p.61, L.17]	Sem ocorrências	 Euzebio [p.99, L.17]	 Fernandez [p.30, L.1]

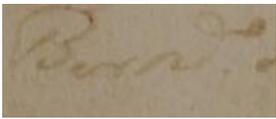
Fonte: Elaborado pelo autor.

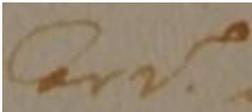
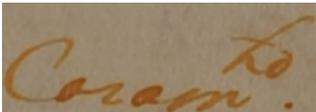
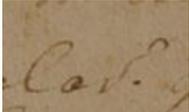
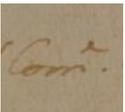
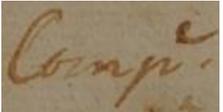
5.1.3 As abreviaturas

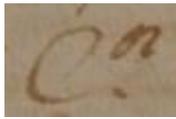
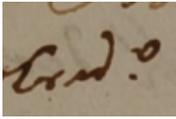
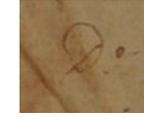
Abreviatura - Imagem	Abreviatura desdobrada	Classificação
	Abatimento	Letra sobrescrita
1 ocorrência (92, L.23)		
	Agosto	Contração
12 ocorrências (104, L.33); (107, L.4e41); (108, L.15); (111, L.13e19); (114, L.7e19); (123v, L.1e19); (127r, L.25); (128r, L.9)		
	Albuquerque	Letra sobrescrita
1 ocorrência (122, L.21)		

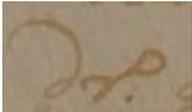
	<i>Alexandre</i>	Letra sobrescrita
16 ocorrências		
(67, L.1); (89, L.4); (100, L.17); (104, L.26); (108, L.21,22); (111, L.10); (112, L.14,24); (114, L.34); (116, L.19); (123v, L.13); (125v, L.17,22); (126r,L.15); (127r, L.16)		
	<i>Alferes</i>	Contração
10 ocorrências		
(15,L.17); (58,L.21); (60, L.15); (61, L.12); (65, L.4); (67, L.1); (87, L.27); (98, L.22); (112, L.4); (129r, L.22)		
	<i>Almeida</i>	Letra sobrescrita
25 ocorrências		
(Folha de guarda, L.14); (8, L.3) ; (11, L.14) ; (21, L.6) ; (23, L.19) ; (55, L.3) ; (58, L.1) ; (64, L.15) ; (79, L.2) ; (81, L.6 e 9) ; (83, L.21) ; (96, L.12) ; (99, L.10) ; (101, L.1) ; (108, L. 6) ; (112, L.18) ; (113, L. 6) ; (113, L.25) ; (115, L.10) ; (126r, L.17) ; (127r, L.33); (127v, L.1) ; (128r, L.29) ; (191r, L.11)		
	<i>Alqueire</i>	Letra sobrescrita
49 ocorrências		
(8, L.18, 20 e 24); (28, L.3); (30, L.12); (36, L.17 e 23); (38, L.34); (41, L.3, 5, 9, 10 e 11); (42, L.15); (49, L.14); (50, L.6); (51, L.13 e 16); (58, L.10,13 e 15); (60, L.8, 24 e 30); (61, L.27 e 30); (62, L.21); (63, L.21); (67, L.18,21 e 28); (68, L.12); (72, L.17); (104, L.19); (113, L.24); (124r, L.10 e 18); (189r, L.5,6 e 7); (189v, L.6 e 28); (191r, L.2); (192r, L.11); (193r, L.22, 23, 24, 25 e 26)		
	<i>Alqueires</i>	Letra sobrescrita
11 ocorrências		
(36, L.9); (53, L.10); (58, L.12); (61, L.29); (73, L.6, 9, 10 e 11); (94, L.20); (189r, L.8); (194v, L.4);		
	<i>Alqueires</i>	Letra sobrescrita

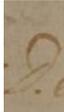
48 ocorrências		
(18, L.3 e 6); (60, L.14); (61, L.32); (84, L.15); (85, L.27); (97, L.2); (108, L.3); (118, L.29); (124r, L.7); (189v, L.15) ; (190v,L.20,21, 26 e 26, 27, 28 e 29); (191r, L.4,7,8e8,15 e 16e16); (193r, L.3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19 e 20); (194v, L.15,17,18,19e19)		
	Alves	Contração
6 ocorrências		
(53, L.12); (61, L.25); (104, L.9); (106, L.5); (129r, L.22); (193r, L.23)		
	Antonia	Letra sobrescrita
2 ocorrências		
(63, L.20); (85, L.36)		
	Antonio	Letra sobrescrita
118 ocorrências		
(1, L.7); (2, L.1); (5, L.27); (10, L.1); (11, L.14 e 20); (13, L.15e 24); (14, L.12); (16, L.7); (18, L.23); (19, L.25); (21, L.1 e 14); (22, L.12); (22, L.20); (23, L.19); (24, L.12); (25, L.6); (27, L.22 e 23); (30, L.6); (32, L.4); (33, L.1); (37, L.24); (42, L.4); (44, L.8); (45, L.19); (51, L.16); (55, L.3); (58, L.1); (64, L.6 e 16); (66, L.16); (67, L.13); (68, L.4); (69, L.1); (70, L.27); (72, L.8 e 26); (73, L.2); (73, L.26 e 31); (74, L.2); (75, L.4); (76, L.7); (80, L.1); (81, L.6,9 e 17); (82, L.1); (83, L.19 e 25); (84, L.8); (85, L.7,31,35,38 e 39); (86, L.1); (87, L.3); (88, L.2,4,10,11e13); (89, L.16); (90, L.1); (92, L.13,15e15); (93, L.33); (94, L.1); (96, L.12e24); (99, L.19,23e26); (101, L.1,13,29e36); (105, L.3 e 4); (108, L.7); (109, L.3); (110, L.1 e 8); (113, L.25); (114, L.8); (118, L.10 e 14); (119, L.33); (120, L.17,20 e 34); (123v, L.16,18 e 23); (124r, L.13e19); (125v, L.6,20e26); (126r, L.22); (127r, L.21,26e36); (127v, L.12 e 13); (128r, L.4,30 e 31); (129r, L.14); (189r, L.20); (191r, L.11); (193r, L.9 e 22)		
	Ardente	Letra sobrescrita
7 ocorrências		
(25,L.12); (84, L.21); (86, L.13); (87, L.10); (89,L.18e20); (102, L.26)		
	Aviamentos	Letra sobrescrita
1 ocorrência		
(128v, L.11)		

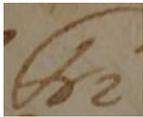
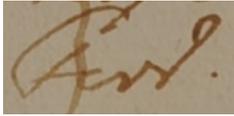
	Barra	Letra sobrescrita
16 ocorrências (32,L.14) (63,L.5); (76, L.28); (81, L.1); (92, L.8); (124r, L.30); (125v, L.6, 9); (127r, L.7,19)		
	Bahia	Letra sobrescrita
5 ocorrências (121, L.3); (122, L.3,20,23,27)		
	Baptista	Letra sobrescrita
2 ocorrências (85,L.34); (119,L.9)		
	Bernardo	Letra sobrescrita
7 ocorrências (23, L.12); (24, L.9); (125v, L.2 e 29); (129r, L.10); (193r, L.2); (193v, L.11)		
	Caminho	Letra sobrescrita
1 ocorrência (193r, L.16)		
	Capitam	Letra sobrescrita
29 ocorrências (14,L.12); (23, L.10); (24, L.15); (27, L.17); (41, L.1); (74, L.13); (79, L.19); (84, L.31); (94,L.14);(104,L.12,23e29);(105,L.2,3,6e11);(106,L.9,18e28);(118,L.13e33); (123r, L.3e11); (123v, L.18); (127r, L.5,21e28); (128r, L.31); (193r, L.9)		
	Capitam	Letra sobrescrita
1 ocorrência (105,L.21)		

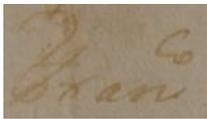
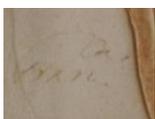
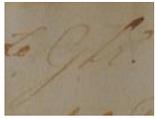
	Carvalho	Letra sobrescrita
12 ocorrências		
(104,L.14,29); (105, L.3,10,21); (113, L.15); (120, L.6); (121, L.16); (122, L.4,14); (125r, L.9); (127r, L.19)		
	Cazamento	Letra sobrescrita
5 ocorrências		
(6,L.6); (128v, L.7) (111,L.25); (123v, L.27); (124r, L.4)		
	Cavalo	Letra sobrescrita
28 ocorrências		
(1, L.5); (4, L.13); (8, L.13 e 22); (10, L.14); (18, L.4 e 19); (22, L.18); (23, L.8); (29, L.6); (46, L.2); (56, L.26); (57, L.2,8,9,13,15 e 22); (62, L.4 e 20); (66, L.7); (68, L.2); (79, L.27); (87, L.1); (105, L.29); (129r, L.7); (191v, L.3); (193r, L.10)		
	Comadre	Letra sobrescrita
32 ocorrências		
(2, L.27); (6, L.1,14); (9, L.28); (14, L.1); (17, L.1); (21, L.8); (34, L.4); (47, L.21);(55, L.9); (58, L.13,17,19,20 e 24); (74, L.12); (96, L.28); (97, L.15); (99, L.1); (101, L.33); (104, L.31 e 32); (107, L.28); (108, L.4); (111, L.2); (113, L.10); (115, L.15); (117, L.34 e 36); (119, L.9); (128v, L.9); (129r, L.19)		
	Compadre	Letra sobrescrita
255 ocorrências		
(2, L.18 e 19); (3, L.5,16 e 17); (4, L. 15, 20 e 21); (7, L.18); (8, L.1); (9, L.17 e 22); (10, L.6 e 20); (11, L.19,22,23,24 e 27); (12, L.2 e 15); (15, L.3); (16, L.1, 12 e 14); (17, L. 6 e 7); (19, L.1); (20, L.9,10, 13 e 15); (21, L.6); (23, L.12); (25, L.1,14 e 20); (26, L.2); (27, L.1,10,13e15); (32, L.2); (33, L.7,10 e 12); (34, L.1,14 e 20); (35, L.18); (40, L.5,11 e 21); (42, L.1 e 4); (43, L. 7 e 10); (44, L.2); (45, L.1, 3, 8 e 20); (46, L.11); (47, L.13,15 e 17); (48, L.10 e 14); (49, L.27,31 e 32); (50, L.1); (51, L.1,2,23 e 32); (52, L.8,9,10,11,12, 20 e 24); (53, L.1,2,6 e18); (54, L.8); (55, L.15 e 23); (56, L.1,13,15 e 22); (57, L.1,7,12 e 26); (58, L.3,4,6,11,12e21); (60, L.2,13,14,16e26); (61, L.29); (62, L.2,10,11,13e25); (64, L.1,6 e 8); (65, L.6,12 e 13); (66, L.5 e 5,17,25 e 38); (67, L.18,26 e 32); (70, L.17,22 e 30); (72, L.11); (75, L.1,4e10); (76, L.5); (78, L.31); (79, L.1,12,25e34); (80, L.1); (81, L.1,14 e 17);		

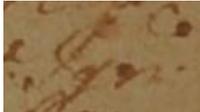
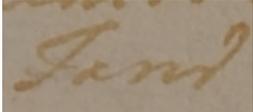
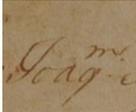
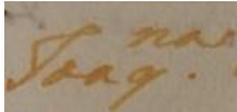
<p>(82, L.1,7e18); (83, L.14e25); (85, L.26); (87, L.3,6,27e37); (88, L.2); (89, L.1); (90, L.1e1, 10 e 27); (92, L.6,13 e 29); (93, L.15); (94, L.1 e 29); (95, L.2 e 8); (96, L.1,3,16,23,24 e 37); (97, L.20 e 24); (98, L.8,10 e 14); (99, L.18 e 20); (100, L.1e1,4e9); (101, L.5,13,16e36); (102, L.11,21e28,); (105, L.8); (106, L.18e21); (108, L.1,7e7e20); (109, L.4); (111, L.16); (112, L.13 e 20); (113, L.17); (114, L.23e28); (115, L.1); (118, L.3); (119, L.3e3,11,28e29); (120, L.9,19e19,24,25,30e33); (123v, L.16e23); (124r, L.1e12); (125v, L.17,19,26e29); (126r, L.14,18,19,22,23,24,27,29,30,35e38); (127r, L.26); (127v, L.15); (128r, L.4); (129r, L.2,19e29); (189r, L.20e27); (193r, L.2); (193v, L.7e9); (194r, L.21 e 22)</p>		
	Coronel	Letra sobrescrita
2 ocorrências		
(121, L.20); (123r, L.15)		
	covados	Letra sobrescrita
13 ocorrências		
(67,L.6); (74, L.35); (78, L.7e9); (80, L.6); (90, L.18); (100, L.17); (102, L.16e16); (103, L.23); (107, L.36); (111, L.34); (119, L.12) .		
	crédito	Letra sobrescrita
2 ocorrências		
(4, L.10) ; (52, L.17).		
	Deve	Letra sobrescrita
532 ocorrências		
<p>(Termo de abertura, L.13);(12,L.4,5,14,24);(13,L.20,21,28);(14,L.8,10,11);(16, L.3,8,9,11,13,14,15,17,19);(17,L.6,7,8,9,10,11,12,13);(18,L.12,17,18,23);(19, L.10,13,19,22, 23,28,29,33,34);(20,L.9,10,12,13);(21,L.6,8,9,10,11,12,13,14);(22, L.1,2,4,6,7,8,10,12,13,16, 18,19,20,22,25);(23,L.6,7,16,23,25);(24,L.1,2,3,5,7,8,10,11,12,15);(25,L.1,3,4,5,6,7,8,9,10, 11,12,27);(26,L.1,2,11,12,13,14,17);(27,L.1,6,20,23,24,25,28,33);(28,L.1,10,11,12,13,14,15); (29,L.6,8,11,12,13,14,15);(30,L.1,2,3,4,5,6);(32,L.1,2,3,4,12,13);(33,L.5,6,14);(34,L.1,4,11, 15,25,26,27);(35,L.1,11,18,26,28,34);(36,L.1,9);(37,L.19,20,21,22,23,24);(38,L.8);(39,L.1,4, 7,9,11,12);(40,L.15,16,18,20,23);(42,L.1,14,18,19,20);(43,L.1,1);(44,L.14);(45,L.1,10);(46, L.1,11,12,16);(47,L.9,12,13,15,17,21);(48,L.10,11,13,14,17,19);(49,L.24,27,27,30);(50,L.1); (51,L.2,2,3,10,25);(53,L.8,9,11,17,20,20,23,23);(55,L.3,17,20);(56,L.1,1,13,13,15);(58,L.4,6,8,10,11, 12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28);(60,L.31);(61,L.11,21,35);(62, L.3);(63,L.20,28,28,30,30,34,36);(64,L.1,4,6,8,11,13,15,16,20);(65,L.4,19);(66,L.1,2,3,5,5,7,10,12);(67,L.1,12,13,18,26,27,32);(68,L.4,10);(70,L.22,25,28);(72,L.8,26);(73,L.18,21,26); (75,L.1,1,4,6);(76,L.4,6,16,20);(78,L.1,1,13,18);(79,L.1,6,12,14,19,25,30,31,33,34);(80,L.1,9);(81,L. 1,9,11,14,17,20,21,25,25,28,31);(82,L.1);(83,L.1,7,8,14,21,25);(84,L.2,3,8,16,19);(85, L.2,39);(86,L.6,23);(87,L.1);(88,L.1,7,15);(89,L.3,22);(90,L.1,7,29);(91,L.1);(92,L.1,2,13,29);(93,L.2 0);(94,L.1,1,17,26,29);(95,L.10,15,21,34);(96,L.1,1,23,24);(97,L.1,1,31);(98,L.1,7,8, 10,11,14,14,17,22);(99,L.2);(100,L.1,1,4,9,9,16,21,21);(101,L.1,5,10,13,16,22,26,30,34,37,40);(102,</p>		

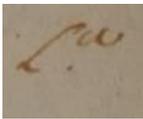
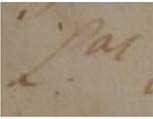
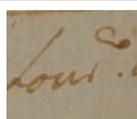
L.14,18,21,23,24,28,29);(103,L.19);(104,L.23);(105,L.25,37);(107,L.13);(108,L.1,1,7,10,20,22);(109,L.2,8);(110,L.1,1);(111,L.4,7,8,16,25,25,27,32,41);(112,L.13);(113,L.2,2,7,23,30);(114,L.1,12,17,20,23,28,34,34);(115,L.1,20,30,31,33);(116,L.13,19,26,30,33);(117,L.7);(118,L.2,26);(119,L.9,18,20,25,29);(120,L.9,23,30,33);(123v,L.11,27,29);(124r,L.2,4,19,27);(125v,L.1,15,29,29,32);(126r,L.13,23,27,30);(126v,L.10,12,15,16,18,22,24);(127r,L.4,6,13);(127v,L.11,14,15,18,18,21);(128r,L.3,26,30);(128v,L.8,9,9,13,15);(129r,L.1,11,12,14,15,20,20,25,26,27);(189r,L.1,27)		
	<i>dezenbro</i>	Letra sobrescrita
10 ocorrências		
(83,L.14); (87, L.29); (99, L.5); (109, L.16); (111, L.39); (113, L.27e27); (115, L.32); (116, L.35); (117, L.9)		
	<i>dinheiro</i>	Letra sobrescrita
431 ocorrências		
(3,L.10,11); (4, L.20); (5, L.9); (7, L.12, 23, 25); (8, L.15,23); (9, L.26); (10, L.13,17,21); (12, L.1);(13,L.12);(15,L.4,5); (17,L.5,13); (18,L.3); (21,L.3); (22,L.8,13); (23,L.7); (25, L.15,17); (27,L.14,21);(28,L.10);(30,L.9,16);(31,L.6,20,21,22);(37,L.22);(42,L.3,4,20);(43,L.5,10,12,13,13,14); (44, L.4,7); (45, L.11,15,20); (46, L.13,15,17); (48, L.12,20); (49, L.14,22,24,36); (50, L.3,4,6,8); (51, L.3,9,10,11,15,18,27,30); (52, L.15,18); (53, L.6,25); (55, L.22); (56, L.4, 7, 11,18,19);(57,L.3,4,18,19);(58,L.4,13);(60,L.31); (61,L.3,3,4,18,21,22,23,25,26,29,30,31,33); (62,L.14,18,20,21,22,22,23,25);(66,L.22,25,26);(67,L.19,20,27,37,40);(68,L.8,9);(70,L.1,3,4,7,8,9,14,16,28,30,34);(72,L.4,6,12);(74,L.4,5,6,7,7,9,9,10,11,12,13,14,17,18,19,22,24,36,36,40,42,44,45);(75,L.21,22,25);(78,L.5,19,21,26,27,29,39);(79,L.5,8,9,10,11,15,19,20,24,25,26,32);(80, L.1,4,5,14,18,26,32,34,38,39,40,41,45,46);(81,L.9);(82,L.2,3,7,11);(84,L.26,30); (85, L.12,14,14,17,40,41);(86,L.2,4,8,11,38,42);(87,L.7,9,20);(88,L.10);(90,L.3,4,8,10,29,29,30); (91,L.2,7,9,10,12,26); (92,L.4,10,11,16,16,17,23,24,31,35,36,37,40); (94,L.3,8,15,18,20,21, 22,22,23,23,30);(95,L.11,11,21);(96,L.5,6,7,9,14,15,16,27,28);(97,L.4,6,15,18,22,23,24,27,28,29,34,3 8,42);(98,L.15,23);(99,L.2,3,10,12,13,17,18,18,20,22,23,29);(100,L.25);(102,L.34); (103,L.8,16,17,19,29,34);(104,L.1,4,14,15,16,17,19,29,34);(104,L.1,4,14,15,16,17,21,22,29,31,31,32) ;(105,L.2,4,8,9,15,18,22,30);(106,L.13);(107,L.9,11,24,25,26,37);(108,L.4,5,6,10,12,12);(112,L.11,2 0,23,25,27,28,29,30,30);(113,L.10,14,15,18);(114,L.5,6,7);(115,L.5,6,17,23); (116,L.19,30);(117,L.15,19,20,26,40,41);(118,L.4,5,9,10,11,15,17,27);(119,L.7,19,21,33); (120,L.11,16,18);(123v,L.10);(125v,L.7,8,9,27,30);(126r,L.13);(127r,L.5,6);(127v,L.2,6,8,10,18);(12 8r,L.12,18,22,23,30,34,37);(129r,L.14,20);(191v,L.2,3,5,7,8,9,10,11,13);(192r, L.5,6,7,8,12,13);(193r,L.7,13,14,16,17,18,19)		
	<i>dinheiro</i>	Contração
29 ocorrências		
(3,L.6); (4,L.1,14); (5,L.7,11,12); (6, L.9,10,12); (7,L.23,25); (8, L.6,15,19,23); (11, L.14); (12, L.22); (15, L.10); (35, L.6,8,9); (68, L.13,16,30,33,36,38,39); (193r,L.10)		
	<i>dito</i>	Letra sobrescrita

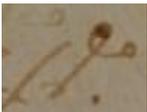
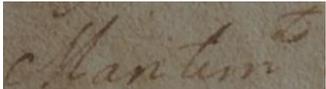
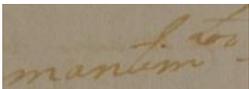
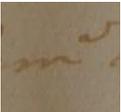
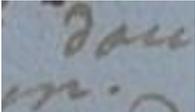
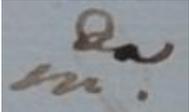
126 ocorrências		
(2, L.21,26); (3, L.6); (4, L.10,20); (5, L.9); (7, L.12); (9, L.27); (10, L.21); (11, L.3,6); (12, L.1); (13, L.12); (22, L.8,14); (23,L.7,19,21); (24, L.5); (25, L.15,18,25); (27, L.20,28,29); (28, L.7,9); (31, L.17); (32, L.3); (33, L.8); (37, L.22); (40, L.8); (49, L.22); (50, L.8); (52, L.10,20,24); (53, L.6); (54,L.3); (55, L.17); (61, L.10,20,31); (62, L.13); (63, L.1,34); (64, L.12,17); (65, L.8,13); (67, L.27,31); (70, L.13,26); (72, L.6); (78, L.34); (83, L.10); (84, L.25,30,36); (85, L.15,20); (86,L.6); (87, L.24,27,29); (89, L.10,17,25,26); (90, L.25,27,28); (91, L.27,35); (92, L.25,33); (94, L.14); (96, L.20,21); (98, L.14,17); (99, L.9,19,28); (103, L.15,19); (105, L.10); (106, L.9,27); (107, L.7,7,23,25,26); (109,L.8,10,19,30); (111, L.11,17,25); (112, L.20); (113, L.15,21,30); (114, L.9,15); (116, L.14); (117, L.41); (119, L.5,21,29); (123v, L.4,23); (125v, L.17); (126r, L.6,29,33,38); (127r, L.37); (128r, L.13,24); (189r, L.1,27); (190v,L.24); (193r, L.18); (193r, L.7)		
	Dom	Suspensão
1 ocorrência		
(122,L.6)		
	Domingos	Letra sobrescrita
10 ocorrências		
(10,L.1); (21, L.12); (91, L.1); (98, L.2); (104, L.17 e 23); (111, L.12); (112, L.36); (113, L.27); (193r, L.20)		
	Dona	Suspensão
7 ocorrências		
(6, L.14); (58, L.19); (63, L.20); (106, L.10); (111, L.2); (117, L.36); (129r, L.19);		
	Engenho	Letra sobrescrita
2 ocorrências		
(93,L.17,24)		
	enxada	Suspensão
3 ocorrências		
(66, L.28); (78, L.15,16)		
	Farinha	Letra sobrescrita
140 ocorrências		

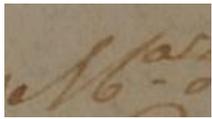
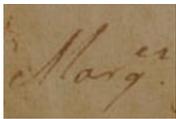
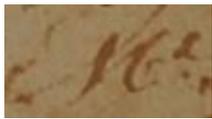
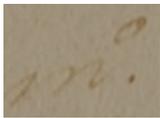
<p>(11,L.7);(22,L.6);(27,L.19,20);(30,L.13);(36,L.9,11,16,20,22,23); (37, L.4,5,6,7,11,14,16,17); (38, L.9,10,12,14,15,16,17,19,20,21,23,24,25,28,29,31,32);(41,L.3,5,6,7,8,9,10,11,13); (42, L.9,17,21,23,24);(48,L.12);(49,L.4,10,17);(51,L.12,17,27);(53,L.3);(60,L.8,30); (61,L.27,29, 37);(62,L.21);(63,L.21);(67,L.18,21,26,28,35,39);(68,L.7,11,12,13,21,22,24,26,28,29,31,32, 35,41);(70,L.2);(72,L.9,12,14,17,18);(73,L.7,10,11,36,37);(74,L.3,4,8,10,16,20,23,24,26);(79, L.21);(80,L.36,37,39,40);(85,L.27);(90,L.32,33,37);(91,L.10);(96,L.13,18,25);(97,L.4,37,41); (104,L.18);(105,L.5,10,12,17,19,23,29,34);(108,L.3);(113,L.4);(124r,L.8,9,10);(189r,L.3,17, 18,20)</p>		
	Farinha	Letra sobrescrita
4 ocorrências		
(58, L.10,12,16); (70, L.11)		
	Fazenda	Contração
13 ocorrências		
(87,L.25); (105, L.1); (107, L.23,35); (111, L.10); (118, L.16,19); (119, L.11); (126r, L.3, 10,10,13); (132r, L.4)		
	Fernandez	Contração
14 ocorrências		
(23, L.6,14); (24,L.1); (24, L.2,8); (30, L.1); (33, L.12); (74, L.13) (91, L.1,8); (96, L.11); (102, L.29); (189r,L.12); (193r, L.9)		
	Ferreira	Letra sobrescrita
14 ocorrências		
(Folha de guarda, L.14); (1, L.13); (4, L.3); (33, L.1); (73, L.2); (75, L.1); (89, L.6); (98, L.1); (112, L.2 e 8); (113, L.35); (116, L.3); (189v, L.21 e 26)		
	Fevereiro	Letra sobrescrita
11 ocorrências		
(52, L.4e23); (76, L.28); (79, L.7); (92, L.12); (107, L.27); (111, L.17e19); (117, L.19); (125v, L.27); (127r, L.18)		
	filho	Contração
5 ocorrências		
(73,L.22); (110, L.2); (112, L.35); (127r, L.34); (182v, L.1).		

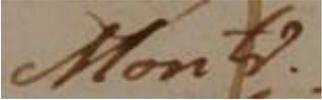
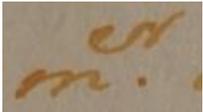
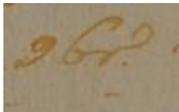
	<i>folha</i>	Suspensão
8 ocorrências (Folha de guarda, L.5); (91, L.35); (122, L.19,25e25,26,26e26)		
	Francisco	Letra sobrescrita
68 ocorrências (3,L.3); (6, L.17); (13, L.26); (19, L.24); (24, L.15); (25, L.4e19); (33,L.13); (41,L.2); (45, L.1); (50, L.3); (51, L.28); (52,L.15); (53, L.22); (54, L.3); (55, L.8e14); (58, L.6); (65, L.19); (70, L.1); (72, L.26); (73, L.26,31e37); (76, L.7,22e29); (81, L.28); (83,L.1e24); (84, L.11e19); (85, L.2,7e9); (87, L.10); (88, L.4); (89, L.13); (91, L.1); (94, L.1,17e24); (97, L.1); (99, L.23e29); (100, L.16); (101,L.19); (102, L.18); (104, L.7,12e17); (106, L.13e15); (109, L.24e31); (113, L.32); (118, L.26); (126r, L.3e10); (127r, L.1,29e30); (129r, L.1e25); (182v, L.6); (189r, L.9); (193r,L.6); (194r, L.22)		
	Fonseca	Contração
1 ocorrência (76, L.20)		
	Francisco	Letra sobrescrita
4 ocorrências (62,L.14e22); (72, L.8); (113, L.12)		
	Francisca	Letra sobrescrita
11 ocorrências (6,L.1e14); (58, L.13); (63, L.36); (117, L.9e37); (118, L.3); (123v, L.28); (124r, L.2e26); (129r, L.19)		
	geral	Letra sobrescrita
1 ocorrência (122v,L.24).		
	Gonçalves	Contração
21 ocorrências (12,L.15); (18, L.1); (19, L.23); (21, L.9 e 11); (39, L.6e6); (51, L.25); (53, L.23); (65, L.1);		

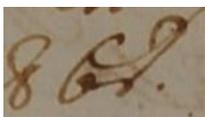
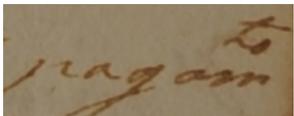
(67, L.2); (104, L.41); (109, L.8); (111,L.7 e 8); (112, L.6); (116, L.22); (123v, L.7); (193r, L.19); (193r, L.11 e 14)		
	grande	Letra sobrescrita
23 ocorrências		
(1,L.13); (22, L.10); (46, L.1); (61, L.4 e 22); (70, L.13); (73, L.21 e 23); (75, L.6); (86, L.6); (88, L.11); (97, L.6 ,9, 31 e 45); (105, L.15); (108,L.10); (118, L.4,5,7 ,9 e 20); (191r, L.10)		
	Ignacio	Letra sobrescrita
23 ocorrências		
(1,L.13); (22, L.10); (46, L.1); (61, L.4 e 22); (70, L.13); (73, L.21 e 23); (75, L.6); (86, L.6); (88, L.11); (97, L.6 ,9, 31 e 45); (105, L.15); (108,L.10); (118, L.4,5,7 ,9 e 20); (191r, L.10)		
	Janeiro	Letra sobrescrita
5 ocorrências		
(58,L.17); (85, L.28); (101, L.33); (104, L.32); (186r, L.11)		
	Joaquim	Letra sobrescrita
95 ocorrências		
(Folha de guarda, L.6); (2, L.4, 5 e 19); (3, L.1); (4, L.19 e 21); (7, L.19); (8, L.12); (9, L.15 e 30); (10, L.4); (11, L.18 e 26); (15, L.9); (16, L.12); (17, L.4); (19, L.4); (20, L.17); (22, L.8 e 9); (25, L.8 e 15); (27, L.23); (28, L.5 e 15); (30, L.4); (35, L.28); (39, L.12); (47, L.15); (51, L.10 e 30); (53, L.10); (55, L.11 e 13); (56, L.1); (57, L.1,7,12 e 16); (58, L.2); (58, L.4 e 14); (64, L.1 e 20); (66, L.26); (74, L.45); (75, L.11,13e14); (76, L.1); (78, L.13); (79, L.25); (81, L.14); (83, L.7,8,14 e 20); (84, L.16); (85, L.27); (89, L.1e17); (90, L.10); (94, L.1); (97, L.19 e 44); (100, L.21); (101, L.5 e 21); (102, L.24); (106, L.1 e 9); (107, L.1 e 26); (115, L.1); (119, L.3); (120, L.6,11 e 17); (125v, L.6); (126r, L.14 e 22); (127r, L.34 e 36); (127v, L.5 e 12); (128r, L.23 e 30); (128v, L.12); (129r, L.4); ; (186r, L.6); (186v, L.8); (191v, L.15); (194r, L.23)		
	Joaquina	Letra sobrescrita
5 ocorrências		
(58,L.17); (85, L.28); (101, L.33); (104, L.32); (186r, L.11)		

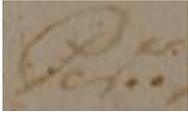
	Liberdade	Letra sobrescrita
1 ocorrência		
(85,L.13)		
	Libra	Letra sobrescrita
56 ocorrências		
(25, L.3); (30, L.16); (31, L.3,4,8,9,13,24,25 e 27); (34, L.11,24 e 25); (35, L.13,14,22,30 e 32); (37, L.13); (62, L.17,25 e 26); (66, L.36 e 37); (67, L.16, 36); (73, L.24, 27 e 32); (76, L.20, 24); (78, L.4 e 22); (79, L.22); (80, L.19 e 48); (84, L.7 e 24); (91, L.16); (94, L.2, 5,13 e 26); (96, L.25); (102, L.9 e 22); (105, L.21.); (107, L.16 e 17); (108, L.22); (109, L.1); (119, L.23); (120, L.30 e 32); (126r,L.25); (129r, L.6)		
	Libras	Letra sobrescrita
73 ocorrências		
(31, L.5 e 7); (37, L.3 e 8); (38, L.27 e 28); (49, L.5,8,9,11 e 15); (51, L.26); (65, L.20); (67, L.22); (68, L.8,14,23,30 e 40); (72, L.13,15,21,22,24,30,33,38,40,41 e 42); (73, L.30,31 e 33);(74, L.5,11 e 36); (76, L.12 e 26); (79,L. 26); (80, L.10 ,23 e 33); (82, L.8); (83, L.9,10,15 e 26); (87, L.15,16,17 e 21); (90, L.6 e 11); (91, L.23); (92, L.17); (94, L.19); (95, L.16); (96, L.12, 28 e 30); (100, L.24); (102,L.10); (105, L.6,18,27,35); (108, L.3,23 e 24); (109, L.4); (118, L.6); (129r, L.30); (189r, L.16)		
	Linho	Letra sobrescrita
4 ocorrências		
(15,L.24); (96, L.4,4); (124r, L.17)		
	Livro	Letra sobrescrita
2 ocorrências		
(122, L.20e26)		
	Lourenço	Letra sobrescrita
14 ocorrências		
(16, L.14); (20, L.9); (21, L.6); (32, L.2); (50, L.2); (53, L.18); (58, L.8); (63, L.28); (67, L.18); (79, L.20); (102, L.14,29e36); (114, L.12); (116, L.13); (128v, L.9)		

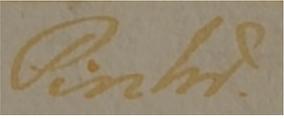
	Lourenço	Letra sobrescrita
1 ocorrência (56,L.21)		
	Março	Letra sobrescrita
1 ocorrência (92, L.16)		
	Mantimento	Letra sobrescrita
5 ocorrências (61,L.35); (73, L.5e17); (194v, L.8e16)		
	Mantimentos	Letra sobrescrita
11 ocorrências (16, L.6); (23, L.9); (33, L.1); (37, L.1); (40, L.20); (44, L.8); (51, L.25); (63, L.29); (91, L.2); (124r, L.5); (127r, L.5)		
	Miguel	Letra sobrescrita
2 ocorrências (57,L.28); (112, L.3)		
	meya	Letra sobrescrita
5 ocorrências (23, L.6); (35, L.32); (38, L.30); (74, L.37); (94, L.26).		
	mandou	Letra sobrescrita
1 ocorrência (60,L.7).		
	manda	Letra sobrescrita
2 ocorrências		

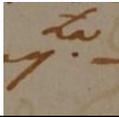
(60,L.15e17).		
	Mandar	Letra sobrescrita
1 ocorrência		
(95,L.21).		
	Manoel	Letra sobrescrita
126 ocorrências		
(3,L.17); (4, L.4,10,15); (7, L.2,11,22); (8, L.3,12); (10, L.19,20); (11, L.22,23); (12, L.14); (15, L.17); (16, L.6,14); (17, L.6.8); (18, L.10); (19,L.16); (20, L.14); (21, L.6); (22, L.1,4,7,19); (23, L.14); (25, L.1); (27, L.6); (29, L.10); (31, L.10,14); (33, L.14); (34, L.15); (38,L.8,34); (42, L.8,12,20); (43, L.1,8,10,16); (47, L.1,9,13,20,22); (55, L.6,12,14); (56, L.17); (57, L.33); (58, L.3,6,21,27,28); (60, L.7,15); (61, L.25); (62, L.25); (63,L.2,28,30); (66, L.12); (67, L.12,18,32); (68, L.10); (69, L.7); (70, L.19,30); (76, L.16,20); (79, L.1,34); (85, L.26); (87, L.24,34); (88, L.1,15) ; (89, L.22); (92, L.22); (95, L.21); (97, L.21); (98, L.14) ; (102, L.21,28,31); (108, L.1); (110, L.1); (111, L.7,8,16,32); (112, L.2,5,21) ; (113, L.34); (114, L.23,28,34); (118, L.4,5,7,9,20); (120, L.9,10,33); (125v, L.6,29) ; (126r, L.23,35); (127r, L.23,28); (127v, L.15); (128r, L.26); (128v, L.13) ; (129r, L.22); (189r, L.13,15); (192r, L.1) ; (193r, L.3)		
	Maria	Letra sobrescrita
10 ocorrências		
(73,L.18); (81, L.11e21); (85, L.28e29); (106, L.10); (117, L.9); (118, L.3); (124r, L.26); (129r, L.25).		
	Marques	Letra sobrescrita
12 ocorrências		
(14,L.12); (17, L.9); (23, L.10); (35, L.32); (37, L.1); (38, L.8,9,34); (40, L.20); (112, L.6); (126r, L.2); (129r, L.7)		
	Mestre	Letra sobrescrita
9 ocorrências		
(1,L.13); (95, L.10); (96, L.20); (97, L.31e45); (99, L.17e24); (100, L.21); (108, L.10).		
	milho	Letra sobrescrita
12 ocorrências		

(18, L.7); (28, L.3); (46, L.13); (100, L.10e13); (104, L.24); (118, L.29e32); (189r, L.2,14,23e25)		
	<i>minha</i>	Letra sobrescrita
40 ocorrências		
(1, L.16); (2, L.27); (3, L.9); (6, L.1e14); (9, L.9e28); (15, L.11); (17, L.1e13); (18, L.21); (21, L.8); (34, L.4); (47, L.3); (58, L.13); (64, L.9); (83, L.25); (85, L.12); (102, L.16); (104, L.32); (105, L.4); (107, L.30); (108, L.26); (111, L.2e14); (115, L.15); (117, L.25,26e26e36); (118, L.2); (119, L.18); (124r, L.2,6e25); (126r, L.9); (128v, L.9); (129r, L.19e25); (186r, L.1)		
	<i>Moreira</i>	Letra sobrescrita
1 ocorrência		
(105, L.15)		
	<i>Monteiro</i>	Letra sobrescrita
2 ocorrências		
(52,L.18); (56, L.11)		
	<i>mulher</i>	Letra sobrescrita
5 ocorrências		
(58,L.18e22); (63, L.9,11e36).		
	<i>Nascimento</i>	Letra sobrescrita
4 ocorrências		
(22,L.1); (27, L.6); (31, L.10); (118, L.20)		
	<i>Nossa</i>	Suspensão
2 ocorrências		
(121, L.8); (122, L.11).		
	<i>Novembro</i>	Mista: numeração arábica e letra sobrescrita
13 ocorrências		
(1,L.5); (40, L.12); (58, L.1); (82, L.22); (106, L.27); (109, L.7); (112, L.18); (114, L.38); (117, L.10); (119, L.33); (123v, L.9); (129r,L.15); (132r, L.15)		

	Oliveira	Letra sobrescrita
4 ocorrências		
(32,L.4); (52, L.21); (120, L.9); (129v, L.16)		
	Outubro	Mista: numeração arábica e letra sobrescrita
16 ocorrências		
(8,L.30); (28, L.7); (52, L.7); (80, L.3); (101, L.2); (114, L.22,32e37); (115, L.34); (117, L.14); (120, L.3); (123r, L.2); (126r, L.6); (129r,L.23); (191r, L.9)		
	primeiro	Letra sobrescrita
23 ocorrências		
(Termo de abertura,L.17); (52, L.7,22); (47, L.12); (73, L.17); (79, L.13); (85, L.36); (90, L.02,28,28); (97, L.15); (99, L.32); (107, L.04); (116, L.33); (117,L.14); (119, L.27); (120, L.32); (123v, L.1); (123v, L.19); (126r, L.8); (127r, L.4); (128r, L.9); (194v, L.1)		
	Padre	Letra sobrescrita
19 ocorrências		
(2,L.7); (6, L.6e7); (7, L.19); (9, L.16); (11, L.1,10e12); (26, L.10); (45, L.6); (51, L.4,6e28); (92, L.17); (104, L.32e33); (110, L.5); (131r, L.4); (189r,L.12)		
	pagamento	Letra sobrescrita
1 ocorrência		
(101,L.19)		
	pano	Letra sobrescrita
57 ocorrências		
(7, L.26); (15, L.19); (28,L.2,4); (31, L.23); (38, L.30,36); (39, L.2); (43, L.2,6,8,10); (45, L.18); (58, L.8); (60, L.15,32); (61, L.24); (62,L.24); (63, L.8); (67, L.5); (68, L.18); (73, L.24); (76, L.23); (78, L.7,7,9,10,24,41); (80, L.15,25,28,29,37); (84, L.35); (86, L.11,30,43); (88, L.8); (89,L.19); (91, L.23); (94, L.11); (96, L.4,8,10); (97, L.42); (103, L.12,22,33); (107, L.36); (115, L.4); (118, L.28); (119, L.13,19,20); (124r, L.15,16)		
	para	Letra sobrescrita

348 ocorrências		
<p>(2, L.14,15); (3, L.6,9,10,15,17); (4, L.18); (5, L.9); (6, L.6,8); (8, L.8,13,16,21); (11, L.28); (12, L.22,25,28); (13, L.2,4,8); (15, L.12); (18, L.19); (20,L.3,7,10); (22, L.8,14); (27, L.14,28,29); (29, L.1,9); (30, L.7,8,11,13,15); (31, L.1,17,21,22,23); (33, L.8,9,12,14); (34, L.4); (38, L.31,37); (40, L.5); (44, L.2,6,11); (45, L.5,6,13,21,22); (46, L.14); (47, L.3,6); (49,L.14); (51, L.3,6); (52, L.27); (53, L.4); (55, L.22); (56, L.4,5); (57, L.14,21,24,30); (58, L.5,9,15); (60, L.2,34); (61, L.4,16,17,19,21,23,23,24,25,26,27,35,39); (62, L.22,22,29); (63, L.5,10,32,33,38,39); (64, L.2,5,7,9,12,13,21); (65, L.2,2); (66,L.15); (67, L.19,37); (68, L.6); (70, L.9,20,20,23); (73, L.3); (74, L.17,22,36,45); (75, L.8,11,13,20,32); (78, L.43); (79, L.4,12,13,29); (80, L.1,2,4,5,26,47,49); (81, L.1,10,12,15,18,22,26,29,31); (82, L.19,20); (85, L.11); (86, L.2,2,41); (87,L.33,35); (88, L.7,9,13); (89, L.2); (90, L.39); (91, L.4,30,35,37); (92, L.26,41); (93, L.17); (94, L.17,23,23); (95, L.4,6,33); (96, L.11,12,28,38,38); (97, L.16); (98, L.3,5,18,19); (99, L.5); (101, L.2,19); (102,L.5,16); (103, L.3,3,4,6,10,12,12); (104, L.5,7,11,25,32,42); (105, L.18); (106, L.2,24); (107, L.24); (108, L.4,11,13,26); (109, L.6,10,10,21,21,22);(111,L.5,19,33,42);(112, L.4,6,16,19,24,25,27,28,29,31,33,33,34,35,37,38);(113,L.9,22,33);(114, L.3,6,8,13,17,20,25,30,35,36,40); (115, L.1,3,3,17,18,20,32); (116, L.11,17,31); (117,L.1,5,8,15,25,31,34,35,38); (118, L.5); (119, L.10,31,35); (120, L.22); (122, L.17); (123v, L.5,9,18); (124r, L.16,26,27,29); (124v, L.1,8,19); (125r, L.6,11,19,28); (125v, L.6,15,17,30,31); (126r, L.26,33); (126v, L.9); (127r, L.7,14,19); (127v,L.10,13);(128r,L.18,21,22,22,24,28,29,30,32,34);(128v,L.4,6,7,11,16);(129r, L.16,16); (191r,L.1);(191v,L.2,14,15);(192r,L.1,4,5,15);(193r,L.7,10,16,17);(193r, L.15,16,17,18,19, 20,22,23,24,25,26,28); (194v, L.8,15,20)</p>		
	Patacas	Letra sobrescrita
10 ocorrências		
(64,L.2); (66,L.10); (93,L.35); (126r,L.4,5,6); (127r,L.37,38,39,40)		
	Pataca	Letra sobrescrita
3 ocorrências		
(90,L.2); (97, L.9); (115, L.5)		
	pelo	Letra sobrescrita
2 ocorrências		
(113,L.3); (127r, L.36)		
	Pereira	Letra sobrescrita
22 ocorrências		
(11,L7,19e27.); (33, L.23); (57, L.5e28); (61, L.21); (70, L.29); (78, L.1); (79, L.14); (88, L.2e12); (99, L.21); (103, L.3); (108, L.1); (109,L.6); (112, L.1e2); (129r, L.22); (189r, L.3); (193r, L.5e22)		

	Pinheiro	Letra sobrescrita
92 ocorrências		
(3, L.20); (6, L.15); (8, L.1,9,27,30); (10,L.6); (12, L.25); (13, L.6); (15,L.3,5,9,10); (19, L.4); (24, L.14,17); (25, L.14,20); (27, L.1,10,13); (31, L.5,21); (34,L.14, 20); (35, L.28); (40, L.5); (42, L.1); (44, L.2); (50, L.4); (51,L.24,32); 52, L.8,9,11,25); (53, L.22); (56, L.1,13,15,23); (57, L.27); (58, L.12); (62, L.1,10,12); (65, L.3); (68, L.2); (75, L.3); (76, L.3); (78 ,L.31); (83, L.8); (87, L.6); (89, L.3,9); (94, L.29); (95, L.2); (96, L.3,16); (97, L.24); (100, L.21); (101, L.16); (102, L.18); (104,L.3); (106, L.1,25); (107, L.24,26,31); (109, L.4,7,18); (114, L.33); (117, L.7,30); (120, L.19,23,30); (121, L.14); (125v, L.15); (126r, L.13,27,30); (127v,L.18);(129r,L.1,2,19,25,27)		
	Por	Suspensão
467 ocorrências		
(Folha de guarda, L.8); (2,L.6,10); (3,L.5,6,8); (4,L.3); (5,L.6,7,8,9,10,11,12,28,29,30); (6,L.4,5,6,7,8,9,10,16); (7,L.5,23,26,27); (8,L.2,13,14,15,16,17,18,19,20,22,24,26); 9,L.5,29,30); (11,L. 8,9); (15,L.20);(17,L.5);(18,L.2,3,4,5,6,7,20);(19,L.24);(22,L.26);(23,L.4,5,21);(27,L.2,10); (28,L.2,3,4,5);(29,L.9);(30,L.11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21);(31, L.3,4,5,6,7,8,9,10,11,12, 13,14,15,17,18,19,21,22,23,24,25,26,27,28,29);(32,L.5,6);(34,L.5,12);(35, L.2,3,4,5,6,7,8,9, 12,13,14,15,16,19,20,22,23,30);(36,L.2,3,4,5,10,11,12,16,17,18,19,20,21,22,23); (37,L.3,4,8, 9,10,11,12,13,14,15,16,17);(38,L.2,3,4,5,6,7,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,21,22,23,24,25, 26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37,38); (39, L.2,3); (41, L.3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14); (42, L.15,16,17,21,23,24,25,26,28,29,30,33); (43, L.2,5,6,7,8,10,11,12,13,14,24,27,28); (45, L.10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,20); (46, L.6,7,8,9,13,14,16,17,18,19); (49, L.2,3,4,4,5,5,6,6,7,7,8,8,9,9,10,10,11,11,12,12,13,14,14,15,15,16,16,17,17,18); (50, L.4,5,6,7,8,9); (51, L.8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,17,18,18,19,20,26,27,27,28,29,29,31); (52, L.13); (53, L.7,10,12,15); (56, L.5,6,9,10); (57,L.2,3,4,5,6,34); (58, L.8,9,10,11,12,13,14); (60, L.17,19,20,27,28,29,30,31,32); (61, L.14,22,23,24,25,26,27,28,29,30,33); (62, L.21,24,25); (63, L.6,8,9,10,17,18,21,21,22); (66, L.7,8,9,10,11,14,15,17,19,20,22); (67, L.2,3,4,5,6,17,18,28,29,30,31,33,36); (68, L.12); (72, L.9); (73, L.24,25); (74, L.34,35,36,37); (79, L.7); (83, L.9,10,15); (89,L.18,19); (90, L.9,16); (91, L.2,3); (92, L.15); (93, L.3,4,5,16,17,18,19,20,21,22,23); (97, L.2,2,32,33); (98, L.9,11); (100, L.3,10,11,12,13,17); (102, L.15,19,24); (103, L.33); (104, L.18,24); (105, L.5,6,38); (109, L.2); (111, L.19,26,30,35); (116,L.27); (118, L.27,28); (119, L.4,12,13,14,18,19); (124r, L.7,8); (189r, L.2,13,17,20); (189v, L.2,3,4,6,8,23,23,24,24,25,26,28,29,30,31,32,33); (191v, L.2,3,4,5,8,9); (192r, L.4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14); (193r, L.7,11,13,14,16,17,18,19)		
	por	Letra sobrescrita
116 ocorrências		
(2, L.1); (9, L.15); (24, L.9); (27, L.29); (53, L.7); (56, L.5,6,19); (57, L.21); (58, L.9,19); (61, L.14,37); (62, L.21); (65, L.19,20); (66, L.22); (68, L.3); (72, L.5); (73, L.11,21,22,23, 27); (74, L.27,29,33) ; (75, L.19); (76, L.26,27); (78, L.20); (79, L.19); (83, L.8,9,27); (84,		

L.9); (85, L.14); (86, L.3,30); (87, L.10); (88, L.9,12,21); (89, L.12,14,16); (90, L.9); (93, L.21,22);(94,L.20); (95, L.16); (97, L.16,30); (102, L.15,24,25,30); (103, L.6,7,11,14,14,20); (104, L.2,9,10,11,14,18,21); (105, L.6,10); (106, L.21,23); (108, L.3,10); (109, L.8); (111, L.30);(112,L.12,16,21,27); (113,L.13,15,16,17,21,30); (115,L.6,10,16,34); (116, L.27,28,34); (117, L.17,21,36); (118, L.21) ; (120, L.11,14); (123r, L.8); (123v, L.3,5,7,23); (125v, L.30); (126r, L.4,37); (126v, L.1,1,5,23); (127v,L.16); (128r, L.25);		
	<i>Primo</i>	Letra sobrescrita
4 ocorrências		
(34,L.3); (52, L.15); (83, L.16); (112, L.20)		
	<i>quando</i>	Letra sobrescrita
13 ocorrências		
(58,L.16); (65, L.2); (84, L.30); (87, L.35); (91, L.4); (104, L.25); (117, L.37); (125r, L.20); (125v, L.31); (126r, L.26e32); (189r, L.22); (191v,L.14).		
	<i>quantia</i>	Letra sobrescrita
5 ocorrências		
(9,L.25); (13, L.9); (33, L.13); (82, L.23); (116, L.27)		
	<i>quarta</i>	Letra sobrescrita
7 ocorrências		
(22,L.10); (74, L.31); (105, L.10,12,23); (113, L.4); (125r, L.2)		
	<i>que</i>	Suspensão
716 ocorrências		
(Folha de guarda,L.11);(1,L.24);(2,L.11,12,15);(3,L.6,15,17);(5,L.7,9,11,15,22);(6, L.6,7,8, 9,10,12,12);(7,L.17);(8,L.5,12,13,21,22,25,29);(9,L.4,12,15,16,17,29,30);(10, L.10,10,10,13,17,21); (11, L.14,17); (12,L.5,12,22); (13, L.2); (14, L.9); (16, L.4); (17, L.3,4,5); (18, L.10,11,21); (19, L.20,23); (20, L.3,7,11); (21, L.15); (22, L.8); (23, L.19); (25, L.15,25);(26,L.2,14);(27,L.14,16,25,28,30);(29,L.3,3,5,9,11);(30,L.8,13,15);(31, L.16,17,20, 21,22,23); (32,L.3,14); (33, L.2,8); (34, L.1,3,4,11,22); (35, L.8,9); (38, L.36); (40, L.1,8,17); (41,L.1,6);(42,L.1,21,22,27);(43,L.2,12,13,14,16,19,20,21,26);(44,L.8);(45, L.4,5,12,13,14, 17); (46,L.2,12,14,16); (47, L.4,7,11,22); (48, L.1,11); (49, L.2,23,26,36); (50, L.3,5,10); (51, L.3,4,5,5,6,7,9,10,15,17,27,30,32); (52, L.2,11,15,20,20); (53, L.10,12,15); (54, L.5,8); (55, L.15,16,20,24,25);(56,L.2,4,17,18,20,22,23);(57,L.2,3,4,22,34);(58,L.13);(58,L.2,29);(60,L.1,3,14,16);(61,L.3,4,4,10,15,16,22,26,29,30,32);(62,L.2,4,7,11,14,18,19,20,22,22,23,25);(63,L.1,1,3,5,18,24,3 3,35);(66,L.1,5,5,22,25,26);(67,L.4,7,20,40);(68,L.5,16);(70,L.14,30,31);(72,L.1,12,27);(73,L.5,20,22);(74,L.1,3,13,33);(75,L.7,7);(76,L.6,7,17,28);(78,L.3,13,27,29,31,32,33);(79,L.6,8,16,19);(80,L.49);(81,L.5);(82,L.2,2,20);(83,L.4,5,12,13,26,26);(84,L.4,10,30,30,32,36);(85,L.3,11,11,17,19,21,25,35,40);(86,L.3,3,4,5,6,6,7,8,19);(87,L.3,6,9,24,33,38);(88,L.710,11,12,15);(89,L.7,13,15,24);(90,L.1,1,10,2		

9,32);(91,L.3,7,7,13,24,32,36,37);(92,L.2,3);
 (93,L.3,14,29,29,33);(94,L.13,14,15,20,23,24,30,34);(95,L.31);(96,L.1,2,3,24);(97,L.6,9,12,
 15,15,18,23,25,26,42);(98,L.4,17);(99,L.10,16,17,17);(100,L.30);(101,L.19,20);(102,L.29,30,34,36);(
 103,L.14,15,18);(104,L.1,14,15,16,17,21,22,26,29,30,31,36);(105,L.1,2,3,8,11,13,15,18);(106,L.4,6,9
 ,13,16,20,23);(107,L.3,9,17,28,32,38);(108,L.7,8,12);(109,L.5,6,9,10,12,13,
 20,25,27);(110,L.2);(111,L.9,10,11,12,20,28,30,32);(112,L.6,11,15,20,22,23,25,29,30,32);
 (113,L.3,5,11,23,35);(114,L.3,14,21,31,36,39);(115,L.3,23,34);(116,L.19,27,32,34);(117,L.1,3,19,20,
 26);(118,L.2,3,10,13);(119,L.21,26,32,34);(120,L.1,9,11,15,17,31);(122,L.25); (123v,
 L.6,10,17,18,22); (124r,L.5,29,30); (124v,L.3,4,16);(125r,L.5,23,27,34);(125v,L.25,32);(126r,
 L.4,10,13,13,27,31,33,35,37,37);(126v,L.2,2,6);(127r,L.1,3,5,6,19);(128r,L.5,7,16,18,22,23);
 (128v,L.1,16);(129r,L.2,15,17,21,27); (182v,L.4,21);(189r,L.2,2,4,10,12,
 20,22);(189v,L.21);(191r,L.1,6,14,15);(191v,L.2,4,5,5,8,9,10,13);(192r,L.3,4,5,6,7,8,12,14);
 (193r,L.7,10,11,14,16,17,18,19,21);(193v,L.6,10,11,12);(194r,L.21,24);(194v,L.8,13,13,16);
 (195,L.1)

	quem	Letra sobrescrita
---	-------------	-------------------

1 ocorrência

(58,L.3).

	Raimundo	Letra sobrescrita
--	-----------------	-------------------

1 ocorrência

(92,L.22)

	Registrada	Letra sobrescrita
---	-------------------	-------------------

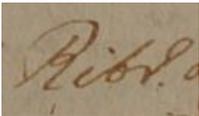
1 ocorrência

(122v,L.20).

	Raymundo	Letra sobrescrita
---	-----------------	-------------------

4 ocorrências

(101,L.10); (114, L.28); (125v, L.19); (127r, L.23)

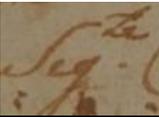
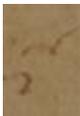
	Ribeiro	Letra sobrescrita
---	----------------	-------------------

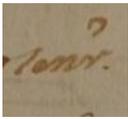
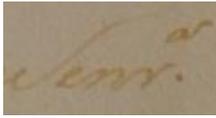
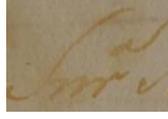
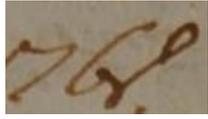
23 ocorrências

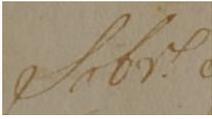
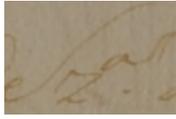
(4,L.11e13); (12, L.24); (13, L.15); (15, L.18); (16, L.9); (17, L.8); (18, L.23); (21, L.1); (22,
 L.15e19); (29, L.14); (31, L.8); (33,L.14); (73, L.4); (78, L.1); (79, L.3); (81, L.11e21); (83,
 L.21); (84, L.34); (101, L.29); (112, L.9).

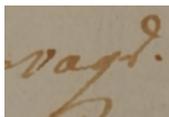
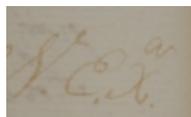
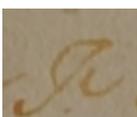
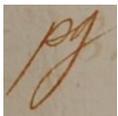
	Santa	Letra sobrescrita
---	--------------	-------------------

24 ocorrências

(4,L.1); (13, L.18); (22, L.7); (58, L.28); (61, L.15); (63, L.29,41); (64, L.17); (67, L.12,13); (79, L.31); (87, L.6); (110, L.1); (113, L.17); (116,L.22); (123v, L.7); (126r, L.3,4,10,13); (129r, L.4); (193r, L.10,17,23,25)		
	Santana	Letra sobrescrita
1 ocorrência		
(3,L.1)		
	Seguinte	Letra sobrescrita
137 ocorrências		
(2,L.10); (5, L.2); (6, L.2); (11, L.30); (23, L.2,10); (30, L.11); (31, L.15);(32, L.4,7); (36, L.1); (37, L.2); (38, L.1,8); (40,L.3); (41, L.2); (42, L.2); (43, L.1,15,21); (44, L.5,9); (48, L.2); (49, L.25); (51, L.2,3,24); (52, L.9,13); (55, L.23); (56, L.14,23,24); (58,L.3); (61, L.2,3,5,11); (62, L.15); (64, L.18); (67, L.4,32); (68, L.5); (70, L.2); (72, L.2,27); (73, L.24); (74, L.3,21,31); (75, L.9,18); (76,L.7); (78, L.8,14,36); (79, L.14); (80, L.10); (81, L.7); (83, L.27);(84,L.4,5,33);(85,L.4);(87,,2,4,29,36);(90,L.2,28,29,34);(91,L.9); (92,L.4,8,15,21,34); (93, L.2); (94, L.32); (95, L.4); (96, L.2,17,24); (97, L.8,17); (99, L.8); (100, L.2); (101, L.7,11,14,17,22);(102,L.4,32);(104,L.24);(105,L.4,4,38);(106,L.10);(107,L.3,5,18,27,27,33); (109,L.14,28);(111,L.17,18,26);(112,L.12,26);(113,L.13);(114,L.4,4);(115,L.2);(117,L.26); (118,L.3); (119,L.27); (123v,L.29); (124r,L.21); (124v,L.11); (125r,L.12); (127r,L.4); (127v, L.2); (128v,L.2,12); (186r,L.4); (189r,L.4,12,16); (191v,L.16); (193r,L.1,21); (194v,L.8,15,20)		
	Seguintes	Letra sobrescrita
21 ocorrências		
(Termo de abertura, L.12); (2, L.13); (31, L.2); (51, L.33); (65, L.7); (69, L.1); (73, L.31); (76, L.29); (82, L.21); (83, L.15); (84, L.12); (85, L.21,25,37); (90, L.3); (117, L.3); (120, L.2); (127r, L.20,22); (119r, L.14); (193v, L.6)		
	senhor	Letra sobrescrita
317 ocorrências		
(Folha de guarda, L.8,11e13); (2,L.8,13e16); (3, L.14e15); (4, L.4,14,17,18e19); (5, L.27); (7,L.15e26);(8,L.1,3,11,12e27);(10,L.1,2,4,12,17e19);(11,L.1e1,3,12e22);(12,L.14,15,19,20, 22e24);(13,L.11,14e15); (14,L.12,13e19); (15, L.16e17); (16, L.1,6,9,10e14);(17, L.6,7,8e9); (18,L.1,23);(19,L.9e19);(20,L.1,9,12e14);(21,L.6,9,11,12,14e15);(22,L.2,6,7,8,12,15,16,17, 18e19);(23,L.6,8,9e9,13,14e18);(24,L.2,3,5,7,8,9,10,11e15);(25,L.1,4,8e8,9e11);(26,L.8,9e10(27,L.16e 17);(28,L.1,9,11e12);(29,L.6,12,13,14e15);(30,L.11);(31,L.15);(32,L.1e4);(33,L.1, 10,12e14);(35,L.18e32);(37,L.1,19,20,21,22e23);(38,L.1,8e34);(39,L.4,6e6e11);(41,L.1);(44, L.1,5,8e8);(45,L.1,15e18);(47,L.1e9);(48,L.1e11);(49,L.3e24);(51,L.3,10e25);(53,L.2,6,9,10,12,22e25) ;(55,L.20);(57,L.1e1,21e23);(58,L.4e4,5,6e21);(60,L.13,14,16e31);(61,L.4,12,18,20,22,35,39);(63,L.28, 30e30e37);(64,L.1,8e16);(65,L.1,4,7,8e19);(66,L.1,10e16);(67,L.1e18); (68,L.1,4e10);(69,L.1e7);(70,L.1,19,22,23e28);(72,L.1e8);(73,L.2,4,21,22e26);(74,L.2,4e30); (75,L.1,6,16,23e31);(76,L.16,20e29);(78,L.1e1);(79,L.6);(81,L.6,20,25e28);(82,L.2e4); (84,L.11,19e31);(87,L.3,24,27,34e37);(88,L.1e15);(89,L.4,6,22e24);(91,L.1e1,8,13,31e32); (92,L.2,7,29,33);(93,L.30);(94,L.17);(95,L.15e34);(97,L.1e1e25);(98,L.11,14,17,);(99,L.2);		

(100,L.17);(101,L.3e21);(102,L.2,8,23e24);(103,L.15e32);(104,L.17e23);(105,L.28,35,39); (106,L.16);(107,L.7,16e23);(110,L.1);(111,L.7e17);(113,L.2);(116,L.12,14e22);(117,L.1e5); (118,L.26e26);(119,L.29);(123v,L.2);(124r,L.19);(125v,L.20e26);(127r,L.4,26);(129r,L.14); (189r,L.1,3,11e11,13e15);(191r,L.10);(193v,L.10)		
	Senhor	Letra sobrescrita
21 ocorrências		
(79,L.1e14);(80,L.1,9);(98,L.3);(104,L.23);(107,L.1,21e31);(108,L.1);(109,L.1);(110,L.1); (111,L.8e15);(112,L.2);(114,L.34);(116,L.12);(126r,L.10,16);(128v,L.13e15)		
	Senhor	Letra sobrescrita
1 ocorrência		
(98,L.22)		
	Senhora	Letra sobrescrita
15 ocorrências		
(6,L.1e14); (17, L.1); (33, L.6); (47, L.21); (58, L.19e20); (63, L.20); (73, L.18); (88, L.7); (97, L.42); (111, L.2); (115, L.17e20)		
	Senhora	Letra sobrescrita
3 ocorrências		
(21, L.8); (63, L.36); (128v, L.9)		
	Senhora	Letra sobrescrita
1 ocorrência		
(14, L.7)		
	Setembro	Mista: numeração arábica e letra sobrescrita
15 ocorrências		
(1, L.1); (28, L.6); (52, L.2e5); (70, L.12); (83, L.14); (85, L.36); (90, L.28e28); (97, L.23); (98, L.20); (104, L.26e27); (111, L.11); (123v, L.24)		
	Silva	Contração
7 ocorrências		

(14,L.12); (63, L.28,30,30); (111, L.3); (113, L.35); (117, L.37)		
	Sobrinho	Letra sobrescrita
15 ocorrências		
(14,L.9); (30, L.6); (42, L.8e12); (43, L.16e21); (47, L.20e22); (58, L.27); (63, L.1); (112, L.24); (123v, L.13); (126r, L.24); (127r, L.16); (128r,L.26)		
	Souza	Letra sobrescrita
72 ocorrências		
(10, L.19); (11, L.23); (16, L.11); (27, L.17); (29, L.14); (32, L.1); (35, L.1); (40, L.1); (42, L.20); (43, L.1); (49,L.31); (51, L.16,28); (58, L.2); (58, L.14,15,19); (66, L.16); (68, L.8,10); (69, L.7); (79, L.34); (81, L.1,25,28); (83, L.1,24); (84, L.16); (86,L.1); (92, L.13); (93, L.15); (95, L.16); (98, L.11); (99, L.26,28); (102, L.28); (106, L.17); (108, L.1,7); (109, L.18); (110, L.1); (112,L.20); (113, L.32); (114, L.34); (115, L.30,33); (116, L.19); (117, L.16,40); (118, L.2,8); (119, L.29); (120, L.17,20,34); (123v, L.17,22,24); (124r, L.13); (125v,L.20,26); (126r, L.10, 22, 23); (127r, L.5,29); (127v, L.13); (128r, L.5,8); (186r, L.2); (190v, L.19); (193r, L.2)		
	Sua Excelência	Mista: sigla e letra sobrescrita
1 ocorrência		
(122,L.18).		
	Teixeira	Letra sobrescrita
6 ocorrências		
(41,L.2); (123v, L.18,23); (127r, L.21,28); (128r, L.31)		
	Tenente	Letra sobrescrita
1 ocorrência		
(87,L.24)		
	Tenente	Letra sobrescrita
2 ocorrências		
(89,L.4); (121,L.13)		

	vaqueiro	Letra sobrescrita
2 ocorrências (105, L.3) ; (193r, L.15)		
	vigário	Letra sobrescrita
4 ocorrências (33, L.1); (80, L.4); (111, L.33); (128v, L.7).		
	Vila	Letra sobrescrita
4 ocorrências (122,L.11); (123r, L.7); (191v, L.14); (193r, L.11).		
	Vossa Excelência	Mista: sigla e letra sobrescrita
2 ocorrências (122,L.7e17).		
	Jozé	Contração
59 ocorrências (20,L.16); (43,L.13); (47,L.17); (48,L.10); (52,L.21); (53,L.9); (56,L.4,5); (58,L.2,5,14,15); (62,L.1,10,13); (63,L.30); (70,L.23); (78,L.31); (81,L.6,25); (87,L.6); (89,L.18); (92,L.2,29); (96,L.3); (98,L.11); (99,L.17,19); (102,L.14,36); (106,L.25); (107,L.21); (108,L.20); (109,L.4,18); (110,L.1); (112,L.13); (113,L.7); (114,L.1,12,33); (115,L.31,33); (117,L.7); (120,L.16,22,34); (125v,L.15); (126r,L.14,27,30); (126v,L.18); (127r,L.5,13); (128r,L.23); (128v,L.9); (129r,L.12); (189r,L.5); (191r,L.10);		
	pago	Contração
639 ocorrências (2,L.2,3,4,5,12,15,17,18,20,21,22,26,28,30);(3,L.4,5,6,9,10,11,13,16,17,21,22,23); (4,L.5,7,8,12,13,14,15,16,17,18,20,21,22); (5,L.3,6,8,11,31,32,35); (6,L.12,13,14,15,20,21); (7,L.3,7,8,12,13,14,20,22,23,24,25,26,27,29); (8,L.2,11,27); (9,L.1,7,8,10,17,21,23,25,28); (10,L.3,4,11,14,15,18,19,20,21,22);(11,L.11,14,18,19,20,21,22,24,25,28,29); (12,L.2,4,5,7,8,13,17,18,19,21,22,23,24,25,27,28); (13,L.5,10,11,12,14,15,16,21,25,26,27,28); (14,L.6,12,16,17,18,20,23,24); (15,L.18,19,20,22,23,24); (16,L.7,8,9,11,18); (17,L.5,8,9,11); (18,L.9,12,22,23);(19,L.9,10,14,16,21,27);(20,L.3,9,10,11,16,17);(21,L.4); (22,L.10,12,13,16,19,20);(23,L.16,19,22);(24,L.5,8,9,10); (25,L.3,4,5,6,7,8,9,10,11,12;15;22;25;26;27);(26,L.4,5,10,11,12,13,15,16,17); (27,L.21;23;24;30,32,);(28,L.8,10,11,12,14); (29,L.5,7,10,11,12,13,14,15,16); (30,L.1,2,3,4,5,9,23);		

(31,L.4,5,6,8,9,10,12,13,14,33); (32,L.1,2,9,12,14,); (33,L.2,3,5,6,14); (34,L.4,25,27);
 (35,L.17,27,32,34); (36,L.24); (37,L.18,19,20,21,22,23,24); (38,L.39); (39,L.2,3,4,5,7,10,11,12);
 (40,L.14,15,18,21,22); (44,L.13,15); (45,L.8); (47,L.13,14,18,20,21); (48,L.3,4,10,12,13); (49,L.18);
 (50,L.9); (51,L.5,9,12,21,31); (53,L.10,15,16,18,21,22,23,24); (55,L.4,5,6,24); (56,L.5,12,14,19,19,34);
 (57,L.5,6,10,11,15,22,22); (58,L.15,16,20,23); (60,L.16,26,32,35); (61,L.16,37,39); (62,L.7,26);
 (63,L.28); (64,L.5); (65,L.2,5,20); (66,L.2,3,7,11,13,35); (67,L.5,7,11,14,19,28,33); (70,L.6,17,28);
 (72,L.18,25); (73,L.1,13,17,24); (74,L.25,38); (75,L.2,5,22,28); (76,L.1,4,8,22,28); (78,L.2,6);
 (79,L.9,13,27,28,32,33,34
); (81,L.2,7,9,23,26); (82,L.2,3,25); (83,L.9,15,17,27); (84,L.17,29,32,38); (85,L.7,18,38,38,39,44);
 (86,L.14,29,46); (87,L.2,11,29,36,37); (88,L.21); (89,L.2,5,21,24,26); (90,L.35); (91,L.4,16,16);
 (92,L.3,5,8,13,19,21,25,25,30,31,32,39); (93,L.4,31,32,35,); (94,L.4,8,9,12,16,24,27,32,34);
 (95,L.7,13,18,21,29,32,34); (96,L.21,22,29,31,37); (97,L.4,8,35,43,); (98,L.8,9,11,18,20,21,23);
 (99,L.7,18); (100,L.2,6,8,9,15,19,22,26,30); (101,L.2,11,18); (102,L.8,13,19,20,22,28,33);
 (103,L.33,34,36,37); (104,L.10,19,24); (105,L.25,30,35,38,39,40); (106,L.3,18,19);
 (107,L.2,28,41,42); (108,L.6,7,18,22,28); (109,L.1,28,32); (110,L.3); (111,L.4,18,26);
 (112,L.1,2,3,4,6,9,20,37, 38,38); (113,L.3,7,25,29); (114,L.17,37,41);
 (115,L.6,18,22,23,26,32,34,36,39); (116,L.2,3,4,20,31,35); (117,L.18,19,30); (118,L.2,28,32,33);
 (119,L.4,8,11,15,21,33); (120,L.23); (123v,L.7,10,11); (124r,L.5,15,22,27);
 (125v,L.4,12,13,15,20,22,32); (126r,L.10,14,15,24,27,29,36); (127r,L.10,11,23,27,35,36);
 (127v,L.9,11,13,14,17); (128r,L.26,37); (128v,L.12); (129r,L.16); (129v,L.2,9,19);
 (189r,L.3,10,13,21,25,26,28); (190v,L.8,8,11,13,16,16); (191v,L.13,16); (193r,L.11,19);
 (193v,L.7,7,8,9,9) (194r,L.21,21,22,,22,22,23,23,24); (194v,L.10,11,12,14)

Fonte: Elaborado por pelo autor

5.2 INOCÊNCIO JOSÉ PINHEIRO PINTO/ CANGUÇU

5.2.1 Ficha biográfica

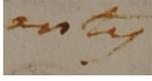
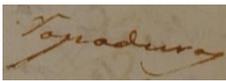
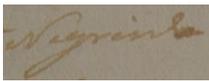
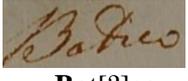
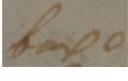
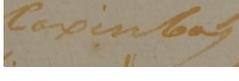
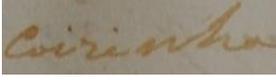
Nome completo: Inocêncio José Pinheiro Canguçu
Filiação: Antônio Pinheiro e Bibiana Maria de Jesus
Avós paternos: Não localizamos informações
Avós maternos: Miguel Lourenço de Almeida e Ana Francisca da Silva
Naturalidade: Bom Jesus dos Meiras/BA **Nacionalidade:** Brasileira
Data de nascimento: Ano de 1795 **Data de falecimento:** Setembro de 1861
Idade (quando da escrita do documento): entre 26 aos 34 anos
Estado civil: Casado com Prudência Rosa de Santa Edwirges, falecida em 1848.
Grau de instrução: Teve acesso ao aprendizado da leitura, escrita, fazer conta e rudimentos de Religião e latim.
Instituição de ensino: Alfabetização na Escola do Mestre Tomás José da Costa/ Aulas com o Padre Ignácio Ferreira da Silva.
Profissão por formação: Não localizamos informações.
Principais atividades: Fazendeiro; Tenente Comandante da Guarda Policial de Rios de Contas/BA e Vereador de Caetité/BA.

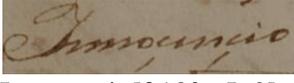
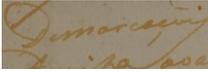
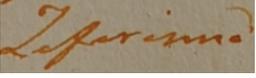
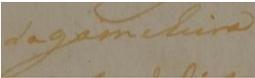
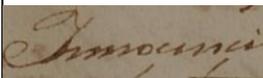
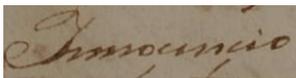
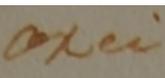
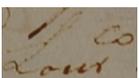
Observações: O nome de batismo do scriptor era Inocêncio José Pinheiro Pinto, porém este mudou o sobrenome de “Pinto” para “Canguçu”, em 1830, no período Imperial do Brasil. Prudência Rosa de Santa Edwirges nasceu em Bom Jesus dos Meiras, era filha de Francisco de Souza Meira e Rita de Souza Meira.

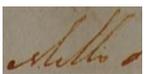
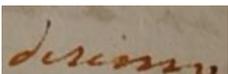
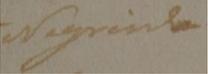
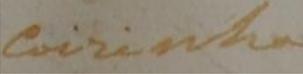
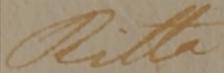
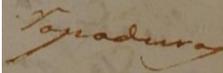
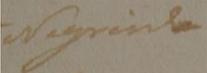
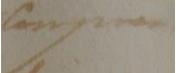
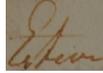
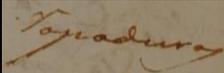
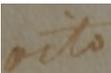
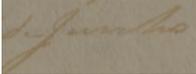
Fonte: SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVII e XIX*. Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012.

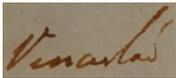
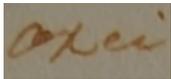
Fonte:Elaborado por Santos (2019) e pelo autor a partir do modelo de ficha extraído de Carneiro (2005).

5.2.2 Quadro scriptográfico

Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
A	 Asusaõ [f.130v, L.1]	 an tes [f.130r, L.4]	 rapaduras [f.130r, L.3]	 Negrinha [f.130v, L.3]
B	 Bot[?]co [f.129v, L.4]	 baixo [f.130v, L.4]	 Caxinbas [f.186v, L.23]	Sem ocorrências
C	Carga	 cozinha		Sem ocorrências

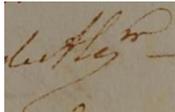
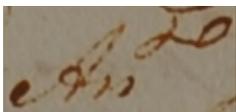
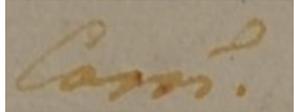
	[f.1 29v, L.5] 	[f.132v, L.2]	 Innoçençio[f.130r, L.2]	
D	 Demarcações [f.182v, L.3]	 dona [f.130v, L.9]	 levado [f.130v, L.4]	Sem ocorrências
E	 Esteve [f.132v, L.1]	 entre [f.132v, L.3]	 Negrinha [f.130v, L.3]	 entre [f.132v, L.3]
F	 Fazenda [f.132r, L.4]	 ficou [f.132v, L.3]	 Zeferinna [f.182v, L.22]	Sem ocorrências
G	 Gomes [f.130r, L.3]	 gameleira [f.186v, L.3]	 negrinha [f.130v, L.10]	Sem ocorrências
H	Sem ocorrências	 hoji [f.132v, L.1]	 Junho [f.130v, L.11]	Sem ocorrências
I	 Innoçençio [f.130r, L.2]	Sem ocorrências	 Innoçençio [f.130r, L.2]	 axeí [f.132v, L.2]
J	 Joze [f.13 0r, L.2]	 ja [f.130v, L.3]	 Brejo [f.132r, L.15]	Sem ocorrências
K	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências
L	 Lourenço [f.129v, L.4]	 livro [f.132v, L.1]	 Mulato [f.186v, L.30]	 mil [f.130v, L.11]

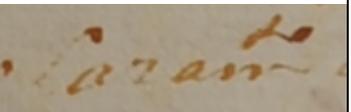
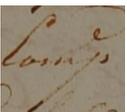
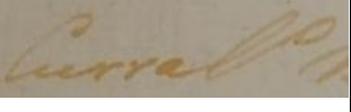
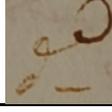
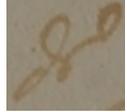
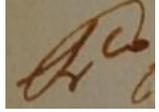
M	 Mello [f.129v, L.1]	 meu [f.130v, L.2]	 dizimo [f.130r, L.3]	 sem [f.130v, L.11]
N	 Negrinha [f.130v, L.3]	 negrinha [f.130v, L.10]	 coizinha [f.132v, L.2]	Sem ocorrências
O	Sem ocorrências	 oito [f.130v, L.5]	 pastor [f.132r, L.9]	 oito [f.130v, L.5]
P	 Prazeres [f.129v, L.2]	 pripiri [f.132r, L.9]	 comprar [f.130v, L.2]	Sem ocorrências
Q	Sem ocorrências		 Joaquim [f.129v, L.2]	Sem ocorrências
R	 Ritta [f.132r, L.4]	 rapaduras [f.130r, L.3]	 Negrinha [f.130v, L.3]	 comprar [p.130v, L.2]
S	 Soltei [f.132r, L.5]	 sem [f.130v, L.11]	 [f.132v, L.1]	 rapaduras [f.130r, L.3]
T	 Tio [f.129v, L.14]	t  etempo [f.130v, L.4]	 oito [f.130v, L.5]	Sem ocorrências
U	Sem ocorrências	Sem ocorrências	 Junho [f.130v, L.11]	 meu [f.130v, L.2]

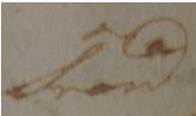
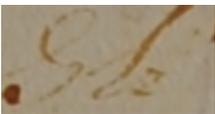
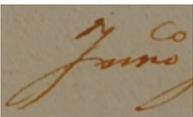
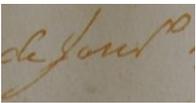
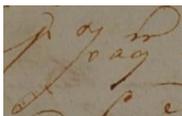
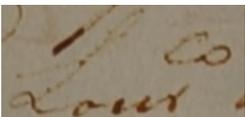
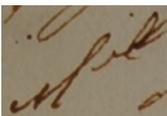
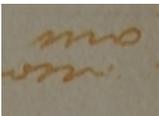
V	 Venceslaõ [f.129v, L.7]	 vendida [f.130v, L.5]	 levado [f.130v, L.4]	Sem ocorrências
W	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências
X	Sem ocorrências	Sem ocorrências	 axei [f.132v, L.2]	Sem ocorrências
Y	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências	 Pay [f.130v, L.2]
Z	 Zeferinna [f.182v, L.22]	Sem ocorrências	 cozinha [f.132v, L.2]	Sem ocorrências

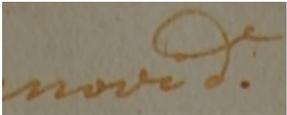
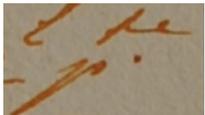
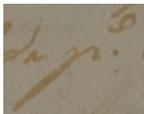
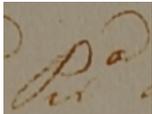
Fonte:Elaborado pelo autor

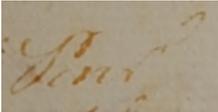
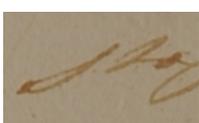
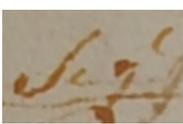
5.2.3 As abreviaturas

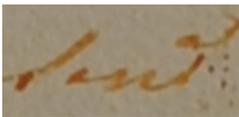
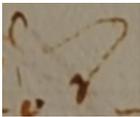
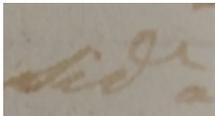
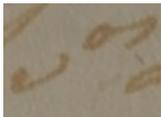
Abreviatura - Imagem	Abreviatura desdobrada	Classificação
	Algodam	Letra sobrescrita
3 ocorrências (129v,L.5); (130v, L.2); (130v, L.8)		
	Antonio	Letra sobrescrita
5 ocorrências (129v, L.3 e 16); (186v, L.2,15 e 25);		
	Caminho	Letra sobrescrita
2 ocorrências (186v, L.18,22)		

	Capitam	Letra sobrescrita
1 ocorrência (188v, L.1)		
	Cazamento	Letra sobrescrita
2 ocorrências (129v, L.17); (131r, L.11)		
	Compadre	Letra sobrescrita
5 ocorrências (129v, L.3,22); (186v, L.2,15 e 25)		
	Currelinho	Letra sobrescrita
1 ocorrência (186v, L.16)		
	deve	Letra sobrescrita
6 ocorrências (129v,L.2,5,6,7,10,11)		
	dinheiro	Letra sobrescrita
9 ocorrências (129v,L.15);(130v,L.7,7);(131r,L.3,4,5,6,7,8)		
	Dona	Suspensão
1 ocorrência (182v, L.22)		
	Francisco	Letra sobrescrita
1 ocorrência		

(130v, L.1)		
	Francisca	Letra sobrescrita
1 ocorrência		
(130v, L.1)		
	Gonçalvez	Contração
1 ocorrência		
(129v, L.16)		
	Innocencio	Letra sobrescrita
4 ocorrências		
(132r,L.16); (182v, L.24); (186v, L.26 e 27)		
	Janeiro	Letra sobrescrita
1 ocorrência		
(132v, L.1)		
	Joaquim	Letra sobrescrita
4 ocorrências		
((129v, L.2,3,4 e12);		
	Lourenco	Letra sobrescrita
3 ocorrências		
(129v, L.4,12 e18).		
	Manoel	Letra sobrescrita
3 ocorrências		
(129v, L.5,15); (130r, L.3)		
	mesmo	Letra sobrescrita

1 ocorrência (132v, L.3).		
	<i>minha</i>	Letra sobrescrita
4 ocorrências (130v, L.9); (131r, L.1); (182v, L.2e22)		
	<i>novidade</i>	letra sobrescrita
1 ocorrência (132v,L.2)		
	<i>parte</i>	Letra sobrescrita
1 ocorrência (182v,L.21).		
	<i>pano</i>	Letra sobrescrita
1 ocorrência (130v,L.8)		
	<i>para</i>	Letra sobrescrita
15 ocorrências (129v,L.17);(130v,L.2,3,4);(131r,L.10,13);(182v,L.21);(186v, L.5,5,17,19,20,20,24,25)		
	<i>Pereira</i>	Letra sobrescrita
2 ocorrências (129v, L.5); (186v, L.11)		
	<i>Pinheiro</i>	Suspensão
1 ocorrência (129v,L.14);		

	Pinheiro	Letra sobrescrita
6 ocorrências (130v,L.12);(132v,L.2,4,16); (186v, L.26,27)		
	por	Letra sobrescrita
3 ocorrências (130v, L.10); (131r, L.2,4)		
	que	Suspensão
19 ocorrências (129v,L.9,15,18);(130r,L.4);(130v,L.4,9);(131r,L.3,4);(132r,L.1);(132v,L.2,3);(182v,L.21); (186v,L.1,2,17,19,22);(188v,L.1); (130v, L.10)		
	Santa	Letra sobrescrita
3 ocorrências (132r, L.4,4); (186v, L.8)		
	Santos	Letra sobrescrita
1 ocorrência (132v, L.3)		
	Seguinte	Letra sobrescrita
3 ocorrências (129v,L.19) (131r,L.3); (182v,L4);		
	senhor	Letra sobrescrita
12 ocorrências (129v,L.1,2,4,8,11,12e16);(130r,L.3e4);(131r,L.1);(186v,L.2);(188v,L.1)		

	Senhora	Letra sobrescrita
1 ocorrência (182v, L.22)		
Abreviatura - Imagem	Abreviatura desdobrada	Classificação
	réis	Suspensão
1 ocorrência (129v, L.9)		
	Cargas	Letra sobrescrita
1 ocorrência (130v, L.2)		
	Sidade	Letra sobrescrita
1 ocorrência (130v, L.5)		
	varas	Letra sobrescrita
1 ocorrência (130v, L.8)		
	Jozé	Contração
3 ocorrências (132r, L.2,16); (182v, L.23)		

Fonte:Elaborado pelo autor

5.3 MIGUEL JOAQUIM DE CASTRO MIRANTE

5.3.1 Ficha biográfica

Nome completo: Miguel Joaquim de Castro Mirante
Filiação: Adolfo de Castro Mirante e Firma de Castro Mirante
Avós paternos/maternos: Não localizamos informações.
Naturalidade: Bom Jesus dos Meiras/BA **Nacionalidade:** Brasileira
Data de nascimento: 29/09/1833 **Data de falecimento:** Não localizamos informações.
Idade (quando da escrita do documento): 28 anos
Estado civil: Casado com Hermelinda de Castro Mirante **Instituição de ensino:** Alfabetizado por professor leigo do local. **Profissão por formação:** Não localizamos informações.
Principais atividades: Fazendeiro; Capitão; 1º tabelião da Vila de Caetité

Fontes: SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVII e XIX*. Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012.

Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Consulta dos documentos (inventário e embargos, livro de notas), pertencentes a Miguel Joaquim de Castro Mirante. Acesso em: 17/01/2020.

TORRES, Antônio Novais.
 Disponível em: <www.recantodasletras.com.br/biografias>. Acesso em: jan/2018.
 Livro do Gado (página 34 verso).

Fonte: Elaborado por Santos (2019) e pelo autor a partir do modelo de ficha extraído de Carneiro (2005).

5.4 SÍNTESE DO VOLUME II

No dia 18 de janeiro de 1838, Inocêncio Pinheiro Canguçu, o terceiro senhor do Campo Seco, ao analisar o *Livro de Razão*, escreveu no fólio 132v: “Estive revendo este livro hoji [...]enaõ axei nada denovidade.”. Em outro momento, é possível ler, a lápis, que Miguel Joaquim de Castro Mirante, genro de Inocêncio, também concorda com a ideia de que o *Livro* nada tem de novo, pois registra “e eu ainda nada vi”. Não satisfeito, no fólio 195r, Miguel sentencia o manuscrito: “Vistos e revistos *que* do ao Fougo”. Ainda bem que não o fez.

Hoje, passados mais de 183 anos desses últimos assentamentos, no *Livro de Razão*, podemos afirmar que a novidade mencionada pelos últimos scriptores não dependia do *Livro*, mas do olhar que se lança sobre ele. Talvez, por ser um manuscrito de uso contínuo na época, não despertou um interesse para além de sua funcionalidade.

É importante lembrar que, no trabalho com documentos históricos, por mais que o pesquisador tenha um objetivo definido, seu olhar será direcionado para as pistas que o texto sugere, é nesse contexto que surgem as novidades, o rumo de uma pesquisa. Foi esse o trajeto percorrido na confecção deste Volume II, que apresenta as edições fac-similar e semidiplomática, os dados grafemáticos dos scriptores principais, Antônio e Inocêncio, o índice analítico e o conjunto das abreviaturas, que dão suporte ao estudo realizado.

Diferente do que escreveram Inocêncio e Miguel, no idos de 1838, hoje, meados de 2021, após ver e rever o *Livro de Razão*, nos últimos 5 anos, posso dizer que o trabalho foi muito, mas valeu a pena, pois mergulhei no microcosmo da Bahia rural oitocentista, guiado pelos senhores do Campo Seco.

Ao pensar na função principal do *Livro de Razão*, descrita por Antônio Pinheiro Pinto, na página 1, assim: “Livro dos aSentos eRol dos que Medevem”, creio que, considerando o uso que fiz de seu manuscrito, com certeza, meu nome estaria em uma dessas páginas, se o primeiro senhor pudesse registrar, para posterior acerto de contas. Ainda que seja um “devaneio”, só poderia pagar agradecendo.